UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HAMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HUGO COELHO VIEIRA

CONEXÕES DE PERNAMBUCO COM MONARQUIA HISPÂNICA: entre o Atlântico, os Albuquerques Coelho e os Holandeses: Guerra, Poder Político e Trajetórias: De 1580 a 1658.

Recife

2020

HUGO COELHO VIEIRA

CONEXÕES DE PERNAMBUCO COM MONARQUIA HISPÂNICA: entre o Atlântico, os Albuquerques Coelho e os Holandeses. Guerra, Poder Político e Trajetórias. De 1580 a 1658.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil, da Universidade Federal Pernambuco (UFPE) como requisito para a obtenção do título de Doutor em História, na Linha de Pesquisa do Norte e Nordeste Mundo Atlântico.

ORIENTADOR: Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza (UFPE)

Recife

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Vieira, Hugo Coelho.
Conexões de Pernambuco com Monarquia Hispânica : entre o Atlântico, os Albuquerques Coelho e os holandeses. Guerra, poder político e trajetórias. De 1580 a 1658 / Hugo Coelho Vieira. - Recife, 2020.
340 : il., tab.

Orientador(a): George Félix Cabral de Souza
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.
Inclui referências, anexos.

1. Guerra de Pernambuco. 2. Monarquia Hispânica. 3. Duarte de Albuquerque Coelho. 4. Matias de Albuquerque. 5. Albuquerques Coelho. I. Souza, George Félix Cabral de. (Orientação). II. Título.

980 CDD (22.ed.)

HUGO COELHO VIEIRA

CONEXÕES DE PERNAMBUCO COM MONARQUIA HISPÂNICA: entre o Atlântico, os Albuquerques Coelho e os Holandeses. Guerra, Poder Político e Trajetórias. De 1580 a 1658.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil, da Universidade Federal Pernambuco (UFPE) como requisito para a obtenção do título de Doutor em História, na Linha de Pesquisa do Norte e Nordeste Mundo Atlântico.

Aprovado em: 12/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____
Prof.ª Dr.ª Vírgínia Maria Almoêdo de Assis
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

_____
Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

_____
Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

_____
Prof. Dr. Henrique Nelson da Silva
Membro Titular Externo (Faculdade Joaquim Nabuco)
ESTEba - UFPB

Dedicatória

À Guilherme e a Tarcila,
meus dois amores,
orgulhos e razões
da minha vida.

À minha amada avó Luzia,
e a minha querida mãe Analúcia,
ambas morreram para o mundo,
mas as duas continuam vivas
dentro de mim.

Ao ex-presidente Lula,
que saiu da capitania de Duarte Coelho
atrás de água e voltou trazendo um
rio de novas possibilidades
com sua nova forma de fazer
política pública para que pessoas
menos favorecidas tivessem
mais oportunidade de estudar,
pesquisar e ascender no Brasil.

Enfim, dedico este trabalho a essas pessoas
que ajudaram no caminhar da minha história
Muito obrigado *Gui, Tata, Voinha, Mainha e Lula!*

Agradecimentos

Durante cinco anos da minha estive envolvido no desafio de realizar o doutorado e nesse período muita coisa aconteceu. Minha mãe faleceu, meu filho nasceu, eu casei, fui morar na Espanha e até o Náutico foi campeão. Mas o projeto de pesquisa dessa tese surgiu muito antes da seleção de doutorado quando eu finalizei a dissertação de mestrado com temática relacionada a essa investigação. Na verdade, tudo começou quando a minha orientadora de graduação e mestrado Alcileide Cabral do Nascimento, que me introduziu na pesquisa histórica como bolsista PIBIC, e ainda, durante a criação do projeto de mestrado, apresentou-me o guia de fontes sobre o Arquivo de Simancas escrito por Roseli Santaella Stella. Ainda durante o mestrado fui à Espanha ávido para encontrar novas fontes sobre o período do denominado Brasil Holandês. Embora, com parcos recursos financeiros, a primeira pesquisa em Simancas acentuou o gosto cotidiano pelo cheiro da poeira dos arquivos e, sobretudo, despertou meu fascínio sobre o tema do Brasil na Monarquia Hispánica.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) fui acolhido pelo professor Dr. George Félix Cabral de Souza, um intelectual diplomático e grande conhecedor da história colonial de Pernambuco. O cantor e poeta Vinícius de Morais certa vez disse que a vida é a arte dos encontros, embora houvessem tantos desencontros. Pois bem, em dois dos cinco anos de doutoramento minha orientação precisou ser a distância, primeiro porque quando ingressei George estava finalizando seu pós-doutoramento na França e segundo por conta de parte do doutoramento fora quando precisei realizar o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPEs) na Espanha vinculado a Universidad de Salamanca (USAL). Mesmo com a distância e os (des)encontros não faltou ajuda, apoio e cobrança para que a pesquisa fosse realizada de forma profissional. Dessa maneira, meus primeiros agradecimentos vão para meus orientadores de dissertação e de tese, pois tanto Alcileide quanto George incentivaram e acreditaram na minha trajetória acadêmica. A George devo todo estímulo para a finalização da escrita nos momentos mais difíceis de escrita. Além de tudo, ele sempre foi muito solítico nos trâmites burocráticos, competente nas sugestões bibliográficas e nas orientações do que deveria ser corrigido. Foi cirúrgico nos pontos mais deficitários e não faltaram cobranças para o cumprimento dos prazos. “Hugo esqueça e não vá atrás de mais documentos que você já tem coisa demais”! “Hugo primeiro você faz o

cuscuz depois vem o recheio". "Hugo você não vai resolver todas essas questões nessa tese! ". Minha gratidão ao meu orientador!

Além dos meus orientadores, eu gostaria de registar meus agradecimentos ao professor Dr. José Manuel Santos Pérez, da Universidad de Salamanca (USAL), que aceitou me receber na pesquisa durante os dez meses que estive na Espanha para cumprir o "sanduíche" (PDSE – Programa de Doutoramento Sanduíche no Exterior). Além de me receber em Salamanca, José Manuel Santos Pérez me acolheu no grupo de pesquisa do Projeto Base de Datos BRASILHIS, que reúne competentes e renomados pesquisadores para construir uma base de dados sobre o tema das Redes Políticas, Comerciantes e Militares no Brasil durante a Monarquia Hispânica. O Projeto BRASILHIS reúne vários pesquisadores do mundo, que tratam do tema de forma colaborativa e que tem se tornado um importante instrumento de pesquisa. Quando me recebeu na Universidad de Salamanca José Manuel me alertou para investigar o papel que Pernambuco exercia na política fiscal dos Habsburgos, algo que acredito ainda ser tema de pesquisas posteriores e que em nosso trabalho buscamos pincelar um pouco. A pesquisa em Simancas, tornava-se agradável quando encontrava José Manuel e depois de horas de arquivo nós podíamos desfrutar de uma boa conversa no restaurante *Los Toreros*, que fica localizado na cidade de Tordesilhas. Agradeço muito a José Manuel pelas conversas sobre as fontes, indicações de leitura e pelas duras críticas na banca de qualificação quando o trabalho era apenas um esboço mal feito e inacabado. Espero um dia retribuir com a documentação que sistematizei em Simancas para disponibilizar aos demais pesquisadores que utilizam a ferramenta do banco de dados do projeto BRASILHIS, que é sem dúvida uma causa humanitária para a ciência histórica, sobretudo, em virtude da democratização das fontes do Brasil durante o período filipino.

No primeiro ano, que cursei algumas disciplinas, alguns professores foram fundamentais para ampliar os horizontes através dos diálogos historiográficos que estabelecemos. Uma dessas disciplinas foi sobre Justiça no Brasil Colonial com as professoras Dras. Virgínia Almoêdo e Jeannie Menezes. As aulas eram excelentes discussões de historiografia sobre a jurisdição da capitania de Pernambuco. O profissionalismo e a leveza que essas historiadoras ministravam as aulas despertou meu olhar para tratar das questões jurisdicionais. Recordo bem, que ainda na entrevista da selação do doutorado Virgínia e o professor Dr. Marcus Carvalho me aconselhavam a

colocar a “lupa” na trajetória de Duarte de Albuquerque Coelho já que sua trajetória dialoga com a cronologia/corte temporal da Monarquia Hispánica para a capitania de Pernambuco. Ainda sem saber se teria acesso e se conseguiria localizar as fontes de Duarte na Espanha as incertezas eram desafiadoras. Mas, devo a Virgínia a pouca contribuição sobre o tema da jurisdição que este trabalho possui, assim como agradeço todos os seus ensinamentos.

Outra disciplina, que contribuiu muito com minha pesquisa, foi o Tópico Especial de Pesquisa, ministrado pelos professores doutores Marcus Carvalho e Suely Creusa Cordeiro de Almeida. As aulas foram exemplos de como debater história com humor. Embora, tenha sido encontros agradáveis o final da disciplina coincidiu com o falecimento da minha mãe.

Minha gratidão se estende também aos ensinamentos do professor Dr. Rômulo Xavier do Nascimento, que desde minha dissertação tem contribuído e dialogado com informações relativas ao período da ocupação neerlandesa. O constante diálogo e as críticas na qualificação feitas por Rômulo também foram fundamentais para o rumo da escrita da tese. Além de Rômulo outro historiador que trouxe boas contribuições e sugestões foi o professor Dr. Bruno Miranda. Os trabalhos desses historiadores dialogam com essa tese. Além dos historiadores, que trabalham com o período filipino e com o Brasil Holandês devo agradecer também ao professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que sempre inspirou novas leituras sobre Michel Foucault e no campo da Teoria da História.

Devo agradecer também a professora Dra. Marília de Azambuja Ribeiro por toda sua amizade e pela parceria que sempre estabelecemos no Instituto Ricardo Brennand com cursos de História da Arte. Sua ajuda e parceria junto com o meu orientador foi fundamental para o sucesso na entrevista, que realizamos na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, com o renomado historiador Peter Burke.

Agradeço pelas aprendizagens e pelo profícuo diálogo com os professores do Departamento de História da UFPE, com um agradecimento em especial aos professores doutores Antônio Paulo Rezende, Antônio Montenegro e Regina Beatriz.

Devo deixar meu agradecimento especial a querida Sandra Regina, que de forma dedica, profissional e doce dá conta de uma série de demandas da secretaria da Pós-Graduação.

Durante o período que precisei me ausentar do Instituto Ricardo Brennand e na escrita da tese devo muito a sensibilidade de Nara Galvão, Coordenadora Geral do Museu, assim como os amigos do setor de Pesquisa e Documentação Leonardo Dantas Silva e Eduardo Germínio, que assumiram as demandas e atividades do setor durante o período que estive fora. Devo agradecer a equipe da Biblioteca José Antônio Gonsalves de Mello nos nomes de Aruza Holanda, Juliana Santiago e Norma Ciríaco, que tornaram a biblioteca deste Instituto o melhor cantinho de leitura, pesquisa e escrita da minha tese. A equipe da biblioteca, que sempre atendeu da forma mais rápida e profissional possível minhas solicitações. Não foram poucas vezes que fique noites na Biblioteca, um privilégio de poucos. À Ricardo Brennand, presidente do Instituto e as diretoras Lourdes e Renata Brennand minha eterna gratidão pela confiança e respeito ao meu trabalho.

Mesmo durante a tese realizei a curadoria e coordenei cursos no Instituto Ricardo Brennand, onde tive oportunidade de ter o contato e conhecer renomados historiadores como Roger Chatier, Maria Lúcia Pallares-Burke, François Dosse e Peter Burke. Agradeço demais ao caro Roger Chartier por me apresentar e colocar em contato com professor Dr. Fernando Bouza Álvares, um dos mais eruditos historiadores que tive a oportunidade de conhecer. O contato com Fernando Bouza na Espanha me possibilitou o encontro com fontes preciosas a respeito da vida de Duarte de Albuquerque Coelho, sejam elas as fontes que estão no Arquivo Histórico Nacional, quanto as fontes que estão no Arquivo de Protocolos (arquivo cartorial), ambos em Madrid. Essas fontes foram fundamentais para o rumo a tese. Seu conhecimento dos arquivos são preciosidades construídos pelo seu trabalho dedicado e profissional.

Durante o período que estive na Espanha contei com a ajuda de inúmeras pessoas. No Arquivo de Simancas pude contar com o profissionalismo de seus funcionários. Agradeço muito o trabalho de Blanca Tena Arregui, chefe da sala de investigadores, Francisco Antolin, chefe de digitalização e que muito me ajudou com o Boletim da Filmateca Portuguesa do Centro de Estudos Ultramarinos, além da localização de alguns documentos referentes a Duarte de Albuquerque Coelho. Devo agradecer também, a diretora do arquivo Julia Rodriguez Diego, que me deu a oportunidade de contribuir com

uma entrevista para o jornal *El Norte de Castilla*, pela ocasião do Arquivo de Simancas entrar na Unesco como Patrimônio da Humanidade, dentro do programa Memórias do Mundo.[1] Gostaría de agradecer também aos sempre simpáticos atendentes de sala Macário e Mila.

Durante o período que estive cotidianamente pesquisando em Simancas tive o contato com adoráveis pesquisadores de diferenes locais do mundo. Agradeço a Marcela Mirada, Victor Blanco, Julia Gebke e Phillipe. Além dos pesquisadores devo minha gratidão a Renato Lucke, o amigo brasileiro e pernambucano que melhor conhece os segredos da histórica cidade de Valladolid.

Em casa, devo agradecer o apoio da minha esposa e companheira Tarcila Barbosa, que embarcou comigo na aventura de viver um ano e abandonar seu trabalho para viver essa experiência no exterior. Minha amada Tarcila, companheira amável e doce quanto à felicidade e o amor devem ser resistiu as minhas angústias, paranoias e lamúrias de enfrentar o duro trabalho de escrita dessa tese. Agradeço a meu filho pela força estimulante de seu sorriso. Eles foram responsáveis para que eu vivenciasse a beleza da Espanha além das fontes e seus arquivos. A sua família que me acolheu com muito afeto, foram eles: Dona Aurinha, Quidinho, Niedja, Nadja, Geraldo, Amália, Jaqueline, Vinícius e João. Agradeço pela ajuda e abrigo a minha esposa e meu filho quando eles eram expulsos de casa para eu escrever. Sem o apoio de vocês eu não teria chegado até aqui!

Agradeço também aos professores da minha antiga casa, a UFRPE que foram fundamentais na minha formação. Foi na Rural que fiz amigos e que continuam presentes em minha vida e também aos amigos e parceiros da Anpuh-PE. São eles: Hélder Remígio, José Brito, Leandro Nascimento, Pablo Porfírio e Márcio Ananias.

Aos grandes amigos Flávio Augusto e José Murilo, amizades iniciadas desde o colégio. E aos amigos de infância que sempre se sentiram minhas ausências, mas sempre tiveram orgulho da minha trajetória e sempre me incentivaram, foram eles: Bruno Machado, Temístocles e os irmãos Dimitri e Demétrius Veras.

Aos meus tios queridos José Carlos e Luciano Texeira, referências na minha vida, assim como meus primos Gustavo Fonseca e Bruno Lima. Minha gratidão pelo

[1] A entrevista está disponível no enderenço: http://www.elnortedecastilla.es/culturas/archivo-simancas-quiere-20171120111326-nt.html

apoio e torcida. Portanto, esta tese é o resultado de um trabalho coletivo. Impossível seria realizá-la sem o apoio da família, da orientação de professores mestres e da ajuda de amigos.

Por fim, devo agradecer a CAPEs por todo apoio econômico e financiamento da pesquisa, pois sem esse suporte eu jamais teria a menor condições de realizar essa investigação. Minha trajetória acadêmica é um exemplo que a ciência brasileira não teria futuro sem o apoio de instituições como a CAPEs e o CNPq. Muito obrigado a todos vocês!

***Tito**: Mas você caiu?*

***Bita**: Cai, porque minha nave*
ficou sem imaginação.

***Tito**: Mas o que é imaginação?*

***Bita**: É o melhor dos combustíveis.*
Com imaginação podemos voar para
muito longe, por vários lugares,
cidades, mundos, universos...
Imaginação é o fruto da nossa mente.
A mais poderosa e deliciosa forma de
aprender e explorar tudo
que quisermos.

***Tito**: Ah, então vem comigo.*
Eu e meus amigos somos craques nisso.

(Diálogo do Curta Metragem do Mundo Bita)

"É que o saber não é feito para compreender,
ele é feito para cortar."

(Michel Foucault no texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, IN: Microfísica do Poder, p 27)

Brandônio: Não se pode tirar aos castelhanos serem bons conquistadores e descobridores, porque atravessaram, conquistado, desde Cartagena até o Chile e Rio da Prata, que é inumerável terra, pela qual foram achando quantidade grande de minas de ouro, prata, cobre, azougue e outras diversas, de que hoje em dia gozam e se aproveitam. Mas nem isso se deve de atribuir aos nossos portugueses o nome de ruins conquistadores.

Alviano: Como não, se vemos que em tanto tempo que habilitam neste Brasil não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente de fazer açúcares?

Brandônio: E tendes essa ocupação por pequena? Pois eu a reputo por muito maior que a das minas de ouro e de prata, como alguma hora vo-lo mostrarei, provado claramente. Mas, porque não tenhais aos nossos portugueses por pouco inclinados a conquistas, abraçando-vos com essa errônea opinião, vos afirmo que, de quantas nações o mundo tem, eles foram os que mais conquistaram. E senão lançai os olhos por esse Oriente, aonde nossos avós conquistara, ganhando a custa de sangue, tantos reinos opulentos, cidades famosas, províncias ricas, fazendo tributários potentíssimos reis ao império lusitano, o que não sucedeu aos castelhanos, porque as conquistas que fizeram nas Índias Ocidentais e Peru foi entre gente fraca e imbele, que sempre tiveram as mãos atadas para sua defensa, por lhe faltarem armas e ânimo com que pudessem fazer resistência, em tanto que quatro castelhanos mal armados manietaram reis poderosos de riquezas e abundantes de gentes no seu próprio reino e dentro em suas cidades e casas, sem os seus naturais vassalos terem ânimo nem indústria para os saberem defender. O que não sucedeu aos nossos portugueses no Oriente, porque fizeram suas conquistas entre gentes belicosíssimas, mui bem armadas, assim de cavalo como de pé, que tinham inumeráveis peças de artilharia e outros bélicos instrumentos de fogo, que hoje em dia espanta ao mundo ver a grandeza das balas que lançavam, contra as quais não arreceiavam de opor o peito, largando muitos a vida às mãos de sua fúria, por escalarem as cidades que conquistavam. Vêde também tantas ilhas, situadas no meio desse grande pego do oceano, as quais descobriram e povoaram; esses reinos de Angola e do Congo, Ilhas de Cabo Verde e São Tomé e esta grande terra do Brasil, de modo que aos nossos portugueses se pode, com razão, atribuir (nas muitas conquistas que fizeram por mar e terra) o verdadeiro nome de Hércules e de Argonautas.

(BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1962. pgs 5 à 7)

Resumo

A presente tese pesquisou a relação da história da capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica, tendo corte cronológico o período de 1580 a 1658. Buscamos discutir a importância da capitania de Pernambuco no Atlântico Sul e suas conexões com o período filipino. Analisamos como o Estado do Brasil estava relacionado ao reinado dos Filipes e como a capitania com maior produção açucareira tinha relação com Castilla e Lisboa. Investigou se houve negligência durante o período em que Portugal esteve sob domínio dos filipes e durante a denominada guerra de resistência durante o período das guerras holandesas no Brasil, período conhecido nos livros didáticos de história como União Ibérica e Brasil Holandês, que correspondem aos anos de 1580 a 1640 e de 1630 a 1654 respectivamente. O período correspondido da tese buscará trazer novas luzes sobre duas historiografias consagradas e respeitadas que é da Monarquia Hispânica e do Brasil Holandês, ambas fundamentais para a compreensão do período e para o diálogo deste trabalho. *Conexões de Pernambuco com a Monarquia Hispânica: entre o Atlântico, os Albuquerques Coelho e os Holandeses. Guerra, Poder Político e Trajetórias. De 1580 a 1658*, busca através de uma análise política, militar e cultural compreender as relações e influências globais tanto da Monarquia Hispánica, quanto das dinâmicas do espaço atlântico para compreender as reverberações dos Albuquerque Coelho sobre a capitania de Pernambuco.

Palavras-chave: Guerra de Pernambuco; Monarquia Hispânica; Duarte de Albuquerque Coelho; Matias de Albuquerque; Albuquerques Coelho.

Abstract

The present thesis investigated the relationship between the history of the captaincy of Pernambuco with the Hispanic Monarchy, having a chronological cut between 1580 and 1658. We pursued to discuss the importance of the captaincy of Pernambuco in the South Atlantic and its connections with the Philippine period. We analyzed how the State of Brazil was related to the Filipe's reign and how the captaincy with greater sugar production was related to Castilla and Lisbon. We investigated whether there was negligence during the period in which Portugal was under the Filipis' control and during the so-called resistance war during the period of the Dutch wars in Brazil, a period known in history textbooks such as the Iberian Union and Dutch Brazil, which correspond to the years of 1580 to 1640 and from 1630 to 1654 respectively. The corresponding period of the thesis pursues to bring the light new light on two consecrated and respected historiographies that belong to the Hispanic Monarchy and Dutch Brazil, both of which are fundamental for understanding the period and for the dialogue of this work. *Connections between Pernambuco and the Hispanic Monarchy: between the Atlantic, the Albuquerques Coelho and the Dutch. War, Political Power and Trajectories. From 1580 to 1658*, pursues through a political, military and cultural analysis to understand the global relations and influences both of the Hispanic Monarchy, and of the dynamics of the Atlantic region to understand the reverberations of the Albuquerque Coelho on the captaincy of Pernambuco.

Keyboards: Guerra de Pernambuco; Hispanic Monarchy; Duarte de Albuquerque Coelho; Matias de Albuquerque; Albuquerques Coelho.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

1. 1º Mapa da Costa do Brasil com a Capitania de Pernambuco.....pág 21
2. Gravura de George Marcgrafe entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá...pág 23
3. Fotografia do Archivo General de Simancas.....pág 59
4. Carta de Ricardo Magdalene, diretor do Archivo General de Simancas para a historiadora Cleonir Xavier.....pág 60
5. Fragmento da primeira página do testamento de Duarte de Albuquerque Coelho.pág 62
6. Mapa de parte da Capitania de Pernambuco com destaque para as vilas do Recife e de Olinda.....pág 112
7. Imagem da Tomada do Recife em 1630.....pág 114
8. Brasão dos Albuquerques da Sala de Sintra.....pág 126
9. Brasões de Duarte Coelho Pereira e Jorge de Albuquerque.....pág 129
10. Árvore Geneológica dos Albuquerques Coelho.....pág 144
11. Quadro de Recuperação da Bahia de Todos os Santos.....pág 194
12. Capa do livro Memórias Diárias do Brasil publicada em 1654.....pág 250

LISTA DE TABELAS

1.- TABELA COMPARATIVA DE ENGENHOS DAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO, BAHIA E SÃO VICENTE.....pág 104
2.- TABELA COMPARATIVA ENTRE OS ENGENHOS DAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO X ESTADO DO BRASIL.....pág 110
3.- TABELA DA RELAÇÃO DE CRIADOS DE DUARTE DE ALBUQUERQUE COELHO.....pág 278

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI – Archivo General das Índias;

AGS – Archivo General de Simancas;

AHNM – Archivo Histórico Nacional da Espanha (Madrid);

AHP - Archivo Histórico de Protocolos;

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino;

AIRB – Acervo do Instituto Ricardo Brennand;

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa);

ARCV - Archivo de la Real Chancillería de Valladolid;

BNB – Biblioteca Nacional do Brasil (Rio Janeiro);

BNM - Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid);

BRB – Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand;

LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

Anexo I - Relação dos donatários e governadores de Pernambuco durante o período colonial - pág 313

Anexo II - Testamento Duarte de Albuquerque Coelho - Archivo Histórico de Protocolos - pág 315

Anexo III - Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado - pág 327

Anexo IV – Documento sobre a tutoria que deu a Lourenço de Sousa - Archivo General de Simancas - Secretarias Provinciales – Códice 1465 – libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608. Fls 175 - pág 334

Anexo V - Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de Todos os Sanctos da costa do Brasil, e de outras pessoas que tem promessas de comendas - pág 336

SUMÁRIO

I. Introdução: Paranãmbuca nos caminhos da história.....pág. 21

Metodologia..... pág. 46

Fontes (documentos) e arquivos.....pág. 53

Capítulo 1 – Conexões da capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica.....pág 64

1.1- Pernambuco, o Atlântico e a Monarquia Hispânica.....pág. 66

1.2- Os donos de Pernambuco: a história dos Albuquerques Coelho.....pág. 117

Capítulo 2 – Os preparativos para a guerra holandesa.....pág. 145

2.1- A menoridade de Duarte de Albuquerque Coelho.....pág. 147

2.2- Matias de Albuquerque e os antecedentes da guerra holandesa.....pág. 166

2.3 – O Conde de Pernambuco diante do desafio do Brasil Holandês.....pág. 197

Capítulo 3 – Duarte de Albuquerque Coelho: entre memórias e histórias.....pág. 209

Capítulo 4- O percurso final da vida do Marquês de Basto e a corte de Filipe IV.....pág 251

Considerações Finais.....pág 288

Arquivos e Fontes.....pág 294

Referências Bibliográficas.....pág 303

Anexos.....pág 313

Introdução - Paranãmbuco nos caminhos da história

"Dom João etc.

A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto o serviço de Deus e meu proveito e bem de meus reinos e senhorios e dos naturais e súditos deles é ser minha costa e terra do Brasil mais povoada do que até agora foi assim para se nela haver de celebrar o culto e o ofícios divinos e se exaltar a nossa santa fé católica com trazer e provocar a ela os naturais da dita terra infiés e idólatras como pelo muito proveito que se seguirá a meus reinos e senhorios e assim naturais e súditos deles de se a dita terra povoar e aproveitar por bem de a mandar repartir e ordenar em capitanias de certas em certas léguas para delas prover aquelas pessoas que me bem parecessem pelo que resguardando eu aos muitos serviços, que Duarte Coelho, fidalgo da minha casa, a el-rei senhor e pai que santa glória haja, e a mim tem feitos assim nestes reinos como nas partes da Índia, onde serviu muito tempo, e em muitas coisas de meu serviço nas quais sempre deu de si mui boa conta, havendo como é razão de lhe fazer assim pelos serviços que até aqui tem feitos como pelos que espero que me adiante fará, por todos estes respeitos e por alguns outros que me a isto movem e por folgar de lhe fazer mercê de meu próprio moto e certa ciência poder real e absoluto sem mo ele pedir nem outrem por ele, hei por bem e me apraz de lhe fazer como, de feito, por esta presente carta faço mercê, irrevogável doação, entre vivos valedoura, deste dia para todo sempre, de juro e herdade, para ele e todos seus filhos, netos e herdeiros sucessores que após ele vierem, assim descendentes como transversais e colaterais, segundo adiante irá declarado, de sessenta léguas de terra da dita costa do Brasil, as quais se começarão no Rio S. Francisco, que é do Cabo de Santo Agostinho para o sul"[2]*...*

[2] ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83. A carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho é um documento disponível e transcrito em linguagem portuguesa atual, data de 05 de setembro de 1534 em *História da colonização portuguesa do Brasil***:** edição monumental comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto [Portugal]: Litografia Nacional, 1921-1926. t II, p 312-313. Utilizamos a transcrição desse importante trabalho. Mas também é possível encontrá-lo no anexo do artigo de Eurico de Ataíde Malafaia. IN: MALAFAIA, Eurico de Ataíde. *Duarte Coelho e Beatriz de Albuquerque, Raízes de Pernambuco*. Academia Portuguesa de História. A intervenção do Acadêmico foi realizada em Lisboa, no dia 02 de Julho de 2003.

(Carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho)

Paranãmbuco nos caminhos da história

Em 1534, o sistema de Capitanias Hereditárias deu início a colonização portuguesa nas Américas e Pernambuco foi um dos berços dessa colonização.[3] A carta régia de doação da capitania de Pernambuco destinada a Duarte Coelho Pereira foi uma mercê real concedida por Dom João III. Foi através desta carta, que Pernambuco passou a ter sua história registrada e inscrita na cultura ocidental, mesmo que houvesse antes nessa região uma história indígena milenar ou que pudesse haver alguma descrição cartográfica ou carta de viajante.

Pontuado, que nossa história tem uma visão eurocêntrica e que ela se inicia a partir de um benefício, cabe dizer que Duarte Coelho Pereira é descrito por Dom João como fidalgo, que serviu por muito tempo nas Índias e que tinha bons serviços prestados e desta maneira merecia ser recompensado. Sebastián Covarrubias faz uma longa definição no *Tesoro de la lengua castellana o española* da palavra Fidalgo, que segundo ele é "*un termino muy proprio de España*",[4] porém muito utilizado em Portugal e definido na maioria dos dicionários de língua portuguesa como filho-de-algo. Dessa maneira, seu sentido é apresentado relacionando os indivíduos aos títulos de nobreza, fidalguia e aristocracia.[5] Dentro da sua vasta descrição, Covarrubias define Fidalgo como "*el hombre de bien y noble, como de guardar fee y palavra, y ser fiel a quien deve*".[6] No primeiro capítulo quando tratamos da história dos Albuquerques Coelho problematizaremos a "fidalguia" dos Albuquerque Coelho e de como através do matrimônio eles conseguiram ascender socialmente.

O trecho da carta acima concede a Duarte Coelho as terras que vão do Rio São Francisco ao Cabo de Santo Agostinho, pois o representante do poder absoluto designava que

---

[3] PUNTONI, Pedro. *A provedoria-mor: fiscalidade e poder no Brasil colonial.* IN: *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*; Ana Paula Megiani, José Manuel Santos Pérez, Kalina Vanderlei Silva. São Paulo: Humanitas, 2014. p 59.

[4] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 400v.

[5] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004. p 894.

[6] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 400v.

a santa fé católica fosse levada aos naturais infiéis para sua costa e terra do Brasil. Tendo em vista que Duarte Coelho era um fidalgo com muitos anos de serviços prestados e que a doação da capitania foi uma forma de reconhecimento. É na carta de doação, que podemos verificar as primeiras obrigações donatariais, assim como encontrar informações pioneiras sobre seu povoamento e defesa das novas terras do reino. Portanto, a carta de doação é repleta de informações sobre obrigações e responsabilidades, além de direitos e prerrogativas do donatário. Nela existem muitas informações sobre a jurisdição da capitania e o início da colonização, além de trazer algumas curiosidades como a construção da primeira casa realizada por Cristóvão Jacques.

Mas talvez, as informações mais relevantes da carta de doação, além da definição dela como mercê real, que passa a capitania para Duarte Coelho em caráter hereditário são os detalhes referentes a responsabilidade donatarial e de sua jurisdição. Ao longo da tese veremos que os poderes dos Albuquerques em termos de jurisdição serão diminuídos ao passar das gerações. A carta assinada em Évora determinou as primeiras obrigações do donatário, descreve o que ele podia e não pode fazer, bem como estabelece o que é ou não patrimônio do reino e do donatário. Sendo assim, no início da colonização, Duarte Coelho possuia plenos poderes jurisdicionais, entre eles, o de escolher ouvidores, juízes e oficiais, desde que tivesse o consentimento reinol. Também era do poder e obrigação donatarial criar vilas, prover tabeliães públicos e judiciais, porém estava vedado a criação de sesmarias. Como patrimônio, Duarte era possuir de todas as moendas d'água, marinha de sal e engenhos que pudesse haver e fazer, mas caso não conseguisse realizar e manter sozinho deveria solicitar licença e pagar foro ou tributo para realizar tal empreendimento.[7]

Porém, o donatário estava proibido de ganhar imposto de juros e deveria pagar o dízimo de Deus à Ordem do Mestre de Nosso Senhor Jesus Cristo (Ordem de Cristo) já que o Rei era o administrador de tal Ordem e deveria entregar metade da dízima da pescaria de toda costa ao reino, além de "guardar e conservar o Brasil". O rei também deixava claro que sisas, imposições, tributos e impostos eram de exclusividade do Reino. Dessa maneira, D. João escreveu: "derrogo a lei mental e quaiquer outras leis, ordenações, direitos, grosas e costumes, que em contrário disto haja ou possa haver por qualquer via e modo que seja".[8]

[7] ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83.

[8] Idem. ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83.

O tema da jurisdição da capitania de Pernambuco já foi objeto de estudos de diversos historiadores. Vale a pena destacar, sobre esse assunto, o trabalho da historiadora Virgínia Almoêdo, que demonstrou que a palavra do rei era o maior poder de justiça que poderia existir ou que era o maior juramento que podia acontecer no Império Ultramarino Português. Neste trabalho, a historiadora consegue mostrar que a visão das Capitanias Hereditárias como maléficas e sem sucesso são equivocados, pois elas se caracterizaram como um modelo adaptado do regime senhorial português na América, que teve eficácia e que foi muito bem adaptado a lógica colonizadora.[9] Comunga da mesma opinião que Almoêdo, o português Eurico de Ataíde Malafaia, que fez uma interessante analise da carta de doação, do foral e de algumas cartas que Duarte Coelho escreveu ao rei. Malafaia faz uma crítica a essa lógica equivocada de fracasso das Capitanias Hereditárias, assim como a noção que apenas Pernambuco e São Vicente foram capitanias de exemplos de sucesso.[10]

Cabe dizer, que nos livros didáticos de história do Brasil, esse discurso é repetido em quase todos quando se trata do assunto das Capitanias Hereditárias. Ainda segundo Eurico de Ataíde Mafalaia, uma das obrigações donatariais era de fazer valer as leis, de governar e de administrar. Segundo este pesquisador, em 1549 o Padre Manuel da Nóbrega criou uma situação embaraçosa entre Duarte Coelho e Dom João porque em um de seus elogios ao donatário dizia que Duarte e Dona Brites eram tão virtuosos, que não castigavam com a justiça do Altíssimo e que faltava em Duarte um bom regime de justiça.[11] É provável que informações como essa do Padre Nóbrega devem ter prejudicado a imagem de Duarte junto a Dom João.

---

[9] ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de**.** *PALAVRA DE REI ...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese de Doutorado em História UFPE-CFCH. Recife, 2001. Uma das conclusões de Virgínia Almoedo é provado ao longo da tese demonstrando sua longevidade.

[10] MALAFAIA, Eurico de Ataíde. *Duarte Coelho e Beatriz de Albuquerque, Raízes de Pernambuco*. Academia Portuguesa da História. Intervenção do Académica. Lisboa, 2 de Julho de 2003. p 18. Para o autor a preocupação do rei foi injusta.

[11] Idem. MALAFAIA, 2003. Op. Cit. p 17. Nas palavras de Eurico Ataíde Malafaia: "Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto é fama que têm e, certo, creio que por ele, não castigou a justiça do Altíssimo, tantos males até agora; e porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regime da justiça e por isso a jurisdição de toda a costa devia ser de Vossa Alteza".

Outro trabalho de destaque sobre o assunto da jurisdição da capitania de Pernambuco foi realizado por Vera Lúcia Costa Acioli, que destacou a relação íntima entre jurisdição e administração, problematizando a relação de Pernambuco com suas capitanias vizinhas.[12]

O tema da história de Pernambuco na Colônia recebeu atenção de uma infinidade de historiadores. A maioria dos estudos referentes a esse período estiveram durante muito tempo ligados ao tema da História da Colonização Portuguesa. As primeiras informações a respeito da história da capitania de Pernambuco e do registro da palavra antecedem ao período dos descobrimentos, em que o nome da região está ligado a história nativa dos índios, que viviam na região entre Pernambuco e Itamaracá, que a denominavam como *Paranã-puka*, linguagem Tupi Guarani.

De acordo com Pereira da Costa, o primeiro registro a respeito do vocábulo Pernambuco foi escrito por Bento Teixeira, em Prosopopéia e data de 1601.[13] Porém, em Portugal a referência da região aparecia muitas vezes escrita de outras formas como *terra de Duarte Coelho* ou *terra de Santa Cruz* .[14] O mapa com a imagem mais antiga da capitania de Pernambuco, aparece mais tarde com o nome de capitania de Jorge de Albuquerque. Essa representação pertence ao acervo da Biblioteca da Ajuda e foi atribuída a Luís Teixeira no documento de título *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*.[15] Jaime Cortesão chegou a datar o documento entre 1573 a 1578, mas o estudo de Malba Ferreira da Costa, que foi

---

[12] ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII*. Apresentação de Denis Bernardes. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Ed. da UFPE, 1997. No exemplar deste livro na biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello a autora na dedicatória do livro agradece a Gonsalves de Mello pelo gosto da paleografia e na história dos artistas.

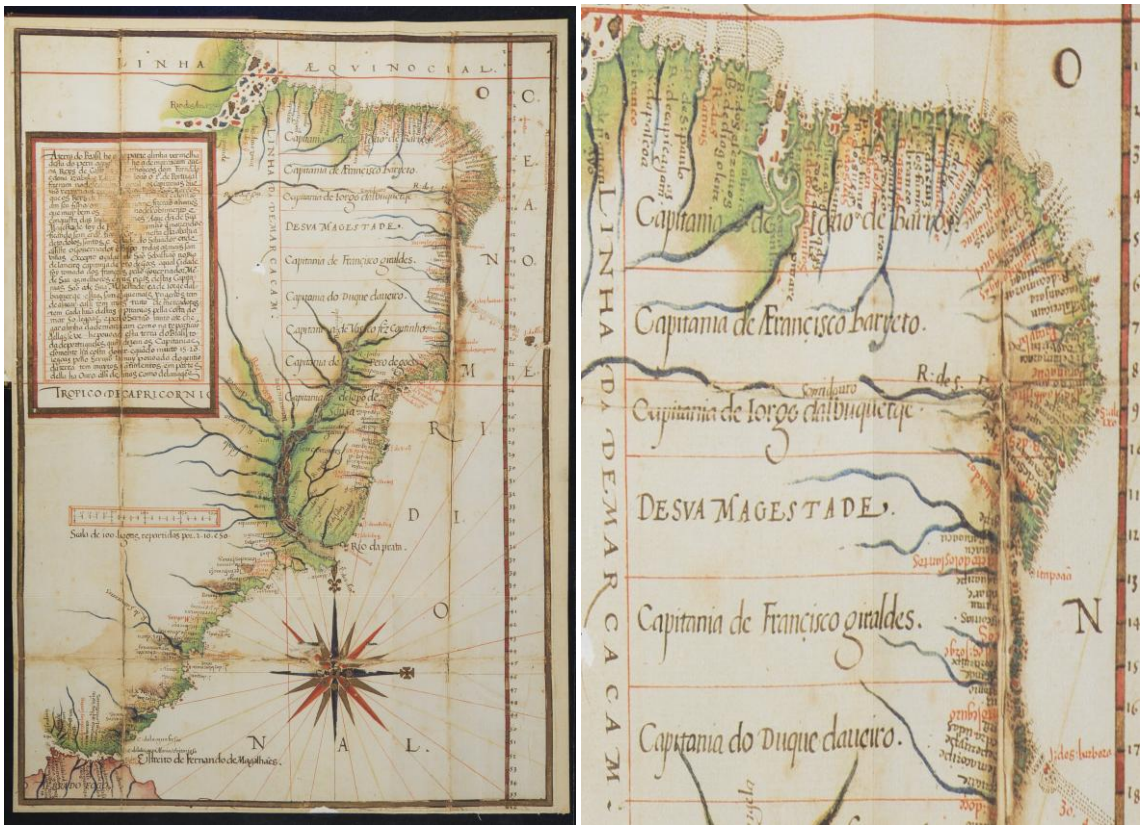
[13] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos 1493-1590. Primeiro Volume*. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1983. p 91.

[14] Pereira da Costa utiliza a interpretação Varnhagen já que ele de não teve acesso a essa documentação que se encontra documento da Torre do Tombo, em Lisboa. A documentação é um requerimento de Álvaro Dias, documento que solicita mercês de licença para levantar na Europa 4 mil quintais de pau-brasil. Muitos dos documentos utilizados por Pereira da Costa são aproveitados pelo seu profundo conhecimento da historiografia ou de publicações de documentos em revistas de Institutos Históricos. Pereira da Costa não realizou pesquisas no exterior e na sua época ele não tinha acesso aos documentos via as digitalizações possíveis nos dias de hoje. Idem. p 89.

[15] Utilizei a publicação do apógrafo da Biblioteca da Ajuda cedido gentilmente por Leonardo Dantas Silva. Existe também uma obra rara, publicada na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, que perteceu a José Antônio Gonsalves de Mello. IN: *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988. p 34. A obra rara do Instituto Ricardo Brennand data de 1968. IN: AIRB, Arquivo e Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand. Obra rara de referência ORR A0312. Referência: TEIXEIRA, Luís. *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil.* Rio de Janeiro: INL, 1968. il., 37,5 x 28 cm.

diretora da Biblioteca da Ajuda revelou que o mapa data de um período um pouco anterior, entre 1572 a 1575.

Imagem I – Mapa da Costa do Brasil com primeira referência a capitania de Pernambuco



Primeiro mapa com a capitania de Pernambuco nomeada como capitania de Jorge de Albuquerque.
Ao lado o detalha do mapa das capitanias

Segundo Cândido Mendes, que baseia parte do estudo de Pereira da Costa, a atribuição do nome Pernambuco, ocorre porque os portos de Olinda e Itamaracá se chamavam de *Paranã-puka* em linguagem indígena tupi ao se referir ao canal de Santa Cruz. Essa informação pode ser corroborada por alguns viajantes, cronistas e outro documentos da época como Frei Vicente do Salvador, que talvez tenha sido quem melhor relacionou a palavra ao

lugar, dizendo que "*Pernambuco, que quer dizer mar furado, em respeito a uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamaracá*".[16]

Contudo, alerta Pereira da Costa que suas variações estiveram presente ao longo do tempo aparecendo escrito nos documentos nas formas de *Parañabuco, Paranãnbuku, Paranabuca, Fernambuco* entre várias outras até chegarmos a denominação de Pernambuco.[17] De certa forma, podemos considerar que *Pernambuco* é então um aportuguesamento da expressão Tupi Guarani que originou o nome atual. Portanto, o nome da capitania tem sua origem ligada a história indígena e as suas primeiras descrições na história foram realizadas por colonizadores e viajantes.

Ambrósio Fernandes Brandão, descreveu Pernambuco como uma capitania que possuía "riqueza e abundância à fama que dela dão os que a viram pelo olho. É de senhorio, porque de presente é Capitão e Governador dela, por sua Majestade, Duarte Coelho de Albuquerque, a quem importam as pensões, redizima e outros direitos".[18] No período colonial, muitos escritores abordaram Pernambuco, mesmo que seu objetivo não fosse falar propriamente da história da capitania, mas em virtude de seu papel de destaque no período inicial da ocupação e também em virtude da economia açucareira, muitos relatos e escritos terminaram servindo como importantes fontes da história da capitania como é o caso dos livros de Frei Vicente do Salvador e Frei Serafim Leite.[19]

Em uma gravura de 1643, feita pelo cartógrafo alemão George Marcgraf, que integrou a comitiva do conde João Maurício de Nassau-Siegen, que esteve na região durante os anos

---

[16] SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

[17] O melhor estudo sobre a origem da palavra Pernambuco é de Pereira da Costa. IN: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos 1493-1590. Primeiro Volume*. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1983. p 91, 92, 93. Lenardo Dantas Silva publicou um texto sobre o assunto, intitulado *Paranã-puka = mar furado*. IN: Silva, Leonardo Dantas. *Pernambuco e-história*. Diario de Pernambuco, 23 de julho de 2007. No seu texto Leonardo menciona que essa explicação é fácil de encontrar em vários viajantes como D. Francisco Manuel de Melo, em *Epanáforas*., que diz que "*Pernambuco, que quer dizer mar furado, em respeito a uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamaracá*", assim como frei Rafael de Jesus, em *Castrioto Lusitano* que escreveu que "...uma abertura à qual os naturais chamam *pernambuco*, que, em sua língua, é o mesmo que *pedra furada* ou *buraco que fez o mar de que se forma a garganta da barra*". p 5.

[18] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 27.

[19] Embora, um dos livros tenha um viés mais político outro religioso, ambas terminam sendo importantes fontes de pesquisa e de informações sobre a capitania. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa; Rio de Janeiro: Portugália: Civilização Brasleira, 1938-1950.

1637 a 1644, retratou a região vizinha entre a capitania de Pernambuco e a de Itamaracá no livro de Barléus[20] colocando a inscrição na gravura como *Paranambuca*, o que corrobora com as informações problematizadas anteriormente. A investigação sobre os primeiros documentos e informações do início da colonização da história de Pernambuco atraíram a atenção do historiador José Antônio Gonsalves de Mello, que estudou exaustivamente documentos relevantes como prosopopéia, a carta de doação e o foral.[21]

Imagem II- Mapa entre a divisa das capitanias de Pernambuco e Itamaracá

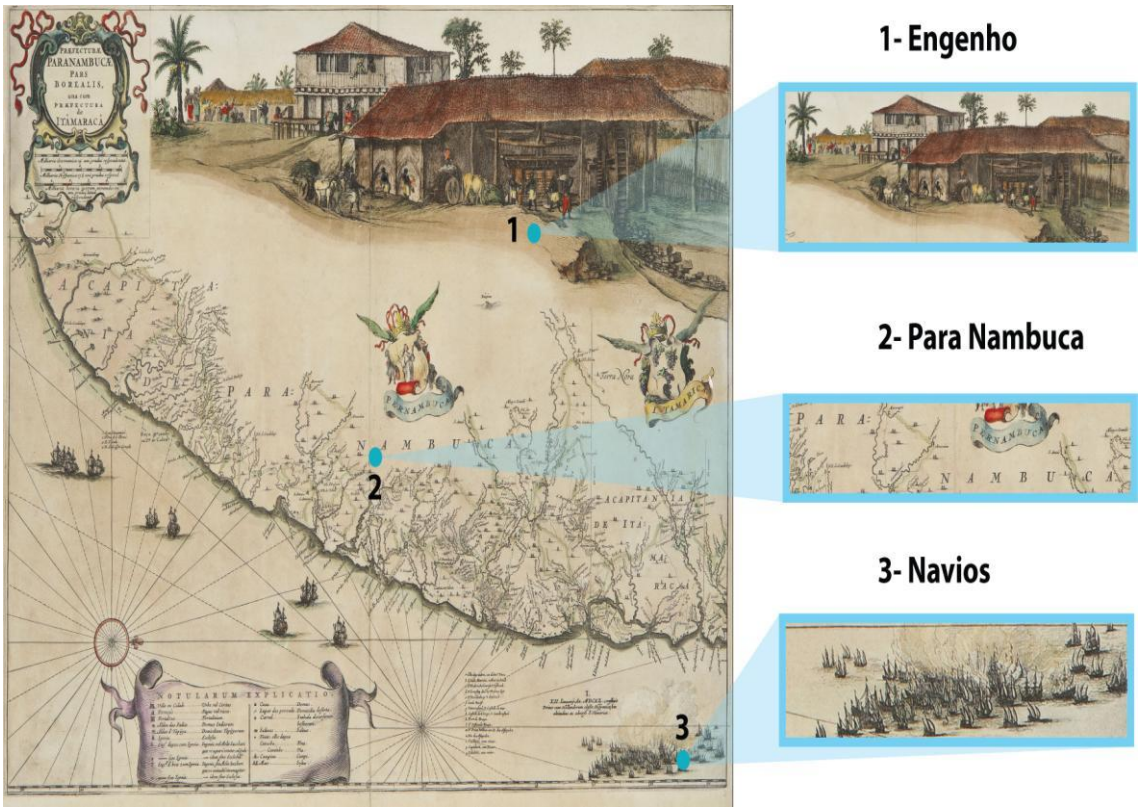


Imagem – Gravura atribuída a Georg Marcgraf que retrata as imediações entre as capitanias de Pernambuco e de Itamaracá. Gravura feita para ilustração do livro de Gaspar Barléu, retrata a região norte do litoral de Pernambuco, que exerceu local estratégico para tentativa de retomada do território e foi ponto de muita

[20] O nome do livro é *História dos Feitos Recentemente praticados durante os anos do governo de Maurício de Nassau, conhecido popularmente por livro de Barléus.* IN: BARLAEUS, Gaspar. *Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

[21] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco.* MELLO, José Antônio Gonsalves de. O chamado Foral de Olinda, de 1537: tentativa de reconstituição textual e de identificação da área por ele abrangida. *Revista do Arquivo Público***,** Recife, v. 11, n. 13, p. 41-57. Dez. 1974. 2 ed. aum. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO; CLEONIR XAVIER DE ALBUQUERQUE (org.). *Cartas de Duarte Coelho a El Rei***.** Recife: UFPE: Imprensa Universitária, 1967. 114 p., il. (Documentos para a História do Nordeste, 2).

discurssão na Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco. Marcgraf que inclusive morre em 1644 em Luanda, Angola.

Após o período da colonização, a produção historiográfica no período imperial abandonou mais o viés panegírico e passou para uma crítica mais profissional através dos positivistas do século XIX. As análises sobre Pernambuco ganharam contribuições de autores como Pereira da Costa, Oliveira Lima e José Higino Duarte, que foram fundamentais para a descoberta de novos documentos com fontes inéditas no Brasil e no exterior, bem como os registros dos viajantes. Embora, a maioria dos estudos brasileiros tivessem uma abordagem muito associada a história de Portugal outras relações começavam a ser pensadas. Oliveira Lima, por exemplo, na abertura de seu livro escreveu que "a humanidade é devedora a Península Ibérica", mostrando inclusive que "sacudia a Hespanha para as regiões ignoradas do ocidente".[22] José Higino Duarte Pereira realizou uma das mais importantes pesquisas arquivísticas nos arquivos holandeses. A escrita da história de Pernambuco recebeu atenção de historiadores que trabalhavam com a história colonial. Esses historiadores acreditavam que nesse período histórico poderiam encontrar as verdadeiras origens do país e as raízes do Brasil. Alguns desses autores buscavam dissociar a colônia do processo da Monarquia do antigo imperador Dom Pedro e encontrar saídas para dar explicação a nação que acabava de se tornar independente. Através deles começou a existir uma abordagem documental mais norteadora para as análises da escrita da história de Pernambuco.

Para o historiador brasilianista Stuart Schwartz, grande referência sobre a análise da administração do período colonial brasileiro, os historiadores de linha radicalmente diferentes chegaram a um consenso quanto a ideia de Brasil no período colonial como uma colônia mercantilista, em que a economia estava estruturada no latifúndio, escravista (assentada principalmente no trabalho escravo), orientado para a exportação e comandada por uma aristocracia de fazendeiros que "determinava" de várias formas sua vida social, mesmo em regiões não dedicadas a produtos de exportação. Durante meio século, esse pensamento hegemônico predominou sobre a historiografia brasileira colonial.[23]

---

[22] LIMA, Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Leipzig [Alemanha]: F.A.Brockhaus, 1895. p 1.

[23] SCHWART, Stuart B. *Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva*. Economia e Sociedade, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/497/06-Schwartz.pdf, último acesso janeiro 2020.

Ainda por volta da década de 1930, o Brasil contou com as análises e os trabalhos de Gilberto Freyre, que embora tenha sido acusado de romancear em sua análise a sociedade escravista, foi reconhecido internacionalmente por historiadores como Fernand Braudel, que em seu primeiro artigo na revista dos Annales, elogia a obra Casa-Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos.[24] Podemos dizer, que Pernambuco fez uma escola histórica porque tem uma tradição de obras que se tornam referências e livros clássicos. Podemos incluir como exemplos de obras clássicas os trabalhos dos primos José Antônio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello. A primeira edição da publicação de Tempo dos Flamengos data de 1947 e primeira edição de Olinda Restaurada de Evaldo Cabral de Mello é data de 1975.[25] Em um dos seus artigos mais recentes Evaldo Cabral de Mello chegou a afirmar que sem a obra de Gonsalves de Mello não seria possível ser realizada a sua.[26]

No acervo de cartas recebidas de José Antônio Gonsalves de Mello doada pela sua família para ser incorporado a Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand é possível encontrar a importância de José Antônio para os historiadores da época através de consultas sobre temas, documentos, acervos e arquivos. Entre as diversas correspondências existem cartas com autores e estudiosos da História Colonial do Brasil como intelectuais como Joaquim de Sousa Leão, Charles Boxer, Francis Dutra, Evaldo Cabral de Mello, Virgína Rau, Luís da Câmara Cascudo, Manuel Diegues Junior, Joaquim Veríssimo Serrão, Jordão Emereciano entre muitos outros historiadores. Nesse acervo é possível perceber o respeito que tinham ao conhecimento de Gonsalves de Mello, pois reconheciam seu trabalho de pesquisa. Algumas cartas trazem curiosidades, como por exemplo, as correspondências de Charles Boxer, que por simples bricadeira assinava como Francisco de Brito Freyre, Salvador Correia de Sá, João

---

[24] O artigo de Fernand Braudel que menciono é: *Através de um Continente de História* é datado de 1943. BURKE, Peter. *Tropicalização, tropicalismo, tropicologia: a contribuição de Gilberto Freyre.* IN: *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*. Roberto Motta e Marcionilla Fernandes, Rio de Janeiro, 2013. p 198. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. 573 p, il.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 2 v., il.

[25] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: José Olympio, 1947. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra do açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense Universitária: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

[26] MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *A obra de José Antônio Gonsalves de Mello*. IN: VIEIRA, Hugo Coêlho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda: Instituto Ricardo Brennand, 2012. As correspondências de Evaldo Cabral de Mello para José Antônio Gonsalves de Mello demonstram como eram importantes as consultas e orientações entre eles.

Fernandes Vieira, Henrique Dias entre outros personagens que eram assuntos de suas trocas de informações após escrever onde estavam documentos que acabava de encontrar.[27]

Além de Charles Boxer outro historiador que se correspondeu com José Antônio e que merece destaque em virtude do tema de nosso trabalho foi Francis Dutra. Por diversas vezez Dutra pediu orientação bibliográfica e solicitou informações sobre documentos e arquivos. Acreditamos que Gonsalves de Mello não escreveu nenhum livro sobre os Albuquerques Coelho em virtude dessa sua relação com Francis Dutra que já vinha com esse objetivo. Em 1965, por exemplo, Francis Dutra escreveu para Gonsalves de Mello para informar que continuava pesquisando sobre Matias de Albuquerque.[28] Mais tarde, as investigações de Francis Dutra foram publicadas na revista que José Antônio organizava do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.[29]

Contudo, é importante destacar os diversos temas abordados nos trabalhos de Gonsalves de Mello em relação aos Judeus, biografias, seu conhecimento da historiografia portuguesa, além da profundida documental que obteve pelos seus trabalhos de ter garimpado fontes em arquivos europeus. Seu contato com Gilberto Freyre ampliou seus horizontes no sentido de aproximação com a história social. Mas foi José Antônio Gonsalves de Mello que desenvolveu pesquisas nos arquivos dos Países Baixos nos anos de 1957-58-62 e esteve nos arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias). Sua obra está muito além de Tempo dos Flamengos, pois outros trabalhos são tão importantes como *Gente da nação*[30] e seu trabalho sobre *João Fernandes Vieira*[31], influente senhor de engenho da

---

[27] BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P1008. Carta escrita na Inglaterra, datada de 13 de novembro de 1966. Nessa carta Boxer assina como se fosse Diogo do Couto. BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0648. Carta escrita em Londres, 22 de março de 1952. Nessa carta Charles Boxer assina como Francisco de Brito Freyre. BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0507. Datado de 1970.04.09. Nessa carta Boxer solicita o catálogo da Roessingle na HAHR que gostaria de obter de Gonsalves de Mello e que lamentava que a obra estava esgotada. BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0608. Datado de 1959.03.16. Essa carta é interessante porque ele informa que em 1959 estava viajando ao Recife e gostaria de trabalhar sobre a "Guerra dos Mascates, e trabalhar naquela documentação nova que você (Gonsalves de Mello) tinha descoberto no Arquivo dos Franciscanos".

[28] BIRB, Correspodência sobre referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: DOC-COR P t.000239

[29] *REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO*. Recife: Imprensa Industrial, 1976. VOl. XLVIII.

[30] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1989. 552 p. Il.

[31] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*: mestre de campo, terço e infantaria. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1987.

época que é demonstra o conhecimento do autor sobre a história do Atlântico.[32] Os trabalhos deste historiador possuem um diálogo com nossa tese por ser referência na História Colonial de Pernambuco e na História do Brasil Holandês.

Cabe destacar, o trabalho inovador realizado nos anos 1980 por Alice Canabrava, que analisou a América numa perspectiva global. Esse trabalho foi pioneiro em relacionar o Brasil com o império espanhol e por isso foi reconhecido e homenageado por Fernando Braudel.[33] De acordo com George F. Cabral de Souza e João Fragoso, houve na historiograifa brasileira um predomínio de duas percepções historiográficas da época sobre a colônia no Brasil, sendo uma marcada pela percepção de cunho filo-marxista, que centravam sua análise no sentido da colonização, e outra baseava nas relações colônia-metrópole destacando o patriarcalismo rural.[34] Datam desse período, os trabalhos de Caio Prado Júnior e Celso Furtado que enxergava no período colonial a justificativa para o atraso do Brasil.[35] Para esses intelectuais, a integração de Portugal na Monarquia Hispânica não havia significado profundo, nem relação com o Brasil, mas Jaime Cortesão já começava a pensar e discutir algumas questões relativas a coroa espanhola.[36]

No bojo das análises sobre o período colonial atualmente duas vertentes historiográficas tem predominado nas análises da historiografia brasileira. Tratam-se de duas importantes escolas historiográficas (perspectivas) brasileiras, que se formaram no sudeste do Brasil, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, a primeira denominada o Antigo Sistema Colonial e a mais recente denominada de Antigo Regime nos Trópicos. A maior referência da primeira corrente historiográfica gira em torno da obra *Portugal e o Brasil no Antigo Sistema*

---

[32] Essa é uma análise realizada pelo historiador Rômulo Xavier nas aulas de história e que nós aqui fazemos uso. Alguns cadernos de manuscritos das viagens de pesquisa de José Antônio Gonsalves de Mello se encontram sob guarda e acervo particular do escritor Leonardo Dantas, do qual possui acesso aos mesmos ajudando inclusive na sua catalogação. Para maiores informações sobre o autor ver: GASPAR, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello*: cronologia e bibliografia. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. 1995.

[33] AGUILAR, Joselia. *Brasil à Francesa*. https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/09/104-107-168.pdf, data do último acesso jan 2020. CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

[34] SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial (c.1654-c.1759).* Prefácio de Maria Fernanda Bicalho. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p 38. FRAGOSO, João. *A américa portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna*. João Fragoso, Roberto Guedes, Thiago Krause. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p 20.

[35] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, c1959.

[36] CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das índias de Castela (1580-1655).* Salamenca: Tese de Doutoramento, 2012. p 26.

Colonial de autoria do historiador Antônio Novaes.[37] Ainda hoje, o trabalho deste pesquisador influencia a historiografia da escola paulista, assim como parte dos historiadores brasileiros que trabalham com o período colonial, especialmente a produção oriunda da Universidade de São Paulo (USP). A tese central dessa corrente historiográfica parte da ideia de uma economia colonial assentada em uma natureza latifundiária, baseada na monocultura da cana de açúcar, onde sua produção e riqueza estavam voltadas para o mercado externo. Nas análises dessa corrente, a lógica do exclusivismo e da submissão colonial são matizes fundamentais em suas análises. Esta corrente foi inovadora para o período e seus estudos sobre a identidade brasileira e sua linha de pensamento ainda predominam parte da historiografia brasileira, embora venha perdendo força e espaço para a nova abordagem do conceito Antigo Regime nos Trópicos, que tem ganhado cada vez mais adeptos.

Segundo Stuart Schwartz, a crítica que recai sobre a perspectiva do Antigo Regime nos Trópicos, é que ainda predomina a noção de que o setor escravista exportador ainda foi o principal motor da vida na colônia. Para Schwartz, embora o comércio interno na colônia possa ter se desenvolvido desviando o foco das grandes plantações exportadoras escravistas demonstrando ou criando uma falsa dicotomia abordando uma análise estrutural sobre o fim do século XVIII e desviado o foco das grandes plantações. Essas críticas de Schwartz são direcionadas principalmente aos trabalhos do "O Arcaísmo como projeto" e "Arraia-miúda".[38]

Em contrapartida a essa análise, houve uma imposição epistemológica, que começou a diminuir a partir do contato de historiadores brasileiros com a historiografia ibérica, mais com a historiografia portuguesa é bem da verdade, assim como da historiografia anglo-saxônica e assim começarama a surgir trabalhos que valorizassem, pesquisassem e refletissem a importância da produção local, seus agentes e suas conexões com a África, Ásia e sua importância para além da dimensão geográfica do atlântico.

A partir dessa nova perspectiva outras abordagens surgiram para estudos culturais, das mentalidades, gênero e escravidão, mesmo com uma grande variedade e abundância de estudos sobre este tema. Os novos estudos, sob a perspectiva do Antigo Regime nos Trópicos, têm buscado "esprimir", termo utilizado por Russel-Wodd, documentações primárias em arquivos de Luanda, Maputo, Goa, Roma, Lisboa, Londres, Paris, Haia, Sevilha, Simancas,

[37] NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1979.

[38] SCHWART, Stuart B. *Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva*. Economia e Sociedade, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/497/06-Schwartz.pdf, último acesso janeiro 2020.

Madrid e Providence nos Estados Unidos. Os novos olhares, segundo Russel-Wood evocam o modelo "centro-periferia" de Edward Shile, sendo próximo e algumas vezes influenciado pelas perspectivas do conceito de "sistemas mundiais" de Immanuel Wallerstein e de "autoridades negociadas" de Jack P. Greence, para analisar os desdobramentos do Império Ultramarino Português.

Essa nova forma de análise, também se aproxima do trabalho do historiador indiano Sanjav Subrahmanyan, que é considerado um pioneiro no conceito de histórias conectadas, que coloca em cheque inclusive alguns conceitos cristalizados da perspectiva do Antigo Sistema Colonial, como questões relativas ao pacto colonial e do exclusivismo mercantil. Os historiadores que trabalham com a perspectiva do Antigo Regime nos Trópicos têm questionado as noções bipolarizadas e dualistas da escola paulista, sendo mais flexível e averiguando a fundo as documentações para análises mais detalhadas dos relacionamentos pessoais, das famílias, de comércio, poder, e de práticas e crenças religiosas.

Conforme destacou Vitorino Godinho Magalhães, o Antigo Regime Português se caracterizava como um império comercial através de um valioso tráfico de escravos, entrepostos comerciais em pontos estratégicos e negociação de especiarias, como no caso do Brasil, o açúcar.[39] De acordo com João Fragoso, é diante desse contexto descrito por Godinho, que podemos observar uma Atlantização cada vez maior da política ultramarina. Fragoso pontua ainda, que após o descarte da hipótese de Celso Furtado, de que a empresa açucareira fora toda custeada pelo capital holandês, a perspectiva do Antigo Regime no Trópicos fica cada vez mais próxima e conectada com o comércio do Atlântico Sul, em especial com Angola e a bacia da prata, deslocando assim o olhar da economia de *plantation* do Rio de Janeiro para seu porto e acumulação mercantil em dimensão atlântica.

João Fragoso, ao demonstrar a importância do Rio como praça mercantil, local portuário e estratégico para os negócios negreiros em seus estudos despertou um maior interesse para obvservar que a acumulação primitiva de capital esteve muitas vezes fora do controle metropolitano. Ao perceber a formação de uma elite colonial entre contratadores, o que ele entende por primeira elite, a noção de império português é reforçada não apenas como um povo conquistador, mas negociante.[40] Uma das características da sociedade do Antigo

---

[39] MAGALHÃES, Vitorino Godinho, *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro.* Disponível em: file:///C:/Users/Hugo%20Vieira/Downloads/35730-Texto%20do%20artigo-42074-1-10-20120802%20(1).pdf

[40] FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. IN: *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*.

Regime era de que o comércio era uma das vias e possibilidades de sustentar uma hierarquia social baseada na diferença de qualidades. Ao analisar a formação da primeira elite carioca, João Fragoso destaca sua característica de conquistadores (povoadores) e envolvidos na administração pública para poder comandar a sociedade colonial. Se o Império Português precisava expandir e conquistar através do comércio, mesmo que não tivesse efetivo populacional para isso, eles precisavam criar um conjunto de mecanismos econômicos. Nesse caso, João Fragoso entende que o Império Ultramarino Português precisou expandir e conquistar comercializando, mesmo sem efetivo e mantendo benefícios mútuos com um bem comum. A tese central desse historiador entende que com a criação de postos no império e a abertura de negócios houve um ambiente favorável a criação de fortunas, sendo a câmara ultramarina um local de interferência ou local para o bem comum. O conceito de economia do bem comum levantado pelo autor traz a noção que o conjunto de regras eram imperfeitos e que por isso possibilitavam privilégios e acumulação de capital não observado antes ou não interessado pela perspectiva do Antigo Sistema Colonial. A teoria do bem comum entende que tanto o mercado quanto a hierarquia social estão baseadas numa rede de reciprocidades. É nessa estratificação da sociedade do Antigo Regime, que João Fragoso destaca os "homens bons" tanto em Portugal quanto no Brasil como elemento de distinção pela "nobreza da terra", que podem ser evidenciados nos casos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. A noção de economia do bem comum tem influenciado parte da historiografia colonial brasileira, que trabalha na perspectiva do Antigo Regime nos Trópicos, que observa as influências da acumulação de riqueza sem deixar de lado a análise do jogo político, que investiga as alianças nas câmaras, as inflluências nas redes familiares, como a questão dos dotes por exemplo. Nessa perspectiva, destacam-se como objeto de pesquisa os arrematadores de impostos, o que demonstra a existência de um um mercado consumidor interno na colônia e que possibilitou o enriquecimento dos homens de negócios. Contudo, Fragoso demonstra que essa primeira elite colonial se diferenciava da nobreza metropolitana em relação a tolerância aos cristãos-novos.

Outro trabalho que fortalece a perspectiva do Antigo Regime nos trópicos é a tese de Antônio Manuel Hespanha, que a partir de uma visão foucaultiana da história tem influenciado algumas pesquisas em temas relativos a jurisdição, mobilidade social e administração colonial. Esse historiador retoma uma questão chave do pensamento foucaultiano, que é a noção de poder e suas heterotopias, que entende o poder como algo que

---

João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

está em trânsito e mudança. Nesse sentido, as microformas de poder se aproximam e demonstram uma análise mais aproximada das vivências e da realidade local, bem como das dinâmicas do cotidiano de cada lugar. Segundo Hespanha, desde 1980 que as categorias de Estado com poder absoluto como foi pensada durante muito tempo perdeu sua centralidade e força nas sociedades do Antigo Regime. Em seu trabalho mais conhecido no Brasil, intitulado *As Vésperas do Leviathan*, ele demonstra a pluralidade e a instabilidade das jurisdições como traço característico das constituições políticas da primeira modernidade.[41] Na relação entre metrópole e colônia o autor mostra que a capilaridade e a fragilidade da monarquia coorporativa do poder, que esteve limitada e hierarquizada a partir de situações práticas locais e da complexidade das relações familiares (parentesco) e de poder, bem como de amizade e interesses comerciais. Além disso, Hespanha demonstra que mesmo com o grande detalhamento de regimentos e de criações como a do Conselho Ultramarino as jurisdições do colonizador abriam margem para os recursos serem julgados pelas suas leis locais. O trabalho deste historiador reforça a míriade de complexidade ao trabalhar com as leis da sociedade do Antigo Regime e enfraquecem a perspectiva da escola paulista do Antigo Sistema Colonial. Em suma, os trabalhos de Hespanha demonstram que as sociedades imperiais do Antigo Regime nos Trópicos fortalecem sua tese de que existem contradições na centralidade do império e de suas hierarquias e que faltou domínio do centro sobre a periferia.[42]

Um dos trabalhos de peso que tem dado substância a perspectiva da historiografia baseada no Antigo Regime nos trópicos tem sido a produção de Maria Fernanda Bicalho com o estudo específico as câmaras ultramarinas.[43] Um dos historiadores que tratou desse assunto foi Charles Boxer, que demonstrou a importância de compreender a lógica do império ultramarino de forma hierarquizada. O estudo das câmaras ultramarinas tem servido como ponto fundamental para compreensão da formação das elites brasileiras e entendimento com a relação monárquica, tendo em sua teia burocrática: oficiais, almotacés e escrivães, que

---

[41] HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

[42] Inclusive na resposta de Hespanha as críticas feitas por Laura de Mello Souza o historiador português demonstra que outros importantes e renomados trabalhos corroboram com sua perspectiva como é o caso dos trabalhos de Pedro Cardim e Jean Frederic Schaub. IN: HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

[43] BICALHO, Maria Fernanda. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. IN: *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

fixavam pessoas, vigiava os preços e legalizavam as leis, contribuindo assim para colocar em prática a administração.

Desta maneira, a camâra foi por sua vez, um dos canais, não o único, para o reconhecimento da nobreza. Os cargos camarários eram disputados por grupos influentes economicamente das localidades e evidenciam o poder, assim como possibilita uma perspectiva de estudo que se aproxime com o conceito de Antigo Regime, podendo de acordo com o que a documentação demonstrar o enfraquecimento ainda maior da centralização monárquica. Para Maria Fernanda Bicalho, a câmara possibilita uma ampliação de perspectiva, como por exemplo a câmara de Luanda (Angola), que foi peça chave do império Atlântico no fornecimento de escravos.

Se por um lado, o entendimento do Antigo Sistema Colonial é centrado nas sombras da côlonia pelos mandos da metrópole, assentada na lógica do exclusivismo colonial e na organização administrativa, por outro lado a lógica do Antigo Regime nos trópicos pensa a colônia como um corpo articulado, ordenador e hierarquizado por "vontade divina', tendo o Rei como cabeça deste corpo, em que caberia a ele a distribuição de mercês e o exercício da justiça em nome do bem comum. O ápice desse embate conceitual entre Antigo Sistema Colonial com o Antigo Regime nos trópicos ficou mais latente pelo posicionamento e da renomada historiadora Laura de Mello Souza, que fez duras críticas no livro O Sol e a Sombra ao trabalho de Antônio Manuel Hespanha, alertando a historiografia brasileira motivada por ele a partir dessa perspectiva, inclusive sua crítica proporcionou debates acalorados posteriarmente.[44] Esse cheque de perspectiva ocorre porque

Para José Carlos Viladarga, existe uma "certa oposição entre uma história que busca mais conexões, e outra preocupada com a temática da centralização e autonomia",[45] que são armadilhas que também buscamos evitar em nossa tese para dá mais ênfase aos elementos conectivos. Para este historiador, uma perspectiva não deve anular a outra em virtude das

---

[44] A maior crítica a obra de Antônio Manuel Hespanha no Brasil foi realizada pela historiadora Laura de Mello Souza na introdução de seu livro O Sol e a Sombra. Para esta referência da escola paulista Hespanha supervaloriza a lei... IN: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 27-77. As críticas de Laura de Mello e Souza foram respondidas pelo historiador português no texto. Para Hespanha... HESPANHA, Antônio Manuel. *Depois do Leviathan.* Almanack Braziliense, N 05, maio 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Hugo%20Vieira/Downloads/11658-Texto%20do%20artigo-14534-1-10-20120513.pdf, último acesso maio 2019. (Melhorar essa nota)

[45] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. p 28.

diversas questões que devem ser problematizadas pela política imperial.[46] Logo, as questões de autonomia são tão importantes quanto as questões centralizadoras. Em nosso trabalho essas questões não são tão díspares, mas acreditamos que para a perspectiva de história conectada ao qual acreditamos estar mais vinculado o Antigo Regime nos trópicos, o que possibilita melhores reflexões sobre as trajetórias e os intinerários familiares a partir das redes que foram tecidas. Contudo, entendemos que para existir essa "nova"[47] abordagem foi preciso serem desenvolvidos tanto os trabalhos das historiografias positivistas do século XIX, assim como historiografias com um caráter mais ensaísticos como os de Celso Furtado e Caio Prado, que influenciaram a historiografia de cunho filo-marxista, que notadamente continua sendo reproduzida pela historiografia paulistana e ressignificada com a chamada perspectiva do Antigo Sistema Colonial. Por sua vez, o Antigo Regime nos trópicos inova com um olhar mais voltado para a dinâmica na colônia em virtude de pensar nas brechas do sistema, que a documentação demonstra que foram mais comuns do que se imaginou.

Porém, antes mesmo dessa mais recente discussão, houve na historiografia brasileira inúmeros trabalhos referentes ao período da ocupação holandesa no Brasil, analisando os anos de 1624 à 1654 e que dialogam com nosso corte temporal. As investigações historiográficas sobre o Brasil Holandês foram muito inúmeras, atraindo a atenção de uma infinidade de pesquisadores de diversos países, chegando Alfredo de Carvalho (1870-1916) a afirmar no livro "Olinda Restaurada", de João Baers, que "nenhuma fase da história nacional possui tão abundante literatura como o atribulado período da dominação holandesa no Brasil Oriental"[48]. Também compartilha desta mesma opinião, José Honório Rodrigues, ao escrever, "Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil.[49] Os pioneiros estudos sobre este período são marcados por uma historiografia de caráter positivista, tendo início a partir da

[46] Idem. VILADARGA, 2010. p 28.

[47] O conceito de história conectada é interessante, mas essa noção de "novidade", que tanto pregam seus partidários deve ter um certo distanciamento, tendo em vista trabalhos que foram elaborados anteriormente como os de: Charles Boxer, Alice Canabrava, Russel-Wood, Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello que já desenvolviam trabalhos nesse prisma.

[48] Ver introdução. BAERS, João. *Olinda Restaurada.* Recife: Departamento de Cultura, 1997. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase)

[49] RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio Holandês no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

primeira metade do século XIX, com a obra de Pieter Marinus Netcher (1824-1903), dedicada a Dom Pedro II, Imperador do Brasil.[50]

No Brasil, o tema do Brasil Holandês ganhou notoriedade com Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), autor de *Histórias das lutas com os Holandeses no Brasil.*[51] Em 1885, por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (fundado em 1862) houveram importantes pesquisas e missões arquivísticas sobre o domínio holandês no Brasil passando a ter estudos de pesquisadores como José Hygino Duarte Pereira (1846-1901), que pesquisou nos arquivos dos Países Baixos, utilizou-se de documentos dos Estados-Gerais e do Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos[52], em Haia. Posteriormente, puderam Alfredo de Carvalho e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) desenvolver pesquisas com este acervo traduzindo documentos preciosos sobre o Brasil Holandês sem a necessidade de sair do país, o mesmo acontecendo inicialmente nos anos 1940 com José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002). Ainda no século XX, o historiador e professor alemão Hermann Julius Eduard Watjen (1876-1944), que mesmo passando pelas dificuldades de um campo de concentração, tornou-se uma das fontes mais importantes para o estudo dos holandeses no Brasil com sua obra, O Domínio Colonial Holandês no Brasil[53], chegando a influenciar o pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002).[54] Watjen sofreu muitas críticas pelo pouco uso das fontes portuguesas, uma dessas, pelo especialista na temática do império português, Charles Ralph Boxer.

Cabe destacar, a relevância dos estudos coloniais os trabalhos do historiador inglês Charles Ralph Boxer (1904 – 2000), que desenvolveu uma série de pesquisas acerca da presença portuguesa na China, no Japão, na Índia, no continente africano e no Brasil por volta das décadas de cinqüenta e sessenta, como a obra *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e*

---

[50] NETCHER, Pieter Marinus. *Les hollandais au Brésil: notice historique sur lês Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle.* Haia: Belifante Frères, 1853. 210p.

[51] VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Histórias das lutas com os Hollandezes no Brasil, desde 1624 a 1654*. Vienna d'Áustria, 1871. p.365

[52] A incorporação destes arquivos ocorreu no ano de 1856.

[53] WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938 Coleção Brasiliana (v.123).

[54] No prefácio da primeira edição de Tempo dos Flamengos em 1947, José Antônio agradece os conselhos e avisos transmitidos por correspondência de Watjen.

Angola,[55] abordando a colonização portuguesa no Brasil e na África, assim como seu livro clássico *Os holandeses no Brasil.*[56] Os estudos do Brasil holandês estão inseridos num emaranhado de temas relativos à expansão mundial, às grandes navegações e descobrimentos científicos, ao que Luis Felipe de Alencastro chamou de *O Tratado dos Viventes.*[57] Na escala de uma história comparativa este trabalho dialoga tanto com as pesquisas de Boxer, quanto com a análise de Felipe Alencastro, dentro do período que Joaquim Veríssimo Serrão denominou *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640.*[58] A partir da década de 1970 no Brasil, a historiografia referente ao Brasil Holandês passou a contar com os estudos do diplomata pernambucano, Evaldo Cabral de Mello, responsável por três obras consagradas relacionada a esta temática: *Olinda Restaurada,*[59] *Rubro veio*[60] e *O negócio do Brasil.*[61] Apesar de todas essas três obras estarem relacionadas ao período e trazerem importantes reflexões e referências sobre a temática, a obra *Olinda Restaurada* é a que mais dialoga com nosso trabalho.

Além de contarmos com uma ampla e valiosa historiografia temos também os registros dos olhares dos viajantes e cronistas que viveram o dia-a-dia da guerra e que servem para nossa investigação. Do lado luso-brasileiro contamos, por exemplo, com o registro do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho,[62] que escreveu no corte temporal conhecido como "guerra de resistência". Além de Duarte Coelho, temos a narrativa de Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), que participou da guerra de resistência, além ter privado da amizade do Conde João Maurício de Nassau, que entre 1637 e 1644 foi o Governador do Brasil Holandês. Já pela visão holandesa, outro trabalho que

---

[55] BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*: 1602-1686. Tradução de Oliveira Pinto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

[56] BOXER, Charles Ralph. *Os Holandeses no Brasil*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

[57] ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Viventes*: formação do Brasil no atlântico sul, século XVI e XVII. Companhia das Letras; 2000.

[58] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. Companhia Editora Nacional: 1968. (Coleção Brasiliana, Volume 336.)

[59] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Forense Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

[60] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

[61] MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669. Rio de Janeiro: 1998.

[62] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981

podemos contar é o livro de Gaspar van Baerle (1584-1648), conhecido popularmente como Barléus, que embora não tenha estado no Brasil foi o responsável por escrever, sob encomenda, a história do governo de João Maurício de Nassau[63], servindo como uma espécie de relatório de governo.

Os trabalhos referentes ao Brasil Holandês tem ganhado novos estudos de jovens historiadores, aprofundando assuntos caros ao período como o trabalho de Rômulo Xavier sobre administração, a obra de Bruno Miranda sobre os militares no período holandês e a guerra holandesa na Bahia sob uma perspectiva religiosa de Pablo Magalhães.[64]

Durante certo tempo, a historiografia portuguesa tratou o período da União Ibérica de forma passional ao tratar a história da restauração portuguesa com uma forte base ideológica de caráter nacionalista.[65] Por sua vez, a aproximação da historiografia brasileira com a historiografia portuguesa foi influenciada por essa intenção de repudiar e negar o domínio espanhol sob os portugueses e seu ultramar, em que se buscava o culpado para o "insucesso e fracasso" da colonização.[66] José Carlos Viladarga, pontua que houveram duas características marcantes, em que de um lado estava a "tentativa anacrônica de encontrar a nação portuguesa no final do século XVI; de outro, uma forte "hispanofobia" que rejeitou reiteradamente qualquer interferência espanhola nos destinos portugueses".[67] Esses dois pontos de vista inflluenciaram os historiadores brasileiros ou acentuaram esse repúdio a incorporação de Portugal a Espanha na tentativa de negar que o período filipino tivesse relação com o Brasil.

Na década de 1960, novos trabalhos sobre a restauração de Portugal e da união das coroas ibéricas são apresentados deslocando o foco temporal de 1580 para as mudanças

---

[63] BARLAEUS, Gaspar. *Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

[64] NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644).* Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento da Universidade Federal Fluminense, 2008. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).* Tese de Doutoramento da Universidade de Leinden, Países BAixos, 2011. MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. Equus Rusus. *A igreja católica e as guerras Neerlandesa na Bahia (1624-1654)*. Tese de Doutoramento da Universidade Federal da Bahia, 2010.

[65] TORGAL, Luis dos Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982. 2vols.

[66] Já pontuamos aqui que tanto o estudo de Eurico de Ataíde Malafaia desmistifica essa ideia que as capitanias hereditárias foi o insucesso ao mostrar a importância dela tanto pelas questões financeiras como pelas condições de povoamento, assim como o trabalho da Prof. Dra. Virgínia Almoedo, que demonstra a longevidade e as questões jurisdicionais na relação senhorial que ao passar do tempo ajustando a administração e buscando diminuir o poder do rei.

[67] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. p 39.

ocorridas dentro dos sessenta anos do período filipino refletindo sobre economia, comércio ultramarino e sobre os diversos interesses sociais de uma maneira mais profissional, esboçando uma nova forma de analisar o período em tela. De acordo com António Manuel Hespanha, a noção de "povo português, de atores coletivos começam na historiografia como um agente de ação, que encalça estratégias particulares e perfis variáveis, que oscilam dentro das conjunturas comerciais que vão aparecendo".[68] Data desse período os trabalhos de Eduardo d'Oliveira França, Joaquim Veríssimo Serrão e Vitorino Magalhães Godinho, que corroboraram na maioria das vezes com as idéias de Jaime Cortesão, alterando a posição do complexo histórico-geográfico.

Sobre o período da Monarquia Hispânica, podemos dizer, que um dos autores centrais, que ainda tem influenciado a historiografia brasileira e mundial é o trabalho sobre a Cultura na Idade do Ouro na Espanha, que vem sendo realizado desde 1987 pelo historiador Fernando Bouza Álvarez, pioneiro com a obra *Portugal no tempo dos Filipes* ao tratar diferente as questões políticas entre grupos de Portugal e Espanha, desconstruindo com fontes espanholas as questões da historiografia portuguesa nacionalista.[69] Dentro de uma nova perspectiva, a compreensão da restauração de Portugal passou nas décadas de 1990 e 2000 por diferentes historiadores, período em que a historiografia portuguesa também começou a reciclar seus estudos.

Além de Fernando Bouza, tem se destacado os trabalhos do historiador Rafael Valladares, que propõe um olhar global sobre os acontecimentos de dezembro de 1640, o qual é perpassado pelo aspecto fiscal, fazendo uma costura entre o evento português e contexto do mundo naquele momento. Valladares desloca a questão da Espanha perder Portugal e não que este conseguiu sua independência. Para este historiador, a independência de reino lusitano foi consequência do enfraquecimento da Casa de Áustria e do próprio império espanhol. Em *A independência de Portugal* de Valladares encontramos um trabalho que se diferencia dentro da historiografia da restauração não somente pelo posicionamento do autor sobre os acontecimentos analisados, mas, sobretudo, por procurar observar com maior afinco o lado espanhol que o lado português. No Brasil, destaca-se o trabalho do historiador brasileiro Evaldo Cabral de Mello para a compreensão da restauração lusitana e seu processo de

---

[68] HESPANHA, António Manuel. *A "restauração" portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641*. In: *Revista Penélope*. 1993, nº 9/10 p. 30.

[69] BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes*: política, cultura e representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000 p 11.

consolidação. Evaldo aborda detalhadamente à restauração pernambucana como um elemento dentro do processo da restauração de Portugal. Em *O negócio do Brasil* o autor procurou trabalhar a guerra dos campos de batalhas juntamente com a guerra diplomática lançada por D. João IV a fim de construir alianças com países inimigos da Espanha e obter o reconhecimento de sua monarquia.[70]

Podemos dizer, que uma geração de historiadores portugueses como Pedro Cardim, Antônio Manuel Hespanha e Diego Ramada Curto tem contribuído com a perspectiva de refletir as consequências da anexação de Portugal a Monarquia Hispânica para o Brasil. Dentro dessa complexidade buscamos nesse trabalho contribuir como isso reverberou no Brasil, especialmente na capitania de Pernambuco. A trajetória da família Albuquerque Coelho é uma das linhas de conexão que fez Pernambuco integrar esse processo complexo e dinâmico. Acreditamos que dos historiadores portugueses que tem mais influenciado os historiadores brasileiros atualmente sobre o tema da união das coroas tem sido Pedro Cardim e Antônio Manuel Hespanha.[71] Contudo, cabe destacar o pioneirismo do trabalho que relacionou o Brasil com o período dos filipes a partir dos estudos de Joaquim Veríssimo Serrão, que teve em seus trabalhos uma forte carga documental.[72] Com a aproximação dos historiadores brasileiros dessas produções tem surgido novos bons trabalhos para o período do Brasil na Monarquia Hispânica. Um trabalho pioneiro que buscou relacionar o Brasil com o império espanhol foi o trabalho da historiadora Roseli Santaella, que possui um conhecimento grande a respeito do Arquivo de Simancas.[73] Atualmente para os trabalhos da relação do Brasil com a Monarquia hispânica destacaríamos especialmente os trabalhos de Guida Marques, José Carlos Villadarga e Alírio Cardoso.[74] Nosso trabalho se aproxima dessas

---

[70] MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil:* Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1668. São Paulo: Topbooks, 2003.

[71] CARDIM, Pedro. *Portugal y la monarquia hispânica*. Madrid, Marcial Pons Ediciones de Historia, 2017. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes*. Edições 70, 2010. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

[72] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640***.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

[73] STELLA, Roseli Santaella**.** *Brasil durante el gobierno español: 1580-1640***.** Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000.

[74] CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das índias de Castela (1580-1655).* Salamenca: Tese de Doutoramento, 2012. MARQUES, Guida. *L'Invention du Bresil entre deux monarchies. Governement et pratiques politiques de L'Amerique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. Paris, Tese de Doutoramento EHESC, 2009. VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010.

produções com o foco na Capitania de Pernambuco e nas trajetórias dos Albuquerque Coelho, pois aprofundamos o papel geoestratégico e político ao mesmo tempo que buscamos analisar a trajetória de Duarte de Albuquerque Coelho na corte de Filipe IV.

Portanto, o período de nossa investigação dialoga com o que Vitorino Godinho bem explicou no texto denominado "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro", quando o Atlântico já não se constitui mais como uma barreira, ou ainda com aquilo que o historiador francês Serge Gruzinski chamou da "Águia e o Dragão" para demonstrar que a globalização teve início no século XVI na esteira das expedições portuguesas e espanholas, e que houveram grandes efeitos da desmesura europeia no século XVI, do México a China, utilizando como simbolismo desses dois países a Águia e o Dragão e especificando essas conexões.[75]

Em nosso caso além dessas conexões China México de Gruzinski, Sevilha-Cádiz, Cádiz-Coruña, Gênova-França, Andalucia-Setúbal, Brasil-São Tomé-Lisboa, Cartagena-Madrid podemos acrescentar Pernambuco-Angola numa perspectiva Atlântica. Perceber como Pernambuco está inserido no Atlântico como espaço de trocas, circulações, mobilidades, poderes, culturas, interesses e ideias, constituindo como um espaço de interação entre Europa, África e Brasil (América), que fogem de uma lógica simplória e pacificada, embora possa ser visto também como um espaço de ocupação de cargos.[76] O império espanhol funcionou como "um sistema e uma lógica própria dentro do império português no século XVII",[77] mas que está além de uma mera proposta de análise triangular em uma concepção clássica da historiografia, conforme questionou e demonstrou Luiz Felipe de Alencastro, tendo em vista que dentro do Atlântico os impérios ibéricos cederam espaços para as redes de comércio e de parentesco.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi pesquisar a relação da Capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica. Buscamos analisar como os Albuquerque Coelho se relacionaram com o império filipino. Percebemos ao longo da pesquisa, que Pernambuco

---

[75] GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770).* Annales, Economies, Sociétes, Civilizations. (janeiro-março de 1951); GRUZINSKI, Serge. A águia e o Dragão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

[76] NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644).* Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento da Universidade Federal Fluminense, 2008.

[77] ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul, século XVI e XVII*. Companhia das Letras; 2000.

possuia uma relação diferente das demais capitania com o reino. Sua posição geo-estratégica no Atlântico, a aproximação dos Albuquerques Coelho da corte e as relações matrimoniais mostraram que os capitães donatários de Pernambuco buscaram em certa medida se aproximar da corte mesmo quando perderam a capitania para os holandeses.

Conforme aponta o historiador inglês John Elliot, a partir dos séculos XIX e XX a historiografia deixou de ser baseada na história do seu país passando a ter um caráter mais global e conectado.[78] Buscamos ao longo da tese demonstrar que a história dos Albuquerque Coelho teve uma relação muito interessante não apenas com a história de Portugal, mas com a da Monarquia Hispânica. Em nosso trabalho, Pernambuco é pensado de forma conectada, buscamos problematizar o poder político da família e analisar parte de suas trajetórias.

Um interessante trabalho, que dialoga com esse olhar trata-se da historiadora Mafalda Soares da Cunha, que constatou que o *Ethos*[79] nobiliário em Portugal e na Espanha no século XVII possuem três características principais. São eles: o serviço militar, a linhagem e o catolicismo.[80] Inclusive para esta historiadora, que pesquisa as dinâmicas políticas e sociais das coroas ibéricas, um traço marcante na família dos Albuquerque Coelho, em especial, na geração de Matias de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho, em que o primeiro recebeu o título de Conde de Alegrete e o segundo o título de Marques de Basto são que eles preenchem essas três características. A historiadora utiliza-se dos trabalhos de Francis Dutra, mas não se debruçou nas fontes que tratam propriamente na trajetória deles, porém suas reflexões são muito pertinentes para pensar as estratégias dessa família. Ao logo do nosso trabalho iremos demonstrar que os pré-requisitios do *Ethos* nobiliário apresentado por Mafalda Soares da Cunha será preenchido ao logo do percurso dos Albuquerque Coelho.

Em nossa análise, partimos da perspectiva que existe um fio tênue entre comércio, religião e guerra no século XVII, em especial, as conexões de interesse da elite pelo lucro mercantil e suas possibilidades de aproveitamento político como os *Chatins*, soldados que conciliavam a atividade militar com o comércio paralelo no sonho da fortuna potencial em

[78] ELLIOT, John. Reseñas. CARDIM, Pedro. *Portugal y la monarquia hispânica*. Madrid, Marcial Pons Ediciones de Historia, 2017. Cuad. Hist. Mod. 43(2), 2018: 573-577.

[79] De forma resumida quando nos referimos a *Ethos* falamos de um conjunto de traços e modos de comportamento que conformam características de um grupo social com semelhanças de conjunto dos costumes e hábitos fundamentais.

[80] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria*. Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. p 129.

detrimento dos serviços a *El Rei* e da nação.[81] Problematizamos o poder e a trajetória dos Albuquerque Coelho a partir da jurisdição da capitania e da relação de alguns homens da corte que tinham importância para tratar dos assuntos militares. Essa tríade justiça, administração e guerra estave interligada. Dessa maneira, buscamos pesquisar como a Capitania de Pernambuco pôde se conectar com a Monarquia Hispánica, partindo do princípio que para analisar a trajetória dos Albuquerque Coelho devemos entender que "é impossível fazer guerra sem soldados, sustentá-los sem soldos, pagar seus os seus soldos sem tributos e criar tributos sem comércio".[82]

Metodologia

"A cronologia indica um segundo aspecto do serviço que o tempo presta à história. Ela é a condição de possibilidade do recorte em períodos. Mas (no sentido geométrico rebate, sobre o texto, a imagem invertida do tempo que, na pesquisa, vai do presente ao passado. Segue seu rastro pelo reverso. A exposição histórica supõe a escolha de um novo espaço vetorial que transforma o sentido do percurso do vetor tempo e inverte sua orientação. Somente esta inversão parece tornar possível a articulação da prática com a escrita. Ao indicar uma ambivalência do tempo, coloca-se inicialmente o problema de um

[81] SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p 82. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra. Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Leiden: Proefschrift Universiteit Leiden, 2011.

[82] MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1640*. São Paulo: Ed 34, 2007, p 10. Essa citação de Antoine Montchrétien datada de 1615 é utilizada por Evaldo Cabral de Mello na terceira edição de Olinda Restaurada como epígrafe de seu livro, mas nas duas edições anteriores elas não está.

re-começo: onde começa a escrita? Onde se estabelece paraque haja historiografia?"[83]

(Michel de Certeau, A escrita da história)

Metodologia

Sabemos que a escolha de um tema e da corrente teórico-metodológica em que ele é problematizado são questões intimamente relacionadas ao lugar político-cultural onde o pesquisador está inserido, tal como nos mostra Michel de Certeau em suas reflexões sobre o ofício do historiador.[84] Sendo assim, buscamos compreender a importância dos Albuquerque Coelho para a história da Capitania de Pernambuco em dimensões atlânticas. Utilizamos para isso de algumas contribuições teórico-metodológicas na perspectiva foucaultiana, que têm servido de lastro para pesquisas inovadoras. Um desses trabalhos foi a obra do historiador Antônio Manuel Hespanha, que possui um diálogo interessante e que nos aproxima da perspectiva foucaultiana da história.

Embora, no Brasil os trabalhos de Hespanha mais utilizado pelos historiadores brasileiros tenham sido *As Vésperas do Leviathan* e o artigo da coletânea do Antigo Regime nos trópicos[85] para pensar as heterotopias do poder, outros de seus trabalhos foram fundamentais para nos ajudar a pensar a jurisdição de Pernambuco e a mobilidade social dos

[83] CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p 97.

[84] CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

[85] HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII.* Coimbra: Livraria Almedina, 1994. HESPANHA, António Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. F. S. (Ed.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.165-188;

capitães donatários de Pernambuco.[86] Seus trabalhos nos ajudam a pensar as dinâmicas locais, sem perder de vista os conceitos das sociedades do Antigo Regime. Aliás, grande parte dos Albuquerque Coelho passaram mais tempo convivendo com a sociedade cortesã da Monarquia Hispánica do que em Pernambuco propriamente. Os trabalhos de Hespanha tem nos ajudado a compreender os micro-poderes e relativizar de forma coerente a questão da centralização do poder monárquico, bem como possui uma discussão aprofundada sobre a história jurídica e das Instituições no Império Português.

No que toca a historiografia do Antigo Regime acrescentamos três pensadores como fundamentais para entender a complexidade do período desde a anexação de Portugal pela Espanha quanto no momento da restauração portuguesa. Destacaríamos os trabalhos de Pedro Cardim e dos historiadores espanhóis Fernando Bouza Álvares e Rafael Valladares, que possuem contribuições muito interessantes em termos de cronologia, mas também em virtude da capacidade de suas análises. Os trabalhos de Cardim nos ajudam a pensar os conceitos e assim como Hespanha nos aproxima as ideias de Michel Foucault desde a concepção do *corpus* documental até a formulação de seus conceitos.

Na Espanha, dois historiadores possuem uma relevância basilar para nossa tese no tema referente a Monarquia Hispánica, que são os trabalhos de Fernando Bouza Álvares, renomado historiador da cultura na idade do ouro espanhol e que possui uma grande profundidade sobre as discussões das Cortes de Tomar, que criaram a conciliação política administrativa para a formação da Monarquia Católica. Embora, os trabalhos de Bouza não se aproximem dos trabalhos de Michel Foucault sua perspectiva de história dos conceitos, da história cultural, bem como sua problematização dos documentos e a circulação de livros é de fundamental importância para compreensão do império dos filipes.

Além de Fernando Bouza, os trabalhos de Rafael Valladares são fundamentais para pensar a Monarquia por uma via de um caráter militar e político. No Brasil, os trabalhos de Bouza e Valladares são citados quase que simultaneamente em parágrafos iguais, mas aqui cabe uma grande distinção de perspectiva de seus trabalhos. Valladares inclusive se aproxima do conceito foucaultiano da história, mas a posição dos dois historiadores a respeito da unificação das coroas possui divergências. Enquanto que Fernando Bouza destaca as

[86] HESPANHA, A. Manuel. *Direito. Luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social no Antigo Regime*. In: http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09. HESPANHA, Antônio Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites.* IN: Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX/ organizadoras Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005. p 41.

negociações políticas e diplomáticas, as conciliações de classe pelas elites ibéricas, Rafael Valladares destaca o caráter militar do Duque de Alba e a violenta força para a união das coroas. Ambos historiadores em nosso entendimento dão contribibuições fundamentais para ajudar a pensar a Monarquia em suas múltiplas dimensões.

O leitor perceberá a influência de Fernando Bouza no primeiro capítulo quando tratamos de Jorge de Albuquerque e de Pernambuco no período inicial de formação da Monarquia e no terceiro capítulo quando nos aproximamos da história cultural para contextualizar a publicação do livro Memórias Diárias da Guerra do Brasil.

Alguns outros historiadores se tornaram fundamentais para nosso assunto porque trabalharam especificamente com textos que contribuem especificamente para o tema da família dos donatários de Pernambuco, foram eles os trabalhos de Francis Dutra e Mafalda Soares da Cunha.[87] O primeiro tem uma grande contribuição para historiografia dos capitães donatários de Pernambuco porque além de trabalhar com as fontes portuguesas conseguiu avançar com algumas fontes espanholas do Arquivo de Simancas propriamente e esta última autora almejou entender as classes sociais com o texto sobre os irmãos Matias de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho.[88] Podemos considerar o trabalho de Francis Dutra pioneiro em termos de documentação espanhola.

Mafalda Soares da Cunha, ao tentar traçar uma caracterização dos Albuquerque Coelho a partir das figuras de Duarte e Mathias de Albuquerque concluiu que embora a família tenha uma história de trajetórias atribuladas ela conseguiu cumprir com os requisitos do e*thos* nobiliário de Portugal e da Espanha. Mafalda conclui e reforça a hipótese da sua linha de pesquisa com três importantes afirmativas que servem não apenas para o caso dos

---

[87] DUTRA, Francis A. *Centralizion vs. donatorial privilege: Pernambuco, 1602-1630*. In: *COLONIAL Roots of Modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Edição de Dauril Alden. Texto de Francis A. Dutra. Berkeley [EUA]: University of California Press, 1973. DUTRA, Francis A. *Duarte Coelho Pereira, first Lord-proprietor of Pernambuco: the beginning of a dinasty. Washington, D.C.*: Academy of American Franciscan History, 1973. DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque: Capitão-mor de Pernambuco e Governador-geral do Brasil.* Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 48, 1976. DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque and the defense of Northeastern Brazil, 1620-1626***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973. DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

[88] Agradeço ao historiador José Manuel Santos Perez por compartilhar esse texto comigo. CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerque Coelho, siglos XVI-XVII. Prácticas sociales y retórica nobiliário.* Muto, Giovanni y Terrasa Lozano, Antonio (eds.), Estrategias culturales y circulación de la nueva nobleza en Europa (1570- 1707), Madrid, Doce Calles, 2015, pp. 129-152. (ISBN: 978-84-9744-187-2). Disponível em: http://brasilhis.usal.es/es/referencia-bibliografica/cunha-mafalda-soares-da-los-albuquerque-coelho-siglos-xvi-xvii-practicas e https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16920, último acesso janeiro 2020.

Albuquerques Coelho, mas de grande parte dos viventes do período em tela estudado na península ibérica.[89]

Além dessa importante historiografia utilizamos a ferramenta disponível na internet através do Banco de Dados BRASILHIS, que tem realizado uma grande contribuição no mapeamento de personagens. Sujeitos que muitas vezes aparecem na documentação, mas que muitas vezes não existem dados suficiente. O projeto contribui com a trajetória deles, definindo os cargos que ocupam, além de oferecer informações e rastros documentais e bibliográficas.[90] O Banco BRASILHIS é um instrumento de trabalho fundamental que ajuda a localizar a documentação de determinados personagens e começa a demonstrar a circularação deles através de mapas de georeferenciamento, sejam de militares, políticos ou comerciantes. O BRASILHIS é um excelente exemplo cooperativo de histórias conectadas, que ajuda a pensar as redes e que vem sendo coordenado pelo historiador José Manuel Santos Pérez.

Michel de Certeau mostrou que as produções historiográficas estão intimamente ligadas as condições de produção do historiador, então nos cabe dizer como a escrita desta tese foi realizada. Nos dois primeiros anos de pesquisa nos dedicamos a cumprir os créditos e fazer a maior parte do levantamento bibliográfico da pesquisa. Nesse período produzimos o Projeto de Doutoramento Sanduíche no Exterior (PDSE) para pesquisar nos arquivos espanhóis, onde a maior parte do tempo nos dedicamos a pesquisar no arquivo oficial da Monarquia que é o Archivo General de Simancas, mas também realizamos parte da pesquisa em outros arquivos da Espanha que explicitaremos mais adiante. O último ano do doutorado serviu para analisar as fontes e se dedicar da tese, sendo prorrogado esse período por mais um ano.

Antes de apresentar os capítulos da tese vale a pena justificar nossa escolha pelo corte cronológico de nossa pesquisa para os anos de 1580 a 1658. Existe um certo consenso entre os historiadores desse período dos estudos da Monarquia Católica dos Filipes, que o primeiro momento é dividido entre os anos de 1580 a 1598, período sob o reinado de Filipe II, que é provavelmente o mais estudado em virtude do Tratado das Cortes de Tomar, marcado pelas conciliações de classe entre as elites ibéricas e de um certo respeito da autonomia da legislação portuguesa. O segundo momento é dividido entre os anos de 1598 a 1621, período em que o Conselho de Portugal tem muitos conflitos com a Corte de Felipe III, mas com um

[89] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria*. Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano.

[90] http://brasilhis.usal.es/es, data do último acesso janeiro de 2020.

relativo acordo de paz com os Países Baixos. O terceiro e último momento é divido entre os anos de 1621 a 1640, quando o reinando é marcado pelas brigas e disputas entre o Conde-Duque de Olivares e Filipe IV em virtude dos motins e sublevações portuguesas.[91] Os irmãos Duarte e Matias estiveram no centro dessas brigas e devem ser consideradas personagens importantes tanto para a restauração portuguesa quanto pela restauração pernambucana.

Gostaríamos nessa parte do trabalho deixar registrado que utilizaremos em nossa narrativa a referência castelhana para nos referirmos aos três filipes. Portanto, optamos pela titulação e nomenclatura de Castilha para os Reis Católicos utilizando a referência documental e organizacional dos arquivos de Espanha, sendo o primeiro rei da união das coroas Filipe II, que teve seu reinado de 1580 a 1598, o segundo Filipe III para o período de 1598 a 1621 e o terceiro que é Filipe IV que governou de 1621 a 1640 com Portugal, mas que se manteve em Madrid até 1665.[92] Como um dos objetivos de nosso trabalho passou a ser analisar a relação dos donatários com a corte espanhola e Duarte de Albuquerque Coelho só se torna um cortesão oficialmente após 1640 utilizamos como corte temporal o final de sua vida para demonstrar sua relação com Filipe IV e como era visto pelos espanhóis.

Como dito anteriormente na introdução deste trabalho, o objeto dessa tese foi pesquisar como a capitania de Pernambuco e como a relação da família dos Albuquerque Coelho se estabeleceu com o período filipino. Inicialmente, na primeira parte do trabalho, nossa investigação se centrou no estudo das relações da capitania de Pernambuco com a formação da Monarquia averiguando o que mudou com a transferência da casa real portuguesa para Castilla, como a administração e a burocracia dos filipes estiveram de certa maneira relacionadas com as dinâmicas da capitania. Nesse capítulo, algumas questões motivaram o desenvolvimento e a compreensão dessa relação da capitania com a união ibérica. Buscamos entender como Pernambuco funcionou e esteve inserido na administração da Monarquia dos Filipes. Como podemos pensar a questão jurisdicional da capitania com relação a Jorge de Albuquerque.

Na primeira parte da tese tratamos da relevância da capitania de Pernambuco para o Atlântico e para o Estado do Brasil. Buscou-se nessa parte do trabalho verificar a relação de parte do Estado do Brasil com o reinado dos Filipes, ou melhor dizendo, investigamos que

---

[91] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. VILADARGA, 2010. Op. Cit. p 35.

[92] Filipe II de Espanha corresponde a Filipe I de Portugal, Filipe III de Espanha corresponde a Filipe II de Portugal e Filipe IV de Espanha corresponde a Filipe III de Portugal.

papel tinha a capitania com maior produção açucareira no Império Espanhol. Demonstramos como o matrimônio foi uma importante prática dos Albuquerques Coelho para exercer a chamada mobilidade social no Antigo Regime Ibérico, demonstrando como a rede familiar foi um negócio de poder. Na primeira parte, *Conexões da capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica,* o objeto do trabalho foi pesquisar que relação da capitania de Pernambuco com a união das coroas ibéricas no momento de sua formação. Esse capítulo subdividimos em duas partes para na primeira demonstra a relação de Pernambuco com o Atlântico e a monarquia e no segundo momento para tratar da história dos Albuquerques Coelho. Antes mesmo da união das coroas os donatários de Pernambuco possuíam conexões e interesses da corte com as elites ibéricas. Nesse capítulo, tratamos de analisar a forma administrativa e política da capitania de Pernambuco no contexto da formação da monarquia, ou o que poderíamos chamar de reverberações castelhanas no Atlântico pernambucano. Embora, houvesse uma gama de complexidade da administração e da política portuguesa ao ser "anexada" a castellana as redes de interesses políticos, redes de negócios e redes familiares estarão relacionadas entre o Estado do Brasil e a monarquia conectadas por um espaço atlântico muito dinâmico.

Na segunda parte do trabalho, buscamos contextualizar como os Albuquerques Coelho tiverm que lidar com a chegada dos Holandeses. Tratamos da menoridade de Duarte e a tutela dele e de seu irmão Matias de Albuquerque, além de mostrar os conflitos que Matias de Albuquerque teve que administrar frente a capitania no período antes da chegada da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Um dos objetivos desse capítulo foi demonstrar os preparativos políticos e militares dos Albuquerques Coelho e da Monarquia Hispânica para a guerra holandesa que tanto na documentação portuguesa quanto na documentação espanhola apareceram como Guerra de Pernambuco.

No terceiro capítulo analisamos parte do percuso de Duarte de Albuquerque Coelho a partir do contexto da publicação do livro Memórias Diárias do Brasil. Através dele demonstramos como Olivares e seus partidários tentaram acabar com os Albuquerques Coelho, inclusive porque Matias de Albuquerque ficou ao lado dos portugueses no momento da restauração. Problematizamos a partir das críticas e da tentativa de censura do livro

No quarto e último capítulo tentamos demonstrar o final da vida de Duarte quando ele toma assento no Conselho de Estado no lugar do Duque de Abrantes para assumir a Junta de Portugal já que o Conselho de Portugal foi extinto em 1639. Nesse capítulo tratamos do final

da vida do Marques de Basto a partir da leitura de seu testamento, dos últimos acontecimentos de sua vida como a morte de seu filho e da sua situação frente a Monarquia. Assim sendo, a tese se apresenta em quatro partes, onde em cada uma delas nós buscamos responder questões e objetivos diferentes, mas sempre buscando os entrelaçamentos dos Albuquerques Coelho e da Capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica.

Fontes (documentos) e arquivos

"O estabelecimento das fontes solicita,

também, hoje um gesto fundador, representado,

como ontem, pela combinação de um lugar,

de um aparelho e de técnicas".[93]

(Michel de Certeau, A Escrita da História)

Fontes (documentos) e arquivos

O exercício historiográfico requer do pesquisador um profundo diálogo entre as fontes documentais pesquisadas e o aporte teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento de sua investigação. Nesta sintonia é importante buscar uma perspectiva interdisciplinar para analisar a variedade de fontes manuscritas, tais como cartas, pareceres, decretos, despachos, panfletos, relação de pagamentos, testamentos, relatos, crônicas e diários de viagens. Segundo Michel de Certeu, "em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho".[94]

As fontes e os arquivos são fundamentais para o trabalho do historiador, mesmo que saibamos que a própria construção do arquivo e das fontes não são produções inocentes. Diante disso, buscamos obter o maior número de fontes possíveis, encontrar fontes impressas que facilitassem nosso trabalho e trabalhamos duramente durante dez meses na Espanha diariamente nos Archivo General de Simancas, Archivo Histórico Nacional de Madrid, Archivo de Protocolos em Madrid, Biblioteca Nacional da Espanha e no Archivo General das Índias em Sevilla.

[93] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 82.

[94] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 81.

Durante o período do mestrado utilizamos de dois principais arquivos documentais, o Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal) e o *Archivo General de Simancas* (Espanha), onde neste último nos deparamos com dois enormes fundos documentais que possuem documentos relativos a Guerra de Pernambuco denominados *Guerra Antígua* e o *Secretarías Provinciales*. Em ambos os fundos documentais pudemos constatar que existe uma volumosa, mas dispersa documentação sobre a Guerra de Pernambuco, sobre a participação da elite nessa guerra e na circulação e organização das armadas para a restauração do Estado do Brasil.

Nosso primeiro contato com Simancas foi ainda durante a pesquisa de mestrado, contudo um mês de pesquisa nesse vasto arquivo podemos assegurar que é pouquíssimo tempo tendo em vista que o arquivo não funciona durante os dois expedientes e não possui um catálogo detalhado para essas séries documentais. Os indícios sobre a relevância do Arquivo de Simancas para a história colonial brasileira já havia sido apontado por diversos historiadores. Primeiramente, Simancas aparece para os historiadores brasileiros como um arquivo importante para a história da união ibérica, depois para a história portuguesa. Já na década de 1920, José Velloso destacou a importância de Simancas para a história portuguesa.[95] Embora, Carlos V tenha dado o ponta pé inicial do arquivo de Simancas foi com seu filho que Simancas se tornou o grande arquivo. Conta Fernando Bouza, que Filipe II foi,

> um grande impulsionador dos arquivos, tendo fundado o da embaixada da Espanha na Santa Sé em Roma. Durante sua passagem por Lisboa visitou a Torre do Tombo em 1583, e, ao que parece, impressionado pelo grande arquivo, que lhe foi apresentado como um memorial univeral, decidiu adotar Simancas de instruções para o seu governo, que foram adopatadas em 1588. Por esta razão, embora o rei não tenha fundado o arquivo de Simancas, que é em sentido estrito fruto de uma decisão de seu pai, D. Filipe II foi o responsável pela normalização completa das atividades do arquivo. Durante o seu reinado, este passou a ser plenamente entendido como memória estrita da monarquia a que recorrer, como já vimos em casos concretos como o da sucessão de Portugal, em busca de fundamentos históricos ou jurídicos sobre os quais fundamentar as reclamações ou pretensões reais.[96]

Porém, até os anos de 1960 poucos historiadores brasileiros haviam pesquisado em Simancas. Um deles foi Francisco Adolfo Varnhagen, que em 1987 foi transferido de Portugal

---

[95] VELLOSO, J. M. de Queiroz. *Arquivo Geral de Simancas: sua importancia capital para a historia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923

[96] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 331.

para Espanha e sabia da importância deste arquivo para a história do Brasil.[97] Américo Jacobina Lacombe escreveu que "apesar da centralização empreendida com a criação do Arquivo das Índias, em Sevilha, ainda restam muitas peças essenciais para a história da colonização brasileira em Simancas".[98] José Antônio Gonsalves de Mello afirmou que Simancas era o "mais importante centro de documentação histórica espanhola respeitante ao Nordeste brasileiro, na sua maior parte ainda por investigar pelos historiadores de nosso país".[99]

Embora, Simancas possua a maior quantidade de documentos da Europa Moderna podemos dizer que os catálogos de seu acervo ainda precisam de uma melhor atualização e descrição das fontes, principalmente os que se referem ao Estado do Brasil. Mesmo assim, podemos dizer que já existem muitos catálogos que podem auxiliar os historiadores brasileiros em Simancas.[100] Em Simancas as séries documentais com o maior número de informações sobre o Estado do Brasil estão na relação da Espanha com Portugal através das discussões políticas estabelecidas no Conselho de Portugal. A série que trata dessas informações se chama *Secratarias Provinciales,* mas também existe uma infinidade de documentos relativos a guerra que o Brasil é o *Guerra Antígua.*

Um dos pioneiros e importantes trabalhos a respeito dos Albuquerque Coelho e que dialogaremos constantemente é a produção do historiador norte-americano Francis Dutra, que tem por grande parte de seu trabalho os documentos do *Archivo General de Simancas*, que desenvolveu pesquisas no Brasil, Portugal e Espanha durante a década de 60. Francis Dutra se correspondeu e consultava José Antônio Gonsalves de Mello para tratar de assuntos relativos

---

[97] LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e Obra de Varnhagen*. IN: RIHB vol. 225 (Rio, 1955) pp.123/124. Segundo Lessa Varnhagen foi transferido de Portugal para a Espanha em 1847, com objetivo de realizar pesquisas em Simancas. Segundo Clado Ribeiro de Lessa foi elogiado pelo seu trabalho em despacho ministerial datado de 17/02/1848. Varnhagem ficou na Espanha de 1847 a 1851

[98] LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p 25.

[99] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Pesquisa Histórica e a Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1950. p 21.

[100] MARTINEZ, Elda E. Gonzáles. *Guia de Fontes Manuscritas para a história do Brasil conservadas em Espanha*. Fundación Mapfre Tavera, Ministério da Cultura, Projeto Resgate. 2002. Ver também os trabalhos da Direccion General de Archivos y Bibliotecas. *Guia del Archivo General de Simancas*. Junta técnica de Archivos, Bibliotecas y Museos. Ediciones Conmemorativas del Centenário del Cuerpo Facultativo 1858-1958; ALVES, Pe. Francisco Manuel. *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade; 1933; STELLA, Roseli Santaella**.** *Brasil durante el gobierno español*: 1580-1640**.** Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000.

a capitania de Pernambuco e ao Archivo de Simancas conforme cartas do acervo pessoal do historiador Pernambuco que se encontra na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.[101]

O próprio Archivo General de Simancas nos dá a dimensão da complexidade da monarquia hispânica e de seu acervo não uniforme, embora saibamos que a maioria dos assuntos relacionados ao Brasil se encontram na documentação referente a Portugal nas séries já mencionadas, contudo a diversidade de assuntos fragmenta também algumas informações específicas como a que procuramos referente a Duarte de Albuquerque Coelho. Como exemplo, podemos dizer que Duarte por ter sido capitão donatário é possível encontrar documentos de cartas referentes a guerra de Pernambuco nas séries *Secretarías Provinciales* e na *Guerra Antíngua ou Guerra Marina*, que são as duas séries mais utilizadas por historiadores brasileiros como foi o caso de Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque. Mas Duarte não foi apenas donatário de Pernambuco, foi autor de livro, funcionário do governo e obteve honrarias, mercedes e recebeu pagamentos vários. Desta maneira, além das séries Secretarías Provinciales e guerra Antígua pode-se obter em outras séries como a Secretarías de Estado informações e orientações do Conselho de Estado dando parecer sobre a publicação de seu livro, na série Contadurías de Mercedes a sua solicitação de mercês e na Escribania Mayor de Rentas a substituição do Duque de Abrantes no Conselho de Portugal. A gigantesca coleção de documentos de Simancas nos dá uma boa dimensão da complexidade da Monarquia Hispânica.

Por outro lado, o livro original de memórias publicado por Duarte em homenagem a Felipe IV se encontra na Biblioteca Nacional, as cartas de pagamento ou *pajos reales* como aparecem na documentação estão no Archivo Histórico Nacional e seu testamento no Archivo Municipal cartorial de Madrid dito Archivo Histórico de Protocolos (arquivo cartorial), que está situado em Madrid. Ou seja, só através dos rastros de informações sobre Duarte de

[101] No texto *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*, Francis Dutra agradece a José Antônio Gonsalves de Mello "pela indicação feita das fontes mais importantes da história de Pernambuco nos séculos XVI e XVII em particular das do Archivo General de Simancas, e ao professor Eduardo Mayone Dias de Universidade da Califórnia em Los Angeles". Dutra diz que esse artigo foi financiado as bolsas de estudos da Organização dos Estados Americanos, da NDEA-Fulbright e do Humanities Institute da Universidade da California em Santa Barbara. Para este momento da qualificação ainda não temos condições de abordar sobre a interessante relação compartilhamento das fontes enftre Francis Dutra e José Antônio Gonsalves de Mello, contudo já identificamos cerca de 10 cartas enviadas pelo historiador americano para o historiador pernambucano. IN: DUTRA, Francis. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Revista do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, Portugal, Separata de STVDIA – Revista Semestral Nº 37, Dezembro 1973.

Albuquerque Coelho na Espanha percorremos três arquivos (Simancas, Nacional e Protocolos) além da Biblioteca Nacional e isso demonstra a complexidade documental da Monarquia.

Um bom exemplo da complexidade da documentação referente a Monarquia Hispânica se dá através da própria documentação do período de Duarte de Albuquerque Coelho, o Conde de Pernambuco ou Marques de Basto como aparecem na documentação. A solicitação para publicação de seu livro sobre a guerra em Pernambuco, denominado Memória Diárias da Guerra do Brasil se encontra em Simancas na secção do Conselho de Estado, sua solicitação de mercê está na secção de Contadoria de Mercedes, o documento de seu ingresso na Junta ou Conselho de Portugal em que o Marques de Basto substitui o Duque de Abrantes está na secção das quitações do Conselho de Portugal na Escríbania Mayor de Rendas, todos esses documentos no Archivo General de Simancas onde abriga a documentação oficial da monarquia não estão nas duas séries principais sobre o Brasil e Portugal.

Só em Simancas existem informações sobre Duarte de Albuquerque Coelho em cinco tipos de séries documentais: Secretarías Provinciales, que está a documentação política do Conselho de Portugal, Guerra Y Marina ou Guerra Antígua, das cartas diárias sobre a guerra da Espanha com o mundo, Contadurías de Mercedes, que estão as contas pagas de mercês pelo reino, Quitaciones de Corte , que são a série em que demonstram os pagamentos da corte e Secretaria de Estado, onde poderia-se discutir tudo referente a Monarquia quando não quisesse intervenções dos portugueses por exemplo. O historiador José Manuel escreveu que Simancas não é mais uma "panaceia de documentos sobre o Brasil, mas muita coisa ainda há por se fazer".[102]

Em nossa dissertação de mestrado mesmo realizando uma breve pesquisa conseguimos documentos que ajudaram a problematizar a Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco, mesmo assim os documentos que lá levantamos contribui para que conseguíssemos realizar nossa dissertação de mestrado.[103]

A nossa busca pela documentação no Archivo General de Simancas nasceu da tentativa de sair do lugar comum de fontes da historiografia pernambucana sobre o período,

---

[102] *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*; Ana Paula Megiani, José Manuel Santos Pérez, Kalina Vanderlei Silva. São Paulo: Humanitas, 2014.

[103] VIEIRA, Hugo Coelho. *O teatro da guerra a invenção do Brasil Holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco*, de 1630 à 1635. Dissertação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2011.

que em sua maioria possuem documentos origundos dos arquivos portugueses da Torre do Tombo e do Histórico Ultramarino. Como trabalhamos com uma cronologia muito extensa que são dos anos de 1580 a 1640 buscamos dividi-los em estratégias para as questões que nos ajudariam a responder hipóteses sabendo que seria impossível dar conta de tamanha massa documental não apenas no arquivo oficial da coroa como dos demais arquivos que embora obtivemos menores documentos eles foram fundamentais para responder e trazer luzes a situações específicas. Durante dez meses trabalhamos de forma intensa sabendo "ir ao arquivo é o enunciado de uma lei tácita da história".[104] Dispomos de uma pequena parcela do *corpus* documental de Simancas deste importante arquivo – cerca de 949 documentos digitalizados e 600 documentos transcritos - do período quando realizamos a pesquisa o mestrado conjuntamente aos 10 meses do doutorado.

Archivo General de Simancas, fotografia de Hugo Coelho Vieira, feita no dia 10/05/2017, durante pesquisa de doutoramento sanduíche com financiamento da CAPEs.

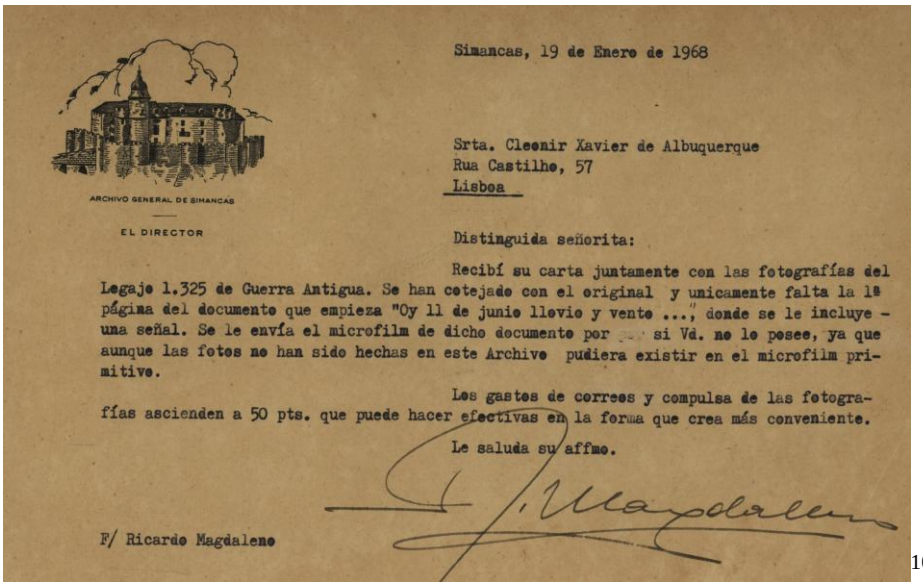
[104] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p 85.

Embora, antes de nossa pesquisa durante o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPEs) realizamos um levantamento sobre as referências de alguns historiadores que estiveram em Simancas como as informações de Francis Dutra e também do acervo de documentos de Gonsalves de Mello que foram recentemente doados pela família para a biblioteca do Instituto Ricardo Brennand. Parte dos documentos deste historiador estão no Laboratório de História de Pernambuco (Lapeh), parte no Instituto Ricardo Brennand e parte no IAHGP. A reprodução dos documentos de Simancas que estão sob guarda do acervo do Instituto Ricardo Brennand são de origem da recente doação que a família de Gonsalves de Mello fez ao Instituto no ano de 2017. A escolha da doação a esta Instituição se deu pelo trabalho que Diva Gonsalves de Mello estava realizando nos manuscritos deixados pelo seu pai e porque o Instituto RB dispõe a biblioteca que leva o nome de José Antônio Gonsalves de Mello. Contudo, os fólios dos documentos de Simancas que estão no Instituto Brennand provavelmente não foram das pesquisas propriamente de José Antônio, embora o mesmo tenha estado em Simancas por três vezes durante os anos de 1957, 1958 e 1964, por espaços curtos de tempo, e em uma de suas idas o Archivo estava sob reforma. Contudo, ao pesquisar em sua biblioteca em vários de seus livros existem manuscritos seus em que ele menciona o Arquivo de Simancas.[105]

É provável que as reproduções dos documentos de Simancas que estão na biblioteca do referido Instituto foram de pesquisas da historiadora Cleonir Xavier, pois entre os fólios encontramos uma carta do diretor do Archivo de Simancas para esta historiadora em que ele trata não apenas do envio de documentos que estavam prontos e reproduzidos, bem como do valor a ser pago. Tratam-se de fólios de microfilmes, mas que estão incompletos pela averiguação que fizemos em nossa estadia de pesquisa em Simancas. Os documentos mencionados fazem parte da série Guerra y Marina, conhecida popularmente como Guerra Antígua é do Legajo de referência é o 1325, que contém várias cartas de Mathias de Albuquerque referente a Guerra de Pernambuco contra os holandeses durante os anos de 1631 a 1634.[106] Ao total o Legajo possui 39 documentos e que o Instituto RB possui a reprodução de 13 e nós realizamos a transcrição dos demais.

[105] Podemos dar como exemplo a coleção de Documentos Ultramarino Portugueses em que ele menciona por diversas vezes o Arquivo de Simancas. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Número de referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand JGM L1050.

[106] AGS, Guerra y Marina, Legajo 1325.



ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS

EL DIRECTOR

Simancas, 19 de Enero de 1968

Srta. Cleonir Xavier de Albuquerque
Rua Castilho, 57
Lisboa

Distinguida señorita:

Recibí su carta juntamente con las fotografías del Legajo 1.325 de Guerra Antigua. Se han cotejado con el original y unicamente falta la 18 página del documento que empieza "Oy 11 de junio llevio y vente ...", donde se le incluye - una señal. Se le envía el microfilm de dicho documento por si Vd. no le posee, ya que aunque las fotos no han sido hechas en este Archivo pudiera existir en el microfilm primitivo.

Los gastos de correos y compulsa de las fotografías ascienden a 50 pts. que puede hacer efectivas en la forma que crea más conveniente.

Le saluda su affmo.

F/ Ricardo Magdalene

[107]

Carta datada de 19 de janeiro de 1968, assinada por Ricardo Magdalene, funcionário do Archivo General de Simancas, para a historiadora Cleonir Xavier de Albuquerque.

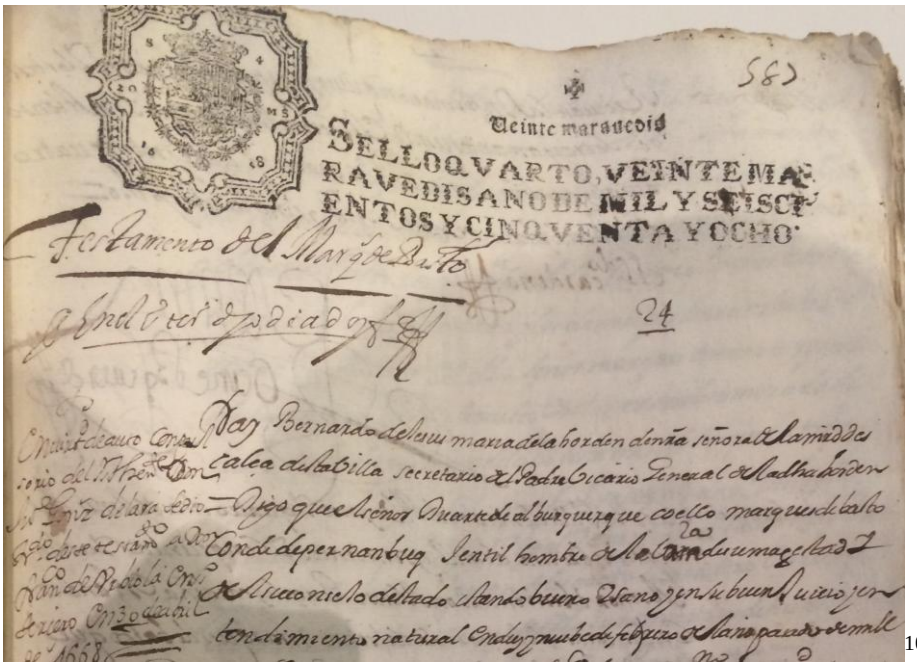
Portanto, é em Simancas que estão a maioria das decisões dos conselhos ligados a corte dos Filipes, sendo ela uma documentação oficial da corte.

Embora, tivemos a maior parte da pesquisa trabalhado em Simancas o Archivo Histórico Nacional de Madrid e o Archivo de Protocolos foram fundamentais para problematizar o fim da vida de Duarte de Albuquerque Coelho, sua relação com a corte e os anos em que antecedem as restaurações tanto de Pernambuco quanto de Portugal. Foi no Archivo Histórico Nacional que encontramos a relação de pagamentos de Duarte, sua breve carta de reflexão ao Rei e também seu *bowador* em que lamenta a morte de seu filho na guerra em Lérida na região da Catalunha. No Archivo de Protocolos encontramos testamento cerrado (fechado), em que pouco nos ajuda a desvendar o patrimônio de Duarte, mas que por outro lado, traz informações interessantes sobre sua vida, seus anseios, desejos e de sua situação.

Se em Simancas o gigantesco volume documental que possibilita trabalhar assunto diversos no *Archivo Histórico de Protocolos* temos uma facilidade de encontrar as fontes de uma forma mais rápida, porque a catalogação do arquivo está toda informatizada, além de ser permitido que o pesquisador realize a digitalização do documento sem burocracia alguma. Na Espanha, podemos dizer que esse arquivo se difere dos demais porque o próprio pesquisador

[107] Instituto RB – Arquivo e Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand. Carta de Simancas datada de 19 de janeiro de 1968, assinada por por Ricardo Magdalene e enviada para Lisboa em atenção a Cleonir Xavier de Albuquerque. O material está sob a guarda e acervo do Instituto Ricardo Brennand, na sessão de documentos doados a biblioteca deste Instituto pela família de José Antônio Gonsalves de Mello, dentro dos fólios do Arquivo de Simancas.

pode fotografar e as fotocópias (xerox) são realizadas em curto espaço de tempo, claro que isso acontece por uma questão de demanda e quantidade de documentos e de solicitação dos pesquisadores. Mas em média uma digitalização nesse arquivo dura em torno de uma semana, em Simancas em torno de um mês e no Arquivo Nacional em torno de seis a oito meses. No *Archivo de Protocolos* encontramos duas fontes para a tese, que em termos de quantidade é muito pouco, mas que em termos importância não deixam a desejar das fontes de Simancas, nem do Arquivo Nacional, pois foi nesse arquivo que encontramos o testamento cerrado de Duarte de Albuquerque Coelho, escrito em próprio punho com sua própria letra e assinada no dia 11 de fevereiro de 1655, mas registrado pelo Francisco de Moscoso no dia 19 de fevereiro. O testamento do Marquês de Basto está escrito na "*Tabla de las esscripturas publicas que se han otorgado ante Juan Sanches Yzquierdo Scrivano del Numero de Esta Vila de Madrid este año de 1658.*"[108]



[109]

Fragmento da primeira página do testamento cerrado de Duarte de Albuquerque Coelho, *Archivo Histórico de Protocolos (Madrid)*.

No *Archivo Histórico Nacional* as fontes sobre nosso tema também são escassas como no Archivo de Protocolos, mas assim como nesse arquivo as fontes possuem um valor ímpar para o trabalho. Foi no Arquivo Nacional de Madrid, que encontramos a relação de

[108] Archivo Histórico de Protocolos (AHP), Madrid, Legajo (Tomo) 7847, fls 591. Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.

[109] Archivo Histórico de Protocolos (AHP), Madrid, Legajo (Tomo) 7847, fls 591. Testamento Cerrado de Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.

pagamentos a Duarte, o depósito de seu corpo, um pequeno documento que lamenta a morte de sue filho Jorge de Albuquerque na Catalunha, a nômina de pagamentos de seus trabalhos no conselho, além de documentos sobre o tratado de trégua contra os holandeses. As pesquisas no Archivo Histórico Nacional terminam sendo valiosas porque com quinze minutos de caminhada após a pesquisa nele se pode fazer a pesquisa na Biblioteca Nacional que fica próxima e como os arquivos nacionais da Espanha só funcionam até as 14 horas o resto do dia é possível trabalhar na biblioteca até as 20 horas.

Na Biblioteca Nacional da Espanha encontramos algumas fontes interessantes, além dos dois livros de Memórias de Duarte que podem ser baixados através do site porque estão digitalizados. Existem documentos relativos ao Brasil também na Biblioteca Nacional como o documento "*Lo que a Martín de Aróstegui se le ofrece acerca de hazer las instrucciones y títulos de las personas que han de llevar y executar el socorro de Pernambuco*".[110] Buscamos nessa parte da tese apresentar parte da pesquisa que conecta Pernambuco com a Monarquia Hispânica e que a Espannha através de seu manancial documental pode nos ajudar a entender um pouco mais dessa história.

[110] BNM, Mss 18719[43], *Lo que a Martín de Aróstegui se le ofrece acerca de hazer las instrucciones y títulos de las personas que han de llevar y executar el socorro de Pernambuco.*

1ª Capítulo – Conexões da Capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica

Senhor,
há tanto tempo que requeiro
me mandem dar munição de guerra
para mandar a minha capitania de Pernambuco
que já canso e me corro falar nisso
visto o pouco proveito que faço em lembrar
e com a ver hum ano que el Rey nosso señor
e Vossa Alteza mandou que me dessem

as munições que peço...[111]

(Carta de Jorge de Albuquerque Coelho solicitando munições de guerra para a Capitania de Pernambuco)

1ª Capítulo – Conexões da Capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica

O presente capítulo, C*onexões da Capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica* tem como objetivo analisar a relação entre capitania de Pernambuco com a formação da Monarquia Hispânica e com a história de seus donatários. O capítulo esta subdividido em duas partes, na primeira, denominada *Pernambuco, o Atlântico e a Monarquia Hispânica* demonstraremos como Pernambuco esteve relacionado com a nova organização político-administrativa da união ibérica, bem como demonstraremos o papel geo-estratégico da capitania de Pernambuco no Atlântico Sul. A segunda parte do capítulo, que chamamos *Os donos de Pernambuco: a história doss Albuquerques Coelho* demonstraremos como a história da capitania esteve interligada com a trajetória desta família, que eram seus donatários. Neste sentido, a divisão do capítulo esta dividido para inserir Pernambuco na discussão do reinado dos Filipes e na relação com Castela, bem como Pernambuco na história do Atlântico e na relação com a história dos Albuquerques Coelho. Examinamos se ocorreu negligência do império espanhol com os assuntos referentes ao Estado do Brasil a partir de Pernambuco e contextualizamos a história da família com a história da capitania, mas tentando demonstrar a história de Pernambuco relacionando ela a um contexto global. Assim sendo, partimos de uma

[111] ANTT, PT/TT/CC/1/111/112, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 111, n.º 112. *Carta de Jorge de Albuquerque Coelho solicitando a sua alteza munições de guerra para mandar à capitania de Pernambuco e uma provisão para cobrar as rendas que se deviam nesta capitania*. Disponível no Digitarq, data do último acesso foi em 01/12/2019. IN: https://digitarq.arquivos.pt/. Este documento também está disponível em uma cópia manuscrita na Biblioteca Nacional do Brasil. IN: BNB-RJ, Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro. Seção de Manuscrito. Referência *MSS1428659*. COELHO, Jorge de Albuquerque. *Cópia Manuscrita da Carta ao rei Filipe I pedindo armas e munições para a capitania de Pernambuco e também uma provisão que o autorize cobrar as rendas na mesma capitania*. Cópia Ms. Coleção Pernambuco. Lisboa, 12/06/1584.

perspectiva da história conectada para compreender como Pernambuco integrava projetos do império espanhol, como se relacionou com o Mundo Atlântico e como os Albuquerques Coelho buscaram exercer mobilidade social para manter suas regalias e privilégios. Selecionamos para iniciar o capítulo um trecho de um documento escrito por Jorge de Albuquerque para a coroa espanhola. Uma leitura apressada dessa carta pode trazer um entendimento e interpretações equivocadas das dinâmicas organizacionais da Monarquia Espanhola, assim como ter uma imagem simplista da complexidade de organização de armadas e socorros, bem como da relação entre donatários e a coroa. Além da perspectiva da história conectada, buscamos nos aproximarmos da história dos conceitos para explicar como a capitania de Pernambuco era importante política e militarmente ao Estado do Brasil e como integrou a Monarquia dos reis católicos.

1.1- Pernambuco, o Atlântico e a Monarquia Hispânica

Em 12 de julho de 1584, Jorge de Albuquerque, capitão donatário de Pernambuco, escrevia para Madrid solicitando que a coroa lhes enviasse armas e munições para defesa de sua capitania que já haviam sido autorizadas por Felipe II há mais de um ano. Pedia também, a permissão para cobrança das rendas da referida capitania e, já nos anos iniciais da Monarquia Hispânica, Jorge escrevia ao rei dizendo: "É bem da definição d'aquellas partes mande prover nisto de maneira que se me deem as armas e munições de guerra que peço e que a falta delas não aconteça algum desastre e trabalho aquela Capitania que deos não permita".[112]

Mesmo antes das invasões holandesas e diante da complexidade do novo império que acabava de se formar, a preocupação com corsários e piratas eram constantes para defesa das antigas possessões do império ultramarino português, assim como a construção de fortificações em suas regiões, pois dessa maneira os locais ficavam melhor abrigados para

[112] ANTT, PT/TT/CC/1/111/112, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 111, n.º 112. *Carta de Jorge de Albuquerque Coelho solicitando a sua alteza munições de guerra para mandar à capitania de Pernambuco e uma provisão para cobrar as rendas que se deviam nesta capitania*. Disponível no Digitarq da Torre do Tombo, data do último acesso foi em 01/12/2019, IN: IN: https://digitarq.arquivos.pt/

combater os inimigos, embora não estivessem livres de sofrer invasões. As fortificações nas possessões do império ultramarino foram as principais formas encontradas para a defesa de suas colônias.[113] A preocupação da coroa não era apenas a fortificação da costa do Brasil, mas da costa da África e de locais onde os domínios faziam parte de seu reinado. Em 1626 e 1635, por exemplo, dois documentos demonstram a preocupação da coroa com a fortificação de Luanda, em Angola.[114]

Em tese, a defesa da capitania era uma obrigação donatarial acordadas desde as cartas de doação, mas provavelmente diante do cenário político da união das coroas, Jorge além da ajuda requerida, de munições de guerra, precisava saber qual tratamento a nova corte daria aos seus pedidos e de como deveria tirar proveito para os pleitos de sua capitania. O documento é interessante porque revela que em pouco tempo de formação, a nova Monarquia teve que se deparar com questões políticas e administrativas em virtude da ampliação de suas colônias. Os novos pedidos de graças, mercês, ajudas e socorros antes concedidos em Castilla pelos espanhóis, passaram a receber as demandas de Portugal e suas colônias. Sendo assim, Jorge buscava adquirir ou manter seus privilégios mesmo diante das mudanças que passava Portugal e a Monarquia Hispânica.

Com a união das coroas, os assuntos referentes a Portugal ficavam a cargo das avaliações do Conselho de Portugal, que foi um importante órgão nas decisões das questões políticas e militares referente a Portugal e seu império ultramarino. Segundo Fernando Bouza, o Conselho de Portugal foi uma espécie de mercê real criada a partir do artigo XV na Patente das Mercês das cortes de Tomar de 1581 e que tinha como objetivo criar "um organismo consultivo português próximo do rei, cuja missão fosse tratar em exclusivo com ele os

---

[113] MIRANDA, Bruno R. F. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa - O caso da capitania de Pernambuco (1654-1701).* Dissertação de Mestrado. Recife, 2006. SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001. VIEIRA, Hugo Coelho. *O teatro da guerra e a invenção do Brasil holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 à 1635*. Dissertação de Mestrado, Recife. 2011. p 77, 79, 89. Em alguns documentos de Simancas é possível encontrar reiteradas vezes a preocupação com fortes para defesa das capitanias. Em 1630, a Junta de Socorro para a guerra de Pernambuco falava da importância de fortificar Pernambuco. IN: AGS, Guerra Antígua, Legajo 1025, 21 de julho de 1630. Em uma parte deste documento que destaco diz o seguinte: "*necesario y conveniente que mais gente fortifique otros puestos mas vecinos a Pernambuco"...* Frei Vicente do Salvador chega a dizer que Henrique Correia da Silva negou vir ser govenador do Brasil alegando que "não havia de dar homenagem das terras que não podia ver como estavam fortificadas... IN: SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p 425.

[114] AGS, SP 1520, *Para os governadores de Portugal. Sobre se reunir uma Junta para estudar o problema da fortificação de Luanda e se informar das decisões tomadas nesta matéria*. Madrid 6 de junho de 1626. Fls 80v. AGS, SP 1478, *Sobre la fortificacion d' Angola.* Madrid a 21 de julio de 1635. Fls 81 e 85.

assuntos lusitanos".[115] Desta maneira, o Conselho de Portugal foi fundamental nas orientações para os filipes sobre os assuntos relativos a Portugal e suas colônias, que incluíam o Estado do Brasil.

Ao que tudo indica, Jorge de Albuquerque precisava manter o reconhecimento político que sua família havia conquistado na corte portuguesa para obter recursos militares e seu pleito fazia parte de continuar obtendo trânsito e prestígio como foi feito dentro na casa real portuguesa pela sua família. Com a morte de Dom Sebastião, em Alcácer Quibir, o prestígio de Jorge aumentava significativamente em Portugal e não poderia ser diferente em Castilla, posteriormente sediada em Madrid. A preocupação de Jorge diz respeito a sua situação particular, mas por outro lado podemos entende-la dentro do contexto dos anos de 1578 e 1581, pois "entre a Batalha de Alcácer Quibir e as Cortes de Tomar, muitos portugueses parecera ter perguntado a si mesmo para onde devia ir a comunidade política que conheciam como Portugal".[116]

As discussões das Cortes de Tomar são importantes porque elas criaram uma espécie de "juízo revelador da situação interna do Reino, das suas forças e possibilidades do lugar que podia ocupar no panorama internacional e das relações e equilíbrios que o poder real e os distintos estados ou grupos sociais mantinham em seu interior".[117] Desta maneira, as graças concedidas aos nobres portugueses nesse período, podem ser encaradas como uma forma de benefício e persuasão de D. Felipe II para conquistar adeptos a favor de sua candidatura ainda no início de seu reinado. Era necessário reunir as demandas "dos nobres portugueses na petição de que fossem ratificados e aumentados os seus privilégios em relação às outras ordens, em especial a popular, e no aumento das suas rendas à custa do património real".[118]

As demandas de Jorge de Albuquerque, referente a capitania de Pernambuco estavam inseridas nesse contexto, em que fidalgos e nobres portugueses buscavam reconhecimento do rei e aumento de seus privilégios. Era uma espécie de busca pela manutenção de regalias, graças, mercês e ajudas. Portanto, as negociações das cortes de Tomar são fundamentais para entender essa relação da elite portuguesa e suas negociações com a monarquia católica que acabava de se formar. Para o historiador Fernando Bouza, que estudou exaustivamente as

[115] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. In: *O governo supremo do reino (vice-reino e governação) e o Conselho de Portugal*. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 194.

[116] Idem. p 19.

[117] Idem. p 19.

[118] Idem. p 127.

negociações de Tomar, Filipe II buscou difundir "entre a nobreza as vantagens de um Portugal dos Habsburgos hispânicos".[119]

Em 1578, três anos antes das definições das Cortes de Tomar, que estabeleceram parte jurisdicional dos acordos entre as elites ibérias, Jorge de Albuquerque esteve na missão da África com Dom Sebastião e depois disso sua reputação de homem, que honrou o rei com seu próprio suor arriscando sua vida, como um verdadeiro súdito, fortaleciam a ideia de homem fiel e escudeiro do rei. Como homem valoroso, reconhecido entre os militares e agora pelos cortesãos de sua época, Jorge tinha conquistado em 1598 um alvará de arrendamento do pau brasil.[120] O alvará em si, concedido por Filipe II quatorze anos após a carta de 1584, em que Jorge solicitava armas e munições, demonstra parte da força política que os Albuquerques Coelho já tinham conquistado não apenas perante Filipe II, mas diante da nobreza e da sociedade de corte portuguesa e castelhana.[121]

Provavelmente, o alvará do pau-brasil concedido por Filipe II para Jorge de Albuquerque deva ter desagradado contratadores, pois o seu comércio era um dos produtos de maior lucro que poderia se tirar do Estado do Brasil. Por outro lado, os contratadores sabiam da importância de ter uma boa relação com a corte e com os donatários para explorar riquezas, obter ganhos e conquistar prestígio. Os comerciantes, arrematadores e contratadores sabiam que nada funcionava só, mas através de uma rede de interesses e influências.

Ambrósio Fernandes Brandão, que viveu no Brasil nesse período, nos revela que embora tal madeira corante fosse privilégio de Sua Majestade, as pessoas auferiam fortuna com sua extração, do qual o melhor eram os paus que se tiravam de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, vendido no Reino a cinco mil réis o quintal.[122] Ainda segundo a valiosa descrição dos

---

[119] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. In: *O governo supremo do reino (vice-reino e governação) e o Conselho de Portugal*. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 127.

[120] ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fevereiro, 26, 1598. Lisboa. Arrendamento da Vintena do Pau Brasil, a Jorge de Albuquerque Coelho (Alvará de). Chancelaria de d. Filipe I. l. 30, fl. 324v. O livro da Chancelaria de Filipe Segundo está disponível na parte digital da Torre do Tombo (*digitarq*), neste caso específico acessar a partir de https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3882308. Através do Banco de dados BRASILHIS é possível acessar nas informações disponíveis sobre Jorge de Albuquerque este documento, disponível em http://brasilhis.usal.es/es/referencia-documental/antt-arquivo-nacional-da-torre-do-tombo-fevereiro-26-1598-lisboa-arrendamento. Último acesso para ambos datados de 01/12/2019.

[121] O conceito sociedade de corte foi criado pelo sociólogo Alemão Norbert Elias. IN: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

[122] Segundo estudo e informações realizadas por Gonsalves de Mello, Ambrósio Fernandes Brandão residiu nas capitanias do Norte do Brasil de 1583 até no máximo 1597, depois entre 1597 a 1607 em Portugal quando depois regressou ao Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral,

Diálogos, sobre a extração dessa importante matéria prima, Ambrósio nos conta que existia muita gente que vivia de cortar nas "matas e transportar para os pontos de embarque".[123]

As informações de Ambrósio são valiosas, não apenas porque revela dados minuciosos e descrições detalhadas, mas neste caso específico, ele sugere, que existiam pessoas contratadas para fazer a extração do pau Brasil e que depois vendiam no litoral para quem possuia licença e autorização para transportar e levar ao reino. É muito provável, que um comércio tão vantajoso, mas também tão dispendioso de mão de obra e logística tivesse contrabando, corrupção e desvios. A historiador Cleonir Xavier, que realizou uma importante pesquisa sobre as receitas e despesas do Estado do Brasil no período filipino, demonstra que "durante a maior parte do período Filipino, vigorou o sistema, já adotado anteriormente, de arrendamento da exploração do pau-brasil a contratadores".[124]

Em uma breve pesquisa, que realizamos no Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, encontramos um processo referente ao Brasil que reforça e joga luz sobre essa questão dos desvios. Trata-se do processo de um português, chamado Simón López Méndez, que vivia em Salamanca e que foi denunciado por Pedro Mateos, alguacil do conselho de Salamanca.[125] A denúncia informava que López Méndez tinha colocado cargas de pau-brasil e açúcar em mercadorias que vinham do Brasil para Portugal. Embora, o caso seja do ano de 1621 e o alvará do pau brasil de Filipe II para Jorge seja de 1598, podemos fazer uma correlação de que o contrabando da madeira deveria ser algo que preocupava os cofres da coroa durante o reinado dos Filipes. Mas esse não foi um problema que nasceu no Império Espanhol, pois Duarte Coelho em já mencionava em suas cartas na metade do século XVI esse problema o que significa dizer ao anexar Portugal e suas colônias a Espanha não aumentava apenas seu território, mas também seus problemas.

A denúncia do conselheiro de Salamanca se baseava na acusação de que Pedro Mateos não tinha registro de direitos pagos para trazer cargas de pau-brasil e açúcar. Portanto, mesmo

---

segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 98.

[123] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 98.

[124] COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino. Aspectos Fiscais da Administração Colonial*. Recife, UFPE, 1985. p 51.

[125] ARCV, Real Audiencia y Chancillería de Valladolid, *Sala de Hijosdalgo, caja 1561, 1*. Ano de 1621. Pleito de Pedro Mateos, alguacil del concejo de Salamanca, con Simón López Méndez, mercader portugués, vecino de dicha ciudad, sobre haber introducido una carga de palo brasil y otra de azúcar procedentes de Brasil sin haberlas registrado ni pasar por el peso real, tratando de evitar el pago de la alcabala y la sisa correspondientes.

sendo um fidalgo, estava exercendo o contrabando e uma ilegalidade grave que afetava os cofres da coroa. O processo durou menos de um ano, foi aberto em 1621 e executado em agosto de 1622.[126] Grande parte dos processos que se encontram no Archivo de la Real Chancillería são de casos especiais, em que a justiça do rei atuava, era uma espécie de Supremo Tribunal da Monarquia e que uma das seções do arquivo estão os processos relativos a fidalgos, catalogada como *sala de hijosdalgo*.

O alvará de Filipe II para Jorge não foi uma mera benesse, mercê ou direito donatarial, mas uma forma de reconhecimento que integrava parte dos interesses da própria coroa em "controlar" a comercialização de um produto relevante. Desta maneira, através das mãos do donatário, a coroa não apenas se fazia presente na rede de negociantes da capitania, mas também ganhava um defensor do rei em termos militares e sobretudo, no âmbito político. Ao conceder o alvará para Jorge a coroa presumia que sua nomeação estaria bem representada.

Tanto o primeiro documento de Jorge pedindo agilidade das munições de guerra, quanto o segundo documento referente ao alvará de pau-brasil, mesmo que no começo da monarquia, demonstram que a coroa não foi negligente nos assuntos relativos ao antigo império ultramarino português e que agora integrava o império espanhol. Se conseguiu ser eficiente é uma outra questão, mas pensar em negligência pelo império dos filipes no Estado do Brasil não nos parece coerente e cabível. Se Filipe II precisava de fidelidade de seus novos súditos portugueses para reforçar seu reinando isso significava que não poderia negligenciar seus pedidos, demandas e anseios.

O pleito do envio de armas e munições em 1584, assim como a concessão do alvará do pau Brasil em 1598, em que Jorge de Albuquerque é o personagem central que solicita ou é digamos, o elo de ligação da donataria com a monarquia podemos perceber que não traz resposta sobre a questão da negligência da coroa. Mas renegar e negligenciar algo que poderia aumentar os lucros e que poderia acarretar em maiores prejuízos é algo sem sentido. Devemos ter em vista, que tanto a coroa temia invasores, quanto os donatários. Em termos de datação, os dois documentos são curiosos porque se aproximam da cronologia do reinado de Filipe II sob governo de Portugal, que podemos dizer a grosso modo, que durou de 1580 a 1598. Logo, foi no ano da morte de Filipe II que o alvará do pau-brasil foi concedido para Jorge de

[126] ARCV, Real Audiencia y Chancillería de Valladolid, *Registro de Ejecutorias, caja 2342, 31*. Ano de 1622-8. Ejecutoria del pleito litigado por el concejo de Salamanca y Pedro Mateos, su alguacil, como denunciador, con Simón López Méndez, portugués, vecino de dicha ciudad, sobre acusarle de haber metido en ella dos cargas de mercaderías traídas de Portugal, una de palos de brasil y otra de azúcar piedra, contraviniendo las ordenanzas al no haberlo registrado ni pagado sus derechos. A sentença de execução do processo está digitalizada e disponível no PAREs, mas o processo a digitalização do processo não está disponível.

Albuquerque. Consequentemente foi Jorge de Albuquerque o donatário da capitania de Pernmabuco que se relacionou com a situação política de Filipe II.

Além do mais, a coroa precisava diminuir os desvios, evitar o contrabando e melhorar a eficiência sobre a fiscalização e a organização dos lucros vindos de além mar. Ambos os documentos, tanto o de envio de armas e munições, como o alvará do pau-brasil para Jorge de Albuquerque são sinais que mesmo no momento de organização inicial da monarquia, a coroa hispânica não poderia, nem tinha intenção de ser negligente com uma colônia que lhe trazia recursos. A partir dessa problematização, desses dois documentos de Jorge de Albuquerque, durante o reinado de Filipe II que a relação dos Albuquerques Coelho passava a ganhar espaço dentro da casa de Áustria como já exsitia dentro da casa real portuguesa. Podemos verificar também, que a conexão da capitania de Pernambuco já se fazia presente com seus problemas no surgimento do trono de Filipe II.

Como já colocamos na introdução desse trabalho, perder o Brasil era aumentar as possibilidades de outras perdas referentes a prata espanhola na América. Uma leitura desatenta e descontextualizada desses dois documentos mencionados sobre ajuda militar e a concessão do pau-brasil podem gerar ilusões que a coroa não atendia a colônia, que demorava a responder por não dar prioridade e importância, que não se importava com os negócios da antiga América Portuguesa, mas ao investigar a situação com profundidade verificamos como foi complexa os negócios da política e da guerra no império dos filipes. Portanto, renegar o Estado do Brasil nos parece uma leitura equivocada, pois os documentos relativos aos socorros e ajudas do império espanhol são quase sempre queixosos de brevidade. A dinâmica da comunicação e da organização militar são de uma complexidade enorme na administração imperial e sobre esse assunto trataremos adiante, especialmente na ajuda referente a Guerra de Pernambuco contra o Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais.

Um dos elos de maior força do Estado do Brasil com a coroa, seja no início da colonização portuguesa seja no início da monarquia hispânica, foi estabelecido a partir da exploração do pau brasil, de tamanha importância não apenas pelo nome que funda o lugar e o Estado, mas pelo fato de ser um produto que fazia fortuna como escreveu Ambrósio Fernandes Brandão e que pertencia a utopia do exclusivismo de exploração da coroa.

No *Tesoro de la lengua castellana o española,* de Sebastián de Covarrubias Orozco, livro publicado em homenagem a Filipe III em 1611, o vocábulo Brasil é definido como "*cierta madera de Indias. Muy pesada, y de color encendido, como brasa, van la gastando en afferraduras muy menudas, o limaduras, y dan con ella color a los paños. La Prouincia de*

donde se trae esta madera se llama, el Brasil, y della tomó el nombre".[127] Contudo, o pau-brasil não era apenas um produto que nomeou um local e que relaciona o Estado do Brasil com Portugal e Espanha, mas um produto comercial que fazia parte de uma rede de interesses comerciais e que repercute na documentção oficial dos reis de Espanha no Archivo de Simancas.

Em 1614, os documentos sobre o pau brasil demonstram o interesse da monarquia em continuar melhorando seus lucros sobre o referido comércio, mas o rei se recusava em enviar uma pessoa da metrópole para administrar o assunto, então propunha através do Conselho de sua Fazenda, que Sebastian Borges, provedor da Fazenda ocupasse o cargo da administração do *pao.*[128] A coroa justificava o não envio de uma pessoa "pelo muito gasto que fará" e mandava que os "parceiros do contrato do Pao brasil, e da pólvora, que conforme elle tinhão obrigação de entregar em Sevilla".[129] Quase dez dias depois, em 16 de julho de 1614, Filipe II escrevia de São Lourenço Escorial, do palácio criado por Filipe II, para informar ao bispo de Portugal que tinha nomeado Sebastião Borges, provedor da Fazenda da capitania de São Salvador da Bahia para mandar que desembarcasse a caravela que deveria trazer quinhentos quintais de pau-brasil e que fosse tomada satisfação com o desembargador Antonio Garcia Tinoco por não ter enviado. O rei se queixava dizendo que sentiu "*desprazer procedimento que nisso teve ey por bem que se estranhe ao chanceler e desembargadores relação daquele estado, o procedimento que tiverão".*[130] Filipe III além de nomear Sebastião Borges para administrar os assuntos referentes ao pau-brasil, disse que não enviaria ninguém do reino e ainda por cima pedia para que tomasse satisfação o desembargador Antônio Garcia Tinoco para saber porque ele não enviou o material e que isso estava trazendo muito desprazer a coroa.

Dessa maneira, para que *pao* Brasil parece ter sido um assunto que nunca deixou de ser matéria pelos monarcas durante o período filipino. Em 6 de junho de 1626, o rei dizia que o preço estipulado pelo contratador Fernão Lopes para arrematar por seis anos o pau não era o

---

[127] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019.

[128] AGS, SP 1510, Escrita em Madrid, datada de 4 de junho de 1614. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

[129] AGS, SP 1510, Escrita em Madrid, datada de 3 de julho de 1614. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

[130] AGS, SP 1510, *Para os governadores de Portugal*. Escrita em San Lorenço a 16 de Julho de 1614. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

que se valia, pois André Lopes Pinto no ano passado havia arrematado por melhor preço.[131] Ao mesmo tempo, que o rei dizia para Fernão Lopes aumentar o valor do lance sobre o pau Brasil informando que o valor do ano passado de André Lopes Pinto havia sido maior se articulava com Luis da Silva e com o conde Dom Diogo da Silva para que influenciasse Fernão Lopes para que ele "melhorasse o lance que tinha feito no contrato do estanque de pau Brasil".[132]

Mais tarde, em 10 de agosto de 1626 o rei havia decidido que o contrato do pau Brasil deveria ficar com Fernão Lopez ao invés de André Fonseca por ser mais seguro para as finanças da Fazenda da coroa e por ele ter mais cabedal. Sendo assim, o rei informava aos governadores de Portugal, que enviassem recado ao brasil por Diogo Luis de Oliveira.[133] Um mês depois, em 11 de setembro de 1626 o rei informava aos governadores de Portugal que o contrato com Fernão Lopez tinha sido assinado no preço de doze contos e oitocentos e quatro mil para cada ano.[134]

No mesmo mês de agosto, o rei escreveu ao "Conde governador etc, amigo que na casa da Índia há quantidade de Pau Brasil que pertence a mim e há fazenda encomendareis sabais quanto he ordenado que se trata o vender para minha fazenda".[135] Mesmo com essa orientação, no início do mês de setembro o rei escrevia para "*dar conta da cantidad de pao Brazil que havia na Casa da Índia e se vender*".[136] O rei dizia, que tinha ciência de ter na Casa da Índia em torno de cento e dezessete quintais de pau que vieram da Bahia no navio San Miguel. Os documentos referentes ao pau-brasil do ano de 1626 são interessantes porque demonstram que mesmo entre o período das invasões holandesas na Bahia em 1624 e na invasão em Pernambuco de 1630 o négocio continuava e a coroa demonstrava interesses

---

131 AGS, SP 1510, *Para os governadores de Portugal*. Escrita em Madrid no dia 6 de junho de 1626. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

132 AGS, SP 1520. *Para os governadores de Portugal.* Que Fernão Lopez melhorasse oo lance do pau Brasil. Escrita em Madrid a 6 de Junho de 1626. fls 104. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

133 AGS, SP 1520. *Para os governadores de Portugal. Sobre a arrematação de pau-brasil*. Escrita em Madrid a 10 de agosto de 1626. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

134 AGS, SP 1520, *Para os governadores de Portugal. Sobre o contrato do pau brasil assente com Fernão Lopes*. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Madrid a 11 de setembro de 1626. fls 110.

135 AGS, SP 1520. *Para os governadores de Portugal. Remeter a quantidade de pau Brasil que tem na casa da índia para a fazenda do rei*.. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Escrita em Madrid a 27 de agosto de 1626. Fls 99.

136 AGS, SP 1520, *Para os governadores de Portugal. Sobre pau Brasil na casa da Índia para que se venda*. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Madrid 8 de outubro de 1626. Fls 117v.

nessas negociações mesmo que não quisesse enviar um administrador específico para esse assunto.

O negócio do pau-brasil pode não ter rendido tanto dinheiro ao reino como o açúcar, mas em certos momentos seus rendimentos serviram para alguma coisa. Em um documento datado de 11 de setembro de 1626 podemos perceber sua importância nos negócios da coroa, mesmo que numa dimensão pequena, o rei autorizava "consignar a credito que se há de mandar ao Dom Miguel Soares Pereira, agente dos negócios dessa coroa em Roma, no rendimento do contrato do pau Brasil".[137] Embora, seja um documento pequeno e breve, ele demonstra de uma forma muito objetiva que o rei admitia emprestar os rendimentos do pau-brasil para Miguel Soares Pereira que representava os negócios da coroa em Roma e ainda por cima dizia que poderia acrescentar quantidade de crédito necessária para o pagamento do Consul de Venesa para pagar os seus ordenados. Ao nosso olhar, o documento é interessante porque relaciona os redimentos pau-brasil com os negócios da monarquia numa relação Brasil-Espanha-Roma interligados para pagar representante dos negócios em Roma e soldo do Consul em Veneza.

Não foi apenas o pao brasil que era desejado pelo reinado, mas as boas madeiras que serviam para construções e fabricações de navios. Em 27 de abril de 1626, um ano após a expulsão dos holandeses da Bahia, em carta de Barcelona para os governadores de Portugal o rei mandava avisar que as madeiras do Brasil "que estão cortadas para as naos que este anno se hão de fabricar para hirem a Índia".[138]

Como pontuamos, houveram desvios e contrabando do pau-brasil mesmo que a coroa buscasse contê-los. Uma das principais correntes de pensamento que justificam o contrabando é que o exclusivismo comercial não foi possível ocorrer porque o império ultramarino português não tinha gente suficiente e estrutura administrativa para tal empreendimento. Para isso, tinha que abrir mão da exploração direta através de concessões a contratadores, ao mesmo tempo em que não tinha poder de fiscalização sobre uma poderosa rede de negócios que atuava de uma forma complexa. Mesmo com um estado burocrático imperial que

[137] AGS, SP 1520. *Para os governadores de Portugal. Sobre o contrato do pau brasil para Miguel Soares dos negócios em Roma.* Escrita em Madrid em 11 de setembro de 1626. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Fls 108v.

[138] AGS, SP 1520, *Para os governadores de Portugal*. Fls 53v. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

funcionava via concessões, mercês, privilégios, arrendamentos e contratações, podemos perceber que o contrabando e a corrupção estiveram presentes nas dinâmicas comerciais.[139]

Mas o ato de corromper não acontecia apenas através de grandes comerciantes e de redes articuladas. Em 08 de maio de 1608, o Conselho de Portugal informava ao rei que Joachin de Villas Boas, que tinha recebido o hábito de cristo havia fugido da corte com "algumas quantidades de dinhero de diferentes pessoas, que aqui andavão requerendo, dizendo-lhes que o dava ministros para por este meyo conseguirem o que pretendião não sendo assi, se não que elle tomava este dinheiro para si".[140] O conselho pedio ao rei que além de cancelar o hábito mandasse prendê-lo para que não Joachin não causasse mais dano. No dicionário de Covarrubias, a primeira definição de corromper é definida da seguinte maneira: "*corromper del verbo latino corruto, cótamino, vitio, destruo. Corromper las buenas costumbres, entregarlas"*.[141] Logo, a corrupção foi algo que esteve presente mesmo próximo a corte. No documento mencionado, Joaquin Villas Boas tinha pego dinheiro de várias pessoas que receberiam mercês e pegava o dinheiro com os ministros da corte.

Portanto, mesmo com o contrabando e desvios, os produtos geravam importantes receitas para a coroa. Na conversa entre Alviano e Brandônio dos Diálogos percebemos a descrição "que o pau Brasil era cousa de tanto rendimento para a fazenda de Sua Majestade, sem na sustentação dele gastar um só real, gastando muitos cruzados na Índia por adquirir as demais drogas".[142] A sugestão dos relatos é de que o produto trazia tamanha lucratividade e que seu trato poderia alferir mais lucro que produtos das Índias Orientais, que nessa altura, talvez já não fosse tão rentável assim. Sobre o pau-brasil, uma das partes mais intessantes dos Diálogos da Grandeza do Brasil diz:

> Brandônio: O pau do Brasil, de que toma nome toda esta província, como já disse, larga de si uma tinta vermelha, excelente para tingir panos de lã e seda, e se fazer dela outras pinturas e curiosidades; o qual, posto que se acha em todo este Estado, o mais perfeito e maior valia é o que tira das Capitanias de

---

[139] SANTOS PÉREZ, José Manuel, *Práticas Ilícitas, Corruptelas e Venalidade no Estado do Brasil. A inícios do século XVII*. *O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil*, CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 155-177, Jan-Jun, 2019. p 19.

[140] AGS, SP 1465, *Sobre Joachin de Villas Boas.* Madrid, 8 de mayo de 1608, fls 173.

[141] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 256.

[142] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 98.

> Pernambuco, Tamaracá e Paraíba**,** porque sobrepuja com muito excesso de bondade ao mais pau desta qualidade, que se dá pelas mais partes. E assim, somente do que se tira das três capitanias referidas se faz caso e se leva para o Reino, aonde se vende a quatro vezes a cinco mil réis o quintal, segundo a falta ou abundância que há dele.
>
> Alviano: Pois dizei-me de que modo tiram os moradores deste Brasil proveito de semelhante pau e quanto importa a fazenda de Sua Majestade.
>
> Brandônio: O pau do Brasil é droga sua e, como tal, defeso, de modo que ninguém pode tratar nele senão o mesmo Rei ou os que tiverem licença sua por contrato. Antigamente era lícito negociarem um cruzado por quintal de saída, mas por se entender que se usava mal desta ordem que estava dada, se revogou, para que corresse o negócio por contrato, como hoje em dia corre, e se paga de arrendamento por ele no Reino a fazenda de Sua Majestade quarenta mil cruzados, pouco mais ou menos, com declaração que os contratadores não poderão tirar cada um ano deste Estado, especialmente das três Capitanias que tenho apontado, mais de dez mil quintais de pau, e quanto um ano tirassem menos, o poderão fazer no outro. [143]

O estudo realizado por Cleonir Xavier, corrobora com a importância desse comércio, que foi de certa maneira, um dos mais importantes por não se encontrar de imediato metais preciosos como ocorrido na América Espanhola, embora a coroa nunca tenha desistido de encontrá-los. Revela o estudo desta historiadora, que Diogo de Meneses, governador geral do Brasil ficou desmotivado e desgastado com a autorização que a coroa tinha dado incentivo e autonomia para Dom Francisco de Sousa para explorar e buscar metais preciosos no interior de São Paulo.[144] O sonho pela busca de metais preciosos no Estado do Brasil é evidenciado nas orientações da coroa para D. Francisco de Sousa, aquilo que José Carlos Viladarga problematizou bem na discussão da capitania de São Paulo, no capítulo intitulado "uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro".[145] Segundo Viladarga, as tentativas de Diogo de intervir na vila de São Paulo foram frustradas, o que demonstra que na hierarquia administrativa Francisco de Sousa se sobrepôs as vontades do novo governado geral. Essa questão é interessante, porque demonstra que nem sempre as hierarquias e os novos mandos de governar do reino eram obedecidos.

---

[143] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 98.

[144] COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino. Aspectos Fiscais da Administração Colonial*. Recife, UFPE, 1985. p 1.

[145] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. p 113.

No caso da capitania de Pernambuco, Vera Lúcia Acioli demonstra que os conflitos jurisdicionais da capitania Duartina foram direcionados pelas vontandes e mandos de seus donatários mesmo após a criação do governo geral do Brasil, contrariando inclusive algumas orientações do reino.[146]

Em sua tese, Viladarga mostra que D. Francisco de Sousa esteve motivado a encontrar minas de ouro na capitania de São Paulo a todo custo, vindo ao "Brasil com o objetivo bastante claro de encontrar as tais minas, inicialmente inspirado nos projetos de Gabriel Soares e, mais tarde, seguindo os indícios vindos da capitania de São Vicente".[147] Essa busca de metais preciosos em São Paulo demonstra que a coroa hispânica sempre esteve atenta e com interesse as várias partes do Brasil.

Mesmo após a morte de Dom Francisco de Sousa, a coroa buscava novas descobertas de riquezas no Estado do Brasil e continuava interessada em auferir de lucro e riquezas que não fossem apenas o açúcar e pau-brasil, mesmo que não fosse através da prata propriamente. Em 16 de julho de 1614, sua Majestade informava através do Conselho de sua Fazenda pelas informações do vice-rei Dom Pedro de Castro, que havia descoberto no Brasil Mina de pescaria de busio e que avisou a Dom Gaspar de Sousa se haveria "benefício desta mina".[148] Ainda em 1626, um ano após a expulsão dos holandeses de Salvador da Bahia, a coroa insistia na busca de minas de ouro, calaim, cobre e ferro na capitania de São Vicente.[149] Em uma carta escrita em Madrid, para os governadores de Portugal, que data de 20 de agosto do mesmo ano, a coroa dizia que sabia via seu Conselho da Fazenda e pela relação enviada por Francisco Leitão "*acerca da notícia que há das minas de salitre que se tem descuberto no Brasil*" e pedia para que Dom Luis de Oliveira averiguasse o benefício destas minas de salitre do Brasil

[146] ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII*. Apresentação de Denis Bernardes. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Ed. da UFPE, 1997.

[147] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 162.

[148] AGS, SP 1510, *Sobre os donatários da coroa e as minas do Brasil*. fls 48. O título do documento faz parecer ser um documento importante, mas apenas dá ciência e aceite da coroa da renúncia de Ambrósio Abreu, fala em reconhecer, outra sobre a confirmação das mercês que foram feitas em outro documento para alguns donatário que o documento não explicita e fala do interesse da mina da pescaria de busio que se encontrou no Brasil.

[149] AGS, SP 1520, *Para os governadores de Portugal*. fls 81v.

pois a coroa precisa saber o benefício das ditas minas.[150] Essas minas faziam parte do arsenal de intesses de metais da coroa.

O incentivo da coroa espanhola a D. Francisco de Sousa corrobora com nossa tese de que o Estado do Brasil nunca esteve renegado a segundo plano. Negligenciar algo que poderia trazer soluções econômicas para parte de seus problemas é algo sem fundamento, por isso apoiou e financiou essa busca mesmo que esse rendimento tenha sido ínfimo na arrecadação dos recursos da monarquia. Aliás aumentar essa porcentagem foi algo que os reis católicos buscavam por uma necessidade financeira natural de uma lógica comercial em que a balança comercial favorável era a tônica da economia vigente. Aliás, São Paulo como vila miúda, ser plano de busca de metais preciosos mostra que a coroa pensava no potencial que poderia encontrar no Brasil além do pau-brasil e do açúcar.

Embora, sem ter encontrado a tão sonhada prata e as minas de ouro não podemos ter o mesmo julgamento dos sucessores de D. Francisco de Sousa de que ele fez opções equivocadas na corrida por metais preciosos. Não foi à toa a busca de metais em São Paulo por D. Francisco, pois Salvador Correira de Sá e Benevides tinha certeza que existia ouro em São Paulo, inclusive chegando a informação aos ouvidos do Duque de Lerma que chegou a suspeitar dos desvios de D. Francisco.[151]

Embora, a situação tenha ficado embaraçosa para D. Francisco o mesmo continuou com o mesmo prestígio diante da corte e por outro lado, o pau-brasil e o açúcar se revelaram as maiores riquezas do Brasil. Diogo de Menezes irá escrever uma carta para o reino dizendo que “as verdadeiras riquezas do Brasil eram o açúcar e o pau-brasil”.[152] O Brasil torna-se ainda mais relevante porque perder esse vasto território prejudicaria não apenas a prata da Amércia espanhola, mas o comércio Atlântico de escravos.

Por outro lado, sabemos que administrar um império tão vasto e complexo trazia um número enorme de problemas, embora os reis católicos soubessem que tinham que enfrentar esses desafios. Na carta de Jorge de Albuquerque já abordada aqui, em que ele solicita armas e munições de guerra, que inclusive já havia sido autorizado o envio de ajuda pelo rei, mas

---

[150] AGS, SP 1520, *Para os governadores de Portugal. Notícias de minas de salitre no Brasil.* fls 98.

[151] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640).* São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 140.

[152] Idem.

que ainda não tinham sido enviadas, podemos perceber também a forma incisiva com que Jorge reclamava ao dizer "canso e me corro falar nisso, visto o pouco proveito que faço em lembrar".[153] Essa maneira incisiva com que Jorge escreve, dizendo que está cansando de esperar por ajuda de munições de guerra evidencia a demora na ajuda, por outro lado exprime a força diante da corte e do conselho que teriam que solucionar tal questão. A retórica do pedido de ajuda pelo donatário tinha objetivo claro de agilizar o envio do material bélico.

Para que o império filipino funcionasse, e podemos dizer que desde o início do imperío ultramarino também, se fazia necessário manter a fidelidade e conceder os privilégios. Foi a partir de algumas concessões e privilégios que essas fidelidades eram fortalecidas, criadas ou até mesmo retiradas. Viladarga, que analisou as conexões do império espanhol com a capitania de São Paulo partilha dessa idéia, ao escrever que "as fidelidades só se mantêm sob algum benefício ou retribuição".[154] É interessante a problematização que esse historiador faz sobre o conceito de império espanhol ao longo de sua obra, que por vezes alerta para a impossibilidade de algumas análises sociais, em virtude das diversidades e espacialidades, já que "os impérios guardam dentro de si, e de sua vastidão, uma, no mínimo razoável diversidade cultural e humana".[155]

E se o conceito de império, tem como uma de suas bases, a lógica da fidelidade, podemos dizer que para manutenção do império era necessário criar o conceito de interdependência. Nesse caso, tanto o envio de munições da coroa quanto o alvará de pau-brasil para Jorge assinados por Filipe II são exemplos práticos do funcionamento dessa sociedade assentada na fidelidade, na concessão de mercês, na manutenção de privilégios e na interdependência. Jorge era alguém que tinha por trás a história de uma família com um bom tempo de serviços militares prestados a Portugal, que trataremos um pouco mais a frente. Mas, Felipe II sabia que era necessário mater a fidelidade de Jorge. Tanto Jorge dependia do Rei quanto Filipe II dependia do donatário em sentido prático. Era uma espécie de relação mútua, em que ambos se ajudavam na engrenagem do funcionamento do império através de

---

[153] ANTT, PT/TT/CC/1/111/112, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 111, n.º 112. *Carta de Jorge de Albuquerque Coelho solicitando a sua alteza munições de guerra para mandar à capitania de Pernambuco e uma provisão para cobrar as rendas que se deviam nesta capitania*. Disponível no Digitarq, data do último acesso foi em 01/12/2019.

[154] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 24.

[155] VILADARGA, 2010. Op. cit. p 24.

um laço de interdependência. Viladarga ao tratar de São Paulo lembrará que "um império só pode ser bem-sucedido na preservação de seus laços de articulação".[156]

Em Castellano, Fidelidade é definida como *el ofício de fiel* (fidelidade como ofício do fiel) e fiel é definido como *el nombre latino fidelis, el que guarde fee y lealtad, que trata verdade y no engaña otro en el peso llamamos fiel de equilibrio, latine, examen.*[157] Logo, o rei era um soberano que concedia graças, mercês, perdões e privilégios a pessoas que guardassem fé e a lealdade como define Covarrubias. A noção de fidelidade, assim como das mercês é interessante porque passa pela lógica do servir de forma leal e fiel ao rei, mas na prática a necessidade de ter pessoas fiés e leais também era uma necessidade do soberano que se estendia frente a defesa do império. Norbert Elias, que estudou a sociedade de corte e analisou o processo civilizatório irá demonstrar que para haver um equilíbrio entre as relações de força política era necessário a interdependência dos poderes.[158] Nesse sentido, a relação de poder entre Filipe II e Jorge era algo que servia a ambos os lados dentro da lógica de interdependência do império espanhol.

O pleito de Jorge de Albuquerque se encaixa nos diversos pedidos que eram realizados pelos fidalgos portugueses nos tempos iniciais em que Portugal foi anexado a Monarquia Hispânica. Filipe II sabia que para obter adesão da nobreza portuguesa a unificação do trono era necessário perpetuar algumas das regalias da elite de Portugal, bem como tinha ciência que era preciso deixar que os anseios por melhoria dos privilégios de fidalgos portugueses fizessem parte dos jogos de poder no tempo em que as mêrces do rei eram peças chaves nessa relação de força e de motivação.[159]

Fernando Bouza, demonstra na biografia que escreveu sobre Filipe II, que entre a oposição a casa dos Áustria estava a esperança dos fidalgos portugueses em obter maiores

---

[156] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 24.

[157] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 416.

[158] Norbert Elias esclarece que devemos levar consideração que "civilização não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais", mesmo que minimize "as diferenças nacionais entre os povos" IN: ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1994. p 23.

[159] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. In*: Entre a oposição e a esperança. A realeza de D. Filipe I como solução para uma crise portuguesa? Nobreza e reino. Fidalgos e poder real.* Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 127.

benefícios e que esse era o principal caminho para conquistar adeptos lusos. Portanto, as graças aos nobres portugueses era uma forma de benefício e persuasão que Felipe II fazia para conquistar adeptos e tê-los a favor de seu reinado.[160] Para este historiador, foram as negociações entre a elite portuguesa e a castelhana que deram os rumos da unificação entre as coroas. Destaca Bouza, que a diplomacia foi predominante diante da força bélica, que por sua vez poderia ser utilizada em última instância.[161] A tese de Bouza, não se baseia apenas para o período de negociação das cortes de Tomar entre Maio de 1579 e Abril de 1581, em que seu trabalho é talvez a maior referência sobre o assunto, pois sua análise abarca o período que antecede a unificação com Filipe II até o ano 1668, quando ocorreu o tratado de Lisboa pondo o fim diplomático na guerra da restauração portuguesa. Portanto, para este historiador, as tomadas de várias decisões durante o período filipino tiveram como referências as cortes de Tomar e por esse motivo sua tese permanece influenciando vários historiadores.

Em compensação, o historiador Rafael Valladares ao centrar seu olhar crítico sob a forma violenta com que o Duque de Alba se impôs militarmente aos portugueses demonstrando que a formação da monarquia não teve nada de unificação, mas uma sobreposição de interesses, sobretudo, por conflitos bélicos. Valladares coloca a imposição militar como o ponto maior que teve mais relevância na briga entre poder político-diplomático ou poder militar.[162] A análise de Valladares marca uma nova ótica sobre o assunto quando o historiador destaca que a unificação ocorreu em virtude de uma conquista militar violenta, em que Lisboa sentiu o caráter violento das tropas de Fernando Álvarez de Toledo, o duque de Alba. Porém, Rafael Valladares não se prende a historiografia nacionalista portuguesa nem a ideologização do acontecimento, mas utiliza-se de uma forte análise documental do período. Concordamos no quesito que esse historiador demonstra, que a formação da monarquia não foi pacífica, contudo acreditamos que força política e força militar se misturavam e que a diplomacia sobressaio na unificação. Essas forças precisavam de um ponto de equilíbro que podem ser explicadas pelo conceito de interdependência de Norbert Elias. Logo, poder militar e poder diplomático não são opositoras e dentro da noção de interdependência elas se articulavam. Compartilhamos da idéia de Bouza, que demonstra que a unificação só foi

---

[160] Idem.

[161] ÁLVARES, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos filipes. Política, cultura, representações (1580-1668).* Lisboa: edições cosmos, 2000. p 21.

[162] VALLADARES, Rafael. *A Conquista de Lisboa – Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583*. Lisboa, fevereiro. 2010.

possível em virtude da conciliação dos interesses entre as elites ibéricas e entendemos que a força militar contribuiu para pacificação dos interesses.

Logo, para que a unificação das coroas ocorresse era necessário que a negociação diplomática eficiente e foi nessa medida que ela evitou o conflito militar e que podemos destacar o poder de negociação das elites. Nesse sentido, entendemos que se não tivesse um acordo que alimentasse os interesses de fidalgos portugueses e nobres castelhanos a guerra seria inevitável e duradoura, mas devido a diplomacia em que os interesses dessas elites se transformaram numa espécie de "solidariedade de classe", em que fidalgos portugueses reconheceram a realeza de Filipe II como solução nacional.[163]

O período da negociação com Portugal é dividido em cinco momentos distintos por Bouza Álvares, durante maio de 1579 e abril de 1581, em que ocorreram diferentes negociações de Portugal com D. Filipe e seus interlocutores, que nortearam o processo geral de sucessão. O primeiro momento é dos *Artigos de Lisboa,* quando em maio de 1579 *de* D. Filipe ratifica os capítulos de 1499 do rei D. Manuel, o Venturo. O segundo diz respeito a *Concórdia Real de 1579*, redigida pelos representantes do cardeal D. Henrique e de D. Filipe I, especialmente pelo secretário Miguel de Moura e pelos embaixadores castelhanos encabeçados pelo duque de Osuna. O terceiro momento é das *Mêrces de Almeirim,* realizada em março de 1580, que ocorre com a morte do cardeal-rei sendo oferecido três estados reunidos em Almeirim. O quarto momento são as *Cartas de reconhecimento de D. Filipe I como rei de Portugal*, outorgadas por diferentes senhores, vilas e cidades do reino, decretadas inclusive por governadores em julho de 1580, em que declaram que o mesmo é o rei católico herdeiro dos Avis. O quinto e último momento de Tomar é da *Patente das Mercês de Tomar*, assinada em abril de 1581, em que o rei se dispõe a conceder mercês gerais e particulares através de procuradores castelhanos enviados a Portugal.[164]

As decisões estabelecidas nas cortes de Tomar serão fundamentais para entender as dinâmicas e articulações dos interesses políticos dessas elites e sobretudo para compreender as discussões jurisdicionais do período filipino, pois a partir das decisões tomadas em Tomar acontecerão a constituição do entendimento das relações de poderes estabelecidos entre as elites ibéricas. Fernando Bouza, demonstra que as cortes de Tomar corroboraram os antigos

[163] O termo solidariedade de classe é usado por Fernando Bouza Álvares. IN: ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008*. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 139.

[164] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 87.

privilégios econômicos e jurídicos em detrimento do poder dos oficiais e do patrimônio da coroa. Podemos considerar, que o estatuto de Tomar foi uma espécie de triunfo dos políticos e dos portugueses dispostos a retirar maior benefício da união e dos castelhanos convencidos que seria mais fácil a unificação pela negociação do que pela força.[165]

Portanto, será a partir das negociações das Cortes de Tomar de 1581, que os privilégios poderão ser estabelecidos, concedidos e obtidos ganhando utilidades práticas posterioremente na relação entre fidalgos, cavaleiros, donatários e militares. Em termos de influência no processo de colonização nas Américas ou de dinâmica imperial filipina podemos dizer que a anexação dos territórios portugueses e ultramarinos aos espaços filipinos eram uma buscava gradativa dentro de processo de integração e de longo prazo da nova monarquia.[166] A maioria dos historiadores entendem que esse processo ocorreu de forma gradual. Segundo Rafael Valladares, Madri buscava de forma gradual obter "os espaços ibéricos e coloniais, algo que se pensava como natural, pois, na corte castelhana, prevalecia a noção de legitimidade da posse e do direito natural estabelecidos pela herança".[167] Conforme demonstrou Viladarga, "a articulação da economia, dos espaços e da nobreza ibérica, durante a União, tem sido apontada por diversos historiadores".[168]

Embora, as propostas diplomáticas de Filipe II terminassem sendo aceitas pelos fidalgos portugueses houve resistência a aceitar um rei não português pelos núcleos urbanos mais populares, assim como pelos cavalerios e fidalgos portugueses que achavam uma grande infâmia um português ser considerado um nobre castelhano.[169] Além da resitência, houveram

---

[165] O estatuto das cortes de tomar está reunido na *Patente das mercês, graças e privilégios de que Elrei Dom Philipe Nosso Senhor fez mercê a estes seus Reynos*, Lisboa, 1583. ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 185.

[166] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 150.

[167] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 151.

[168] Schaub destaca as continuidades culturais, linguísticas, militares e administrativas entre Portugal e Castela, desde antes da União, e que foram reforçadas durante este período. Mafalda Soares tem mostrado os estreitos vínculos e as redes costuradas pela nobreza dos dois espaços. Uma certa uniformidade administrativa estruturada durante a União tem sido analisada por Fernanda Olival no reinado de Felipe III. O mesmo tema, mais seus reflexos no Brasil estão em Guida Marques.

[169] Jorge de Ataíde chegou a escrever ao Rei dizendo que pensar de um nobre português que é castelhano é "a maior infâmia que pode ter de um fidalgo". IN: ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 128.

também questões práticas que punham em cheque algumas regalias e direitos naturais que na prática não se encaixavam e por isso apareciam dissidências. Foi diante deste contexto que os Albuquerques Coelho buscaram se aproximar dos Filipes. Em tese, eles tinham um direito natural que foram confirmadas em Tomar diante dos termos gerais, assim como seus benefícios familiares em termos de donataria da capitania de Pernambuco, mas na prática ocorreram problemas como a tutoria diante da menoridade de Duarte de Albuquerque Coelho, filho de Jorde de Albuquerque que trataremos mais detalhadamente adiante.

Durante grande parte da historiografia brasileira, que investigou e escreveu sobre o período colonial, esse contexto ibérico não foi relacionado aos acontecimentos, assim como as invasões externas, quando podemos verificar nos novos estudos que as decisões da corte estavam interligadas e influenciadas pelos conselhos, por decisões da corte e em virtude das demandas locais.[170] José Carlos Viladarga, por exemplo, demonstra que a escolha de D. Francisco de Sousa se encaixa na própria dinâmica do império filipino de indicar fidalgos portugueses que estavam atrelados as redes de confiança da corte de Madrid.[171]

O período de unificação das coroas, que inicia com Filipe II é um dos momentos mais conturbados de entendimento da história da península ibérica porque a unificação buscava reunir línguas, culturas, formas de administrar, organização jurídicas, administrativa e políticas sob um único cetro. Para simplificar algo tão complexo foi preciso reunir em Tomar questões fundamentais, alinhar interesses políticos, ceder as demandas econômica das

---

[170] CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das índias de Castela (1580-1655).* Salamenca: Tese de Doutoramento, 2012. MARQUES, Guida. *L'Invention du Bresil entre deux monarchies. Governement et pratiques politiques de L'Amerique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. Paris, Tese de Doutoramento EHESC, 2009. VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010.

[171] Sobre a nomeação de D. Francisco de Sousa José Carlos Viladarga mostrará como a historiografia entendeu sua nomeação. Segundo Viladarga Taunay viu D. Francisco como "delegado e homem de confiança de Felipe II", Sérgio Buarque de Holanda o chamava de homem dos Felipes, Carvalho Franco de "cortesão" e "vigia fiel" de Felipe II. Roseli Santaella se perguntou o quanto a sua designação para governador da Repartição do Sul, em 1608, teria ferido o Acordo de Tomar, já que a nomeação passou ao largo do Conselho de Portugal. De fato, Souza costurou grande parte de suas alianças e relações na corte espanhola, passando muitas vezes ao largo das redes lusitanas. No próprio Conselho de Portugal, vários dos conselheiros lhe eram desfavoráveis, embora contasse com o constante apoio de Henrique de Souza. A habilidade de Francisco esteve, também, em sobreviver em sua credibilidade apesar das mudanças de rei. Com a morte de Felipe II, em 1598, o ainda governador teve de acionar formas de manter seu posto e seus projetos. Para tanto, algum tempo após o fim de seu mandato, em 1606, voltou a Portugal, e, depois, a Valladolid, para onde havia se transferido a corte de Felipe III, aproximando-se ali do Duque de Lerma, o todo poderoso valido do novo rei. Foi neste contexto que conseguiu a divisão da colônia, o consequente novo ofício de governador da Repartição Sul e o governo e administração das minas, com amplas mercês, nos mesmos moldes das obtidas por Gabriel Soares de Souza décadas antes. IN: VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 153.

elites e aumentar representantes na corte para dar conta da monarquia imperial que se formava. Portanto, foi necessário aumentar seus conselhos e seu aparelho administrativo, criando juntas e concedendo mercês e privilégios.

Desta maneira, ao mesmo tempo em que o reinado de Filipe II é tido como um governo unipessoal com suas características marcantes também deve ser visto como um governo colegial em que se destacavam figuras como Alberto de Áustria, o arquiduque tido como uma espécie de *alter-ego* do rei ausente, além de outros personagens como Miguel de Castro, D. João da Silva, Duarte de Castelo Branco, Francisco Mascarenhas e Miguel de Moura.[172] Dos conselhos e órgãos consultivos podemos assegurar que para a capitania de Pernambuco e para o Estado do Brasil, o Conselho de Portugal foi o mais importante conselho da monarquia católica tanto no que se refere as orientações quanto nas decisões políticas. Criado a partir do Estatudo de Tomar de 1581, como já dissemos, o Conselho de Portugal foi instituído como uma espécie de mercê real, onde o rei católico "assumia o antigo compromisso de D. Manuel de manter o despacho de todos os negócios de Portugal em mãos dos portugueses, inclusive no caso de o rei estar ausente do país".[173]

De acordo com Bouza, o conselho português nasce no período em que Filipe II precisava obter apoio dos portugueses para obtenção do trono, sendo o conselho uma espécie de compromisso nas negociações com os representantes castelhanos do rei e oferecida como uma espécie de mercê real já prometida um ano antes pelo Duque de Osuna nas Cortes de Almerim, um ano antes de Tomar.[174] Nesse sentido, o Conselho de Portugal herdou o caráter exclusivista que remonta a D. Manuel, onde "o particularismo lusitano delimitava estritamente tanto as matérias que podiam ser tratadas no seu seio como a procedência dos que seriam seus membros, ao restringir o âmbito do português a umas e outros".[175] Esse aspecto é importante, pois foi a partir do Conselho de Portugal que os Portugueses sentiram que tinham uma certa autonomia sob a monarquia dos filipes. Podemos dizer, que o Conselho de Portugal talvez seja a instituição que represente o expoente máximo desse diálogo político de forças entre os fidalgos portugueses com os nobres de Castilla e que tanto o conceito de

[172] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 192.

[173] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 194.

[174] Idem.

[175] Idem

autoridades negociadas quanto o de interdependência de Norbert Elias ajudem a entender a instituição como um paradigma de autonomia no governo dos filipes.[176]

Se por um lado, o Conselho de Portugal mantinha uma forma de não submissão e sujeição portuguesa, por outro lado os conselheiros de Castilla poderiam tratar de assuntos portugueses em outros locais como no Conselho de Estado sem suas interferências. Essa era uma saída para não polemizar alguns assuntos e para manter os nobres espanhóis satisfeitos com a unificação. Um caso interessante em que podemos relacionar a essa questão com os Albuquerques Coelho são de alguns documentos e assuntos relativos a Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário de Pernambuco. Os documentos relativos a publicação do livro de memórias de Duarte não passam pela documentação relativa ao Conselho de Portugal, mas do Conselho de Estado, assim como suas mercês recebidas e seus pagamentos, enquanto que os assuntos políticos e problemas militares relativos a capitania de Pernambuco se encontram em sua maioria no Conselho de Portugal através da série *Secretarias Provinciales* e na documentação da guerra com as cartas do cotidiano que estão no *Guerra y Marina ou Guerra Antígua*.

Cabe refroçar, que o exclusivismo lusitano existia desde 1579 e que foi assinado por Filipe II fazendo parte dos acordos das negociações de seu pleito de sucessão. Cabe dizer, que antes esse exclusivismo era tratado como uma junta que desaparece com os filipes ganhando um *status* ainda maior como conselho. A criação do Conselho de Portugal não impossibilitou que juntas relativas a assuntos específicos fossem criadas como ocorreu na Guerra de Pernambuco contra os holandeses, assim como a junta que foi criada quando ocorreu o levante de Évora em 1637. É provável que membros do Conselho de Estado, do Conselho de Portugal e do Conselho de Guerra integrassem juntas para assuntos específicos.

Acreditamos, que o Conselho de Portugal ratificado em Tomar demonstra a importância e força política que os portugueses tinham para continuar o caráter exclusivo no que se refere as decisões relativas a Portugal e ao ultramar. Vale destacar um elemento importante, que este Conselho era o "único organismo da burocracia portuguesa que residia perto do monarca, alcançava uma posição de absoluta superioridade a respeito de outras instâncias de governo e de administração do Portugal hispânico, incluindo do vice-rei".[177]

---

[176] Idem. p 195.

[177] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 198.

Cabe destacar também, que o Conselho de Portugal serviu como uma espécie de elemento integrador ou melhor dizendo, de elo administratvio de Portugal na Monarquia Hispânica mesmo que isso signifique entender Portugal como uma espécie de Reino agregado. Nesse sentido, servindo como apêndice, o Estado do Brasil estava ligado as discussões políticas inicialmente ao império espanhol através do Conselho de Portugal.

Por outro lado, os assuntos mais melindrosos e polêmicos poderiam ser discutidos em outros conselhos sem a intervenção dos portugueses como dissemos. D. João da Silva, o Conde de Portalegre escreveu dizendo que alguns assuntos universais porderiam ser discutidos no Conselho de Estado "donde a volta de todo o mundo podia entrar Portugal sem que os naturais entendam que lhes furtavam os negócios".[178] Desta maneira, os castelhanos quando tratavam alguns assuntos em que a intervenção portuguesa seria indesejada poderiam utilizar a estratégia de discutir esses assuntos em outra parte administrativa como o Conselho de Estado sem a presença dos lusitanos. Veremos mais adiante, que alguns problemas relativos as guerras holandesas no Brasil foram discutidas também em outros conselhos como o Conselho de Guerra e não apenas o Conselho de Portugal.

Podemos dizer, que as terras de Pernambuco eram importantes em virtude de sua posição privilegiada no Atlântico Sul, servindo como uma espécie de porto central do Estado do Brasil, que poderia ajudar a socorrer problemas tanto no Estado do Maranhão e do Grão-Pará, quanto a problemas do governo geral do Brasil na Bahia. Em termos de localização espacial, Pernambuco era talvez a parte de mais fácil ligação da África ocidental com a América oriental. Se São Paulo era um espaço marginal em termos de localidade no Atlântico[179] não podemos dizer o mesmo de Pernambuco, que tinha uma localização central nas dinâmicas do Atlântico.

Nos livros didáticos de história quando se debate o "insucesso" ou não das capitanias hereditárias, as capitanias de Pernambuco e São Vicente aparecem na maioria das vezes como exemplos de "sucesso" em virtude de suas altas produções de açúcar. Contudo, em termos de espacialidade no oceano Atlântico, Pernambuco tinha maior relevância.

---

[178] ÁLVARES, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 156.

[179] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 113.

A capitania de Pernambuco está situada em local oposto a Angola. Em termos de desembarque dos escravos angolanos, assim como escravos de outras nações, *Paranambuca* com a referência do canal de Santa Cruz era *lócus* privilegiado para navegação comercial e transporte conforme pontuamos na introdução da tese. Fundamentalmente, foi uma das principais portas de entrada de escravos no Estado do Brasil que iriam trabalhar em Pernambuco e nas capitanias do Norte. A cidade de Salvador, sede do governo geral também possuia uma boa localização em virtude de sua aproximação com as capitanias do Sul, mas Pernambuco estava mais próximo do reino e da África, além claro de sua vizinhança com as capitanias do Norte. Numa análise das rotas portuguesas no Atlântico, alguns historiadores constaram que Pernambuco tinha uma preferência pelos escravos de Angola enquanto que Salvador da Bahia priorizava os escravos da Guiné.[180] Ambrósio Fernandes Brandão, descreve a capitania da seguinte forma:

> *Contém em si toda a Capitania cinquenta léguas de costa, que toma princípio de onde parte com a Ilha de Tamaracá até o Rio São Francisco, e dentro nelas há infinitos engenhos de fazer açúcares, muitas lavouras de mantimentos de toda sorte, criações sem conto de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de volataria e outras domésticas, diversos gêneros de frutas, tudo em tanta cópia que causa maravilha a quem contempla e com curiosidade nota*.[181]

Somado a isso, as rotas alternativas para o Estado do Maranhão e do Grão-Pará faziam de Pernambuco uma espécie de centralidade na costa do litoral do Estado do Brasil. No dia 1 de fevereiro de 1608, a coroa escrevia de Madrid para que se tratasse de povoar e beneficar as terras que se deveriam conquistar no Maranhão e no Rio Para, pois segundo a coroa era essa a "principal razão porque ordenei, que Dom Luis de Sousa fosse residor algum tempo em Pernambuco, para que daly pudesse mandar os socorros, e provisões necessárias aos Capitães, e soldados, que assistem naquelas conquistas*"*.[182]

O documento embora trate da conquista do Maranhão e do Rio Pará demonstra que foi a partir de Pernambuco que deveriam sair e que saíram as tropas para a conquista deste Estado. Este documento também é interessante porque o conselho informava que existia em

---

[180] TEIXEIRA, A. Teixeria, MAURO, Frédéric e MACEDO, Jorge Borges de. *Les routes portugaises de l'Atlantique*. IN: PADRON, Francico Morales. *LES ROUTES de l'Atlantique:* travaux du neuvièmne Colloque International d'Histoire Maritime (Séville 24-30 Septiembre 1967). Sevilla: S.E.V.P.E.N., 1969. p 153.

[181] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 27.

[182]AGS, SP 1516, *Sobre cousas tocantes ao Maranhão, e Rio Para*. Escrita em Madrid, 1 de fevereiro de 1608.

Lisboa pessoas capacitadas para realizar tal tarefa além de Dom Luis de Sousa, que já estava no Brasil, como Dom Diogo de Menezes e Alexandre de Moura. Dessa maneira, a coroa pedia para que estes passassem boas informações sobre essa conquista, devendo ambos enviarem parecer sobre o referido assunto a Luis de Sousa.[183] Por outro lado, já nesse documento, é perceptível, a queixa da coroa de alguns governadores gerais não assistirem na cidade de Salvador, pois "o Capitão que for de Pernambuco corra como apresto dos socorros que forem necessários enviar ao Maranhão, para que se mandem a tempo e com a pontualidade que convem e Dom Luis se vá logo residir na Bahia como he necessário".[184] Além disso, o documento pede para que as terras do Maranhão e do Pará fossem povoadas por pessoas que a cultivassem e que George de Lemos de Betancor iria levar pessoas para povoar vários locais e que tudo isso fosse feito com brevidade.

Outro documento, que demonstra a importância da capitania de Pernambuco para o socorro e até fiscalização com o Maranhão é o documento em que o Conselho avalia as denúncias de Mathias de Albuquerque sobre desvios de "officiais da Fazenda Provedor e escrivães da Alfandega meyrinho do mar e o seu escrivão custuma o levar entre sy dos negros que vem de Angola para aquella capitania ou fazem nella escala indo para Indias".[185]

Neste sentido, Pernambuco serviu não apenas como local de interlocução entre as capitanias, mas como lugar de fiscalização e de denúncia de desvios e corrupção, que neste caso aconteciam no Estado do Maranhão, com negros de Angola que estavam sendo desviados. Mathias de Albuquerque informava a coroa, que existia ali no Maranhão, desvios de oficiais da coroa e de atravessadores que estavam importando muito e que sempre vendiam logo os negros de Angola que por ali entravam.

Além do documento mostrar a importância de Pernambuco para a conquista do Maranhão ele também é uma rica fonte de informação em que Mathias de Albuquerque demonstra outras formas de corrupção por oficiais da coroa, como o escrivão da fazenda, que segundo Mathias levava "assento dos soldados que de novo se matriculão na companhia do

---

[183] Idem. AGS, SP 1516, *Sobre cousas tocantes ao Maranhão, e Rio Para*. Escrita em Madrid, 1 de fevereiro de 1608.

[184] Idem. AGS, SP 1516, *Sobre cousas tocantes ao Maranhão, e Rio Para*. Escrita em Madrid, 1 de fevereiro de 1608.

[185] AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove*. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620. fls 521 a 522v.

presidio daquela cappitania hum cruzado e outro cada anno de cada hum cousa desvisadas em todas as partes aonde V. Mgd. tem infantarias pagas por ser tão grande a quantidade e pius não há ley".[186] Mathias de Albuquerque dizia que deveria se provar "este custume ou corrupsella dos ditos oficiais que tem seus ordenados".[187]

Desta maneira, o conselho avaliava as informações transmitidas por Mathias de Albuquerque entre elas a de que "os officiais da Capitania de Pernambuco não levem os ditos que se diz levão de cada peça de escravos sem baner Regimento ou foral que lhos conceda e que se lhe peça o que tem levado".[188] Não sabemos a fundo se as denúncias de Mathias de Albuquerque são verídicas, mas se ele denunciava a possibilidade existia. Uma outra questão, que também não sabemos e que merece maior investigação é que se esse comércio ilegal de escravos realmente existiu no Maranhão, ele deveria estar afetando os negócios do comércio de escravos de Angola em Pernambuco e talvez tenha sido esse motivo que tenha desagradado tanto ao capitão e governador de Pernambuco, mas Mathias precisava posar de paladino[189] de combate a corrupção. O documento é interessante para pensar o Estado do Maranhão enquanto entrada de escravos contrabandeados, além de nos permitir pensar a corrupção de oficiais com cargos importantes da coroa como o do escrivão da fazenda, que segundo o documento levava um cruzado por cada soldado. Ainda segundo as informações do documento, o Conselho avaliava a queixa de Mathias de Albuquerque de que o "governador geral mandará ao Almoxarifado daquela Cappitania desse dous quintais de pólvora dous de Chumbo e dous de murrão para a fortaleza do Cabedelo da Paraiba e que em efeito o

---

[186] Idem. AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620*. fls 521 a 522v.

[187] Idem. AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620*. fls 521 a 522v.

[188] Idem. AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove*. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620. fls 521 a 522v.

[189] Os significados de Paladino no dicionário português são Cavaleiro andante.[História] Cavaleiro que acompanhava Carlos Magno, imperador romano, em suas guerras. [Figurado] Indivíduo que defende com ardor as grandes causas, conhecido por seu esforço e coragem para ajudar pessoas oprimidas ou lutar por boas causas.[História] Cavaleiro em busca de aventuras que pudessem comprovar seu valor e honre. IN: Dicionário Online de Português. https://www.dicio.com.br/paladino/, último acesso em 15 de janeiro

Almoxarifado as dava das moniçoes".[190] Embora, o documento seja repleto de denúncias e informações transmitidas por Mathias de Albuquerque o Conselho analisada e fazia suas ponderações para que a coroa agisse.

Dessa maneira, o conselho deu parecer dizendo que Vossa Magestade deveria escrever para o governador geral Dom Luis de Sousa para que ele fizesse diligencias, entre elas para averiguar e saber das denúncias de Mathias de Albuquerque sobre o Almoxarifado da Paraíba por exemplo, que segundo Mathias havia enviado os provimentos que ele havia dado para o Maranhão. Mesmo com um cargo muito importante Mathias de Albuquerque gerava uma desconfiança no Conselho de suas ações. Escreveu o Conselho ao rei que "há informação que nos provimentos que desta capitania de Pernambuco se fizerão para a Conquista do Maranhão ou algumas cousas muito contra o serviço de V. Mgd. e bem de sua fazenda fazendosse os empregos em fazendas muito ruins".[191]

Alertava o Conselho, que o socorro de Pernambuco ao Maranhão tiveram preços "subidos" e gastos desnecessários. Desta forma, recomendava o Conselho que tomasse satisfação com Dom Luis de Sousa do porquê do motivo da conquista do Maranhão ter sido subordinada ao provedor da capitania de Pernambuco. A situação é realmente curiosa. Embora, Pernambuco estivesse mais próximo do Estado do Maranhão e que sua posição fosse privilegiada como já tratamos aqui, era na capitania de Salvador da Bahia a sede do governo geral e a maior responsabilidade de articulação para defesa tanto do Estado do Brasil quanto do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mesmo que as tropas saíssem de Pernambuco, o Conselho questionava, que a direção e organização deveria ficar a cargo do governador geral. No sentido de conquista e socorro militar Pernambuco foi mais importante para a conquista do Maranhão do que o próprio governdo geral. O capitão Manoel Gonçalves de Regefeiro, conhecido como o Regefeiro de Leça fez um roteiro da jornada de Pernambuco ao Maranhão descrevendo o que fizeram dia a dia.[192]

---

[190] Idem. AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove*. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620. fls 521 a 522v.

[191] Idem. AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove*. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620. fls 521 a 522v.

[192] *Roteiro de Pernambuco ao Maranhão*. Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos,

Em nossa perspectiva, a relação da capitania de Pernambuco com o oceano Atlântico é percebido enquanto espaço de trocas, circulações, mobilidades, poderes, culturas, interesses e ideias, constituindo como um espaço de interação entre Europa, África e Brasil (América) que fogem de uma lógica simplória e pacificada, embora possa ser visto também como um espaço de ocupação de cargos,[193] que na maioria das vezes funcionou como "um sistema e uma lógica própria dentro do império português no século XVII",[194] mas que está além de uma mera proposta de análise triangular em uma concepção clássica da historiografia, conforme questionou e demonstrou Luiz Felipe de Alencastro, tendo em vista que dentro do Atlântico os impérios ibéricos cederam espaços para as redes de comércio e de parentesco, além de outros impérios.

Sobre o Atlântico no século XVII, o estudo de Alencastro é interessante porque demonstra o oceano não como espaço de domínio imperial, mas como espaço de diversos domínios entre si e não propriamente como apêndice dos impérios em formação e expansão. Corroboramos com essa perspectiva do Atlântico, mas discordamos sobre a compreensão de formação do Estado do Brasil de Alencastro, do qual o mesmo é entendido como formado fora do Brasil, ou seja, de fora para dentro é que o Brasil surge no entendimento de seu trabalho.

Em um sentido de espaço de trocas é interessante o trabalho do historiador espanhol Pablo Cañon Garcia, que percebe em seu estudo o Atlântico como espaço de redes que se

---

1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 1). Volume I. págs 171 a 176. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello existe um apógrafo desse documento na Biblioteca Nacional de Madrid de referência Mss. 3015, fls 176/181, pois o mesmo escreve ao lado do documento essa informação que não averiguamos quando estivemos na Biblioteca Nacional de Madrid. No segundo volume desta Coleção *Documentação Ultramarina Portuguesa* essa informação pode ser confirmada com o mesmo documento publicado pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. pags 189 a 194. Pode-se verificar essa informação a respeito da importância de Pernambuco na ajuda do Estado do Maranhão em algumas partes de História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, uma delas diz: O governador achou a Manuel de Sousa de Sá, o que o estava aguardando com cartas del-rei em Pernambuco sobre o negócio do Maranhão... IN: Capítulo Oitavo De como o governador tornou para Pernambuco e mandou Alexandre de Moura ao Maranhão. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p 420. É possível encontrar esse documento também no Livro Primeiro do Governo do Brasil. IN: *Livro primeiro do govêrno do Brasil: 1607-1633.* Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. 463 p., il

[193] NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644).* Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento da Universidade Federal Fluminense, 2008.

[194] ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul, século XVI e XVII*. Companhia das Letras; 2000.

organizavam e se articulavam.[195] Viladarga pontua, que "a construção da noção de um espaço atlântico, conectivo entre a realidade brasileira e africana, trouxe, de fato, a noção de império para o centro das discussões".[196] Como dissemos, para este historiador, que tratou da relação de São Paulo com Castilla o Atlântico era um espaço marginal, mas não podemos dizer o mesmo de Pernambuco. Pernambuco aproximou rotas da América espanhola a Castilha. Os portos de Pernambuco, que tinham o porto de Lisboa como referência da herança do império ultramarino português passavam agora a contar com Sevilha e Cádiz nessa conexão da Monarquia Hispânica.

Portanto, é importante dizer que no começo da Monarquia, São Paulo não tinha a mesma importância que Pernambuco para o comércio no Atlântico. Embora, São Paulo tivesse uma alta produção econômica, porém a aproximação geográfica de Pernambuco com a coroa já era um ponto favorável muito forte, que recaia sobre ganhos econômicos de transportes e aproximava aos negócios e suas redes. Viladarga demonstra, por exemplo, que com a formação da monarquia ibérica a conexão entre São Paulo e Assunção que irão juntamente das bandeiras arrombar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.[197]

Um dos trabalhos que melhor descreve a importância de Sevilha para o império filipino e demonstra seu porto como ponto de conexão com o Atlântico e a América foi o trabalho do historiador Pierre Chanu. Para este historiador francês, que visualizou o Recife como um *arrère-pays* em virtude de suas características marítimas e comerciais.[198] Portanto, era o Recife uma cidade portuária que servia de entrada e saída para exportação do comércio. Viladarga constata essa importância de Sevilha para o funcionamento do império espanhol.[199]

---

[195] GARCIA, Pablo Cañón. *Las redes atlânticas de comercio com Brasil y su circulación durante el período de la Unión de Coronas (1580-1640)*. Universida de Salamanca. Facultad de Geografía e Historia. Máster Universitario em Estudios Avanzados e Investigación em Historia (Sociedades, Poderes, Identidades). 2018.

[196] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 27.

[197] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 19.

[198] CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Amérique aux XVIe. et XVIIe. siècles*. Paris: Flammarion, 1977. p 31.

[199] *De Sevilha para o império*. In: VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p 44.

A informações historiográficas demonstram que Sevilha era "*puerta y puerto principal de toda España*".[200]

Mas a importância de Pernambuco dentro de circulação de negócios atlânticos se deu também porque se buscava rotas alternativas para a prata da antiga América espanhola.[201] Alice Canabrava, destaca que "os esforços para efetuar a articulação entre o Atlântico e as regiões das minas do Alto do Peru foram tentados sucessiva e concomitantemente por três centros governamentais da região: Assunção, Charcas e Tucumán".[202] Com a unificação das coroas, os limites de Tordesilhas passaram a ser relativizados e os portos e entrepostos portugueses tiveram uma demanda e relevância ainda maior. Diante desse contexto,

---

[200] PADRON, Francico Morales. IN: *LES ROUTES de l'Atlantique:* travaux du neuvièmne Colloque International d'Histoire Maritime (Séville 24-30 Septiembre 1967). Sevilla: S.E.V.P.E.N., 1969. p 7. O organizador deste livro divide o Atlântico em três principais rotas, que ele chama de rotas atlânticas. A rota do Norte, a rota atlântica da carreira das Índias e a rota do Atlântico Sul. É nesta última rota que o Brasil integra e se aproxima da Europa segundo este historiador espanhol. A obra mencionada reúne variados textos que pensam o Atlântico e que foram apresentados em um Colóquio em Sevilha. Entre os historiadores que integram a obra estão Pierre Chanu e Frederic Mauro.

[201] Não é nosso objetivo fazer uma análise sobre os estudos do Atlântico, que são numerosos e já existem inúmeros trabalhos de muita competência, mas de demonstrar como Pernambuco esta inserido nesse Mundo Atlântico. Há uma infinidade de trabalhos importantes, onde nós destacamos apenas alguns que nos servem para relacionar com nosso objetivo. Dentro da biblioteca do Instituto Ricardo Brennand existe uma farta bibliografia oriunda da biblioteca do historiador José Antônio Gonsalves de Mello. Um dos seus estudos que demonstram a importância do Altântico em sua obra é seu livro sobre João Fernandes Vieira, plagiando a aula do historiador Rômulo Xavier esse livro é uma verdadeira aula do Atlântico. Esse livro de Gonsalves de Mello reúne parte de 40 anos de estudos sobre Fernandes Vieira, que segundo Leonardo Dantas Silva o autor relutava em publicar porque ainda se encontrava desenvolvendo algumas informações sobre a história desse personagem, entre uma das informações o local onde teria sido enterrado João Fernandes Vieira. Destaco aqui algumas obras e textos específicos sobre o Atlântico e que perteceram a biblioteca de Gonsalves de Mello e que podem ter contribuído e influenciado sua obra sobre João Fernandes Vieira entre outros de seus trabalhos. BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle et capitalisme: XVe.- XVIIIe*. siécle. Paris: Armand Colin, 1967. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l' époque de Philippe II***.** 2 ed. rev. aum. Paris: Librairie Armand Colin, 1966. CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Amérique aux XVIe. et XVIIe. siècles*. Paris: Flammarion, 1977. DAVIES, K. G. *The North Atlantic world in the seventeenth century*. Minneapolis [EUA]: University of Minnesota Press, 1974. HUTTER, Lucy Maffei. *Cabo Frio: ponto de referência para a navegação no Atlântico Sul desde o século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. *LES ROUTES de l'Atlantique: travaux du neuvièmne Colloque International d'Histoire Maritime* (Séville 24-30 Septiembre 1967). Sevilla: S.E.V.P.E.N., 1969. *LIVRO de contas da Ilha da Madeira: 1504-1537*: II - registro da produção de açúcar. Prefácio de José Pereira da Costa; Fernando Jasmins Pereira. Madeira: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989. MATOS, Artur Teodoro de. *As escalas do Atlântico no século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. 29 p. (Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 197. Separatas). MORALES LEZCANO, Victor. *Relaciones mercantiles entre Inglaterra y los archipiélagos del Atlántico Ibérico: su estructura y su historia (1503-1783).* La Laguna de Tenerife: [s.n.], 1970. 205 p. PICCHIO, Luciana Stegagno. *O Atlântico dos portugueses no século XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. 16 p. (Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 214. Separatas). VIEIRA, Alberto (Coord.); MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Madeira e o Brasil: colectânea de estudos*. Prefácio de Gilberto Freyre, Leonardo Dantas Silva. Funchal [Portugal]: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004. 354 p., il. (Colecção Atlantica, 49). VIEIRA, Alberto. *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores e Canárias (alguns elementos para o seu estudo)*. Ilustrações de Virgílio Gomes. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.

[202] CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. p 51.

Pernambuco passou a servir não apenas como centro exportador de açúcar e pau-brasil, mas como local de circulação e exportação de metais da Espanha. Salvador de Sá chega a dizer que estava com toneladas de ouro quando esteve em Pernambuco.[203]

Canabrava, demonstra que desde o século XVI, houve um encarecimento dos produtos importados nas regiões produtoras de metais e que a comunidade local começou de certa forma a participar de parte dos lucros. Nesse sistema das relações comerciais, a prata das montanhas do Alto do Peru alimentaram um poderoso núcleo de comerciantes pelo pacífico. Foi dentro dessas circunstâncias, que as províncias do Tucumán e do Alto do Peru, "empreenderam na segunda metade do século XVI os maiores esforços para criar um porto Atlântico e romper com a subordinação econômica em que viviam em relação aos comerciantes monopolistas de Lima".[204]

Ainda de acordo com esse pioneiro trabalho, houveram tentativas do Paraguai em ligar o Atlântico ao Peru, "aproveitando os caminhos naturais que ofereciam os rios Pilcomaio, Bermejo, o Salado e até tentou-se a navegação do Alto Paraguai".[205] Essa busca pelo Atlântico também aproximava o Paraguai a São Paulo. Ambas utilizando a bacia do Paraná, ambas marcadas por populações mestiças que exploravam as culturas indígenas e ambas caracterizadas pela cultura de subsistência, assim como pela falta de riquezas minerais como em Potosí.[206]

O trabalho de Canabrava também demontra que ainda durante o século XVI, exisiu um grande número de expedições que partiam do Paraná e do Paraguai com o destino à cordilheira, procurando uma articulação com os territórios das minas de prata. O Plano de Audiência de Charcas contribuiu para unir Assunção ao Peru, "período decisivo para a rápida execução dos planos de comunicação com o Atlântico".[207] Se a anexação dos territórios era algo que ocorreria de forma natural e gradual como dissemos anteriormente, isso também se entendia com o passar do tempo e com o aumento do conhecimento sobre as partes mais interioranas entre o Estado do Brasil e do império espanhol, inclusive começando a gerar

---

[203] Apud. VILADARGA, 2010. Op. cit. p 220.

[204] CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. p 50.

[205] Idem. p 53.

[206] VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010. In: *Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro*. p

[207] CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. p 56.

novas rotas e alternativas comerciais. Essa ligação do Peru com o Paraguai para o lado Atlântico também seria uma busca natural resultado da união dinástica por questões geo-políticas, pois trazia "vantagens da comunicação com Espanha por intermédio de um porto no estuário, e da formação de uma grande unidade administrativa que compreendia Potosí, Tucumán e o Paraguai, com um porto no Rio da Prata".[208]

Braudel, demonstrou que o Atlântico no século XVII, passou a ter tanta importância para a Espanha quanto o mediterrâneo.[209] Podemos dizer, que no século XVII, o Atlântico assume um protagonismo tão grande para o império espanhol que começou a surgir uma argumentação de defesa para criação de um porto livre no Atlântico. Canabrava constatou que com o crescimento da política comercial de Buenos Aires e sua fundação no início do século XVII, houve pressão nas Audiências de Charcas para que fosse concedido licenças comerciais, entre elas, licenças para comercializar com o Brasil.

O argumento para que existisse um porto central e livre, era baseado na pressão econômica que trouxesse uma diminuição dos custos para a coroa. Embora, a tentativa não tenha surtido efeito como álibi, depois começaram a aparecer argumentos político-militares dizendo que "o perigo que corria o porto, desguarnecido e sem recursos, de cair nas mãos de potência inimiga, a importância estratégica do estuário como via de penetração para as minas de Potosí, a vantagem de uma escala fortificada no Atlântico Sul".[210]

Alice Canabrava percebeu que cidade de Córdoba surgia com uma localização importante para relacionar Buenos Aires com o interior, mais tarde a instalação da alfândega de Córdova irá formar uma rota de comércio monopolista entre Antilhas-Pacífico, contra a influência crescente da via comercial do Atlântico.[211] Com o crescimento comercial na região Buenos Aires e Tucumán houve um "papel de grande importância nas trocas entre o porto e as regiões mineiras, papel que se acentuou no século XVII, quando se desenvolveu o comércio pela via do Atlântico".[212] Se Córdoba serviu de ponte com o interior ligando a Buenos Aires, esta terminou se tornando uma importante ponte para exportação em virtude dos progressos

---

[208] Idem.

[209] BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. v.1. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p 56 e 63.

[210] CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. p 70.

[211] Idem. p 167.

[212] Idem. p 90.

econômicos das "Províncias do Rio da Prata, do Peru para o Atlântico".[213] Com o crescimento comercial nessas regiões na primeira metade do século XVII, o Atlântico passou a servir como saída fundamental das cidades vizinhas de Potosí e Buenos Aires.[214]

Canabrava destaca, que em virtude de Assunção estar afastada das vias de comunicação do Alto Peru, a margem do movimento de renovação comercial promovido foi pela via Atlântica".[215] Contudo, existia a via terrestre de Tucumán, outra via de acesso ligando as colônias portuguesas do Atlântico às regiões do vice-reino do Peru, a via terrestre do Guairá".[216] Essas rotas alternativas foram importantes respostas da organização local na busca pela sobrevivência. Apesar dessas alternativas, podemos dizer que foi no século XVII com o "estabelecimento da rota do Atlântico, que as Províncias do Rio da Prata se ligaram ao mar, a navegação do Atlântico passou a condicionar os fatos principais da sua vida econômica, e aí podemos encontrar os fatores mais importantes da decadência comercial de Buenos Aires".[217]

Se no século XVII, o Atlântico Sul teve todo esse protagonismo e serviu como fonte de cobiça e de ataque dos inimigos a Monarquia Hispânica. Foi nesse contexto, que "a marinha holandesa, interveio no Atlântico Sul. Desde que lhe foram fechados os portos peninsulares, os batavos haviam refluídos para as áreas do Novo Mundo".[218] Mesmo antes da invasão holandesa as capitanias do Norte, já em 1608, através de uma carta régia a coroa espanhola estipulava regras para a comercialização e recebimento dos navios que iam do Brasil para Cádiz na tentativa de controlar melhor os navios e as mercadorias que chegassem. A busca pelo controle da administração e melhor organização do Estado do Brasil são demonstrações que os Filipes sabiam da importância da região. Sendo assima coroa buscava através do Conselho da Fazenda ordenar que "todos os dizimeiros e oficiais subordinados a ele que por nenhum caso consistam escarregar nos portos de mar daquela costa navio algum que do Brasil venha com mercadorias".[219]

---

[213] Idem. p 112.

[214] Idem. p 116.

[215] Idem. p 117

[216] CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. p 132.

[217] Idem. p 173

[218] Idem. p 174.

[219] AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 27. CARTA RÉGIA (Capítulo) do Rei [Filipe II] ao Conselho da Fazenda, ordenando as normas para a comercialização das fazendas e açúcar na costa do Brasil na tentativa de se evitar contrabando.

Somado a tentativa de organização do estado e de melhoria de sua burocracia, o medo de corsários e atravessadores também existia por parte dos reis católicos. Em uma carta ao governador do Porto, datada de 18 de julho de 1614, a coroa comunicava que Bartolomeu Aragão, que havia substituído o provedor geral do Brasil, havia tomado a barra da Bahia de corsários franceses.[220]

Além de local estratégico no Atlântico Sul, Pernambuco serviu para a cabotagem da costa do Brasil e para o diálogo entre as capitanias do Norte com o governo geral na Bahia e também com as capitanias do Sul. Em 19 de março de 1614, a coroa enviava sua opinião "*sobre se proibir aos governadores do Brasil saírem da ciudade de Salvador, em visita às capitanias, sem epressa licença de Sua Majestade, devendo residir sempre nesta cidade*". [221] Além de ser contra que governadores gerais deixassem de residir na Bahia para residir na capitania de Pernambuco a coroa autorizou a abertura de uma investigação para saber "com que gaspar de soza se deteve tanto em Pernambuco".[222] A questão não ficou por aí, pois foi preciso em 1620, o rei elaborar um alvará, em que proibia que os governadores de suas capitanias não residissem mais em Pernambuco. A preferência de alguns governadores preferirem morar em Pernambuco do que em outras capitanias trazia um certo desconforto que prejudicava a administração da coroa em virtude de sofrer influência local, seja em conflitos jurisdicionais, de organização de defesa e até mesmo em desvios.

Dessa maneira, a coroa precisou evitar que seus governadores gerais viessem ficar em Pernambuco e buscou através do alvará *os governadores do Brasil residam na Bahia de Todos os Santos* por fim nessa questão.[223] O alvará também foi um recado duro para que a sede do governo geral na Bahia não fosse abandonada e para que cada governador destinado a administrar as capitanias da coroa não ficassem em Pernambuco. No sentido local ou nacional, se é que assim podemos dizer, Pernambuco era uma espécie de centro colonial em que os governadores tinham preferência para residir. Talvez, isso também demonstre que coroa tinham a preocupação que as capitanias fossem melhor abrigadas, defendidas e

[220] AGS, SP 1511, *Para o governador do Porto*, fls 81.

[221] AGS, SP 1511, *Para o Bispo Vise Rey de Portugal*, fls 23. Documento datado de 19 de março 1614.

[222] Idem. AGS, SP 1511, *Para o Bispo Vise Rey de Portugal*, fls 23. Documento datado de 19 de março 1614.

[223] *Colleção Chronologica da Legislação Portugueza Compilada e Annotada por José Justino de Andrada e Silva*. Bacharel Formado em Direito. Lisboa. Imprensa de J.J.A Silva. 1855. Volume 3. Alvará *Os governadores do Brasil residam na Bahia de Todos os Santos*. Lisboa, 21 de fevereiro de 1620. Alvará foi feito por Pedro Varella e assiando por Christovão Soares. p 5. Agradeço a José Manuel Santos Perez, que coorientou esse trabalho e que chama atenção para esse documento, que demonstra a importância de Pernambuco ao ponto que o rei precisou fazer um alvará para evitar que os governadores do Brasil residissem em Pernambuco.

organizadas, além de ser um recado para que os governadores cuidassem das capitanias da monarquia.

O alvará é mais um documento que corrobora com a nossa tese, de que a coroa espanhola tinha preocupação com o Estado do Brasil e que Pernambuco exercia uma importância central, chegando ao ponto da coroa precisar emitir um alvará impedindo que os seus governadores viessem a morar em Pernambuco, pois sabia a coroa "por alguns particulares respeitos, assistir o mais do tempo de seus governos na capitania de Pernambuco; sendo-me também presente, que com a sua ausência da dita Bahia".[224]

O rei se queixava que morar em Pernambuco geraria inconvenientes, chegando a ameaçar "que o contrário fizerem não vencerão seus ordenados, nem exercitarão jurisdição alguma, de mais que mandarei se proceda, como o houver por meu serviço, contra os que quebrarem esta minha Provisão.[225] O alvará seguiu como ordem para a Secretaria de Estado, para o Desembargo do Paço e o Conselho da Fazenda, além de ser ordenado para que o Chanceller-mor da Relação do Brazil fizesse o registro no Livro Geral para que todas as Câmaras de cada capitania fizessem registro, além de se guardar na Torre do Tombo.[226] Se o alvará evidencia uma preocupação da coroa com a organização administrativa do governo geral na Bahia e de suas capitanias ele também ratifica o que dissemos aqui sobre a importância de Pernambuco e sobre a não negligência da coroa. Nesse quesito,Pernambuco já era tão reconhecido que precisa colocar freio na sua influência sobre os demais governadores e sobre os governadores gerais.

Embora, tenhamos demonstrado a posição estratégia da capitania de Pernambuco para o comércio e as conexões do Mundo Atlântico no setecentos também podemos dizer que a capitania teve relevância para as conexões entre as demais capitanias do Estado do Brasil. Não foi coincidência que dois de seus governadores gerais nomeados para o Estado do Brasil, tanto Diogo Botelho, oitavo governador geral, quanto Gaspar de Sousa, décimo governador geral, chegassem no Brasil entrando por Pernambuco.[227] No socorro a Bahia em 1625, foi de

---

[224] Idem.

[225] *Colleção Chronologica da Legislação Portugueza Compilada e Annotada por José Justino de Andrada e Silva*. Bacharel Formado em Direito. Lisboa. Imprensa de J.J.A Silva. 1855. Volume 3. Alvará Os governadores do Brasil residam na Bahia de Todos os Santos. Lisboa, 21 de fevereiro de 1620. Alvará foi feito por Pedro Varella e assiando por Christovão Soares. p 5.

[226] Idem. p 5.

[227] SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. Do oitavo governador do Brasil e o primeiro que veio por Pernambuco, que foi Diogo Botelho, e como veio ali ter gente de uma nau da Índia que se

Pernambuco que Matias de Albuquerque enviou ajuda, assim como foi de Pernambuco que seguiram para o socorro do Maranhão. Podemos dizer, que foi de Pernambuco que sairam o socorro tanto para a Bahia quanto para o Maranhão, o que demonstra a centralidada não apenas no Atlântico como no deslocamento do Estado do Brasil para assuntos militares.[228] Evaldo Cabral de Mello destacou como uma das características das guerras holandesas no Brasil, a guerra volante e isso também justifica a saída de Pernambuco como centro dispersor de ajuda e socorro para outras capitanias seja ao norte, seja ao sul.

Embora nosso estudo não seja uma análise pormenorizada da administração é interessante deixar claro que nossa abordagem pensa como os Albuquerques Coelho se relacionaram com a política fiscal dos Habsburgos. Sendo assim, podemos dizer que Pernambuco e a Bahia eram sem dúvida os estados em que os olhos da coroa estavam sempre voltados. Pernambuco porque era a que mais produzia o açúcar e porque sua posição geográfica era estratégica para a navegação e as conquistas das capitanias do Norte.[229] A Bahia era relevante em virtude do governo geral e de sua conexão com as capitanias do Sul, mas em termos das conquistas das capitanias do Norte, Pernambuco exercia uma posição privilegiada. Pernambuco estava muito ligada as vizinhas capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte e ainda depois da capitania do Ceará entra-se em uma outra esfera que é o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Duarte de Albuquerque Coelho escreveu, que quando o porto do Recife foi tomado pelos neerlandeses, em março de 1630, foi necessário despachar navios mercantes através da Bahia e da Paraíba, onde uma caravela seguiu com Pedro Ferreira de Barros para Cartagena das Índias para encontrar a armada de D. Fradique de Toledo e avisar sobre a situação de chegada da companhia neerladesa. Segundo Duarte, as notícias chegaram tanto a Cartagena para Fradique de Toledo, quanto a Lisboa para que tomassem ciência da situação e tomassem providências. Duarte escreveu, que a Espanha sabia da comodidade que dali de Pernambuco se tirava "a navegação de ambas as Índias, de Angola, de Mina, Costa de Guiné e ilhas de

---

perdeu na ilha de Fernão de Noronha. p 337; e Da vinda do décimo governador do Brasil Gaspar de Sousa e como veio por Pernambuco a dar ordem a conquista do Maranhão 373.

[228] SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. *De como o governador tornou pera Pernambuco e mandou Alexandre de Moura ao Maranhão*. p 420; e *De como Matias de Albuquerque depois que recebeu a provisão do governo tratou do socorro da Bahia e fortificação de Pernambuco, onde deteve a Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão*. p 455.

[229] Gordon Davis chega a dizer que a técnica empregada na produção do açúcar de Pernambuco foi levada para Barbados. IN: DAVIES, K. G. *The North Atlantic world in the seventeenth century*. Minneapolis [EUA]: University of Minnesota Press, 1974. p 180.

Cabo Verde: como eu se podiam fazer senhores de quase todo oceano, e em particular das grandes riquezas do Brasil".[230] A narrativa de Duarte parece supervalorizar a importância de sua capitania.

Contudo, por outro lado, ela demonstra como Pernambuco estava interligado a várias regiões do mundo confirmando sua posição geo-política. Achamos interessante destacar esse trecho porque Índia, Angola, Mina, Costa de Guiné e Cabo Verde aparecem como pontos de conexão de Pernambuco estreitadas pelo Atlântico Sul. Duarte chegou a escrever que Pernambuco tinha importância para *El Rei* ser senhor de todo oceano. Embora, com efeito supervalorizador de sua capitania, a narrativa evidencia, que perder Pernambuco era perder sua ponte para outros lugares. Como poderia a coroa renegar um local com tamanha importância geo-estratégica?

O historiador Rômulo Xavier, destaca que a história do Brasil Holandês[231] é também uma história do Atlântico.[232] Sua afirmação está correta e não foi à toa que no dicionário da língua castellana de Convarrubias, o Atlântico aparece denominado como "*mar, aquella parte del oceano que vaña la maritania*".[233] Essa fama, de um oceano cobiçado pelos holandeses no século XVII demonstram a importância que a presença holandesa repercutiu na região, assim como demonstra a relevância de Pernambuco no Atlântico Sul e no seu contexto global, o que em parte pode justificar o motivo da escolha de Pernambuco para o começo da invasão após o fracasso da Bahia em 1625.

Assim sendo, Pernambuco despertava desde sempre um interesse natural da coroa espanhola, uma delas era o comércio do açúcar e do pau-brasil, a outra sua posição geográfica diante do Atlântico Sul, para a costa do Estado do Brasil e para as demais partes da América. Em uma das descrições de Ambrósio Fernandes Brandão, fica evidenciado a fama da

---

[230] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 65.

[231] O termo Brasil Holandês é criado pela historiografia que trata da presença holandesa no Brasil durante os anos de 1630 a 1654. Embora, tenha sido a primeira invasão oficial na Bahia em 1624, mas que logo terminada em 1625 com a expulsão pela armada de D. Fradique de Toledo. O período do domínio holandês no Brasil geralmente é dividido entre guerra de resistência, que corresponde aos anos de 1630 à 1637, período nassoviano, que dura de 1637 a 1644 com a presença de Maurício de Nassau sob a governança da WIC e a restauração de pernambucana que inicia em 1644 e culmina com a expulsão dos holandeses em 1654.

[232] NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Brasil holandês: uma história do Atlântico. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644).* Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento da Universidade Federal Fluminense, 2008.

[233] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). p 101v. IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019.

capitania quando ele diz que “essa capitania é tal que se antecipa a sua riqueza e abundância à fama que dela dão os que a viram pelo olho”.[234]

Em suma, a estima da capitania duartina se dava pela sua posição privilegiada no Atlântico e na costa do Estado do Brasil, mas também pela sua produção econômica. Ambrósio Fernandes Brandão coloca as capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamarcá como muito boas para a produção de açúcar em virtude do solo fértil. Chegavam a dizer que elas exportavam em torno de 7.500 toneladas de açúcar.[235] Os dados de Brandão são questionáveis, mas é interessante a analogia que ele faz com os rendimentos das Índias dizendo que o açúcar dava mais lucro a coroa. Ainda de acordo com Ambrósio, as principais fontes de economia do Estado do Brasil em ordem de importância estão o açúcar, o comércio, a extração do pau brasil, o algodão e as madeiras, a lavoura de mantimentos e a criação de gado.[236]

Na tabela 1, abaixo podemos ter uma dimensão da quantidade de engenhos das três maiores capitanias produtoras de açúcar e perceber que Pernambuco possuía a maior produção econômica de açúcar. Os dois quadros abaixo, permitem visualizar as três principais capitanias produtoras de açúcar revelando um protagonismo da capitania de Pernambuco. Assim como, a partir de uma comparação da evolução dos engenhos de Pernambuco com os engenhos do Estado do Brasil que demonstram uma porcentagem grande da capitania de Pernmabuco na produção açucareira.

A partir desses números, que representam um corte temporal pré união ibérica e reinado de Filipe II, podemos verificar as principais capitanias com maior produção de açúcar, onde a produção em Pernambuco se sobressai, inclusive registrada por boa parte dos cronistas e viajantes. Nos anos iniciais da monarquia católica, esses números continuaram a subir atraindo o interesse de comerciantes e a cobiça das nações inimigas. Esses números de aumento de engenhos continuarão até a invasão holandesa. Os dados reforçam a nossa tese, de

---

[234] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 27.

[235] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 21 e 27. O cálculo da soma do açúcar das três capitanias foi realizado por José Antônio Gonçalves de Mello. P XXXII

[236]MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 75.

que não fazia sentido negligenciar uma região produtora de açúcar, com abundância de pau-brasil e de localização privilegiada no comércio Atlântico. Se levarmos em consideração os dados quantitativos dos engenhos de Pernambuco comparados com duas importantes capitanias como Bahia e São Vicente entendemos porque durante muito tempo a historiografia e os livros didáticos de história destacam a capitania Duartina como a mais produtiva e mais próspera. Obvervemos a tabela abaixo para ter uma ideia de valores absolutos e relativos na comparação com as três capitanias mais produtivas.

Tabela 1. Tabela comparativa entre os engenhos das capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente no fim do século XVI. [237]

Capitanias x Anos	**1546**	**1570**	**1584**	**1590**
Pernambuco	5	30	66	70
Bahia	1	18	46	50
São Vicente (São Paulo)	6	4	4	6
Total	**21**	**67**	**131**	**150**

Porém, "o açúcar é a principal cousa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico".[238] Sobre a produção açucareira no período colonial brasileiro, existem uma infinidade de informações, assim como bons estudos historiográficos e valiosas descrições de cronistas e viajantes, embora falte trabalhos pormenorizados e detalhados das receitas e da produção açucareira em um sentido de sistematização do comércio de açúcar durante o período filipino.[239] Porém, tem surgido novos trabalhos que analisam a importância de Pernambuco

[237] Tabela feita a partir dos dados de Jorge Couto para as capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p 318.

[238] Idem. p 86.

[239] Durante a história do período colonial brasileiro existe uma infinidade, diria até um interminável número, de estudos sobre a produção açucareira, especialmente durante para o século XVI e XVII, o que não signifique que não se tenha muita coisa por se fazer. Para a relação dessa produção durante o período filipino ainda faltam mais trabalhos. Destaco aqui alguns estudos e alguns cronistas utilizados nessa tese. Na historiografia destacaríamos os estudos de ALBERTO VIEIRA (coord.). *O AÇÚCAR e o quotidiano*. Apresentação de José Pereira da Costa. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Funchal [Portugal]: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004; ANDRADE, Manuel Correia de. *Comércio Internacional e Distribuição Espacial da Produção de Açúcar no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia 51: 15-30, 1976; ARNO WEHLING (org.). *Documentos históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999; COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Revisão de Francisco Paiva Boléo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1984; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010; FERRAZ, Maria do Socorro. *A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial,* V.2 (ca. 1580-ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. *Engenho*

durante o período da monarquia hispânica e demonstram a relevância estratégica da capitania no comércio atlântico, sendo considerado ponto importante para a rede de negócios. Um desses recentes trabalhos e que melhor analisa e insere a capitania de Pernambuco no comércio atlântico e na rede de negócios é o trabalho da historiadora Janaína Guimarães, que demonstra como o "oceano foi palco de disputa de diversos interesses comerciais expressos pelas potências europeias nos finais do século XVI e início do século XVII, principalmente durante a união das coroas ibéricas".[240]

No que se refere, ao quantitativo de engenhos da capitania de Pernambuco, podemos averiguar que existiu um crescente aumento na segunda metade do século XVI. De 1550 até 1584, por exemplo, há dados que sugerem que a capitania de Pernambuco passará a ter um aumento de 5 para 66 engenhos, o que revela um crescimento vertiginoso.[241] É essa produção

---

Maranguape: uma leitura arqueológica. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural. UFPE. Recife, 2005; MAGALHÃES, Basílio de. *O açúcar nos primórdios do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1953; MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*, 2ª ed, rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998; PORTO, Costa. *O açúcar Num Documento Colonial.* Recife: Centro de Estudo de História Municipal/FIAM, 1984; QUINTAS, Fátima. *Cana, Engenho e Açúcar*. In: QUINTAS, Fátima (org.). *A Civilização do Açúcar.* Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007; SCHWARTZ, Stuart B. *O Brasil Colonial*, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América: América latina colonial*, V. II. São Paulo: Edusp, 2012; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; SCHWARTZ, Stuart. *O Nordeste açucareiro no Brasil colonial*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, V.2 (ca. 1580-ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2012. Em termos de fontes destacaríamos BARLÉU, Gaspar. *História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, 1636-1644* . Tradução de Blanche T. van Berckel-Ebeling Koning, Henry Widener. Recife: CEPE, 2018; BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2.ed Recife: Imprensa Universitária, 1966; CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (original: 1585); COUTO, Domingos Loreto, Dom. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Edição de Leonardo Dantas Silva. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. fac-similada Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981; DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório Sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil Pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947; GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra e História do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995; MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes Para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira*, 2ª ed. Recife: CEPE, 2004; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: MEC: SPHAN: Fundação Pró-Memória, 1985; SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil: 1500-1627*, 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975 (1627); SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2000.

[240] SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. *Cristãos-novos nos negócios da capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas das redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Tese de Doutorado, UFPE, 2012. p 44. O trabalho analisa o comércio realizado pelos cristãos novos durante o período filipino até a chegada dos holandeses. Para essa análise comercial da relação dos cristãos novos com o Atlântico vê especialmente O Atlântico e comércio durante a União das Coroas Ibéricas, das páginas 43 a 49 e a Capitania de Pernambuco e o comércio Atlântico, das páginas 114 a 141.

[241] PORTO, Costa. *O açúcar Num Documento Colonial*. Recife: Centro de Estudo de História Municipal/FIAM, 1984. p 26 e 27.

açucareira, que irá trazer uma fama para a capitania duartina e será a partir dessa fama que Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário, construirá fortuna como pontua alguns cronistas e parte da historiografia.

Em 1570, pelas informações de Pero de Magalhães de Gândavo, havia 60 engenhos no Brasil, sendo 30 deles situados somente em Pernambuco.[242] O historiador Stuart Schwartz, faz uma ressalva que desses 30 engenhos pernambucanos, apenas 23 estavam em atividade.[243] Em período correlato, mais precisamente seis anos depois, em 1576, Gâdavo informa que existiam 18 engenhos na capitania de Salvador da Bahia, enquanto que a capitania de São Vicente possuia 4 engenhos.[244] Mesmo que esses dados não sejam precisos e necessitem de uma melhor verificação, podemos perceber que Pernambuco no século XVI, possuía mais engenhos que a soma total dos engenhos da Bahia e da capitania de São Vicente juntas.

Nesse sentido, podemos perceber, que a exportação açucareira do Estado do Brasil também foi outro aspecto que deu centralidade e importância a capitania de Pernambuco no Atlântico Sul. Logo, era de Pernambuco que saiam a maioria dos pães de açúcar para o refino na Europa. Embora, esses dados datem antes mesmo do período da unificação das coroas, verificaremos que a produção açucareira pernambucana aumentará também no começo do período filipino durante o reinado de Filipe II e sua produção será duramente prejudicada durante os períodos iniciais das guerras holandesas no reinado de Filipe IV, o que parece compreensível em virtude dos incêndios de muitos engenhos durante as guerras.

Diante desse quadro, podemos afirmar que Pernambuco e sua produção açucareira atraiu a atenção de comerciantes e que esse era um dos elementos motivadores em termos econômicos da invasão da Companhia das Índiais Ocidentais. Consequentemente, foi durante as guerras holandesas no norte do Brasil, que os engenhos e a comercialização de açúcar tenham sido afetadas, principalmente em se tratando de Pernambuco, que tinha naquele momento a maior produção e que estava posicionado em local estratégico para a navegação de cabotagem da costa do Brasil e também para a navegação intercontinental do Atlântico Sul com a África e com a Europa.

---

[242] GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra e História do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995. p 50.

[243] SCHWARTZ, Stuart. *O Nordeste açucareiro no Brasil colonial*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, V.2 (ca. 1580-ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p 339.

[244] GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra e História do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995. p 4.

O engenho era uma empresa onerosa e de difícil manutenção. Ambrósio Fernandes Brandão, relatou que para possuir um engenho era necessário forças e cabedal, não apenas para construção como também para seu custeio. Brandão revela que um "engenho, quero dizer dos bons, sempre faz de gasto de três mil e quinhentos para quatro mil cruzados, e se lhe morrem escravos, de modo que seja necessário comprarem outros, ainda custeia mais".[245] Ainda de acordo com o autor dos Diálogos da Grandeza do Brasil, ter um engenho era tão oneroso como ser dono de uma sesmaria, pois não se podia montar um engenho sem construções, ferragens, em torno de cinquenta bons escravos para os serviços, de quinze a vinte junta de bois. José Antônio Gonsalves de Mello, destaca a partir dos escritos de Ambrósio, que "os animais eram vendidos por bom preço, em função do serviço que podiam prestar nos engenhos: uma vaca de 4 a 5$, um novilho "que serve já para se poder meter em carro" de 6 a 7$ e um boi de 12 a 13$.[246]

Em 1583, já nos primeiros anos do período Filipino, Fernão Cardim relata que a capitania da Bahia contava com 36 engenhos de açúcar, enquanto que a capitania de Pernambuco possuia 66 engenhos.[247] Os dados de Pernambuco citados por Cardim são próximos aos de Gabriel Soares de Sousa, que revelou ter a capitania pernambucana 50 engenhos em 1587.[248]

No início do século XVII, o número de engenhos da capitania de Pernambuco praticamente dobrou chegando a atingir 120 engenhos.[249] Stuart Schwartz esclarece que o aumento se deu em virtude da concorrência dos preços favoráveis do açúcar brasileiro com os açúcares de outras regiões, assim como o crescimento da demanda no consumo da Europa nos

---

[245] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 90.

[246] Idem.

[247]CARDIM, Fernão. *Narrativa Epistolar de uma Viagem Jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo)*, etc. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (original: 1585).

[248] SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2000.

[249] Jácome Monteiro, padre jesuíta, chega a mencionar que existiam 120 engenhos em 1610 e Diogo Campos Moreno diz que em 1612 Pernambuco tinha 90 engenhos. As fontes diversas apontam para um número grande de engenhos na capitania de Pernambuco, embora seus dados possuam pequenas variações de uma para outra revelação. O número que cito de Jácome Monteiro estão em FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. *Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural. UFPE. Recife, 2005. p 53. O número de Diogo Campos Moreno foi retirado de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p 148.

finais dos séculos XVI e XVII.[250] Numa análise de longa duração, podemos verificar que de 1570 até 1583 Pernambuco passou de 60 para 131 engenhos de açúcar.[251]

Os dados entre 1546 a 1590, demonstram um rápido crescimento do número de engenhos na capitania de Pernambuco, tanto em números absolutos, quanto em valores relativos se comparados a outras capitanias que tinham grande quantidade de engenhos. Portanto, os rendimentos do açúcar pernambucano atrairam a atenção da coroa e fez crescer os olhos dos invasores. Ambrósio, chega a comparar os rendimentos do açúcar com a prata potosina, dizendo que existiam "muitos senhores deles riquíssimos e os que têm engenhos para a prata os mais deles pobríssimos e endividados".[252] Claro, que devemos dar um desconto nas narrativas e saber que também existiam senhores de engenho endividados. O sucesso e o fracasso aconteciam em ambas atividades, seja em atividades ligadas ao açúcar, a prata ou comércio.

Sobre os rendimentos do açúcar, Gonsalves de Mello analisa a partir da obra de Brandão que as três capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba chegavam a exportar 7.500 toneladas de açúcar, "que pagavam o direito nas alfândegas do Reino mais de 120:000$, o pau-brasil da mesma procedência rendia, por contrato, a fazenda real, mais de 16:000$".[253] Isso significa, que o açúcar gerava quase dez vezes mais lucro a coroa que o pau-brasil. No início do século XVII, Pernambuco contabilizava em torno de 120 engenhos. De acordo com Stuart Schwartz, já em 1623, um ano antes da primeira invasão neerlandesa ao Brasil, em Salvador da Bahia de Todos os Santos, dos 346 engenhos que existiam no Brasil, 137 estavam localizados na capitania de Pernambuco.[254] José Antônio Gonsalves de Mello revela, que na segunda invasão holandesa ao Brasil em 1630 em Pernambuco, existiam 131 engenhos de

[250] SCHWARTZ, Stuart. *O Nordeste açucareiro no Brasil colonial*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, V.2 (ca. 1580-ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p 340.

[251] GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra e História do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995.

[252] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 91.

[253] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p XXXIII.

[254] Os dados de Stuart Schwartz são confirmados por Jan Andries Moerbeeck que fornece o mesmo número. IN: MOERBEECK, Jan Andries. *Lista de Tudo que o Brasil Pode Produzir Anualmente.* Instituto do Açúcar e do Álcool, 1942. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p 149. SCHWARTZ, Stuart B. *O Brasil Colonial*, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América: América latina colonial*, V. II. São Paulo: Edusp, 2012. p 340.

açúcar ativos.[255] Como podemos perceber, os números de engenhos durante o período que antecede a invasão dos holandeses variam pouco para capitania de Pernambuco.

Mas durante os dez primeiros anos da presença da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais em Pernambuco, entre os anos de 1630 à 1640, período crítico para o reinado de Filipe IV na Europa em virtude das divergências políticas da restauração portuguesa, vários engenhos pernambucanos foram afetados nas guerras contra os holandeses, assim como de outras capitanias, que participaram desse conflito, onde várias de suas plantações foram incendiadas.[256]

Mas Pernambuco, por possuir um maior número de engenhos e ser o local que houve maior conflito nos anos iniciais da guerra da resistência[257] foi a capitania mais afetada e prejudicada. Para esse período da guerra de resistência, momento em que Duarte de Albuquerque Coelho vem pessoalmente ajudar a combater os holandeses, a coroa espanhola consegue organizar duas grandes armadas para restaurar o Estado do Brasil, mesmo com as dificuldades políticas dos rumores e problemas da restauração portuguesa. As armadas comandadas por Don Antônio de Oquendo e pelo Conde da Torre são dois bons exemplos que demonstram uma grande preocupação da coroa espanhola com o Brasil. Foram duas armadas militares de grande porte, que demonstram a preocupação política em restaurar o Brasil dos holandeses mesmo com as dificuldades da restauração portuguesa.

Em 1640, Adriaen Jacobsz van der Dussen, em relatório apresentado ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã registrará 121 engenhos na capitania de Pernambuco, distribuídos entre as várias jurisdições, sendo 78 engenhos em Olinda, 10 em Igarassu, 17 em Sirinhaém, 10 em Porto Calvo e 6 em Alagoas.[258] No que se refere a política e a economia da

---

[255] MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes Para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira*, 2ª ed. Recife: CEPE, 2004. p 35.

[256] Segundo Schwartz dos 160 engenhos da região apenas 60 estavam em funcionamentopor volta de 1637. SCHWARTZ, Stuart. *O Nordeste açucareiro no Brasil colonial*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial, V.2 (ca. 1580-ca. 1720)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p 344.

[257] O termo guerra de resistência foi criado na historiografia por Evaldo Cabral de Mello, que define o período de 1630 a 1637 como período maior resistência onde houve o maior número de conflitos e mortes, assim como foi o período em que a WIC ainda não tinha dominado efetivamente parte das capitanias do norte do Brasil. IN: MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*, 2ª ed, rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

[258] DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório Sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil Pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947. p 164.

capitania de Pernambuco, Olinda era a vila onde estava a vida social e urbana mais importante, por conseguinte a vida econômica.

Portanto, os dados pré unificação dinástica indicam um crescimento acentuado dos engenhos em Pernambuco conforme demonstrado anteriormente na tabela 1 (pág 99) no reinado de Filipe II e uma diminuição no período das guerras contra os holandeses. Esses dados podem ser averiguados na tabela abaixo em dados proporcionais a capitania de Pernambuco com o Estado do Brasil, o que também indica que a produção açucareira em relação ao reino só foi afetada em virtude do período das guerras contra a Companhia das Índias Ocidentais. Cabe dizer, que o local urbano dos senhores de engenho, da açucarocracia[259], ou aristocracia do açúcar residia em Olinda.

Tabela 2. Engenhos da Capitania de Pernambuco X Engenhos do Estado do Brasil.[260]

N	Ano	Fonte	Capitania de Pernambuco	Estado do Brasil	Percentual
1	**1550**	Duarte Coelho	5	21	**24%**
2	**1570**	Gândavo	30	60	**50%**
3	**1583 /1584**	Cardim	66	131	**50%**
4	**1587** **1587**	Gabriel Soares Souza Gândavo	50 60	108	**51%**
5	**1610**	Pe. Jácome Monteiro	120	230	**52%**
6	**1612**	Diogo Campos Moreno	90	192	**47%**
7	**1623**	José Israel da Costa ou Moerbeeck	137	350	**39%**
8	**1625**	Frei Vicente Salvador	100	300	**33%**

[259] Termo criado por Evaldo Cabral de Mello. IN: MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada*: *guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

[260] A fonte do dado 1 é retirada de MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei.* Recife: UFPE: Imprensa Universitária, 1967; A fonte do dado 2 é retirada de GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil.* Anotação de Francisco Leite de Faria. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984; a fonte do dado 3 é retirado de SCHWARTZ, Stuart. *O Nordeste açucareiro no Brasil colonial*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial, V.2 (ca. 1580-ca. 1720)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; A fonte de número 4 é retirada de SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Comentários de Francisco Adolpho de Varnhagem. 9 ed. rev. atual Recife: FUNDAJ; Massangana, 2000; A fonte de número 5 FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. Engenho *Maranguape: uma leitura arqueológica*.Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural. UFPE. Recife, 2005; A fonte de número 6 é retirada de MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609) de Diogo de Campos Moreno*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1984; A fonte de número 7 é retirada de MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes Para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira*, 2ª ed. Recife: CEPE, 2004. p 21.; A fonte de número 8 é de SALVADOR, Frei Vicente do**.** *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965; A fonte de número 9 é de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p 148-149. A fonte de número 10 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Dois relatórios holandeses***.** Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1949; A fonte de número 11 é de MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes Para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira*, 2ª ed. Recife: CEPE, 2004. p 77-129.;

9	**1629**	Pedro Cadena de Vilhasantin	150	346	**43%**
10	**1630**	Adriaen Verdonck	131	350	**37%**
11	**1637**	Nassau, Ceullen e vander Dussen	108	350	**31%**

Na descrição de Ambrósio Fernandes Brandão, era a vila de Olinda, não o Recife, a "principal vila do seu distrito, aonde concorre e se ajunta todo o comércio, Olinda, nome que lhe deram seus primeiros povoadores, depois que descobriram de um alto onde está situada a formosa vista que campeia, a qual, pela exagerarem por tal, disseram oh! Linda!"[261]

Esse protagonimo de Olinda é demonstrado tanto nas gravuras do século XVI quanto na iconografia do século XVII que antecede a presença neerlandesa. No documento que tem o mapa mais antigo da capitania de Pernambuco, existe um mapa que destaca as vilas de Olinda e Recife como um dos seus focos. Nela, podemos perceber que Olinda era muito maior que a vila do Recife. Olinda estava situada "há 12 léguas para a banda do Norte. O Cabo de Santo Agostinho está em 8 graus e meio a vila de Olinda em 8 graus escassos".[262]

Se Olinda, era ponto de referência territorial da capitania de Perambuco, o Cabo de Santo Agostinho era a grande referência portuária no Atlântico Sul, que servia de baliza para diversas regiões e partes do Brasil conforme exemplo no documento *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*.[263] O Cabo de Santo Agostinho foi importante ponto estratégico, pois o roteiro de navegação de Lisboa para Índia destaca o Cabo de Santo Agostinho como porto importante no Atlântico.[264] Jaime Cortesão

[261] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 28.

[262] Utilizei a publicação do apógrafo da Biblioteca da Ajuda cedido gentilmente por Leonardo Dantas Silva. Existe também uma obra rara, publicada ??? na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, que perteceu a José Antônio Gonsalves de Mello. IN: *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988. p 1v.

[263] Esse documento está localizado na Biblioteca da Ajuda. Atribui-se a ele como documento que tem o mapa mais antigo da capitania de Pernambuco de 1582/85 conforme informamos na introdução. A parte que aqui utilizamos é uma gravura *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988. p 1v.

[264] *História da Colonização Portuguesa do Brasil:* edição monumental comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto [Portugal]: Litografia Nacional, 1921-1926. 3 v. p 358.

destaca que “ir na volta do Cabo de Santo Agostinho” e “dobrar o cabo de Santo Agostinho” eram orientações práticas da cartografia do século XVI, o que demonstram que Santo Agostinho era uma rota usual pela saliência extrema de se localizar no nordeste da América do Sul.[265] No Roteiro de todos os sinais, o Cabo de Santo Agostinho estava na “altura de oito graus e meio, é terra baixa e tem muito arvoredo junto ao mar em fora de Pernambuco”.[266] Abaixo colocamos uma gravura que demonstra essa discrepância entre a povoação e o tamanho de Recife e Olinda.

Mapa de parte da capitania de Pernambuco com destaque para as Vilas de Olinda e do Recife.[267]

Mapa com destaque para as Vila de Olinda e Vila do Recife, cerca de 1585.

Brandão, chegou a dizer que “dentro na Vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena”.[268] Se Brandão comparou Olinda com Lisboa, Frei Manuel Calado comparou Olinda com Olanda dizendo que a diferença de uma a

[265] CORTESÃO, Jaime. *A colonização do Brasil***.** Lisboa: Portugália, 1969. p 35.

[266] *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988. p 1v.

[267] TEIXEIRA, Luis. *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988. p 1v.

[268] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 28. Além de Ambrósio Fernandes Brandão o padre João Baers também compara Olinda com Lisboa. IN: BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 39.

outra era apenas de um *i.*[269] Cada viajante, se referia a Olinda relacionando sua visão de mundo e utilizavam de analogias como formas de comparação para justificativa de seus argumentos.

Mas a vila de Olinda era melhor abrigada para defesa militar mesmo com a vila do Recife tendo arrecifes de corais, que serviam como uma proteção natural para algumas embarcações. Segundo Ambrósio, Olinda era melhor defendida porque "a barra do seu porto é excelentíssima, guardada de duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados, que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos".[270] Era em Olinda, que estavam localizados os "Padres da Companhia de Jesus, o dos Padres de São Francisco da Ordem Capucha de Santo Antônio, o mosteiro dos Carmelitas e o mosteiro de São Bento, com religiosos da mesma ordem; em todos esses mosteiros assistem padres de muita doutrina*"*.[271] Cabe ressaltar, que todas essas ordens tiveram ajuda dos Albuquerques Coelho para seus estabelecimentos. Existem historiadores que destacam inclusive que as guerras holandesas no Brasil foram movidas pelo seu caráter religioso, assim os Albuquerques Coelho serviram ao reino como bons cristãos que combatiam os *hereges de Olanda*.

No período inicial da chegada dos soldados holandeses Olinda estava melhor organizada militarmente que o Recife, por ser a sede da capitania, pois era nela que estavam os soldados e as munições para defesa da capitania e de sua gente, embora sua característica de um solo elevado, - hoje Olinda é vulgarmente chamada de cidade alta - tenha sido prejudicial na estratégia de contenção militar. A culminância da vila, tornou-se um fator negativo particular que transformou os anos iniciais da guerra baseada na guerra de assédio. A facilidade do cerco de Olinda dificultava as fugas, emboscadas e guerrilhas. Ser uma vila alta foi uma característica que facilitou cercar e encurralar Olinda pelos holandeses.[272]

As melhores descrições de Olinda, do período, mostram porque a "Lisboa pequena" era a capital de Pernambuco e local de maior interesse econômico da região, pois suas

[269] CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004.

[270] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 28.

[271] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962. p 29.

[272] VIEIRA, Hugo Coelho. *O teatro da guerra e a invenção do Brasil holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 à 1635*. Dissertação de Mestrado, Recife. 2011. p 79.

"casas não são baldas de conforto, mas cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias de pedra".[273] Olinda era, portanto, lugar de moradia de parte da açucarocracia, local onde moravam "pessoas de qualidade", estava localizada próxima ao porto do Recife e as capitanias do Norte. A gravura abaixo demonstra que no século XVII, assim como a gravura anterior do século XVI Olinda era maior urbanisticamente, mais povoada e maior que o Recife. Embora, a gravura represente o mapa da vitória de Hendrick Loncq, ocorrida em 1630 no cerco de Olinda realizamos aqui uma comparação entre as vilas de Olinda e do Recife.

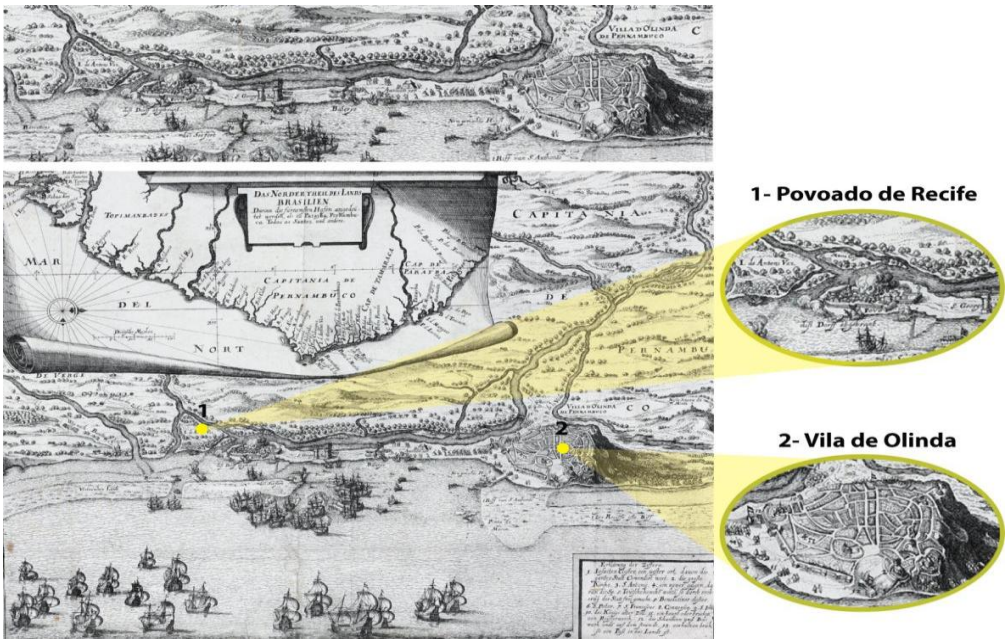


Imagem da Tomada do Recife em 1630 – Neste mapa podemos perceber a discrepância da estrutura urbana entre Olinda e o Recife. Acima da gravura pode-se ver a extensão da capitania de Pernambuco. Obra atribuída a Commelyn Izaak e Claes Visscher em 1630.[274]

Evaldo Cabral de Mello, foi um dos historiadores que mais chamou atenção para a importância da defesa de Pernambuco como uma "ação naval na defesa ultramarina", onde para este historiador o governo luso-espanhol "relegava-se a guerra terrestre a papel

[273] BAERS, Padre João. *Olinda conquistada*. Recife: CEPE, 2004. p 39.

[274] AIRB, Acervo do Instituto Ricardo Brennand. Mapa de Pernambuco de 1631 referente a vitória de Hendrick Loncq. LAGO, Bia Corrêa do (org.). *Frans Post e o Brasil holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand: catálogo da exposição permanente*. Apresentação de Ricardo Coimbra de Almeida Brennand. Tradução de Julio Bandeira, Beatriz Caldas. Introdução de Pedro Corrêa do Lago. 2. ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2010. p 91.

subsidiário".[275] É correta a crítica de Cabral de Mello, mas compreensível que falta de contingente necessário para defensar todo o império espanhol era um problema difícil de ser resolvido. Nesse sentido, a força local, no caso do Brasil, os indígenas foram fundamentais tanto no início da ocupação durante a colonização dos portugueses para o conhecimento do território, quando o período da ocupação holandesa, assim como em sua expulsão, durante as guerras da restauração pernambucana.

Tanto na primeira imagem, do século XVI, quanto na segunda imagem do século XVII podemos perceber a discrepância entre Recife e Olinda. Momentos antes da chegada dos holandeses em Pernambuco, podemos perceber que o desenvolvimento urbano da capitania continua sendo em Olinda e não no Recife, que era um pequeno povoado servindo como porto e local de passagem. E se Olinda, era a vila onde residia a açucarocracia, a vila do Recife, era o porto privilegiado para estabelecer um porto atlântico.

Na visão da maior parte da historiografia e do senso comum, o nascimento do Recife e a sua história estão vinculados a presença dos holandeses ou começam a ganhar importância e relevo com essa ocupação. É, portanto, pela "inexistência" de um desenvolvimento urbano do Recife e pela sua "pouca relevância" econômica no período *ante bellum*, que a história do Recife só ganha atenção com a chegada dos holandeses para a historiografia, pois antes era um simple povoado em que as pessoas chamavam de *povo*. José Antônio Gonsalves de Mello, que analisou exaustivamente a história holandesa escreveu que o Recife *ante bellum* era considerado um "burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda".[276]

A vila do Recife sofria com a falta de estrutura, como o abastecimento de água. Recife utilizava a água do "Varadouro de Olinda" e só depois foram feitos poços em Antônio Vaz "que fornecem uma água mais ou menos boa".[277] Diogo Campos Moreno, informava que "a povoação do Recife não tem água para beber, má nem boa; em batéis a vão buscar os moradores a rios que estão defronte à água de Beberibe, de que tratado fica, que vem à

[275] MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada*: *guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 25.

[276] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife. Topbooks, 2000. p 39

[277] Idem. p 55.

Vila".[278] As informações do território de Recife e Olinda são muito interessantes para pensarmos na estrutura da capitania de Pernambuco, suas ligações e seus modos de viver. O Cabo de Santo Agostinho, embora mais afastado de Olinda que do porto do Recife foi muito utilizado pelos comerciantes de Olinda.

É portanto, nesse cenário que a capitania de Pernambuco começa a integrar a monarquia hispânica, separada e ao mesmo tempo unida pelo oceano atlântico. Na segunda parte desse primeiro capítulo demonstraremos como a história da capitania esteve relacionada com a trajetória dos Albuquerques Coelho seja antes, durante e depois da formação da união das coroas ibéricas.

[278] MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630. In: Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007. p 160.

1.2- Os donos de Pernambuco: a história dos Albuquerques Coelho

"A genealogia é cinza;
ela é meticulosa e pacientemente documetária.
Ela trabalha com pergaminhos embaralhados,
riscados, várias vezes reescritos".[279]

[279] FOUCAULT, Michel. *Nietzche, a genealogia e a história.* In: *Micro-física do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p 15.

(Michel Foucault, Microfísica do poder)

1.2- Os donos de Pernambuco: a história dos Albuquerque Coelho

Nesta parte do trabalho, denominada *Os donos de Pernambuco: a história dos Albuquerques Coelho,* demonstraremos como a história de uma família e o percusos donatarial da capitania de Pernambuco pelos Albuquerques Coelho foi um exemplo de *Ethos* nobiliario que caracterizavam parte das dinâmicas políticas e sociais de Portugal e Espanha durante os séculos XVI e XVII, que tinha na prestação do serviço militar, na linhagem familiar e no catolicismo um conjunto ideal de valores sociais para conquistar o respeito da corte. Os Albuquerques Coelho na busca por essa nobilitização familiar tiveram um percurso que problematizaremos desde o período que da união dinástica até o final do período filipino. Além da perspectiva de história conectada trabalhamos nesse capítulo com a história da genealogia foucaultiana para problematizar esse percurso familiar e suas relações micro e heterotópicas de poder com o período filipino.

1.2- Os donos de Pernambuco: a história dos Albuquerque Coelho

Embora, Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário da capitania tenha falecido em em 1553 com muito desgaste com o rei podemos verificar que é a partir dos serviços militares dele e de seu pai Gonçalo Coelho que a família obteve prestígio político com a coroa portuguesa. Antes cabe aqui, uma ressalva sobre nossa perspectiva histórica para essa parte do trabalho, ou do que, entendemos como método geneaológico foucaultiano. A genealogia foucaultiana se opõe a ideia de pureza e que toma cuidado com o que alertou Marc Bloch aos historiadores sobre o cuidado pela obsessão das origens.[280] Utilizamos assim, o conceito foucaultiano de genealogia porque sabemos que o campo da história é repleto de fragmentos, conflitos, astúcias, disfarces, peripécias, máscaras, disparates, maldades, vacilantes vitórias e

[280] BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. *O ídolo das origens*. p 56.

emergências. Esta é uma genealogia que "trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos".[281] O historiador português Antônio Manuel Hespanha demonstrou como o pensamento de Foucault é importante para pensar a forma heterotópica do poder, dos corpos e das relações de força.[282]

Sendo assim, não tratamos dos Albuquerques Coelho para demonstrar sua árvore genealógica propriamente, mas para demonstrar como eles se relacionaram com a corte e com as redes familiares, de negócios e de poderes. Os Albuquerques Coelho fizeram parte da relação do Estado do Brasil com a formação da Monarquia Hispânica para tratar dos assuntos da capitania de Pernambuco. Como legítimos representates da capitania sabiam da importância da família e buscaram desde cedo através do casamento melhorar seu posicionamento diante das elites. Foi com o sobrenome dos Albuquerques, que fortaleceram o prestígio e a fidalguia da família.

Podemos dizer, que foi com Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário de Pernambuco, que a família começou a ter um certo trânsito dentro da corte portuguesa, pois sabemos que seu avô enviava cartas diretamente ao rei sem passar por grandes burocracias do reino.[283] Mas, parece correto e faz sentido dizer, que a importância da estirpe dos donatários de Pernambuco em termos de nobreza de sangue ou de tradição familiar no período moderno ocorreu da ligação dos Coelho com os Albuquerque e também com os Meneses.

Contudo, através de informações de manuscritos do acervo de José Antônio Gonsalves de Mello, hoje pertencente a biblioteca do Instituto Ricardo Brennand dentro das anotações específicas do livro *Cartas de Duarte Coelho a el Rei*, o historiador pernambucano escreve que já haviam sido concebidas armas ao plebeu Nicolau Coelho, que foi nobilitado em virtude de prestar serviços marítimos e por ser categorizado como um destacado navegador.[284] Tudo indica, que Gonsalves de Mello, se baseou nas informações de Francisco de Azevedo, que

---

[281] FOUCAULT, Michel. *Nietzche, a genealogia e a história*. In: *Micro-física do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P.15.

[282] HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. Agradeço as contribuições de Rômulo Xavier que demonstraram que a relação que Hespanha faz da teoria foucaultiana cabe para analisar as heterotopias do poder.

[283] MELLO, José Antonio Gonsalves de Mello e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (Org.). *CARTAS de Duarte Coelho a El Rei.* Recife: UFPE: Imprensa Universitária, 1967.

[284] Embora as anotações de José Antônio Gonsalves de Mello tenham sido encontradas no livro Cartas de Duarte Coelho a El Rei é no livro Épocas da civilização portuguesas evocadas simbolicamente de autoria de Francisco de Azevedo que Gonsalves de Mello se baseia. AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de Azevedo. *Épocas da civilização portuguesa evocadas simbolicamente*. Panorama (Revista Portuguesa de Arte e Turismo) IV série, no 23, setembro de 1967, pp 53/56. p 55.

escreveu que a referida nobilitação foi uma "continuidade da orientação náutica portuguesa que faz, sempre sob direta fiscalização régia, sucessores de Diogo Cão, na tarefa de contornar a África".[285] Ainda de acordo com Francisco de Azevedo, existiram diversas modalidades das armas do sobrenome Coelho, como por exemplo, no período medieval, os Coelhos que foram descentes dos Egas de Morniz, que usavam como figura central de sua heráldica (brasão) o leão por ser um animal simbolicamente atrelado a coragem. Supõe Azevedo, que o leão também será utilizado no início do século XVI, mas acrescido a presença de ovelhas por um provável racionalismo renascentista para se sobrepor ao período medieval.[286]

Portanto, os Coelhos elevaram a reputação da sua família por seguirem nas aventuras das ondas do mar desde Nicolau Coelho e por contribuírem no contorno da África. Cabe lembrar, que Duarte Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco, primeiro donatário, que tinha como uma de suas missões donatarias povoar e defender sua parcela da Terra de Santa Cruz, fez o contorno da África e esteve na Carreira das Índias. O primeiro Duarte, se assim podemos dizer recebeu o sobrenome dos Albuquerques em matrimônio com Dona Brites de Albuquerque, recebeu a carta de doação da capitania em 1534, veio ao Brasil em 1535, recebe novas armas em 1545 para sua família e sua data de morre é por volta de 1553/54.

Portanto, Duarte Coelho Pereira não era vivo quando ocorreu a formação da Monarquia Hispânica, mas seus filhos estiveram no epicentro da batalha de Alcácer Quibir, que foi o acontecimento central no desdobramento da união das duas coroas.[287] Mesmo antes da formação das Monarquia, os Coelho tinham acrescido o ser reconhecimento politico não apenas em virtude das conquistas marítimas de Gonçalo Coelho, mas com Duarte Coelho passava que se estabeleceu em terra fértil de Santa Cruz, embora o próprio Duarte também tivesse larga experiência de navegação, mas os Coelho passaram de um reconhecimentoo militar para ocupação e desbravamento de terras que estavam relacionadas as possessões do reino.

---

[285] AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de Azevedo. *Épocas da civilização portuguesa evocadas simbolicamente*. Panorama (Revista Portuguesa de Arte e Turismo) IV série, no 23, setembro de 1967, pp 53/56. p 55. Esta nossa assertiva se faz por Gonsalves de Mello citar Azevedo em seu manuscrito e porque o livro existe dentro da biblioteca de Mello no acervo do Instituto Ricardo Brennand.

[286] Idem.

[287] MEGIANI, Ana Paula Torres, PEREZ, José Manuel Santos, SILVA, Kalina Vanderlei. *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1640): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014. VALLADARES, Rafael. *A Conquista de Lisboa – Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583*. Lisboa, fevereiro. 2010.

A história de Duarte Coelho merece um estudo revisitado e atual não apenas por ter sido o primeiro donatário de Pernambuco, mas pela sua interessante trajetória de ter servido "na Índia de 1509 a 1627. Viajou pela Ásia, passando pela Indochina, Tailândia e China. Entre 1529 e 1531, atuou na fortificação de portos na África, foi mandado em missão à França e comandou esquadra na costa africana e nos Açores".[288] Segundo Costa Porto, Duarte Coelho foi um militar marinheiro e grande desbravador, que serviu a marinha portuguesa muito moço, onde participou da armada de D. Fernando Coutinho já em 1509, obteve muitos elogios, atuou também nas ilhas atlânticas, na costa da África, quando no começo dos anos 1530 passou para o ocidente quando logo depois foi beneficiado por Dom João III com recompensa para ocupar, povoar e defender a Nova Lusitânia.[289] Contudo, cabe destacar que Duarte Coelho não tinha uma descendência favorável a nobreza, além de filho bastardo de Gonçalo Pires Coelho, Senhor de Felgueiras.[290]

O primeiro donatário da capitania de Pernambuco aparece na maioria das vezes na historiografia como sinônimo de sucesso entre as demais capitanias donatariais do Estado do Brasil, como sendo um local de prosperidade, riqueza e êxito. Nos livros didáticos de história, a capitania de Pernambuco aparece junto a capitania de São Vicente como as únicas capitanias que prosperaram no sistema de capitanias donatariais, mas depois desaparece nos livros reaparecendo novamente apenas com a presença holandesa como sua história estivesse resumida a isso.

A historiografia oitocentista brasileira presa a seu tempo, e em busca de uma paternidade, para que o Brasil não fosse uma mera colônia dos mandos da metrópole, na maioria das vezes, exaltou ambiguamente a figura Duarte Coelho como um desbravador, homem rico e visionário. Em Pernambuco, Pereira da Costa, por exemplo, o colocou não apenas como primeiro donatário e desbravador, mas como uma figura fundamental no processo de colonização e da obtenção do referido "sucesso" econômico da capitania. Pereira da Costa, inclusive, também continua os elogios aos filhos e sucessores da capitania, sendo

---

[288] VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808*). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p 192.

[289] PORTO, Costa. *Duarte Coelho*. Ministério da Educação e Cultura. Departamento da Imprensa Nacional, Brasil, 1961. p 31.

[290] O melhor estudo sobre os Albuquerques Coelho reunido em um único lugar talvez seja de Anselmo Braamcamp Freire. Sobre a não nobreza de Duarte ele diz: "Basta a existência deste documento para me dar a certeza de Duarte Coelho nao haver sido fidalgo, como alguns autores modernos o querem fazer, declarando-o por filho de Gonçalo Pires Coelho, senhor de Felgueiras". FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. 2 v.

Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque como pertencentes a uma família nobre, ganhando ambos destaques em seu *Diccionario biográfico de pernambucanos célebres*, além de serem considerados de família nobre deveriam ser sinônimo de orgulho por terem nascido na pátria[291] já que são olindenses de nascimento. Não foi diferente que tratou Duarte de Albuquerque Coelho com elogios, inclusive a respeito da publicação de suas memórias como sendo "dignas de valor e honradez".[292]

Portanto, na visão de Pereira da Costa, os Albuquerque Coelho eram célebres, onde tinham ido "receber uma culta e esmerada educação, cujos recursos não podia então possuir a nascente colônia de Pernambuco".[293] Para Francisco Adolfo de Varnhagen, a figura de Duarte merecia atenção pelos serviços prestados à coroa na Ásia, na embaixada ao Reino do Sião, ida a Ceilão e a Malaca; o encontro com a armada de Bintão, o descobrimento da Conchichina, e a perda com a armada.[294]

Se nosso personagem exerceu suas atividades mais voltadas para os problemas políticos do final do período filipino e geograficamente ao Atlântico e a península ibérica, seu avô mesmo antes de seu nascimento esteve muito ligado a carreira das índias e ao índico. O primeiro Duarte, avô do Marquês de Basto é fruto de um tempo em que a Carreira da Índia é a grande aventura comercial da Europa Moderna, mas no fim de sua vida, as atenções das Índias mudam para a América, assim como do Índico ao Atlântico.

Um dos poucos trabalhos específicos sobre Duarte Coelho na historiografia é o trabalho feito por Costa Porto, que foi publicado em 1960, época em que a historiografia brasileira é marcada pelo nacionalismo exacerbado. O trabalho de Costa Porto é pioneiro, mas possui preconceitos visíveis com os índios e nativos chegando a corroborar com a ideia de preguiçosos, coloca os imigrantes do reino como degredados e quase sempre elogia colonizador, reis e donatários como pessoas diferenciadas, civilizadas e distintas de valor, chegando a chamar D. João III de generoso, que concedia favores, isenções, privilégios e liberdades aos seus súditos. O texto é repleto de uma visão eurocêntrica de cultura e carece de

---

[291] A ideia de pátria ainda não existia no período inicial da ocupação e nesse período, mas Pereira da Costa coloca isso de forma anacrônica para valorizar esses personagens, mas sobretudo porque esteve preso a historiografia de seu tempo em que

[292] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Sobre Duarte Coelho de Albuquerque vê das páginas 273 às 276 e para Jorge de Albuquerque vê das páginas 521 às páginas 526.

[293] Idem.

[294] VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil.* 1ª edição, 2 volumes (Madrid). 1854-1857). *p 433 e 445 Volume I.*

análise social. Se por um lado, Costa Porto tem nas sociedades indígenas povos puros a serem civilizados, por outro lado, tem Duarte Coelho como um estadista e bom feitor.[295] Talvez, a influência do nacionalismo do regime militar desse período tenha influenciado esse trabalho.

Outros trabalhos, por parte da historiografia abordam Duarte, mas sem tê-lo como objeto específico. São trabalhos importantes, mas tratando dele como uma figura pontual, secundária ou sem ser a figura central da pesquisa e da narrativa. Mesmo trabalhos importantes e pioneiros como os de Pereira da Costa, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, Adolfo Varnhagen, Francis Dutra, José Antônio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello.

Muitos desses trabalhos são influenciados também pela narrativa de viajantes como Joannes de Laet, que escreveu que Duarte Coelho foi responsável pela povoação de Igaraçu em 1534 e que elevou à categoria de vila "o título de muito nobre, sempre leal e mais antiga, mercê que, por intermédio de Duarte Coelho lhe fez D. João III, como consta do traslado que em 1693 pediu a Câmara daqui a El-Rei D. Pedro".[296] Desde que Costa Porto informou que a "a infância e a mocidade do donatário permanecem, igualmente em mistério"[297] nada mudou. A partir da década de 1970 os estudos sobre os Albuquerques Coelho passaram a ter contribuição das investigações do estadunidense Francis Dutra, que também foi um dos primeiros a apontar o desconhecimento da vida de Duarte.[298]

Pereira da Costa, escreveu que Duarte recebeu "avultadíssimas quantias para o estabelecimento, mas fora bem empregado todo esse dinheiro, pois que somente da renda das pescarias e dos engenhos de *assucar*, percebia agora seu filho, para mais de dez mil cruzados".[299] Mesmo sem pesquisas específicas muitas informações se tem desde o início de

---

[295] PORTO, Costa. *Duarte Coelho*. Ministério da Educação e Cultura. Departamento da Imprensa Nacional, Brasil, 1961. PORTO, Costa. *Duarte Coelho, o homem e a obra*. IN: Revista do Arquivo Público, Anos XVI-XVII, 1979-1980 – N 35-36. ISSN-0100-2961. Referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, PER P9, t.192.

[296] LAET, Joannes de. *Iaerlyck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie.* S'-Gravenhage (Holanda): Martinus Nijhoff, 1937. *De Laet, Iaerlyck Verhael* III, 92. P 23

[297] PORTO, Costa. *Duarte Coelho, o homem e a obra*. IN: Revista do Arquivo Público, Anos XVI-XVII, 1979-1980 – N 35-36. ISSN-0100-2961. Referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, PER P9, t.192. Essa informação que pouco se sabe sobre a infância e a vida de Duarte também foi

[298] DUTRA, Francis A.. in "*Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário de Pernambuco: o início de uma dinastia*", The Americas, v. XXIX, n.º 4. Washington, abril de 1973. Existem algumas correspondências enviadas por Francis Dutra para José Antônio Gonçalves de Mello que pertecem hoje ao acervo do Instituto Ricardo Brennand e que podem ser consultadas.

[299] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p 274.

sua ocupação. Sabe-se que Duarte Coelho Pereira, nasceu em Miragaia por volta de 1480, cem anos antes da formação das duas coroas ibéricas, sabe-se que era "filho de Gonçalo Coelho, escrivão da fazenda real e comandante da expedição que foi ao Brasil já em 1503, descendente da antiga família dos Coelhos, da nobreza agrária entre a região do Douro e Minho".[300] Conta Costa Porto, que a paternidade de Duarte era "ligada a casa de Montalvo e Felgueira, fundadas por Pero Coelho, do conselho de el-Rei D. Afonso V, justiçado em Santarém, de ordem de D. Pedro".[301]

Embora, Duarte seja filho bastardo e plebeu pela linhagem de sua mãe, que se chamava Catarina Ana Duarte, podemos perceber também, que Duarte descendia de uma família já antiga nos cargos e serviços dentro da coroa portuguesa. A vila de Olinda, que tratamos um pouco na parte anterior deste capítulo foi fundada por Duarte e foi ele um dos poucos donatários que residiram na capitania. Esse fato de morar e de algumas correspondências de Duarte ao rei se queixar do desleixo de outros donatários rendeu a ele elogios por parte de estudiosos e da historiografia.[302] José Antônio Gonsalves de Mello, destacou a partir da publicação de algumas cartas remetidas ao reino, que Duarte Coelho era um bom interlocutor, que tinha força dentro da corte *quizá* responsável por postergar a criação do governo geral e um homem que entendia e respeitava as normas jurídicas.[303]

Mas, foi do casamento com D. Brites de Albuquerque que Duarte e os Coelho passaram a obter maior reconhecimento dentro da corte portuguesa e das famílias nobres da península ibérica. Embora, sem vir de uma família de grande reputação Duarte obteve reconhecimento pelos seus serviços prestados também nas fortificações de portos na África e nos açores entre os anos de 1529 e 1531.[304] Essa tradição militar seguirá por mais quatro gerações, porém será encerrada com a morte do filho de Duarte de Albuquerquer Coelho,

---

[300] VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808*). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p 192.

[301] PORTO, Costa. *Duarte Coelho, o homem e a obra*. IN: Revista do Arquivo Público, Anos XVI-XVII, 1979-1980 – N 35-36. ISSN-0100-2961. Referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, PER P9, t.192. p 30.

[302] Leonardo Dantas coloca Duarte Coelho como um *self made man*, soldado da fortuna, como um colonizador diferenciado que buscava preservar o pau brasil, introdutor da cana de açúcar, da pesca, da subsistência e da criação de gados e animais. IN: MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*; reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada/ José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque; prefácio de Leonardo Dantas Silva. 2ª edição. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997. p 3, 4, 5, 7.

[303]MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*; reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada/ José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque; prefácio de Leonardo Dantas Silva. 2ª edição. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997. p 10, 20, 22.

[304] VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808*). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p 192.

Marques de Basto, na guerra da Catalunha, especificamente na cidade de Lérida. Os Albuquerque Coelho terão uma tradição de serviços prestados a coroa desde o pai do primeiro Duarte, mas será a partir do primeiro dono da capitania de Pernambuco que estarão intimamente ligados a guerra e farão isso obtendo confiança da coroa e se relacionado com a elite portuguesa, e mais tarde, com o Marques de Basto estarão mais relacionados com a elite espanhola. Uma das melhores sínteses e resumos da história de Duarte foi feita por Ronaldo Vainfas que diz:

> "Lucrou imensamente durante todo esse período, angariando considerável riqueza. Procurou fixar os colonos, promovendo casamentos deles com índias, e estimular a vinda de novos, inclusive cristãos-novos. Incentivou a criação de gado, o cultivo de algodão e as roças de mantimentos. Promoveu a produção da cana-de-açúcar em suas terras, lançando as bases da economia açucareira nordestina. Tomando como capital inicial os recursos que havia acumulado na Ásia, estabeleceu associações com mercadores do reino que lhe garantiram o escoamento da produção de açúcar para a Europa. Em 1550, a capitania contava com cinco engenhos "correntes e moentes". Importou negros da Guiné e combateu índios hostis à presença portuguesa, estabelecendo alianças com outros grupos nativos. Avançou a exploração de seu território até o rio São Francisco, limite meridional de suas terras. Comunicava-se frequentemente com o rei, dando notícias dos avanços econômicos da Nova Lusitânia, forma como se referia à sua capitania. Queixava-se do fato de que outros donatários não vinham assumir o governo de suas capitanias, dificultando a ocupação de toda colônia. Reagiu em defesa de sua autonomia política quando da criação do governo geral, em 1549. Após a sua morte, em Portugal, em 1554, foi substituído pela esposa, Brites, no governo da capitania. No fim da vida, descreveu os resultados alcançados, dizendo que "Deus, por sua misericórdia e meus grandes trabalhos, gastos e despesas, e derramamento de sangue, quis que esteja ganhada e melhor principiada e povoada e regida e governada e com justiça administrada, que todas as outras".[305]

Segundo Francis Dutra, a data de morte de Duarte Coelho foi motivo de discussão por parte da historiografia brasileira, que tinha como certa que a morte de Duarte tinha ocorrido no ano de 1554 como colocou Ronaldo Vainfas em seu dicionário do Brasil Colonial. Porém, chama atenção o historiador norte-americano Francis Dutra, que existem evidências maiores que seu falecimento tenha ocorrido em 1553, opinião também assinalada anteriormente por Costa Porto que escreveu sobre Duarte Coelho Pereira. Tanto Francis Dutra, quanto Costa Porto se baseiam para essa informação no *Nove Orbe Serafico Brasilico*.[306]

Toda essa história serve para demonstrar que a história da família embora não seja de uma alta nobreza reconhecida e valorizada, de sangue como se reconhecia na época, serve

---

[305] VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808*). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p 192.

[306] *Nove Orbe Serafico Brasilico. Completar citação com referência do novo orbe.* PORTO, Costa. *Duarte Coelho*. Ministério da Educação e Cultura. Departamento da Imprensa Nacional, Brasil, 1961. DUTRA, Francis A. *Notas sobra a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Revista do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Separata de STVDIA, Nº 37, 1973, Lisboa.

para demonstrar que o reconhecimento inicial dos donos de Pernambuco será dado pelos serviços militares que prestaram a casa real portuguesa. Em termos de pureza de sangue, a família não esteve ligada a uma linhagem nobre, inclusive com Duarte, que em virtude de sua bastardia terá isso maculado. Se por um lado Duarte não tinha berço, por outro lado, foi um homem das grandes navegações, sua família conquistou reconhecimento pelo exercício de suas funções marítimas, militares e pela fidelidade a coroa. Essa será uma característica marcante dos Albuquerque Coelho. Para Francis Dutra, de forma geral os Albuquerque Coelho foram sempre mais felizes lidando com índios do que com seus próprios patrícios.[307] Abaixo reproduzimos o brasão dos Albuquerques, família nobre vinculada a casa real portuguesa a partir de Afonso de Albuquerque, que tinha como brasão primeiro de suas armas "em campo de prata cruz vermelha, carregada de cinco castelos de oiro e acompanhada de vinte escudetes a antiga azul, cada um sobrecarregado de dez besantes do campo, cinco escudetes em cada cantão e dispostos em cruz, com os dois lados apontados ao centro".[308]

Imagem do Brasão dos Albuquerques da Sala de Sintra

[307] DUTRA, Francis A. *Notas sobra a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Revista do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Separata de STVDIA, Nº 37, 1973, Lisboa. p 132.

[308]FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. 2 v. p 185.

Embora, sem ser nobre de sangue, o brasão de Duarte Coelho que terá uma sentinela com uma cruz em um monte verde com cinco castelos que orlam a composição.[309] Duarte Coelho Pereira é o início dos Coelho no Portugal Moderno que obtém reconhecimento reinol em virtude de sua fidelidade militar na Ásia e coragem desbravadora de terras estrategicamente interessantes para os portugueses quando a união das coroas ainda não tinha ocorrido. Por mais que a trajetória de Duarte em termos de ascensão social familiar se dê pelo casamento com Brites de Albuquerque podemos perceber que suas funções eram cruciais dentro da expansão do império ultramarino português, império este, que ainda não estava junto de Castilla como sabemos.

Costa Porto escreve, que em virtude de Duarte Coelho ser filho bastardo e plebeu por parte de Catarina Ana Duarte, sua mãe, ele teve seu brasão de armas mais tarde questionado pelo Rei D. João III já que não constava que tivesse passado a nenhum fidalgo um novo brasão.[310] Nos manuscritos de José Antônio Gonsalves de Mello a respeito desse assunto específico dos brasões encontramos um destaque desse historiador a partir da obra "*O brasão d'armas e o elogio a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador da Capitania de Paranambuco, das partes do Brasil de Nova Lusitania, & C*. data de 1601 e possui as seguintes informações:

> "Brasão de armas atribuído aos descendentes do 1º Donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, com sua mulher Da. Brites de Albuquerque. Escudo: esquartelado, nos 1º e 4º quartéis, o escudo das armas novas concedidas em 6-7-1545, por D. João III, a Duarte Coelho (em campo de ouro, um leão de púrpura passante e uma cruz de sua cor firmada em um pé de verde; um chefe de prata com cinco estrelas de

[309] As informações sobre o brasão de Duarte Coelho Pereira escritas por José Antônio Gonsalves de Mello segundo suas anotações estão baseadas na Revista do Instituto Archeológico Histórico E Geográfico Pernambucano, p 258. Segundo Gonsalves de Mello evidencia-se também que estão erradas as armas atribuídas a Duarte Coelho por Pereira da Costa, na Revista do Instituto, por Sebastião Galvão, que este se fiou e as reproduziu, no seu Dicionário histórico, e pelos ilustradores da História da Colonização portuguesa no Brasil. Escreve Mello que "a transcrição da carta é documento que merece divulgação até porque a grafia da época fará, neste momento, convencer os conservadores radicais que ortografia não é coisa imutável. Antonio Oscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa, faço saber que havendo-me requerido Afonso de Dornelas que no Arquivo Nacional da Torre do Tombo se lhe passasse por certidão". In: José Antonio Gonsalves de Mello; Cleonir Xavier de Albuquerque (Org.). *CARTAS de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: UFPE: Imprensa Universitária, 1967. 114 p., il. (Documentos para a História do Nordeste, 2). Existem vários livros desse livro, tanto a primeira quanto a segunda edição na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, mas os livros que pertencem ao acervo de Gonsalves de Mello possuem a seguinte referência JGM L 613 e JGM L 612.

[310] PORTO, Costa. *Duarte Coelho, o homem e a obra*. IN: Revista do Arquivo Público, Anos XVI-XVII, 1979-1980 – N 35-36. ISSN-0100-2961. Referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, PER P9, t.192. p 30. Costa Porto se baseia na hipótese que Braamcam Freire. Segundo ele Freire se baseia em "argumento sólido de natureza heráldica: fosse filho legítimo, não lhe teria el-Rei D. João III concedido, em 1545, "carta brasão e armas" próprios, pois, esclarece, não consta se tivesse, jamais, passado a nenhum fidalgo brasão novo, diferente do da família".

> vermelho afogueadas de ouro; uma bordadura de azul com cinco castelos de prata cobertos, com as portas e frestas lavradas de preto; nos 2º e 3º quartéis, o escudo dos Albuquerques descendentes de D. Afonso Sanches (filho bastardo de D. Diniz, 6º Rei de Portugal) com sua mulher Da. Teresa Martins de Meneses, 4ª senhora de Albuquerque que herdou de seus pais, D. João Afonso de Meneses: - escudo esquartelado; nos 1º e 4º quartéis, as armas inteiras de Portugal, com um filete negro de contrabanda (em campo de prata cinco escudetes de azul carregados, cada de besantes de prata postos em cruz, bordadura de vermelho carregada de 7 castelos de outro e um filete de negro em contrabanda sobre todo o escudo); nos 2º e 3º quartéis, as armas antigas dos Albuquerques, em campo vermelho 5 flores de lis postas em aspa. Timbre: o das armas de Duarte Coelho, que é o leão de púrpura passante, do escudo; Elmo: de prata, aberto, guarnecido de ouro;
> Paquife: de ouro e púrpura. Da. Brites de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho, era 7ª neta de D. Afonso Sanches e sua mulher Da. Teresa Martins de Meneses."[311]

Essas são informações dos Coelhos e de seus brasões em Portugal do período transitório do fim do medievo ao início do período moderno em Portugal, que podem ser vistos nos brasões desde Duarte Coelho Pereira ao brasão do seu filho Jorge de Albuquerque, pai do Marquês de Basto. Os brasões eram sinais de *status* e destaque social, além claro, de servir de identificação de famílias influentes e com sinais de nobreza, em que na maioria das vezes tinha o reconhecimento do soberano.

Os brasões abaixo, pertenceram a Duarte Coelho Pereira e Jorque de Albuquerque o que demonstra em certa medida um reconhecimento da coroa, além da vaidade da família e a busca de projeção da família. Podemos dizer, que tanto Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário, quanto Jorge de Albuquerque seus filhos, Mathias de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho conseguiram um certo reconhecimento da coroa em vida. Curiosamente não encontramos o brasão de Duarte de Albuquerque Coelho que poderia estar no Memórias Diárias da Guerra mesmo que o livro fosse uma homenagem para Felipe IV. A história dessa família seja registrada em brasões, quanto em documentos demonstram que a ligação da história familiar está muito ligada aos interesses da corte, seja anteriormente da casa real portuguesa a partir de Duarte Coelho Pereira como mencionamos, seja na casa real de espanhola inicialmente com Jorge de Albuquerque e posteriormente com Duarte de Albuquerque Coelho, o marques de Basto. Podemos dizer, que Mathias de Albuquerque teve o reconhecimento de ambas as casas não só quando foi governador geral do Brasil por um curto espaço de tempo, como também quando foi nomeado para chefiar a guerra no Alentejo. Mathias e Duarte seguirão a defesa de caminhos distintos na restauração portuguesa, o

[311] Sobre o brasão de Jorge de Albuquerque provavelmente a fonte utilizada por Gonsalves de Mello para escrever essas informações foram retiradas de Desenho reproduzido de "*Elogios Oratórios e Poéticos dos Duques, Marquezes e Conde de Portugal*. Collegios por Diogo Barbosa Machado do anno 1489 até 1732 – Tomo I – folhas 48.

primeiro ficará ao lado dos portugueses retomando a história inicial de fidelidade de sua família, mas Duarte ficará do lado dos espanhóis onde havia buscado manter a força de sua família mesmo com a perda da capitania para os holandeses.

Imagens dos Brasões de Duarte Coelho Pereira e Jorge de Albuquerque Coelho.

Brasões de Duarte Coelho e de Jorge de Albuquerque Coelho, primeiro e terceiro donatário de Pernambuco respectivamente.[312]

Duarte e Jorge estavam ligados a casa real portuguesa e isso parece ter influenciado o posicionamento da família frente a união das coroas. Contudo, embora representantes do império português os Albuquerque Coelho sabiam que precisavam manter a diplomacia no teatro de interesses das elites ibéricas. Como primeiro donatário da capitania de Pernambuco Duarte se opôs a criação do governo geral e sempre se achou no direito de fazer em suas terras suas leis, além de sempre alegar que grande parte dos demais donatários não se faziam presente. De forma geral, podemos dizer que a criação do governo geral enfraquecia os

[312] Utilizamos aqui o primeiro brasão feito por Manuel Bandeira que depois foi utilizado para várias publicações para mostrar o brasão de Duarte Coelho, e o segundo de Jorge de Albuquerque, que foi publicado nos Anais Pernambucanos de Pereira da Costa.

poderes dos donatários, ação esta que Duarte foi contra e fez questão de combater como mostrou em seu trabalho a historiadora Vera Lucia Acioli.[313]

Com a morte de Duarte Coelho Pereira sua esposa Brites de Albuquerque assumirá o comando da capitania. Brites de Albuquerque assumiu logo após a morte de seu marido até que seu filho primogênito Duarte Coelho de Albuquerque, irmão mais velho de Jorge de Albuquerque assumisse a capitania posteriormente. Embora, não seja objeto desse trabalho, mas essa ausência historiográfica da participação de Brites frente a capitania também salta aos olhos.

Todas as vezes que Brites aparece na historiografia é como coadjuvante de Duarte, para informar que é a partir dela que a família dos Coelhos ganham mais relevância em termos de tradição familiar e por anteceder o governo de seu filho mais velho e primogênito Duarte. Além do mais, o período governado por ela pode trazer novas luzes sobre as disputas comerciais e políticas em Portugal que tinha interesse na capitania de Pernambuco. Mesmo assim, Brites de Albuquerque é sempre mencionada dentro da historiografia como uma mulher dedicada e generosa, mas pouco se problematiza o período que esteve a frente da capitania. Se a dificuldade documental de trabalhar o período colonial brasileiro é grande pela dificuldade de acesso as fontes de pesquisa que estão no exterior, essa dificuldade parece aumentar ainda mais diante dos estudos sobre as mulheres na história colonial no Brasil. O Marquês de Basto não chegou a conhecer nem seu avô Duarte Coelho Pereira (1554), nem seu tio Duarte Coelho de Albuquerque (1573), primogênito da família. Podemos dizer que a morte foi um elemento muito presente e marcante na trajetória Marques de Basto, quarto donatário de Pernambuco.

A fase em que o segundo donatário Duarte Coelho de Albuquerque esteve à frente da capitania também é um período pouco estudado pela historiografia e na maioria das vezes, em que se menciona a participação de Duarte é para relacioná-lo com a morte de dom Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir. Outro fato que geralmente a historiografia sempre aborda é dele ter nascido em Olinda, por ter ido estudar em Portugal junto com o seu pai e Jorge de Albuquerque e por voltar a ajudar sua mãe na guerra contra os índios Caetés.

Mas Duarte Coelho de Albuquerque governou a capitania de Pernambuco entre os anos de 1560 à 1572. Entre esse período, Duarte foi a capitania do Rio de Janeiro ajudar Mem

[313] ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII*. Apresentação de Denis Bernardes; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Ed. da UFPE, 1997. 232 p., il.

de Sá a expulsar os franceses no ano de 1567. Em 1572, Duarte Coelho de Albuquerque deixa seu tio Jerônimo de Albuquerque sob o comando da capitania. Pereira da Costa, coloca Duarte Coelho de Albuquerque em seu dicionário de pernambucanos célebres como "o primeiro pernambucano que ilustrou pelas armas o nome da pátria, fora da pátria, foi um dos heróis, um dos bravos soldados desta malograda batalha, uma das víctimas do enthusiasmo, e do amor da gloria".[314] Ainda segundo este historiador, Jerônimo possuía um "gênio iniciativo e empreendedor, tanto o fizera desenvolver e prosperar".[315] As informações sobre política, administração e os manuscritos escritos desse período ainda merecem ser melhor descortinados.

Duarte após o domínio militar da capitania sobre a população indígena local volta para a Europa onde logo depois seguiu para a batalha de Alcácer-Quibir, acompanhado de seu irmão Jorge de Albuquerque. É nessa batalha na África que Duarte morre.[316] Se a morte de dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir dá início a confusa sucessão do trono a formação da monarquia hispânica com ela também se inicia a sucessão do terceiro donatário de Pernambuco com Jorge de Albuquerque já que Duarte Coelho de Albuquerque morre nessa mesma guerra e ele não possuía herdeiros.

Contudo, a participação do pai do Marquês de Basto na capitania de Pernambuco se dá mesmo antes dele se tornar donatário por conta de ter ajudando sua mãe e seu irmão na participação nas guerras contra os índios. Francis Dutra, que estudou o período mencionado, revelou que pouco se sabe além da lista de governadores e capitães publicadas por Varnhagen e utiliza como justificativa para isso o fato de que os locotententes governavam por semanas e meses em breves espaços de tempo, embora tenha sido com Jorge de Albuquerque, que ocorreram mais autonomia para essas nomeações. Com mais flexibilidade, parece lógico supor, que Jorge utilizou a prerrogativa donatarial para "manter membros de sua família em postos chave, com exceção de Manuel Mascarenhas Homem, o último dos governadores durante a vida de Jorge, tudo indica que eles lhe eram parentes consanguíneos ou por afinidade".[317] A lógica dos cargos da capitania de Pernambuco serem nomeados girando em

---

[314] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p 276

[315] Idem.

[316] Idem.

[317] DUTRA, Francis A. *Notas sobra a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Revista do Centro de Estudos Históricos são os Anais Pernambucanos, que se baseou nos documentos de sesmarias que foram descobertos nos mosteiros pernambucanos.

torno de uma rede familiar dos Albuquerque Coelho, seja ela na parte administrativa da burocracia do império português, seja ela para a defesa militar da capitania, ou até mesmo na área comercial não foi uma exceção à regra, mas se encaixou perfeitamente dentro das dinâmicas dos modos de governar.[318] As redes familiares funcionavam como uma rede de proteção para a perpetuação do poder, da terra e do dinheiro. Na capitania de Pernambuco e nas demais regiões do Estado do Brasil essa estrutura estava assentada no trabalho escravo e voltado para a produção açucareira e no contrato da extração do pau brasil.

O período da jurisdição sobre o domínio de Jorge de Albuquerque é colocado pela historiografia como um período de transição, mas que ele conseguiu avançar sobre a colonização dos nativos e os melhores detalhes e informações sobre sua vida se baseiam nos registros de Frei Vicente do Salvador e na famosa narrativa épica *Naufragio Que Passou Jorge Dalbuquerque* de Afonso Luís.[319] Mafalda Soares escreveu que Jorge também participou de diversas armadas no Atlântico, Mediterrâneo e Flandes.[320] Francis Dutra destaca, que como enfermeiro-mor do Rei Dom Sebastião Jorge "lutou na frente de batalha lado a lado com seu senhor, quando, por exemplo, a cavalgadura do monarca caiu esfacelada e Jorge, de imediato, ofereceu a sua própria montaria ao soberano".[321]

Essas informações sobre a bravura e fidelidade de Jorge de Albuquerque com o Rei Dom Sebastião foi confirmada pelos contemporâneos, entre eles Bernardo da Cruz, Jerónimo de Mendonça, Miguel Leitão de Andrade e Frei Vicente do Salvador, que descreveu que "foi cativo, ferido, e aleijado de ambas as pernas, mas resgatou-se, e viveu depois muitos anos casado com a filha de d. Álvaro Coutinho, conde de Almourol, da qual houve dois filhos".[322]

Aqui cabe destacar que não foi apenas Duarte Coelho que ascendeu casando com Brites, seu filho Jorge de Albuquerque também ascendeu através do casamento que resultaram em Mathias de Albuquerquue e Duarte de Albuquerque Coelho. Na primeira parte do capítulo destacamos que Jorge foi o capitão donatário de Pernambuco que iniciou a relação com a corte de Castilha e com Filipe II conseguindo arrendamento do pau brasil. Ao que parece a

---

[318] GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Conexões imperiais régios no Brasil e Angola* (c. 1680-1730). IN: BICALHO e FERLINI. *Modos de governar: ideias e práticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005.

[319] Existem de fácil acesso o Naufragia no repositório digital Guita e José Midlin da USP, existem duas edições posteriores de livre acesso também a ser consultada na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

[320] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. p 131.

[321] DUTRA, Francis A. *Notas sobra a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*.

[322] SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p 81.

África tanto para o primeiro donatário, quanto para o segundo e o terceiro serão marcantes em suas trajetórias. Se Duarte Coelho, o primeiro donatário contribui com construção de fortificações na costa africana, além das viagens marítimas ao sul asiático e foi reconhecido por desbravar as terras da Nova Lusitânia, o seu tio e segundo donatário terá uma morte trágica assim como o rei dom Sebastião. Sua morte prematura trará Jorge de Albuquerque para comandar a capitania de Pernambuco, que será sempre lembrado pela historiografia por ter cedido seu cavalo ao rei dom Sebastião no momento de grave situação na Jornada da África e por ser Jorge pai do último donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho. A África para a família dos Albuquerque Coelho passa a ser lembrada então como um local trágico e assassino, que quase de uma vez só arrematou dois membros da família, Duarte Coelho de Albuquerque, que morrerá rapidamente na guerra e Jorge de Albuquerque, que sofrerá durante muito tempo com lesões dessa batalha, será feito de refém e terá sequelas durante o resto de sua vida.

Se a colonização portuguesa fez do comércio transatlântico de escravos um dos negócios mais rentáveis do mundo dessa época, e que tanto, os países europeus exploraram com a participação dos Albuquerque Coelho, a partir do segundo donatário de Pernambuco podemos dizer que a reação e resistência da África sobre essa família será um grande revés para a família. Embora, Jorge não tenha morrido no conflito da guerra africana de Alcácer-Quibir propriamente ele sofrerá duplamente, primeiro por ter perdido seu irmão mais velho e depois por ter sido gravemente ferido ficando de muletas por alguns meses.

Acreditamos que foi na passagem do bastão da capitania do segundo para o terceiro donatário que se instalou uma grava crise financeira no patrimônio da família Albuquerque Coelho. Sabemos que o primeiro donatário obteve com a produção açucareira uma grande vulta de recursos como vimos anteriormente, mas depois tanto com seu filho e homônimo Duarte, quanto com seu segundo filho Jorge podemos notar que os intensos ataques externos sofridos por franceses, ingleses e holandeses a capitania, assim como a guerra interna trouxeram problemas sérios para sua administração e o comércio da capitania.

Na opinião de Francis Dutra, uma das justificativas da grave crise financeira que enfrentou Jorge de Albuquerque foram os débitos deixados pelo seu irmão mais velho. Somado a isso, a família precisou desembolsar uma grande quantia de dinheiro para pagar o resgate em que Duarte e Jorge estiveram envolvidos no cativeiro. Para piorar as coisas, as rendas do pai Jorge foram congeladas por dois anos e não foram pagas em virtude dos débitos

anteriores de seu tio.[323] Para Charles Boxer, a situação econômica de Jorge é questionável porque Gabriel Soares de Sousa escreveu que "meados de 1580 que era ele reputado como dos mais ricos do Brasil, recebendo mais de 10 000 cruzados anuais de renda da sua capitania. Contudo, em 1581 Jorge chega a solicitar em caráter de urgência 6 000 cruzados a Francisco Amaral, ouvidor em Pernambuco, das rendas da capitania de sua mãe Dona Brites.[324]

Embora, tenha sido Duarte o primogênito podemos dizer que Jorge de Albuquerque foi bem mais investigado pela historiografia e que provavelmente teve um protagonismo maior na corte, talvez pela morte prematura de seu irmão em Alcácer-Quibir, mas também por ter sido retrado e referido obras manuscritas que se tornaram importantes fontes para a história de Pernambuco.[325] Podemos afirmar, que o percurso de Jorge de Albuquerque atraiu a atenção de grandes historiadores do nível de José Antônio Gonsalves de Mello, Charles Boxer e de Francis Dutra.[326] Sua trajetória é muito interessante também porque Jorge recebe a donataria de Pernambuco em virtude da morte de seu irmão e dele não possuir herdeiros. Todavia, Jorge tem um percurso muito parecido com de seu irmão, sendo filho dos mesmos pais, nascendo em Olinda, indo estudar em Lisboa com seu irmão e também voltando a capitania de Pernambuco para ajudar sua mãe no combate com os índios caetés no sertão de Pernambuco entre os anos de 1560 a 1565, mas diferente de seu irmão sobrevive a batalha de

---

[323] Carta de Jorge de Albuquerque para o Arquiduque Alberto, Lisboa, 12 de Junho de 1584, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 3, Doc. 112. C. R. Boxer Jorge de Albuquerque Coelho, págs 142-144 publicou esta carta usando a cópia datado do século XIX encontrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro).

[324] BOXER, Charles Ralph. *Jorge de Albuquerque Coelho: Duas Cartas inéditas e uma rectificação À História Trágico-Marítima*. Academia Portuguesa da História. Separata dos Anais, 11 Série, Volume 15. Lisboa. MXMLXV. p 141. O Instituto Ricardo Brennand possui essa separata em formato de Folheto, que foi um texto de Charles Boxer publicado na Academia Portuguesa da História e que o autor escreveu como acadêmico correspondente. O folheto de referência JGM F68 nesta referida biblioteca foi enviado por Charles Boxer para José Antônio Gonsalves de Mello e no verso da capa do folheto Boxer escreveu "Ao amigo e confrade ". Existe na coleção de correspondências de José Antônio Gonsalves de Mello em torno de 18 cartas de Charles Boxer para o historiador pernambucano. Algumas das cartas ele se refere inicialmente a Gonsalves de Mello como meu caro amigo... e prezado mestre..., meu caro amigo e compadre, e no final das cartas sempre se despede como seu servo... seu escravo... Em algumas cartas Boxer colocava no envelope nome de personagens como Francisco de Brito Freyre, Salvador Correia de Sá etc. As correspondências são uma demonstração do respeito de intelectuais renomados internacionalmente e da erudição do historiador Pernambucano que ajudava em dúvidas de vários estudiosos como Francis Dutra, Evaldo Cabral de Mello, José Honório Rodrigues entre outros.

[325] Existem várias obras manuscritas que mencionam Jorge de Albuquerque, mas as obras manuscritas raras que são referencias sobre o donatário são *Prosopopeia, Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque vindo do Brasil para este reyno no anno de 1565 e Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Cronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil.* Todos esses livros estão disponíveis na Biblioteca Brasiliana da USP Guita e José Midlin. IN: https://www.bbm.usp.br/pt-br/. 20 de dezembro de 2019 data do ultimo acesso.

[326] *Estudos Pernambucanos de Gonsalves de Mello, Duas cartas inéditas de Charles Boxer e Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque de Francis Dutra.*

Alcácer-Quibir, embora tenha sofrido graves ferimentos, ficado com dificuldades de locomoção que o deixou de muleta por meses.

Se por um lado, Jorge de Albuquerque tem a perda de seu irmão juntamente com o rei Dom Sebastião na Jornada da África, por outro lado, ele torna-se símbolo de sobrevivência e fidelidade a coroa porque exerceu o cargo de enfermeiro-mor na Jornada da África, esteve próximo aos cuidados do rei mesmo que em polêmica controversa, chega a emprestar seu cavalo de raça árabe quando o rei perde seu cavalo na guerra. Segundo Frei Jaboatão, antes mesmo da fatídica batalha na África Jorge gozava de "aplausos de herói na corte quando se ofereceu para acompanhar o rei".[327] Esse fato é importante porque nos revela que até então os Albuquerque Coelho estavam ligados as lutas e disputadas da casa real portuguesa. Após a morte de dom Sebastião Jorge torna-se partidário e a favor de dom Henrique em 1580. Embora, tenha tido esse tipo de posicionamento vimos na primeira parte desse capítulo que Jorge obtém de Filipe II alvará de pau brasil e toda sua fama de homem que serviu o rei é reconhecida pela corte de Castilha.

Portanto, podemos dizer que em termos familiares se seu irmão Duarte morre em 1578, ainda dois anos antes da formação da monarquia hispânica é com Jorge que nasce a relação da família com o período filipino mesmo que em sentido avesso e de resistência no que diz respeito a formação em torno da figura de Felipe II. Jorge também obteve prestígio através do casamento, assim como Filipe II que foi beneciado pela rede de casamentos dos Albuquerques Coelho também foram, primeiro no casamento de Duarte Coelho com Brites e depois de Jorge.

Sobre os casamentos, a família e os vínculos de Jorge podemos dizer que ele casará duas vezes já após a união dinástica, sendo a primeira vez a data de seu matrimônio em 1583 com dona Maria de Meneses, que era filha de Pedro da Cunha e D. Ana de Meneses. Jorge casará a primeira vez aos 44 anos de idade e desse seu primeiro casamento de Jorge com Maria ele terá uma filha chamada dona Beatriz de Albuquerque Coelho do qual segundo Francis Dutra diz que não se sabe mais nada a partir de 1591.[328] Assim como as parcas informações de sua filha também pouco se sabe sobre sua primeira esposa, que faleceu três anos após estar casada. Sobre este primeiro casamento, Mafalda Soares da Cunha dirá que "*no*

[327] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p 273 a 276.

[328] DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*, IN Studia, vol. XXXVII (Diciembre 1973), pp. 261-286.

era un demérito, pero tampoco lo elevaba, evidenciando la subalternidad de su posición en la corte."[329] Mafalda Soares da Cunha demonstra como o casamento era uma forma de articulação política e foi portanto, do seu segundo casamento em 1587 com D. Ana de Menezes, que era filha de Álvaro Coutinho que nasceram Duarte de Albuquerque Coelho, Mathias de Albuquerque e Paulo de Albuquerque Coelho. Sobre os dois primeiros filhos desse segundo casamento, a historiografia sempre tem se remetido pelos papéis importantes que eles assumiram nas questões referente ao poder militar que exerceram seja para Portugal, Espanha ou Pernambuco.

A segunda esposa de Jorge, Dona Ana de Menezes, que era filha de D. Álvaro Coutinho, que foi comendador de Almoural e neta de D. Francisco Coutinho, o Conde de Redondo, que servira à coroa como vice-rei da Índia. Além disso, a irmã de dona Ana de Menezes com quem Jorge casou era dona Maria da Silva, que foi casada com dom Manuel de Meneses, o quinto Marquês de Vila Real e o irmão dela dom Luís Coutinho foi cunhado de D. Cristóvão de Moura, primeiro Marquês de Castel-Rodrigo que foi por duas vezes vice-rei de Portugal. Todas essas relações e conexões familiares nos levam a crer que a aliança patrimonial dos Albuquerque Coelho foi uma forma de buscar ascender, enriquecimento, obter influências e se fortalecer socialmente. Em nossa pesquisa realizada em Simancas, pudemos constatar que tanto o conde de Redondo quanto o Marquês de Castel-Rodrigo e Marquês de Vila Real eram figuras importantes dentro dos assuntos referentes a Portugal sobre assuntos variados de matérias relativos ao Brasil. É provável que alguns deles tenham participado de pareceres e posicionamentos referente a guerra de Pernambuco no Conselho de Portugal. Se não participaram do Conselho em si eram acionados para ajudar pela responsabilidade política e pelo cargo nobre que exerciam.

Jorge tendo como genro de Álvaro Coutinho, pai de sua segunda esposa, sabia que ele era um homem influente na política e nas discussões de socorro militar em Portugal e que poderia trazer benefícios para sua capitania. Foi assim, quando Jorge já não estava mais vivo. No dia 16 de janeiro de 1631, Dom Diogo de Castro despachou que o executor da Câmara de Pinhel, assim como o provedor da Comarca de Lamego dessem o dinheiro dos rendimentos das tenças para Dom Álvaro Coutinho que ficou encarregado de levantar uma companhia que

[329] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria*. Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. p 147.

deveria ir de socorro ao Brasil.[330] No dia 15 de fevereiro de 1631, Diego de Castro enviou outra carta cobrando Dom Álvaro Coutinho a "brevidade com que convém que estejas nesta cidade com a gente que tiverdes alevantada pela cuja leva mandey ao provedor dessa comarca de Pinhel desse o dinheiro necessário como me avisou tinha entregue executor trezentos mil".[331] As cartas embora não contenham informações detalhadas demonstram que no primeiro ano da ocupação holandesa em Pernambuco Álvaro Coutinho terminou sendo requisitado e acionado para enviar pessoas que irão na armada de socorro ao Brasil. Um dos objetivos do recolhimento do dinheiro das tenças para Dom Álvaro Coutinho era porque ele iria levantar gente e ver alojamento.[332]

A ligação com os Coutinho parece ter sido importante para os Albuquerques Coelho porque ligava eles a parte dos Castro que tinha uma influência enorme no final do período filipino em Portugal. Manuel Coutinho por exemplo era casado com Guiomar de Castro.[333] Essa ligação com os Castro será fortalecida mais tarde com uma das filhas de Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto que contrai matrimônio com um dos Castro.

Para Mafalda Soares da Cunha, foi com Jorge de Albuquerque que a rede parental da família ganhou relevância dentro das alianças matrimoniais com a elite ibérica, das redes sociais relevantes e da riqueza financeira do período.[334] Pereira da Costa, baseado nas descrições de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão diz que "na corte gozava jorge de Albuquerque Coelho entre os aplausos de herói, as estimações de grande".[335] O fato de

---

[330]AGS, SP 1524, *Para o executor da Câmara de Pinhel dar o dinheiro das tenças do ano de Pinhel o quanto for necessário para vir Dom Álvaro Coutinho com a gente que tiver feito*. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil. *Lisboa 16 de janeiro de 1631* AGS, SP 1524, *Para o provedor da Comarca de Lamego dar do dinheiro das tenças do ano de Pinhel o quanto for necessário para vir Dom Álvaro Coutinho com a gente que tiver feito. Lisboa 16 de janeiro de 1631*. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil.

[331] AGS, SP 1524, *Para Dom Álvaro Coutinho. Para se apresentar, com maior brevidade, em Lisboa com a gente que tiver recrutado*. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil. Fls 15v-16.

[332] AGS, SP 1524, Para Dom Álvaro Coutinho servir com a gente que tem feito e a que se fez em Lamego. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil. Lisboa 16 de janeiro de 1631.

[333] AGS, SP 1517, *Consulta de Dona Guimar de Castro viúva de Dom Manuel Coutinho*. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1620. Fls 33.

[334] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. Ver a parte do artigo em que ela chama Alianzas Matrimoniais.

[335] Pereira da Costa que influenciou parte da historiografia que trata do tema como José Antônio Gonsalves de Mello e Francis Dutra também coloca Jorge de Albuquerque como um grande herói e nobre, assim como seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque, ambos irmãos nasceram em Olinda, devendo ser Duarte considerado o

possuir uma boa relação com membros influentes da elite na coroa era fundamental para os assuntos referentes a sua donataria e Jorge sabia muito bem disso. Portanto, foi com o segundo casamento que se efetuou a união dos Albuquerques Coelho com os Coutinho e os Meneses se aproximando também dos Castros e que pouco a historiografia sobre o período se desdobrou. É este casamento de Jorge de Albuquerque que possui "*linajes con indiscutibles méritos de sangre y con poderosas conexiones políticas, lo hacía a través de ramas secundarias*".[336] Ainda de acordo com Mafalda Soares da Cunha, Jorge precisava de respaldo social para dar visibilidade as suas ações e fazer conexões com a família de Ana de Meneses, que por ter pessoas relevantes aumentava seu leque de possibilidades. Sabia o donatário pernambucano

Portanto, as relações de parentesco foram importantes estratégias de mobilidade social e não resta dúvida que os laços matrimoniais de Jorge lançam suspeitas sobre essa estratégia, foram elas uma forma de buscar riqueza e se fortalecer socialmente.[337]Na historiografia foi Jerônimo de Albuquerque[338], que ganhou fama e recebeu o apelido de adão pernambucano, mas foi Jorge de Albuquerque que bate um recorde de velocidade de matrimônios. Além do seu primeiro casamento ter durado pouquíssimo tempo, já que sua primeira esposa morre três anos após o casamento, logo depois sua viuvez Jorge casa novamente em menos de um ano, ou seja, dentro de um espaço de quatro anos Jorge casa por duas vezes e nesse mesmo período não demorou um ano após o falecimento de sua primeira esposa Maria para se casar novamente.

María Inés Olara Múgica, ao investifar cavaleiros brasileiros que integraram ordens militares espanholas nos séculos XVI e XVII, constatou que houveram casos, em especial das famílias Mendoza e Saraiva que "*durante varias generacines, los matrimonios estuvieron*

---

primeiro ilustre pernambucano. Pereira da Costa utiliza como fonte para a biografia de Jorge de Albuquerque no seu dicionário de Pernambucanos Célebres Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. IN: WILLEKE, Venâncio, Frei. *Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, OFM***.** São Paulo: [s.n.], 1973. COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres***.** Edição de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 523.

[336] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. Ver a parte do artigo em que ela chama Alianzas Matrimoniais. p 147.

[337] Idem.

[338] Jerônimo Albuquerque era tio de Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque, irmão de Brites de Albuquerque e veio para a capitania de Pernambuco junto com Duarte Coelho Pereira. Ficou conhecido como o Adão pernambucano ou cisne venerando, pois era irmão de Dona Brites de Albuquerque, mulher do primeiro donatário Duarte Coelho Pereira. Agradeço aqui as correções e avaliações ainda na qualificação da professora Virgínia Almoedo.

formados por primos Hermanos que contrajeron matrimonio entre sí com dispensa papal, de tal forma que solamente existieron en la misma família dos apelidos".[339] Múgica destaca a partir desse estudo a relevância do matrimônio chegando algumas famílias a utilizar estratégias endogámicas para conservar suas raízes castellanas. A autora conclui que Pernambuco foi o local em que a "endogamia fue uma estratégia para mantener la pureza de su sangre" de algumas famílias.

Se as alianças matrimonias eram um negócio poderoso para manter o *status* social era mais importante ainda para obteção de prestígio político, conseguir regalias e possuir relações com a corte. Desta maneira, busca-se aumentar os bens patrimoniais e ascender socialmente através do matrimônio. Oliveira Lima escreveu, que Jorge ficou "aleijado e desiludido dos sonhos de poderio bélico, procurou a tranquilidade do matrimónio".[340] Curiosamente Oliveira Lima relata que Jorge possuiu um filho mameluco ilegítimo chamado Manuel de Oliveira que foi vigário geral na Várzea e embora Francis Dutra, Charles Boxer, Mafalda Soares e outros historiadores tenham tratado do assunto é apenas Oliveira Lima que traz essa informação do pai do Marques de Basto.[341]

Cabe ressaltar, que boa parte da historiografia brasileira constatou a importância no matrimônio com Brites de Albuquerque para dizer que foi nesse período que começou o reconhecimento como uma família nobre, mas foi Mafalda Soares da Cunha, que afirmou que "*Jorge de Albuquerque fue el principal responsable de la consolidación en Lisboa de unas redes de parientes socialmente relevantes*".[342] Essa busca por casamentos importantes dentro do círculo político e militar era fundamental para conquistar qualidades sociais e para a governação dentro dos impérios ibéricos. A historiadora descataca que "as nomeações para

---

[339] Texto apresentado no III Congresso da ABRASP (Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia é um bom exemplo que cabe relacionar aqui com os Albuquerques Coelho, embora estes tenham mais prestígio político. A partir de documentos sobre a concessão de ordem cavalheiresca para Don Manuel de Mendoza, Don Bartolomé de Mendoza e Jerónimo de Mendoza a autora desmonstra como a família buscava a pureza de sangue. Para essa autora a família dos Mendoza é um exemplo de obres de origem castelhana que estiveram no Brasil IN: MÚGICA, María Inés Olaran. *Los Brasileños en las órdenes militares españolas: caballeros de Pernambuco*. Texto disponível em file:///C:/Users/Hugo%20Vieira/Downloads/Dialnet-LosBrasilenosEnLasOrdenesMilitaresEspanolas-3927517%20(2).pdf, último acesso 10 de janeiro de 2020. Agradeço ao historiador José Manuel Santos Pérez por disponibilizar esse texto. p 3, 20

[340] LIMA, Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Leipzig [Alemanha]: F.A.Brockhaus, 1895. p 22.

[341] Idem. Francis Dutra traz essa informação a partir de Oliveira Lima. Diz Oliveira Lima o seguinte: "Jorge teve antes um filho ilegítimo em Pernambuco: "*Manuel d'Oliveira mameluco que dizem ser filho e filha de indi da India e de brasilia o qual ora dizem posuar em casa do guardes vigário da Varzea*". p 22.

[342] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano.

postos de governo e de chefia militar do Império deviam ser cometidas a pessoas detentoras do estatuto de fidalguia".[343]

Embora, com toda essa produção historiográfica e a análise que inserimos, o fato é que a caracterização dos Albuquerque Coelho ainda é algo a ser feito, embora o período seja longo e a documentação seja vasta, dispersa e volumosa. Nesse sentido, mesmo que a ausência de Jorge na capitania de Pernambuco diferentemente de seu pai Duarte Coelho Pereira, que chegou a reclamar da ausência dos donatários nas capitanias seu patrocínio religioso foi importante na conquista e na ajuda da ordem pública e dos bons costumes já que "a*l difundir este tipo de apoyos se estaba comportando como cualquier señor jurisdiccional de las metrópolis ibéricas donde esa práctica era absolutamente común,*"[344] ajudava a obter reconhecimento social em Portugal como um ato nobre e de mecenas, além de demonstrava a coroa que sua responsabilidade donatarial de ocupar, povoar a defender estava sendo realizado.

Se dom Francisco de Sousa foi responsável pela instalação dos beneditinos na capitania de São Paulo Jorge de Albuquerque foi um dos responsáveis a fundar os conventos de São Francisco em Olinda e também de Igarassu, o convento de São Bento em Olinda e por ter sido o primeiro a introduzir o teatro em Pernambuco com a peça "O rico avarento e o lásaro pobre*"*.[345] Uma característica de Jorge que é sempre colocada pela historiografia é de sua contribuição religiosa, pelo fato de ter incentivando a fundação dos Capuchinhos do Brasil e dos Carmelitas e Beneditinos de Olinda.

Alguns estudos históricos apontam para a morte de Jorge no ano de 1596. Com a morte do seu paqi Duarte de Albuquerque Coelho ficou órfão aos cinco anos de idade e Mathias de Albuquerque com apenas um ano. A data da morte de Jorge é controversa como escreveu Francis Dutra. Estimativas variam entre os anos de 1590 a 1605, embora mais tarde José Antônio Gonsalves de Mello tenha limitado esse período entre 1600 a 1603.[346] Segundo

---

[343] CUNHA, Mafalda Soares da. *Governo e governantes do Império português do Atlântico* (século XVII). IN: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005. p 74.

[344] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. Mafalda utiliza como referencia historiográfica para demonstrar essa questão a seguinte obra: ATIENZA LÓPEZ, Ángela. *La apropiación de patronatos conventuales por nobles y oligarcas em la España Moderna*, IN Investigaciones Históricas, 28 (2008), pp. 76-116.

[345] Idem.

[346] O melhor estudo sobre a morte de Jorge de Albuquerque foi realizado por Francis Dutra. IN: DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*, IN Studia, vol.

Pereira da Costa, embora os cronistas de seu tempo não tenham registrado a morte de Jorge de Albuquerque ele se baseia que ela ocorreu em 1596 justificando que a nomeação de Manuel Mascarenhas Homem feita nesse período por Jorge, mas no outro ano foi destituído entrando no lugar o bispo Antônio Barreiros para administrar a capitania sem ser por sua indicação. A lógica que Pereira da Costa utiliza é que essa nomeação era indicação do donatário ao rei e como a primeira foi realizada por Jorge e a segunda nomeação não. Então, Pereira da Costa pensou que a segunda nomeação em 1597 Jorge já não estava mais vivo. Embora, muito da produção de Francis Dutra tenha se baseado nas informações de Pereira da Costa no tocante a esse assunto, o historiador pernambucano irá escrever que a morte tenha ocorrido em 1591 enquanto que Francis Dutra irá apontar para o ano 1601.[347]

A data do ano da morte de Jorge não nos parece tão relevante no que toca a sucessão da donataria, embora Duarte seja seu sucessor natural por ser primogênito. Contudo, quando Jorge morre Duarte de Albuquerque Coelho ainda era menor de idade, o que torna mais um problema de lacuna para a história de Pernambuco mesmo com a contribuição dos textos de Francis Dutra. Quem governou e como foi esse curto espaço de tempo da menoridade de Duarte é algo que também deve ser mais explorado. Sabemos através dos estudos de José Antônio Gonsalves de Mello, que Duarte assume a jurisdição da capitania no dia 2 de julho de 1630 quando ele tinha apenas 39 anos[348] e como ele era menor de idade a data de morte de Jorge não altera a sucessão da donataria, mas traz outros problemas. Como ficaria a capitania até sua "posse" ou como fica Duarte após ficar órfão e ainda por cima com a família endividada, pois como vimos seu tio Duarte quando morre e passa a capitania para seu pai com graves problemas financeiros em virtude do gasto com o resgate e pelos anos iniciais de seu pai não receber da coroa a porcentagem da capitania em virtude das dívidas anteriores realizadas pelo seu tio. No próximo capítulo, tentaremos problematizar e aprofundar a questão referente a menoridade de Duarte e dos antecedentes do período anterior a invasão das Índias Ocidentais ou do que poderíamos chamar de pré-guerra de Pernambuco.

XXXVII (Diciembre 1973), pp. 261-286. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos*. Universidade do Recife, Recife, 1960.

[347] Em uma das cartas da oriundas da coleção de José Antônio Gonsalves de Mello Francis Dutra pergunta se Gonsalves de Mello já leu o seu artigo e pergunta se tem considerações a serem feitas. A carta data de 15 de janeiro de 1970.

[348] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos*, págs. 12-13. A carta de doação de Duarte de Albuquerque Coelho é encontrável em ANTT, Chancelaria de Filipe II, liv. 15, fols. 22v-27v.

O que tentamos nesse capítulo foi, de certa maneira, demonstrar através da genealogia dos Albuquerques Coelho, que a família tinha uma característica de bons serviços militares prestados a corte, assim como serviços burocráticos antes mesmo de Duarte Coelho Pereira, que inicia o processo colonizador. A família dos Albuquerques Coelho construiu um histórico de confiança e fidelidade a coroa por um lado e por outro lado obteve através do matrimônio uma aproximação com a nobreza portuguesa para obter o respeito da casa real. Essa característica foi ainda preservada pelo Marques de Basto que serviu em Pernambuco, participou de discussões políticas dentro do Conselho de Portugal assistindo Felipe IV e casando uma de suas quatro filhas com o conde de Castro, que foi governador de Portugal. Contudo, os Albuquerque Coelho sabiam, que os mais de cento e cinquenta anos de fidelidade a coroa com serviços prestados em guerras não era a única característica necessária para se tornarem nobres, então através dos enlaces matrimoniais buscaram obter reconhecimento social para fortalecer o perfil de fidalguia.

Mafalda Soares da Cunha lança interessantes olhares sobre os Albuquerque Coelho em um artigo e tenta demonstrar que o *ethos* nobiliário das famílias portuguesas tinha três características principais de fidalguia que eram o serviço militar, a linhagem e o catolicismo, sendo este último um importante artifício social. Essas três características de nobreza no Portugal moderno foi uma tônica para buscar a manutenção de privilégios, obtenção de reconhecimento social e para se relacionar com a elite, bem como influenciar na corte. O senhorio jurisdicional dos Albuquerques Coelho situado no Brasil, local que não tinha grande relevância política no jogo de xadrez da América para a península ibérica, por outro lado de grande importância geoestratégica devido as invasões holandesas no Atlântico. Os donos de Pernambuco usaram de estratégias próprias para se relacionar com a elite e o revezamento do uso de seus sobrenomes, que por vezes, mudavam apenas de ordem apenas para manter o *status* familiar. A perpetuação do sobrenome utilizado pelos Albuquerque Coelho é uma característica da nobreza, tendo em vista que geralmente os grupos familiares, desde a baixa idade média, quando adquirem certa importância tendem a reproduzir em torno de um único nome para que seu *status* social ganhe força e fique de fácil associação e assimilação. A repetição dos nomes dos Filipes é um bom exemplo, embora tenham ocorrido acasos de morte nas sucessões, mas não deixam de ser demonstrações dessa busca pela perpetuação do poder em torno da família.

Dessa maneira, os Albuquerques Coelho sabiam do desafio que a família represetava e que continuava girando em torno de um único sucessor dentro da coroa e dos bens que dela

vinculados.[349] Embora, estratégia de nome incomum como pontua Mafalda, os Albuquerque Coelho souberam fazer isso muito bem e por isso na opinião dessa historiadora a única família que tem um reconhecimento de duas pessoas dentro de uma mesma geração dentro na separação da formação hispânica foram os Albuquerque Coelho pelos títulos concedidos de conde de Alegrete em 1644 para Mathias de Albuquerque e de Marquês de Basto para Duarte de Albuquerque Coelho em 1646.

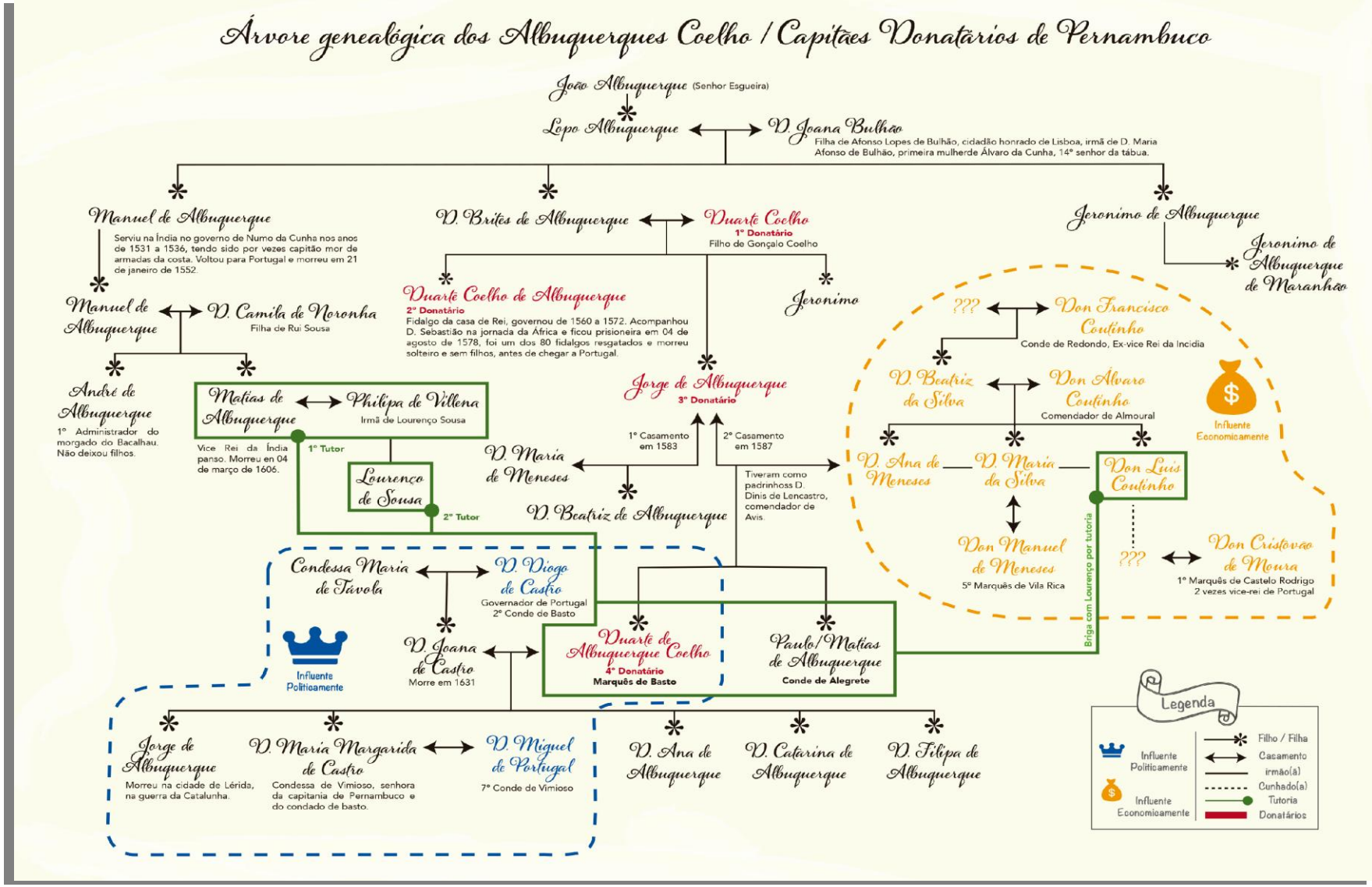
Duarte de Albuquerque Coelho chegou recebeu o título de Marques de Basto por Felipe IV e Mathias de Albuquerque recebeu o títuto de Conde de Alegrete. Esses títulos nobiliárquicos são demonstrações de reconhecimento militar e político dos Albuquerques Coelho na última geração donatarial de Pernambuco. Essas relações familiares foram decisivas para a administração da capitania de Pernambuco e nos permitem fazer múltiplas conexões com a sociedade de corte, bem como a nobreza no reino. Esses títulos também são acontecimentos curiosos dentro do contexto da restauração portuguesa, de um lado o Marquês de Basto adquire reconhecimento de Filipe IV e do outro o Conde de Alegrete adquire reconhecimento de Portugal.

Vimos ao longo desse capítulo, que os Albuquerques Coelho tiveram uma longa prestação de serviço militar a coroa, fundaram conventos, igrejas e se aproximaram da corte contraindo interessantes matrimônios para melhorar e reforçar de sua linhagem familiar. Vimos que mesmo no início da formação da Monarquia Hispánica Filipe II precisou tratar dentro da imensidão do seu império questões relativas a Pernambuco e do donatário Jorge de Albuquerque. Nesse capítulo buscamos demonstrar as conexões de Pernambuco com a Monarquia, destacamos sua posição privilegiada no Atlântico Sul e analisamos como a história familiar também é importante para compreensão das dinâmicas políticas e sociais das coroas ibéricas em seu tempo e espaço.[350] Esperamos ter conseguido demonstrar que os Albuquerques Coelho conseguiram através do serviço militar, das estratégias matrimoniais e dá prática da boa fé do catolicismo se inserir no padrão de valores sociais que deveriam ser reconhecidos pelo reino para obter fidalguia e prestígio político. Após esse capítulo problematizaremos a preparação da capitania para as guerras holandesas.

---

[349] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano. p 132, 133 e 134. Essa historiadora menciona que há um grupo de investigação sobre esse assunto com um projeto chamado “Circulação, patrimônio e poder de elites na Monarquia Hispânica (1640-1715) de referência ((HAR2009 – 12963-C03-01)

[350] Idem.


Árvore genealógica dos Albuquerques Coelho / Capitães Donatários de Pernambuco
João Albuquerque (Senhor Esgueira)
Lopo Albuquerque
D. Joana Bulhão
Filha de Afonso Lopes de Bulhão, cidadão honrado de Lisboa, irmã de D. Maria Afonso de Bulhão, primeira mulherde Álvaro da Cunha, 14º senhor da tábua.
Manuel de Albuquerque
Serviu na Índia no governo de Numo da Cunha nos anos de 1531 a 1536, tendo sido por vezes capitão mor de armadas da costa. Voltou para Portugal e morreu em 21 de janeiro de 1552.
D. Brites de Albuquerque
Duarte Coelho
1º Donatário
Filho de Gonçalo Coelho
Jeronimo de Albuquerque
Jeronimo de Albuquerque de Maranhão
Manuel de Albuquerque
D. Camila de Noronha
Filha de Rui Sousa
Duarte Coelho de Albuquerque
2º Donatário
Fidalgo da casa de Rei, governou de 1560 a 1572. Acompanhou D. Sebastião na jornada da África e ficou prisioneira em 04 de agosto de 1578, foi um dos 80 fidalgos resgatados e morreu solteiro e sem filhos, antes de chegar a Portugal.
Jeronimo
???
Don Francisco Coutinho
Conde de Redondo, Ex-vice Rei da Incidia
André de Albuquerque
1º Administrador do morgado do Bacalhau. Não deixou filhos.
Matias de Albuquerque
Philipa de Villena
Irmã de Lourenço Sousa
Vice Rei da Índia panso. Morreu en 04 de março de 1606.
1º Tutor
Jorge de Albuquerque
3º Donatário
D. Beatriz da Silva
Don Álvaro Coutinho
Comendador de Almoural
Influente Economicamente
1º Casamento em 1583
2º Casamento em 1587
D. Maria de Meneses
D. Beatriz de Albuquerque
Tiveram como padrinhoss D. Dinis de Lencastro, comendador de Avis.
D. Ana de Meneses
D. Maria da Silva
Don Luis Coutinho
Lourenço de Sousa
2º Tutor
Don Manuel de Meneses
5º Marquês de Vila Rica
???
Don Cristóvão de Moura
1º Marquês de Castelo Rodrigo
2 vezes vice-rei de Portugal
Briga com Lourenço por tutoria
Condessa Maria de Távola
D. Diogo de Castro
Governador de Portugal
2º Conde de Basto
Influente Politicamente
D. Joana de Castro
Morre em 1631
Duarte de Albuquerque Coelho
4º Donatário
Marquês de Basto
Paulo/Matias de Albuquerque
Conde de Alegrete
Jorge de Albuquerque
Morreu na cidade de Lérida, na guerra da Catalunha.
D. Maria Margarida de Castro
Condessa de Vimioso, senhora da capitania de Pernambuco e do condado de basto.
D. Miguel de Portugal
7º Conde de Vimioso
D. Ana de Albuquerque
D. Catarina de Albuquerque
D. Filipa de Albuquerque
Legenda
Influente Politicamente
Influente Economicamente
Filho / Filha
Casamento
irmão(ã)
Cunhado(a)
Tutoria
Donatários

Capítulo 2 - Os preparativos para a guerra holandesa

O segundo capítulo, *Os preparativos para a guerra holandesa,* tem como objetivo demonstrar o que ocorreu com a capitania de Pernambuco entre a morte de Jorge de Albuquerque Coelho até a maioridade de Duarte de Albuquerque Coelho, futuro Marquês de Basto e Conde de Pernambuco, quarto donatário na linha sucessória da capitania. Na primeira parte, *A menoridade de Duarte de Albuquerque Coelho,* problematizaremos a tutoria de Duarte, a questão jurisdicional e o contexto político *ante bellum*. Na segunda parte, *Mathias de Albuquerque e os antecedentes da invasão neerlandesa*, abordaremos o percurso de Mathias de Albuquerque na organização da resistência e sua contribuição na defesa do Estado do Brasil. Aqui nesse capítulo problematizamos os conflitos jurisdicionais com a sucessão de Duarte de Albuquerque Coelho e a relação de sua tutoria com a Monarquia Hispânica. Demonstrar como o império espanhol sob o reinado de Filipe III buscaram combater os hereges holandeses e tratar de parte da trajetória de Mathias de Albuquerque quando o mesmo está como governador da capitania de Pernambuco. Na terceira parte mostramos como a Monarquia buscou esteve ligada aos Albuquerques Coelho e qual a situação política da monarquia na crise do período Filipino, buscando analisar qual o papel reservado a Pernambuco no projeto dos Habsburgos.

2.1- A menoridade de Duarte de Albuquerque Coelho

"Señor,
Jorge de Albuquerque, que foi capitão e governador de Pernambuco,
no estado do Brasil, dexou, por seu falecimento dous filhos
e por tutor deles a Mathias de Albuquerque seu primo,
que foi Viso Rey da India, falleçendo, o ditto Mathias de Albuquerque
seu primo, instituyo por seu erdeiro ao menos destes seus sobrinhos,
e pidio em seu testamento, a dona Philippa de Vilhena sua mulher
que se emcarregue de o ter consigo, e a seus testamentarios que
pedissem a V. Mgd. que mandasse dar ao mayor (cuja fazenda he de
importância) tal tutor que o criasse como convinha, elle acreçentesse
sua fazenda...[351]

(Archivo General de Simancas)

[351] AGS, SP 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

2.1- A menoridade de Duarte de Albuquerque Coelho

De acordo com parte da historiografia, que trata do tema da jurisdição no Império Ultramarino Português, administração, justiça e território possuem uma relação íntima no que se refere aos estudos coloniais.[352] Isso significa dizer, que ao investigar as relações de poder das capitanias do Estado do Brasil, sua história e ocupação, o historiador precisa estar atento a complexa relação entre justiça e administração, e que ambas fazem parte do *corpus* governativo do estado.[353] Estado, que se aproxima e começa a ganhar corpo ao que compreendemos hoje quanto ao conceito de Estado Moderno, que emerge inclusive no Antigo Regime quando passa a diferenciar o significado inicial *Staat* (estado), que ainda estava vinculado a situação do ser humano ou estado humano.[354]

Pedro Cardim, explica que "administração" ainda é um termo vago no Antigo Regime e intricado porque estava relacionado a casa, ao sacramento, a cidade, a justiça, ao dote, ao reino e ao patrimônio.[355] Ainda de acordo com este historiador, a mesma complexidade e variação ocorre com o termo "governo", que esteve muito vinculado as questões eclesiásticas, o governo das almas por exemplo.[356] No *Tesoro de la Lengua Castellana*, Covarrubias define administrar como verbo latino de "*administrare, beneficiar, o tratar, hazienda, persona o republica, y los que tienen los tales cargos se llaman de administradores*" e o ato de governar

---

[352] MENEZES, Mozart Verghetti de. *Jurisdição e Poder nas Capitanias do Norte (1654-1755*). Saeculum, Revista de História, João Pessoa, jan-jun, 2006. p 24. Embora textos com objetos distintos e até com objetos de investigação diferentes, mas outros autores além de Mozart Menezes corroboram com essa afirmação. São eles: BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: Universidade dos Açores, CHAM, cap. 2, 2008, p.83 – 128. CAMARINHAS, Nuno. *O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800)*. Almanack Braziliense. N. 09, maio, 2009, p 86-102. CUNHA, Mafalda Soares da. & NUNES, Antônio Castro. *Territorialização e Poder na América Portuguesa. A criação de comarcas*. Séculos XVI-XVIII. In.: Tempo. Niterói, online, vol. 22, n. 39, p. 01-30, jan-abr, 2016. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII.* Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

[353] CARDIM, Pedro. *La jurisdición real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVII): reflexiones sobre a la historiografía*. p 13. IN: PÉREZ, Francisco José Aranda (coord.) e RODRIGUES, José Damião (coord.). *De Re Publica en los reinos ibéricos em la primera modernidade*. Espanha: Editora Silex, 2008. P 349-388.

[354] KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos Conceitos. Problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos. RJ, vol 5, n. 10, 1992, p. 144.

[355] CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

[356] Segundo Pedro Cardim, a referência governo das almas usada no Antigo Regime é oriunda da Idade Média. IN: SENNELART, Michel. *Les arts de gouverner*. Du regimen medieval au cconcept de gouvernment. Paris: Seuil, 1995. p 111. CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

já aparece vinculado a questões de administração do reino. Em Convarrubias, a principal definição para governar é "*se dize governar, por regir, encaminhar, y administrar, o la republica, o personas y negócios particulares, su casa y su personsa*".[357] Nesse sentido, embora os termos sejam ambivalentes, já existia "a atividade governativa, entendida como ação da coroa no sentido de gerir alguns aspectos do funcionamento do reino".[358]

Portanto, administração e justiça andaram de mãos dadas a serviço do governo, mas o corpo do reino estava separado entre a Coroa e suas colônias pela complexidade do ultramar. O governo seria então, um conjunto de funções, o *gubernaculum* evocava "fundamentalmente, as funções militares e diplomáticas da Coroa, ao mesmo tempo que remetia para a gestão de um patrimônio em função de um mandato direto emanado da pessoa régia".[359] Toda essa complexidade é importante, para demosntrar que nas sociedades do Antigo Regime, não existia *uma*, mas *várias* funções e dispositivos, que na maioria das vezes seria definido em torno do poder jurisdional.[360]

Os estudos a respeito da justiça no Brasil colonial têm sido influenciados pela historiografia do direito no Antigo Regime, em sua maioria, pela obra do historiador português do direito, Antônio Manuel Hespanha, que demonstrou que a *práxis* da administração no ultramar não deixa de ser uma forma de poder jurisdicional.[361] Fernando Bouza, destaca que "devemos a António Manuel Hespanha a melhor exposição dos termos em que se movia o poder jurisdicional dos senhores em Portugal no início da Idade Moderna".[362] Seguindo o estudo pormenorizado de Hespanha, Virgínia Almoedo demonstra como o poder senhorial dos capitães donatários nas capitanias do Estado do Brasil incluía parte do poder jurisdicional, mas não sua totalidade, pois eles não exerciam a justiça por si mesmos já que

---

[357] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 15v – 445.

[358] CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p 52.

[359] CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p 52.

[360] CARDIM, 2005, op. cit. p 54.

[361] CARDIM, 2005, op. cit. p 56. É notória a influência de Antônio Manuel Hespanha sobre Pedro Cardim, tanto a perspectiva foucaultiana da história, quanto as noções específicas de problematização do direito no Antigo Regime. A obra mais influente de Hespanha é HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII.* Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

[362] ÁLVARES, 2008. Op. cit. p 134.

precisavam eleger ouvidores para tal ofício por períodos de três anos, mas que seu poder esteve intimamente relacionado com a justiça.[363]

Por sua vez, Pedro Cardim alerta que os conflitos jurisdicionais entre o Conselho Ultramarino, criado para resolver problemas no ultramar (nas conquistas), com outros órgãos da coroa, como o Desembargo do Paço e o Conselho da Fazenda, foram recorrentes.[364] Com as mortes de Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque, em virtude da batalha de Alcácer-Quibir, que deixaram seus dois filhos Duarte de Albuquerque Coelho e Paulo de Albuquerque, nomeado posteriormente como Mathias de Albuquerque, órfãos de pai e mãe, abria-se espaço para uma situação jurisdicional em que a capitania até o momento não havia passado. Quem deveria ficar a frente da capitania de Pernambuco enquanto Duarte e Paulo eram menores de idade? Quem deveria ter a tutoria do futuro donatário de Pernambuco?

Quem ficou com a guarda dos filhos de Jorge foi o primo Mathias de Albuquerque, que foi vice-rei da Índia. A família de Mathias tinha muitos anos de serviço prestado a casa real portuguesa e Manuel de Albuquerque, um dos irmãos de Dona Brites era seu avô. Cabe aqui, um adendo a história dos Albuquerques Coelho. É que, ainda falta um estudo por parte da ramificação dos Albuqueques, que não foi estudada pela historiografia brasileira, que é a participação e a trajetória dos descentes de Manuel Albuquerque. Manuel era irmão de dona Brites, mas a historiografia brasileira terminou investigando a história que envolveu Dona Brites seu irmão Jerônimo de Albuquerque e os que vieram ao Brasil. Mas a ramificação da família de Manuel de Albuquerque, que serviu na Índia, ainda precisa ser melhor relacionado aos Albuquerques Coelho de Pernambuco. A perspectiva da história conectada tem demonstrado, que múltiplas conexões ocorrem mesmo que personagens não estivessem no local.

O fato é que, o neto de Manuel de Albuquerque, Mathias de Albuquerque, embora não tenha estado no Brasil teve uma importância na relação com os Albuquerques Coelho de Pernambuco, pois havia dado continuidade aos serviços da família na conquista portuguesa na China e no oceano Índico. Mathias de Albuquerque chegou a ser vice-rei da Índia e como homem de guerra influente pelos serviços prestados, além de ter proximidade com Jorge de

---

[363] ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de**.** *PALAVRA DE REI ...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese de Doutorado em História UFPE-CFCH. Recife, 2001.

[364] O historiador utiliza o embate entre Tomé Pinheiro do Desembargo do Paço e João Delgado Figueiredo do Conselho Ultramarino para demonstrar como os conflitos jurisdicionais foram recorrentes. CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p 45.

Albuquerque e por isso foi quem obteve a guarda de seus filhos. Contudo, após cinco anos da morte de Jorge, Mathias de Albuquerque também faleceu e sua esposa dona Phillipa de Villena terminou passando a tutoria de seus "filhos de criação" para seu irmão Lourenço de Sousa. Mathias e dona Phillipa não tiveram filhos e com o falecimento do vice-rei entrou para o convento e por isso entregou a guarda dos filhos de Jorge para seu irmão.

Porém, Loureço de Sousa não tinha laços de consaguinidade com os Albuquerques Coelho, apenas era irmão da mãe de criação de Duarte e Paulo (Matias). Mas existiam familiares consanguíneos da relação dos Albuquerques Coelho com os Coutinho que estavem vivos. Foi dessa maneira, que os filhos de Jorge terminaram sendo cobiçados por terem no futuro uma "fazenda de importância[365]", que no caso era a capitania de Pernambuco.

Um documento chave que revela essa questão jurisdicional da referida sucessão de Jorge de Albuquerque na capitania é o documento que trata da tutoria de seus filhos Duarte e Paulo (Mathias) com a morte do vice-rei da Índia que está em Simancas. Trata-se de um documento, em que a coroa confirma a adoção de Duarte de Albuquerque Coelho e Paulo de Albuquerque para Lourenço de Sousa.[366] Curiosamente, Lourenço ganhou a tutoria mesmo sem laços de consaguinidade com os Albuquerques Coelho a não ser como agregado dos Albuquerques em virtude do casamento de sua irmã, dona Philippa com o vice-rei da Índia.

Quem melhor debateu o assunto específico da morte de Jorge de Albuquerque e da tutoria de seus filhos foi Francis Dutra nos anos 1960.[367] Embora, tenha se ocupado em tratar mais da data de falecimento de Jorge de Albuquerque e de parte de sua trajetória, o historiador estadunidense não se aprofundou na questão que resultou na tutoria para Lourenço de Sousa. Os acontecimentos levantados por Dutra trouxeram informações pioneiras que continuam trazendo luz sobre o tema. O historiador chega a debater a data de morte de Jorge de Albuquerque, chegando a conclusão que ocorreu no dia 1 de junho de 1601, encherga que a capitania de Pernambuco perdeu muito por Jorge de Albuquerque ficar afastado da capitania

---

[365] No documento o conselho tratando do assunto fala: "cuja fazenda é de importância".... IN: AGS, SP 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

[366] AGS, SP 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

[367] Nesse artigo de Francis Dutra o mesmo agradece em nota no artigo a José Antônio Gonsalves de Mello pelas indicações de fontes no Archivo General de Simancas e na separata do acervo de Gonsalves de Mello no Instituto sobre a capa F. Dutra escreveu: "Ao professor José Antônio Gonsalves de Mello homenagem de minha grande admiração e grata amizade. Francis Dutra". IN: DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973. (Separata de STVDIA – Revista Semestral-No 37- Dezembro 1973).

durante 20 anos e também por não ter mão firme em sua direção, embora elogie sua atuação no sertão na guerra contra os indígenas, responsabiliza Jorge pela corrupção feita por Diogo Botelho. Sobre a tutela de seus filhos, Francis Dutra não aborda as instituições que estiveram envolvidas no conflito jurisdicional, nem faz conexão das pessoas que buscaram obter a guarda e a gerência dos bens de Duarte e Paulo de Albuquerque, que foram Dom Luis Coutinho e Lourenço de Sousa.

Antes de destrinchar e retomar as questões específicas que estão no documento, cabe lembrar a respeito da questão sucessória da capitania de Pernambuco, que por se tratar de uma capitania hereditária, o patrimônio donatarial estava regido e com as orientações iniciais em sua carta de concessão, que como sabemos teve início com a primeira carta de doação a Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário de Pernambuco. Como se sabe, a carta de doação diz que a capitania era hereditária devendo ser transmitida de pai para filho, ficando vedada a qualquer extrangeiros administrá-la sem concessão régia. Na carta de doação, fica claro que "os filhos e filhas legítimos poderiam ser nomeados, mas que havendo filho legítimo varão do mesmo grau, não suceda a filha".[368] Em um dos itens ou parágrafos da primeira carta de doação a Duarte Coelho Pereira podemos verificar boa parte das informações referente a sucessão da capitania, diz ela:

> "Esta capitania e governança e recebido e bens dela hei por bem e me apraz que se herde e suceda de juro e de herdade para todo sempre pelo dito capitão e governador e seus descendentes filhos e filhas legítimos com a tal declaração que enquanto houver filho legítimo varão do mesmo grau, não suceda filha posto que seja de maior idade que o filho e não havendo macho ou havendo-o e não sendo em tão propínquo grau ao último possuidor como a fêmea que então suceda a fêmea e enquanto houver descendentes legítimos machos ou fêmea que não suceda da dita capitania bastardo machos e fêmeas, não sendo porém de danado coito, e sucederão pela mesma ordem dos legítimos, primeiro os machos e depois as fêmeas em igual grau, com tal condição que se o possuidor da dita capitania a quiser antes deixar a um seu parente transversal que aos descendentes bastardos, quando não tiver legítimos, o possa fazer e não havendo descendentes machos nem fêmeas legítimos nem bastardos da maneira que dito é, em tal caso sucederão os descendentes machos e fêmeas, primeiro os machos, e, em defeito deles, as fêmeas, e não havendo descendentes em ascendentes sucederão os transversais pelo modo sobredito sempre primeiro os machos que foram em igual grau em depois as fêmeas e no caso dos bastardos o possuidor poderá, se quiser, deixar a dita capitania a um transversal

[368] ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83. A carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho é um documento disponível e transcrito em linguagem portuguesa atual, data de 05 de setembro de 1534 em *História da colonização portuguesa do Brasil***:** edição monumental comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto [Portugal]: Litografia Nacional, 1921-1926. t II, p 312-313. Utilizamos a transcrição desse importante trabalho. Mas também é possível encontra-lo no anexo do artigo de Eurico de Ataíde Malafaia. IN: MALAFAIA, Eurico de Ataíde. Duarte Coelho e Beatriz de Albuquerque, Raízes de Pernambuco. Academia Portuguesa de História. A intervenção do Acadêmico foi realizada em Lisboa, no dia 02 de Julho de 2003.

> legítimo e tirá-la aos bastardos, posto que sejam descendentes e muito mais propínquo grau, e isto hei assim por bem sem embaraço da lei mental que diz que não sucedam fêmeas nem bastardos, nem transversais, nem ascendentes porque sem embargo de todo me apraz que nesta capitania sucedam fêmeas, bastardos, não sendo coito danado, e transversais e ascendentes do modo já declarado".[369]

Embora, o trecho do documento seja extenso é ele o primeiro documento com informações detalhada da sucessão donatarial da capitania de Pernambuco. Em suma, a sucessão da capitania deveria iniciar pelo filho homem primogênito, mas havia também informações a respeito da questão de filhas mulheres e bastardos, que não era o desejo do rei. Essa sucessão já havia ocorrido de Duarte Coelho Pereira para Duarte Coelho de Albuquerque e dele para seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho.

É importante ressaltar que a jurisdição donatarial tinha como um de seus pilares a Lei Mental, porém na própria carta régia de doação da capitania Dom João escreve: "derrogo a lei mental e quaisquer outras leis, ordenações, direitos, grosas e costumes, que em contrário disto haja ou possa haver por qualquer via e modo que seja".[370] Sobre essa questão donatarial, Antônio Manuel Hespanha traz interessantes reflexões quando trata do quarto princípio estabelecido pela Lei Mental no *Direito Luso-Brasileiro no Antigo Regime,* informando que os bens da Coroa permaneciam pertencentes a ela, mesmo os bens doados, eles nunca perdiam essa natureza nem se radicavam no patrimônio do donatário, assim as doações precisariam que fossem confirmadas periodicamente ou renovadas.[371] Ao seguir essa lógica da Lei Mental, explicada por Hespanha, a doação da capitania não deveria deixar de ser um bem da Coroa, mas concomitantemente e até contraditoriamente tinha a característica hereditária. Ou seja, hereditária desde que a palavra do rei ao final fosse renovada.

Um dos trabalhos que melhor pensou essa questão, problematizando a organização jurisdicional da capitania de Pernambuco em sua amplitude no período colonial, em que aborda o poder senhorial na centralização do poder monárquico foi a tese da historiadora Virgínia Almoedo.[372] Nela, a professora demonstra como as contribuições teóricas de Manuel Hespanha ajudam a pensar na prática os choques de jurisdição. Sendo assim, Virgínia faz uma análise sobre o conflito do poder territorial com o poder jurisdicional, demonstrando que ao

---

[369] Idem. ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83.

[370] Idem. ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83.

[371] HESPANHA, A. Manuel. *Direito Luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p 320.

[372]ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de**.** *PALAVRA DE REI...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese de Doutorado em História UFPE-CFCH. Recife, 2001. p 76.

mesmo tempo que o poder senhorial foi se enfraquecendo em Portugal no ultramar nem sempre ocorria da mesma maneira, assim como nem sempre a lei era palavra morta.

A historiadora demonstra que a palavra de rei era fundamental porque no quarto princípio da Lei Mental consta "a necessidade de confirmação das doações, cujo objetivo era o de se verificar se os preceitos da sucessão estavam sendo cumpridos e provocar no donatário o reconhecimento da autoridade real".[373] Esse princípio, é uma clara demonstração da força do poder monárquico sobre o poder local, mesmo que concedidas em formato de capitanias hereditárias. Alerta Virgínia, que a "efetivação da graça recebida pelo donatário, ao mesmo tempo que estava condicionada à criação de uma estrutura produtiva na área de doação por parte do donatário, devendo a graça ser confirmada a cada sucessão".[374] Portanto, a doação trazia responsabilidades aos donatários e deveria ser ela confirmada de rei a rei.[375]

A partir desse exposto, torna-se ainda mais compreensível quando na carta de doação o rei escreve que "derrogo a lei mental e quaisquer outras leis, ordenações, direitos, grosas e costumes".[376] Portanto, a doação da capitania de Pernambuco se encaixa nos princípios gerais da Lei Mental, mas sua revogação é permitida como se existisse uma jurisprudência em caso da coroa precisar reavê-la. Nesse sentido, a jurisdição da capitania hereditária recebida por Duarte Coelho é um exemplo da complexidade e que terminou sendo tema de embate em determinados momentos com a coroa, que buscou reaver a jurisdição da capitania de Pernambuco.

Antonio Manuel Hespanha, alerta que "os delegados ou vigários do rei, os senhores estavam, por direito comum, sub-rogados nos seus poderes e diretos".[377] Percebemos, que o assunto da malha judicial, além de estar relacionada com a administração, tanto no Reino quanto nas colônias ultramarinas, também estiveram estreitamente relacionadas com a guerra. Para o historiador Mozart Menezes, o Estado Moderno português foi "moldado e legitimado em face da guerra, do tributo e do comércio".[378] Corroboramos com essa afirmação, contudo discordamos que a obra do Estado Português foi a centralização. Acreditamos sim, que existia

---

[373] ASSIS, 2001 op. cit. p 87.

[374] ASSIS, 2001 op. cit. p 87.

[375] ASSIS, 2001 op. cit. p 87.

[376] ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83.

[377] HESPANHA, A. Manuel. *Direito Luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p 304.

[378] MENEZES, Mozart Verghetti de. *Jurisdição e Poder nas Capitanias do Norte (1654-1755*). Saeculum, Revista de História, João Pessoa, jan-jun, 2006. p 11.

a tentativa de controle e até de uma centralização de decisões, ao mesmo tempo em que para ter um império tão vasto o Império Ultramarino Português necessitava ter uma "centralização periférica", prova disso é que a própria conclusão do autor diz em seu texto que as "dimensões das comarcas ou nas capitanias da Colônia, a experiência do Reino estaria, literalmente, muito distante e incapaz de solver esse *imbrogglio territorial*".[379] Os entrepostos comercias e a falta de contingente demonstra a impossibilidade de centralidade do Estado Moderno português como pensa a escola paulista ao qual se formou esse historiador.

Assim, faz-se necessário desnaturalizar e deslocar o sentido histórico dos significados como política, administração, governo, estado e jurisdição. Essa é uma perspectiva da história que aproxima a pesquisa histórica a história dos conceitos. Nesse sentido, parece que tanto Rafael Valladares, Manuel Hespanha e Pedro Cardim têm muito a contribuir quando problematizam teoricamente as questões e conceitos do direito no Antigo Regime. A jurisdição de Pernambuco serve muitas vezes como exemplo de excessão, assim como serve para demonstrar a força local seja no que se refere ao Governo Geral do Brasil, seja quando se refere a pontos da Lei em que a coroa precisou rever, os donatários precisaram recorrer a justiça e o embate entre o local e o central nem sempre demonstram que a centralização era algo fácil de acontecer.

Porém, cabe alertar que na prática colonial do ultramar os pontos teóricos precisam de uma investigação documental verificando os casos específicos. Rafael Valladares demonstrou que o Conselho de Portugal foi recorrentemente utilizado e consultado por Felipe IV e que essa foi uma das prerrogativas diplomáticas do pacto de Tomar para que o rei pudesse minimizar as queixas e insatisfação de alguns lusos através do Conselho de Estado ou o Conselho de Guerra. No início, a preocupação e o respeito ao Conselho de Portugal através do Pacto de Tomar era uma preocupação constante de Felipe IV, mas na separação e guerra de restauração no fim do período foi este conselho duramente reprimido e banido pelas práticas do Conde-Duque de Olivares sendo paulatinamente substituídos por outros conselhos e juntas.[380] Hespanha demonstrou, que as ordenações devem servir de balizas e parâmetros para

[379] Idem.

[380] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 26 e 34.

as discussões sobre jurisdição, contudo coloca que a complexidade dos poderes na malha judicial demonstrando as sobreposições por exemplo dos poderes locais ao poder central.[381]

Portanto, a problematização de Valladares e de Hespanha são corretas no que diz respeito a prática, pois não se pode dizer que as ordenações manuelinas tiveram como veredicto final as ordenações filipinas como pensam alguns historiadores.[382] Em virtude do Acordo de Tomar os assuntos e leis de Portugal deveriam ser respeitados e seus problemas seriam definidos pelo Conselho de Portugal. Tanto Rafael Valladares, quanto Manuel Hespanha demonstram que a centralização ingênua pensada por parte da historiografia é ilusória e que a autonomia concelhia na escolha de magistrados e oficiais nem sempre ocorreram. Tanto o historiador espanhol, quanto o português destacam a importância dos tabeliães para a difusão da cultura escrita e difusão dos princípios das fórmulas jurídicas.

Entretanto, cabe lembrar a respeito da Lei Mental durante o período filipino, que desde o início ela era uma das Leis que colocava medo nos cortesãos e fidalgos portugueses, que temiam perder pensões, tensas e moradia, temendo que posteriormente houvesse revogações e concessões reais de Castilla de bens que já haviam sido doados pela coroa. Fernando Bouza, pontua, que como os cortesãos eram "servidores da casa real e que a provisão dos ofícios desta apenas pudesse recair sobre nobres portugueses, assim como admissão as dignidades da casa, segundo a etiqueta borgonhesa, usada nas cortes dos Habsburgos".[383]

Logo, nos cabe dizer que a Lei Mental desde o seu início nas discussões de Tomar foi negociada para que não funcionasse em toda extensão do Império Espanhol dos Filipes para que nobres portugueses não perdessem os bens doados pela coroa. Ainda de acordo com Fernando Bouza, os três aspectos mais importantes da Lei Mental, que merecem destaque no que se refere aos aspectos desejados pela nobreza lusitana para não perder as regalias do regime senhorial português eram: a não aplicação da Lei Mental na sucessão dos bens, o alargamento da jurisdição senhorial até os limites de "mero y misto imperio" e aumento da dotação senhorial, neste caso com a cessão das sisas". [384] Com a união das coroas, uma das maiores preocupações jurisdicionais pelos nobres tinha como objetivo permanecer sendo da

[381] HESPANHA, A. Manuel. *Direito Luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p 255.

[382] STELLA, Roseli Santaella**.** ***Brasil durante el gobierno español: 1580-1640*****.** Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000.

[383] ÁLVARES, 2008. Op. cit. p 132.

[384] ÁLVARES, 2008. Op. cit. p 138.

coroa real sem perder seu senhorio. Nesse caso, podemos dar como exemplo que estão inseridas as capitanias hereditárias concedidas a particulares no Estado do Brasil. Nesse sentido, Bouza destaca que no período inicial das discussões em torno de Filipe II a nobreza lusitana esteve atenta e teve um diagnóstico perspicaz para que a Lei Mental fosse revogada e que "se fizesse saber aos fidalgos como em Castela não há tal lei".[385]

Em suma, a Lei Mental nos ajuda a compreender a briga de interesses entre as nobrezas castellanas e portuguesas por número de assentos de delegados na corte, assim como na manutenção de suas jurisdições. Dessa maneira, a Lei Mental não pode ser incluída na jurisdição do solo português durante o período filipino. Fernando Bouza explica que a Lei Mental tocava nas questões de senhorios, benefícios eclesiásticos, comércio e tributos e que sua não aplicação demonstra força da fidalguia portuguesa. Para Bouza, a Lei Mental foi então, um assunto fundamental na negociação durante o período de negociação da anexação portuguesa a Castilla e que servio como uma tentativa de alargamento do domínio senhorial jurisdicional.[386]

A exceção da doação das capitanias hereditárias no caso do recebimento de Duarte Coelho pela capitania hereditária de Pernambuco é um dos assuntos complexos que mais tarde serão motivo para a coroa buscar reaver a jurisdição da capitania de Pernambuco. Virgínia Almoedo, demonstra ao analisar o embrólio de Pernambuco como as "Cartas de Doação das Capitanias do Brasil, Serra Leoa e Angola fornecem um quadro dos oficiais de nomeação donatarial, cujas atividades estavam adstritas à administração judicial na Capitania".[387] Nesse sentido, é fundamental uma comparação e que sejam desenvolvidos novos estudos que investiguem os trabalhos dos Tabeliães, Meirinhos, Inquiridores, Contadores, Distribuidores, Escrivães, Carcereiros e o Ouvidor. Segundo Hespanha ""os delegados ou vigários do rei, os senhores estavam, por direito comum, sub-rogados nos seus poderes e diretos".[388]

De acordo com Hespanha, os donatários de jurisdição também tinham muitas vezes o poder de julgar, pois se tratava de senhorios ao contrário de donatários de bens das ordens militares que não tinham esse poder. No caso da capitania de Pernambuco Duarte Coelho

[385] ÁLVARES, 2008. Op. cit. p 137.

[386] ÁLVARES, 2008. Op. cit. p 224.

[387] ASSIS, 2001 op. cit. p 87.

[388] HESPANHA, A. Manuel. *Direito Luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p 304.

exercia não apenas uma função bélica de donatário, mas de senhorio e, portanto, tinha o poder militar (bélico), administrativo, além do poder judicial. Era Duarte Coelho no início da colonização um soberano em seu senhorio. Nesse sentido, no início da ocupação e da colonização portuguesa Duarte Coelho tinha uma junção ampla de poderes jurisdicionais em suas mãos diferentemente de seus sucessores. Mas ao pensar nas malhas do poder donatarial dos Albuquerques Coelho percebemos que seus poderes eram muitos grandes, inclusive sua insubordinação em confronto com o Tribunal de Relação da Bahia demonstra a grande flexibilidade e até autoritarismo em virtude da ausência judicial na capitania nesse período. Na doação da capitania de Pernambuco não havia correição nomeada pela Coroa, tampouco ouvidor, ambos eram escolhidos pelo donatário, embora posteriormente a Coroa irá rever essa sua situação. Contudo, parece grosseiro pensar que os poderes de Duarte Coelho eram absolutos. Em jurisdições e conflitos, Vera Lúcia Acioli demonstra que a relação de Pernambuco com a Bahia foi conflituosa, que no governo de Brito Freyre houveram grandes embates jurisdicionais e que as decisões tomadas por este governador ao desagradar a elite local não foram bem vistas pela Coroa.[389] De acordo Rafael Valladares, tanto no período da unificação quanto no período da restauração houve participação da elite ibérica e de setores reacionários da igreja.[390]

Problematizamos um pouco sobre essa questão jurisdicional por entender que ela está intimamente ligada as questões políticas e de sucessão da capitania de Pernambuco no período da morte de Jorge de Albuquerque. É nesse contexto também, que está inserida a guarda de Duarte de Albuquerque Coelho e Paulo (Matias) de Albuquerque que antecendem a invasões holandesas e ao governo da quarta geração dos Albuquerques Coelho na donataria da capitania de Pernambuco. Não podemos entender a sucessão como uma questão simples de ser entendida ou como mera reprodução a ser transmitida e passada de pai para filho. Reiteramos, que para uma profunda análise sobre essa questão judicial da capitania de Pernambuco deve-se vê a análise de Virgínia Almoedo, para perceber como a Lei Mental poderia se aplicar tanto ao futuro como ao passado. Nela podemos entender melhor como muitas decisões oficiais foram "revertidas à Coroa, o que levou muitas famílias nobres a

[389] ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdições e conflito: a força política do senhor de engenho*. Recife: UFPE/Departamento de História, 1989.

[390] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 18, 19, 40 e 41.

protestar, conseguindo oficialmente não se render aos seus efeitos a exemplo da mais poderosa de tooso, a conde de Barcelos, futuro duque de Bragança".[391]

A compreensão dessas questões jurisdicionais foi fundamental nesse contexto da sucessão da capitania de Pernambuco ocasionada pela morte de Jorge de Albuquerque e nos momentos que antecedem as invasões holandesas, pois foi no poder judicial que o veredicto final tinha a chancela real. Como colocamos no ínicio desse capítulo, quem recebeu a guarda dos filhos de Jorge de Albuquerque, que eram Duarte e Paulo, foi o vice-rei da índia Mathias de Albuquerque, que além de pertencer a família dos Albuquerques era um homem de prestígio e assim como parte dos antecessores dos Albuquerques Coelho haviam prestado muitos serviços na Carreira da Índia. Por não ter filho com sua esposa, Mathias perfilhou o filho mais novo de Jorge chamado Paulo, que irá ser chamado posteriormente de Mathias de Albuquerque em virtude disso. A ligação dos Albuquerques Coelho que problematizamos em capítulo anterior com os Coutinhos e de seus laços matrimônios foram uma prática da mobilidade social no Antigo Regime. O matrimônio como forma de ascensão social foi uma prática corrente no período que antecede o período filipino e que se perpetuou no império espanhol, inclusive pelos reis católicos.

Dom Luis Coutinho, que era irmão de Ana de Meneses, logo tio legítimo de Duarte e Paulo (Matias). Com a morte de Mathias de Albuquerque, dom Luis Coutinho achou que seus direitos consanguíneos iriam fazer valer a obtenção da guarda dos seus sobrinhos e assim buscou obter a tutela de Duarte. Como dissemos anteriormente, os Coutinho vinham de família nobre. Dom Luis Coutinho, que requeriu o pedido de guarda dos futuros herdeiros de Pernambuco alegava que era tio e irmão de Ana Meneses, a mãe dos meninos. Assim o tio dos futuros capitães donatários de Pernambuco, alegava "ser vivo, e ter hua filha em casa, com pouca fazenda, para adotar, poderia da conversação doméstica, e da obediência resultar do casamento".[392] Luis Coutinho dizia ainda que alguns parantes mais próximos não aceitavam essa tutoria passada para Lourenço de Sousa por não possuir consaguinidade alguma, apenas por ser cunhado de Matias de Albuquerque vice-rei. Dom Luis Coutinho buscou a partir da morte do vice-rei obter as rendas da capitania de Pernambuco. Sabemos que briga pela guarda

[391] ASSIS, 2001 op. cit. 51. Um dos casos mais interessantes da capitania de Pernambuco sobre esse assunto será da Coroa Portuguesa após a restauração com o Conde de Vimioso, que foi casado com a filha de Duarte de Albuquerque Coelho, onde o rei busca ter a capitania de volta e ideniza o herdeiro natural da capitania. Aqui não tivemos tempo de tratar desse assunto especificamente.

[392] AGS, SP 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

entre Luis Coutinho com Lourenço de Sousa, cunhado de Mathias de Albuquerque se dava por questões de fazenda. Em termos de consaguinidade e de legislação a aproximação de Dom Luis Coutinho fazia sentido e tinha razão. Dessa maneira, Luis Coutinho buscou orientações do Marquês de Castel Rodrigo, de quem era seu cunhado e que também tinha ocupado um cargo de vice-rei para que o mesmo ajudasse no caso. O Marquês de Castelo Rodrigo mandou Dom Luis Coutinho "se remetesse ao Dezembargo do Paço, para ally se lhe consultar com parecer do Viso Rey, o que se devia prover nisto, sendo ouvido o ditto Lourenço de Soussa*".*[393]

Por outro lado, Lourenço de Sousa, "em cuja casa estavão os ditos menores assi pela afeição com que os tratava, como, porque dona Philippa sua irmã, viúva d', Mathias d'Albuquerque, que o criou, receberá disso consolação"[394] teve uma postura mais humilde. Lourenço de Sousa disse que a "administração da fazenda, se encarregasse a outra pessoa, buscandose para isso de confiança, com obrigação de dar cada anno conta e com ordem para que tirandose dos rendimentos desta fazenda, a parte que se taxasse para alimentar estes menores, se depositasse, o mais no cofre dos órfãos, por ordem do juiz a que tocasse".[395] Lourenço se defendeu dizendo que tinha em casa uma petição de sua irmã pedindo para que cuidasse das crianças e que não se preocupava em administrar a renda da capitania.

As opiniões dos ministros do Desembargo do Paço não foram unânimes e cada um deu seu parecer com vista no processo e no que escutaram de Lourenço de Sousa. Francisco Nogueira, que integrava parte do Conselho dizia que a tutoria deveria dar a dom Luis Coutinho e a criação a Lourenço de Sousa. Para Francisco Nogueira a administração da fazenda não cabia a dom Lourenço de Sousa, mas ele poderia continuar criando Duarte e Paulo (Matias). A opinião desse desembargador é interessante porque ele difere criação de patrimônio. Para Diego da Fonseca a tutoria deveria ficar com Dom Luis de Sousa pois Mathias de Albuquerque havia obtido a tutoria também por ser seu parente, ambos eram tios. Alegava Diego da Fonseca, que seu pai Jorge de Albuquerque havia deixado em seu testamento essa orientação de que sua tutela ficasse com o seu parente mais próximo, assim conforme as ordenações e as leis mandavam. Afonso Furtado de Mendonça deu parecer para

[393] Idem.

[394] Idem.

[395] Idem. AGS, SP 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

que a tutoria ficasse com dom Lourenço de Sousa que justificava que por "razões de direito puderão ter lugar quando a princípio se tratou".

O Marquês vice-rei escreveu que a desição do Desembargo do Paço "se fundamentava mais em razão de estado e de governo do que dispõe as leis e ordenações do Reino" e que a tutoria ficaria com Lourenço de Sousa, mas que nos "termos ordinários do direito, E que a isto se acrescenta o que dom Luis declara, nos seus apontamentos, para cuidar, que não falta fundamento".[396] Através dos pareceres relatados no documento e a partir de decisões que muitas vezes davam a tutoria Lourenço de Sousa, mas que negava a administração da fazenda é uma clara demonstração de que nem sempre a criação e tutoria abarcavam a administração da fazenda do órfão. No Tesoro da Lengua Castellana a tutoria era "*lo mesmo que tutela, y valo la defensa, y amparo del tal menor*" e tutor aparece definido como "*lo demás quedará para los juristas con advertir, que tutor se dixo del verbo tutoris, conservo, custodio, defendo*".[397] É provável que muitas das opiniões fossem influenciadas por relações familiares e de negócios no meio político e jurídico da época. Mas através dessa briga pela guarda fica evidenciado que tutoria cabia a gestão dos bens dos menores e que criação se referia ao cuidado e criação dos menores. Fica evidente que os ministros sabiam que pela lógica da lei a tutela, ou seja, a administração dos bens cabia ao parente mais próximo, que nesse caso era o tio que era dom Luis Coutinho.

Esse documento de Simancas sobre a tutela de Duarte e Matias é interessante porque contextualiza ambos argumentos tanto de dom Luis Coutinho como Lourenço de Sousa, assim como coloca as opiniões de ministros do Desembargo do Paço, que neste caso ouviu as razões de Dom Luis para chamar Lourenço de Sousa. O Desembargo do Paço terminou dando parecer para que Loureço de Sousa continuasse a tutoria "pelo amor com que em sua casa os cria sem nenhum interesse, pois não corre com os rendimentos e administração da fazenda, se não só com seu insino e creação". Mas percebemos no documento a complexidade da jurisdição sobre um único assunto. Quando Duarte ficou órfão de Jorge de Albuquerque ele tinha em torno de 10 anos de idade e quando seu tio Mathias de Albuquerque que foi vice-rei morreu ele tinha 15 anos. Ainda em 1608, data do documento que define Lourenço

[396] Idem. AGS, SP 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

[397] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 58v.

continuando como seu tutor ele já tinha 17 anos de idade. Mesmo assim, as rendas da capitania de Pernambuco eram motivo de conflito. O documento também nos faz refletir no que disse Fernando Bouza quando afirma que o Conselho de Portugal tinha mais força em vários assuntos muitas vezes do que o vice-rei.

No documento, fica claro a insatisfação do vice-rei, que não estava de acordo com o parecer do Desembargo do Paço, pois segundo ele as leis e ordenações estavam sendo descumpridas em favor do estado e governo. Precisaríamos de outras pesquisas para comparar a importância política entre Dom Luis Coutinho e Lourenço de Sousa para avaliar o peso de cada um na corte, no Desembargo do Paço e nos interesses da monarquia. Mas o fato é que no dia 11 de maio de 1608, se conformação com o parecer Henrique de Sousa e os condes de Ficalho e de Salinas dizendo que deveria ficar a tutoria para Lourenço de Sousa a tutoria, justificando inclusive que o fato de Dom Luis Coutinho ser viúvo e ter uma filha em casa poderia trazer outros inconvenientes. Também não sabemos o interesse da Monarquia em manter Lourenço de Sousa frente a guarda dos menores e não dar a Luis Coutinho, mas talvez a questão financeira das rendas de Pernambuco pode ter pesado nesse caso. Nas opiniões diversas dos membros do Desembargo do Paço vemos a distinção de que Lourenço continuasse com a criação já que Dona Phillipa que era a mãe de criação de Duarte e Paulo passou a guarda deles para seu irmão e que já residia com eles.

Também não sabemos dos desdobramentos de Lourenço de Sousa com Pernambuco e talvez com a Índia já que era cunhado de Mathias de Albuquerque, também não sabemos das conexões de Lourenço com outros Sousas que estiveram no Brasil a exemplo dos governadores gerais Gaspar de Sousa e Luís de Sousa. Já apontamos a importância da capitania de Pernambuco em termos estratégicos chegando a coroa ter que emitir carta régia para que seus governadores evitassem ficar em Pernambuco ao invés de ficar no governo geral. Nesse período, de acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, Luís de Sousa nos anos em que foi governador do Brasil de 1617 a 1621 residiu em Olinda contrariando ordens da coroa, que segundo Serrão era onde o governador considerava a capital autêntica do Brasil.[398] Não sabemos se Lourenço tinha laços de sangue com Dom Francisco de Sousa, Dom Luís de Sousa e Dom Gaspar de Sousa, mas é possível que tivesse interesses próximos.

[398] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1978. p 219. A informação foi obtida no Banco Brasilhis. IN: http://brasilhis.usal.es/es/personaje/luis-de-sousa-souza, último acesso em 20 de janeiro de 2020.

Se por um lado, não sabemos que Lourenço de Sousa tinha relação com as Índias e com os governadores do Brasil, por outro lado sabemos que Pernambuco, os Albuquerques Coelho tinham uma relação que vinha de muitos serviços militares prestados desde seu avõ e primeiro donatário de Pernambuco. Em 1614, a coroa diz que concorda com o conselho da fazenda sobre os reales de cobre cerceados no Brasil e reclama mais uma vez que teve notícias que Gaspar de Sousa estava em Pernambuco. Desta maneira, a coroa pede para que o Conselho das Índias busque saber se Gaspar de Sousa estava em Pernambuco e sob quais ordens.[399]

Em capítulo anterior, demonstramos que a partir do matrimônio, os Albuquerques Coelho conseguiram cada vez mais se aproximar da corte, seja com Brites de Albuquerque, seja com Ana de Meneses, inclusive em virtude da família Coutinho. A briga pela tutela de Duarte e Paulo entre Dom Luis Coutinho e Loureço de Sousa por uma ótica familiar, ou melhor dizendo, por um olhar voltado as relações de sangue é uma disputa que resulta também para saber quem estava mais perto da nobreza. Podemos encarar como uma disputa para dizer quem estava mais próximo da herança nobre familiar, quem tinha mais laços de sangue com os Albuquerques. Obviamente a coroa gostaria de nomear quem tivesse mais cabedal, pois isso significava ajudar na defesa da capitania, na criação dos sucessores e no funcionamento da "natureza das coisas".

O problema da sucessão donatarial no início de 1600, que antecede a chegada dos holandeses também é um problema na sucessão em que passa Monarquia de Filipe II para Filipe III. Se a morte de Jorge de Albuquerque é um problema na sucessão da capitania de Pernambuco a morte de D. Diogo Félix em 1582 de varíola também foi um problema na sucessão de Filipe II. De acordo com Fernanda Olival, a mortalidade infantil era constante naqueles tempos e que "nem os filhos de reis nem de fidalgos escapavam a essa dura e cruel realidade".[400] A morte de Diogo, filho de Filipe II trouxe problemas para sucessão que marcou o reinado de Filipe III através da figura do Duque de Lerma, que estimulou uma certa indenpendência portuguesa de Madrid. Ter um rei ausente já era um problema sentida por alguns portugueses desde de Filipe II e esse sentimento piorava com a ausência de um rei que substituísse Filipe sem deixar um primogênito em maioridade. A ausência do rei durante a

[399] AGS, SP 1510, *Sobre os Reales serceados que há Brasil de que avisou o governador do Brasil.* fls 4**.** Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

[400] OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*. In: *Transformado em príncipe*. Impresso e encadernado em feveereiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 28.

união das coroas ibéricas foi problematizada por Ana Paula Torres Megiani, que demonstrou através das cerimônias como o valimento inaugurou "uma nova forma de poder e administração da Coroa espanhola".[401] Não queremos aqui fazer uma comparação da situação da morte de Filipe II com a Jorge de Albuquerque e Mathias de Albuquerque, que são situações completamente diferentes. Inclusive porque Jorge assim como seu irmão morreram em virtude do conflito militar na Jornada da África, além da distinção que era obviamente muito diferente. Ser nobre no reino e ser nobre na colônia são coisas completamente diferentes, mas cabe dizer que os Albuquerques Coelho não buscavam uma distinção no Estado do Brasil onde já haviam conquistado com Duarte Coelho Pereira. A própria história donatarial da família demonstra que diferente do primeiro donatário a família buscou se diferenciar no reino e em serviços prestados ao rei. A Jornada na África de Alcácer Quibir é um exemplo.

O documento que abrimos essa parte do segundo capítulo corrobora a importância da família como centralidade do poder na sucessão e retoma o que colocamos na história dos Albuquerques Coelho. Uma coisa interessante do documento acima que utilizamos para abrir esse capítulo é que Duarte tinha como seu tutor Mathias de Albuquerque, que foi um militar destacado e vice-rei da índia. Duarte e Paulo tiveram como seu tutor um homem experiente na guerra, na política e de grande influência militar para as decisões da corte. Embora, o vice-rei tenha falecido rapidamente podemos perceber que o que abordamos no capítulo anterior em termos de estratégia familiar através do matrimônio terminou sendo importante no futuro de Duarte e Paulo. Além de vice-rei da Índia, Mathias tinha sido comendador da ordem de Santiago.[402] Isso demonstra quanto os Albuquerques Coelho já tinham conseguido se cercar de gente nobre e influente, mas demonstra que as articulações e os interesses no patrimônio dos Albuquerques Coelho estavam conectados com interesses mundias, seja na Índia, Macau, Angola, Lima e Potosí. Aliás, o historiador Alírio Cardoso demosntrou que existia conexão do Estado do Maranhão para ajudar na defesa e proteção do abastecimento de frotas espanholas

[401] MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004. p 41.

[402] Mathias de Albuquerque foi o 15º Vice-rei da Índia durante os anos de 1591 a 1597. IN: REIS, Ana Teresa Moreira Braga Teves Reis. *A Galeria dos Vice-Reis e Governadores da India Portuguesa: percurso para a definição de uma metodologia de intervenção*. Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa Mestrado em Conservação e Restauro de Bens Culturais, Porto. Dissertação de Mestrado. p 128.

na Carreira das Índias, o que demonstra o vínculo da história das Índias relacionada a América, ao Atlântico e ao Estado do Brasil.[403]

O período em que ocorre esse problema da sucessão donatarial em que Sousa e Coutinho disputas judicialmente por Duarte e pelas rendas de Pernambuco que acabamos de problematizar data de 1608, momento em que o oceano Atlântico ganha espaço diante do Índico no império espanhol conforme demonstrou Canabrava.[404] Segundo Rafael Valladares, em 1609 a escolha de investimento no Atlântico chegou a cogitar que Lisboa se tornasse a capital do império filipino.[405] Do período da morte de Jorge em 1601 até a primeira invasão holandesa na Bahia em 1624 temos um período de Trégua dos Doze Anos (1609-1621), mas mesmo assim o Brasil continuou sobre os olhos das nações inimigas. Já em 1614, em carta escrita para o governador de Portugal a coroa informava que o Provedor Geral do Brasil informou que Bartolomeu de Aragão havia seguido três navios franceses que tinham tomado a boca da barra da Bahia e que um navio *framengo* que havia entrado no Porto em 17 de julho confirmou a informação.[406] A preocupação com a defesa do do Estado do Brasil era geral, Diogo de Meneses em seu parecer final mandava fortificar Angola e Castelo da Mina, mas mesmo com a "dificuldade financeira e os obstáculos jurídicos para defender a parte sul da costa do Brasil".[407] Alice Canabrava destaca que Filipe III e Filipe IV ordenaram "confisco dos navios holandeses e proibido as relações comerciais com aqueles súditos que dominavam o comércio dos transportes com a península hispânica"[408] antes da trégua dos doze anos porque não aguentavam mais a ameaça batava.

O período entre a morte de Jorge de Albuquerque e a maioridade de Duarte de Albuquerque Coelho na capitania de Pernambuco ainda precisa ser melhor investigado dentro da historiografia. Período interessante, porque talvez tenha sido momento em que a capitania teve maior influência dos interesses políticos do reino e menor mando dos Albuquerques Coelho. A questão da jurisdição sem os Albuquerques Coelho ainda é algo por se fazer.

---

[403] CARDOSO, 2012. Op. cit. p 205.

[404] CANABRAVA, 1984. Op. cit. p 174.

[405] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 28.

[406] AGS, SP 1511, *Para o governador do Porto em 18 de junho de 614. Sobre os corsários da mamora,* Registro de cartas sobre negocios de Estado de 1614 y 1615. Fls 81.

[407] VILADARGA, 2010. Op. Cit p 158.

[408] CANABRAVA, 1984. Op. cit. p 179.

Infelizmente nos centramos muito na trajetória da família e depois buscamos uma documentação específica do período da invasão holandesa.

Em 26 de maio de 1620, em uma carta pertencente ao acervo do Arquivo de Simancas em que Filipe III, um ano antes de sua morte, escreveu do palácio de São Lourenço Escorial para o vice-rei resolver que passasse as cartas de seguro para Duarte de Albuquerque Coelho, que nesse momento tinha seus 29 anos de idade. As cartas de seguro deveriam ser passadas pelo ouvidor que tivesse na capitania de Pernambuco para Duarte, assim como deveriam ser avisados todos os corregedores do Reino, além de Dom Luis de Sousa, que era Governador Geral do Brasil.[409] A medida que a tutoria de Duarte e Matias foram organizadas e com o passar do tempo a coroa prepara os donatários para administrarem as rendas de sua capitania, assim como de sua defesa. Duarte teve seu pai Jorge de Albuquerque vivo até os 10 anos de idade, depois dos 10 aos 15 anos teve como seu tutor, seu tio o vice-rei da Índia, sua mãe era ligada aos Coutinho e sua capitania seria motivo de cobiça da Companhia Holandesa. Duarte de Albuquerque Coelho precisava encontrar seu espaço dentro dessas disputas imperiais, entre o cruzamento de interesses lusos e castelhanos estavam os interesses dos Albuquerques Coelho. Voltaremos a tratar da participação de Duarte posteriormente na guerra, assim como a os anos finais de sua vida em que luta para publicar seu livro, mas agora nos deteremos na figura de Paulo de Albuquerque, conhecido na historiografia como Mathias de Albuquerques ou conde de Alegrete. Trataremos de Mathias de Albuquerque e dos antecedentes da capitania antes da chegada dos Holandeses na segunda parte desse capítulo da tese.

[409] AGS, SP 1517, *Duarte dalbuquerque Coelho*. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1620. Carta escrita em São Lourenço Escorial, datada de 26 de agosto de 620.

2.2- Matias de Albuquerque e os antecedentes da guerra holandesa

"Mathias d'Albuquerque

Hanvendo V. Mag. Respeito aos serviços que Jorge d'Albuquerque Coellho fez aos Reis passados, e ser captivo na batalha d'Alcacere onde recebeo muitas feridas, e lhe mandar Responder o anno de 600 que o mandaria prover hua comenda de quatrocentos mil rs a qual poderia logo em seu f^{o}. Mathias d'Albuquerque, e que na haveria os duzentos mil rs de tença com que foi respondido o anno de oitenta e três, que não accitou, nem os redittos della; e ao ditto Jorge d'Albuquerque falecer sem ser provido da ditta comenda, e deixar nomeado na promessa della ao ditto se foi, lhe fez V. Mgd. mercê da comenda de sanct Po das Varzeas de Soure do Bispado de Coimbra de ordem de christo que vagou por Francisco Suares o qual comenda se lhe tirou por setenta que contra ello ouve Bernardin de Tavora a quem ella pertencia: Tem mais outra promessa de comenda de quatrocentos mil rs de que se lhe fez mercê o anno de 606, pelos serviços de seu tio Mathias de Albuquerque que foi VisoRey da India. No anno de 616 se lhe passou carta para servir comenda em Cepta: e consta por certidão do capitão e officiaes da que la cidade, que servio nella comenda tres annos a sua custa que comecarão o primeiro dia de Março do anno de 616 e acabarão por outro tal dia de 619 com oito cavalos dous acubertado, e seis agineta com sette criados, e quatro homens de pee: esta agora Mathias de Albuquerque servindo de governador do Brasil, e assi neste cargo como no de capitão mor de Pernambuco que de antes tinha exercitado, há informação que tem procedido com satisfação no serviço de V. Mgd".[410]

(Archivo General de Simancas)

[410] AGS, SP 1468, *Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil, e de outras pessoas que tem promessas de comendas*. Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade el año 1626. Fls 124 a 129.

2.2 - Matias de Albuquerque e os preparativos para a guerra holandesa

O texto acima, é um trecho de um documento datado de 1626, em que o Conselho de Portugal descreve Matias de Albuquerque para Filipe IV, entre outras pessoas, que serviram e solicitaram comenda ao rei, em virtude dos serviços prestados na retomada da capitania de Salvador da Bahia. Em virtude das quatro comendas que haviam ficado vagas para a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, a mais importante e tradicional honraria portuguesa em torno de quinze militares que serviram nessa jornada realizaram tal pleito.[411]

Nessa parte da tese, trataremos dos antecedentes e preparativos da guerra holandesa no Estado do Brasil a partir do percurso de Matias de Albuquerque para relacionar qual foi a estratégia de resistência dos Albuquerques Coelho com o reino, bem como qual foi a situação e o contexto político que passou a capitania de Pernambuco e o Estado do Brasil. Buscaremos demonstrar a relação com a coroa a partir da tentativa de resistência, que antecede a invasão holandesa na Bahia e em Pernambuco, bem como os motivos que resultaram na invasão. Algumas questões podem servir de problematização dessa parte da tese: porque a escolha de invadir a Bahia e não Pernmabuco? O que ocorreu nesse contexto político na relação da capitania com a coroa? O que aconteceu com os Albuquerques Coelho, e especialmente com Matias de Albuquerque que foi o representante do donatário de Pernambuco, seu irmão Duarte, que foi o quarto e último donatário da capitania? Como Matias de Albuquerque nos ajuda a pensar o contexto da capitania que antecede as invasões holandesas?

Escolhemos o documento acima, que trata das pessoas que serviram na Jornada da Bahia de Todos os Santos do Brasil, onde entre os vários militares está Matias de Albuquerque com o pleito para receber a comenda da Ordem de Cristo. Existiram quatro comendas que ficaram vagas em virtude dos rendimentos dos Bispados do Porto, de Lamego, de Miranda e do Arcebispado de Braga. Concorreram com Matias para essas quatro comendas que ficaram vagas em torno de quinze pessoas que haviam servido na Jornada da Bahia, foram eles Dom Manuel de Meneses, Dom Rodrigo Lobo, Gonçalo de Sousa, Ruy Correa Lucas, Ruy Barreto, Dom Affonso de Meneses, Dom João Fernandes de Lima, Martim Antônio d'Oliveira Miranda, Aires de Miranda Henriquez, Jurdão Freitas da Silva e Dom Antônio Pereira. No fim do documento o conselho acresce o nome de Dom Sancho Faro,

[411] AGS, SP 1468, *Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil, e de outras pessoas que tem promessas de comendas*. Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade el año 1626. Fls 124 a 129.

Dom Hieronimo d'Almeida e Dom Alonso de Lencastre, que era filho do Duque de Aveiro para disputar o reconhecimento desses que foram descritos pelo Conselho de Portugal. Na ordem da documentação que o conselho apresenta e fala de cada solicitante Matias é o segundo a ser apresentado no documento. Dessas quatro comendas, que ficaram vagas existia um valor específico estipulado de acordo com o rendimento de cada bispado mencionado, o do Porto era o valor de 150 réis, o de Lamego, 200 mil réis, o de Miranda 120 mil réis e do Arcebispado de Braga era de 350 mil cruzados.

O documento é interessante porque traz uma espécie de pequeno resumo de cada solicitante, que além de informar o que cada um tinha feito que justificasse o seu recebimento, apresenta a família estava vinculado e quantas promessas de comenda possuia cada solicitante. Matias de Albuquerque, por exemplo, tinha a promessa para receber três de comendas de 400 mil réis cada uma, em virtude dos serviços de seu pai e de seu tio. Como o documento é extenso e data de 1626, período em que os holandeses já haviam sido expulsos da Bahia, retomaremos ele mais adiante para fazer uma análise dos militares que disputaram com Matias o reconhecimento do rei em virtude dos serviços realizados na jornada de recuperação da Bahia.

Segundo Francis Dutra, Matias de Albuquerque foi o primeiro dos Albuquerques Coelho a receberem a comenda da Ordem de Cristo, fazendo parte da seleta e prestigiosa ordem militar portuguesa.[412] Ousamos dizer, que Paulo (Matias) de Albuquerque é um dos personagens mais interessantes da história do Brasil. Porém, mesmo tendo sua relevância constatada pela historiografia na defesa contra as invasões holandesas podemos dizer, que não existiram muitos estudos específicos da sua trajetória, ou que ao menos, os trabalhos que existiram ainda possuem lacunas a serem preenchidas. Nesta parte da tese, pretendemos contribuir um pouco com essas lacunas, mas não temos a pretensão de realizar uma biografia de Matias, tampouco esgotar as informações sobre esse personagem tão importante para os estudos coloniais. Sendo assim, cabe dizer que muita coisa já se fez, com bons e competentes estudos, mas que ainda a muito por se fazer.

Portanto, o objetivo dessa parte do trabalho é problematizar os preparativos e o envolvimento dos Albuquerques Coelho na defesa do Brasil, antes mesmo da invasão da Companhia das Índias Ocidentais, na Bahia em 1624 até a invasão em Pernambuco em 1630.

[412] DUTRA, Francis. *A primeira missão de Matias de Albuquerque no Brasil: uma apreciação*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral. p 84.

Para isso, utilizaremos as ações realizadas por Matias de Albuquerque durante esse período, pois era ele o representante maior dos Albuquerques Coelho em sua capitania e foi ele a escolha tanto de Pernambuco como da coroa para preparar e organizar o território contra seus oponentes.

Se por um lado, ainda falta maiores investigações sobre a trajetória de Matias de Albuquerque, por outro lado, sobram bons estudos referente a presença da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil, em que Matias de Albuquerque esteve vinculado e possui uma história muito próxima. Cabe dizer, que a referência na documentação oficial da Monarquia Espanhola em Simancas, por ter sido Matias um dos comandantes das guerras contra os holandeses e por ter sido também Governador Geral do Brasil é algo que ainda precisa ser melhor investigada, descortinada e sistematizada.[413]

Embora, tenha sido seu irmão mais velho, Duarte de Albuquerque Coelho, o donatário e herdeiro da capitania de Pernambuco, foi Matias de Albuquerque que teve mais relevância em termos de comando militar e defesa do Brasil. Nesse sentido, sua participação também foi descrita por cronistas e viajantes.[414]

---

[413] Há um grande número de documentos que citam Matias de Albuquerque e de cartas com informações da guerra que foram enviadas por Matias para a Coroa sobre a situação cotidiana da guerra contra os holandeses. Sobre a situação cotidiana da Guerra de Pernambuco destacaríamos um Legajo no GYM 1325, Guerra y Marina ou Guerra Antígua com cartas que datam entre os anos de 1631 a 1634 em que Matias fala da situação da guerra. Na parte referente a discussão política existem documentos variados que citam sua participação com um no Secretarias Provinciales que contém documentos relativos ao Conselho de Portugal e juntas de assuntos relativos a Portugal, entre eles estão o SP 1473 referente ao ano de 1620, SP 1520 referente ao ano de 1626, SP 1524 referente ao ano de 1631, SP 1478 referente aos anos de 1635-1636, SP 1469 referente aos anos de 1636. No período de 10 mesesde pesquisa que realizamos em Simancas, tanto a documentação com conteúdo mais político no Secretarías Provinciales, quanto o conteúdo mais militar no Guerra e Marina, Matias de Albuquerque é bem mais mencionado que Duarte de Albuquerque Coelho.

[414] Frei Vicente Salvador, por exemplo, dedica sete capítulos de sua obra para abordar a participação de Matias de Albuquerque em sua História do Brasil desde a chegada de Matias até a sucessão de Diogo Luís de Oliveira, seu sucessor no Governo Geral. Os capítulos são: *De como o bispo foi eleito do povo por seu capitão-mor enquanto se avisava a Pernambuco a Matias de Albuquerque que era governador*; *De como Matias de Albuquerque depois que recebeu a provisão do governo tratou do socorro da Bahia e fortificação de Pernambuco, onde deteve a Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão*; *De como o governador-geral Matias de Albuquerque mandou de Pernambuco por capitão-mor da Bahia a Francisco Nunes Marinho e da morte do bispo, De como Salvador Correia do Rio de Janeiro e Hieronymo Cavalcanti de Pernambuco vieram em socorro a Bahia e o que lhes aconteceu com os holandeses no meio do caminho*; *Da guerra que o governador Matias de Albuquerque mandou dar ao gentio da serra da Capaoba, que se rebelou na ocasião dos holandeses*; *De como o governador Matias de Albuquerque mandou buscar a carga de uma nau da Índia, que se perdeu na ilha de Santa Helena*; *De como Diogo Luís de Oliveira veio governar o Brasil e se foi seu antecessor Matias de Albuquerque pera o reino*.IN: SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 443, 455, 458, 476, 495, 506, 511.

Sobre a história de sua infância e de seu irmão na Europa muito pouco sabemos, a não ser que Jorge de Albuquerque seu pai morre em Alcácer Quibir deixou a criação deles para seu primo Mathias de Albuquerque, que foi vice-rei da Índia. Como destacamos, na parte anterior deste capítulo, o fato de Matias ter mudado de nome deixando de se chamar Paulo logo na juventude, alteração ocorrida em virtude da criação e da herança transmitida pelo seu tio também é algo omitido pela historiografia brasileira ou não sabido.

Portanto, Paulo nunca aparece na história e quando surge é apenas para ser citado como filho menor de Jorge de Albuquerque. Não sabemos até que ponto isso ocorre por desconhecimento histórico ou se isso se dá porque reflete o nome que é citado na própria documentação política e de guerra do período. Como vimos no primeiro capítulo, a repetição do nome era uma prática de fidalgos portugueses e nobres castelhanos. Cabe lembrar, que essa prática tinha um aspecto colonizador, simbólico e representativo muito grande.[415]

Possivelmente, Jorge de Albuquerque, que é referenciado na historiografia como donatário que ajudou a fundar igrejas e conventos em Pernambuco, deve ter nomeado seu filho em homenagem a Paulo, um dos primeiros apóstolos de cristo. Se pensarmos que a família possuia uma tradição religiosa forte e de defesa do catolicismo essa lógica faz sentido, tendo em vista que nos antepassados dos Albuquerques Coelho não se conhece nenhum Paulo. A homenagem ganha mais sentido, pois Paulo como apóstolo de cristo tinham sua história ligada as nagevações e porque antes mesmo de se tornar apóstolo era um pescador. *San Pablo* como dizem os espanhóis é um dos santos mais venerados e devemos lembrar que Filipe II nasceu na casa ao lado da igreja *San Pablo*, em que a família dos reis católicos tanto representa. Em Portugal, também podemos dizer que São Paulo como apóstolo de Cristo é

[415] A nomeação é uma forma de definição através do nome e foi uma forma de colonização de pensamentos, de demonstração de força política, de mostrar quem estava por trás da família. Tratava de revelar quem estava relacionado a história da família e a trajetória da pessoa. Lembremos a análise de Michel de Certeau na Escrita da História na problematização sobre a denominação da América, construída por América Vespúcio, que ao se deslumbrar com uma Índia (termo também eurocêntrico) denomina a América, que é o feminino de Américo e que hoje é o nome do continente (lugar). IN: CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Podemos dar outros exemplos e em termos de nomeação que mais relaciona o Estado do Brasil com o período filipino talvez seja o nome da capitania da Paraíba, chamada de Filipéia em homenagem a Filipe II. Poderíamos citar outros casos, como o dos nativos que receberam o nome de índios em virtude da Carreira das Índias, em Pernambuco os atuais bairros de Santo Antônio e São José receberam na época pelos holandeses o nome de Mauritiópolis (Maurício + pólis = cidade de Maurício), em alusão a Maurício de Nassau. O Fort Frederick Hendrick, localizado no bairro de Santo Antônio e São José do Recife, que atualmente está localizado no mesmo lugar que o Forte das Cinco Pontas e que é hoje o museu histórico da cidade do Recife é outro exemplo, pois foi denominado Frederick Hendrick por homenagem de a familiar que era um militar que tinha que ele tinha grande apreço. A nomeação e denominação de pessoas e lugares demonstra essa relação íntima de poder. No que se refere a pessoas, o nome dos escravos são exemplos mais visíveis, pois quando adquirido por senhores de engenho era o nome uma das primeiras coisas que os senhores davam.

cultuado e conhecido pela defesa do cristianismo e que a capitania de São Paulo no Brasil é um dos exemplos dessa importância do santo na cultura portuguesa que foi transplantada para a cultura brasileira. Portanto, é provável que Jorge tenha nomeado seu filho em virtude do Santo Paulo.

Em termos familiares, o sobrenome tinha uma função de relacionar a família a pessoa e o nome geralmente era uma homenagem a alguém que o pai e a mãe achavam importante ou tinham apreço. Nesse sentido, era comum dar nomes aos filhos de religiosos, reis ou de antepassados de destaque da família. O fato de Paulo de Albuquerque passar a se chamar Matias tem um aspecto que também nos parece relevante, pois liga Paulo aos serviços prestados pelo seu tio que obteve sua guarda e que tinha importância dentro da casa real portuguesa em virtude dos seus serviços militares em Ormuz e na colonização portuguesa ocidental. Assim, em termos de nobreza o sobrenome Albuquerque se mantinha, mas se tornava ainda mais forte e relevante recebendo o mesmo nome do vice-rei da Índia.

Paulo nasceu em 1595, era quatro anos mais novo que Duarte e o pouco que sabemos sobre sua infância deve-se ao trabalho de Francis Dutra, que colocou o seu ano de nascimento como um ano difícil para a família dos Albuquerques Coelho em virtude da tomada do porto do Recife pelo pirata inglês James Lancaster.[416] Paulo talvez tenha sido dos Albuquerques Coelho o que teve maiores perdas familiares. Logo aos três anos de idade perdeu a mãe e depois de seis meses perdeu o pai. As perdas não pararam por aí, tendo quatro anos mais tarde a perda de seu tutor, o vice-rei que também irá falecer quando Paulo e Duarte eram muito jovens. A data exata da mudança do nome de Paulo para Matias é desconhecida, mas Francis Dutra estima que ela tenha ocorrida entre o dia 25 de abril de 1606 a 13 de março de 1607.[417]

Na maior parte da historiografia brasileira, Matias de Albuquerque aparece geralmente como capitão e governador de Pernambuco e depois como Governador Geral, que inicia a guerra contra os holandeses na Bahia e também como governador dos anos iniciais da guerra em Pernambuco até 1635. Embora, sua participação nas guerras no Estado do Brasil seja efetiva e muito citada, quase não existem estudos biográficos sobre sua história de vida. Um dos estudos pioneiros, pouco conhecido e quase nunca citado, inclusive com caráter biográfico de sua trajetória, foi escrito por Helio Viana.[418] O livro reúne e traz informações

[416]3d, Francis. *Infância e Juventude*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral. p 21.
[417] Idem. p 94.

[418] VIANNA, Helio. *Matias de Albuquerque*. Biografia. Edição do Departamento de Imprensa e Propaganda. Diretor-geral: Amilcar Dutra de Menezes, Diretor da Divisão e Divulgação: Heitor Moniz. Rio de Janeiro, 1944.

relevantes a partir dos estudos clássicos de Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo Varnhagem, mas o livro é marcado por uma historiografia nacionalista, de defesa ufanista e ideológica da nacionalidade brasileira e pela busca incessante por um herói. Helio Viana coloca Matias como Capitão Mor destacado da Capitania de Pernambuco, como Governador Geral do Brasil, Superintendente da Guerra, Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte, como governador do Arraial do Bom Jesus e governador das armas do Alentejo. Curiosamente, Helio Viana não trata da menoridade, nem da guarda de Matias e de sua relação com o vice-rei da Índia.

O livro carece de fontes primárias em arquivos portugueses e espanhóis, mas reúne informações relevantes da historiografia sobre Mathias de Albuquerque. As informações reunidas por Helio Viana, buscavam demonstrar, que Matias era um valoroso soldado, que tinha amor ao Brasil, um verdadeiro patriota. Helio Viana preso a historiografia nacionalista da ditadura militar brasileira não poupará elogios a Matias de Albuquerque, colocando ele como um homem de "alma incontestável, chefe onipresente que a tudo provia", que "sem desanimar procurava remediar o irremediável", coloca-o também como um "grande herói da resistência", "héroi de dois mundos, luso-brasileiro dos mais típicos, defensor da liberdade da terra em que nasceu", que havia cumprido seu dever.[419] Nessa última descrição, Helio Viana inclusive coloca Matias como nascido no Brasil, quando dos Albuquerques Coelho quem nasceu em Pernambuco foram Duarte Coelho de Albuquerque (2º donatário) e Jorge de Albuquerque (3º donatário), mas Duarte de Albuquerque Coelho (4º donatário) e Matias de Albuquerque nasceram em Portugal.

Ainda de acordo com Viana, foi ele o guardião do Brasil que lutou contra os holandeses e foi também o idealizador e criador do Arraial do Bom Jesus, maior centro de resistência luso-espanhola contra os holandeses. Em suas palavras, foi "mais do que o general da resistência ao invasor, foi o zeloso guardião da tradição luso-brasileira, que um hiato gerado pela força jamais conseguiria quebrar".[420] Mesmo com todas essas exaltações o livro possui informações cronológicas relevantes. O trabalho de Viana também carece de informações da participação de Matias de Albquerque no Norte da África e no início de sua carreira militar, mas toca no seu reconhecimento pela coroa portuguesa com o título nobiliárquico que recebeu em virtude na batalha do Alentejo.

[419] Idem. VIANNA, 1944. Op. Cit. p 34, 57.

[420] Idem. VIANNA, 1944. Op. Cit. p 35.

Sobre o período inicial de sua carreira militar, que antecendem sua vinda ao Brasil, Francis Dutra detalha que em 1617, Matias de Abuquerque foi servir no Teutão, que era um dos principais locais onde estavam os piratas mouros no Marrocos, depois ajudou a defender a guarda costeira do Mediterrâneo, retornado posteriormente a Ceuta. Francis Dutra, acredita que foi com a partir da graduação de capitão mor quando Matias ficou coordenando "pequenos esquadrões de múltipla nacionalidade (espanhola, portuguesa, italiana) no encargo da patrulha da costa de Berbere bem como do estreito de Gibaltrar", que ele conquistou o *status* de soldado prático.[421] Nesse período, Matias enfrentou piratas berberes, ajudou na patrulha do Mediterrâneo, combateu os mouros para salvar barcos ibéricos e depois em 1618 ficou em Tânger ajudando D. Pedro Manuel, o governador desta cidade.[422] Segundo Dutra, foi nessa época que Matias de Albuquerque conheceu André Dias da França, que depois sucedeu o próprio Matias na governança e capitania-mor de Pernambuco entre os anos de 1626 a 1629.[423]

Antes mesmo da biografia de Helio Viana e dos estudos de Francis Dutra sobre os Albuquerques Coelho, existiram outros trabalhos no século XIX, mesmo sem ter caráter biográfico ou sem o objetivo de abordar especificamente a participação de Matias de Albuquerque, que terminaram de certa maneira criando uma imagem de Matias do período da guerra contra os holandeses e como governador geral. Boa parte desses estudos, tiveram como fonte principal as informações deixadas por Frei Vicente de Salvador, que via Matias como "muito limpo de mãos, não aceitando coisa alguma a alguém, nem tirando ofícios para dar a seus criados. Nas ocasiões de guerra e do serviço de Sua Majestade foi muito diligente, e fragueiro, não se poupando de dia nem de noite ao trabalho".[424]

De acordo com o religioso, Matias de Albuquerque tinha partido de Lisboa para o Brasil, chegando a Pernambuco em agosto de 1621, pois "na verdade esta era em aquele tempo a mais importante de todas, por se haverem acabado as pazes e tréguas entre Espanha e

---

[421] DUTRA, Francis. *A África do Norte e o Mediterrâneo*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral. p 29.

[422] DUTRA, 1863. Op. Cit. p 29.

[423] Francis Dutra demonstra que a escolha de Matias de Albuquerque e André Dias França deve ter ocorrido em virtude da experiência adquirida por ambos nessas guerras africanas. DUTRA, 1863. Op. Cit. p 32.

[424] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 512. Charles Boxer irá reproducir essa defesa de Frei Vicente do Salvador de Matias como soldado honesto. Dirá Boxer: "Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo em que serviu como capitão-mor de Pernambuco e como governador-geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos, não aceitando coisa alguma de quem quer que fosse, nem tirando a outros os seus empregos para dar aos seus adeptos. IN: BOXER, C. R. Os holandeses no Brasil: 1624-1654. Recife: Cepe, 2004. p 54.

os holandeses, e se esperarem novas guerras nestas partes transmarinas".[425] Esse trecho de Frei Vicente é interessante, pois revela que a causa da vinda de Matias ao Brasil se dava em virtude do fim do acordo da Trégua dos Doze Anos, que ocorreu entre os anos de 1609 e 1621, em que Frei Vicente chama de pazes e tréguas. Para o historiador John Elliott, a Trégua dos Doze Anos favoreceu muito mais os holandeses que os espanhóis, sendo a trégua um momento em que os países baixos se fortaleceram, enquanto que a Espanha ficou mais vunerável.[426] É o fim desse tratado de paz que irá incentivar a guerra entre espanhóis e holandeses no Atlântico.

Dessa maneira, podemos entender a vinda de Matias de Albuquerque para o Brasil nesse contexto de preparação da monarquia para combater os hereges holandeses. A preocupação básica se fazia inicialmente na organização das fortalezas e no povoamento do território para combater o inimigo. De acordo com Francis Dutra, antes de vir a Pernambuco Matias de Albuquerque "deveria servir com D. Juan Fajardo no Estreito de Gibraltar, mas que provavelmente, Duarte de Albuquerque Coelho, seu irmão, deve ter convencido o monarca a ser o próximo capitão-mor em Pernambuco".[427]

Uma questão muito interessante levantada por Francis Dutra é que a indicação de Matias pode ser entendida também como uma forma da coroa impedir que os governadores gerais deixassem de residir em Pernambuco, algo que vinha ocorrendo com bastante frequência, pois os últimos quatro governadores gerais tinham morado a contragosto do reino em Pernambuco. Como vimos no capítulo anterior, a residência de governadores gerais em Pernambuco causou transtorno e muita dor de cabeça no reino. Segundo Dutra, o rei almejava na nomeação de Matias uma liderança necessária para Pernambuco impedir que os governadores continuassem morando em Pernambuco ao invés de residir na sede do governo geral na Bahia.[428] A ausência dos donatários pernambucanos Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque Coelho facilitaram que governadores ficassem na capitania em virtude de sua posição estratégica e da produção econômica que a capitania possuia.

---

[425] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 427.

[426] ELIOTT, John H.; PEÑA, F. de la, José. *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares***.** Madrid: Alfaguara, 1978. p 149.

[427] DUTRA, 1863. Op. Cit. P 32.

[428] Idem. DUTRA, 1863. Op. Cit. P 32.

Serafim Leite, revela que a chegada de Matias de Albuquerque ao Brasil ocorreu em 1620[429] e podemos dizer, que antes mesmo do período que antecede a chegada dos holandeses no Brasil o irmão do donatário encontrou uma sérias dificuldades e problemas para serem resolvidos. Sabiam disso Matias e Duarte, assim como a coroa e outros donatários do Brasil. A eminência do ataque estava para ocorrer. Alguns desses documentos e informações referente a Matias de Albuquerque, durante o período *ante bellum* ou do período pré-invasão dos holandeses, estão no livro que reúne documentos do Brasil durante os anos de 1607 a 1633, documentos esses que ajudam a revelar alguns desses problemas.[430]

Para Francis Dutra, além da ameaça holandesa Matias tinha como desafios o abastecimento do Norte do Brasil como o Estado do Maranhão, que já mencionamos aqui, assim como resgatar a autoridade donatarial que as ausências de anos de seus sucessores tinham causado.[431] Em termos de jurisdição desse período, Francis Dutra destaca que a maior ameaça a capitania vinha dos altos oficiais da coroa no Brasil já que a maioria dos governadores gerais preferiam morar em Pernambuco.[432] Permitir que os governadores gerais continuassem residindo em Pernambuco e governando o Brasil poderia fazer com que a coroa mais tarde levantasse a hipótese de retirar o mando hereditário de Pernambuco de seus donos, pois como vimos no capítulo anterior a mercê real de doação deveria ser sempre passada de rei a rei.

Entre os conflitos de Matias, encontram-se alguns documentos relativos a briga com Don Luis de Sousa, Governador Geral do Brasil.[433] Em carta de 1620, o desembargador Manuel Pinto da Rocha, escreveu para Matias para alertá-lo que o cargo de capitão e

---

[429] Serafim Leite diz na nota 3, na parte em que trata dos cursos do Colégio de Olinda que tinham dois cursos, entre eles o de latim fala o seguinte de Matias de Albuquerque, embora não cite a fonte: "Testemunho de Matias de Albuquerque de 1631: Havendo onze anos, que cheguei a primeira vez a esta Capitania, desde então sempre conheci aos Religiosos da Companhia de Jesus deste Estado". IN: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa; Rio de Janeiro: Portugália: Civilização Brasleira, 1938-1950. Volume 5. p 432. Nota 3.

[430] *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958.

[431] DUTRA, 1863. Op. Cit. p 33.

[432] Para uma boa análise sobre o embate jurisdicional que o desconforto dos governadores gerais causavam é feita por Francis Dutra. O mesmo demonstra que Frei Vicente do Salvador denunciou que Diogo Botelho estava interessado em enriquecimento pessoal, Ambrósio Fernandes Brandão insinuava que a presença dos donatários se dava realmente pela proximidade do reino ou se era pelos lucros que poderiam tirar proveito. IN: DUTRA, 1863. Op. Cit. P 336 e 37.

[433] Segundo Frei Vicente do Salvador Don Luis de Sousa foi Conde do Prado e Senhor de Beringuel, além de ser 12º Governador Geral do Brasil. De acordo com o BRASILHIS era sobrinho de Dom Francisco de Sousa. IN: http://brasilhis.usal.es/es/personaje/luis-de-sousa-souza, último acesso em 30 de janeiro de 2020.

governador de Pernambuco em termos de hierarquia dos funcionários do reino era menor que o cargo de Governador Geral de Luis de Sousa e sendo assim, esperava que Matias desse a ela o tratamento adequado ao Governador Geral do Brasil. Em resposta, Matias de Albuquerque escreveu de forma enfática dizendo: "observo mais as leis de sua magestade que a corrupção dellas"![434] Vimos no capítulo anterior, quando tratamos da importância estratégica de Pernambuco para o socorro do Maranhão, que Matias chegou a denunciar que oficiais da coroa estavam envolvidos com o tráfico de escravos de Angola naquele Estado dizendo que lá "não há ley" e que oficiais tinham "este custume ou corrupsella dos ditos oficiais que tem seus ordenados".[435]

Algumas questões nos parece interessante aqui: era Matias um defensor das leis? Ou alguns acontecimentos estavam indo de encontro aos interesses de sua família? Seria Matias um capitão contra a corrupção? Questões difíceis de serem respondidas por passarem por julgamento de valor. Mas o que salta aos olhos na documentação, primeiro é que Matias muitas vezes para justificar suas posturas e decisões recorria a lei e segundo, sempre busca justificar suas ações através do combate a corrupção. Vimos no início desse capítulo, que a justiça foi uma espécie de poder onde outros poderes se encontravam para decidir pleitos e reaver algumas decisões.

Essas questões também passam por uma discussão maior que é da prática das ilicitudes, das corrupções e das venalidades no Estado do Brasil durante o período filipino. Sobre esse assunto, o historiador José Manuel Santos Pérez demonstrou, que as corrupções e as práticas ilícitas no Estado do Brasil, embora pouco abordadas foram uma prática corriqueira. Mesmo que a monarquia espanhola tenha buscado realizar várias reformas extinguindo cargos e banindo tal prática ela continuou uma realidade. Ainda de acordo com Santos Pérez, "o fracasso das reformas seria assim outra das causas da crise total do sistema

---

[434] *Carta do desembargador Manuel Pinto da Rocha, ouvidor-geral do Estado do Brasil, a Matias de Albuquerque, capitão-mor de Pernambuco, transmitindo recado do governador D. Luís de Sousa, quanto ao tratamento que dele desejava receber, de Senhoria, e comentário de Matias, a respeito (1620*). IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 290 – 292. Francis Dutra faz uma boa discussão entre a briga de Matias de Albuquerque e Luis de Sousa. IN: DUTRA, 1863. Op. Cit. P 38 a 44.

[435] AGS, SP 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620*. fls 521 a 522v.

dos Habsburgo nos territórios portugueses atlânticos".[436] Em certo sentido, Matias tinha conhecimento dessa situação e não deve ter sido a toa que ele buscou demonstrar que havia corrupções e que faltava uma administração mais compremetida com os anseios de um funcionamento fiscal melhor administrado e que seguissem as normas da lei.

Mesmo assim, fica difícil colocar Matias de Albuquerque puramente como um mero defensor das obrigações e guardião das leis de Vossa Magestade ou como um capitão que odiava a corrupção como ele por vezes se colocou. Mas, fica evidente, que as denúncias de Matias sobre os desvios de negros de Angola no Maranhão trariam problemas para Matias junto aos oficiais da coroa no Brasil. Entre essas brigas, estavam a desavença contra o maior cargo do reino no Brasil no período, que foi o de Don Luis de Sousa, Governador Geral. Francis Dutra mencionou que Luis de Sousa acusou Matias de Albuquerque de chegar a proibir que só poderia entrar na capitania quem ele quisesse inclusive o próprio governador geral.[437] Francis Dutra, tem a tese que essas brigas ocorreram em virtude da ausência dos donatários anteriores na capitania. Não sabemos até que ponto essa birga tinha como causa e era motivado pela ausência do donatário, embora entendemos que sua presença contribuía para uma melhor organização, mesmo que na maioria das capitanias os donatários passavam suas vidas no reino. Duarte Coelho, o primeiro donatário de Pernmabuco fez várias queixas ao rei das consequências que a ausência dos donatários causaria.

Em nosso entendimento, embora a ausência dos donatários tenha gerado desmandos e perda da autoridade donatarial, acreditamos que um dos principais motivos da briga de vaidades entre Matias com o governador se deu pelos interesses das nomeações de cargos oficiais do reino na capitania de Pernambuco. Como capitania hereditária, Matias de Albuquerque não abriu mão dessa jurisdição donatarial que havia sido perdida em virtude da menoridade de seu irmão. Por outro lado, Luis de Sousa buscava demonstrar que governador geral estava hierarquicamente acima do donatário. O caso mais gritante nessa quabra de braço se deu quando Luis de Sousa tentou nomear João Pais Barreto e foi duramente reprimido por Matias de Albuquerque. O caso é curioso porque embora o governador geral hierarquicamente esteja acima em termos de cargo não conseguiu mandar na jurisdição da capitania. Francis

[436] SANTOS PÉREZ, José Manuel, *Práticas Ilícitas, Corruptelas e Venalidade no Estado do Brasil. A inícios do século XVII*. *O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil*, CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 155-177, Jan-Jun, 2019. p 19.
[437] DUTRA, Francis. *O capitão-mor de Pernambuco*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral. p 33.

Dutra, acredita que Matias de Albuquerque conseguiu respaldo com o rei porque demonstrou que "a corrupção e a negligência tinham se tornado meio de vida".[438]

A resposta de Matias ao dizer que observava mais as leis de Sua Magestade do que a corrupção delas para um desembargador também demonstra a força politica que possuia a família dos Albuquerques Coelho no Brasil, assim como junto a coroa e os cortesãos. Cabe também, uma observação sobre a flexibilidade das hierarquias dos cargos e da complexidade da justiça como alertado por Manuel Hespanha, pois mesmo em cargo inferior Matias não deixou de exercer suas ações, que confrontavam com as de Luis de Sousa. Nessa briga de braços o que sabemos é que Matias continua no Brasil, enquando Don Luis volta para Europa, passou constrangimento na sua volta e sofreu investigação tanto na sua residência do Brasil quanto em Portugal. Aqui cabe lembrar, que Diogo de Castro, um dos governadores de Portugal, que era sogro de Duarte de Albuquerque Coelho por ter ligação com os Albuquerques Coelho contribui para que a coroa ficasse ao lado dos donos de Pernambuco. Viemos demonstrando ao longo da tese como os matrimônios de Duarte Coelho e Jorge de Albuquerque foram importantes na ascensão política da família. Na briga entre Luis de Sousa e Matias de Albuquerque o primeiro saia perdendo justamente porque os Albuquerques tinha influência dentro do Conselho de Portugal e no Desembargo do Paço, além de possuir Diogo de Castro como um importante aliado político. A partir dessas disputas percebemos como as relações matrimoniais dos Albuquerques Coelho foram importantes para seus pleitos junto a corte.

Porém, não foi apenas com Luis de Sousa o único caso de briga de Matias com governador geral. Vieram outros casos, como por exemplo as desavenças com Diogo Luis de Oliveira e Diogo de Mendonça Furtado. Essas questões estão relacionadas pela briga do poder jurisdicional da nomeação dos oficias da capitania de Pernambuco. A briga entre Matias de Albuquerque com Diogo Luis de Oliveira mais tarde foi mencionada e foi motivo para que Don Fernando Mascarenhas, o conde da Torre, pedisse ao rei para exercer ambos os cargos, tanto o de governador, quanto o de general da retomada do Brasil em 1638. Desta maneira, escreveu o conde da Torre que "avendo duas cabeças não pode hum so corpo ser bem governado, nem he nesesario representar isto a Vossa Magestade com outras razõis que com os exemplares do mesmo estado sucedidos entre Diogo Luis de Oliveira e Matias de

[438] DUTRA, 1863. Op. Cit. p 33.

Albuquerque."[439] Reclamou Mascarenhas, que estando um governador na capitania da Bahia e o outro capitão na capitania de Pernambuco com tão grande distancia não haveria de ter resultados positivos. Com Diogo de Mendonça Furtado a briga de Matias não durou muito porque na invasão holandesa a Bahia o governador terminou sendo feito refém e a coroa resolveu logo nomear Matias com a dupla função de governador de Pernambuco e governador geral.

Numa rápida comparação financeira, através do documento que descreve os ordenados e emolumentos dos ofícios e cargos do período filipino do Estado do Brasil o valor pago ao Governador Geral da Bahia nesse período era de 1200U réis, o mais caro valor pago a um funcionário do reino na colônia. Porém, o governador geral não tinha direito de receber quantia de emolumentos segundo as informações do documento para que não recebesse propina nos contratos. Seu alto salário era justificado pelas suas grandes responsabilidades, mas também para que ele não realizasse corrupção. Este mesmo documento, atribui o valor pago ao capitão mor de Pernambuco o valor pago de 40U réis de ordenado, valor pago pela fazenda do donatário antes mesmo da chegada de Matias de Albuquerque, o que significa que o governador geral recebia trinta vezes mais que o governador e capitão mor da capitania de Pernambuco.[440] Obviamente esse não era o valor que recebia Matia de Albuquerque.

Sendo assim, não podemos dizer que Luis de Sousa recebeu mais que Matias de Albuquerque. É muito provável que Matias tenha acumulado além do cargo de capitão mor de Pernambuco, outros cargos como o de provedor da fazenda e que só de dos emolumentos somados davam 750U réis. Esses valores eram pagos da fazenda do próprio donatário, que no caso era seu irmão. É interessante fazer essa analogia porque Matias de Albuquerque em certo momento acumulou o cargo de Pernambuco juntamente com o de governador do Brasil, que somados ultrapassaria 2000U réis. Francis Dutra, informa que Matias enfrentou grandes dificuldades para que Matias recebesse duas comendas que haviam sido prometidas pelos serviços de seu tio homonônio, vice-rei da Índia no valor de 400$000, mas que ele nunca chegou a receber. Ainda de acordo com Dutra, a nomeação de Matias como capitão-mor de

[439] *Copia de hua carta que o senhor Dom Fernando Mascarenhaz escreveo a Sua Magestade em 17 de Maio de 638 e Copia de hua carta que o senhor conde da Torre escreveo a Sua Magestade pelo governo e Conselho de Portugal em resposta do escrito atrás do secretario Miguel de Vasconcelos*. IN: *Cartas do 1º Conde da Torre*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática/MRE. 2001, pgs 53 e 83.

[440] *Ordenados e Emolumentos dos ofícios e cargos do Estado do Brasil*. IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 57.

Pernambuco previa ganhos de 300U mil reís anuais, que resultariam em um ordenado mensal de 25U mil réis mensais, duas vezes mais que o valor pago a Dom Luis de Sousa.[441]

No próximo capítulo, retomaremos essa questão financeira da guerra quando tentaremos problematizar os custos da guerra. Mas o documento permite pensar também em termos financeiros que Luis de Sousa em regra receberia muito mais que Matias, mas na prática parece o que aconteceu foi o contrário. Cabe ressaltar, que não foram apenas problemas político-militar que Matias de Albuquerque precisou resolver. A morte do administrador dos defuntos em 1620 por exemplo, envolveu Matias em meio a um conflito político-religioso, que ocorreu entre os religiosos para saber como deveria ficar a administração do dinheiro dos mortos, que até então vinha sedo administrada por Antônio Teixeira Cabral.[442] Não sabemos ao certo a posição de Matias sobre esse assunto, mas parece a morte do administrador da caixa dos defuntos envolveu oficiais da câmara de Olinda, Paraíba e de religiosos regulares e seculares como os padres de São Bento, dos Capuchos entre alguns outros que aparecem na documentação. No documento, fica evidenciado, que logo no começo de sua chegada, Matias de Albuquerque precisou "visitar as trincheiras que achei danificadas e velhos fortes que não parecerão muito porque o achei da lage com algumas pedras fora caídas",[443] dedicando-se assim as estruturas militares para combater inimigos. Francis Dutra entendeu que carta, era uma forma de Matias de Albuquerque insinuar e se queixar dos antigos governadores gerais e dos capitães anteriores nomeados pela coroa, demonstrando que eles foram negligentes com a capitania, mesmo que Gaspar de Sousa tivesse informado a coroa que as capitanias de Pernambuco e do Rio Grande estavam melhor abrigadas para a defesa que a capitania da Bahia.

De acordo com o frei de Salvador, Matias de Albuquerque ajudou no socorro a Bahia fazendo "logo uma junta dos oficiais da câmara, capitães, prelados das religões e outras

---

[441] Francis Dutra diz que a embarcação de Matias saiu de Lisboa numa frota com 10 navios. DUTRA, 1863. Op. Cit. P 32.

[442] *Papéis sobre questão eclesiástica, do vigário provincial da Ordem do Carmo com oficiais da Câmara, com petição, despachos de Matias de Albuquerque, pareceres dos jesuítas, beneditinos e capuchos etc*. *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 292 – 302.

[443] *Carta de Matias de Albuquerque sobre obras militares que vinha realizando em Pernambuco*. Carta escrita em Olinda, 7 de Junho de 1620. IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 304.

pessoas qualificadas sobre se viria em pessoa socorrer a Bahia".[444] Entre essas ações e trabalhos de Matias, estão a fortificação da "vila de Olinda com muita diligência, cercando toda praia e pondo nela soldados com seus capitães em as estâncias necessárias, como também fez o rio Tapado, um terço de légua da vila, e o Pau-Amarelo".[445]

Devemos a Frei Vicente do Salvador, alguns aspectos pouco mencionados de Matias de Albuquerque pela historiografia como a repreensão na guerra contra os índios no sertão da Paraíba, na serra da Copaoba durante o momento da invasão holandesa a Bahia em 1624, além de demonstrar como Matias foi um articulador de defesa das capitanias do Estado do Brasil, entre elas a ajuda que fez em 1625 a D. Fradique de Toledo "ajudando e entregando mantimentos para recuperar uma nau da Índia que estava na Ilha de Santa Helena",[446] auxiliano a chegada de Francisco Gomes de Melo a Pernambuco, onde segundo ele foi o mesmo "recebido com extraordinário alvoroço e repiques da vila, sabendo por ele ficarem fervendo Portugal e Castela em socorro do Brasil".[447] Foi também, graças a obra de Frei Vicente, que tivemos algumas preciosas e detalhadas informações como a de que Matias "nunca quis andar em rede, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos", além de saber que o futuro Conde de Alegrete tinha uma "grande memória, e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse".[448]

O século XIX da historiografia brasileira foi marcada pelo positivismo, onde muitas missões arquivísticas foram realizadas para levantar documentos sobre a nossa história.

---

[444] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 455. Em uma das anotações de José Antônio Gonsalves de Mello sobre a obra de Frei Vicente do Salvador ele coloca que em toda obra frei Vicente do Salvador demonstra uma grande clareza e segurança ao relatar os acontecimentos, demonstrando um grande nativismo pela terra brasileira. Enquanto Rocha Pitta denomina a sua obra, impressa um século após a de frei Vicente, "História da América Portuguesa" o nosso "Heródoto" denomina, com título patriótico: "História do Brasil", comprovando a sua fé com os destinos da pátria, "como país que cedo ou tarde estaria independente. Existem outras informações escritas da impressão do autor de Tempo dos Flamengos, e um recorte de jornal de um texto de Leonardo Dasn Silva chamado Frei Vicente, o Precursos da História Brasileira, depois de quatro séculos, texto publicado no Jornal do Commercio em 29 de janeiro de 1967 (domingo).

[445] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 455.

[446] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 506.

[447] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 462 e 463. Com este socorro chegou D. Francisco de Moura a Pernambuco, pátria sua, em três caravelas, das quais ele capitaneava a sua, e as outras duas Hyeronimo Serrão e Francisco Pereira de Vargas, aos quais se ajuntaram em Pernambuco Manuel de Sousa de Sá, capitão-mor do Pará, e Feliciano Coelho de Carvalho, filho do governador do Maranhão, que se ofereceram para os acompanharem, e o governador Matias de Albuquerque lhes deu seis caravelões e oitenta mil cruzados mais de novos provimentos, e nos caravelões e oitenta mil cruzados mais de novos provimentos, e nos caravelões se meteu todo o socorro que vinha nas caravelas, o que tudo se fez dentro de oito dias, no fim dos quais se partiram do Recife, e foram desembarcar a torre de Francisco Dias de Ávila, donde se vieram por terra ao arraial.

[448] SALVADOR, 1965. Op. cit. p 513.

Buscava-se o ineditismo do documento e diversas missões diplomáticas foram realizadas no intuito de "resgatar" nosso passado e desvendar documentos inéditos de nossa história.[449] Entre os inúmeros trabalhos desse período, se destaca a obra de Francisco Adolfo Varnhagem,[450] que colocou Matias como "mais conhecedor que o pai do modo de levar os índios"[451] e destacou também seu trabalho militar junto Francisco Nunes Marinho na defesa da Paraíba, homem que segundo Varnhagem Matias depositava muita confiança.[452] Assim como Frei Vicente do Salvador, Francisco Adolfo Varnhagen foi um dos que ajudaram a construir a noção de Matias de Albuquerque como soldado diferenciado.

Cabe alertar, que embora considerado um grande pesquisador positivista, em algumas partes de sua obra, Varnhagen utiliza poucas fontes e emprega uma narrativa não científica. Em uma de suas narrativas o Barão de Porto Seguro, afirma que Matias de Albuquerque não teve culpa e não teve a estrutura adequada para garantir a defesa de Pernambuco, pois contava em 1630 com apenas 27 soldados. Assim, como Frei Vicente do Salvador e Hélio Viana, que constroem uma imagem de um Matias como guerreiro, Francisco Adolfo de Varnhagen também teve uma postura de defesa de suas ações chegando a dizer que não haveria que faltassem "escriptores que calumiem sua memória, dizendo que só cuidará de festas, cumpre-nos dizer que sabemos, pelo contrário, de factos mui positivos que nos recomendam as muitas e mui adequadas providencias que tomou".[453]

Oliveira Lima destacou Matias como "exemplo de tantos fidalgos portugueses, ao tempo da união das coroas ibéricas, como militar servira com Spinola na bela escola de

[449] É também no final do século XIX que muitos Institutos Históricos Brasileiros enviaram pesquisadores com missões de levantar documentos fundamentais de nossa história. Em Pernambuco o trabalho realizado por José Hygino e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, assim como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro começaram uma série de publicação em revistas semestrais com publicação de documentos da história do Brasil.

[450] Varnhagen foi transferido de Portugal para a Espanha em 1847, com objetivo de realizar pesquisas em Simancas. Segundo Clado Ribeiro de Lessa foi elogiado pelo seu trabalho em despacho ministerial datado de 17/02/1848. Varnhagem ficou na Espanha de 1847 a 1851. IN: "Vida e Obra de Varnhagen", RIHB vol. 225 (Rio, 1955) pp.123/124.

[451] GARCIA, Rodolfo (org.). *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.* 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953. Volume 1. p 170.

[452] GARCIA, 170. Op. cit. p 216 e 217.

[453] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil [sic]*. Rio de Janeiro: Caza de E. e H. Laemmert, 1854. Volume 2. p 359. Trata-se de uma obra que pertenceu a coleção de José Antônio Gonsalves de Mello e pertence hoje a Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand. Referência ORR L0093. Nessa obra Varnhagen faz muitos elogios ao livro Memórias Diárias da Guerra do Brasil de Duarte de Albuquerque Coelho. Esse mesmo elogio ao livro de Memórias de Duarte é reiterado no livro História das lutas com os holandezes desde 1624 a 1654, em que o autor inclusive erra no prefácio ao se referir a Duarte de Albuquerque Coelho como 3º donatário de Pernambuco quando o mesmo é o 4º donatário. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandezes no Brazil desde 1624 a 1654***.** Viena: [s.n.], 1871. p IX.

flandres".[454] Apesar de todas essas informações, o melhor e mais completo estudo dos Albuquerques Coelho coube ao estadunidense Francis Dutra, que se dedicou a investigar Pernambuco a partir da história e da trajetória dos Albuquerques Coelho a partir dos anos 1960. Dutra se distanciou do caráter nacionalista dos demais estudos e trouxe um novo olhar a partir de novos documentos a partir de Simancas e da Torre do Tombo. Este historiador foi investigando aos poucos a história de Duarte Coelho, primeiro donatário e depois pesquisou a participação de Matias de Albuquerque na defesa das capitanias do Norte do Brasil.[455]

Embora, esses textos de Francis Dutra tenham sido publicados de forma espaça, além de tratar dos vários donatários e com variadas fontes sobre os Albuquerques Coelho, coube a Francis Dutra o melhor trabalho sobre a história da família e também sobre a vida de Matias de Albuquerque. Trabalho que terminou sendo reunido e publicado em forma de dossiê na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAHGPE), em uma edição comemorativa dos quatrocentos anos dos Lusíadas.[456]

Evaldo Cabral de Mello, um dos maiores historiadores do período colonial brasileiro escreveu que Matias de Albuquerque era "um competente militar e administrador que já governava a capitania e que em antecipação do ataque batavo fora enviado de volta por Madrid como comandante supremo".[457] Podemos sistematizar o período ou a importância de Matias de Albuquerque para a defesa do Brasil ou como capitão e governador de Pernambuco do período de sua chegada, em que ele contribui com a defesa das capitanias do Norte do Brasil, que ajuda na defesa da Paraíba e do Maranhão e depois na primeira grande invasão holandesa das Índias Ocidentais em Salvador, na Bahia. Durante esse período, Matias de Albuquerque teve problemas sérios com o Governador Geral do Brasil Dom Luis de Sousa.

---

[454] Oliveira Lima no Livro *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, 1895, pags. 63-64.

[455] Embora os trabalhos de Francis Dutra sobre os Albuquerques Coelho tenham sido em forma de artigos, pois ele não escreveu livros sobre são trabalhos fundamentais para a trajetória da família. O trabalho dele possui uma análise documental até então não utilizada pela historiografia. O diálogo de informações de viajentes, historiografia e suas pesquisas na Torre do Tombo e Simancas acrescentaram informações relevantes sobre a história de Jorge de Albuquerque e de seus filhos Matias de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho. In: DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque and the defense of Northeastern Brazil, 1620-1626***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973. 117-166; DUTRA, Francis A. *COLONIAL Roots of Modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Edição de Dauril Alden. Texto de Francis A. Dutra. Berkeley [EUA]: University of California Press, 1973. 19-60; DUTRA, Francis *A. Duarte Coelho Pereira, first lord-proprietor of Pernambuco:* the beginning of a dinasty. Washington, D.C.: [s.n.], 1973. 415-441, Separata.

[456] *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano***.** Recife: Imprensa Industrial, 1976. Volume XLVIII. Francis Dutra estabeleceu uma relação profissional com José Antônio Gonsalves de Mello e algumas correspondências deste historiador podem ser encontradas na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand demonstrando o respeito que Francis Dutra tinha com Gonsalves de Mello.

[457] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 29.

A trajetória de Matias de Albuquerque foi colocada na maioria das vezes pela historiografia, partindo de um pré-julgamento em defende-lo ou condená-lo pela derrota da presença holandesa em Pernambuco. A maioria da historiografia entende, que Matias foi um militar de destaque e que ele não teve culpa da capitulação de Pernambuco em 1630. Essa historiografia, em sua maioria além de buscar julgar Matias de Albuquerque também buscou julga os espanhóis pela derrota contra os holandeses. Boa parte dessa historiografia criou a imagem de negligência pela coroa espanhola com o Estado do Brasil.

Vimos no capítulo anterior, que Pernambuco exercia um papel estratégico de defesa da América incluindo a prata de Potosí, na circulação do comércio Atlântico de escravos e também para a defesa da costa do Brasil. No próximo capítulo, em que trataremos da resistência e das armadas espanholas poderemos retomar essa questão de negligência da coroa com a guerra de Pernambuco, pois falaremos um pouco sobre as armadas em que a coroa ajudou a organizar e financiar. Agora nessa parte do trabalho, estamos demonstrando os antecedentes da chegada dos holandeses e a participação de Matias de Albuquerque no *ante bellum* e como o coroa tinha ciência do que podia acontecer com as invasões de seus adversários, além de tratar dos motivos dessas invasões ao Brasil.

O ano de 1621, três anos antes da invasão holandesa na Bahia, é um ano muito emblemático dentro da política na Monarquia Hispânica porque é a data que finalizada o acordo firmado da Trégua dos Doze Anos, entre a espanha e as províncias da neerlândia, mas é também o ano em que Filipe III morre e dá início sucessão do reinado de Filipe IV. A coroa começaria a enfrentar dois grandes desafios, primeiro a retomada da guerra contra os países baixos e segundo a sucessão de seu monarca. Isso significa dizer, que a coroa espanhola enfrentava em um único momento as forças militares externas e as pressões políticas internas. Foi nesse período, que Matias de Albuquerque veio ao Brasil e ajudou a reprimir invasores no Maranhão, na Paraíba, nas capitanias do Norte, assim como na luta contra os indígenas no interior da capitania. Matias tinha ciência que o momento era desafiador. Sobre essa relação do Estado do Brasil com o Reino existe uma documentação interessante e abundante, que demonstram que Madrid e Lisboa sabiam do perigo e do desafio que começariam a enfrentar.[458]

[458] Parte dessa documentação está sob a guarda do Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários de Portugal, documentos que datam de 1619 a 1626. Para essa documentação utilizamos a publicação do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. 2 v., il.

Em 1622, um ano após o término da Trégua dos Doze Anos a coroa tomava ciência de "*navios que em Olanda se prebenian para la empresa diche del Brasil avian partido ya para Samalo*".[459] A orientação inicial obtida pela coroa era para que se "*poblase la costa que corre del Brasi hasta Santo Tome de Guayana y vocas de Prago y de los demas rios*".[460] Como colocamos no primeiro capítulo, o sistema de defesa das capitanias estavam baseados em fortificações e na povoação das regiões.

Contudo, essa não foi uma tarefa fácil de ser realizada e foi preciso contar muito com a ajuda local dos nativos. Gaspar de Sousa, em carta que escreveu ao rei sobre o assunto que "*la costa del Brasil tiene la siudad de la Bahia que es la cabesa de aquel Estado sus fuertes rasonables aunque mal probeidos de artilleria como lo estan todos los demas ultramarinos*".[461]Acrescentava Gaspar de Sousa, que havia deixado a capitania de Pernambuco com mais força da mesma maneira que a capitania do Rio Grande, mas mesmo assim alertava para que avisasse ao governador do Brasil e capitão de Pernambuco "*enbiandole municiones y polbora para acudir com ellas a las partes del Norte y del Sur de toda aquella costa*". Essa carta de Gaspar de Sousa, ex-governador do Brasil é interessante por dois motivos. Primeiro porque traz a informação que a Bahia possuía fortes razoáveis, mas que estavam necessitados de artilharia assim como toda costa do Brasil. A segunda informação relevante, é que mesmo com desavenças com Matias de Albuquerque, Gaspar de Sousa informa que quando tinha deixado o Brasil, Pernambuco estava com mais condições de armaria, assim como o Rio Grande do Norte.

Embora, segundo Gaspar de Sousa, estivesse a capitania de Pernambuco com mais condições de munições e pólvora ele orientava para que a ajuda e socorro ao Estado do Brasil ocorresse via Pernambuco, que corrobora com nossas afirmações da importância geo-estratégica da capitania de Pernmabuco para o Estado do Brasil feitas no capítulo anterior, em que a mesma era uma capitania central no auxílio militar para as capitanias do Norte. Se por um lado, Gaspar de Souza recomendava a coroa que a capitania de Pernambuco estava em

---

[459] Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários de Portugal. *Relacion sumaria de los avisos que há avido em razon de las pretenciones que se hacian em Olanda para el Brasil*. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 287.

[460] Idem.

[461] *Carta de Gaspar de Sousa para el rei-, acerca do Brasil, suas possibilidades de defesa e estado em que se encontram as suas capitanias*. p 289. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 289.

melhor condições que a capitania Bahia, por outro lado, Matias de Albuquerque reclamava das condições das fortificações de sua capitania tentando demonstrar que deveria ter ocorrido negligência e corrupção para a situação que ele encontrava da mesma.[462]

Ainda que, Gaspar de Sousa tenha transmitido suas orientações, o Conselho de Portugal discutia em 23 de julho de 1623 a questão de fortalecer e defender o Brasil, pois sabiam de "armadas, que tem sahido de Olanda, e dos avizos que ouve de seus desenhos, ordenou Vossa Magestade que se estivesse com cuidado das cousas do Brazil",[463] deveria se prevenir particularmente Pernambuco e que no mês de maio por informações transmitidas pelo secretario João de Ciriça aos governadores de Portugal que se deveria enviar o maior socorro que fosse possível.[464]

Además destas informações, o documento informa que os governadores de Portugal, em resposta haviam dito que já haviam enviado duas caravelas de socorro ao Brasil com "soldados práticos duplicando os avisos, dirigidos ao governador Diogo de Mendonça Furtado, e Matias de Albuquerque capitão de Pernambuco com ordem de lhes repartirem por todas as capitanias".[465] Consta no documento, que além de ter enviado duas caravelas, que em Pernambuco havia "soldados, alardos, e vigias, e o capitão Matias de Albuquerque, tinha tudo bem aparelhado para defender e assy se fazia nas capitanias da Parahiba e do Rio de Janeiro".[466] O documento revela o que um ano mais tarde viria acontecer, demonstra que Pernambuco estava mais pronto para combater os holandeses do que a Bahia. A escolha não foi aleatória pela companhia neerlandesa. Curiosamente, o documento fala nas defesas dos portos do Brasil e cita duas vezes chamando atenção *particularmente* para os portos de Pernambuco, o que reitera nossas colocações no primeiro capítulo da importância desses

---

[462] *Carta de Matias de Albuquerque sobre obras militares que vinha realizando em Pernambuco*. *Olinda, 7 de Junho de 1620.* IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 304-305.

[463] *En la consulta del Consejo de Portugal de 23 de Junio sobre el estado en que estan las cosas del Brasil*. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 496.

[464] *Informações sobre projetos de ataques inimigos*. Escrita em Madrid, 23 de Junho de 1623. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 497 e 498.

[465] *Informações sobre projetos de ataques inimigos*. Escrita em Madrid, 23 de Junho de 1623. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 497 e 498.

[466] Idem.

portos. A escolha de invadir a Bahia e não Pernambuco também deve ter se dado por essa ajuda e conhecimento de qual capitania estava mais vunerável.

Tanto esse documento quanto o documento anterior demonstram que o fim da Trégua dos Doze Anos foi um fator crucial nas guerras contra os Holandeses no Atlântico, pois já em 1622 e 1623 já se buscava prevenir e socorrer o Estado do Brasil contra novas invasões. Transcrevemos o trecho que contextualiza melhor a situação das capitanias e nos dâ uma dimensão de como estava a situação do Brasil:

> "O que fica referido he o que se escreveo o governador do Brazil, e eles responderão, acerca das prevenções, que tinhão feito para avisar e socorrer ao Brazil, e noticia que se tem da defesa que há naqueles portos, principalmente nos da Bahia, e Pernambuco, que como tem mayores povoações, e na Bahia assiste o governador do Estado, e em Pernambuco Mathias de Albuquerque, poderão milhor resistir a qualquer cometimento de enemigos, mayormente estando se em ambas as partes com o cuidado que se tem entendido. Porem nem por isto se pode elle perder, de tantos outros portos, e lugares que há no Brazil estendidos por mais de oitocentas legoas de costa, sendo polla mayor parte muy poco defensáveis, e tendo o socorro muy longe, e ficando o arbítrio dos enemigos demandar qual lhes parecer que poderá tomar com mais facilidade".[467]

O documento traz essa preocupação com as duas capitanias, reitera por duas vezes que defendessem os portos do Brasil e "particularmente" os portos de Pernambuco, chama atenção que na Bahia deveria fazer uma cidadela por "não ser aquella cidade defensável por sitio, nem por fabrica e ser muito importante ter uma retirada segura, em que tem os enemigos terra se possa recolher".[468] Através deste documento fica verossímil que Pernambuco estava menos desguarnecida que a Bahia, e ainda que, Pernambuco contava com um soldado prático como se referiu a Matias de Albuquerque o Conselho de Portugal. Tudo faz crer que a presença de Matias de Albuquerque em Pernambuco afugentou a investida em Pernambuco.

No final de junho de 1624 chegavam informações de "*que algunos marineros de uma Nao que partio de Pernambuco en el Brasil en la octava de la Pasqua de Flores han dicho que toparon 32 naos olandesas que iban nabegando al Sur de que dan quenta Vuestra Magestad por ser cosa de cuydado*".[469] A cada momento que se passava a aproximação do conflito ficava mais evidente no reino da chegada dos holandeses ao Estado do Brasil. Em

---

[467] Idem.

[468] Idem.

[469] *Informações sobre intentos holandeses quanto ao Brasil.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 465.

setembro chegavam informações ao Conselho de Portugal, de que os cristãos novos haviam ajudado a invasão holandesa na Bahia, em uma carta de Henrique Sinel, ele informava que "sus inteligências con los de la nacion hebrea" e "que ayudaran los christianos nuevos".[470]

As informações transmitidas nas cartas de Henrique Sinel já eram sabidas pelos ministros do Conselho de Portugal, pois em um dos documentos que os ministros discutem o socorro da invasão eles mencionam que estão "justificadas de ser entrada la Baía por traicion de los chritianos nuebos".[471] Porém, o interessante desse documento é que ele revela a preocupação de uma traição ainda maior que vinculava e manchava a imagem de gente ligada e influente na corte. Tratava-se de um neto de Don Antônio, "*que fue Prior de Ocrato como por el judio a quien en Pernambuco se tomo el dicho, afimar que los christianos nuebos moradores de la Baía dieron entrada a los enemigos*".[472] Esse é um dos documentos que demonstram uma profundidade conhecimento dos ministros do reino da invasão holandesa na Bahia. Sabiam que havia ocorrida a invasão com ajuda dos cristãos novos e que o neto de Don Antônio, o prior do Crato, que tinha ajudado na invasão tinha ligação judia como menciona o documento.

Trata-se de uma fonte extensa que traz opiniões dos ministros do Conselho de Portugal e do Conselho de Estado, além da opinião do Conde-Duque de Olivares, entre outras personalidades influentes dentro das decisões da corte. Olivares advertia que seria interessante executar as orientações de Don Luis de Sousa, por ter sido ele experiente nos assuntos tocantes ao Brasil já que tinha sido governador geral, mas orientava também Olivares para que "*diese tal forma en la mezcla de castellanos y portugueses que en la tierra y em la mar no huviese inconveniente en el servicio*".[473] Essa opinião do Conde Duque de Olivares, para que as tropas fossem mescladas por soldados castellanos e portugueses é interessante porque será reforçada por alguns membros durante o mesmo parecer. Assim como é interessante que mesmo entre o desgaste com Matias de Albuquerque Luis de Sousa ainda era escutado na

---

[470] *Avisos de Henrique Sinel sobre intentos de holandeses*. Cata datada de 2 e de 29 de setembro de 1624. *Informações sobre intentos holandeses quanto ao Brasil.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 514.

[471] *Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 524.

[472] Idem.

[473] Idem.

corte para decisões sobre o Brasil. Embora, Francis Dutra tenha colocado que Matias de Albuquerque conseguiu afastar o governador de suas funções, sendo inclusive investigado no Brasil e em Portugal vemos que Gaspar de Sousa ajudava nas orientações do Estado do Brasil.

Segundo J. Elliot, o Conde-Duque de Olivares tinha preferência por juntas ao invés de conselhos estabelecidos, o que nesse caso do socorro da Bahia demonstra que o Conde-Duque ou tinha respeito a Luis de Sousa, ou o considerava com conhecimento técnico sobre o assunto de conflitos e guerras no Brasil. Ainda de acordo com o historiador inglês, a imagem que Olivares deixa é que ele sempre buscou manter a unidade da Espanha e pouco se importou com os estatutos de limpeza e pureza da relação de sangue.[474]

Como dissemos no primeiro capítulo, o Conselho de Portugal tinha um poder de orientação muito forte junto ao rei, por vezes mais força que o próprio vice-rei, que estava longe da corte espanhola em Portugal. Cabe lembrar também, que caso a coroa não quisesse tratar de assuntos com intervenção dos portugueses teria que discutiria em outros Conselhos como o Conselho de Estado. É compreensível, que com a influência do Prior do Crato no Conselho de Portugal algumas críticas como o exemplo da ligação de seu neto na invasão a Bahia fosse prejudicar a sua imagem. Isso sem falar e investigar que alguma desavença política poderia prejudica-lo.

O assunto da invasão a Bahia tinha sido tão grave que nesse documento há discussões conjuntas tanto de ministros do Conselho de Portugal, quanto do Conselho de Estado no calor do socorro a Bahia. Do Conselho de Estado, participaram da instrução o "Marques de Villa Franca, Don Agustin Messia, Presidente de Portugal y Hazienda, Don Fernando Giron, Conde de Gondomar, Marques de Castel Rodrigo, Don Diego Messia, Juan de Pedroso, Don Francisco de Bragança, Mendo da Mota y Don Antonio Pereira.[475]

Ao logo do documento, dentre as diversas opiniões de pessoas influentes na corte podemos dizer que Don Antônio Pereira estimava que deveria a ajuda ser de 13 mil infantes, que o Conselho de Estado reitera que deveriam ter pessoas de "*calidades, baxeles ligeiros",*

[474] ELLIOTT, John H.; F.DE LA PEÑA, José. *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares.* Madrid: Alfaguara, 1978. p 42, 73, 85, 96, 173. Elliot chega a tratar como obsessão de Olivares pela centralização em virtude de suas decisões políticas.

[475] *Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 523 – 534.

soldados da África, Ceuta, Tanger y Mazagan por serem soldados experimentados e "*sufridores de gran trabajo*".[476]

O documento é repleto de informações interessantes, entre elas destaca que deveria se pedir ajuda das indicações de Gaspar de Sousa para os irmãos Estevan de Brito y Vasco de Brito, que eram irmãos ricos que poderiam ajudar. Em um dos trechos do documento, ele menciona que "*o Brasil se compõe de 3 suertes: de hombres, del gentio natural de portugueses y negros de Angola y Cabo Verde, os quais trabalham os agentes de azucar que deveriam ser reduzidos ao serviço de V. Mgd"*.[477] Portanto, o Conselho de Estado informava ao rei que para uma boa defesa do Brasil precisaria contar dos nativos (índios), dos portugueses que aqui estavam e dos negros de Angola e Cabo Verde que trabalhavam em torno do açúcar para ajudar na defesa.

Está presente no documento uma preocupação reiterada de que a coroa não deveria deixar de enviar munições rapidamente a Pernambuco e ao Rio de Janeiro, pois uma ajudaria nas defesas das capitanias do Norte e outra na defesa das capitanias do Sul. Porém, o Conselho alertava que deveria se cobrar do donatário de Pernambuco, assim como outros donatários de outras capitanias como "son el Duque de Avero y el Conde de Monsanto que acudam com gente nesseria para su defensa".[478] O documento revela, que o capitão Gama deveria chegar a Pernambuco como sargento-mor para a ajuda ter mais efeito e autoridade.[479]Provavelmente o documento se refere a Pedro Correia da Gama, que foi sargento-mor em Pernambuco e que foi mencionado elogiosamente por diversas vezes por Duarte de Albuquerque Coelho no Memórias Diárias da Guerra do Brasil. Duarte em sua descrição revela que Pedro Correia da Gama era um sargento-mor que havia militado muitos anos em Flandres e que muito contribuiu para a defesa da capitania de Pernambuco.[480] É muito provável, que o capitão Gama como é mencionado no documento tenha sido Pedro Correia da

[476] Durante o mestrado encontramos um documento de Simancas referente ao socorro em 1630 que também sugere para recolher pessoas na África para servirem no Brasil.

[477] *Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 523 – 534.

[478] Idem. *Op. Cit. Documentação Ultramarina Portuguesa*. p 523 – 534.

[479] Idem. *Op. Cit. Documentação Ultramarina Portuguesa*. p 523 – 534.

[480] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. pgs 36, 42, 142, 148, 158, 167, 169.

Gama que foi "sargento mayor del tercio viejo de Portugal en la flota de D. Fadrique de Toledo que recupera Bahia en 1625".[481]

Sobre algumas orientações específicas dos ministros destacamos também a de Mendo da Mota, que fez uma interessante analogia dessa parte do Brasil, dizendo que na "*Olanda diziam os enemigos que iriam tomar o brazo derecho da monarquia*",[482] Don Francisco de Vergança destacou que o donatário de Pernambuco enviasse todo o socorro que suas forças chegassem, Don Diego Messia julgava conveniente que a coroa enviasse 3 mil soldados castellanos sem gente portuguesa alguma, o Marques de Montes Claro reiterou que as munições fossem logo a Pernambuco e que os irmãoes Estevan de Brito e Basco de Brito fossem comunicados como orientou Dom Luis de Sousa, Don Fernando Giron sugeriu que levasse 4 mil pessoas de mar y guerra, mas que fossem 3 mil castellanos e 1 mil portugueses, o Marques de Castel Rodrigo dizia que la persona de Fradique de Toledo era muito próprio para tal empresa e que deveria ir primeiro a Pernambuco para se juntar com as forças que lá tinham e recomendava que mantivesse "los fieles y lod dudosos com miedo". Por fim o Duque de Villa Hermosase conformou com todo parecer da junta e dizia que as caravelas que sairiam ao Brasil deveriam sair ou das cidades do Porto, Viana, Avero e Lisboa com 20, 5 e 3 mil hombres de guerra, além de embarcar Don Pedro de Toledo. Dentre os vários consultores influentes do Conselho de El Rei estavam o Marques de Castel Rodrigo que era parente de Luis Coutinho que buscou a guarda de Duarte e de Matias, que tratamos anteriormente.

Em um dos trechos do documento, existe uma clara preocupação para "tomar conta y cuidado porque podem se infestar pelo Rio da Prata, Buenos Aires y o Estado do Peru".[483] O documento se referia inclusive "*que o senhor rey Don Phillipe el prudente abuelo de Vuestra*

---

[481] Informação disponível no Banco de Dados Brasilhis sobre Pedro Correia da Gama, que utiliza para essas informações de referência documental *MN, Museo Naval, MN. 13. 1625, "Compendio Historial de la Jornada del Brazil y Sucesos de Ella... Por Dn. Juan de Valencia y Guzman natural de Salamanca que fue sirviendo a su Magestad en ella de soldado particular, y se halló en todo lo que pasó.*" E para referência bibliográfica Frei Vicente do Salvador (SALVADOR, 1627. p 238), que diz "Una vez recuperada la ciudad de Salvador de Bahía, hubieron de hacer frente a una flota enviada por los holandeses en auxilio de sus fuerzas. Para poder centrarse en esta nueva amenaza, D. Fadrique de Toledo repartió los restos de mercancías y haciendas arrebatadas a los moradores por los holandeses entre los soldados, nombró a *Pedro Correa* sargento-mor del presidio de la ciudad, con mil soldados, siendo éste descrito por frei Vicente Salvador como "soldado velho, experimentado nas guerras de Flandres". Disponível em http://brasilhis.usal.es/es/personaje/pedro-correa-gama-da-gama (BRASILHIS), último acesso em 01 de janeiro de 2020.

[482] *Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 523 – 534.

[483] Idem. *Op. Cit. Documentação Ultramarina Portuguesa*. p 523 – 534.

Magestade enviou uma armada aquela parte do Brasil y Buenos Aires que tinha ido capitão Pedro Flores Baldes".[484] Essa troca de correspondências, demonstra que Madrid tinha muitas informações entre os anos de 1621 a 1624 sobre o que se passava em termos de interesses dos holandeses no Estado do Brasil.[485] O historiador holandês Bejamin Teensma, explica que Guilherme Usselinx e Jan Andries Moerbeeck aconselharam que os Estados Gerais criassem um projeto que começou a ser executado em 1621 com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, em que "ordenaram nova companhia de dezenove (diretores) mais ladrões e corsários que tratantes e mercadores, para infestarem a quarta parte do mundo: Espanha Nova, Peru e Brasil".[486]

Não demorou muito, e em menos de 3 anos do fim da trégua dos doze anos, no dia 8 de maio de 1624 a Companhia das Índias Ocidentais invadiu a Bahia de Salvador com cerca de vinte navios e três mil e trezentos homens. Nesse momento, Matias tornava-se fundamental para organizar a resistência e ajudar na expulsão dos holandeses. Francis Dutra, adjetivou o período da invasão holandesa a Bahia como um momento dificílimo para Matias de Albuquerque. De acordo com este historiador Matias contava com com cerca de 400 militares

---

[484] Idem. *Op. Cit. Documentação Ultramarina Portuguesa*. p 523 – 534.

[485] São diversos os documentos que revelam as informações que chegavam a corte não apenas que vinham do Brasil, quando dos Países Baixos. Entre eles, que aqui estamos utilizando demos até o momento nessa parte da documentação publicada pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos de Papéis Vários de Portugal que estão no Museu Britânico. Destacamos aqui os documentos relativos entre 1621 e 1624 que foram publicados, são eles: *Relação sumaria sobre as informações dos preparativos holandeses para atacar o Brasil; Sobre as prevenções a tomar no Brasil, para assegurar a sua defesa e expulsar os holandeses. S.d; Carta de Gaspar de Sousa para el rei-, acerca do Brasil, suas possibilidades de defesa e estado em que se encontram as suas capitanias; Informações sobre intentos holandeses quanto ao Brasil (29 de junho de 1624); Sobre o estado das coisas do Brasil (Madrid, 1 de julho de 1623); Informações sobre projetos de ataques inimigos (Madrid, 23 de Junho de 1623); Informações sobre possibilidades de defesa dos portos do Brasil; Avisos de Henrique Sinel sobre intentos de holandeses(2 de setembro de 1624); Idem. Sobre o mesmo assunto. (Madrid, 29 de setembro de 1624); Sobre intentos holandeses contra o Brasil, Socorros a enviar (Madrid,29 setembro de 1624); Avisos de D. Andres de Prado, sobre um socorro de 40 navios holandeses para o Brasil. Declaração de um marinheiro holandês sobre o assunto (Madrid, 19 de outubro de 1624; Consulta, pedindo os 4 navios embargados em Sacavem; Sobre o mesmo assunto (Madrid, 27 de agosto de 1624); Sobre informação da Câmara de Lisboa, acerca dum pedido dos governadores para se arranjar contribuição de dinheiros para o socorro (2 de setembro de 1624); Parecer do Conselho sobre o assunto (Madrid, 27 de Setembro de 1624); Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil (Madrid, agosto de 1624; Relação das provisões de gente e mantimentos que leva a armada do Brasil (9 de dezembro de 1624); Declarações acerca de planos holandeses, feitas pelos holandês que se aprisionou; Sobre uma consulta do Conselho de Portugal acerca da formação de uma armada de 10 navios de guerra para proteger os que vem do Brasil (madrid, 20 de setembro (Madrid, 20 de setembro de 1624)*. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Existem dessa coleção cinco volumes, esses são referentes ao segundo volume.

[486] TEENSMA, B. N. A *Mundividência Nacionalista e Fidalgueira do Padre Bartolomeu Guerreiro S. J. (1560-1642*). IN: GALINDO, Marcos. *Episódios Baianos: Documentos para a história do período holandês na Bahia*. Recife: Néctar, 2010. p 19.

e necessitava fortificar os quatro pontos principais da capitania que eram Recife, Olinda, Rio Tapado e Pau Amarelo.[487] Charles Boxer escreveu que a conquista da Bahia, teve "num total de vinte e seis navios com 3300 homens e 450 bocas-de-fogo, partiu da Holanda dividida em dois destacamentos".[488]

A conquista de Salvador ocorreu sem grande resistência e Diogo de Mendoço Furtado, o governador geral terminou sendo capturado e feito refém. Nesse contexto, a figura de Matias de Albuquerque tornava-se ainda mais importante e fundamental para a coroa, pois seria ele o grande canal de comunicação para socorrer e ajudar na defesa da Bahia. Francis Dutra, escrveu que logo quando aconteceu a invasão de Salvador a primeira iniciativa de Matias foi se reunir com a câmara e enviou ajuda sob o comando de Antônio de Morais junto com alguns soldados, armas e munições por terra enquanto não chegava ajuda externa.[489] Frei Vicente do Salvador destaca Matias como um importante organizador na retomada da capitania da Bahia e que foi "logo desta Baía à Traição, do que sendo avisado D. Fradique por via de Pernambuco, mandou a pressa aprestar a armada para ver se de caminho, em caso que ainda aí estivessem, podia levar este vinte".[490] Não resta dúvida da importância de um soldado prático como Matias para ajuda na retomada da Bahia e o apoio dele em terra para D. Fradique de Toledo. Segundo Boxer, "Madri e Lisboa entraram desta vez em cooperação cordial e uníssona".[491]

Desta maneira, não demorou muito para que a capitania de Salvador fosse restituída, sendo Matias de Albuquerque fundamental nesse processo de recebimento de ajuda do reino, de auxílio armada de D. Fradique de Toledo e envio de socorro com munições e gente de guerra. Após a expulsão dos Holandeses da Bahia, Matias passava a ter ainda mais força e prestígio diante de Filipe IV. Ao nosso vê a retomada imediata da capitania de Salvador dos holandeses corrobora ainda mais com a nossa tese que Filipe IV não foi negligente com o Estado do Brasil. A retomada da Bahia também corrobora com a tese de viajantes e da historiografia que Matias de Albuquerque foi de fato um soldado destacado nas guerras brasílicas. A importância do Brasil para a coroa espanhola chegou a ser retratada na arte

[487] DUTRA, 1863. Op. Cit. p 65.

[488] BOXER, C. R. Os holandeses no Brasil: 1624-1654. Recife: Cepe, 2004. p 29.

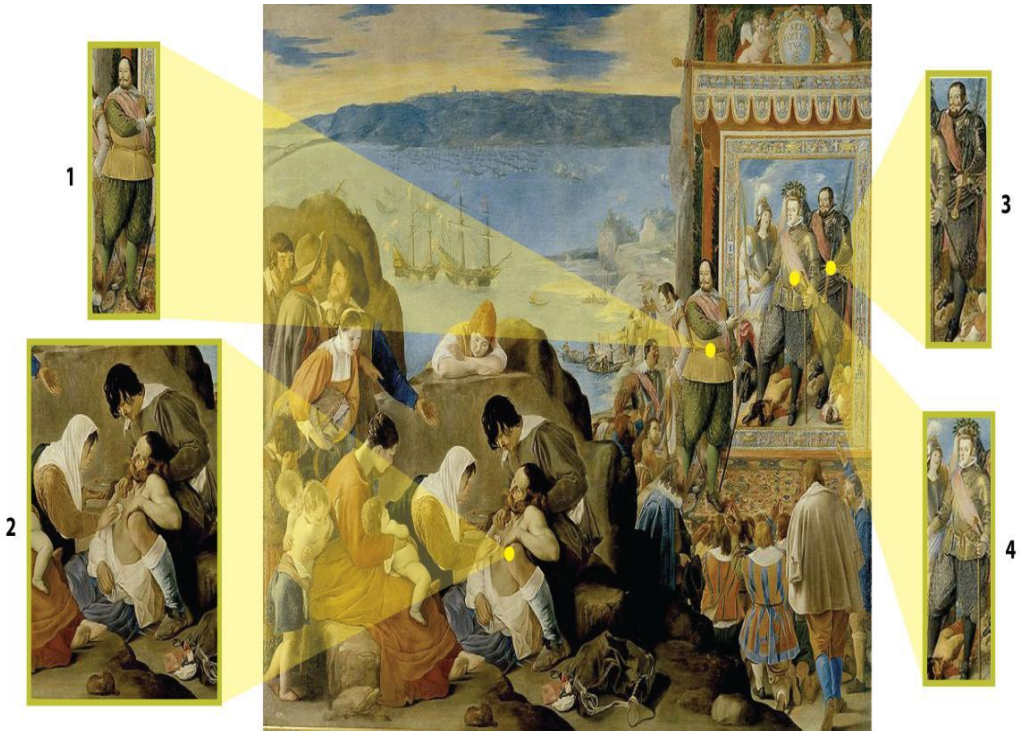
[489] DUTRA, 1863. Op. Cit. p 65.

[490] P 499

[491] BOXER, C. R. Os holandeses no Brasil: 1624-1654. Recife: Cepe, 2004. p 32.

através do quadro pitado por Juan Bautista Maíno que tem o título de Recuperação da Bahia de Todos os Santos. No quadro estão pintados personagens importante relacionados a reconquista de Salvador como figuras destacadas militar e politicamente na Espanha como Fradique de Toledo, o Conde-Duque de Olivares e Filipe IV. O quadro pertence hoje ao Museu do Prado, em Madrid e chegou a ser adquirido por Napoleão Bonaparte na invasão que fez a Espanha. A interessante pintura tem uma narrativa que demonstra a força e a importância da coroa. O quadro foi inspirado no Brasil Restituído, obra de Lope de Veja, em que este autor demonstra o perdão do rei espanhol pela primeira invasão oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ao Brasil.

No primeiro plano ao lado esquerdo do quadro, podemos observar uma mulher tratando de um soldado ferido "*destacando así el sufrimiento de las víctimas*".[492] Na parte superior do lado direito, encontra-se um tapete em que Fradique de Toledo devolve o Brasil para Felipe IV, que esta sendo coroado pelo Conde-duque de Olivares. Olivares e Felipe IV estão retratados dentro de um tapete, que simbolizava na época riqueza, luxo e poder. Em nosso entendimento, essa obra também reforça a ideia que Filipe IV não negligenciava o Estado do Brasil.



1 - Fradique de Toledo. **2-** Soldado Ferido. **3-** Conde-Duque de Olivares. **4-** Felipe IV. Imagem – La recuperacion de Bahía de Todos os Santos, pintado por Juan Bautista Maíno (Pastrana, Guadalajara 1578 – Madrid, 1649)

[492] *La Guía del Prado*. Museo Nacional del Prado. Segunda edición revisada, mayo de 2009. p 127

por volta de 1634-35. Óleo sobre Tela, 309x381 cm. Maíno foi um pintor de Toledo, da mesma região de Don Fradique, trabalhou no estúdio "*del Greco e foi mestre de desenhos de Príncipes, depois foi pintor de Felipe IV, aonde iniciou na ordem dominicana"* e de acordo com o duque de Alba era um artista de grande originalidade. Este quadro foi levado na invasão de Napoleão Bonaparte na Espanha e foi devolvido em 1815.[493]

As guerras holandesas no Brasil são tidas hoje pela historiografia como continuidade de parte da briga entre espanhóis e os países baixos no Atlântico. Alguns historiadores da época corroboram para esse argumento. Gaspar Barleus, escreveu no livro encomendado por Nassau que "desde que o espanhol se tornou inimigo nosso e os Estados Gerais das Províncias-Unidas se insurgiram contra os Filipes, com fortuna vária tem-se batalhado, animosa e diuturnamente, na terra e no mar, detro da Pátria e fora dela".[494] Em 1623, num discurso que durou três dias em Haia para o Maurício, o príncipe de Orange e para os altos comissionados dos Estados Gerais dos Países Baixos que estavam reunidos em Haia, Jan Andries Moerbeeck enumerava os motivos de tirar o Brasil do Rei da Espanha.[495] O primeiro deles segundo Moerbeeck era porque os habitantes do Brasil era inexperientes em assuntos militares, segundo porque os próprios portugueses tinham o rei da Espanha como inimigo, terceiro porque o Brasil era uma região muito grande, sendo maior que "toda Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Escossia, Irlanda e os dezessete Países Baixos juntos"[496], quarto porque Pernambuco e Bahia não tinha fortalezas consideráveis, quinto porque as cidades estavam próximas ao mar, sendo fácil de serem sitiadas, sexto porque os locais poderiam ser defendidos e evacuados rapidamente, sétimo porque o rei da Espanha possuia o Brasil de forma ilegal que pertencia ao rei de Portugal, oitavo porque causaria grande dano ao rei de Espanha, nono porque a companhia das índias iria conseguir grandes tesouros e décimo porque existiam particulares comerciantes portugueses que poderiam ser assaltados e não faltarão motivos para a invasão elencados por Moerbeeck. Serão ao todo 21 motivos em que irão motivar os Estados Gerais se organizarem para realizar tal empresa. A extensão territorial do Brasil e suas riquezas também serão descritas como um dos motivos da invasão holandesa por Duarte de Albuquerque Coelho na abertura de seu livro.

---

[493] DUQUE DE ALBA, Diretor de la Real Academia de la Historia. *Contribuición de España a la Defensa de la Civilización Portuguesa en América durante las Guerras Holandesas*. Campaña de Don Fradique de Toledo, Marques de Villanueva de Valdueza, em 1625. Conferencia en Río de Janeiro.

[494] BARLAEUS, Gaspar. *Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. p 1.

[495] MOERBEECK, Jan Andries. *Os holandeses no Brasil.* Tradução de Frei Agostinho Keijzers. Prefácio de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942. p 257.

[496] Idem. MOERBEECK, 1942. Op cit. p 258.

Segundo Duarte de Albuquerque Coelho, as principais razões para continuidade da invasão ao Brasil após a derrota em Salvador da Bahia se davam porque Pedro Noynio, que viajava as Índias em 1628 tinha aprisionado uma frota da Nova Espanha, que renderam facilmente e que havia sido avaliada em mais de 9 milhões. Para o dono de Pernambuco a invasão da companhia se dava por motivos de "preciosa bonança" e qual seria o "destino vantajoso que se daria aquele tesouro". Duarte coloca entre um dos principais motivos, além da briga política dos Estados Gerais com a Espanha a extensão do país, utilizando inclusive a mesma narrativa de Moerbeeck, pois escreveu Duarte que a "província excedia em grandeza à Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Escócia, Irlanda, e as 17 províncias unidas, e que os portugueses a ocupavam por espaço de mais de 400 léguas pela costa".[497] Duarte praticamente reproduz todos os motivos de Moerbeeck, o que provavelmente justifica aquilo que historiador holandês Bejamin Teensma falou que foi essa "propaganda" que motivou a companhia holandesa a invadir o Brasil. Nesse capítulo, buscamos tratar do contexto que antecedeu a chegada dos holandeses e a contribuição de Matias de Albuquerque nesse período. No próximo continuaremos a tratar de Matias na guerra de Pernambuco juntamente com a chegada do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, seu irmão.

[497] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 30. No início do seu livro, nesta edição aqui citada Duarte reproduz os mesmos motivos de Moerbeeck do ocorrido da invasão holandesa. Vê nessa edição as páginas 30 e 31 que reproduzem o mesmo conteúdo mas com outra narrativa.

2.3 – O Conde de Pernambuco diante do desafio holandês

"...esto de passar golfos siempre há sido pernicioso"...[498]

(Duarte de Albuquerque Coelho, Archivo Histórico Nacional)

[498] Carta de Duarte de Albuquerque Coelho ao Rei de Espanha em Madrid, 16 de fevereiro de 1650. AHN, Archivo Histórico Nacional (Madrid). *Universidades y Colegios*, Libro 1190 – fol. 155.

2.3 – O Conde de Pernambuco diante do desafio holandês

A frase acima é parte da carta de Duarte de Albuquerque Coelho em que ele diz ser pernicioso atravessar golfos, mas não é pouca a literatura que trata das viagens ultramarinas ou transatlânticas no século XVI e XVII, que abordam as dificuldades nas navegações dos mares. Muitas embarcações terminavam naufragando, muita gente ficava doente e terminava morrendo. As famosas tormentas são sempre assuntos que estão presentes nas narrativas e descrições dos viajantes, assim como é representado em quadros de arte que se referem ao período. Nas viagens marítimas era possível encontrar piratas, inimigos, amigos e ter encontros inusitados com animais como baleias e golfinhos. A frase de Duarte lembra uma queixa de Filipe IV em uma de suas instruções ao Conde da Torre: "porque as cousas do mar são incertas?"[499]

Também era incerta a situação da monarquia entre os anos de 1620 a 1640, que ficava cada vez mais grave em virtude das dissidências política não apenas entre Portugal e Espanha, mas entre Castilha e Madrid, assim como Madrid e a Catalunha. A situação deixava de ser amistosa e ficava cada vez mais acentuada com as atitudes de Olivares colocando em risco o reinado de Filipe IV. Na visão de John Huxtable Elliott, que foi um dos maiores especialistas do Império Espanhol, o Conde-Duque de Olivares foi um homem diferenciado em seu tempo e muito inteligente politicamente, mas muitas situações de conflitos terminaram desagradando os interesses de classes dos nobres e comerciantes. Elliot enxergou em sua análise que o maior defeito de Olivares era seu temperamento.[500]

No que se refere a postura de Olivares em relação a Pernambuco o historiador inglês destaca que ele esteve muito empenhado na reconquista do Brasil, pois sabia que esse era uma das formas de apaziguar os conflitos com Portugal. Além disso, Olivares propôs novamente uma paz com os holandeses depois da captura de Pernambuco oferecendo compensações por volta de 1635.[501] As tentativas de Olivares foram fracassadas o que levou em certa medida ele colocar a culpa pela perda de Pernambuco no desempenho dos Albuquerques Coelho. Se no início da união das coroas não conseguimos identificar um projeto específico para

---

[499] *Cartas do 1º Conde da Torre* (Volume I). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática (MRE). 2001.

[500] ELLIOT, J. H. *The revolt of the catalans: a study in the decline of Spain (1598-1640).* Cambridge University Press, 1963. p 196, 197.

[501] ELLIOT, 1963. Op. Cit. p 493.

Pernambuco com a chegada dos holandeses a Pernambuco essa situação muda, tornando ela uma das maiores preocupações da monarquia passando Pernambuco a ser uma peça chave da política dos Habsburgos para a América e também na relação com Portugal.

Contudo, a situação não foi contornada nem politicamente via as ações de Olivares, nem militarmente pela resistência dos Albuquerques Coelho. Se a situação dos espanhóis com relação aos holandeses em Pernambuco não pode ser restabelecida a situação interna se agravava ainda mais. Portanto, cabe dizer também que os holandeses não foram apenas um desafio aos capitães donatários de Pernambuco, mas uma pedra no sapato do império filipino das Américas.

A situação da Monarquia se agravava cada vez mais em virtude das dissidências internas. De acordo com Elliott, havia uma insatisfação muito grande das províncias com relação ao predomínio castelhano na corte, assim como existia um descontentamento de Castela com os poucos encargos que tinham da monarquia.[502] Essa situação deixa delicada a situação política de Filipe IV e Olivares que passavam a desagradar tanto Castilha, quanto em Madrid, na Catalunha e em Lisboa. Pernambuco acentuava essa situação de crise do Monarquia Espanhola. O vice-rei da Catalunha passava a ser criticado por um lado pelos catalães pela excessiva subserviência a Madri, e por outro por Madri o criticava por sua fraqueza quando confrontado pela resistência catalã.[503] Ainda de acordo com Elliot, a nobreza catalã pretendia fazer comércio sem que isto prejudicasse o seu *status* e isso gerava problemas diante de outros comerciantes do reino.[504] Mas a Catalunha tinha como plano e objetivo igualar os encargos de Castela.[505] Filipe IV sabia que qualquer mudança no tratamento dado à Catalunha obrigaria a conceder a mesma coisa para as províncias da Monarquia e dessa maneira Olivares a política de Olivares com relação a Portugal era reproduzida a Catalunha.[506] Dessa maneira, a política interna de Portugal começava a fragmentar o reinado de Filipe IV.

Dentro desse contexto podemos dizer que a década de 1630 não foi fácil apenas para a Monarquia Hispânica, mas para família dos Albuquerques Coelhos, pois, ao mesmo tempo em que tinham que defender a capitania de Pernambuco e parte do Estado do Brasil

[502] ELLIOT, 1963. Op. cit. p 20 e 21.

[503] ELLIOT, 1963. Op. cit. p 79.

[504] ELLIOT, 1963. Op. cit. p 248.

[505] ELLIOT, 1963. Op. cit. p 498.

[506] ELLIOT, 1963. Op. cit. 492, 294, 593.

dos invasores, em sua maioria holandeses, franceses e ingleses, precisavam manter a relação diplomática entre as cortes de Lisboa e Madri, que já estavam bastantes desgastadas em virtude da política do Conde-Duque de Olivares como temos visto.

A dificuldade financeira que atravessou a Europa foi registrada pelos viventes da época e pela literatura do período.[507] De acordo com Geoffrey Parker, quatro fatores demonstram que houve uma grande crise na Europa no reinado de Felipe IV, foram eles: o esfriamento global em muitas aéreas do planeta, decadências demográficas, forte austeridade implementada pelos governos na busca de políticas ficais rigorosas e o surgimento de ideologias radicais.[508] Para este renomado historiador inglês, muitas áreas do mundo foram afetadas por um grande esfriamento natural, o que ele chama de pequena idade do gelo ou ecologia da crise, onde na maioria dos lugares o consumo de alimento era maior do que sua produção, surgindo inclusive, teorias de controle social da natalidade. O número de crianças enjeitadas foi assustador em locais como Madrid, Barcelona, Sevilha e na capitania de Pernambuco a história parece não ter sido muito diferente.[509] Além do grande problema climático que fez com que muitas colheitas fossem perdidas, ocorreu também muitas doenças e enfermidades que causaram mortes como a varíola, a peste bubônica, o tifo e o sarampo, que assolaram o período em tela e devastaram parte da população.[510] A crise atingiu de maneira geral os países ibéricos, a Itália e os países do norte do continente, tanto que em meados do século XVII, as autoridades da época tentaram criar um cordão sanitário para minimizar tantas mortes.

Se a situação ambiental e climática não era das melhores, a condição social e política era ainda pior devido o longo período de guerras. Em 1641, Fulvio Testi, um veterano soldado italiano, disse que o setecentos foi o século dos soldados tamanho eram os números de guerras que assolavam o continente europeu.[511] Fernanda Olival destacou que no final do

---

[507] ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul, século XVI e XVII*. Companhia das Letras; 2000. PARKER, GEOFFREY. *La Crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Traducción Pablo Sánchez y Francisco Javier Vela. Editorial Crítica, S.L, Diagonal, Barcelona, 2006.

[508] PARKER, GEOFFREY. *La Crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Traducción Pablo Sánchez y Francisco Javier Vela. Editorial Crítica, S.L, Diagonal, Barcelona, 2006. p 25. O historiador chega a afirmar que a única área do mundo que sofreu tantas convulsões e guerras como a Europa em meados do século XVII foi a China.

[509] PARKER, 2006. Op. Cit. 25.

[510] PARKER, Op. Cit. 2006. p 45. Segundo Parker a fome e as doenças chegaram a matar 15.000 pessoas na Espanha que correspondia a um terço da população urbana da época.

[511] Ibid. PARKER, GEOFFREY. *La Crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Traducción Pablo Sánchez y Francisco Javier Vela. Editorial Crítica, S.L, Diagonal, Barcelona, 2006. p 46. Citado IN: M. L. Doglio, ed. *Lettere di Fulvio Testi*, III (Bari, 1967), p 204.

reinado de Filipe III as crises agrícolas, perda de território no Oriente, ondas de peste sucessivas e a diminuição abrupta da entrada de capital na aduanda de Lisboa fizeram com que a Coroa" tivesse que cortar privilégios e mercedes.[512]

Podemos dizer de certa forma, que esse pensamento vem sendo constatado por parte da historiografia recente como, por exemplo, os trabalhos dos historiadores Rômulo Xavier Nascimento e Simon Schama, apenas para citar pesquisas que trabalharam com o período em tela.[513] Esses dois historiadores evidenciaram a influência da administração na sociedade e cultura de modo geral e demonstraram especialmente que a (des)governabilidade era fundamental para o (in)sucesso na guerra ou seu (des)conforto político e que o tema da administração não pode ser analisado separadamente de outros assuntos como a escravidão, a navegação, a arte, o abastecimento de víveres entre outros. Corroboramos aqui com essas duas ideias das citações acima, pois acreditamos que não é possível investigar e analisar as questões ligada a guerra de forma separada, muito pelo contrário, recrutamento, soldos, munições, petrechos estão relacionados com o comércio, com a elite comercial, com as estratégias dos sujeitos e as formas de organização social das sociedades do Antigo Regime.

Foi diante desse contexto que os irmãos Duarte e Matias tiveram que enfrentar a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Duarte de Albuquerque Coelho nasceu em 1591, foi o quarto donatário de Pernambuco, tomou posse da Capitania em 2 de julho de 1603, quando herda de seu pai a capitania aos 12 anos de idade, mas só chegou em Pernambuco em 21 de setembro de 1631 para lutar contra a WIC com 40 anos de idade, foi sucessor da linha familiar iniciada pelo avô Duarte Coelho Pereira, mas não ficou do lado português após a Restauração da Independência por D. João IV em 1640, diferentemente de seu irmão, Matias de Albuquerque Coelho, que além de chefe militar em Pernambuco também comandou as tropas portuguesas no Alentejo travadas contra a Espanha, ficando conhecido pela vitória da batalha no Montijo em 1644.[514] Matias Coelho, assim como Duarte Coelho

[512] OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008.

[513] NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O "desconforto da governabilidade": aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de Doutoramento. Rio de Janeiro: UFF, 2008 & SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na época de ouro, uma interpretação*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 683 p., il. ISBN 85-7164-206-0.

[514]COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Duarte Coelho e Matias Coelho reclamaram no Memórias da Guerra do Brasil que não contaram com ajuda que precisavam da coroa espanhola e essa ideia ficou cristalizada na historiografia a exemplo da tese de Evaldo Cabral de Mello que afirma que a guerra foi toda custeada com os recursos locais e com a gente da terra.

vinham de uma família tradicional em viagens pelos mares e oceanos, acostumados na luta armada em vários continentes. Matias de Albuquerque Coelho, recebeu a ordem de cristo, que era a mais importante honraria portuguesa de seu tempo pelos seus serviços prestados no norte da África e quando chegou a capitania de Pernambuco, entre maio e junho de 1620 já era um soldado prático e com uma certa experiência.[515]

Em um dos textos do historiador português Antônio Manuel Hespanha[516] nos ajuda a pensar até onde podemos considerar que Duarte de Albuquerque Coelho conseguiu ou até mesmo almejou a mobilidade social já que nas sociedades do Antigo Regime ela só era obtida por meio de obras (ciência, milícia armada, milícia inerte e/ou exercício de certos ofícios) e que mobilidade social pouco existia, pois o sentido de mobilidade que temos hoje é diferente do conceito nas sociedades modernas já que nesse período mobilidade estava para estabilidade e não mudanças como se pensa hoje. A mobilidade estava para honestidade e honestidade estava para a permanência e não para mudança, assim como a noção de justiça que também estava para a permanência já que o dom divino do soberano e de deus era manter a honestidade. Francis Dutra já nos anos setenta chamou atenção que embora a mobilidade social portuguesa parecesse estática, que estudos da época mostrado que essa ideia era superficial e ultrapassada.[517] Para justificar a mobilidade social, Francis Dutra alega que as conquistas das África, Ásia e América permitiram que muita gente de origem "plebeia" conseguissem posições de proeminência.

Uma das formas da organização da resistência para combater as invasões holandesas pela Monarquia foi organizar armadas restauradoras. Para isso era preciso contar com ajuda de muita gente, obter dinheiro para ajudar a fretar navios, comprar armamentos e ajudar a manutenção da tropa, seja com soldos, comidas e munições de guerra. Outra forma de incentivar era oferecer mercês e ordens cavalheirescas para motivar a tropa. Em termos de localidade Matias de Albuquerque criava alguns capitães de emboscadas para realizar pequenas formas de resistências e de combate.[518]

---

[515] DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque and the defense of Northeastern Brazil 1620-1626*. Lisboa, Revista número 36 – 1973. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Utilizamos do folheto da biblioteca do Instituto Ricardo Brennand do acervo que pertenceu a José Antônio Gonsalves de Mello.

[516] HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social no Antigo Regime*. In: http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09

[517] DUTRA, Francis. A Família Albuquerque Coelho. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral. p 13.

[518] COELHO, 1982. p 67.

As duas principais armadas restauradoras do Brasil após a D. Fradique de Toledo na Bahia foram as de D. Antônio de Oquendo e D. Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre. Ambas armadas tiveram uma grande contribuição espanhola o que demonstra a busca pela retomada da capitania. Para os assuntos de organização das armadas a coroa utilizava o Conselho de Guerra, que muitas vezes contava com ministros de outros órgãos como no caso das armadas do Brasil que tinha gente no Conselho de Portugal e no Conselho de Estado. De acordo com Francisco Adolfo Varnhagen, a Junta foi criada para reunir os fundos necessários, "cobrando certos atrasos, fazendo composição com os devedores etc".[519] Ainda de acordo com o historiador, a Junta tinha sido criada em 26 de junho de 1631, mas nada fazia.[520]

Durante nossa pesquisa em Simancas foi possível verificar que Filipe IV sabendo do desafio holandês criou uma Junta específica para a tentativa de retomada da capitania de Pernambuco. Rafael Valladares destaca que as juntas e conselhos organizados pela monarquia eram fundamentais nas emergências de assuntos específicos da guerra, pois "*la Monarquía precisaba de consejeros, embajadores y generales*". [521] Durante nossa pesquisa de mestrado já havíamos verificado a importância da Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco.[522]

A mobilização para obter recursos financeiros, marinheiros, soldados, alimentos e petrechos bélicos por Duarte requeria uma estrutura onerosa e também precisava de ajuda da coroa espanhola. A solução encontrada pelo monarca espanhol para articular as forças políticas de Portugal e Castela foi formar uma influente Junta com membros dos dois países para o planejamento do que eles chamavam de *La Armada para el Socorro do Estado del Brasil* ou *Armada para el Socorro de la Guerra de Pernambuco.*[523] A Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco tinha a responsabilidade de organizar as provisões de alimentos, adquirir os armamentos para enviar à colônia, planejar a saúde física e espiritual dos soldados, buscar organizar o soldo dos homens de guerra e a forma como deveriam ser

---

[519] VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 102.

[520] Idem.

[521] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 26 e

[522] VIEIRA, Hugo Coelho. *O teatro da guerra a invenção do Brasil Holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco*, de 1630 à 1635. Dissertação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2011.

[523] Archivo General de Simancas (AGS), Guerra Antígua, Legajos 1025, 1011, 1012, 1015, 1071, 3010.

alojados durante a travessia do Atlântico. Podemos dizer que a Junta era uma espécie de órgão responsável pela organização geral da armada e pelas projeções dos problemas que por ventura surgissem no trajeto das tropas à Pernambuco.

Para uma viagem longa que cruzasse o Atlântico, os burocratas ordenavam que a esquadra levasse "*marineros de respecto para suplir los que murriera y enfermaren los quales se an de repartir entre todos los navios del Armada conforme a sus partes en la forma que mexor os parecieren*".[524] Os nomes que compunham a junta era de pessoas influentes como o Marques de Montalvão, que segundo o padre Antônio Vieira trouxe o título de restaurador de Pernambuco. [525] Don Jorge Mascarenhas, conhecido como Marquês de Montalvão chegou a ser Vice-rei e Capitão-geral de Mar e Terra do Brasil, substituindo Jorge Mascarenhas e assim como os outros membros da Junta de Pernambuco, buscava através da guerra obter mais prestígio político, poder e dinheiro.[526]

Umas das pessoas mais importantes nos assuntos referentes ao Conselho de Portugal foi Diogo de Castro, conhecido como Conde de Basto, que foi sogro de Duarte de Albuquerque Coelho também chegou a fazer parte da Junta de Socorro à capitania de Pernambuco e foi governador de Portugal por duas vezes, em 1621 e 1630, quando foi substituído por Dona Margarida de Sabóia, a Marquesa de Mântua. Outra figura de grande peso que compõe a Junta é o duque de Villa Hermosa que foi presidente do Conselho de Portugal.[527]

Essas informações revelam que a Guerra de Pernambuco foi discutida por pessoas influentes na política da corte, eram famílias de prestígio que buscavam se manterem com poder. Segundo o historiador espanhol Rafael Valladares, foram três famílias que disputaram o Conselho de Portugal que o marquês de Villa Hermosa tinha ocupado a presidência.[528]

---

[524] Idem.

[525] Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Templo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife; Topbooks, 2000. VIEIRA, Padre Antônio. Sermão da Visitação de Nossa Senhora, pregado na chegada ao vice-rei à Bahia: *Sermões: Sexta Parte*. Lisboa: 1609, p 390.

[526] VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p 169. VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispânico (1638-1641)*. IN: *El Desafio Holandés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. p 37.

[527] SANTOS PÉREZ, José Manuel e George F. Cabral de Souza. *El Desafio Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006. IN: VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispânico (1638-1641)*.

[528] Idem.

Para esse renomado historiador do século XVII foram essas brigas internas os motivos dos fracassos da tentativa de retomada da capitania de Pernambuco. Briga pelo poder que é talvez uma permanência na história política de Portugal e de muitas de suas colônias. Em 24 de julho de 1631, o Conselho de Guerra de Filipe IV mandava que fosse enviado um soldado prático para Pernambuco. Neste documento fizeram parte do parecer do Conselho de Guerra Don Gonçalo de Córdoba, Marquês de Castro Fuerte, Marquês de Monstsanto, Marques de Aroztegui, Don Juan de Velasco, D. Anto de la Cueva, Marques de Oropesa, Don Juan de Castilla e Marques de Castañedo.[529]

A participação da elite ibérica e de homens da corte na organização e resistência da Guerra de Pernambuco contra os neerlandeses foi decisiva para obtenção de recursos bélicos, gente de guerra e orientação das decisões que deveriam ser tomadas tanto em terra quanto em mar. Desde a organização das armadas restauradoras quanto nas informações que eram levadas pela tropa. Embora, com a unificação das coroas, as decisões do Conselho de Portugal ainda eram decisivas para os assuntos dos nobres portugueses, bem como de suas colônias. Nesse sentido, os fidalgos portugueses foram fundamentais na persuasão para deliberação e decisões da corte referente aos assuntos da guerra de Pernambuco.

Mesmo com o Conselho de Guerra, o Conselho de Estado e outras organizações importantes para auxílio do Rei a Monarquia Hispânica sempre contou com algumas juntas específicas para contornar crises. Foi o caso da Junta de Socorro a Guerra de Pernambuco. Muitas vezes um membro da junta estava em outros órgãos administrativos do governo como o Duque de Villa Hermosa. Na revolta de Évora podemos verificar que a mesma também contou com uma junta para contornar a crise, embora o Conde de basto solicitou que trocasse procuradores, vereadores e outros cargos para que a crise fosse contornada.

Uma questão nos parece interessante para tratar da participação de Matias de Albuquerque na guerra, que foi responsabilizada por Olivares. Porque ele conseguiu contribuir e vencer no socorro ao Estado do Maranhão e na retomada da Bahia, mas não conseguiu em Pernambuco? Dentro da obviedade, Matias não deixou de ser dedicar menos na retomada da capitania de Pernambuco, pois era um patrimônio de sua família. Portanto, não parece correto ter uma visão de Matias de Albuquerque como coloca a historiografia ora como uma grande herói brasileiro, por outro lado um tirano traidor como veremos adiante

[529] AGS, GYM, Legajo 1325, *Junta de Pernambuco aprova a ida de uma pessoa pratica com novo soldo para a guerra de Pernambuco.* Oficio de 24 de julho de 1631.

por parte da corte e de homens importantes de Filipe IV. Duarte de Albuquerque Coelho em seu livro todas as vezes que menciona a participação de seu irmão na guerra o coloca como um valoroso soldado, inteirado de tudo, eficiente e que tomou as atitudes corretas e coerentes. O conde de Bagnuolo em carta escrita ao Conselho de Guerra em 29 de janeiro de 1632 embora reclamasse da gente local, da falta de estrutura e informando do que tinha ocorrido na Paraíba indo o inimigo ao Rio Grande dizia que tanto "*de la parte de Matias de Albuquerque, como la mia se haze todo lo que se puede, pero como que la gente de la tierra parece que quiere ser neutral*".[530] Bagnuolo reclamava ao rei da falta de postura de defesa da gente local que não queria tomar partido e lutar contra os holandeses. Era de se esperar que Bagnuolo defendesse tanto seu trabalho como de Matias, mas no livro de Memórias Duarte por vezes coloca que houve desentendimento entre as decisões de Bagnuolo e Matias de Albuquerque. Entre essas dissidências estava a posição de não sair e deixar o Arraial do Bom Jesus.[531] Nenhuma das discordâncias entre as estratégias dos Albuquerques Coelho com Bagnuolo são descritas no livro de Duarte de uma forma agressiva e muito explicita. Mas percebe-se na narrativa do Conde de Pernambuco que por seu irmão algumas ações não deveriam ser feitas. Em uma das partes Duarte escreveu que "o conde de Bagnuolo, dizendo que a ele tocava conduzir aquele socorro, e que, ainda que não estava acostumado a militar com tão pouca gente".[532] É provável que o envio de gente para dar ordens contrárias a Matias tenha causado certo desconforto nos Albuquerques Coelho que tinham inclusive peitado ordens de governadores gerais e desembargadores. Talvez em uma outra pesquisa com a documentação mais sistematizada podemos avançar com essas situações específicas tanto do envio de socorro a Pernambuco quanto na participação da elite no auxílio da guerra.

Se as discordâncias de estratégias militares se davam em Pernambuco o mesmo acontecia no reino. Em carta datada de 13 de outubro de 1637 do conde de Basto para o Conde Duque de Olivares o mesmo informa que só respondia nesta data porque a carta de 30 de setembro só tinha chegado no dia 11 de outubro o que demonstra que mesmo dentro do Reino a comunicação não era tão rápida quanto se imaginava. Contudo, esse parâmetro

[530] AGS, GYM, Legajo 1071, Carta de Pernambuco do Conde de Bagnuolo, datada de 29 de janeiro de 1632.

[531] COELHO, 1982. p 145.

[532] COELHO, 1982. p 211.

de uma carta de Madrid para Évora deveria ser bem mais rápida já que o conde de Basto informa que houve demora, nesse caso específico 11 dias de demora.[533]

Em uma importante documentação publicada por Rafael Valladares, publicado com o título de *Epistolario de Olivares y El Conde de Basto*, em que o historiador espanhol publica cartas de correspondências entre o Conde Duque de Olivares e o Conde de Basto no ano de 1637 sobre o levante de Évora contra insatisfações do reinado de Felipe IV o Brasil como uma importante fonte de renda que estava prejudicando a coroa portuguesa. Olivares nessa carta demonstra que está muito desagradado da busca pela divisão do reino com os problemas de Évora, mas ironiza no final da carta o conde de Basto dizendo que espera que ele esteja com saúde para remediar o caso do Brasil. A carta é escrita de Madrid para Évora, onde o Conde y Duque de Olivares diz:

> Sea bendito Nuestro Señor, que se sirve de que veamos que el reino de Portugal, o uma parte vil de él, obra las últimas extremidades porque no se cobre el Brasil. Yo lo estoy mirando, y aun dudo, dando a Dios muchas gracias de que VS. tenga salud para ser tanta parte em el remédio, como confío. Dios guarde a VS. Como deseo. Madrid, 13 de noviembre de 1637.[534]

Para Valladares, essa citação é uma demonstração que demonstra quanto a ocupação holandesa foi uma duro quebra na economia lusa por ser privada do seu maior centro açucareiro. Estamos acostumados a investigar a repercussão como as ações políticas da metrópole influenciam a colônia, mas nesse caso é um acontecimento que gera um olhar inverso da situação, pois com a invasão da WIC Portugal precisou passar por uma pressão fiscal no reino cobradas por Madrid que gerou revolta contra os tributos. Interessante é que por mais estudos referentes ao estudo holandês no Brasil não se há um trabalho sobre essa relação com a revolta ou levante de Évora contra Madrid em que os tributos do açúcar tiveram também uma influência mesmo que pequena. Elliot chega a conclusão que a Espanha se mostrou incapaz de defender o Brasil dos holandeses[535], pois Castela não aguentava o peso e a despesa da guerra holandesa no Brasil.[536] Acreditamos que a falta de unidade política no

---

[533] VALLADARES, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto* (Portugal 1637-1638). Colección historia. Diputación de Badajoz. Departamento de publicaciones. 1998. p 123.

[534] *Olivares al conde de Basto*. Madrid, 13/XI/1637. IN: Valladares, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto* (Portugal 1637-1638). Colección historia. Diputación de Badajoz. Departamento de publicaciones. 1998. p 132.

[535] ELLIOT, 1963. Op. cit. p 544.

[536] ELLIOT, 1963. Op. cit. p 513.

momento em que vivia a Monarquia somado a falta de recursos militares fez com que os holandeses fossem donos das capitanias do Norte do Estado do Brasil durante 24 anos.

Capítulo 3 - Duarte de Albuquerque Coelho: entre memórias e história

"A História é o testemunho do direito de dizer a verdade".[537]

"Memoria, é a disposição da percepção mental firme. Também lembra o tempo da antiguidade. Algunas vezes se toma memoria por lo que dexa instituído números mayores, por lo qual tenemos memoria dilos, como hospitales y obras pias. Y estas son las buenas memorias. Otros la dexan em mayorazgos, o suntuosos edifícios. Memorias, dos anillos juntos, que se traen en el dedo por memoria de alguna cosa".[538]

[537] Escrito em Latim: "*Historia est iudez temporum et testis veritatis, Tulluis*". Tradução grosso modo fica: "A história dá testemunho da temporada iudex verdade, Tully (Morfologia) ius ("direito") + dico ("dizer"). Mesma raiz de iudico". *IN: Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado.* IN: Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Volume I. págs 11 a 19.

[538] As duas primeiras frases estão escritas em Latim: "*Est firma animi rerum & verborum dispositionis perceptio. Item recordatio, aetas, antiquitas*". BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 545v.

3 – Duarte de Albuquerque Coelho: entre memórias e histórias

Nessa parte da tese, buscamos investigar os principais acontecimentos do final da vida do quarto donatário de Pernambuco quando o mesmo voltou para a Europa em 1638. Duarte teve suas finanças afetadas em virtude da perda de sua capitania deixando de receber as rendas da capitania de Pernambuco. Desta maneira, buscaremos nesse capítulo tratar do final da trajetória de vida de Duarte. Na primeira parte deste capítulo, problematizaremos sua volta para Europa a partir da busca pela publicação do "*Memórias Diarias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el M.DC.XXX"*[539], que ocorreu em 1654.

Embora, o livro tenha sido publicado já nos anos finais da sua vida, Duarte passou dez anos desde 1644, buscando autorização real para publicar seu livro. Do período que ele volta de Pernambuco para a Europa e fica em Madrid, entre 1638 à 1658, ano em que morre, muita coisa aconteceu com os Albuquerques Coelho. A articulação de Duarte com a corte de Filipe IV e a busca pela publicação de seu livro nos ajudará a problematizar parte dessa trajetória. Portanto, buscamos pesquisar também qual foi o objetivo e a importância dessa publicação, assim como investigamos qual o motivo do livro ter passado tanto tempo para ser publicado e ter sofrido censura. Dessa maneira, analisamos parte de seu percurso de vida, a partir do contexto da publicação desse livro para nos ajudar a compreender também sua relação com o reinado de Filipe IV.

As definições acima, entre história e memória, que abrimos essa parte da tese são de dois documentos distintos do século XVII. A primeira citação foi retirada do documento chamado "*Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado".*[540] Esse documento, que pedia a censura da publicação do livro de Duarte, já foi mencionado na

---

[539] Esse é o título original do livro. É possível encontrar a obra original de 1654 disponível em pdf nos sites da Biblioteca Nacional de Madrid e também no site da Biblioteca Brasiliana de Guita e José Midlin. IN: BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

[540] *Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado*. IN: Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Volume I. págs 11 a 19.

historiografia por José Antônio Gonsalves de Mello, na introdução da publicação da edição pernambucana de 1981 do Memórias, em seu texto "Uma crônica da guerra pernambucana uma nova edição".[541] Porém, o texto ainda não foi devidamente esmiuçado e problematizado. O referido documento nos servirá como ponto de partida para discutir a importância da obra e do contexto que ela estava inserida. Nesse caso, a obra e as relações de Duarte também servirão como elo para problematizar a relação de Pernambuco com a Monarquia Hispânica. Gonsalves de Mello chegou a afirmar, que o livro de Duarte é a obra mais importante para os fatos ocorridos no dia dia da guerra contra os holandeses, especificamente para os anos de 1630 à 1638, pois segundo o historiador de Tempo dos Flamengos, o donatário estava nas melhores condições dos acontecimentos desenrolados.

Porém, em nosso trabalho, o livro de memória de Duarte primeiro nos aparece como fonte de pesquisa, depois como campo de disputas, pois no primeiro momento confrontamos algumas de suas informações com a documentação oficial da guerra no arquivo de Simancas, durante o período que a historiografia convencionalmente chamou de guerra de resistência do Brasil Holandês, conforme trabalhamos no capítulo anterior. Depois, analisamos como esse livro de memória tornou-se uma informação importante, além de uma briga de disputa política para se tornar a versão oficial da coroa sobre a guerra de Pernambuco.

Ao que parece, o donatário sabia que a memória da escrita da história se apresentava "como o relato das disputas pelo controle da leitura do passado e, a partir disso, o controle da visão e orientação dada ao presente".[542] Em nossa leitura, fica perceptível que Duarte buscava obter prestígio e escrever a versão dos fatos. A publicação de suas memórias era uma espécie de passado-presente em que ele e sua família tinham vivenciado, inclusive desempenhando papéis importantes e de protagonismo na guerra. Nosso papel é então, o de "investigar a

[541] Discordamos dessa afirmativa de Mello, pois embora Matias de Albuquerque já tivesse em Pernambuco, Duarte só chega em 1631 com 40 anos de idade e o livro narra desde o início da invasão de 1630 quando a WIC chega a Pernambuco. Algumas hipóteses podem ser levantas e alguns historiadores acreditam que Duarte se valeu das informações do seu irmão Matias, Afonso de Albuquerque e outros acreditam que ele copiou muitas informações de Diogo Lopes Santiago, mas não existe um trabalho que pesquise a fundo essa questão. Vimos no segundo capítulo, quando tratamos de Matias e os preparativos da guerra holandesa, que logo no início da obra, Duarte utiliza os mesmos argumentos que Jan Andries Moerbeeck para falar dos motivos da invasão holandesa. IN: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Sobre os motivos da invasão holandesa que Duarte praticamente reproduz Jan Andries Moerbeeck vê as páginas 30 e 31.

[542] MUNIZ, Diva do C. G. *Mulheres, cultura e cidadania: memória e história*. IN: COSTA, Cléria B. & RIBEIRO, M. (orgs). *Fronteiras móveis: culturas, identidades*. Goiânia: PUC, 2013. p 226.

tessitura dessa memória".[543] Para Peter Burke, o historiador deve se interessar pela memória tanto como fonte histórica, quanto como fenômeno histórico.[544]

O "*Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque*,[545] além de escrito em castellano tem algumas poucas partes escritas em latim e traz informações valiosas para pensar o contexto de sua produção, bem como as posições políticas dos Albuquerques Coelho. Nela, podemos, por exemplo, perceber o que pesava contra a imagem dos Albuquerques Coelho por parte dos espanhóis. Uma dessas frases em latim, dizia que o livro não poderia ser publicado porque "*a História é o testemunho do direito de dizer a verdade*".[546] Portanto, o documento sugere que *El Rei* de Espanha não poderia deixar que o livro fosse publicado porque dando essa autorização estaria apoiando o testemunho e o tornando verdadeiro. Este documento esteve sob a guarda do Museu Britânico, hoje pertence a British Library e nós tivemos acesso graças a transcrição e publicação do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.[547] A partir desse documento nós também iremos problematizar os conceitos de história e memória do período e pensar como a historiografia nos ajuda a pensar nessas conceituações.

Mas a segunda definição do capítulo, foi retirada do *Tesoro de la lengua castellana o española*. Cabe aqui um parêntese, que tanto o Memórias Diárias de Duarte, quanto o

---

[543] A historiadora Rebeca Gontijo traz importantes reflexões sobre os usos da memória pelo historiador e pela historiografia. GONTIJO, Rebeca. *José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição*. IN: NEVES, Lucia Maria. B. P, GUIMARÃES, Lucia Maria P. & outras (org). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001. p 280.

[544] BURKE, Peter. *História como memória social*. IN: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p 67.

[545] *Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado*. IN: Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Volume I. págs 11 a 19.

[546] Escrito em Latim: "*Historia est iudez temporum et testis veritatis, Tulluis*". Tradução grosso modo fica: "A história dá testemunho da temporada iudex verdade, Tully (Morfologia) ius ("direito") + dico ("dizer"). Mesma raiz de iudico". *IN: Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado.* IN: Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Volume I. págs 11 a 19.

[547] *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Volume I. págs 11 a 19. O Razones hoje pertence ao acervo da British Library, Londres, Ms. Additional 28461, Papéis Tocantes a Portugal, 95r-102r.

dicionário de Convarrubias foram publicados em homenagem a Filipe IV.[548] Isso significa dizer, que ambos os livros tinham a chancela real e autorização para servir de fonte oficial da coroa sobre os seus respectivos assuntos. Isso também é um alerta para entender que as obras e os manuscritos publicados no reinado de Filipe IV sofriam uma certa vigilância, deveriam ter uma visão alinhada com as políticas de Madrid e precisariam não tocar em temas polêmicos. Mesmo que o livro de Duarte tenha demorado a sair veremos que a fidelidade de Duarte como cortesão de Filipe IV ocorreu até os últimos dias de sua vida. Usamos as citações que abrem esse capítulo para pensar e problematizar o conceito de história e memória para o período, assim como para entender o que levou Duarte a lutar por esta publicação. Qual seria o motivo da censura? Por que Duarte tinha obtido documentos em 1644 que já "autorizavam" a publicação, mas ele só conseguiu publicar dez anos depois em 1654?

Sabemos que a relação entre história e memória é ampla e complexa. Poderíamos afirmar, que na historiografia essa relação tem sido motivo de uma infinidade de livros, cursos e tema de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação no Brasil, que evidenciam essa preocupação teórica dos historiadores em torno desses dois conceitos fundamentais na produção do conhecimento histórico. Alguns historiadores contemporâneos entendem a história e a memória como dois discursos, onde o primeiro está para a permanência e o segundo para o esquecimento.

Antes de discutirmos as críticas, argumentos e razões levantadas contra Duarte para que seu livro não fosse publicado, cabe algumas considerações a respeito da relação entre história e memória para uma melhor compreensão do livro e das intenções de publicação da obra pelo donatário de Pernambuco. Paul Ricoeur, um dos maiores pensadores dessa relação entre história e memória, alerta que "o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no pano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história".[549] Tudo nos faz crer, que Duarte de Albuquerque Coelho não queria que sua contribuição na guerra de Pernambuco entrasse no esquecimento. Pierre Nora, outro importante pensador da reflexão entre história e memória chamou atenção para a noção dos lugares de memória, que

[548] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019.

[549] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. p 243.

seria como lugar de jogo da memória e da história em uma sobredeterminação recíproca.[550] Lutar por essa sobredeterminação parece ter sido um objetivo de Duarte mesmo que ele não tivesse o conhecimento teórico sobre o assunto, mas na prática suas ações evidenciam isso.

Para a historiadora Cléria Botelho da Costa, a ideia é buscar a memória como uma forma de reconstruir o passado, onde interessa o conceito de história que se alie ao conceito de memória para expressar as diferentes temporalidades.[551] Assim sendo, para esta autora, a memória é uma representação das coisas, além de uma reconstrução do que perdura na memória e é rememorada. Ainda segundo Costa, muitas vezes a memória está como alternativa a história, "que sempre aquela dos vencedores" ou que desconsidera as experiências das pessoas comuns.[552]

A ambiguidade do nome Memória no título do livro de Duarte se dá porque ele escreveu como se quisesse escrever uma história e não buscou escrever uma memória propriamente dos acontecimentos, até porque Duarte não pode ter memória de algo que ele não vivenciou. Se o livro narra os acontecimentos da guerra em Pernambuco a partir do ano de 1630 e não quando ele chega a partir de 1631 ao Brasil isso significa dizer que não pode ser um livro de memória conceitualmente. Se utilizássemos os conceitos de história e memória da historiografia atual seu título estaria errado em nomear memória ao invés de história como ele fez. Uma questão interessante, que vimos inclusive no capítulo anterior, é que os motivos da invasão holandesa que Duarte descreve no início de seu livro são idênticas ao discurso que Jan Andries Moerbeeck proferiu para conselheiros dos Estados Gerais.[553] Para Duarte, lutar para que seu livro fosse publicado seria uma espécie de contar sua versão da história dos acontecimentos, mesmo que Duarte e seu irmão não tenha sido os vencedores.

Para François Hartog, a relação entre história e memória permite perceber suas conexões, trocas e histórias conectadas. É portanto, a partir dessas relação pensada por Artog

---

[550] NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, n. 10. São Paulo: Educ, 1993. p 22.

[551] COSTA, Cléria. *No palco das rememorações: Brasília – entre a modernidade e a memória afetiva*. IN: Revista Latino-Americana de História, vol. 2, no 7. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. p 53

[552] COSTA, Cléria. *No palco das rememorações: Brasília – entre a modernidade e a memória afetiva*. IN: Revista Latino-Americana de História, vol. 2, no 7. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. p 53.'

[553] MOERBEECK, Jan Andries. *Os holandeses no Brasil.* Tradução de Frei Agostinho Keijzers. Prefácio de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942. COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638.* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Os motivos da invasão holandesa no livro de Duarte estão nas páginas 30 e 31. Se fizer uma comparação veremos que é quase um plágio ou reprodução que Duarte faz de Jan Andries Moerbeeck.

que buscamos analisar o livro e a trajetória de Duarte. Arlete Farge define a memória como "um teatro pessoal e se fabrica através de reconstituições íntimas ou míticas que podem embaraçar o historiador".[554] Nessa relação de pensar a articulação entre história e memória, através das leituras sobre esses dois discursos do passado e de suas relações que é possível perceber a presença de alguns regimes de verdade.

Paul Ricoeur em sua análise demonstra que é preciso reconhecer na memória não apenas uma fonte, mas também um conhecimento e uma capacidade de (re)significar o mundo e o sujeito. Em sua obra dedicada à memória, a história e ao esquecimento, Ricoeur destaca a complexidade da memória, "o que significa a prova da memória na presença viva de uma imagem das coisas passadas".[555] Por um lado, o livro de Memória de Duarte ter esse título é conveniente, pois a memória é seletiva e Duarte poderia alegar justamente que escreveu aquilo que lembrou, ou daquilo que gostaria de lembrar.

Michel Pollak, que analisou a relação entre memória, história e identidade ressalta que os historiadores trabalham para "enquadrarem a memória", mesmo que esse trabalho seja feito de forma parcial. De acordo com Pollak, a memória pode ser entendida também como um fenômeno construído e constituinte das identidades coletivas. Essas questões são interessantes para pensar o livro de Duarte, mas veremos ao logo deste capítulo que a memória de Duarte não parece ter sido algo entre a lembrança e o esquecimento para contar, mas entre a busca pela sua versão dos fatos. O renomado historiador medievalista Jacques Le Goff destacou que a memória está imbricada com a questão da identidade, seja individual ou coletiva, que ora está em retraimento, ora está transbordando.[556]

Um dos argumentos em latim para que a obra de Duarte não fosse publicada é porque a *"História é o testemunho do direito de dizer a verdade".* O *Razones* define o livro de Duarte não como uma memória e uma lembrança, mas como uma história e que não deveria ser publicada porque não trazia a verdade. Vários dos pensadores, que aqui falamos destacaram, que na relação entre história e memória, existe a noção do regime de verdade.

Sobre o regime de verdade, na relação entre história e memória, Manuel Luiz Salgado Guimarães estabelece a oposição da história como "crítica da memória", emergindo das disputas entre memórias, já que o resultado de "uma rede complexa" que confere outros

[554] FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p 78.

[555] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. p 105.

[556] LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003. p 422.

significados ao passado, mas sempre marcando sua posição desnaturalizada e desnaturalizante. De acordo com Manoel Salgado, "a história emerge como parte da memória cultural com caráter eminentemente social e coletivo, diferindo, portanto, da arte da memória".[557]

Nesse sentido, a memória se imporia como um campo, uma área interdisciplinar e transversal, onde teria lugar uma "fenomenologia hermenêutica da memória".[558] Para Paul Ricoeur não existe oposição nos constituintes dos regimes de verdade, pois história da memória e historicização da memória podem se confrontar numa dialética aberta, que as preserva dessa passagem no limite".[559] Ainda de acordo com Ricoeur, o primeiro regime de verdade é o da "pretensão da história de reduzir a memória à categoria de um de seus objetos".[560]

No caso do livro de Duarte, fica difícil de qualquer enquadramento se é um livro de memória ou se é um livro de história, pois ele está para ambas definições, mesmo que nós busquemos reduzi-la sua memória a história ou que tentemos aprisiona-la. Dessa maneira, o libro pode tanto está para a história, quanto para a memória, tanto é que veremos ao longo desta parte da tese, que o documento que buscou censurá-lo tinha como um de seus principais argumentos a preocupação que o livro não se transformasse na história oficial da guerra de Pernambuco contra os holandeses. Obter a autorização da corte e do rei para seu livro era uma forma de ter a história oficial do assunto. Portanto, buscaremos entende-lo como um dicurso. Quando falamos discurso pensamos no conceito problematizado por Michel Foucault quando ele o definiu como um "conjunto de enunciados na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva".[561] Duarte de Albuquerque Coelho sabia que a publicação de seu livro produziria uma imagem oficial na história. Podemos dizer que essa era uma de suas intenções e um de seus objetivos para publicar a obra. Quando o *Razones*, documento que buscou censurar e denunciar Duarte, diz que o livro não poderia ser publicado porque a *"História é o testemunho do direito de dizer a verdade",* buscamos entender o livro quanto discurso, pois

[557] GUIMARÃES, Manoel L. S. A cultura histórica oitocentista. IN: PESAVENTO, Sandra (org), História cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

[558] RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. p 403.

[559] Idem. p 403.

[560]Idem. p 403.

[561] FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber***.** Tradução de Luiz Felipe Baêta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p 132.

entendemos a verdade como "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados".[562] Para que o livro de Duarte fosse publicado ele precisaria fazer parte desse conjunto de enunciados que atendessem aos critérios exigidos para que fosse circulado. Veremos ao logo desse capítulo como Duarte foi enquadrado para que seu livro pudesse sair do prelo. Segundo Foucault, a verdade está "circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem".[563]

Logo, o donatário de Pernambuco sabia como produzir uma memória histórica que lhe agradasse e perpetuasse sua versão, e parece, que em parte ele conseguiu. Podemos perceber que seu livro atendeu parte de seus objetivos a exemplo da relação quase que automática que fez Francisco de Brito Freire ou da influência de sua obra em outras versões.[564] Poderíamos trazer outros exemplos até mesmo da historiografia que exaltam o livro de Duarte como fundamentais e importantes. Hélio Viana, Varnhagen e José Antônio Gonsalves de Mello entre outros. Como o conde de Pernambuco só chegou no Brasil em 1631 e a guerra já tinha começado um ano antes (1630) a tese principal é que Duarte se utilizou das relações diárias de Matias de Albuquerque.

Ao ler o seu livro e o seu último testamento deixado em Madrid, além de outros documentos percebemos uma preocupação de Duarte para construir uma memória positiva de sua história e de sua participação na guerra contra os neerlandeses. Nos escritos de Duarte também é possível perceber sua noção de tempo entre passado, presente e futuro. O Marquês de Basto carregava a reputação dos Albuquerques Coelho e sua história já estava entrelaçada com a história da Monarquia Hispânica. Duarte deixará uma obra pia inclusive como um ato de nobreza e de fidalguia que problematizaremos mais a frente. A luta pela tomada da palavra da história oficial dessa guerra era algo que preservaria a honra de Duarte e de sua família.

As razões iniciais para que o livro de Duarte não fosse publicado segundo o *Razones* estão logo no seu primeiro tópico, que diz "*que el que impreme los sucesos desta guerra fue el mismo que la governo con su hermano Mathias d'Albuquerque general que hoy es de las armas del tirano de Bergança*".[565] Nessa altura, após a perda da capitania, Matias de

[562] MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder.* 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p 14.

[563] MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder.* 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p 14.

[564] FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da Guerra Brasílica. Estudo por José Antônio Gonsalves de Mello*. 2. ed. fac-símile de 1675 Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

[565] *Razones... Documentação Ultramarina Portuguesa...* Op. cit. p 11.

Albuquerque já havia sido preso em Portugal e já apoiava os portugueses na restauração contra os espanhóis. Os monarquistas que defendiam a anexação de Portugal não entendiam como o rei poderia autorizar a publicação de um livro cujo o irmão era a favor da casa de Bragança contra Madrid.

Ainda no primeiro parágrafo, a crítica alertava que "*la historia sea juez y testigo de los tiempos*", que "*seria contra todo derecho que los Albuquerques lo sean en causa propia y de acciones suyas, estando por essas mesmas indiciados de gravissimos delictos*".[566] Vimos que a ausência do rei no início do período filipino criou uma situação desconfortável aos portugueses, mas que em virtude dos interesses de classe nas discussões de Tomar Filipe II terminou assumindo o trono e os fidalgos portugueses e nobres castellanos obtiveram uma espécie de conciliação de classe. O historiador Rafael Valladares, mesmo destacando o caráter violento da conquista de Lisboa irá dizer que a união das coroas foi um pacto de conveniência que resultou no Portugal dos Filipes.[567] Sobre, o tema da restauração portuguesa Oliveira França, constatou que Portugal "apenas restaurou a época dos reis naturais", mas não "houve dissenção entre as classes nem se rompeu com a ordem institucional monárquica".[568] O que significa dizer, que tanto no período da unificação, quanto no período da separação das coroas, as classes privilegiadas portuguesas e espanholas foram as que comandaram as negociações tanto Tomar quanto nas disputas que organizaram as guerras de separação, lutas que em sua maioria ocorreram nas fronteiras.[569]

O argumento primeiro ou a crítica inicial do documento para que o livro fosse censurado era justamente que Duarte era irmão de Matias de Albuquerque, que como sabemos lutou contra os Espanhóis defendendo os Portugueses na batalha de Montijo, no Alentejo. A retomada da região fez com que Matias ganhasse um reconhecimento da casa de Bragança e da maioria dos fidalgos portugueses descontentes com as políticas de Madrid e satisfeitos com a participação de Matias, que recebeu como recompensa o título de 1º Conde de Alegrete. O argumento para que o livro não fosse publicado era muito forte, pois fazia parte de um contexto presente da Monarquia, que era o momento de ruptura das coroas e do início da

[566] *Razones... Documentação Ultramarina Portuguesa... op. cit. p 11.*

[567] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 15.

[568] FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997. p 280 e 405.

[569] ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de**.** *PALAVRA DE REI ...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese de Doutorado em História UFPE-CFCH. Recife, 2001. Vê especialmente o sétimo capítulo, o "Esbulho da capitania de Pernambuco".

restauração portuguesa. Não se tratava de guerras passadas, mas de obter autorização real no calor do conflito da restauração. Se fosse algo em que a situação do presente não interferisse e não exigisse posicionamento de defesa de manutenção de Madrid poderia-se dizer, que Matias havia defendido os espanhóis na África e na América portuguesa, mas não se tratava de julgar sua história e sim sua posição política e militar do momento, que nesse caso estava vinculada a Portugal, além de fortalecer o poder político em torno da casa de Bragança.

Dessa maneira, como a coroa poderia permitir um livro escrito por um irmão que estava lutando pela restauração de Portugal? Somado a isso, ainda no primeiro dos argumentos do primeiro parágrafo, pois o documento é enumerado entre um e vinte motivos, diz que "*los inconvenientes que resultan de esto contra el servicio de Su Magestade*",[570] ele justificava que a história é juíza e testemunha dos tempos e que permitir Vossa Majestade autorizasse a publicação em causa própria de uma família que em parte era contra a coroa. Autorizar o livro de Duarte era em certa medida uma forma de privilegiar os Albuquerques Coelho e não o império espanhol. Nesse sentido, o documento que fazia apologia a censura dele buscava colocar os Albuquerques como traidores da "pátria" já que parte deles estavam envolvidos militarmente com a restauração portuguesa.

Portanto, torna-se muito lógico que esse argumento dos Albuquerques Coelho como inimigos da coroa seria levantado por algum partidário da Monarquia Católica ou mesmo por inimigo dos Albuquerques Coelho. Sabemos que Matias de Albuquerque colecionou desavenças com quase todos os governadores gerais quando esteve no Brasil, como destacamos no segundo capítulo contra Luís de Sousa. Sendo assim, pela quantidade das brigas políticas acumuladas por Matias de Albuquerque seria possível pensar que o documento poderia ser escrito por um algum dos Sousas por exemplo. Devemos relembrar que Luis de Sousa, foi praticamente humilhado por Matias de Albuquerque em seu retorno para Europa, pois seu navio não pôde atracar no porto do Recife nem do Cabo de Santo Agostinho por ordens de Matias, tendo que ficar por oito dias no mar na altura da capitania de Pernambuco aguardando a organização de sua armada entre a Bahia e Pernambuco para retornar a Europa.[571] O historiador espanhol Joan-Paul Rubiés, fala que é provável que o

[570] *Razones... Documentação Ultramarina Portuguesa*... Op. cit. p 11.

[571] DUTRA, *Revista do Instituto Arqueológico*... Op. cit. p 35.

documento tenha sido de autoria de Diogo Suares.[572] O que este historiador aventou como possibilidade é realmente uma confirmação, pois existe um memorial feito por Diogo Suarez disponível no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, que confirma o *Razones* como de autoria de Diogo Soares.[573]

Diogo Soarez foi um dos secretários mais influentes na corte, chegando a ser presidente do Conselho de Portugal. Durante o reinado de Filipe IV foi partidário do Conde-Duque de Olivares e foi casado com a filha de Miguel de Vasconcelos que também tinha sido Secretário de Estado de Portugal. Cabe relembrar, que Gaspar de Guzmán, o Conde-Duque de Olivares em 1624 na organização para retomada da Bahia mandava que o Conselho de Portugal e o Conselho de Estado escutassem Luís de Sousa mesmo que ele não estivesse mais governando o Brasil por ter conhecimento sobre o assunto. Embora, Duarte de Albuquerque Coelho tivesse obtido reconhecimento em Madrid as desavenças de Matias de Albuquerque lhe custavam muito caro. Tudo indica, que os problemas entre Matias de Albuquerque e Diogo Soares tinham como ponto de partida as discordâncias entre Matias e o Conde-Duque de Olivares.[574] Mas as desconfianças e as disputas de poder eram muito complexas. Rafael Valladares, destacou que a retomada do conflito com os flamengos levou Olivares a "impor um férreo controle sobre o comércio luso, já que as relações portuguesas com o comércio flamengo marcavam ou propiciavam certo clima de desconfiança".[575]

O que nos parece interessante é que a situação de Duarte não era fácil. Seu sogro e seu irmão estavam ao lado dos portugueses, tinham desavenças com Diogo Soares e com o Conde-Duque de Olivares. Em nossa pesquisa não conseguimos aprofundar os pareceres de Diogo Soares para os assuntos de Pernambuco e do Brasil, mas caberia uma pesquisa posterior para averiguar suas decisões como homem de estado. Atribuir negligência tanto a

---

[572] O historiador coloca que o documento possivelmente foi escrito por Diogo Soares, que era uma pessoa muito ligado ao Conde-Duque de Olivares, mas em conversa com o historiador Fernando Bouza Álvares em Madrid o mesmo me informou que o memorial de Diogo Soares em Madrid confirma que esse documento é de autoria de Diogo Soares. RUBIÉS, Joan-Pau. *Mythologies of Duth Brazil*. IN: GROESEN, Michel Van. *The Legacy of Dutch Brasil*. Cambridge University Press, 2014. p 294.

[573] AHN, *Consejos suprimidos*, legajo 7157. Agradeço a Fernando Bouza Álvares por compartilhar essa informação.

[574] *Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 524.

[575] VILLADARGA, Op. cit. 295.

coroa, quanto a Duarte nos parece uma análise pequena e reducionista diante do desafio e do contexto que se apresentava o reino.

No que se refere ao período do contexto da publicação do livro, após 1640 tudo indica que enquanto o Conde Duque de Olivares estava em desgaste e decadência com Filipe IV, em virtude das fracassadas políticas de arrecadação fiscal sob Portugal que ajudariam a aumentar a crise política com Portugal e sua rejeição Duarte parece ter mantido o prestígio na corte. Segundo Rafael Valladares, Olivares era odiado pela população portuguesa por volta de 1640 que via em sua pessoa um autoritarismo em virtude de sua política fiscal.[576] É provável, que a briga entre Diogo Soares com os Albuquerques Coelho tenha se dado em virtude da briga entre Olivares com Diogo de Castro, o conde de Basto, que foi governador de Portugal e era sogro de Duarte de Albuquerque Coelho. Segundo Valladares, Diogo Soares integrava a nova equipe de colaboradores portugueses do Conde-Duque de Olivares.[577] Ainda de acordo com o Rafael Valladares, Olivares e o conde de Basto tiveram problemas durante o levante de Évora em 1637. Nesse período Olivares dirigiu uma irônica missiva ao conde de Basto por considerar sua participação inoperante, suas ações desobedientes e fingidas frente a situação de Évora.

O fracasso da política fiscal de Olivares em Portugal se deu em parte em virtude de seu programa unionista de Olivares tinha o estilo e as leis de Castilla e deveriam ser aplicadas nas "*demarcaciones fronterizas (dividir limites), régimen de aduandas (puerto secos), reunión de asambleas (celebrar cortes) y nombramientos de cargos (introduzir ministros)".*[578] Valladares alerta, que os portos secos era uma espécie de divisão onde se estabelecia a fronteira e que a mesma tinha o objetivo de se criar imposto.[579]

Ao que tudo indica, mesmo ganhando grande reconhecimento da corte madrilena Diogo de Castro, genro de Duarte de Albuquerque obteve prestígio e reconhecimento pela corta espanhola, mas devido aos motins e revoltas que buscavam o separatismo em desde o

[576] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 31 e 33.

[577] Idem. VALLADARES, *Portugal Y La Monarquía Hispânica*. Op. Cit. p 33.

[578] VALLADARES, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto* (Portugal 1637-1638). Colección historia. Diputación de Badajoz. Departamento de publicaciones. 1998. p 20. Neste livro Rafael Valladares utiliza a troca de correspondência realizada entre Gaspar de Guzmán, o Conde Duque de Olivares e Diogo de Castro, conde de Basto sobre a revolta de Évora em 1637, documentos que estão sob a guarda e acervo da *British Library* na Coleção *Additional* Ms. 28.429. Agradeço ao historiador e co-orientador José Manuel Santos Perez pela gentileza de disponibilização e indicação dessa leitura e material.

[579] Idem. VALLADARES, *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto*. p 20.

reinado de Felipe IV demonstram nas suas trocas de correspondências com o Conde Duque de Olivares que o Conde de Basto estava com sua imagem e reputação abalados diante do primeiro grande ministro do Rei. Em uma de suas cartas Olivares chega a dizer:

> Señor conde: vs. me debe amor y respeto. Muchos andó que yo llegase a este puesto. Deseo a vs. gloriosos remate en sus servicios. No ha nacido hombre en ese reino no le hay aquí, ni haya, que pueda juzgar y ver que dejó la prudencia a un lado y descubrió la cara y el brazo del rigor; que cuando se hallara sin tales caballeros al lado, me hubiera de poner a sus pies, asistiendo a la justicia esos hombres bajos. Suplico a vs. que se le deba esto, con que se le deberá a vs. la prudencia y justificación pasada y el buen suceso y remate presente, librando de la nota que se ve a ese reino y a Su Majestade del empeño de castigar y derramar sangre de sus vassalos.[580]

Não sabemos até que ponto, o desgaste diante do Conde de Olivares repercutiu e dificultou a imagem de Duarte posteriormente na corte. Como a revolta de Évora e a troca de correspondências entre o Conde de Bastos com o Conde de Olivares datam de 1637, momento em que Duarte de Albuquerque Coelho estava lutando contra os holandeses no Brasil na luta contra os holandeses podemos atribuir que esse desgaste naturalmente tocava nos interesses de socorro a Pernambuco e na imagem de Duarte. Portanto, não podemos atribuir as ações de Matias de Albuquerque apenas as dificuldades e desavenças com Diogo Soares, pois é muito provável que Duarte tivesse herdado muitos problemas oriundos de Diego de Castro. Costumeiramente as famílias do século XVII sabiam que o matrimônio trazia patrimônio, mas também trazia os problemas de suas administrações. Mas nesse embate, entre o Conde de Basto com o Conde Duque de Olivares com o passar do tempo Duarte foi ganhando espaço em Madrid já que Olivares se afasta do reinado de Filipe IV em 1643. Dessa forma, Duarte ganhava em Lisboa com o prestígio de seu sogro e em Madrid com o desprestígio de Olivares. O Razones, texto de Diogo Soares, ao passar do tempo foi sendo minado e Duarte foi conseguindo vários reconhecimentos de Filipe IV que abordaremos na próxima parte desse capítulo.

No que se refere ao contexto da publicação de livros de história para o período cabe dizer também, que o momento para publicação da obra de Duarte era desfavorável em virtude situação que se encontrava a censura de forma geral das obras históricas no século XVII espanhol. De acordo com Antonio Dominguez Ortiz, Filipe IV buscou ter um controle maior das publicações e dos livros, pois tinha como objetivo preservar a imagem da coroa. Dessa

[580] VALLADARES, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto* (Portugal 1637-1638). Colección historia. Diputación de Badajoz. Departamento de publicaciones. 1998. p 140.

maneira, esse período foi profícuo para as censuras de obras, pois "*fue el siglo de los validos, muy suspicazes por el carácter irregular de su poder; por los abusos del régimen absoluto, por la enorme extensión de la Monarquia hispânica, com interesses en todo el mundo, cercada de enemigos".*[581] Para este historiador, Filipe IV e a corte se via *"obligada a defender su imagen y e celar ciertos segredos*".[582]

Dessa maneira, o livro de Duarte não ajudava a coroa nas suas circunstâncias internas e externas, pois era um momento em que a monarquia não podia ser atacada. Filipe IV buscava evitar que a España não fosse "*atacada sólo con las armas sino con la pluma, explica la reiteración de órdenes sobre vigilancia de obras históricas que pudieran tener repercusiones políticas negativas*".[583] Isso ocorreu na Espanha do século XVII, pois as guerras internas em sua fronteira com Portugal, na Catalunha e seu rompimento com a França coloca a Espanha em uma situação de tensão interna muito grande. Externamente, os holandeses causavam perigo em suas possessões e Filipe IV buscava que a imagem da monarquia não ficasse cada vez mais deteriorada. Um dos meios de usados para diminuir o impacto desses problemas causados a imagem real e do império foi proibir textos impressos e folhetos através de licenças prévias a partir da lei de 13 de junho de 1627, que incluíam "*relaciones, cartas, apologias, panegíricos, gaceta, nuevas, sermones, discursos o papeles em matéria de Estado o gobierno*".[584] Depois em 6 de fevereiro de 1637, um ano antes da saída de Duarte de Pernambuco para a Europa, o Conselho de Aragão publicou um decreto proibindo qualquer obra "*que toque a historia*".[585] Era o caso do livro de Duarte.

Mas retomando os argumentos de Diogo Soares para que o livro de Duarte fosse censurado veremos ao longo do documento ainda no primeiro parágrafo, que o documento reforça o argumento dizendo "*Que ellos gobernaron las armas en Pernambuco, y que de prezente gobierna Mathias d'Albuquerque las del tyrano en Portugal es notorio en todo Hispaña, **notorietate facti***".[586] Ou seja, que isso era um fato notório! Podemos verificar, que

---

[581] ORTIZ, Antonio Dominguez. *La censura de obras históricas en el siglo XVII español*. Choronica Nova, 19 (1991). Pgs 113-121. Disponível em https://revistaseug.ugr.es/index.php/cnova/article/view/2759, último acesso 05/01/2020. p 114.

[582] Idem. ORTIZ, *La censura de obras históricas en el siglo XVII español*… Op Cit. p 115

[583] ORTIZ. Op. Cit. p 115.

[584] ORTIZ. Op. Cit. p 115

[585] ORTIZ. Op. Cit. p 115

[586] Grifo meu. *Razones*... Documentação Ultramarina Portuguesa... op. cit. p 11.

os argumentos eram muito ofensivos aos Albuquerques Coelho, primeiro porque Matias de Albuquerque estava nesse momento combatendo o próprio rei de Espanha e depois porque era um fato notório que ele havia sido o comandante da guerra de Pernambuco contra os holandeses nos cinco primeiros anos. Deixar que o capitão donatário e o governador que tinham perdido a capitania escrevessem a história dessa guerra era dar voz aos perdedores. Era dar voz a quem deveria ser cobrado a responsabilidade pela perda da capitania. Era deixar que a história da invasão holandesa mostrasse a fragilidade e a incompetência da coroa na guerra de Pernambuco. Devemos lembrar que as guerras holandesas no Brasil fazem parte dessa briga política entre a Monarquia Católica contra os Estados Gerais. Sendo assim, como poderia Filipe IV permitir um livro sobre a guerra de Pernambuco, que demonstrasse a perda da capitania da América mais próspera? E logo para os hereges dos países baixos? No final da frase em latim, está escrito fato notório, alegando um acontecimento indiscutível sabido por todos, que foi a perda da capitania para a companhia holandesa.

No segundo capítulo, em que problematizamos um pouco sobre os conflitos jurisdicionais da capitania de Pernambuco mostramos como a justiça foi recorrida como uma última instância para obtenção de pleitos. Aqui nas razões para que o documento não fosse publicado também existe presente um apelo a justiça, relacionando ela com a história, como se justiça e história devessem caminhar juntas. *A história é o testemunho do direito que diz a verdade*[587] é uma demonstração dessa relação entre direito e história como dispositivos de autorização discursiva da verdade. Nesse sentido, consta no documento a *Iudex (Historiographus iudicium agit)*, ou seja, historiografia como o julgamento dos homens pedia para que o livro não fosse publicado, pois não fazia o julgamento correto sobre os Albuquerques nessa história. A lógica de história e justiça andarem juntas está presente no documento que buscou censurar o livro de Duarte, alertando o rei que se tratava de uma publicação contra os desejos reais. A primeira imagem do documento, em relacionar Matias de Albuquerque como traidor aparece explicitamente. Se no *Razones* estava escrito que "história é o testemunho do direito de dizer a verdade" e que a história tinha a vê com "o julgamento dos homens" já que era "juíza e testemunha dos tempos" a história é, portanto, o local onde se deveria escrever e sentenciar a verdade, pois ela é a juíza dos tempos. Covarrubias, o melhor dicionário espanhol da época define história da seguinte forma:

[587] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... op. cit. p 11.

> História, es una narración y exposision de acontecimentos pasados: y en rigor es de aquellas cosas que el autor de la historia vio por sus proprios ojos, y da fee dellas, como testigo de vita, según la fuerça del vocablo…Pero basta que el historiador tenga buenos originales, y autores fidedignos de aquello que narra y escribe, y que de industria no mienta, o sea floxo en averiguar la verdad, antes que la segure como tal. Qualquiera narración que se cuente, aunque no sea con este rigor, largo modo se llama historia, como historia de los animales, historia de las plantas, &c. Y Plinio intitulo de natural historia. Libro historiado se dize comúnmente el que tiene algunas figuras en dibuxo, o estampa, que responden con la escritura. Historiador, el que escribe historias.[588]

A definição de História em Covarrubias parece mais genérica que os argumentos apontados no *Razones*, primeiro porque a história aparece com direito de julgamento e de testemunho. Já no dicionário temos a história caracterizada como uma narrativa e exposição de argumentos do passado e também a história como uma narrativa testemunhal vista com os próprios olhos. Nesse caso, a avaliação de Gonsalves de Mello, de que Duarte e Matias estavam em posição privilegiada por terem vivenciado a guerra faz todos o sentido para o conceito de história do século XVII e em termos de perspectiva histórica para a época, assim como o nascimento da história enquanto disciplina e narrativa desde Heródoto. Na busca de diferenciar e vê as aproximações entre história e memória Covarrubias como definiu Memória da seguinte maneira:

> Memoria, é a disposição da percepção mental firme. Também lembra o tempo da antiguidade. Algunas vezes se toma memoria por lo que dexa instituído números mayores, por lo qual tenemos memoria dilos, como hospitales y obras pias. Y estas son las buenas memorias. Otros la dexan em mayorazgos, o suntuosos edifícios. Memorias, dos anillos juntos, que se traen en el dedo por memoria de alguna cosa.[589]

Podemos perceber que a memória está vinculada a lembrança, a recordação e que se opõe ao esquecimento, ou seja, é algo muito próximo ao entendimento de hoje. Outros termos próximos para a definição de memória nos ajuda a entender melhor o conceito da época como o de Memorável que é "*cosa digna de contarse"*e *"Memorioso, el que tiene grã memoria. Libro de memoria".*[590] Podemos perceber, que desde o século XVII a história está mais

---

[588] BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 473v.

[589] As duas primeiras frases estão escritas em Latim: "*Est firma animi rerum & verborum dispositionis perceptio. Item recordatio, aetas, antiquitas*". BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611). Disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid). IN: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html, data do último acesso 01/12/2019. p 473v.p

[590] Idem. *Tesoro de la lengua castellana…* Op. Cit. p 473v.

vinculada a produção escrita, enquanto que a memória está para a capacidade do pensamento em não esquecer ou como disposição da percepção mental firme.

Mas o *Razones* não fica preso a questões teóricas entre história e memória e entre história e justiça apenas, mas direciona críticas e acusações a Matias por considera-lo o grande responsável pelo inconveniente da publicação já que era ele o militar responsável pela ajuda na restauração em virtude da batalha de Montijo, na região do Alentejo. Matias estará presente ao longo de quase todos os pontos do documento.

No segundo item do referido documento, os Albuquerques Coelho aparecem como culpados pela perda da capitania de Pernambuco, mas o documento irá levantar que foram realizadas pesquisas "*em Madrid y Portugal contra ellos, y en todas se hallan graves culpas de entre ambos, siendo la mas constante, que por intereses proprios dilataron aquella guerra, sacando della gossissimos caudales*".[591] É interessante, que o documento relata que pesquisas foram realizas pela Secretaria de Estado de Portugal, em que "*vino prezo esto de la Bahia Mathias de Albuquerque, sugetto principal desta historia hermano de su autor, y de fato se iba procediendo contra los dos quando se rebelo Portugal*".[592] Ou seja, no segundo argumento além de retomar a culpa dos Albuquerques Coelho, o documento acrescentará que Matias já tinha sido preso e irá alegar também que as pesquisas realizadas sobre a vida dele no Conselho de Portugal tinham comprovações de sua prisão.

Ainda de acordo com o segundo tópico, as informações poderiam ser confirmadas com "*Domingos Cabral Bacelar soldado muy pratico, que se hallo prezente a todos los accidentes de aquella guerra y por orden de Su Magestad hizo particular tratado d'ella y de las culpas que allí se comietieron, que le prezento*".[593] Essa parte é interessante porque Domingos Cabral Bacelar aparece como um soldado que confirmaria as denúncias contra os Albuquerques Coelho, especialmente contra Matias de Albuquerque. Curiosamente, Domingos Cabral Bacelar não é citado uma única vez no livro de *Memórias Diárias* de Duarte[594] entre os

[591] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... Op. Cit. p 11.

[592] Idem. *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... Op. Cit. p 11.

[593] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... .Op. cit. p 11.

[594] Aparece ao menos 10 Domingos no livro de Memórias de Duarte, mas nenhum deles é o soldado que saberia confirmar as informações do Razones. Os Domingos que aparecem são: Domingos Correira Bezerra, Domingos Dias Bezerra, Domingos Fernandes Calabar, Domingos Peres Landim, Domingos Correia, Domingos Faria, Domingos da Veiga Cabral, Domingos da Mota, Domingos Pereira, Domingos Fernandes Minsal, Domingos de Almeida e Domingos de Arraiga. Em uma das anotações de José Antônio Gonçalves de Mello a respeito do Razoes ele destaca que há informações sobre Domingos Cabral Bacelar em Simancas na série Secretarias de Estado. Infelizmente quando encontramos o Razones na biblioteca de Gonsalves de Mello já havíamos indo a

inúmeros Domingos que Duarte cita. Dessa maneira, quase nada sabemos de sua história, mas ela possibilitaria vê com quem Domingos estaria vinculado politicamente ou saber qual o motivo da desavença. O documento fala apenas que Domingos era de *Caragoça* (Zaragosa), principal cidade da região de Aragão. Na base de datos do BRASILHIS existe um Domingos Cabral *Bacelos* e não Bacelar, que foi capitão de uma caravela do ano de 1632 que veio ao Brasil e que acreditamos se tratar do mesmo soldado.[595]

Provavelmente, Domingos tinha informações sobre os Albuquerques e por isso Duarte omitiu em seu livro. Veremos mais adiante que Duarte também irá omitir um empréstimo que contraiu a Múcio Orilia, um sargento italiano do terço de Bagnuolo por volta de 1633, mas que aparecerá referenciada em documentos testamentais de Duarte em virtude de uma obra pia. É interessante perceber, que Matias, enquanto capitão de Pernambuco e governador geral do Brasil não se indispôs apenas com a alta patente, mas teve que administrar problemas com a soldadesca. No *Razones* Domingos é colocado como um soldado prático de Zaragosa. É importante destacar também que nem tudo que covinha foi descrito no livro de Duarte como o empréstimo a Múcio Orilia e a participação de Domingos Cabral Bacelar.

A segunda razão ou argumento do documento também é interessante porque ajuda a aproximar a datação do documento, pois se ele diz que Matias já havia voltado do Brasil, já havia sido preso e também havia vencido a guerra em favor dos portugueses contra os espanhóis no Alentejo. Portanto, tudo indica que é um documento que deve datar entre 1644, pois a data da vitória de Matias na batalha do Montijo e entre 25 de maio de 1644 até a data de publicação da obra em 1654 quando ela é publicada e oferecida a Filipe IV. Dessa maneira, o documento em seu terceiro parágrafo pedia para que o livro não fosse publicado até que fosse averiguado seu julgamento e esclarescido algumas questões com pessoas como Domingos, pois

> "que en estos términos de estar pedientes en juizio los delictos destos Albuquerques, y siendo sus errores tan graves que las fatigas presentes que padece la monarchia, y su Indias se originaron de ellos pues todo se cimento en la perdida de Pernambuco, no se deve imprimir historia que tiene por fin alsover se estos reos asy mismos en la opinion del vulgo con lo que escriben en ella sin ser oyda la justicia, ni haver se juzgado lo que contra ellos resulta

---

Simancas. IN: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

[595] http://brasilhis.usal.es/es/personaje/domingos-cabral-barcelos, ultimo acesso em 05/02/2020. A informação do BRASSILHIS sobre esse personagem se baseia no seguinte documento: ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1632-Novembro-14, Lisboa. Alvará de Capitão duma caravela em viagem ao Brasil, a Domingos Cabral Barcelos. Chancelaria de D. Filipe III, Doações, L. 23, fl. 412.

> en las pesquizas refiridas, que estan suspendidas por se haver remittido a Portugal antes de su rebelión".[596]

No quarto parágrafo, é interesante que o documento faz uma referência ao historiador dizendo "*que tocando al historiador repartir los premios con rectitud que se debe a cada uno dellos que se hallaron en los trances, no dando a este la alabança que no merece, ni quitando al otro".* O argumento do quarto parágrafo reside na crítica '*que o autor desta história es grave inconvenientes y en prejuicio de muchos que el autor desta historia a titulo de historiador".*[597]

A quinta razão do documento argumentou que havia sido "*testificado en juicio contra los Albuquerques, no debe admitir se historia hecha por los mismos acusados en la propia causa de su accusacion*". Portanto, o documento mostra que existio uma acusação que denunciava aos Albuquerques Coelho já que "*hizieron perder aquella parte tan fecunda de la America, y vendrá a ser que las acciones de mayor valor ha de callar y deslucir a sus dueños y acreditar las contrarias*". O quinto parágrafo alegava que uma das razões para não publicar o livro de Duarte se dava justamente porque os Albuquerques estavam "*culpado por testimonio de hombres de mejor opinion que militaron ally*". Além de colocar Domingos como uma testemunha acrescentou que existia um processo para avaliar as denúcias. Infelizmente não conseguimos encontrar informações relativas a essa matéria, mas encontramos um documento em que Duarte chega a pedir de volta os originais de seu livro aos ministros do Conselho de Estado, pois ele havia perdido dias escrevendo o livro.

Embora, a maior crítica do documento seja justamente da perda da capitania e da posição de Matias de Albuquerque ao lado dos portugueses existe um apelo interessante sobre a perspectiva histórica do documento. Esse argumento será retomado na sexta razão, pois o argumento era que o livro não deveria ser publicado em virtude dos danos que poderia causar no futuro. Nesse trecho, é interessante a perspectiva histórica porque o presente das coisas futuras (presente-futuro) pesaria na imagem do reinado, pois "*o derecho las historias hazen fe, y crédito en lo futuro, para prueba de verdades importantes, y es agravio que offende a la posteridad dexar imprimir la que es cierto que no ha de refirir llanamente lo que fue, pues*

---

[596] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... op. cit. p 12.

[597] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... op. cit. p 12.

siendo tan culpados estos hermanos como caudillos que eran de aquella milícia".[598] Autorizar a publicação do livro seria deixar um registro errado para o futuro da história.

A razão colocada no sétimo ponto dizia "*ser notable prejuizio de la corona imprimir-se esta historia; y para que mejor se entienda por donde viene este daño se advierte que las tierras de aquel dilatadissimo estado del Brazil*".[599] Nesta parte do documento, a razão principal da censura deveria ocorrer em virtude que "*historias acquieren autoridad con los anos, y hazen prueba en derecho, como se advirtió arriba, de aquy a no muchos, y muertos los testigos que hoy biven de la verdad, estos Albuquerques, o successores, se han de valer, como de texto desta historia*".[600] Os argumentos introduzidos são sempre reiterados informando que a perda da capitania de Pernambuco havia trazido muitos prejuízos a coroa, que a família esteve governando a capitania e que futuramente "*si el rey recuperare con sus armas el Estado, executte ahora lo que executo entonces avinculando aquellos bienes a su corona*".[601]

Ao longo do documento, sua crítica pesa para deixar claro, que a publicação acarretaria problemas futuros, pois caso a coroa expulsasse os holandeses e retomasse a região a publicação do livro traria benefícios aos Albuquerques Coelho e não a Espanha, que poderiam futuramente buscar reaver a capitania. Esse trecho nos parece importante poque nos ajuda a entender a demora na autorização para a publicação do livro, já que Duarte havia solicitado a publicação pelo menos desde de 1644, mas que o livro só chega a ser publicado em 1654.

Possivelmente, Filipe IV e os ministros do Conselho de Estado quiseram esperar que fosse resolvida a presença dos holandeses para autorizar ter um parecer final sobre a publicação. Essa questão, demonstra que a situação de Duarte era muito delicada frente a Madrid e tudo indica que a demora na autorização tenha se dado justamente porque com a expulsão dos holandeses os portugueses buscariam obter a capitania de volta. Tendo Duarte ao lado de Madrid os portugueses teriam que brigar não apenas contra Duarte, mas contra toda sua rede familiar que não era fácil, pois como vimos Duarte tinha como sogro o Conde de Basto, que tinha sido governador de Portugal e tinha influência em órgãos importantes

[598] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 13.*

[599] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 13.*

[600] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 13.*

[601] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 13.*

como no Conselho de Portugal e no Desembargo do Paço. O *Razones* alegava que um dos motivos para não publicar o livro de Duarte era que futuramente a coroa não poderia retomar a capitania para si já que compartilhava das opiniões do donatário. Claro, que isso não era dito de uma forma objetiva para um Rei sabendo que o soberano poderia botar em curso a lei mental e todas as prerrogativas reais. Mas esse alerta ao rei foi feito da forma barroca em que esteve inserido o documento. Uma reflexão que o documento busca fazer a sua análise da história como testemunho, pois o *Razones* alertava para isso, já que problemas futuros poderiam prejudicar o patrimônio da coroa.

O oitavo argumento para impedir a publicação sugere que existe uma relação escrita de autoria do Fray Alonso Vereno, que seria mais imparcial e que poderia ser consultada. O *Razones* coloca que a relação do Fray Alonso era mais digna e tinha mais autoridade do que o livro de Duarte. Curiosamente não temos na historiografia uma publicação que fale sobre esse livro, mas ela é mencionada no documento.

A nona razão para não impressão do livro era porque "*el lugar, la corte del rey adonde no se pirmitiera salir a lux historia de tal materia no estando justificada por cierta, de que viesse a resultar que dexarla imprimir en tales circunstancias, y quitar las al derecho que toca al príncipe de retener aquellas placas".*[602] Ou seja, quase sempre o documento recorda a coroa para ela readquirir o patrimônio que havia sido negligenciado pelos Albuquerques. Aqui cabe uma questão inversa da pergunta levantada por vezes pela historiografia, que geralmente questiona se houve negligência da Monarquia Hispânica com o Estado do Brasil. Seria possível, Filipe IV pensar que houve negligência do donatário na defesa da capitania? Devemos lembrar que a capitania ficou por vezes sem a presença dos donatários ao menos por 20 anos. Sem falar que houveram problemas em indicações entre a coroa e Duarte para servir como capitão gerais. Mesmo que Duarte tivesse uma boa imagem perante os ministros dos Conselhos de Estado e de Portugal, assim como junto a Filipe IV, a questão financeira era colocada em evidência pelo documento ao dizer que o rei poderia futuramente adquirir a capitania e por isso deveria retardar e avaliar a publicação da obra.

O décimo ponto do documento alegava que Su Magestade deveria "*remitirse al fiscal de la corona a que tocasse, advirtiendole de los fines de su autor, y del derecho del rey, para*

[602] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 14.*

que examinasse con particular attencion la verdad".[603] Outro aspecto que podemos perceber do documento é que ele além de buscar proibir a publicação ele também buscava atrasar a publicação do livro colocando empecilhos com recursos para postergar sua autorização. Dessa maneira, pedia uma análise de um fiscal da coroa, quando na verdade os ministros dos Conselhos de Estado e de Portugal já exerciam esse papel. A décima primeira razão acrescentava que o livro "*camina a respettos e intereses particulares, visto que ya otra ves estos Albuquerques por medios deste genero adelantaron sus augmentos con prejuicio de los que pos sus meritos son los verdaderos acreedores de las mercedes de los reys*".[604] Em todas as críticas do documento, percebe-se uma crítica geral aos Albuquerques Coelho, mas sobretudo uma perseguição a Matias de Albuquerque, porque estava nesse momento ao lado dos portugueses no momento da restauração. A décima segunda razão, questiona até a participação de Jorge de Albuquerque, o pai de Duarte, conhecido por ceder seu cavalo na batalha de Alcácer Quibir a Dom Sebastião por alguns autores contemporâneos. O documento questiona dizendo

> Que por parte d'ellos se divulgo que Jorge de Albuquerque padre del autor, em la batalla d"Africa, viendola ya perdida, diera su cavalo al rey Don Sebastian para escaparse della y el se quedara herido entre los moros, desestimando la vida para salvarse la del Princepe. a) Accion que oyda con aplauso, esto le sirvió de prueba con el vulgo, que como poco especulativo, fácilmente cree haçañas aunque mal justificadas, por lo que siste el facto y los chronistas de aquella batalla. b) El facto porque es indebitable que el rey Don Sebastian en ella peleo hasta el ultimo aliento, sin pretender nunqua escaparse, ni pedir, ni aceptar partido, o medio para conservar la vida. c) Los chronistas, porque con ser muchos, assy castellanos, como portugueses y d'otras nationes, los que escribieron los sucesos indiviuos de aquel trance, y alguno que se hallo siempre al lado deste príncipe [98v] y fue testigo de su muerte, y que pocos anos después della, salieron con sus obras, tiempo en que estay [¿] antecientes las noticias singulares de como havia passado el caso, ninguno refirió esta acción, siendo tan esencial a la intregridad de la Historia.[605]

[603] É interessante que no décimo ponto como em alguns outros existem citações em latim para corroborar o argumento. Nessa citação a tradução fica mais ou menos assim: "*Histórico com T é o que está a ser referido, e esta é a desvantagem do Tesouro, sem citação de peças a serem produzidas, para que os médicos comumente, onde o personagem principal das testemunhas"*. Em latim: "Historia cum sit tesis quídam, et ista de qua agitur sit in prejudicium fisci, no debet produci sine citatione partis, ut doctores communiter, ubi agunt de qualitate testium". *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 15.*

[604] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 15.*

[605] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 11.*

Talvez, esse seja o tópico mais tendencioso ou o que fica mais evidente que o objetivo do documento era não só impedir a publicação do Memórias como também prejudicar a imagem de Duarte de Albuquerque Coelho na corte e a imagem da sua trajetória familiar. No décimo segundo parágrafo existem algumas informações em latim que corroboram com a ideia que o Rei Dom Sebastião não quis entregar as armas, mas morrer lutando por mais que seu povo insistisse para fugir. Nesse parágrafo, o documento cita alguns livros e autores que comungam dessa sua colocação.[606]

Somado a essas questões, no décimo terceiro motivo, o documento tenta demonstrar que os Albuquerques Coelho "pintaram" ("*hizo pintar quadros del sucesso que representavan a Jorge Coelho dando el caballo al rey, y que puesto en el caminava a librarse del peligro*") a imagem de um Jorge de Albuquerque como salvador e defensor do rei que estava equivocada e era sobretudo fantasiosa. Ao decorrer da leitura do documento, a crítica sobre os Albuquerques irá se intensificar, inclusive chamando os livros que abordam e exaltam a participação de Jorge em Alcácer Quibir de fábula, criticando inclusive uma das principais obras utilizadas como fonte pela historiografia no que se refere a participação de Jorge na África que é o Miscelanea. O documento acusa que o autor era "*hombre de poca attencion en sus acciones que imprimiendo algunos pliegos de materias fútiles sin catenacion ni orden a que llamo – Miscelanea*".[607] Ao tratar dessa crítica a produção escrita do Miscelânea, de Miguel Leitão de Andrade podemos perceber que havia uma aproximação de Miguel com os Albuquerques Coelho. Dessa maneira, o *Razones* buscava não apenas desqualificar os Albuquerques, mas aqueles que tinham relação com a família.

Segundo o *Razones*, que "*a quien seguio outro autor que escrivio ha muy poco, que por ser de apellido – Coelho – que es el que por baronia toca los Albuquerques; y a instancia d'ellos se conformo con aquella Miscelanea*".[608] O *Razones* buscou desqualificar os

[606] Infelizmente não tivemos tempo suficiente para verificar essas informações, mas também não é o objetivo desse trabalho. Existe também uma farta bibliografia sobre a morte de do Rei Dom Sebatião. O documento *Razones* cita alguns livros e autores, são eles: *Hist. Pontif*. Lib. 6, cap 22. De Fray Antonio de S. Roman en su lib. de *la Jornada y muerte del rey Don Sebastian*, Herrera Lib. 10. Cap 7. Joan. Ant. Viper. *De Obtenta Pertugalia*. Mendonça en el libro de la J*ornada d'Africa*, autor que dize se hallo prezente en la batalla y vio la muerte del rey. Faria en su Epitome; Augustin Manuel en La Succession de la Corona de Portugal. Laurencio Bier. Fls. 18. Oper Chronico p2. Franqui Lib. de la Unión de Portugal. Trusilnio Venero en sus Epitamos de los Tiempos ano 75 y 78. IN: *Razones... Documentação Ultramarina Portuguesa...* op. cit. p 12.

[607] O documento se refere ao autor Miguel de Leitão de Andradda que escreveu o *Miscellanea do Sitio de Nossa Senhora da luz do Pedrogão grande, aparecimento de sua sancta imagem, de el Rei Sebastiam*.

[608] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 11-19.*

Albuquerques a partir também dos autores que escreveram sobre eles, buscando adjetiva-los como pessoas de gravíssimas qualidades. Logo, pessoas sem crédito!

Assim sendo, no décimo quarto parágrafo o documento desqualifica Miguel Leitão, dizendo que era "*hombre de talento embaraçado, imprimio este quadernillo de Miscelaneas, muy familiar de los Albuquerques interessados*".[609] E fala também de "*Luiz Coelho que dio a la estampa de su libro de empresas militares lusitanas quasi cinquenta anos despues de aquel sucesso, como deudo por baronia destos Coelhos Albuquerques*".[610] Numa leitura apurada do documento parece evidente que existia uma aproximação ou amizada dos Albuquerques Coelho com Miguel Leitão e Luiz Coelho, enquanto que por outro lado, existia uma discórdia com Domingos Cabral Bacelar e com Frey Alonso Venero. Ao que parece, Miguel Leitão foi um importante secretário que tinha influência dentro da corte no período de Jorge de Albuquerque, o que demonstra que a família tinha uma certa proximidade com os conselheiros do rei antes mesmo de Duarte. O secretário conseguia filtrar assuntos importantes e colocar assuntos prioritários para autorização real. Mesmo assim, Duarte esperou ao menos mais de 10 anos para publicar seu livro.

A décima quinta razão não acrescenta novos argumentos dos que foram apontados nos tópicos anteriores, mas traz uma interessante informação, que é a respeito do título que Duarte consegue obter de Conde de Pernambuco em 1640. Segundo o *Razones,* Duarte apresentou um memorial na corte e conseguiu o título nesse ano, o que demonstra que mesmo com a perda da capitania para os holandeses Duarte conseguiu manter seu prestígio na corte. Covarrubias define Memorial como "*la peticion con que se da al juez, o al señor para recuerdo de algun negocio*".[611] Contudo, mesmo com as ações de seu irmão Matias contra a Madrid em favor da casa de Bragança Duarte parece ter conseguido manter o prestígio em Madrid conforme veremos mais adiante. O título de Conde de Alegrete concedido a Matias pelos portugueses foi dado em virtude dessa batalha em que os portugueses saíram vencedores contra dos espanhóis e integram as guerras de restauração portuguesa que começaram a existir na península ibérica.

Portanto, não sabemos se Duarte que recebeu o título de Conde de Pernambuco em 1640 receberia essa honraria após a Batalha de Montijo que ocorreu no Alentejo. Nessa parte

---

[609] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 11.*

[610] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 11.*

[611] *Tesoro de la lengua castellana…* Op. Cit. p 473v.

do documento, a crítica sobre Duarte diz que faltavam nele virtudes, mas que sobrava inteligência, mas confirma que "*en el ano de 640 vino este mismo Duarte d"Albuquerque a la corte, y prezento memorial de servicios, y entre ellos alego aquella acción de su padre*"[612]… e que "*gano titulo de conde*". Sobre essa data podemos fazer algumas reflexões, primeiro a respeito do documento, que data provavelmente em um período após 1640 quando Duarte já havia ganho o título de Conde de Pernambuco. Sobre o título de Conde de Pernambuco cabe pensar que em 1640 Madrid precisava de força política de alguns portugueses para enfraquecer a restauração e continuar mantendo as duas coroas sobre o cetro de Madrid. Podemos entender também, que a concessão do título de Conde de Pernambuco era uma forma de conquistar Duarte e por tabela ocasionar um problema para os portugueses da capitania hereditária de Pernambuco. Nesse sentido, manter Duarte preso e fiel a corte de Madrid tornava um pequeno problema para os Bragança, pois Matias e a casa de Basto provavelmente não iria querer brigas com Duarte. Essa questão dos Albuquerques Coelho no período da restauração portuguesa prejudicou o socorro do Brasil, mas nesse caso não poderíamos falar de negligência espanhola. O título de Conde de Pernambuco de 1640 pode ter sido uma estratégia de Madrid para segurar Duarte e os Albuquerques Coelho a ajudarem no posicionamento contra a restauração portuguesa.

A luta para publicação do livro de memórias sobre a guerra de Pernambuco é um dos acontecimentos mais interessantes da trajetória de Duarte. Mas uma das considerações que devem ser feitas, ainda não colocadas pela historiografia é que o seu título antes de autorizada a publicação, ou pelo menos, durante o período em que passou pela análise do Conselho de Estado de Felipe IV quando ela foi submetida estava com o título de "*Relaccion diária de la guerra de Brazil por nueve años desde el de treinta hasta mil seiscentos treinta y ocho 1630-1638*",[613] mas que após consentimento da coroa para publicação o livro sai com o título de *Memórias Diárias da Guerra do Brasil por discurso de nueve año, empeçando por desde el 1630*. Escreveu Duarte que o livro era dedicado a *catolica magestade del Rey Don Filipe Quarto* e que escrevia com a "*simplicidade do estilo".*[614] Uma questão aqui parece sutil, mas muito interessante que é a alterção do nome de Relação Diária para Memórias Diárias.

---

[612] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit.* p 11.

[613] AGS, EST, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Fls 15 e 16.

[614] COELHO, Duarte de Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil por discurso de nueve año, empeçando por desde el 1630.* Biblioteca Nacional de Madrid (BNM). IN: BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

O livro de Duarte não possui um estilo doce e agradável de ler como o de alguns de seus contemporâneos como Frei Manuel Calado, Ambrósio Rischofer e Gaspar Barleus por exemplo, mas possui um caráter documental muito importante, e por vezes esclarecedor, para aqueles que desejam investigar a história da guerra de Pernambuco. Como já foi colocado por José Antônio Gonsalves de Mello o livro de Duarte é uma crônica de guerra e não um livro de história da guerra, logo deve confrontá-lo com diversas fontes da época.

A tese de Kleber Clementino, que teve como objeto de estudo as narrativas luso-castelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul constatou, que os anos de 1630 teve uma grande baixa de publicações sobre a perda de Olinda após um grande número de publicações sobre a recuperação da cidade de Salvador da Bahia de 1624. Ainda segundo este historiador, a escassez permanece nas décadas de 1640 e 1650 tendo uma nova retomada e interesse pelo assunto em 1660, embora esse recuo não signifique um total desaparecimento.[615] Isso pode significar não apenas um desinteresse, mas um controle maior do período da Monarquia hispânica, que Duarte precisou enfrentar para publicá-las. Ainda de acordo com Kleber Clementino, é provável que a baixa quantidade de publicações nas décadas de 1630 e 1640 se deram pelos reflexos políticos na Península Ibérica e dos desdobramentos desfavoráveis na América,[616] o que nos parece coerente. No décimo oitavo ponto o documento confirma essa tese de Kleber Clementino, pois o documento utiliza como uma das razões para que o livro não fosse publicado a lei de 31 de maio de 1632, que *"ninguna historia, o epitome de sucesos del tiempo se pueda dar a la estampa sin preceder dársele quenta por consulta"*.[617] Neste 18º ponto do Razones o documento fala que houveram livros que tinham sido impressos no reino cuja a impressão deveria ser reparada no Desembargo do Paço. Segundo o décimo oitavo item, a razão devia-se porque deveria se ter "*todo cuidado la ley que esta passada que prohíbe imprimirse ningun libro ni papel sin esta licencia; y vereys si convendra acrescentarse la misma ley, y penas d'ella y me avisareys co el parecer del Dezembargo de o Paço y vuestro*".[618]

Mesmo com as ações militares de Matias prejudicando politicamente seu irmão sabemos que nos dias 21 e 29 de julho de 1644 e também em 23 de agosto de 1644 houveram

---

[615] SILVA, Kleber Clementino da. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*. Tese de Doutoramento pela UFPE, Recife, 2016. p 15 e 16.

[616] Idem. SILVA. *Política e historiografia*... Op. cit. p 40.

[617] *Razones*... Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit.* p 17.

[618] *Razones*... Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit.* p 17.

autorizações e documentos favoráveis para publicação do livro, o que demonstra um certo prestígio de Duarte frente a corte madrilenha, já tinha ocorrido a guerra do Montijo, por volta de 25 de maio de 1644. Portanto, mesmo em 1644 quando já havia problemas muito grandes em torno da manutenção da Monarquia Duarte ainda obtinha prestígio. Não sabemos se a opção de Duarte em ficar ao lado dos espanhóis se deu por residir em Madrid e estar vinculado a corte, mas o fato é que Duarte vinha de uma família ligada aos fidalgos de Portugal, era português de nascimento e seu pai tinha fama e *status* em virtude da aproximação na guerra de Dom Sebastião em Alcácer Quibir. Duarte teve matrimônio com Dona Joana de Castro, que era filha de Don Diogo de Castro, o 2º Conde de Basto, que foi governador de Portugal. Toda essa ligação com os portugueses colocava Duarte em uma situação difícil junto aos espanhóis como demonstra o *Razones*, o que nos parece justificar a dificuldade de pela espera dos dez anos para sua publicação.

Mesmo assim, tudo indica que Duarte conseguiu reconhecimento de Madrid primeiramente por ficar ao lado dos espanhóis na restauração, segundo porque assim servia como peça útil para que a capitania de Pernambuco não voltasse a coroa portuguesa. Sabia Madrid, que tendo o donatário ao seu lado a briga judicial pela retomada de Pernambuco se tornava ainda mais complicada para os portugueses. Cabe ressaltar também, que outras famílias como os Mascarenhas tiveram estratégias parecidas. Enquanto, uma parte da família ficou ao lado dos portugueses outro lado ficou do lado dos espanhóis, pois assim garantia que a perda total do patrimônia não ficaria retido caso ouvesse punições reais no futuro. Claro, que essa é uma análise por demais generalista, mas diante das várias estratégias essa parece ter sido a tônica e não acreditamos ter sido diferente com os Albuquerques Coelho, em especial com a geração de Duarte e Matias. Enquanto, Matias lutava no Alentejo a favor dos portugueses, Jorge filho de Duarte lutava em favor dos espanhóis na guerra da Catalunha. A família se dividia entre os serviços prestados entre Portugal e Espanha.

Embora, mesmo antes do parecer do Conselho do Estado de autorização do livro pelo rei não esteja ainda inserido o título "*memórias*" Duarte já se queixa ao conselho de estado pela demora na autorização de seu "*memorial*".[619] A *relacción* era uma espécie de relatório de sua luta frente a guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais, que o donatário gostaria de deixar registrado, pois sabia ele, que a construção de sua história estava intimamente

[619] AGS, EST, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Fls 15 e 16.

relacionada a memória que viesse a ser produzida de sua imagem. Duarte sabia que a produção de um livro sobre sua história era uma construção que produzia uma versão de sua trajetória e de certa forma o materializava na história da guerra de Pernambuco. Na obra original de 1654, logo após a capa de seu livro e antes do início propriamente do prólogo e dos capítulos Duarte coloca três documentos que datam de 1644 e um que data de 1654, documentos bem representativos sobre a autorização de sua obra. Os documentos merecem ser contextualizados.

O primeiro deles, a "*Aprovación del Reverendissimo*" é assinado pelo Padre Augustin de Castro, *de la compania de Jesus* e data de 21 de julho de 1644. Esses documentos colocados por Duarte em seu livro tem um simbolismo muito grande porque representam a permissão de seu livro por uma instituição religiosa forte como a dos jesuítas. Em seu texto, Agustin de Castro fala que "*escribio el Conde dePernambuco, i V.M me remíte, tienen por fila aprobación de ser escritos de tan gran Cavallero, cuya verdad, i ajustamentos a las costumbres libra estos tratados de toda sospecha de censura*".[620] Não sabemos do parentesco e da relação de Agustin de Castro, padre da Companhia de Jesus com os Castro que tinham relação com os Albuquerques Coelho, mas é muito provável que ele tivesse alguma ligação com o sogro de Duarte ou tinha algum tipo relacionamento com a família porque ambos representavam instituições de poder importante, um na religão outro na política. O matrimônio trazia uma rede de articulações desde ligações com instituições de poder como os Conselhos de Portugal e de Estado como vimos ao logo de nosso trabalho, quanto por instituções religiosas como a dos Jesuítas. Agustin de Castro, destaca Duarte como um nobre, elogiando sua obra ao dizer que "*se prueban los quítales del verdadero valor, i constancia, i donde se examinan los de la nobleza de la sangre tan fiel, i restada por su Principe*".[621]

O outro documento, que data do mesmo mês e ano que o de Agustin de Castro é do Licenciado Don Gabriel de Aldama, Consultor do Santo Ofício da Inquisição e Vigário Geral de Villa de Madrid. Este segundo documento é uma autorização mais breve que o anterior da Companhia de Jesus, sem muitos elogios e com poucas informações, o que nos faz crer, que realmente Agustin de Castro estava ligado a casa dos Bastos. O documento embora seja autorizado pelo licenciado foi assinado pelo notário Martin del Val, dizendo que o livro podia

[620] BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

[621] BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

ser publicado pois ele foi censurado, mas que não tinha nada a contra "*nuestra Santa Fé y buenas costumbres*".[622]

O terceiro documento também data de 1644 e é assinado por Jerônimo Mascarenhas, que foi um nobre português nascido em Lisboa e que morreu em Segovia. Don Jerônimo Mascarenhas foi o sexto filho de D. Jorge de Mascarenhas, o marques de Montalvão, que foi vice-rei do Brasil. Tinha como primo Fernando de Mascarenhas, o conde da Torre e chegou a ser bispo de Leiria e de Segovia, além de ser membro do Conselho de Portugal nos tempos de Felipe IV.[623] No documento Jerônimo Mascarenhas é descrito como "*Cavallero, i difinidor general, del Consejo de Su Magestad, em el supremo de las militares de Castilla, su Sumiller de Cortina, i Oratorio, Prior Guimarães, i Obispo electo de Leiria*".[624] De todos os documentos que estão na publicação do livro e que tratam de sua autorização, o texto de Jerônimo Mascarenhas é o mais extenso e o mais elogioso ao donatário de Pernambuco, chegando a dizer sobre o autor que "*no hay que censurar, lo próprio digo por lo que toca a la verdade, alma de la historia*" e que Duarte "*había de todo feíto con una tal templanza, i modéstia*".[625] Jerônimo Mascarenhas tinha um peso importante nos assuntos referentes a guerra e aos assuntos militares na corte de Madrid, sua família assim como a de Duarte tinha muito serviços militares prestados, famílias que inclusive estiveram juntas para combater os holandeses em Pernambuco. A carta de apoio de Jerônimo Mascarenhas apoiando a publicação do livro de Duarte era em certa medida uma espécie de resposta a alguns argumentos levantados feito pelo *Razones* para que sua publicação fosse retida e censurada, o que nos permite pensar que o Razones date antes de 1644. Jerônimo diz que "*las cosas que refiere tan em gloria desta Monarchia, i de su gente, por los muchos imposibles que se*

[622] BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

[623] Essas informações sobre Jorge Mascarenhas foram retiradas do BRASILHIS, que está disponível em http://brasilhis.usal.es/es/personaje/jeronimo-mascarenhas, último acesso em 01/02/2020. A historiadora Ana Paula Torres Megiani atualmente desenvolve pesquisa sobre a produção escrita de Jerônimo Mascarenhas. Jerônimo nasceiu em Lisboa no ano de 1611 e falecido em Segóvia em 1671, Jerônimo Mascarenhas pertenceu a uma família de considerável destaque durante o período filipino. Era o 6º filho de D. Jorge de Mascarenhas, 1º Marquês de Montalvão e 1º Vice-Rei do Brasil, cujo título fora concedido por Felipe IV no ano de 1639. Sua mãe era D. Francisca de Vilhena, sobrinha de seu pai. Era primo de D. Fernando de Mascarenhas, o 1º conde da Torre, e irmão de D. Francisco de Mascarenhas, 2º conde de CastelNovo, além de outros irmãos também distinguidos por Felipe IV. IN: MEGIANI, Ana Paula Torres. *Escritos breves para circular Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII)*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 535-563, mai/ago 2019. p 552. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/vh/v35n68/0104-8775-vh-35-68-0535.pdf

[624] BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

[625] BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020.

vencieron em aquella guerra, me parece no haver hecho el conde menor servicio de V. Mgd. con la pluma, que con la espada".[626]

Por fim, Jerônimo finaliza dizendo que o libro "*es digno de licencia que se pide para imprimirle, sino de que se apressure la impresion, para que con un tan lucido, i verdadeiro escrito, conste al mundo, con nuevos testimonios, el sufrimiento, el valor i, la fidelidad de los Españoles*".[627] Nessa parte do elogio a Duarte, pode-se perceber que os contemporâneos tinham uma certa preocupação com a escrita da história para o futuro. Além dos três documentos de 1644, Duarte insere também o ofício de Francisco Espandaña, escrivão da câmara de Madrid, com a autorização da publicação de Duarte em 1654. Esses documentos são importantes porque demonstram não apenas uma autorização, mas o apoio das instituições religiosas importantes do reino que pesavam politicamente. Rafael Valladares, destacou que a Igreja teve um papel fundamental no período da restauração portuguesa e que os cleros acumulavam motivos de sobra para romper com Madrid devido a política em favor dos cristãos-novos pelos retrocessos das missões na Etiópia, Ásia (especialmente da expulsão dos jesuítas no Japão) e no Brasil.[628] A igreja tinha um universo grande, mas precisa resgatar sua imagem e segundo Valladares os jesuítas deram o tom da restauração com brilhantes conselheiros e diplomatas como o caso do Padre Antônio Vieira, enquanto que a inquisição mantinha simpatias por Madrid. Duarte conseguia apoio de ambas as instituições e não é deve ter sido à toa que esses documentos integram a publicação do original de 1654.

Curiosamente esse mesmo Jerônimo Mascarenhas teve uma obra recolhida anos mais tarde em 1663 mesmo permanecendo fiel a Filipe IV. Jerônimo não teve a mesma sorte que Duarte e o tema de seu livro era ainda mais polêmico.[629] Embora, versasse assim como o de

---

[626] Idem.

[627] Idem.

[628] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 53. p 40.

[629] Embora, Antônio Domínguez Ortiz tenha revelado que Jerônimo Mascarenhas tenha sofrido censurada de sua obra *La campaña de Portugal por la parte de Extremadura el año 1662* existem várias obras de Jerônimo Mascarenhas publicadas segundo o historiador Antônio Oliveira. Sobre Jerônimo Mascarenhas ele escreve o seguinte: "Em Espanha escreveu várias obras, nomeadamente uma minuciosa relação de viagem da rainha Mariana, de que há outros relatos". p 232. IN: OLIVEIRA, António de. *D. Filipe III*. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro. p 232. A historiadora brasileira Ana Paula Torre Megiani encontrou uma coleção de Manuscritos de Jeônimo Mascarenhas na Biblioteca Nacional de Madrid com 48 tomos que ainda não foram investigados e problematizados segundo a historiadora. Sobre essa documentação a historiadora escreve o seguinte: "Além das obras impressa e manuscritas de sua autoria, Mascarenhas construiu uma vasta coleção de notícias que nos legou de maneira praticamente intacta. Os quarenta e oito tomos que compõem hoje a Coleção Mascarenhas da Biblioteca Nacional de Espanha, objeto de nossa pesquisa em desenvolvimento, têm como ponto de partida o ano de 1598 — o mesmo da morte de Felipe II de Espanha — e terminam no ano de 1666 — quando da morte de

Duarte sobre a história guerra, ela não era da Pernambuco, mas de Portugal, ou seja, tratava de um barril de pólvora e assuntos polêmicos. A coroa mandou que o livro fosse recolhido alegando quatro motivos, primeiro porque falava de assuntos de Igreja e Estado, segundo que tratava da religião anglicana, terceiro que criticava o casamento do rei da Inglaterra com uma vassala da Espanha e quarto porque Jerônimo tinha uma postura de ingratidão com o rei Inglês. Em suma, "*lo que el Consejo de Estado reprochaba a Mascareñas era que su libro ponía em peligro las buenas relaciones entre Inglaterra y España que esta última potencia tenía grán interés em matener*".[630] Mesmo que o livro de Duarte tenha sido menos polémico em termos de assunto ele envolvia os interesses da monarquia contra os inimigos holandeses, assim como a participação portuguesa com conexões da Espanha. Portanto, nos parece que o livro de Duarte conseguir ser publicado em virtude de sua influência na corte e junto a Filipe IV, pois outra frente historiográfica "que devia cuidar la Monarquía española era el relativo a la conquista de América, de la que sus enemigos extraían argumentos".[631]

Ao que tudo indica a relação dos Albuquerques Coelho com os Mascarenhas deve ter sido boa, pois eles contribuíram muito para a resistência em Pernambuco e foram fundamentais na tentativa de retomada da capitania. No seu livro de Memórias, Duarte menciona da família dos Mascarenhas ao menos sete deles, que foram o capitão Diôgo de Freitas Mascarenhas, do mestre de campo D. Vasco Mascarenhas, que quando serviu em Pernambuco já era Conde de Óbidos, D. Nuno Mascarenhas, irmão do conde de Palma, D. Vasco Mascarenhas[632], Francisco de Almeida Mascarenhas, D. Fernando Mascarenhas, muito conhecido como conde da Torre e Francisco de Sousa Mascarenhas. Segundo Duart, este último morreu, mas era um "jovem cavaleiro de muito valor, que el rei tinha mandado servir nesta guerra com promessa de uma comenda, era filho de Manuel de Sousa Mascarenhas".[633] Embora Duarte tenha citado os Mascarenhas de uma forma respeitosa ele não fez grandes

---

Felipe IV, catalogados entre os manuscritos 2346 e 2393 da BNE". p 554.. IN: MEGIANI, Ana Paula Torres. *Escritos breves para circular Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII)*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 535-563, mai/ago 2019. p 552. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/vh/v35n68/0104-8775-vh-35-68-0535.pdf

[630] ORTIZ. Op. Cit. p 117

[631] ORTIZ. Op. Cit. p 118.

[632] Antes de ser nombrado vice-rei do Estado de Brasil, D. Vasco Mascarenhas - Conde de Óbidos (1663-1667) tuvo experiencia en Bahia como Mestre de Campo (1626-1634), general da artilharia (1638-1639), governador interino do Brasil (1639-1640). IN: http://brasilhis.usal.es/es/personaje/vasco-de-mascarenhas, último acesso em 01/02/2020.

[633] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. Os Mascarenhas são citados nas seguintes páginas por Duarte. 93, 98, 146, 147, 154, 159, 163, 164, 360.

referências e elogios aos Mascarenhas. Aliás, o livro de Duarte carece de elogios e de interpretação dos fatos e fica mais restrito a narrativa dos acontecimentos como se fosse realmente um relatório de acontecimentos militares sem análise, mas com menções a soldados, dias, locais e horas de alguns conflitos.

Se Duarte parece ter respeito ao trabalho militar dos Mascarenhas a recíproca deve ter sido verdadeira. Em 1644, Jerônimo Mascarenhas escreveu que o livro de Duarte não poderia ser censurado pelo seu valor de espada ser maior que o da pena, querendo dizer que Duarte era melhor militar que escritor. Além da carta de Jerônimo podemos citar a carta escrita na Bahia em 1639 por D. Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre, que mesmo no calor da luta em 1639 escreve para Duarte dizendo que "com o favor de Vossa Senhoria me seria fácil vencer todo o trabalho que desta banda nos oferece, mas consolo me desta perda com saber que Vossa Senhoria esta a salvamento e com saúde".[634] O conde da Torre tratou Duarte com muita deferência dizendo que "en tudo o que desta banda tiver nome de Vossa Senhoria faz de mim, e que desejo acreditar a boa vontade con que Vossa Senhoria me achara sempre em toda a ocasião que mo mandar".[635] Neste documento, que citamos o Conde da Torre fala que a situação que lhe deram eram péssimas e que tinha achado a fazenda "consumida, a infantaria nua e faminta". Por outro lado, mesmo com a difícil situação, o Conde da Torre não deixa de pedir ajuda Duarte escrevendo "ajude me Vossa Senhoria, que asi como eu lhe fico devendo o cuidado que espero há de ter de que eu possa obrar o que Sua Magestade me manda, me deve Vossa Senhora o desejo de o fazer em meu serviço na capitania de Pernambuco".[636]

Podemos dizer então, que em 1640 embora com todas as dificuldades da restauração portuguesa Duarte ainda gozava de prestígio na corte, no Conselho de Estado e também com o próprio Filipe IV que lhe concedeu o título de Conde de Pernambuco. Em carta escrita em Madrid ainda em 1638, Filipe IV escreveu para Duarte e para o Conde da Torre para agradecer o trabalho, mesmo com a situação de conflito desfavorável da perda de Pernambuco. Nessa carta, Filipe IV se mostra respeitoso a ajuda de Duarte e da participação de Don Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre na guerra. Mesmo no momento da guerra Filipe IV escreveu dizendo o seguinte:

> fiquei entendendo o zelo e cuidado com que nesta do sitio que o enemigo tem posto a Bahia acudis ao que vos toca; e sendo este vosso procedimento muy

[634] *Cartas do 1º Conde da Torre* (Volume I). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática (MRE). 2001. p 356, 357.

[635] *Cartas do 1º Conde da Torre* (Volume I). Op. Cit. 356, 357.

[636] *Cartas do 1º Conde da Torre* (Volume I). Op. Cit. 356, 357.

> conforme ao que se sempre se deve ter por perto de vos de que eu estou com a satisfação que he justo, me pareceo agradecer vo lo por esta carta e dizer vos que espero continuareis de maneira em vossa obrigação que me haja eu disso por muito bem servido.[637]

Ainda em 1638, Filipe IV escreveu cartas de reconhecimento sobre os serviços prestados na guerra de Pernambuco, entre essas cartas de reconhecimento estava a de Sebastião do Souto, capitão de infantaria e para Duarte. Escrevia El Rei, que daria de forma satisfatória a um hábito das três ordens militares e uma comenda, quarenta cruzados de soldo cada mês e foro de fidalgo para que fossem enviados os despachos da armada.[638] Essa oferta de Filipe IV demonstra que mesmo numa situação complicado o rei de Espanha buscou motivar as armadas de retomada do Brasil.

Portanto, parece que Duarte conseguiu ter reconhecimento dos Mascarenhas e de Filipe IV pelos seus serviços militares a frente da capitania. Se tinha esse reconhecimento militar e político por parte de Madrid, podemos dizer que Duarte gozava do privilégio de integrar a a fidalguia dos Bastos de Portugal. Tudo isso tinha um peso, pois mesmo com a perda da capitania e das críticas dos *Razones* Duarte continuou sendo uma peça importante para a corte espanhola. Claro que a carta de Filipe IV para Duarte e para o conde da Torre também devem ser contextualizadas no momento em que o rei precisaria motivar seus chefes militares e uma das estratégias era entregando ordens militares.

Embora, o livro original publicado em 1654 possua três documentos de 1644, que contextualizamos a pouco, dos meses de julho e agosto ainda em setembro do mesmo ano o Conde de Pernambuco ainda pedia satisfação sobre a autorização para a publicação de seu livro. Uma questão aqui nos parece curiosa e importante: por que Duarte inseriu esses documentos que datam de 1644 se eles ainda davam a permissão real para a publicação da mesma? Em termos de cronologia, os documentos inseridos no livro são muito interessantes, pois como é que Duarte coloca três documentos autorizando sua publicação em 1644, mas que ele só consegue publicar em 1654? Seria esse o tempo correto para uma autorização real? Ou por que ainda no dia 12 de setembro de 1644, o conde de Pernambuco continuava pedindo ao Conselho de Estado para que resolvesse a questão da publicação de seu livro ou que devolvesse o mesmo?

---

[637] *Cartas do 1º Conde da Torre* (Volume III). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática (MRE). 2001. p 55.

[638] *Cartas do 1º Conde da Torre* (Volume III). Op. Cit. p 56.

Uma das explicações para que Duarte tenha inserido esses documentos na publicação já foram apontadas por nós aqui, que é não foi só de demonstrar força junto a pessoas gradas e importantes, mas também de demonstrar reconhecimento de instituições importantes. Todos esses documentos foram inseridos por Duarte em demonstração de força e de poder. Contraditoriamente os jesuítas parecem ter tido um papel embaraçoso na restauração para Filipe IV a quem Duarte mantinha-se fiel contra a casa de Bragança e um dos documentos era justamente de um jesuíta.

Porém, embora Duarte tenha inserido três documentos que autorizavam a publicação da obra em 1644 encontramos nos arquivos Nacional e de Simancas documentos de anos posteriores (1645 e 1646) em que o Conselho de Estado ainda discute a publicação do livro. No dia 12 de setembro de 1645 o Conselho de Estado informava ao rei que o Conde de Pernambuco havia questionado pela demora de um "memorial"[639]que ele havia deixado para análise. Segundo Duarte, "*publicarse este escrito seria de grande conveniência al servicio de Vossa Magestade para lo presente como para lo futuro*".[640] Se por um lado, Duarte justificava a publicação argumentando de que publicá-las fortaleceria a Monarquia e a memória do Rei, por outro lado, ele sabia que era também um registro de sua memória, que criaria imagens de sua história no futuro. Alegar que a referida publicação era importante para o presente e para o futuro demonstra sua noção de tempo e a constante preocupação com sua imagem. Nesse documento de Simancas, o Conde de Pernambuco chega a pedir devolução dos originais do livro ao Conselho de Estado em virtude da demora na sua aprovação. Ainda de acordo com esse documento Duarte ainda não sabia o motivo de tal censura. Nele Duarte justifica que a publicação era importante para o presente assim como para o futuro. Aqui o reproduzimos o documento em sua íntegra e destacamos a parte que acreditamos ser a mais interessante:

> Señor, El Conde de Pernambuco = Dize que há escrito um libro intitulado Relaccion diária de la guerra del Brazil por nueve años desde el de trinta hasta mil seiscentos treinta y ocho y que como testigo de vista referio con todo cuidado y llaneza **ajusstandose a la verdad sin prejuizo de nadie** y muy en particular con atención a que el publicarse **este escrito seria de grande conveniencia al servicio de V. Mgd. assi para lo presente como para lo futuro:** y que teniendo la ciencia del ordinario (el qual no la dio sin

[639] Em parecer do Conselho de Estado do Archivo General de Simancas, mesmo antes de sua publicação o documento trata tanto por Duarte de Albuquerque Coelho como pareceristas da palavra memorial, o que corrobora com nossa ideia de que ele lutava para publicar não apenas seu livro, mas de construir sua memória. AGS, Archivo General de Simancas, EST, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Fls 15 e 16.

[640] AGS, EST, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Fls 15 e 16.

> preceder grave censura) la alcanço también del Consejo y privilegio formado de toda satisfacion: **y que luego de orden del proprio consejo se le bolvió a pedir el libro, que entrego al punto, y desde entonces hasta oy no se vuelve por mas que lo ha provado, ni sabe la causa para ello no puede aver, de que se le segue descredito, por ser todo esto cossa publica**. Suplica a V. M. se sirva de **mandar se le vuelva el dicho libro, o que le oygan en lo que puede ser causa de detenérsele, y si la razon que diere no bastan Y corra en lo demás**: y que a lo menos se le buelva si libro sin licencia para imprimirle, si se halla que no conviene que le imprime, por quanto es trabajo de muchos días, y esta cierto de que le escrevio con toda verdad, y mayor zelo del servicio de V. M. y de que todos que le leyesen, viendo el valor y constancia con que se peleo en aquella guerra, y la Real grandeza con que V. M. lo ha premiado (pues todo esto se refiere en el) se alienten a prosiguirlo con igual animo en las occasiones presentes, y recuriera en esto muy singular merced de la Real mano de V. Mgd.[641]

Portanto, mesmo que no livro de Memórias de Duarte tenhamos três documentos datados do ano de 1644 em que concordavam com sua publicação isso não significou que ele estava autorizado e apto a ser publicado como pensou e escreveu José Antônio Gonsalves de Mello em virtude do original do livro conter três documentos de 1644 dizendo que concordam e dão licença para tal publicação. Ainda em 1645, Duarte se encontrava sem a devida ordem real para a sua publicação. O Conde de Pernambuco precisou de muita diplomacia e política. Ao mesmo tempo esse documento do Conselho de Estado, que trata da solicitação de Duarte é revelador porque vemos que Duarte utilizava como justificativas para sua publicação os argumentos de que tratava em seu livro em verdade sem prejuízo a ninguém e que o livro seria de grande conveniência a V. Mgd., tanto para o presente como para o futuro. Em contrapartida, a preocupação de Duarte estava expressa no verso do documento dizendo que ele queria que devolvesse "*la Historia que escrivio de Pernambuco*" e que le escutassem pois poderia *"ser causa de su detención*".[642]

Após o pedido de Duarte ao Conselho de Estado, em que participaram como membros o Marques de Santa Cruz, o Conde de Chichon, o Marques de Mirabel, o Duque de Villa Hermosa e o Marques de Val Paraiso conferiram o que continha o memorial escrito por Duarte e respondiam ao pedido para que "*se le buelva el libro que compuso de la Historia del*

---

[641] AGS, EST, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Fls 15 e 16.Esse documento está junto a esses dois ofícios do Conselho de Estado e possui o sello do ano de 1645 e no documento mais recente de 1646 ele menciona o pleito de Duarte como do dia 12 de setembro de 1645, o que significa que ainda em 1645 Duarte ainda não tinha autorização real para publicação de tal livro como coloca José Antônio Gonsalves de Mello na introdução da edição pernambucana do livro Memórias Diárias da Guerra do Brasil.

[642] AGS, EST, Legajo 3851, *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Madrid, 12 de setembro de 1645. Fls 15 e 16.

Brasil em caso que no parezca conveniente que salga a luz y porque es bien que se tome resolución en lo que se hubiere de hacer con esta obra el Consejo de Estado cometera su examen a quien de nuevo le censure oyendo al Conde en las objeciones que hubiere dignas de reparo".[643] Além de orientar para que o livro fosse recolhido e para que Duarte fosse ouvido o conselho destacava que existia um decreto de 3 de setembro de 1645 em que deveria ser obedecido para que o livro fosse analisado antes de qualquer autorização. Não sabemos quem era o presidente do Conselho de Estado nesse momento, mas sabemos que foi o Marques de Villa Hermosa, que ao reler a consulta avisou que ainda haviam coisas a serem reparadas no livro e que isso deveria ser cumprido para que o mesmo fosse liberado para publicação. O rei concordava com a resolução do seu conselho que dizia que "*se havia de reparar y en mandar el libro que fueron las que obligaron a V. M. a mandar de saer*".[644] Em 1646, um ano após o parecer do Conselho de Estado, esse mesmo órgão escreveu ao rei informando que os papéis de Duarte haviam voltado para as reias mãos de Vossa Magestade através da entregue que Pedro de Arce a Gerônimo del Eçama.[645] No verso do documento existe uma informação interessante que nos permite pensar que o Razones foi escrito por Diogo Soares, pois além da datação e dos ministros que estavam presente e o assunto do documento existe uma frase escrita "Hecho membrete ~~el papel para Diogo Suares~~", mas a parte está riscada como se houvesse alguma vista sobre as razões descritas por Diogo Suares e já ultrapassadas sobre o assunto. Nesse documento do ano de 1646 percebe-se que o livro havia sido liberado, mas que fossem retiradas algumas partes. Ao que parece por essa documentação do conselho de estado o livro de Duarte já havia sido censurado duas vezes, mas agora entre os anos de 1644 e 1646 por fim Duarte deveria ser liberado para publicação. Não sabemos dizer quais as mudanças que o conselho de estado pedia para serem realizadas nos escritos de Duarte que ainda hoje não foram encontrados, embora saibamos que seu desafeto político com Diego Suares e pela Razones que não se deveriam publicar as memórias de Duarte que os argumentos para que o mesmo não fosse publicado fosse em virtude dos elogios de Mathias durante o comando da guerra em Pernambuco.

---

[643] AGS, EST, Legajo 3851, *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Madrid, 12 de setembro de 1645. Fls 15 e 16.

[644] AGS, EST, Legajo 3851, *Sobre el memorial que ha dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Madrid, 12 de setembro de 1645. Fls 15 e 16.

[645] AGS, EST, Legajo 3851, *Buelve a las Rs manos de V. Mgd. una consulta sobre el memorial que dio el Conde de Pernambuco en lo tocante a la Historia del Brasil*. Madrid, 4 de junio de 1646. Fls 14.

Em suma, tudo indica que Duarte teve os primeiros apoios para a publicação de seu livro em 1644, ainda em 1645 tinha problemas pedindo para que seu livro fosse devolvido, porém constatamos que ainda em 1646 o conselho informava que os originais tinham sido entregues as mãos de *El Rei* para apreciação final dos apontamentos.[646] A respeito desse período para a trajetória da vida de Duarte e da Monarquia algumas considerações devem ser realizadas. A primeira delas, é que por volta de 1644 é que Duarte deve ter iniciado as trativas para a publicação da obra. Embora, o *Razones* de Diego Soares tenha causado censura e a´te medo de prisão por volta de 1644 e 1645 podemos dizer que Duarte conseguiu realizar uma boa articulação de seu livro, inclusive embora a publicação só tenha sido realizada em 1654 ele venceu essa luta. De acordo com Antonio Domíngues Ortiz, a saída do Conde Duque de Olivares do governo em 1643 não refletiu em nenhuma suavização para a censura das obras históricas que continuaram sendo cerseadas e proibidas de entrar em circulação.[647] Contudo, acreditamos que o afastamento do Conde Duque de Olivares em 1643 do governo de Filipe IV fortalecia Duarte de Albuquerque Coelho na corte e consequentemente perdia a força na censura de seu livro. Antonio Domíngues Ortiz explica que a política de censuara no governo de Filipe IV foi uma busca constante realizada pelos Conselhos de Castilha e até o ano de 1651 Filipe IV insisita escrevendo o seguinte:

> Por diferentes órdenes he mandado al Consejo que no dé licencia ni permita que se impriman libros de historia ni de sucesos dignos de ponerse en ella sin que se (me) dé quenta primero para que lo mande ver por ministros de Estado , y precediendo esta diligencia y su aprobación y no de otra manera se haga, y porque a esta limitación mueven muchas consideraciones justas, y por ser graves los incovenientes que han resultado del abuso y desorden que en esto se ha permitido, mando al Consejo que no sólo no concedan licencias para estas impresiones sin remitir los libros al Consejo de Estado, sino que también se ordene en los reinos a los virreyes y gobernadores no den estas licencias sin consultarlas, para que pueda tener cuidado de no dar lugar a que salgan libros algunos de este argumentos de historia de las provincias de la Monarquía.[648]

Embora, com tendo como inimigos o Conde Duque de Olivares, Diogo Suares e os Sousa, o Conde de Pernambuco conseguiu manter-se firma na corte de Filipe IV ganhando

---

[646] Em conversa com Fernando Bouza e por troca de e-mails, soubemos que existe um documento praticamente com o mesmo conteúdo de 1645 no Arquivo Nacioanal em que Duarte pede de volta seus originais. IN: AHN, CCSS 47005, *Conde de Pernambuco, solicita se le devuelva el manuscrito de Diario de las guerras del Brasil ya aprobado por el Consejo*, pero que debe ver el Consejo de Estado.

[647] ORTIZ. Op. Cit. p 115.

[648] ORTIZ. Op. Cit. p 117. Antônio Domingues Ortiz retirou esse discurso de Filipe IV do Arquivo Histórico Nacional, que nós aqui reproduzimos também. IN: AHN, Consejo, 7259. Carta de 25 de janeiro de 1654.

inclusive o título de Marques de Basto e passando por outros problemas como veremos no próximo capítulo. Aqui buscamos a partir da busca pela publicação do livro de Duarte problematizar algumas questões entre ele e a Monarquia. Mesmo publicada em 1654 os manuscritos originais do livro de Duarte ainda hoje permanecem desconhecidos e inéditos, mesmo que tenha passado pelo Conselho de Estado e por ministros próximos a Filipe IV. Os originais dos manuscritos das Memórias que Duarte entregou ajudaria a uma comparação do que realmente foi censurado no livro pelo reinado de Filipe IV, pois entre as críticas do *Razones* e o original do livro está o que ele retirou.

No décimo sexto tópico do *Razones*, o documento critica a perda da capitania de Pernambuco e tenta responsabiliza Duarte e sua família pela conquista dos holandeses dizendo que "*aquel opulentissimo estado que gano el holandez y perdieron estos Albuquerques, y enseñadose agora ally la doctrina impia de Calvino en lugar del Evangelio que de antes se predicava*". Um dos primeiros historiadores a destacar o papel das guerras holandesas como uma guerra de caráter religioso foi Evaldo Cabral de Mello e o documento nesse tópico coloca que os Albuquerques contribuíram para "vergonhoso" ensino religioso. A medida que os argumentos e as chamadas "razões" vão terminando sempre voltam e são retomados alguns assuntos, mas com uma narrativa diferente. Vejamos, que no décimo sétimo parágrafo o fato de Duarte ter Matias como irmão pesada negativamente e foi sempre reiterado conforme podemos verificar:

> Que ultra de todos los achaques referidos, tiene outro esta historia que bastava solo a reprobar su impression. Porque el subjecto principal d'ella es Mathias de Albuquerque como general que governo aquella guerra que agora escribe su Hermano; y seria mucho contra la decência d"Estado que de um hombre traydor y que exerce actualmente la traycion, governando las armas del tirano de Bragança [100v] quarenta léguas desta corte, se imprimiessn acciones valerosas en Madrid. Em la Estremadura anda abrazando a fuego y sangre los lugares del rey de Hispaña, y en su corte, per el mismo tiempo, se imprimiran luzimentos del rebelde, que mas afectuosamente sirve el tirano de Portugal? Quien no ve la disformidad deste intento? Al mas fiel hara tibio, y al traydor animoso, viéndose estampar memorias honorificas deste, como si fuera al mas leal; y se se permite ser autor de ellas su hermano que lo es legitimo en la sangre, en los affetos y complicidad en los yerros o malicias que huvo en dilatar la guerra de Pernambuco, y en la perdición de aquel estado.[649]

Em alguns dos tópicos para corroborar as razões aparecem em alguns trechos do documento uma parte em latim remetendo a expressões do direito, assim como partes da

[649] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 11.*

bíblia. Nesse tópico, ele escreve que as ações de Matias devem se enquadrar em *Crimen lesae magistatis*! Ou seja, que Matias praticou o Crime de Lesa Magestade, que nada mais era de crime de traição ao rei e de traição a coroa. Portanto, o documento não apenas colocava a história do livro de Duarte como mentirosa como também apontava testemunhas, indicava pessoas mais indôneas para escrever a guerra e acusava os Albuquerques de agirem em seus próprios interesses trazendo prejuízos a coroa.

O final do documento do *Razones* pede para que a Lei de 31 de Maio de 1632 do Desembargo do Paço fosse cumprida, pede para que revoga-se a licença pelas circunstâncias do tempo que prejudicaria a república e pede ainda para que os doutíssimos que estavam autorizando a publicação deveriam não se prender ao estilo, pois "*solo juzgan de lo superficial de la historia estilo y desposicion de ella*".[650] O documento além de demonstrar uma perseguição muito óbvia aos Albuquerques Coelho também terminou criticando órgãos importantes da coroa que já haviam dado parecer favorável, sem falar na repetição dos argumentos que muitas vezes termina perdendo força.

Contudo, mesmo que as agressões de Diogo Soares tenham dificultado a publicação do livro podemos dizer que Duarte conseguiu vencer todas as barreiras impostas pelo secretário, assim como superou os empecilhos do contexto e da situação de controle das obras históricas que o reinado de Filipe IV buscou implementar. Trouxemos aqui essas reflexões acerca do livro porque elas nos ajudaram a problematizar as relações de força e permite contextualizar a situação de Duarte de Albuquerque Coelho e um pouco sobre a visão que havia de Matias de Albuquerque. Acreditamos que os objetivos da publicação do livro de Duarte não era uma reprodução de suas memórias, pois como vimos ao longo dessa parte da tese as memórias não poderiam iniciar em 1630 já que o donatário só chega ao Brasil em 1631 e não se pode ter uma memória de algo que não vivenciou, segundo porque em documentos ao Conselho de Estado referente ao livro de Duarte tratam ele como "*Historia das guerras del Brasil"* ou se referem a ele como um memorial e não como uma memória de sua vida, além do mais em um dos documentos como vimos Duarte tinha como título de seu livro *Relacion Diarias* e não Memórias Diárias, terceiro como verificamos pudemos verificar nos próprios documentos de época, tanto no Tesoro de Covarrubias as definições para o título da obra de Duarte se encaixariam muito mais nas definições de história que de memória, quarto porque o próprio documento *Razones* de autoria de Diogo Soares faz uma crítica severa que o livro não

[650] *Razones...* Documentação Ultramarina Portuguesa... *op. cit. p 18.*

pode ser publicado porque prejudicaria a história que ocorreu nas partes do Brasil e que a história de Duarte não era uma história verdadeira, quinto e último motivo porque o próprio Duarte sabia que ali não estavam suas memórias, que ele próprio quis manipular, omitir e criar coisas. Não sabemos também se Duarte não utilizou História porque como vimos a política imperial de Filipe IV proibia livros de histórias para que a Monarquia não fosse atacada pela pluma além de pelas armas como pontuamos.

Se o livro de Duarte foi recolhido e censurado onde o mesmo deveria reconsiderar algumas partes não podemos saber quais dessas partes foram censuradas, pois como dissemos os originais não foram encontrados. Mas podemos analisar a obra publicada de 1654. Mesmo sofrendo advertências e censuras diante de tudo que já discutimos e apresentamos podemos dizer que mesmo a obra com as advertências podemos destacar que existem informações que traziam desconforto a Monarquia como queixa pela falta de envios e de ajuda da Espanha de forma explícita, como dizer que João Gutierres Ramirez por "não ter vindo em mais de um ano socorro algum de Espanha), que o general, para evitar tristes consequências prováveis, resolveu fazer a todos meio pagamento à sua custa".[651] Por vezes, Duarte fala que as condições da tropa eram muito ruins, em 1636 por exemplo, ele fala que os mantimentos vindos da Espanha já haviam acabados e consumidos.[652] Se o Conde Duque de Olivares orientava que os terços fossem mesclados entre portugueses e espanhóis Duarte coloca a gente de Espanha como inexperiente, "desacostumada (como toda a que trouxera da Espanha) a pelejar daquela forma".[653] Além de tudo, essas críticas que não ajudavam em nada na imagem da Espanha Duarte também em várias partes elogiou o desempenho de seu irmão Matias de Albuquerque.

A historiadora Kalina Vanderlei Silva, sintetizou muito bem objetivo do livro para Duarte, assim como a censura por parte da corte de Filipe IV ao escrever que ele tinha como u "fim declarado do livro era persuadir os leitores da veracidade de uma determinada versão dos

---

[651] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p 202. Também na página 205 Duarte sutilmente sempre coloca no livro que esperava socorro da Espanha principalmente quando relata a chegada dos socorros da companhia holandesa das índias ocidentais.

[652] Idem. COELHO, *Memórias diárias da Guerra do Brasil... Op. cit.* p 277. Na página 299 Duarte escreve que "Faltavam também medicamentos, e assim cresciam as enfermidades e as misérias, ao passo que neles o sofrimento e a constância, que na verdade foi admirável em muitos. Duarte de Albuquerque remediou a falta de mantimentos, tomando a seu cuidado fazer que os moradores daquela paróquia suprissem em parte, sustentando a infantaria à sua custa. Só Antônio de Abreu sustentou cem e ofereceu, além disso, duas mil fangas de farinha".

[653] Idem. COELHO, *Memórias diárias da Guerra do Brasil. Op. cit.* p 282.

acontecimentos históricos, aquela na qual a responsabilidade pela derrota americana não recaia sobre a família do donatário, mas sobre a falta de apoio metropolitano".[654] O fato é que Duarte conseguiu ultrapassar a censura e publicou seu livro influenciando na escrita dessa história. Como vimos, o Conde de Pernambuco sabia que seu livro escrito esboçaria imagens para o futuro dos feitos de sua família. Abaixo está a capa do livro tão esperada por Duarte, que foram "impressas em Madrid no ano de 1654, livro em cujo frontispício se vê gravada a empresa do Marques, um ilhéu batido das ondas, aceitado dos ventes contrários".[655] No próximo capítulo continuaremos a problematizar o final de sua vida, mas tendo como foco outros acontecimentos de sua vida.

MEMORIAS DIARIAS
DE LA GVERRA DEL BRASIL,
POR DISCVRSO DE NVEVE
AÑOS, EMPEÇANDO DESDE EL
DE M. DC. XXX.
ESCRITAS
POR DVARTE DE ALBVRQVERQVE COELLO,
Marques de Baſto, Conde, i Señor de Pernambuco, i de las
Villas de Olinda, San Franciſco, Magdalena, Buen-Suceſſo,
Villahermoſa, i Igaraçù, Gentil-hombre de la Camara de
ſu Mageſtad, i de ſu Conſejo de Eſtado, en el
de Portugal,
A LA CATOLICA MAGESTAD DEL REY
DON FELIPE QVARTO.
SEMPER IDEM
CON PRIVILEGIO:
En Madrid, por Diego Diaz de la Carrera, Impreſſor del Reyno, Año 1654.

Capa do livro de Duarte de Albuquerque Coelho em homenagem a Filipe IV.[656]

[654] SILVA, Kalina Vanderlei. *O retrato do Conde de Alegrete: Matias de Albuquerque, general do Estado do Brasil e cortesão da Espanha seiscentista*. Domínios da Imagem, Londrina, v. 9, n. 7, p 86-100, jan/jun, 2015. p 94.

[655] FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. 2 v. p 216.

[656] Trabalhamos com os dois originais do Memorias Diárias de la Guerra de Brasil em sua forma digital, que estão digitalizados, disponíveis e acessíveis na internet. O primeiro deles é um exemplar que pertence a Bilioteca

4.- A derradeira trajetória do Marquês de Basto

"Advertido de, camino que entramos, mundos son bolas,

y que todos podemos rodar con ella y volver

a vernos en los bancos de Flandes

donde ay ballenas y finanças…"[657]

(Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto e Conde de Pernambuco)

Nacional de Madrid e o outro pertence ao acervo da Biblioteca Brasiliana Guite e José Midlin. Além desses exemplares utilizamos as edições de 1982 e de 1944. A edição de 1944 é uma obra rara que pode ser consultada na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, livro que pertenceu a biblioteca de José Antônio Gonsalves de Mello e ajudou na correção da edição pernambucana de 1982. BNM, R/17545, disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000063010&page=1, último acesso em 01/02/2020; Edição de 1944 a referência é: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil: 1630-1638*. Ilustrações de Manoel Bandeira. Recife: [s.n.], 1944. A edição de 1982 a referência é: COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

[657] AHNM, Archivo Histórico Nacional (Madrid). *Universidades y Colegios*, Libro 1190 – fol. 155. Madrid, 16 de fevereiro de 1650.

4.2 - A derradeira trajetória do Marquês de Basto

A citação acima é parte de uma carta escrita em Madrid, por Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário da capitania de Pernambuco. O documento é datado de 16 de fevereiro de 1650, oito anos antes de sua morte, que ocorreu em 1658. Nessa época, Duarte era um homem experiente, possuía mais de 59 anos de idade e a capitania de Pernambuco passava pelos últimos anos sob domínio da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. De maneira geral, Duarte reflete na breve carta sobre as dificuldades da vida de um donatário que já havia passado por muitas experiências chegando a se tornar um cortesão. Na primeira parte deste capítulo problematizamos a vida de Duarte a partir do contexto da publicação de seu livro e agora problematizaremos esse mesmo período de sua vida a partir de outros acontecimentos ocorridos.

Em 1650, Duarte de Albuquerque Coelho já havia navegado pelo mundo atlântico, passado por guerras, enfrentado muitas situações de conflito político e sofrido com perdas de familiares próximos como de seus pais, de seu irmão Matias de Albuquerque, além de soldados amigos, que morreram em guerras, seja na guerra de sua capitania, seja em guerras da Europa. Aos 59 anos de idade, o já Marques de Basto e conde de Pernambuco havia tido cinco filhos e escrevia a Filipe IV falando de sua fidelidade. No trecho da carta, Duarte começa dizendo que era pernicioso passar por golfos, mas conclui escrevendo que sabia que o mundo girava. A partir dessa carta, podemos extrair alguns significados de sua visão de mundo no final de sua vida. O documento é interessante, porque nos chama atenção do conhecimento de um capitão donatário atento às conexões globais e seu pensamento de que a história estava sempre interligada. Portanto, em 1650, dois anos antes da morte de seu único filho varão, o já então Marques de Basto, título que Duarte recebeu de Filipe IV, fez uma analogia que pode servir de provérbio, que "*os mundos são bolas e que todos podemos rodar com elas*".[658]

Além de escrever que atravessar golfos era pernicioso, que os mundos são bolas e que todos podemos rodar com elas Duarte fala que poderiam se encontrar nos bancos de Flandres,

[658] AHNM, Universidades y Colegios, Libro 1190 – fol. 155. Carta escrita em Madrid, datada de 16 de fevereiro de 1650. Agradeço ao historiador Fernando Bouza Álvares por compartilhar não apenas esse documento como alguns documentos relativos a Duarte de Albuquerque Coelho que se encontram em Madrid, assim como transmitir de uma forma muito gentil sua erudição e conhecimento.

onde havia finanças e baleias. Se fizermos uma análise do contexto financeiro perceberemos que Flandres teve um papel de destaque na economia da Europa Moderna ou que ao menos era um dos locais mais importantes de confluência financeira da época.

Além disso, Flandres era um local de grande importância geo-estratégica para as redes de negócios, por isso, mencionada por Duarte, mesmo que, naquele momento o lugar não exercesse a relevância econômica que a fama lhe havia causado. Segundo Evaldo Cabral de Mello, em 1630, vinte anos antes da carta escrita por Duarte, a coroa sabia que a presença holandesa em Pernambuco possuía um papel estratégico tanto para defender parte da América Espanhola servindo especialmente como barreira e escudo da prata de Potosí, - mas não só isso - quanto para o comércio de escravos e outras possessões no Atlântico Sul. Portanto, a corte de Madrid sabia que o "caráter multinacional do exército da WIC facilitaria a manobra, de resto comum em Flandres e em outros teatros europeus".[659]

Como podemos averiguar ao londo desse trabalho, a Guerra de Pernambuco contra os neerlandeses estava inserida em uma complexa dimensão global e especialmente no contexto da briga entre a Monarquia Hispânica com os Estados Gerais. Em 1634, o Provedor dos Armazéns de Pernambuco, dizia que a armada que passasse por Pernambuco não deveria parar em lugar algum e que em breve a coroa deveria enviar ajuda de homens, armas e munições que chegaria de Flandres.[660] Obviamente, não foi apenas a partir dos bancos de Flandres que a capitania de Pernambuco esteve relacionada aos negócios do reino, mas com toda a complexidade que envolvia o maior império global do mundo, conforme pontuou o historiador inglês Charles Ralph Boxer.[661] José Carlos Viladarga, em seu trabalho destacou que "só o chamado *asiento*, que concedeu aos portugueses o monopólio do fornecimento de africanos para a América espanhola, gerou grandes lucros, desalojando os genoveses que até então controlavam o tráfico para a América espanhola".[662]

Sendo assim, Flandres além de centro finaneiro era também um grande centro difusor de ideias, de riquezas e de circulação de pessoas. Ainda em 1624, vinham informações de

[659] MELLO, Evaldo Cabral de 1936. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p 34.

[660] AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 127. Datada de 9 de junho de 1634. Carta régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas [Espanha e Portugal], com homens, armas e munições, para socorrer a capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

[661] BOXER, Charles Ralph. *O império ultramarino português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[662] VILADARGA, 2010. p 41.

Madrid que haviam visto "*el ultimo aviso de Flandes de que holandeses aprestaban 40 vaxeles para socorrer a los suyos del Brasil*".[663] Além de mencionar os bancos de Flandres, Duarte faz uma analogia das finanças como bola do mundo e compara também com as viajens das baleias pelos oceanos. A analogia que Duarte de Albuquerque Coelho faz das finanças com as baleias nos permite supor que sua experiência econômica havia proporcionado mudanças de suas finanças na roda da vida. Torna-se coerente tal assertiva, se fizermos uma comparação dos lucros referentes a capitania de Pernambuco obtidos pelo seu avô e pelo seu pai com os lucros obtidos por ele.

Podemos perceber, que Duarte de Albuquerque Coelho não gozou das mesmas facilidades e dos lucros dos seus antecessores familiares, bem como de outros donatários, conquistadores e exploradores, que nos momentos iniciais da colonização tinham "uma gama de liberdades e facilidades oferecidas pela Coroa para atrai-los".[664] Somado a isso, Duarte diferentemente de seus antepassados, teve que combater não apenas piratas e aventureiros, mas uma companhia de comércio que se diferenciava pela sua organização administrativa, política e militar, que eram muito mais forte e mais organizada que de seus antecessores.

Se o nado das baleias nas águas dos oceanos tem um lado poético, por outro lado carrega uma reflexão de uma dura vida. Reflexão, que também é interessante em termos de perspectiva da história, de que a história possui uma dinâmica feita de mudanças e permanências. É assim, também com a escrita da história, que está em permanente mudança, através de novos olhares, novos objetos, novas abordagens, novas narrativas, novas metodologias e na busca por documentos "inéditos" ou na sistematização dos acervos já existentes e encontrados, bem como de seus entrelaçamentos e conexões. A roda da viva do mundo também é a roda da história e da historiografia, uma dialoga e complementa a outra. E nesse mundo, todos rodam com ela como afirmou Duarte.

O documento também é precioso, pois devemos perceber que a pesca da Baleia tinha um elevado valor comercial e uma grande cobiça na época. O que demonstra também, que o a escrita e o pensamento do homem deve ser contextualizado no tempo em que vive. A historiadora Cleonir Xavier de Albuquerque, destacou em seu estudo sobre as Despesas e

---

[663] *Sobre intentos holandeses contra o Brasil, Socorros a enviar*. Carta escrita em Madrid, 29 setembro de 1624. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 514 e 515.

[664] RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial.* São Paulo: Alameda, 2009. p 24.

Receitas no Estado Brasil durante o período filipino, que os contratos da pesca da baleia eram importantes para a economia do império espanhol, e que entre os anos de 1631 ao ano de 1635, os contratos das baleias foram maiores que os de 1602 à 1640.[665] Esse dado é interessante, porque revela que mesmo nos anos das guerras holandesas no Brasil, a pesca da baleia rendeu importante receitas, assim como o contrato do pau-brasil. Já a produção açucareira foi duramente afetada como constatamos no primeiro capítulo. Ambrósio Fernandes Brandão descreveu a Bahia como "grandíssima, com capacidade de recolher inumeráveis naus e onde entravam muitas baleias, que eram caçadas por biscainhos".[666] Duarte narra em seu livro, que em certo momento os holandeses entraram na Bahia com dez navios numa área que tinha "três léguas de largura, e a baía tinha tanto espaço que melhor se podia chamar de mediterrâneo".[667]

Mas a reflexão do donatário pernambucano da vida como roda do mundo é mais interessante do que as referências que podemos perceber sobre as finanças, Flandres, o comércio da caça de baleias e até mesmo sua descrição comparativa entre a Bahia de Salvador com o mediterrâneo. As ligações que Duarte faz entre finanças e baleias relacionando-as ao círculo da vida é uma opinião de um homem de 59 anos de idade, que já tinha visto e vivenciado muita coisa. Em 1650, a família dos Albuquerque Coelho possuía mais de 150 anos de serviços prestados a casa real portuguesa e mais de 70 anos de serviço a corte espanhola, tendo passado pela perda de sua capitania, navegado pelos mares e oceanos, comandado tropas em Pernambuco, no Alentejo e na Catalunha. Sabia Duarte, que a vida era uma roda com altos e baixos. A vida de Duarte quando perdeu sua capitania para os holandeses e voltou em 1638 estava em um momento de baixa muito grande, que trouxe dificuldade financeira. Ele teve que voltar para a Europa com suas finanças prejudicadas em virtude de perder as rendas de sua capitania e teve que enfrentar duras críticas como a de Diogo Soares que responsabilizava ele e sua família pela perda da capitania para a Companhia das Índias Ocidentais e que tratamos a pouco na primeira parte desse capítulo.

Dessa forma, Duarte precisou obter recursos financeiros de outra maneira, uma delas era continuar prestando serviço ao reino com suas orientações políticas e militares. Para

---

[665] COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino. Aspectos Fiscais da Administração Colonial*. Recife, UFPE, 1985.

[666] MELLO, 1962. Op. cit. p XXXIII.

[667] COELHO, 1982. Op. Cit. p 359.

participar da corte e ter prestígio era necessário ter uma herança familiar de sangue e realizar atos de nobreza, como a prestação de serviço militar por exemplo. Como vimos, no segundo capítulo, a família de Duarte desde seu pai e de seu avô tiveram matrimônios de famílias ligada a corte, logo família de fidalgos portugueses. Além dos serviços militares, que eram fundamentais na Europa Moderna, Jorge e Duarte da família foram os que tiveram acesso as articulações política.

Mafalda Soares da Cunha, define três características como fundamentais para obter reconhecimento do *ethos* nobiliário em Portugal e Espanha do século XVII, que era a prestação de serviços militares, a linha familiar e o vínculo ao catolicismo. Como pudemos perceber ao longo da tese, os Albuquerques Coelho vinham de uma longa prestação de serviço militar desde a Carreira das Índias e conseguiram através do matrimônio ascender socialmente e como capitãoes donatários sempre foram fundadores e motivadores, inclusive sendo pioneiros, da instalação de algumas ordens religiosas em Pernambuco e no Brasil. Para esta historiadora, o caso de Duarte e Matias são bons exemplos de sucesso e de ascensão social enquanto prática social nobiliária.[668] Embora, a autora coloque que essa ascensão se deu de uma forma muito rápida pudemos perceber ao longo do trabalho que houveram ao menos três gerações de serviços prestados ao reino para que Duarte e Matias obtivessem esse reconhecimento de Lisboa e de Madri. Devemos lembrar também, que Duarte de Albuquerque Coelho contraiu matrimônio com Dona Philipa, filha de Diogo de Castro, o conde de Basto, que governou Portugal dando assim, continuidade a mesma prática de seu pai e de seu avô em termos de ascensão social via relacionamentos matrimoniais.

Em grande parte das sociedades do Antigo Regime, e no Pernambuco Colonial não era diferente, a lógica era que a dádiva estava para a natureza das coisas, da justiça e do direito conforme esclaresceu o historiador do direito Antônio Manuel Hespanha, em seu texto *A Mobilidade Social no Antigo Regime*.[669] Dessa maneira, podemos dizer que os Albuquerques Coelho buscaram a estratégia correta tanto na busca de sua nobiliarquia, quanto em suas práticas militares e em promover o catolicismo. Buscar a nobreza era uma prática comum nas sociedades do Antigo Regime, assim como no regime senhorial português. A nobreza de sangue para a análise historiográfica é uma das exigências para continuar obtendo ascensão

[668] CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria.* Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano.

[669] HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social no Antigo Regime*. In: http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09

social, conquistar graças e mercês, assim como deveria estar para a natureza das coisas ou para o reconhecimento divino. Em 1658, Felipe IV em um de seus pronunciamentos, demonstra que natureza, justiça e direito estavam conectados e que o rei era uma representação divina ou uma predestinação absoluta respaldada pela jurisdição e pela vontade de Deus. Felipe IV como soberano disse que, "quando finalmente não se consiga que aquele reino se reduza, ponho por testemunho a Deus onipotente e faço manifesto ao mundo todo, que meu desejo e intenção não tenha sido nem acrescentar reinos, mas antes não consentir que me usurpem ou com tirania o que pertencer a minha Coroa por natureza, justiça e direito".[670]

Mesmo em 1640, quando Portugal se declara independente através de D. João IV de Bragança, podemos notar que ainda existe uma guerra com a Espanha que perdura no mínimo até o ano de 1668 com o Tratado de Paz.[671] Para Rafael Valladares só com a guerra de Sucessão entre os anos de 1702 e 1714 é que se pode considerar consolidada a separação entre Lisboa e Madrid. Demonstra o historiador espanhol, que mesmo após 1640 muitos portugueses ainda ficaram reticentes ao lado da casa dos Áustrias com medo de não perderem privilégios e de ficar sem o poderio do reino espanhol. Alguns deles chegaram a ficar exilados na Espanha.[672] O caso de Duarte de Albuquerque Coelho é interessante para demonstrar essa relação entre justiça e administração, entre guerra e política, entre Reino e Ultramar ou em Metrópole e Colônia. Duarte diferentemente de seus antepassados foi um homem que viajou menos que seu pai e seu avô. Tudo indica, que Duarte foi um homem cuja sua grande viajem tinha sido a travessia de Lisboa para Pernambuco.

Porém, voltar para Europa para transmitir que a situação de sua capitania e do Brasil se agravava ainda mais não foi uma tarefa fácil para Duarte explicar em Madrid. Embora, mesmo que Matias de Albuquerque houvesse contribuído muito com a conquista do Maranhão e a retomada de Salvador da Bahia, Duarte voltava com a perda de sua própria capitania, que deixava uma imagem muito negativa diante dos Conselho de Guerra e de Estado. No Conselho de Portugal essa perda poderia ser suavizada através do Conde de Basto, que era seu sogro. Mas como vimos na parte anterior desse trabalho, essa imagem ficou ainda

[670] Pronunciamiento de Felipe IV no ano de 1658: "Cuando finalmente no se consiga que aquel reino se reduzca, pongo por testigo a Dios omnipotente y hago manifiesto al mundo todo, que mi deseo e intención no ha sido ni es acrecentar reinos, sino antes no perder ni consentir que me usurpen o tiranicen los que pertenecen a mi Corona por naturaleza, justicia y derecho". (*Tradução minha*) In: VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 53.

[671] VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. p 57.

[672] Idem. VALLADARES, 2000. Op. Cit. p 54.

mais prejudicada em virtude das desavenças de seu irmão Matias de Albuquerque que além de brigar com vários governadores do Brasil estava diante de uma disputa política entre seu sogro Diego de Castro (Conde de Basto) com o Conde-Duque de Olivares e Diego Soares.

Portanto, a situação de Duarte em 1638 foi um dos momentos mais difíceis que precisou enfrentar. De um lado, estava financeiramente abalado e de outro lado, estava politicamente prejudicado. Para piorar a situação, o contexto político na península ibérica era do término das conciliações de classe entre os fidalgos portugueses com os nobres espanhóis com os diversos conflitos de interesses e a decadência fiscal da política de Olivares, considerada áustera, além da ausência de um rei em Portugal. Com a situação financeira muito delicada e a política desgastada a Monarquia entrava em declínio e isso dificultava a ajuda no socorro ao Brasil, trazendo desafios ainda maiores para Duarte. Não se tratava de negligência da coroa nem de Filipe IV, nem tampouco de Duarte, mas de buscar resolver prioridadas. A prioridade de Duarte além de retomar a capitania era também não perder o prestígio que havia conquistado ao longo dos anos pelos serviços de sua família. Perder o reconhecimento alcançado era entrar não só entrar em decadência, mas não ter chances de se reeguer. Dessa maneira, a situação política da Monarquia terminou sendo a saída financeira e política para Duarte. Tanto a Monarquia precisa conter os dissidentes e nesse caso Duarte era uma peça chave na casa de Basto, quanto precisava continuar mantendo forças e resistindo aos ataques externos e Pernambuco como vimos era peça chave nessa luta. Nesse caso, a relação de interdepência entre a coroa e o capitão donatário terminaram abrindo espaço para Duarte se tornar um cortesão.

Ao que tudo indica, Duarte não teve um final de vida financeiramente tranquilo. A sua carta para Filipe IV, que abrimos essa parte da tese é um documento que mostra um pouco isso. Embora, o manuscrito demonstre uma certa maturidade e capacidade da análise de sua vida mostra que Duarte passava por um momento difícil. No seu último testamento veremos que Duarte escreveu que não havia recebido o pagamento que era devido nem de seu irmão, nem de Diego de Castro. Muitas mercês, nôminas, comendas e ordens eram prometidas, mas para a coroa pagar precisavam que vagassem com a morte de outras pessoas. Essa era uma das principais formas de concessões e autorizações para manter o regime de honrarias e privilégios. Vimos que tanto Matias de Albuquerque, quanto Duarte ainda aguardavam o reconhecimento pela morte de seu pai Alcácer Quibir. A dificuldade financeira de Duarte era

inevitável pela situação de Pernambuco e restava a ele buscar obter recursos através dos cargos oficiais da coroa.

Contudo, vale salientar, que não achamos apropriado dizer que Duarte não continuou tendo prestígio junto a Filipe IV, assim como da corte de Madrid, pelo contrário. Na parte anterior desse capítulo, demonstramos que mesmo com as brigas contra o todo poderoso Olivares e Diogo Soares o Marques de Basto conseguiu publicar seu livro, superando todas as críticas do influente secretário português. Embora, com uma vida financeira comprometida outros documentos que iremos destacar aqui além da publicação de seu livro mostram que Duarte continuou com prestígio diante de Filipe IV, assim como da corte. Veremos que Duarte conseguiu tomar assento no Conselho de Estado no lugar do Duque de Abrantes. Mas até obter autorização para publicação do seu livro e ter assento no Conselho de Estado servindo como membro da Junta de Portugal teve que passar por muitas dificuldades. Teve que enfrentar as críticas de Diogo Soares e a oposição de parte dos espanhóis que eram partidários de Olivares, mas acreditamos que por volta de 1647 Duarte começou a colher os frutos de sua fidelidade a Filipe IV. Por outro lado, a partir de 1647 perdeu familiares próximos como Matias de Albuquerque.

Duarte entrou para Conselho de Estado, órgão que se tornou mais importante ainda para os assuntos referentes a Portugal já que o Conselho de Portugal tinha sido extinto em 1639.[673] Dessa maneira, "*el Consejo de Portugal símbolo de la vigência del pacto de Tomar, fue substituído en 1639 por sus juntas que actuarían coordenadamente em Madrid y Lisboa*".[674] Após 1640, Duarte se manteve ao lado de Catilla e terminou se transformando em um dos portugueses de maior prestígio e mais importantes para Filipe IV e sua corte. Sua entrada no Conselho de Estado diz muito sobre esse reconhecimento político que ele obteve junto a corte de Filipe IV. Duarte substituiu o Duque de Abrantes na Junta de Portugal, o que significa dizer que ocupou o cargo de um dos homens que mais orientava os assuntos relativos a Portugal. Devemos dizer, que nesse momento Olivares já não fazia parte do governo e que a substituição do Duque de Abrantes demonstra esse reconhecimento da coroa ao Conde de Pernambuco.

---

[673] AGS, EMR, QUI, 33, 1120-1123, Quitacion Consejo de Portugal, Escribania Mayor de Rentas.

[674] VALLADARES, 2000. Op. Cit. p 34. Segundo Rafael Valladares, Filipe IV extinguiu o Conselho de Portugal em 1639 criando juntas específicas para tratar de assuntos e demandas que surgiam. Nesse momento o Conselho de Estado tornava-se ainda mais relevante. Valladares pontua que durante o reinado de Filipe IV o Conselho de Portugal foi um órgão muito consultado.

Segundo Valladares, o Duque de Abrantes "*era el único título ducal que quedaba entre la aristocracia lusa después de que en el 1640 el de Bragança se proclamara rey*".[675] Alfonso de Alencastre, que foi o 1º Duque de Abrantes era filho do Duque de Aveiro (Álvaro de Lecantre) e tinha recebido 40 escudos por mês pelo cargo de capitão na frota de D. Fradique de Toledo na ocasião da recuperação da Bahia em 1625.[676] De acordo com Rafael Valladares, o Duque de Abrantes foi o cabeça dos exilados e era do clã dos Alamcastre "*un membro del prestigioso clan de los Alencastre*".[677] Mais tarde, Don José de Carvajal y Lancaster, um dos descententes exilados do Duque de Abrantes irá defender a via matrimonial como solução para a reunificação entre Espanha e Portugal no período que serviu como ministro de Fernando IV.[678] Portanto, Duarte ocupará o lugar do Duque de Abrantes que tinha uma descendência mais nobre que a sua pelo vínculo da casa de Aveiro.

Aqui cabe lembrar, que no período da reconquista de Salvador em 1626, quando o Conselho de Portugal apresentou uma relação de pessoas, que haviam servido na Bahia e que tinham promessas de comendas para o rei avaliar, o Duque de Abrantes foi sugerido pelo referido conselho mesmo que ele não tivesse realizado tal pleito, "*pues Don Alonso de Alencastre há dado tan buen exemplo con hir a servirme en mis armadas sin esperar a que se le haga mercês será bien cumplille*".[679] Nessa época e nesse mesmo documento, Matias de Albuquerque esteve na relação de pessoas que tinha realizao o pleito para receber a comenda em virtude da reconquista de Salvador em 1625.

Portanto, Duarte de Albuquerque Coelho assume o assento no Conselho de Estado no lugar do Duque de Abrantes, o que demonstra que sua fidelidade a Filipe IV foi retribuída. O documento de Filipe IV informando sobre essa substituição é esclarescedor porque além da decisão do rei de nomeação de Duarte ele autoriza alguns pagamentos de seus emolumentos que deveriam ser pagos. El *Rei* dizia ao "*Presidente y los demi consejo de Hazienda Y Contaduria Maior della saved que haviendo nombrado al Marques de Basto Conde de*

[675] VALLADARES, 2000. Op. Cit. p 54.

[676] Informação obtida no BRASILHIS, disponível em: http://brasilhis.usal.es/es/personaje/alfonso-de-alencastre-1-duque-de-abrantes, último acesso em 10/02/2020.

[677] VALLADARES, 2000. Op. Cit. p 54. Valladares dirá que posteriormente por volta de 1660, quando Aveiro decidio passar para Castilla os Abrantes irão se sentir ameaçados porque Aveiro foi nomeado para General da Armada de Mar e Oceano, que tinha a missão de bloquear Lisboa mesmo que Don Juan José de Austria avançasse sobre a Extremadura.

[678] VALLADARES, 2000. Op. Cit. p 58.

[679] AGS, SP 1468, *Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil*, fsl 124 a 129. Libro de Consultas respondidas por Su Majestade el año de 1626.

Pernambuco para la Junta de Portugal en lugar del Duque de Abrantes"[680] e sendo assim, dizia Filipe IV que pagassem seus pagamentos e emolumentos. Entre esses pagamentos, o rei mandava que fossem pagos a Duarte 2 mil réis que gozava de mesada da cédula de 14 de junho de 1643 referente a nomina de socorros portugueses, 23 mil de emolumentos da mesma moeda, 31 mil de prata e cada ano 41948 em vellon da mesma parte que recebia o Duque de Abrantes.[681] Não é apenas esse documento que demonstra recursos que Duarte obteve de Filipe IV.

Mas o que queremos chamar atenção para esse documento é que Duarte toma assento no lugar do Duque de Abrantes. Provavelmente, os Albuquerques Coelho tinham uma boa relação com o Duque de Abrantes e com a casa de Avis, pois Duarte teve como seu padrinho de batismo D. Dinis de Lencastro, que foi comendador de Avis. O assento de Duarte de Albuquerque Coelho no lugar do Duque de Abrantes é uma confirmação de que Duarte foi um cortesão, obtendo cargo e reconhecimento de Filipe IV. Poucos historiadores problematizaram Duarte como um cortesão. Coube a historiadora Kalina Vanderlei problematizar Duarte como cortesão, pois para ela o livro fazia parte da cultura da nobreza. Para Kalina, Duarte de Albuquerque Coelho foi "realmente, um cortesão completo; ele e seu irmão bastante submersos naquele mundo de nobreza aparentada, adeptos de práticas como a crescente valorização da escrita entre os nobres".[682]

Desde a volta de Duarte em 1638 até 1647 a vida de Duarte em Madrid não deve ter sido nada fácil, pois precisou absorver todas as críticas pela perda da capitania e ainda assim ficar do lado espanhol, ser contrário a descendência de sua família, que tinha uma ligação portuguesa muito forte. Aliás, em 1647 Duarte pode ter ficado abalado com a morte de Matias de Albuquerque, que foi mais um de sua família que morreu em confronto militar. Duarte perdeu seu pai em guerra, perdeu seu tio, irmão e depois de tudo ainda perdeu seu único filho homem em guerra. A guerra sempre esteve presente na vida dos Albuquerques Coelho. Mesmo assim, no dia 6 de fevereiro de 1647 Duarte recebia do rei dois mil réis por mês em virtude de lutar em Lérida. Provavelmente foi Duarte que levou seu filho Jorge para a guerra na Catalunha que durou entre os anos de 1635 a 1659. Vimos nos capítulos anteriores que era

[680] AGS, EMR (Escribania Mayor de Rentas), QUI (Quitacion Consejo de Portugal), 33, 1120-1123.

[681] AGS, EMR (Escribania Mayor de Rentas), QUI (Quitacion Consejo de Portugal), 33, 1120-1123.

[682] SILVA, Kalina Vanderlei. *O retrato do Conde de Alegrete: Matias de Albuquerque, general do Estado do Brasil e cortesão da Espanha seiscentista*. Domínios da Imagem, Londrina, v. 9, n. 7, p 86-100, jan/jun, 2015.

comum a repetição dos nomes nas famílias tradicionais ibéricas, assim Duarte deu o nome do seu o mesmo nome de seu pai. Em 1647 Filipe IV escreveu dizendo para o

> Presidente y los de mi Consejo de Hacienda y Contaduria Maior della teniendo consideraccion a los Servicios del Conde de Obasto y haver perdido la vida continuando los com su acostumbrado celo y valor em la ultima ocasion del socorro de Herida, he tenido por bien hacer merced al Conde de Pernambuco su Padre de los mismos alimentos que poçaria el dicho Conde de Obasto, y assu os mando que los dos mil reales al mes que según lo que se diformo por el contador Francisco Masano a cujo cargo servio el pagamento de los socorros Portugueses y Catalanes tenia y se le pagavan en virtud de Cedula mia de Catorce de Junio de Seiscentos y quarenta y tres se los situéis al dicho conde de Pernambuco.[683]

O documento revela que Filipe IV concedeu 2 mil réis ao mês a Duarte em virtude de suas feridas sofridas na cidade de Lérida, o que revela que Duarte antes de assumir o assento na Junta de Portugal no Conselho de Estado no lugar do Duque de Abrantes participou como como cavaleiro de Filipe IV. Em um documento de pagamentos de Madrid Duarte aparece descrito como coronel ("*pagas a Duarte coronel"*). Embora, no corpo do documento diga que o pagamento foi referente a uma cédula de 1643 o documento data de 1647. Consta ainda no documento, que El Rei "*teniendo consideraciones a los servicios del conde de o basto haver perdido la vida continuando los con sua costumbrado se lo y balor en la vitima ocasion del socorro de Lerida he tenido para bien hacer merced*".[684] Tudo indica, que Duarte não teve uma vida fácil. Nesse ano de 1647 perdeu seu irmão Matias, embora ganhasse reconhecimento de Filipe IV e estivesse ganhando emolumentos como demonstram os documentos citado anteriormente. Como Matias não possuia herdeiro por não ter filhos Duarte solicitou ao rei três de suas comendas da Ordem de Crito que tinham ficado vagas com a morte de seu irmão.[685] No dia 12 de julho de 1647, Duarte solicitava ao rei informando da seguinte maneira: "*Señor, afirmase q es muerto en Portugal Matias de Albuquerq mi Hermano, no ~~dexo hijo ni~~ tiene otro herdero sino yo, gozava de tres encomiendas de la orden de cristo de q V. Mgd. le avia hecho merced, q todas valem poco mas 1200 ducados*".[686]

---

[683] AGS, Contaduría de Mercedes, Legajo 876, fl 40. Consta no documento que Duarte foi pago em Vellon. E que parte do pagamento deveria ser realizado em forma parcelada a partir de 1647.

[684] AGS, Contaduría de Mercedes, Legajo 876, fl 40.

[685] AHNM, Universidades y Colegios, Livro 1190, fol 155. *El Marques del Basto Conde de Pernambuco Supplica postrado a los Reales pies de V. Mgd. le haga merced de las tres encomendas de la orden de christo que vacaron por muerte de Matias de Albuquerque el qual no tiene otro herdeiro sino yo y todas tres no lleganavan a mil y quinientos ducados, y recusa en ello de V. Mgd. particularmente Merced.*

[686] AHNM, Universidades y Colegios, Livro 1190, fol 155. *El Marques del Basto Conde de Pernambuco Supplica postrado a los Reales pies de V. Mgd. le haga merced de las tres encomendas de la orden de christo*

Duarte mais tarde em seu testamento irá dizer que os pagamentos referentes a seu irmão e ao conde de Basto nunca lhe foram feito, embora tenhamos encontrado um documento de 1657, um ano antes da morte de Duarte informando dos vários pagamentos feitos para Duarte. Como o testamento de Duarte data de 1655 e os pagamentos foram realizados dois anos depois e mais próximo ainda que sua morte é preciso dizer que Filipe IV demorou a realizar o pagamento, mas isso não significa que eles não tenham sido realizados. Além dos problemas financeiros, podemos perceber que havia uma burocracia e uma demora na realização para de algumas tarefas. Nesse mesmo documento, em que Duarte solitica os 1200 ducados ao "reales pies de V. Mgd" existe uma informação, que data de 8 de janeiro de 1648 informando ao rei da solicitação de Duarte e pedindo para a concessão fosse realizada, ou seja, 6 meses após a solicitação de Duarte das ordens de Cristo de Matias, que ainda não haviam sido despachadas.

Após a morte de seu irmão, o Conde de Pernambuco ainda teve que enfrentar a morte de seu único filho homem. Duarte teve cinco filhos, sendo quatro mulheres e um homem. Em uma pequena carta escrita em Madrid no dia 6 de agosto de 1652 Duarte se lamentava pela morte de Jorge de Albuquerque, seu filho, dizendo que

> Señor, meu fatal he catalunha para os Portugueses ~~como el deu o decemos sentir~~ que querem com seu singular e exemplo dao aos que o não sabem imitar, como le agora pela ocasião prezente o deve justamente sentir como todos os parentes e servidores de le o fazemos esse ~~ela~~ le pode ser conçolação he o grande valor com que ~~nos envivou~~ nela procedeo o s^{or} D. Martinho q deos será no çeo ~~de~~ servindo a sua Mg^{de}. ~~com tal finesa~~ não só com a vida q deu por ele, se não com ~~as~~ tais sircunstancias de finesa que poderá ~~nos~~ com rasão a todos deixa renvejojos ~~a todos os q~~ Deos de a el muitos ~~mucha~~ anos em companhia da señora condessa e de ses señores para com ela poder Tolerar e suprir golpe e do tão grande em Madrid em 6 de Agoto de 1652.[687]

A morte de seu filho único filho homem deve ter sido muito sentida por Duarte, embora como dissemos foi comum entre os Albuquerques Coelho a morte em guerras, foi assim com Duarte Coelho de Albuquerque, com Jorge de Albuquerque, Matias de Albuquerque e agora novamente com o outro Jorge de Albuquerque da família. Tudo indica que o próprio Duarte tenha se machucado na cidade de Lérida, na guerra contra a Catalunha. Não sabemos ao certo a data correta da morte do seu filho, mas um documento de 1647 que informa a respeito de um dos pagamentos que Duarte recebeu da coroa diz que

---

que vacaron por muerte de Matias de Albuquerque el qual no tiene otro herdeiro sino yo y todas tres no lleganavan a mil y quinientos ducados, y recusa en ello de V. Mgd. particularmente Merced.

[687] AHNM, Universidades y Colegios, Libro 1190 – Fol. 155. Em alguns documentos de Duarte ele risca por cima de alguns nomes para corrigir seu documento.

> Las Mercedes queda grandeza de su Mgd. fue servido hazer al Marques del Basto Conde de Pernambuco em Remuneracion de la muerte de su único hijo el Conde de Basto, em las trincheras de Lerida, feuron el Titulo de Marques, y el de la llave de su Gentil hombre de la Camra sin exercício, y que Gocesse el socorro com que se socorrian dos mil Rs cada mês, com los dos mil com que socorrian a su hijo para que pudesse cada mês gocar de todos quatro mil. De las dos Merceddes primeras tiene dos títulos por donde Constan, que es traer la llave y la Carta del titulo de Marques de Basto, la ter~~cel~~ q cera, para que comiesse su socorro Juntamente con el de su hijo, no tiene papel ninguno, y assy como estuvo algunos meses ahora sin se socorrer y tiempo adelante podrá suceder los mismo, por no tener titulo que mostrar desta merd. de Su Mag. Echa por tan Justa Causa Marques de Basto el Conde de Pernambuco Suplico al Señor D. Fernando Ruiz de Contreras ~~que en conformidad de la orden de su Mag. Le haga md~~ le mande pasar un papel porque Conste en todo tiempo de que ha de gocar destos cada mes destos quatro mil Rs. ~~q es en~~ conforme la merçed q su Mgd. le hizo dellos ~~pr~~ en rremuneracion de la muerte de su único hijo.[688]

Portanto, em 1647 Filipe IV autorizava que Duarte recebesse 2 mil réis pela morte de seu filho e mais 2 mils réis pelo título de Marques de Basto. Além desses pagamentos é possível encontrar uma outra relação de contabilidades de vestimentos e que foram pagos no natal e no são do ano de 1650. Ao que tudo indica, com as mortes do irmão e do filho a coroa via que a fidelidade de Duarte era algo que merecia ser retribuída. Talvez o que mais tenha dado retorno financeiro a Duarte no final de sua vida tenha sido seus "*emolumentos con la placa de Consegero de Estado de Portugal, en que sucedio por muerte del Duque de Abrantes, y su assentamento de Marquês*".[689] A morte de Duarte foi menos trágica que de seu irmão Matias de Albuquerque, embora tenha amargurado a perda de sua capitania, tido o desgosto da morte de seu filho e passado por muitas dificuldades financeiras. Em seu testamento verificamos que mesmo com os *pagos reales* não existe uma relação de patrimônio de Duarte que estava em disputa como a sua capitania. Com tanta terra de sua herança podemos perceber que Duarte desde cedo teve uma vida muito dura, disputas internas para vê quem ficaria com sua guarda, tudo em virtude das rendas da capitania, perdas familiares importantes como de seu pai e de seu tutor vice-rei da Índia, depois ainda teve que enfrentar as guerras holandesas e passar pela complexa relação de poder contra a rede de Olivares e Diogo Soares. Mesmo assim, Duarte tomou assento como cortesão no lugar do Duque de

[688] AHNM, Universidades y Colegios, Libro 1190 – Fol. 155

[689] Existem dois documentos que encontramos para que a nomina de pagamento de Duarte fosse realizada em virtude de sua entrada (assentamento como coloca os documentos) no Conselho de Estado para trabalhar na Junta de Portugal em virtude da morte do Duque de Abrantes. Um deles está em Madrid e outro em Simancas. AHNM, Universidades y Colegios, *Copia de certificación de los contadores de rentas y quitaciones para el pagador de los consejos*. Libro 1190 – Fol. 164 e 166. AGS, EMR, QUI, 33 Quitacion Consejo de Portugal, Escribania Mayor de Rentas. Fls 1120- 1121v.

Abrantes, conseguiu o reconhecimento dos Mascarenhas, dos jesuítas e do próprio Filipe IV. Embora, Duarte e Matias tenham colecionado inimigos também devem ter feito muitos amigos. A carta de Duarte em que abrimos essa parte além de falar da roda da vida ele deixa claro também que atravessar os golfos (oceanos) não era fácil. Seja em terra firme ou seja no mar Duarte buscou sempre se inserir na sociedade de corte e obter os ganhos de sua capitania.

No período em que trabalhou na corte Duarte teve que ajudar a resolver vários assuntos antes tocados pelo Duque de Abrantes e de temas que antes eram discutidos pelo Conselho de Portugal, entre esses assuntos estava o desvio de cargas por exemplo. Em carta de 21 de janeiro de 1652, Don Fernando de La Riba Aguero, que foi cavaleiro da Ordem de Santiago, além de ter sido governador de Cartagena e Porto Rico escreveu para Duarte dizendo que alguém havia extraviado por duas vezes 200 *cajetas* de chocolate e uma pequena barra de ouro que segundo Aguero equivalia em prata a 227 pesos.[690] O documento é curioso porque Don Fernando além de tratar Duarte com muita deferência dá ciência que comprou duas mulas para "*el coche*" e que antes o Duque de Abrantes tinha feito muitas honras a ele. Don Fernando inclusive fala que sempre houve reconhecimento de seu tio Fernando de Santa Maria pela duquesa de Aveiro, fala de sua chegada em Cartagena, que havia ocorrido duas mortes no Porto de Santa Maria entre outras curiosidades.

A carta é repleta de curiosidades, mas o que nos chama atenção é que Fernando de la Riba Aguero se aproximava de Duarte, pois sabia que através da rede de amizades poderia conseguir ajuda através algum parecer ou até mesmo com alguma indicação. Belisário Pimenta ao analisar o memorial de Matias de Albuquerque escrito por sua esposa escreverá na abertura do texto a seguinte frase " nós devemos justiça aos homens".[691] Vimos ao longo do capítulo como a justiça era importante e se ela era feita por homens as relações deviam ser mantidas. Deve ter sido nesse intuito que Aguero buscava se aproximar de Duarte. Em seu livro de Memórias, Duarte menciona por diversas vezes Aguero, inclusive dizendo que ele chegou em 1631 ao Brasil comandando quatro companhias castellanas, o que demonstra que

[690] AHNM, Diversos Coleciones, 27, N 26. *Sobre regalos de Chocolates y oro al conde de Fernanbuco*. Este documento está disponível no PARES (Portal de Arquivos Espanhóis).

[691] PIMENTA, Belisário. *O "Memorial" de Matias de Albuquerque*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1944. p 1. A frase está escrita em francês (nous devons la justice aux hommes) é foi atribuída a Michel Eyquem de Montaigne.

ele teve uma participação efetiva na guerra de resistência em Pernambuco.[692] Francisco de Brito Freyre irá colocar Don Fernando de la Riba Aguero como um "valeroso castellano".[693]

Embora tenha galgado cargo importante, D. Fernando de la Riba Aguero em 1636 solicitou ajuda financeira ao rei pelo estado que se encontrava. O militar apresentou um memorial no dia 9 de outubro de 1636 para obter ajuda e conseguiu o pleito, pois no dia 30 de setembro de 1636 Diogo Suares mandava que lhe desse 3 mil reales de esmolas pela sua redenção porque "*fue cativo por los Corsarios de Argel viniendo de Pernambuco"*.[694] Aqui verificamos que o pleito de Fernando de la Riba Aguero demorou menos de um mês. Os pleitos deviam demorar de acordo com a importância da pessoa, do valor financeiro do pleito que era pedido, da relação do militar com a corte e da situação política que se encontrava a coroa. Uma mercê real demorava muito mais. Vimos que quase 50 anos depois Duarte ainda pleiteava as mercês de seu pai em Alcácer Quibir. Aliás, Duarte em 1655 em seu testamento diz que suas contas com o Conde de Castro e Matias de Albuquerque nunca haviam sido pagas. Existiam muitas variáveis envolvidas.

No documento de Simancas que pede ajuda para o socorro de Aguero o documento informa queele havia prestado 16 anos de serviços em diversas ocasiões com seu sangue e que merecia o empenho de Vossa Magestade e que já se havia prometido a ele o hábito de Santiago, mas que o inimigo havia feito cativo e e escravo em Argel. O secretário informa ao rei que pelos seus serviços prestados havia mandado pagar seu resgate. Nos papéis inclusos da relação de serviços prestados havia a informação que Aguero havia prestado serviço na Armada de Mar e Oceano no Brasil durante 16 anos na Bahia de Todos os Santos *e que "proçedio como muy honrados y valiente soldado y después en las de la recuperación del Brasil donde peleo valientemente siendo uno de los nombiados para los puertos".*[695] O documento incluso de Aguero conta que ele servio com Oquendo na Paraíba, proveu o Conde de Bagnuolo com Arcabuzes nos dias 23 e 24 de abril de 1633 e que governou quatro companhias de Castelhanos na cidade da Paraíba, no Cabo de Santo Agostinho e na Ilha de

[692] COELHO, 1982. Op. Cit. p 107, 120, 130, 142, 145, 189, 190, 218, 219, 220, 236, 241, 260, 269.

[693] FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da Guerra Brasílica*. Estudo por José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed. fac-símile de 1675 Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p 337.

[694] AGS, SP 1469, *Memorial de Don Fernando de la Riba Aguero que foi feito de cativo quando vinha de Pernambuco*. Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade no ano de 1636. Fls 604, 605, 605v.

[695] AGS, SP 1469, *Memorial de Don Fernando de la Riba Aguero que foi feito de cativo quando vinha de Pernambuco*. Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade no ano de 1636. Fls 604, 605, 605v.

Itamaracá atuando sempre como soldado valeroso "*con tantos trabajos fidelidad y valor como este capitan*."[696] O caso de Aguero é um exemplo de como a vida de um soldado mudava bastante. Lutou nas guerras brasílicas, foi feito cativo e levado para África e depois foi governador de Cartagena e Porto Rico recebendo recursos da ordem de Santiago. O historiador Bruno Miranda demonstrou como os casos dos soldados foram caminhos abertos e quanta história interessante ainda a por se descobrir em suas trajetórias.[697]

Não eram poucos os militares que eram capturados nos oceanos e pediam ajuda da coroa para se libertarem ou que depois que conseguiam fugir solicitavam ajuda financeira ao reino. Um ano depois em agosto do pedido de ajuda de Aguero em 1637 encontramos um documento que era lista de gente velha que tinha de Pernambuco e que havia sido aprisionada em Havana (Cuba) que se encontra no Arquivo das Índias em Sevilha.[698] Portanto, não foram apenas essas trajetórias, mas uma variedade de casos. Os casos de Duarte, Matias, Jorge e do próprio Aguero são interessantes para pensarmos na circulação dos soldados desse período, ora em Lisboa, Madri, África, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Lérida e Cartagena mostram que a vida militar era um caminho aberto onde na maioria das vezes não se sabia em que lugar poderia estar. O matrimônio eram um caminho que se tinha mais ou menos ideia das possbilidades de ascesão e mobilidade social. Através deles, os Albuquerques Coelho conseguiram ascender socialmente chegando a se tornar um cortesão como foi o caso de Duarte, que em certa medida pode ser entendido como exemplo de sucesso. Para alguns

[696] AGS, SP 1469, *Memorial de Don Fernando de la Riba Aguero que foi feito de cativo quando vinha de Pernambuco*. Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade no ano de 1636. Fls 604, 605, 605v.

[697] MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).* Recife: Do autor, 2011

[698] Por vezes na documentação espanhola aparece o termo gente vieja (gente velha), provavelmente se referindo a soldados com idade avançada e experientes. Nesse documento existe uma pequena lista desses militares que haviam sido desalojados pelo inimigo na altura de Pernambuco da Urca San Nicolas. Segundo o documento ele tinham sido feitos reféns e da lista existem uma pequena relação de capitães e artilheiros que tinham vindo de Pernambuco. O documento pertence ao Arquivo das Índias que é um arquivo que foi muito utilizado pelos historiadores brasileiros para tratar do século XVIII, mas existe muita documentação que ainda não foi trabalhada na série Indiferente General que não possui catálogo e que não foi trabalhada a fundo pelos pesquisadores brasileiro. Segundo o prefácio escrito por José Honório Rodrigues, texto intitulado O Arquivo das Índias e o Brasil, Varnhagen foi o primeiro historiador brasileiro a investigar no Arquivo das Índias. A referência do documento que citamos é AGI, Contaduría – Legajo 1121, Cajas de la Habana y cuentas de la Real Hacienda desde el 16 de mayo de 1637 hasta el 4 de marzo de 1638, entre otras cuestiones, incluye listas de la guarnicipon de la Habana y de la que vino de Pernambuco. *Lista donde esta cargado el socorro que le dio a la gente que vino de Pernambuco em 15 de agosto de 1637.*

historiadores a emigração de forma geral "constituía menos uma janela de oportunidades do que uma fuga a pobreza, à discriminação, a condição de vida inaceitável e a coação".[699]

O final da vida de Duarte, em termos de reconhecimento real nos parece ter ocorrido, pois Duarte obtém várias pagas e entra para no Conselho de Estado para trabalhar como cortesão na Junta de Portugal já que não existia mais o Conselho de Portugal. Embora, com esse respeito adquirido junto a Filipe IV e autoridade como cortesão Duarte conquistou os títulos de Conde de Pernambuco e de Marquês de Basto, mas não podemos dizer que ele não teve um final de vida difícil. As perdas econômicas de sua capitania ele nunca mais conseguiu conquistar mesmo com a expulsão dos holandeses em 1654. Somado a questão econômica talvez sua maior perda familiar tenha sido a morte de seu filho na guerra. Perder o único homem talvez tenha sido algo que ele sentiu muito, pois era o homem que continuava os serviços militares da família, assim como a administração dos bens.

Talvez, o melhor documento que contextualize essa fase final da vida de Duarte é o seu testamento. Foram com as palavras abaixo, que no dia 19 de fevereiro de 1655, Francisco de Moscoso, escrivão de Madrid, iniciou o registro do testamento cerrado[700] de Don Duarte de Albuquerque Coelho, conhecido na villa de Madrid como Marques de Basto, Marquês de *Obasto* ou Conde de Pernambuco, como aparece por vezes na documentação madrilena:

> En la villa de Madrid a diez y nuebe dias del mês de Febrero del año de mil y seiscentos y cinquenta y cinco, ante mil el ess^{no}. Oy testigos dei uso escritos, pareció presente el Señor Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basti Conde y Señor de Pernambuco, Gentil hombre de la Camara de su Mag. de su consejo de estado en el de Portugal, y estando bueno de salud y en su juicio y entendimiento natural, me entregó este papel.[701]

Embora a data de registro pelo escrivão tenha sido no dia 19, mas foi no dia 11 de fevereiro, logo 8 dias antes de entregar ao escrivão ou ao cartório, que Duarte de Albuquerque data e assina seu testamento. Porém, é no dia 24 de setembro de 1655 que o *señor Theniente* Alonso Gonçalves Cadena recebe o referido testamento. O testamento do Marquês de Basto está escrito na "*Tabla de las esscripturas publicas que se han otorgado ante Juan Sanches*

[699] VILADARGA, 2010. p 255.

[700] Testamento cerrado é um testamento que só pode ser conhecido públicamente após a morte da pessoa do testamento em questão. AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto*. Fls 591.

[701] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

Yzquierdo Scrivano del Numero de Esta Vila de Madrid este año de 1658".[702] Vimos que três anos antes dessa data Duarte escrevia ao rei, no dia 6 de agosto de 1652, lamentando a morte de seu Jorge.

Mesmo com algumas relações de pagas em Madrid podemos perceber diante do testamento de Duarte de Albuquerque Coelho que o final de uma vida sem grandes posses, patrimônio e fortuna, como por vezes é colocado na historiografia quando trata da família.[703] Nesse caso, parece que o dito popular pai rico, filho nobre e neto pobre serve em parte para sintetizar um pouco para tratar da decadência dos Albuquerques Coelho.

Segundo Francis Dutra, Duarte Pereira foi um dos homens mais ricos do Brasil Colonial tendo em vista a produção açucareira de seu período. Sabemos que a capitania de Pernambuco foi uma das que mais tiveram produção de açúcar da época, contudo essa produção será afetada ao longo da história de Pernambuco e da família dos Albuquerques Coelho.

Obviamente esse dito popular mencionado anteriormente não se encaixa nos conceitos nobreza já que a herança financeira tende a se perder ao longo do tempo, mas a herança de nobreza tenda a aumentar já que pela lógica do Antigo Regime quanto mais antiga a linhagem de nobreza e sucessão mais pura e nobre seria a família, ou como pontuou Antônio Manuel Hespanha, nas sociedades do Antigo Regime a permanência é que deveria estar para as naturezas das coisas. Se por um lado, a questão de nobreza parece ter sido cada vez mais fortalecida na geração do Marques de Basto e seu reconhecimento é notório diante da corte de Madrid tendo Duarte obtido honrarias e conquistado mercedes, recebendo a importante honraria espanhola de Santiago, tido autorização para publicação de seu livro mesmo tendo seu irmão como uma desavença da coroa espanhola em virtude da guerra do Alentejo e tornando-se até um problema para Duarte na publicação de suas memórias e muito provavelmente na sua relação com a corte. Esses são alguns motivos que demonstram que Duarte conseguiu em parte obter reconhecimento e transitar diante da corte de Madrid, conforme já apontamos ao longo desse trabalho.

---

[702] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

[703] Tanto Francis Dutra quanto Mafalda Soares da Cunha colocam os Albuquerques como detentores de grande fortuna, da capitania mais produtiva e de uma sucessão financeira de êxito, embora ambos não tenham se aprofundado no Marques de Basto (Duarte de Albuquerque Coelho), ou seja, no quarto donatário, mas sim em seus antecessores como foi o caso de Francis Dutra que influencia parte de uma historiografia nesse assunto do patrimônio do Albuquerque Coelho e que baseia o artigo de Mafalda Soares da Cunha.

Duarte de Albuquerque Coelho morre aos 67 anos de idade na Villa de Madrid, precisamente no dia 25 de setembro de 1658[704] e seu testamento foi assinado pelo escrivão Francisco Moscoso no dia 19 de fevereiro do ano de 1655, portanto três anos antes de morrer Duarte protocola e oficializado no cartório de Madrid o testamento que só poderia ser conhecido após sua morte e que hoje se encontra sob acervo do *Archivo Histórico de Protocolos,* que fica em Madrid. Além do escrivão Francisco Moscoso, assinaram também como testemunhas de seu codicilo, Don Francisco de Urbiola, Don Juan de Velasco, Don Pedro de Zevallos (Cevallos), Joseph de Zevallos, Manuel de Noroña, Andres Fernandes e Juan.

Em 21 parágrafos, o então *Marquês de Basto, Conde de Pernambuco, gentil homem da câmara de Sua Majestade e de seu Conselho de Estado* escreve seu testamento, onde perfilha uma de suas filhas como herdeira financeira e demonstra algumas de suas últimas vontades. Duarte de Albuquerque Coelho inicia seu testamento demonstrando seu caráter religioso, a dedicação de sua família ao catolicismo, fiel ao santíssimo sacramento e a santíssima trindade. Durante todo codicilo o Marques de Basto deixa claro sua reputação e fidelidade a Igreja Católica, que andava junto a monarquia dos Filipes, conhecida popularmente como monarquia dos Reis Católicos e como é denominado por parte da historiografia sobre o assunto. Duarte de Albuquerque Coelho abre seu testamento da seguinte maneira:

> Alabado sea el santissimo sacramento. En nombre de la satissima Trinidad, Padre, Hijo, y spirito santo, tres personas, y un solo Dios verdadero, en cuja fé firmemente creo, fiado de la pretecsion y amparo de la siempre virgen Maria, Señora nuestra de la piedad, y del santo Angel de mi guarda, y de los bien aventurados Apostoles san Pedro, san Pablo, y de san Joseph, san Antonio, y santa Teresa de Ishs, los quales invoco humildemente por mis intercessores para que me alcancen la divina misericordia en la hora de maior necesidad.[705]

[704] AHN, Archivo Histórico Nacional, Universidades y Colegios, Libro 1190, fol 146-147v. *Deposito del cuerpo del senhor Don Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basto conde de Pernambuco*. Agradeço ao historiador Fernando Bouza Álvares que gentilmente me passou as referências desse documento que não existe no portal de digitalização dos arquivos espanhóis (PARES), assim como era desconhecido pelos archiveros do Archivo Nacional, bem como de grande parte dos historiadores brasileiros do período.

[705] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591. Tradução: Louvado seja o santíssimo sacramento. Em nome da Santíssima Trindade, pai, filho, e espírito santo, três pessoas, e um só Deus verdadeiro, em cuja fé firmemente creio, confiado a pretensão e amparo da sempre Virgem Maria, Senhora Nossa da Piedade, e do Santo Anjo da minha guarda, e dos bens aventurados Apostolos São Pedro, São Paulo, e de San José, Santo Antônio e Santa Tereza Isis, os quais invoco humildemente por meus intercessores para que me alcancem a divina misericórdia na hora de maior necessidade.

Desta maneira, Duarte como *Marquês de Basto, Conde de Pernambuco, gentil homem da câmara de Sua Majestade e de seu Conselho de Estado e morador da villa de Madrid*[706] deveria sentir que estava próximo de morrer. Ao continuar a leitura do testamento Duarte de Albuquerque Coelho deixa claro que além de lúcido essa é sua "*última vontade, embora o tempo obrigam a alterar algumas coisas*".[707] É nessa parte do testamento, que o Marquês de Basto afirma que fez outro testamento cerrado quando partiu para a Guerra de Pernambuco em abril de 1631 e que provavelmente está perdido em virtude de um terremoto ocorrido em Lisboa. Duarte fez um testamento sabendo das dificuldades de atravessar o Atlântico e de combater a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais nas capitanias do norte do Brasil. Quando partiu para Pernambuco Duarte possuía 40 anos de idade diferentemente deste segundo testamento de Madrid no fim da vida quando possuía 64 anos de idade, portanto três anos de sua morte.

Duarte sentia a vontade de reforçar seus pedidos anteriores e de acrescentar algo, pois como ele mesmo escreveu o tempo havia mudado algumas coisas, como por exemplo, a morte de seu filho na guerra da Catalunha. Duarte escreveu, que quando partiu de Lisboa para a Pernambuco em 1631 estava muito endividado, dívida que provavelmente contraiu para obter recursos e levantar gente de guerra para o conflito contra a WIC. Maurício de Nassau chegou a capitania de Pernambuco no ano de 1637 com 33 anos de idade e Duarte de Albuquerque Coelho chegou em 1631 aos 40 anos de idade e seu irmão Matias de Albuquerque chega ao Brasil com 26 anos, o que significa dizer que Duarte não era apenas um jovem aventureiro, mas que possui alguma experiência. Não sabemos ao certo se Matias (vice-rei das Índias) que era seu tio e foi tutor conforme falamos no segundo capítulo desse trabalho, a quem muda-se o nome de seu irmão de Paulo para Matias estivesse vivo se Duarte teria mais condições de reaver a capitania das mãos inimiga. É muito provável, que Duarte obtivesse mais articulações de guerra e navegação, embora pareça que seu tio estava com problemas para resolver junto a coroa espanhola. O fato é que seu tio tinha uma grande experiência em virtude de ter exercido o cargo de governador das Índias e compreender o teatro de operações de guerra.

Como não tivemos acesso ao primeiro e antigo testamento de Duarte escrito em Lisboa não podemos saber o que mudou de fato na questão patrimonial e financeira de Duarte, assim como em alguma mudança radical de comportamento ou em sua postura

[706] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

[707] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

política e ideais, embora não pareça ter acontecido grandes alterações quando lemos todo seu testamento.

O próprio Duarte fazia questão de dizer que estava lúcido e que os acréscimos, mudanças deveriam ser alterados por ser sua última *voluntad*, algo muito comum nos documentos testamentais. Um fato interessante nesse último testamento feito em Madrid é que o testamento *cerrado* (fechado), ou seja, o testamento só poderia ser acessado e tornado público após a sua morte. Portanto, suas informações em seu testamento de Lisboa também deveria ser mantida. Realizar testamentos fechados dava uma segurança a Duarte diante de alguns inimigos e talvez alguma tranquilidade diante de seus criados, embora alguns deles serviram de testemunha. No testamento de Duarte além de sua filha, Duarte deixa ganhos mensais para 8 de seus criados e uma obra pia. Possuir criados é uma das características dos homens de corte.

Em uma das informações anteriores ao testamento escrito com a letra do Conde de Pernambuco encontramos seis pequenos textos arrolados que antecedem o testamento propriamente, alguns textos são de criados de Duarte, que serviam de testemunha e do processo burocrático da época para a produção de um testamento, muitos deles com assinaturas dos criados e de funcionários do corpus burocrático da monarquia. Em um deles disse o tenente Alonso Gonçales que "*reçibio juramento em forma de derecho de um hombre que se dijo llamar Manuel de Noroña criado del señor marques de basto que bive* ***en sus casas*** *a santa barbara*".[708] Parece que Manuel de Noroña já servia a Duarte como criado desde sua partida de Lisboa para Pernambuco em 1631.[709] Esse trecho é interessante também porque diz que Alonso Gonçales recebeu Manuel de Noroña em uma de suas casas, logo Duarte tinha mais de uma. É muito provável que o Marquês tivesse mais de uma casa, ou ao menos uma em Lisboa e outra em Madrid, além das terras de além-mar na capitania de Pernambuco mesmo com problemas jurisdicionais a ser resolvidos. No início do testamento podemos constatar também a preocupação religiosa de Duarte em demonstrar toda sua devoção ao catolicismo e a tentativa de salvar sua alma, ou como em suas próprias palavras, "*para que me alcancen la divina misericordia*".[710] Para o historiador norte-americano Francis Dutra, os Albuquerques Coelho possuíam um vínculo forte com o Clero e a Igreja, e ainda de

[708] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591. Grifo meu.

[709] AHNM, *Universidades y Colegios, Libro 1190, fol 146-147v. Deposito del cuerpo del senhor Don Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basto conde de Pernambuco*.

[710] Idem.

acordo com esse historiador Jorge de Albuquerque, pai do Marquês de Basto, era muito interessado na propriedade dos religiosos e que "deveu-se a ajuda do donatário a fundação do primeiro convento carmelita em Olinda".[711]

De acordo com Francis Dutra, foi Jorge quem deu permissão ao Padre Gonçalo de Morais para instalar a ordem dos beneditinos em Pernambuco, além de doar 500 cruzados para a fundação desta ordem na capitania. Contudo, Francsi Dutra escreve que não se tem conhecimento dos Jesuítas obterem ajuda para se estabelecerem em 1576 após duas mal sucedidas tentativas na capitania de Pernambuco ele enxerga os Albuquerques Coelho quase que como um dos grandes mecenas da religião católica no período colonial Brasileiro.[712] Devemos lembrar que Jerónimo de Mascarenhas, que foi jesuíta foi uma das autoridades que escreveu uma carta autorizando a publicação do livro de Duarte já em 1644. Parece lógico e até óbvio que os donatários que recebiam uma capitania para gerir e governar vindo de um país católico como Portugal estavam engajados nessa mesma corrente e perspectiva religiosa. Portanto, os Albuquerques Coelho tinham uma relação forte com a igreja católica, o que tornavam bem vistos pela corte, pois seriam indissociáveis de sua formação, bem como de seus papéis institucionais.

Na continuidade do testamento, Duarte de Albuquerque Coelho escreveu para que seu ritual funerário fosse simples, pediu para que seu corpo fosse vestido do Hábito de São Francisco e que seu corpo fosse depositado no Convento de Santa Bárbara da *villa* de Madrid, onde também se encontrava o corpo do seu único filho homem Jorge de Albuquerque. A vontade de Duarte era que seu corpo e os ossos de seu filho em Santa Bárbara fossem levados juntos para a capela maior na Igreja e Convento da Santíssima Trindade de Lisboa e que seu irmão fosse levado para Nossa Senhora do Espinheiro da cidade de Évora. Segundo as palavras do próprio Duarte "*se haga sin pompa, si no con la maior humildad que ser pueda*".[713] Devemos lembrar que o apreço dos Albuquerque Coelho a São Francisco não foi apenas por Duarte, mas desde seus antepassados. Vale lembrar que durante a donataria de seu pai foram criados os conventos de São Francisco de Olinda e de Igarassu.

Embora tenha dito que gostaria de um ritual simples, ao ler o testamento de Duarte percebemos sua preocupação com um ritual funerário condizente com o ritual funerário de um

---

[711] Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, I, 481-485.

[712] DUTRA, Francis. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos.* Revista nº 37 do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (Separata), Portugal; 1973. p 274.

[713] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

nobre, tanto pelas vestes, preces, celebrações, doações financeiras para a igreja, bem como tudo que tivesse direito. Duarte busca demonstrar humildade e simplicidade ao mesmo tempo grandeza de espírito para os rituais de deus. Pedro Cardim pontua que nas festas se buscava transmitir sentimentos de honra, hierarquia, magnificência, decoro e distinção, pois "no mundo do Antigo Regime, as cerimônias constituíam, sem dúvida, um assunto muito sério".[714] Dessa maneira, Duarte informava que enquanto as coisas de Portugal estivessem desta forma que se fizesse tudo que estava escrito neste codicilo. Assinado e registrado no ano de 1655 quando Duarte tinha 64 anos podemos chegar a pensar que Duarte já pensava no final de sua vida.

O primeiro testamento foi feito quando ele partiu para uma guerra contra os neerlandeses em Pernambuco, mas agora deveria escrever seu testamento por sentir que sua idade já estava bem avançada para a época, assim como a situação política na península ibérica. Frans Post, pintor neerlandês contemporâneo e natural da cidade de Harlem morreu aos 68 anos de idade, Maurício de Nassau aos 75 anos de idade, enquanto Duarte morreu com 67 anos.[715] Portanto, dentro dos padrões de mortalidade para época e para a Europa moderna. O que significa também, que Duarte não estava errado em pensar que estava próximo de morrer. Mas o que é muito interessante é o fato do testamento ser fechado, cerrado como se define no cartório de Madrid, que significava que o testamento de Duarte só poderia se tornar público após sua morte. Essa questão é interessante porque demonstra a preocupação de Duarte só deixar que suas vontades fossem conhecidas posteriormente, provavelmente para evitar até mesmo alguma briga familiar. Porém, alguns de seus criados assinaram o testamento junto com ele e o escrivão como testemunhas.

---

[714] CARDIM, Pedro. Prefácio. IN: MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal*. São Paulo: Alameda, 2004. p 11.

[715] Sobre Frans Post ver LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post (1612-1680): obra completa*. Apresentação de Fernando Xavier Ferreira. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 444 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85-89063-17-8; LAGO, Bia Corrêa do (Org.). *Frans Post e o Brasil holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand:* catálogo da exposição permanente. Apresentação de Ricardo Coimbra de Almeida Brennand; Tradução de Julio Bandeira, Beatriz Caldas; Introdução de Pedro Corrêa do Lago. 2. ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2010. 137 p., il., color. ISBN 978-85-89063-32-6. LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coêlho; GALVAO, Nara Neres Pires; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado.* São Paulo: Alameda: Instituto Ricardo Brennand, 2012. 341 p., il. ISBN 978-85-7939-148-4. p.67-73; MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil Holandês.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 289 p, il. (Perfis Brasileiros). ISBN 85-359-0792-0.

Após informar sobre para onde deveria ir seu corpo, de seu filho e de seu irmão, Duarte registra no quinto parágrafo, que embora em vida tenha mandado celebrar uma grande quantidade de missas era de seu desejo que logo após sua morte, com a maior brevidade possível fossem realizadas mil missas de ação de graças para sua alma, onde deveria ser pago 2 Reales de Vellon por cada uma delas.

No sexto parágrafo do testamento, que Duarte escreve de próprio punho em Madrid, ele demonstra a preocupação que ficará com sua imagem que ficaria na história, e portanto, pede para que seu livro de Memórias – O Memórias Diárias da Guerra do Brasil - fosse dado inteiro crédito. O testamento foi assinado um ano após a publicação de seu livro de memórias. É nesse parágrafo também, que Duarte nos revela que além de seu livro de Memórias escrito com sua própria letra, existe também um livro de quarto deixado em Lisboa, que também deveria ser tido como verdadeiro, assim como o seu primeiro testamento que ele fez em Lisboa antes de ir para a Guerra de Pernambuco. Ainda segundo Duarte, todos esses escritos estavam em Lisboa e pede para que seu livro de quarto com suas dívidas fossem acrescentadas ao seu último codicilo onde se tinham todas as suas dívidas em virtude da Guerra de Pernambuco. Infelizmente tanto esse livro de quarto quanto os originais do Memórias de Duarte com sua letra em próprio punho nunca foi revelado, mas ele revelaria melhor a situação de seu patrimônio e de suas finanças. É no final deste parágrafo, que Duarte revela que a Fazenda de Juros e Móveis que possuía em Lisboa deveriam ficar para pagar suas dívidas. Infelizmente o Marquês de Basto não fala de seu patrimônio de imóveis, terras e mobiliários especificamente, mas nos documentos que estão arrolados de uma das testemunhas, o de seu criado Manuel Careña, "*que bive em sus casas a santa barbara lho hiço prometio deçir la verdade*".[716] Portanto, tudo indica que Duarte possui mais de uma casa, ao menos uma casa em Lisboa outra em Madrid, além da indefinida jurisdição da capitania de Pernambuco. Sobre esse assunto existe uma unálise apurada da historiadora Virgína Almoedo, que analisou a jurisdição da capitania e do processo judicial da briga após a morte de Duarte de Albuquerque Coelho. Segundo sua análise, ao passar do tempo os monarcas foram diminuindo, "na prática, a jurisdição concedida inicialmente aos donatários das Capitanias Hereditárias do Brasil".[717] Após a morte de Duarte a capitania entrará em um processo de

[716] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto,* fls 591.

[717] Vê o capítulo 7, o Esbulho de Pernambuco em que a historiadora aborda o processo da capitania entreo o procurador da coroa e Manuel Álvares Pegas, que foi o advogado do Conde de Vimioso. ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de**.** *PALAVRA DE REI ...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese de Doutorado em História UFPE-CFCH. Recife, 2001.

disputa entre a coroa portuguesa com a filha de Duarte que recebeu sua herança e casou com Don Miguel de Portugal, que foi o 7º Conde de Vimioso. Esssa luta será travada na justiça que terminará indenizando posteriormente o genro de Duarte e sua filha, mas que D. João IV terminará por reaver a capitania conforme bem analisou esse processo a historiadora Virgínia Almoedo.

A cada parágrafo do testamento de Duarte percebemos quanto interessante são as últimas preocupações do Marquês de Basto. Em seu sexto parágrafo ele revela ter deixado em Lisboa alguns manuscritos como livro de memórias, testamento e livro de quarto, que deveriam ser tidos juntamente com seu último codicilo como verdadeiros. No sétimo parágrafo, Duarte revela que nunca recebeu de Don Diego de Castro, seu *señor* e Conde de Basto, assim como de "*mi hermano que Dios tendrá en el cielo*" o que eles o deviam, ou ainda em suas palavras, "*nunca hizieron quentas comigo de lo que me deve*".[718] Duarte menciona que tinha conhecimento de todas essas dívidas por escrito seu criado Francisco Cordovil, a quem Duarte chama de "*criado muy honrado*".[719] Duarte escreve inclusive nesse parágrafo, que nunca deveu a parente algum em vida e que não será depois de morto que ele terá. Diego de Castro era sogro de Duarte e teve participação direta na retomada da capitania da Bahia porque foi um dos organizadores da armada de Fradique de Toledo. Embora, o Conde de Pernambuco tenha revelado que nunca deveu nada, assim como nunca recebeu nada de Diogo de Castro encontramos um documentos que demonstra que Duarte pegou um empréstimo com Múcio Orilia, que era um sargente italiano do terço de Bagnuolo e mesmo que o Conde de Basto não tenha pago o que devia ele irá deixar como sua herdeira a filha Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro, que fortalece diretamente o patrimônio de Diego de Castro e demonstra que ele não possui tanto rancor assim. O testamento de Duarte revela que ele possuia cinco filhos ao todo, sendo 4 mulheres e 1 homem. As três filhas de Duarte estavam no convento conforme Duarte deixa revelado ao longo de seu testamento.[720] Interessante é que mesmo revelando que Diego de Casto (Conde de Basto) e Matias de Albuquerque não pagaram ele diz e finaliza o parágrafo pedindo misericórdia (perdão) a Deus por seus pecados.

---

[718] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

[719] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.* fls 591.

[720] http://brasilhis.usal.es/es/personaje/diogo-de-castro-ii-conde-de-basto, acessado para o perfil de Diego de Castro em 22 de Julho de 2018.

A seguir Duarte destina os juros que possuía em Portugal, precisamente cem mil reis de juro para que desse ao Convento da Santíssima Trinidad de Lisboa com a finalidade de cumprimento de suas escrituras que estavam em sua casa de Lisboa. No próximo parágrafo, Duarte pede para que depois de pagarem todas as suas dívidas que acabem de construir logo sua capela maior. Nota-se no testamento que Duarte possui uma relação religiosa com a Igreja da Santíssima Trinidad em Lisboa e a Igreja de Santa Bárbara dos Religiosos Descalços em Madrid, inclusive tudo indica que Duarte morava em Madrid muito próximo a esta última igreja.

Em termos de perfilhamento e de acesso aos seus recursos financeiros Duarte deixa como sua grande herdeira sua filha Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro já que outras suas outras três filhas tinham renunciado a herança. Eram elas Dona Ana, Dona Catalina, e Dona Filipa "*professas en el convento del Santissimo Sacramento de Lisboa*" e estavam com seus dotes pagos. Escreveu o Marquês de Basto:

> A la dicha Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro mi hija dexo todo el derecho y acsion para las merçedes que devo esperar de la grandesa de su Mg[d], por mis servicios para que pueda pedir y haver para si toda la satisfacion dellos.[721]

Possuímos poucas informações a respeito do casamento de Dona Maria Margarida, mas o casamento corrobora com a estratégia de manutenção do status de nobreza e aumento do patrimônio via os lanços matrimoniais. Após deixar a herança para a sua filha, esposa de Duarte de Albuquerque Coelho suplicou ao rei mais 10 anos da renta que ele gozava da mesada de seu filho, morto na guerra com dois mosquetaço para serem destinados ajudar a pagar suas dívidas. Duarte também suplica socorro financeiro para seus criados, nove ao todo, que segundo ele tinham acompanhado seus trabalhos durante muitos anos, obediência e amparo, e que agora, deveriam ser servidos de sua fazenda. Foram eles Francisco de Urbiola, Luis Machado, André Fernadez, Don Pedro de Çevallos, Joseph Çevallos, Manuel de Noroña, Custodia Oliveira, Manuel de Oliveira e Juan Lopez.

De acordo com Duarte os valores que deveriam ser destinados a cada um segundo suas vontades e suplicas eram de:

[721] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto*. fls 591.

Tabela 3 – Relação de Criados de Duarte de Albuquerque Coelho

Quant. de criados	Nomes dos criados	Valores a serem recebidos ao mês
1	Juan Francisco de Urbiola	300 reales ao mês;
2	Luis Machado	200 reales ao mês;
3	André Fernandez	150 reales ao mês;
4	Don Pedro de Çevallos	100 reales ao mês;
5	Joseph de Çevallos	100 reales ao mês;
6	Manuel de Noroña	100 reales ao mês;
7	Custodia de Oliveira	50 reales ao mês
8	Manuel de Careña	80 reales ao mês;
9	Juan Lopez	80 reales ao mês;

Após suplicar ajuda financeira para seus nove criados Duarte também suplicou a Sua Magestade que se fizesse mercê de dar o hábito de Santiago a Juan Francisco de Urbiola, que era seu secretário. Em alguns momentos do testamento Duarte, vez por outra, Duarte sente a necessidade de reforçar que caso ele venha morrer e estando as coisas de Portugal da mesma maneira que sua filha Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro entrasse de posse de seus bens, direitos e ações com todo poder necessário. Além de seus bens e direitos, Duarte informa que existe para sua filha Maria Margarida uma cruz e uma corrente de ouro que perteceram ao seu irmão Matias de Albuquerque, mais uma outra cruz de ouro que Duarte carregava consigo e que havia pertencido ao seu pai (Jorge de Albuquerque), portanto avô de Dona Maria Margarida. Duarte de Albuquerque Coelho informava que essa cruz de ouro havia sido deixado na época em que seu pai escreveu "*las cosas del naufragio*", e que, embora seu pai tenha padecido deixou impresso e registrado esse acontecimento.[722] Mesmo

[722] Aqui o Marquês de Basto se referia a publicação de seu pai já mencionada por nós ao longo de seu trabalho e já objeto de estudo do historiador norte-americano Francis Dutra. O texto que Duarte menciona é *Viagem Trágico Marítima que se achou Jorge de Albuquerque Coelho*, *Naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brazil para este Reyno no anno de 1565*. Coelho, Jorge de Albuquerque, 1539-1593. Durante muito tempo o texto foi erradamente atribuído Bento Teixeira, mas é do próprio Jorge de Albuquerque e faz parte do livro *Historia tragico-maritima*, tomo 2, de Bernardo Gomes de Brito, de onde foram extraídas as informações referentes à imprenta e data. Lisboa Occidental, Portugal: Na officina da Congregacao do Oratorio]. [1736]. Utilizamos o original digitalizado da Biblioteca Guita e José Midlin, disponível em *Naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brazil para este Reyno no anno de 1565*. Coelho, Jorge de Albuquerque, 1539-1593. Este livro é parte da obra Historia tragico-maritima, tomo 2, de Bernardo Gomes de Brito, de onde foram extraídas as informações referentes à imprenta e data. Lisboa Occidental, Portugal : Na officina da Congregacao do Oratorio]. [1736], https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4052, último acesso em 05/12/2019

vivendo o momento de separação das coroas tudo indica que os bens e os desejos do último testamento de Duarte em vida foram feitos pela coroa já não mais de Madrid, mas de Lisboa por Rei Alberto VI, que concedeu a Maria de Margarida de Castro e Albuquerque os Direitos reais e foros da vila de Basto através da carta de doação no mesmo ano de sua morte em 1658, assim como posteriormente as suas mercês em 1660.[723]

O 18º parágrafo do testamento Duarte de Albuquerque Coelho é o mais extenso, mas menos revelador em termos de relações familiares e patrimoniais, contudo é uma das partes mais interessantes do testamento, pois a partir dele podemos perceber quanto complexo era a situação financeira de um capitão donatário, e mais ainda, como complexa era a relação da gente de guerra entre si. Nessa parte do testamento, Duarte nos informa que um dos sargentos da guerra contra os neerlandeses, chamado Mucio de Orillia, que foi "*Sargento Mayor del tercio napolitano del Conde de Bañolo*" lhe emprestou no ano de 1633, no calor da guerra contra a WIC quatrocentos mil reis, sendo dez mil Reales de prata para serem enviados a Lisboa, mas como o sargento faleceu no Brasil na guerra de Pernambuco, e como Mucio Orillia havia nomeado Duarte como seu testamentário servindo na guerra de Pernambuco "*o qual he publico hacer falecido no Brasil*".[724] Portanto, Mucio Orilia morre no mesmo ano de 1633 em que Mucio empresta o dinheiro a Duarte.

O empréstimo de Mucio Orillia nos faz pensar como andavam as finanças de Duarte no período da guerra de Pernambuco contra a WIC, assim como nos faz refletir na confiança e credibilidade do sargento com Duarte. Parece que o donatário de Pernambuco conseguiu estabelecer relações de confiança e credibilidade com alguns de seus militares a ponto de obter inclusive recursos financeiros.

Além da informação encontrada no testamento de que Mucio Orillia[725] foi Sargento Mayor do terço napolitano do Conde de Bagnuolo e que emprestou dinheiro no ano de 1633 a

---

[723]ANTT, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria (D. Afonso VI, liv.2, f.334v-341v, código de referência PT/TT/RGM/A/002/0002/337663, Carta de Doação. Direitos reais e foros da vila de Basto e ANTT, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria (D. Afonso VI, liv.2, f.334v-341v.

[724] Ambos documentos, tanto no testamento de Duarte do Archivo Histórico de Archivo Histórico, quanto na solicitação de recursos de pedido do capitão Carlos Orilia, filho de Mucio dão como o ano de 1633 o seu falecimento. IN: Archivo Histórico Nacional de Madrid (AHNM), *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fol 155, fls. 143-143v. *Copia autenticada da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor mucio Orilia*, Carta escrita em Madrid no dia 8 de fevereiro de 1642 e assinada pelo secretário Antonio de Almeida; e Archivo Histórico de Protocolos (AHP), Madrid, Legajo (Tomo) 7847, fls 591. Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.

[725] O sobrenome de Mucio Orilia aparece na maioria das vezes escrito dessa maneira (Orilia), mas algumas vezes aparece documentação como Orillia, Oirla e Urila. A maiorida das vezes que tivemos acesso aparece como

Duarte de Albuquerque Coelho encontramos também um documento chamado "*Copia autentica da setença de justaficasão do sargento mayor mucio Orilia*" datado de 1641, portanto escrito 14 anos antes do testamento de Duarte em que seu filho mais velho e capitão chamado Carlos Orilia solicita e obtém resposta positiva da Junta do despacho ordinário de Portugal para que "*Dom Phelippe per graça de Ds Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa Señor de Guine e da Conquista navegação e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India*" dê remuneração e recursos em virtude do falecimento de seu pai que é "*publico hacer falecido no Brasil servindo sua Magestade"*.[726] O despacho referido dava poder para Carlos Orilia receber os recursos como herdeiro de seu pai Mucio Orilia por ser seu filho mais velho e herdeiro universal.[727] Diz o documento, que Mucio havia servido durante 33 anos em diferentes partes defendendo os interesses da coroa espanhola e que foi casado com Victoria do Reyno de Napoles e, além de Carlos, teve também outro filho chamado Diogo de Orilia, que era o irmão mais novo do capitão Carlos Orilia e também menor de idade chamado Diogo de Orilia. Mucio de Orilia pediu para ser enterrado na Capela São Francisco de Lisboa e informou que sua certidão estava com o Padre Frei Aleixo de Moura guardião do referido convento.[728] Mucio parece ter sido um militar destacado e que conheceu bem as guerras no Brasil, pois obteve "*65 escudos al mês por el cargo de sargento mayor del Tercio del marqués de Torrecuso"* e pertenceu a importantes armadas com militares destacados tendo oportunidade de aprender bastante como a convivência do Conde de Bagnuolo e na frota de D. Fadrique de Toledo quando recuperou a Bahia no ano de 1625.[729]

Orilia e por isso utilizaremos ao longo do trabalho a não ser quando tivermos citando a fonte original escrita de outra maneira.

[726] AHNM, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fols. 143-143v. *Copia autentica da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor Mucio Orilia*. Madrid, 29 de Novembro de 1641. Embora datado em 1641 o documento está com um selo de 1642.

[727] AHNM, Archivo Histórico Nacional de Madrid, Universidades y Colegios, Libro 1190, fols. 143-143v. *Copia autentica da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor Mucio Orilia*. Madrid, 29 de Novembro de 1641. Embora datado em 1641 o documento está com um selo de 1642.

[728] AHNM, Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fols. 143-143v. *Copia autentica da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor Mucio Orilia*. Madrid, 29 de Novembro de 1641. Embora datado em 1641 o documento está com um selo de 1642.

[729] In: http://brasilhis.usal.es/es/personaje/mucio-orilla, último acesso para esse link em 24 de julho de 2018. Nessa caso as fontes usadas pelo Banco de Dados Brasilhis sobre os escudos de Mucio Orilia e participação na armada de Don Fradique de Toledo foram retiradas da seguinte referência: MN, Museo Naval, MN. 13. 1625, "C*ompendio Historial de la Jornada del Brazil y Sucesos de Ella... Por Dn. Juan de Valencia y Guzman natural de Salamanca que fue sirviendo a su Magestad en ella de soldado particular, y se halló en todo lo que pasó.*"

Segundo Duarte de Albuquerque Coelho em seu testamento, Mucio Orilia ordenou que 400 mil reis se empregassem em renta para casar-se cada ano uma órfã e donzela italiana[730], mas caso não encontrasse que casasse uma órfã portuguesa. Ainda de acordo com Duarte, era seu desejo que ele e seus sucessores fossem administradores e patronos dessa obra pia e que pelas condições daquele ao ano de seu testamento, no ano de 1655 ele pediu para que Manuel de Miranda seu criado buscasse cumprir logo esta disposição. Acrescentava e registrava Duarte em seu testamento, que não sabendo se tinha feito tal obra pia, que era de seu desejo também que o "*Padre Comendador del Convento de Santa Barbara de Mercenários Descalços desta villa de Madrid*" ao tempo de seu falecimento ou a quem de ofício tivesse essa função em responsabilidade que servir de seus diamantes (sentinillo de diamantes) que estavam entre seus bens para que fizesse vender para obter os recursos para realizar essa obra pia de casar uma órfã italiana por ano ou na falta dela uma órfã portuguesa. Pedia o quarto donatário da capitania de Pernambuco em seu testamento que elas *"sean virtuosas y honradas*".[731] A escolha das órfãs cabia inicialmente ao Padre Comendador do Convento de Santa Bárbara, onde provavelmente foi velado o corpo de Don Duarte e onde ele residia próximo já que em certa parte escrita de um dos escrivães do codicilo ele informava que o Marques de Basto era morador vizinho ao tal convento. Outro documento de Madrid, datado de 29 de Novembro de 1641, confirma o débito contraído pelo Marquês de Basto a Mucio Orilia dizendo o seguinte:

> Em Pernambuco, em março de 1633 emprestou Mucio Orilia Sargento Maior do terço Napolitano a Duarte de Albuquerque Coelho mil crussados ~~com~~ de q se lhe ofereceo de interesses a seis e hu quarto por cento cada ano; morreo de ahi a poucos dias o sargento maior, fes testamento e deixou por testamenteiro ao próprio Duarte d' Albuquerque deixando encargado q dos mil crussados q lhe avia emprestado e do mais q se achase lhe pertencia se comprasse rrenda com que se casase cada ano huma donzela Italiana se se achase e quando não outra qualquer, e Duarte d' Albuquerque e seus sucessores fossem sempre os administradores e patrones desta obra pia, como melhor constara do testamento q tem em seu poder Manoel de Miranda o qual dara sobre este particular as demais noticias necessárias pelas q lhe tem dado sobre ele Duarte d' Albuquerque q pede com todo encarecimento o livremente escrúpulo q tem em quanto não se cumpre esta divida em mandado legado de sargento maior també pede q com todo o cuidado tresladem os ossos de seu pai e más de e de huã Irman da Capelo do Claustro de São Fran^{co} de Lisboa donde estão depositados ~~n~~a Trindade a isto de norte com todo dissimulo por

[730] No testamento Duarte Coelho fala apenas em órfã italiana, mas em um documento do Archivo Histórico Nacional quando fala que Duarte ficou como testamentário de Muccio Orilia ele fala em donzela italiana. AHNM, Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fls 143-143v. *Empréstimo de mil cruzados em março de 1633 em Pernambuco de Mucio Orilia Sargento Maior do terço Naplitano a Duarte de Albuquerque Coelho*. Carta datada de 29 de novembro de 1641 com selo de 1642.

[731] AHP, Tomo 7847, *Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho*, Marquês de Basto. fls 591.

> escusar demonstrações p e gastos públicos; a capela do claustro he a primeira a mão direita baxando da escada q vem da portaria e junto do testamento q Duarte de Albuquerque deixou feito e serrado em Lisboa, se achara huã certidão do Padre Frei Aleixo de Moura q foi guardião em São Franco e despois Provincial por onde consta a sepultura em q na dita capela estão depositados os defuntos asima Refiridos.[732]

Esse documento é interessante porque confirma grande parte do que Duarte escreveu em seu último testamento feito em Madrid: confirma a dívida que contraiu com Mucio Orilia, confirma a obra pia para ser casada todo ano uma órfã e donzela italiana e na sua falta uma portuguesa, confirma que ele deixou um outro testamento cerrado em Lisboa antes de viajar para a Guerra de Pernambuco em 1631 e confirma o seu desejo ou sua relação afetiva e religiosa com a paróquia São Francisco de Lisboa, local para onde deveria seguir o seu corpo e de seu filho. Pereira da Costa nos seus Anais Pernambucanos escreve que o corpo de Duarte foi enterrado na Igreja de Santa Bárbara de Madrid, contudo verificamos que seu desejo em vida escrito em testamento seu desejo final é de que ele seja transferido para a Igreja da Santíssima Trindade de Lisboa onde um documento do Archivo Nacional de Madrid confirma que esse translado foi realizado.[733]

Na parte do testamento que tratou dessa obra pia a pedido do sargento Mucio Orillia Duarte diz que deveria ser outorgada a carta do dote por escritura pública a favor da dotada na quantidade que se entregasse, e que, a escolha da órfã deveria ser feita pelo padre comendador, ou por uma de suas filhas, mas que caso já tivesse sido cumprida e pago a promessa dessa obra pia quando ela cessasse, embora fosse seu desejo que a obra continuasse ou que Duarte e sua família se tornassem patronos, que em último caso cessado a memória dessa obra pia do Sargento Mucio Orillia, que a renda então ficasse para sua filha herdeira Dona Maria Margarida, ou para uma de suas sucessoras, para que pudessem gozar a referida renda. É interessante perceber que Duarte demonstra que assim que pudessem cessar a memória dessa obra pia a renda destinada a ela deveria passar para sua filha herdeira, embora Duarte dissesse que gostaria de ser patrona da mesma. Não podemos colocar em cheque a fé e a honestidade de Duarte de Albuquerque Coelho, e embora ele tenha feito tal pedido para ser cumprido o pagamento do empréstimo do Sargento Mucio Orillia, podemos pensar que ele deveria ter pago essa dívida anteriormente já que contraiu esse empréstimo em Pernambuco

---

[732] Archivo Histórico Nacional de Madrid (AHNM), *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fls 143-143v. *Empréstimo de mil cruzados em março de 1633 em Pernambuco de Mucio Orilia Sargento Maior do terço Napolitano a Duarte de Albuquerque Coelho*. Carta datada de 29 de novembro de 1641 com selo de 1642.

[733] AHM, Archivo Histórico Nacional de Madrid, Universidades y Colegios, Libro 1190 – Fol. 143.

no ano de 1633 e seu testamento foi escrito em 1655, logo vinte e dois anos após pegar o dinheiro e ainda não tinha pago. O fato de Mucio de Orilia ter morrido no mesmo ano do empréstimo do dinheiro não significa que Duarte não deveria ter cumprido o pedido da obra pia, mas por outro lado, esse não pagamento pôde nos fazer supor que após o endividamento da guerra e a mudança para Madrid não foram financeiramente anos fáceis para o Marquês de Basto, embora ele tenha alcançado o Conselho de Portugal, adquirido mercês pelas mortes de seu filho na guerra na Cataluña e de seu irmão.

Mais de 100 anos após a morte de Duarte, precisamente no dia 27 de junho de 1776 encontramos uma carta de pago outorgada na villa de Madrid por Don Thomas Fernandes Argan de 500 Reis "*a favor de la memoria que fundo el Exmo. Señor Don Duarte de Albuquerque"*.[734] A obra pia que inicialmente se inicia com o pedido de Mucio de Orilia quando ele realiza o empréstimo mais tarde ficará

> como Patrono y Administrador de la Pia Memória, que fundo em outro convento para poner y colocar em Estado Doncellas Pobres huerfanas el Exmo. Señor Don Duarte de Albuquerque y Coello, Marqués del Basto y Conde de Pernambuco, usando del diñero que como tal Patrono insolidum tiene, y arreglandose á los autos de providencia expedidas por los Señores Visitadores pertençiente à esta obra pia: por no haver concurrido Pareinta alguna Italiana, ni Portuguesa, nombró para una Prevenda de Quinientos reales de Vellon à la otra Dona Maria Margaritta Cortès, con la calidad que luego tomare estado.[735]

Essa carta com mais de cem anos após a morte do Marquês de Basto é um documento que demonstra que a vontade que o Marquês de Basto tinha de se tornar patrono da obra pia de casar donzelas italianas terminou acontecendo, nesse caso específico o documento dizia que tinha morrido no dia 7 de junho de 1776 uma senhora chamada Dona Maria Margaritta de Castes, natural de Sugar, na França e que tinha contraído matrimônio com Don Thomas Fernandes. No documento o Padre Comendador do Convento de Santa Bárbara da ordem de Mercenários Descalços informou que não tinha encontrado órfãs italianas e portuguesas.

Duarte de Albuquerque Coelho sabia que a construção de sua memória também passaria pelas suas benfeitorias religiosas daí seu desejo em manter-se como patrono da obra

---

[734] Archivo Histórico de Protocolos de Madrid, (AHPM), Tomo 20731 fls 91. *Carta de pago outorgada por Don Thomas Fernandes Argan de 500 reis em favor de la Pia memoria que fundo el Exmo. Señor Don Duarte de Albuquerque, Documento datado de 2 de Junio de 1776*.

[735] Archivo Histórico de Protocolos de Madrid, (AHPM), Tomo 20731 fls 91. *Carta de pago outorgada por Don Thomas Fernandes Argan de 500 reis em favor de la Pia memoria que fundo el Exmo. Señor Don Duarte de Albuquerque, Documento datado de 2 de Junio de 1776*.

pia, bem como dos registros escritos que deveriam ficar da guerra de Pernambuco e por isso escreve o Memórias Diárias da Guerra do Brasil, bem como de seus desdobramentos carnais com a presença de seus cinco filhos, mas que o varão falece de dois mosquetaços, porém de suas quatro filhas, três delas ficarão como religiosas em convento e sua grande herdeira Dona Maria Margarida de Castro contrai um importante matrimônio com Don Diego de Castro que chega a ser governador de Portugal e que tinha influência direta para ajuda na guerra de Pernambuco. Os dados de patrono da obra pia das donzelas órfãs, de conseguir publicar o seu livro de memórias da guerra de Pernambuco e de suas filhas estarem em locais respeitados publicamente com bom matrimônio e servindo a deus nos fazem pensar que Duarte obteve um certo prestígio em vida e por isso conquistou vários pleitos junta a corte.

A parte final do testamento de Don Duarte de Albuquerque Coelho é destinada em três pequenos parágrafos para reforçar como testamentários de seu codicilo o Padre Comendador de Santa Bárbara de Madrid e sua filha, que na época era o Padre Provincial Fray Bernardo de Jhesus Maria e sua filha Dona Maria Margarida de Albuquerque y Castro, para pedir que fosse cumprido tanto esse testamento feito em Madrid como seu primeiro testamento feito em Lisboa em 1631 quando Duarte partiu para Pernambuco para combater a Companhia das Índias Ocidentais e para dizer que deixava 20 Reales para repartir seus bens, ou seja, finaliza seu testamento informando seus testamentários, dizendo que tanto o atual quanto o antigo testamento deveriam ser cumpridos e informando que possuía 20 Reales.

Como falado anteriormente, Duarte escreve com sua própria letra o testamento e assina no dia 11 de fevereiro de 1655, mas só no dia 19 de fevereiro é registrado e assinado pelo secretário Francisco de Moscoso. É muito provável que Duarte já sentisse os sinais da idade de um homem com 64 anos de idade e por isso resolveu fazer seu testamento colocando sua filha Dona Maria Margarida Albuquerque de Castro como herdeira, passando o hábito de Santiago a Juan Francisco de Urbiola e dizendo com quanto cada criado deveria receber ao mês. Supondo que ele tenha feito o testamento já percebendo os sinais de sua morte ou não, o fato é que Duarte falece três anos e sete meses logo após seu testamento. Conforme informações do *depósito del cuerpo* do Marquês de Basto, assinado por Francisco Sanches de Moscoso, escrivão do Rei, constatamos que parte de suas vontades de translado do corpo para a Igreja da Santíssima Trinidade de Lisboa foi feito conforme desejo do Conde de Pernambuco expresso em seu testamento. Escreveu o escrivão do rei dando inteira verdade o seguinte:

> En la Villa de Madrid a veinte y cinco dias del mes de septiembre de mil y seiscinetos y cinquenta y ocho años estando en la iglesia y monesterio de Santa barbara Religiosos descalços de nuestra Señora de la merced desta otra villa entre ocho y nuebe de la noche poco mas o menos en presencia de mi el presente ss^{no}. y testigos y uso escritos el padre Probizial de la otra horden fray Alonso de la Conceçion y el padre fray Dionisio de San Jacinto comendador del otro convento Dixeron que el Señor Duarte de albuquerque cuello marques de basto conde de fernanduco presidente del consejo y gunta de portugal fallezio y paso de esta presente bida y por clausula de su testamento deba zo de cuya dispusision murió mando fuese su cuerpo depositado en la otra iglesia y monesterio y de allí se trasladase a la capilla de la santissima trisnidad de la Ciudad de Lisboa que es la mayor y es suya y de sus azendientes y deçendientes sita en la otra Ciudad y Reino de portugal portanto en badia y forma que mejor a lugar de derecho el otro padre Probinzial fray Alonso de la Conçecion dixo que pidia y pidió por testimonio como depositaba el cuerpo de otro sehor duarte de albuquerque cuello en la otra yglesua en la bóveda della en un atau Çerado con llaves con animo de le mudar y transferir a lugar donde era la voluntad del otro señor marques e yo el otro escrivano juntamente con los testigos deste abto bi difunto naturalmente al otro señor marques e yo el otro señor Duarte de albuquerque Cuello a quien doy fe conozco por aber le visto ablado y comunicado en su vida y ser el mismo y para el otro efeto se abrió el otro atauta donde estaba y se volvió açerar con llave quedando en el.[736]

Duarte de Albuquerque Coelho falece entre as oito e nove horas da manhã no dia 25 de setembro de 1658 aos 67 anos de idade. O documento é interessante porque além de ter sido escrito por um dos escrivães para informativo ao Rei que "*fallezio y passo da presente bida*" de um de seus súditos, ele também revela que Duarte não apenas integrou o Conselho de Portugal, assim como presidiu. A seguir no final da carta escreverá Francisco Moscoso, que tiveram como testemunhas do envio do corpo de Don Duarte, Luís Machado, que era porteiro do Conselho de Portugal, Francisco de Urbiola e Joseph Çevallos, que eram seus criados. O escrivão também comunicou que o Fray Alonso de la Conçecion tinha ficado com uma chave do testamento fechado e que outro padre Fray Dionisio de San Jacinto tinha ficado como comendador do corpo até a sua mudança. Duarte não teve uma morte trágica como muitos capitães de guerra, ou para lembrar como seu filho Jerônimo na Catalunha com dois mosquetaço e conseguiu de uma certa maneira obter um diálogo e circulação com a corte, ocupando cargos importantes como da presidência do Conselho de Portugal, obtendo mercês de seu irmão e de seu filho e recebendo o hábito de Santiago. Segundo informações de Francisco Leitão, escrivão da coroa, o corpo de Duarte deveria ficar em definitivo na capela

[736] AHN, Archivo Histórico Nacional, *Universidades y Colegios, Libro 1190, fol 146-147v. Deposito del cuerpo del senhor Don Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basto conde de Pernambuco*. Agradeço ao historiador Fernando Bouza Álvares que gentilmente me passou as referências desse documento que não existe no portal de digitalização dos arquivos espanhóis (PARES), assim como era desconhecido pelos archiveros do Archivo Nacional, bem como de grande parte dos historiadores brasileiros do período.

do Claustro de São Francisco de Lisboa que ficava a capela na *"primeira mão direita baxando da escada que vem da portaria*".[737] A informação, de que o corpo de Duarte deveria seguir posteriormente da Igreja de Santa Bárbara em Madrid para a Igreja São Francisco de Lisboa em Portugal coincide com o testamento como mostramos anteriormente é assinada pelo escrivão Francisco Sanches de Moscoso.

Embora, Duarte de Albuquerque Coelho tenha sido donatário de uma das capitanias hereditárias que mais protagonismo teve não se tem trabalhos sobre sua trajetória. Porém, seu livro de memórias ou sua crônica de guerra já foi assunto debatido em artigo e livros de renomados historiadores como Francis Dutra, Pereira da Costa, José Antônio Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral de Mello e Fernando Bouza Álvares.[738] Na historiografia brasileira do século XIX, o conde de Pernambuco é exaltado como personagem nobre, militar destacado e que deixou um dos mais importantes registros da história de Pernambuco. Assim como Pereira da Costa, Capistrano de Abreu preso a historiografia nacionalista de seu tempo irá considerar Duarte como "admirável" historiador da guerra de Pernambuco.[739]

Diante do testamento de Duarte de Albuquerque Coelho podemos constatar o final de uma vida sem grandes posses e patrimônio como por vezes é colocado na historiografia quando trata da família dos Albuquerque Coelhosde que tiveram fortuna.[740] Nesse caso, parece que o dito popular pai rico, filho nobre e neto pobre serve em parte para fazer analogia um pouco para tratar da decadência dos Albuquerque Coelho. Segundo Francis Dutra, Duarte Pereira foi um dos homens mais ricos do Brasil Colonial tendo em vista a produção açucareira

---

[737] Archivo Histórico Nacional de Madrid, (AHNM), *Universidades y colegios, Libro 1190, fol 143-143v. Deposito del cuerpo del senhor Don Duarte de Albuquerque Cuello.* Carta escrita em Madrid e datada em 29 de Novembro de 1641 embora com selo de 1642.

[738] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos 1591-1634*. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Fundarpe. Volume 2. 1983. p 20. MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. *Estudos Pernambucanos*. Críticas e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco. Recife: Universidade do Recife, Imprensa Universitária. 1960.

[739] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil.* Introdução feita por José Antônio Gonsalves de Mello que ele chama *Uma crônica da guerra pernambucana em nova edição*. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. José Antônio diz ainda que "Algumas dessas relações conservam-se ainda, manuscritas e inéditas, em arquivos da Espanha e de Portugal, parecendo que Matias de Albuquerque teria mantido a redação dessas relações, mesmo sabendo que o irmão também o fazia. Bem merecem ser divulgadas. fls 14.

[740] Tanto Francis Dutra quanto Mafalda Soares da Cunha colocam os Albuquerques como detentores de grande fortuna, da capitania mais produtiva e de uma sucessão financeira de êxito, embora ambos não tenham se aprofundado no Marques de Basto (Duarte de Albuquerque Coelho), ou seja, no quarto donatário, mas sim em seus antecessores como foi o caso de Francis Dutra que influencia parte de uma historiografia nesse assunto do patrimônio do Albuquerque Coelho e que baseia o artigo de Mafalda Soares da Cunha.

de seu período. Sabemos que a capitania de Pernambuco foi uma das que mais tiveram produção de açúcar da época, contudo essa produção será afetada ao longo da história de Pernambuco e da família dos Albuquerque Coelho. A produção da capitania de Pernambuco desde o primeiro donatário Duarte Pereira até seus sucessores Duarte Coelho de Albuquerque, de Jorge de Albuquerque Coelho até chegar a Duarte de Albuquerque Coelho se passaram mais de cem anos.

Considerações Finais

Esta pesquisa procurou investigar no campo das práticas e dos discursos a relação da Capitania de Pernambuco com a Monarquia Hispânica, assim como buscou analisar as ações e estratégias utilizadas na trajetória dos Albuquerques Coelho para continuar mantendo seus privilégios e regalias durante o reinado dos filipes. Buscamos analisar os posicionamentos político dos capitães donatários de Pernambuco, tanto no início da formação da união das coroas, quanto em sua ruptura.

No primeiro capítulo, a pesquisa nos levou a apresentar a relevância da capitania diante da formação de um novo império, mostrar Pernambuco como feixe do Mundo Atlântico, como espaço de conexão, desdobramentos e de trocas. O pouco que acrescentamos nessa história corrobora com os novos trabalhos que tratam do Brasil no período da Monarquia dos Reis Católicos, que revelam no Atlântico um mundo temido, bastante descrito, mas ainda muito por ser conhecido. O Atlântico foi um oceano aberto a novas possibilidades, que como disse o Conde de Pernambuco, fazia parte da roda do mundo em que todos rodavam.

No começo da união das coroas não podemos constatar que houve um projeto político dos Habsburgos direcionado a Capitania de Pernambuco, contudo sua posição na América terminou servindo como conexão não apenas para a prata espanhola, mas também para os negócios do Mundo Atlântico e crucial para a defesa do Estado do Brasil. A perspectiva de nosso trabalho nos ajudou a pensar Pernambuco como um espaço de trocas atlânticas.

Cabe dizer, que nossa investigação tratou de uma pequena realidade do Estado do Brasil, sobretudo porque primeiramente tratamos da relação de uma elite, ligada aos padrões de fidalguia, pessoas letradas, com tradição militar, *status* familiar e que praticavam o mecenato do catolicismo. Os Albuquerques Coelho se encaixaram no *ethos* nobiliário de Portugal e Espanha para cumprir os critérios de nobreza, que eram ter serviços militares prestados a coroa, linhagem familiar e boas práticas do catolicismo. Em segundo lugar, porque trabalhamos com a documentação oficial da coroa e ela se apresenta na maioria das vezes com caráter mais político, que por um lado nos trouxe surpresas e nos aproximou das discussões em torno da jurisdição e da administração, que são temas caros ao período. É preciso ter humildade para dizer, que provavelmente metade das coisas que ocorriam no Brasil não estão retratados na documentação oficial ou nem chegavam aos ouvidos do rei,

embora nos impressionamos cada vez mais com o império de papel dos filipes. Não apenas o volume documental, mas a quantidade de informações e de histórias continuam a impressionar historiadores do mundo.

Desta forma, os conselheiros e ministros da corte eram pessoas fundamentais para sugerir e indicar ações que transformasse a política da coroa. Muitos se aproveitavam dessa situação. Duarte sabia disso e buscou cada vez mais se aproximar da corte para obter benefícios para sua capitania. Embora, tenha morrido antes que o embrólio jurídico ocorresse com a coroa portuguesa e o Conde de Viomioso. Ao longo da tese procuramos nos perguntar se houve negligência na política dos Habsburgos com o Estado do Brasil, com Pernambuco e com os Albuquerques Coelho? Essa não é uma resposta simples e que pode ser mensurada por uma situação específica, uma soliticação de armas e munições, nem uma concessão de mercês. Mas o conjunto do *corpus* documental que trabalhamos demostrou que essa é uma assertiva ilusória e simplista da complexidade que foi a Monarquia Hispânica. Dominguez Ortiz, já em 1971 colocava que era injusta a suposição portuguesa de que a Espanha pouco fez para restaurar Pernambuco.[741] Em nossa análise concluímos nessa mesma direção.

Duarte em sua carta nos contou que era pernicioso atravessar golfos! Filipe, o Grande, questionou ao Conde da Torre porque as coisas do mar eram tão incertas? A única certeza que havia no Atlântico era um mundo de possibilidades e de dificuldades, mas também e oportunidades. Mas não é assim também na roda viva da vida? Não é assim na história e na historiografia? Michel Foucault chegou a escrever em um de seus livros que suas únicas certezas eram suas incertezas! Qual a certeza que o Império Espanhol tinha na sua relação com Pernambuco? E o que Pernambuco e seus donatários poderiam esperar nesse contexto de uma nova formação política na península ibérica? Não podemos dizer que a Monarquia tinha um projeto específico para Pernambuco, mas como vimos ao longo do nosso trabalho ela era uma capitania estrategicamente fundamental seja para o comércio da prata espanhola, seja para o comércio atlântico de escravos ou seja para suas relações políticas com os fidalgos de Portugal. O Império Espanhol passou a ter em seus projetos a relação com os Albuquerques Coelho e sua rede familiar.

No segundo capítulo, mostramos como a menoridade e a participação de Matias como governador esteve envolvida na relação com o Conselho de Portugal e da relação da família dos donatários no contexto da Monarquia. Nessa parte pudemos demonstrar que a morte de

[741] DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *The golden age of Spain: 1516-1659.* Tradução de James Casey. New York: Basic, 1971. p 101.

Jorge de Albuquerque e do vice-rei da Índias colocou inúmeros desafios na trajetória da família, que terminou repercutindo na jurisdição e administração da capitania. Nosso trabalho não conseguiu avançar na participação de Matias de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho frente aos holandeses, mas pudemos verificar alguns de seus desafios durante 1620 à 1658. Ao que tudo indica, embora a guerra hispano-holandesa transpassada ao Estado do Brasil tenha tirada a capitania das mãos de Duarte por um lado, mas terminou o aproximou da corte e de Filipe IV. Se no início da Monarquia Hispânica não existia um projeto específico para Pernambuco essa realidade muda com a presença da Companhia das Índias Ocidentais. Com os holandeses, por uma questão de sobrevivência Pernambuco passa a fazer parte dos projetos políticos e militares para a América, que também significava preservar as relações políticas com Portugal que andavam muito fragilizadas.

Os capitães donatários não tiveram vida fácil. Os desentendimentos dos irmãos com figuras como Diogo Suares e o Conde-Duque de Olivares é algo que ainda pode ser mais aprofundado pela historiografia. Essa briga coloca Matias e Duarte no cenário de figuras importantes no reinado de Filipe IV. Mas a vida para os militares que tinham cargos importantes na monarquia também não era uma tarefa simples. Se ganhava a guerra tornava-se um herói, mas se perdia tornava-se incompetente. Don Fradique de Toledo, por exemplo, que chegou a ser muito reconhecido por seus serviços prestados, sendo motivo inclusive da arte como demonstração de grandesa pela vitória na Bahia chegou a ser punido por Filipe IV por se recusar a comandar uma esquadra sem condições de viagem.[742] Guardada as devidas comparações e o apoio de Matias na restauração portuguesa podemos pensar um pouco esse reconhecimento de Matias que depois passou a ser odiado. Matias de Albuquerque ajudou na conquista do Estado do Maranhão, foi fundamental no socorro da Bahia contra os holandeses em 1624, porém depois perdeu na Guerra de Pernambuco. Matias além de ser julgado como militar, depois terminou sendo julgado como traidor e infiel. No contexto da guerra contra os holandeses Calabar é colocado como esse exemplo de infidelidade que contribuiu para a derrota, mas o caso de Matias é mais grave ainda por ser comandante, irmão do donatário e depois se rebelar na restauração contra a Espanha a favor de Portugal. Mesmo assim, conforme demonstramos nos capítulos terceiro e quarto Duarte conseguiu publicar seu livro com elogios ao seu irmão, inclusive colocando de maneira sutil em alguns momentos as divergências na estratégia de guerra de seu irmão com o Conde de Bagnuolo. Depois, ainda

[742] DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *The golden age of Spain: 1516-1659.* Tradução de James Casey. New York: Basic, 1971. p 119.

assumiu um cargo importante na corte e ao que tudo indica pela leitura que tivemos de seu testamento era vizinho do rei e convivia com os homens de corte de Filipe IV quando assumiu o lugar do Duque de Abrantes na Junta de Portugal, que orientava o Conselho de Estado.

No segundo e no terceiro capítulo conseguimos problematizar um pouco a visão que Filipe IV e sua corte tinham dos Albuquerques Coelho. No primeiro momento a avaliação da perda da capitania que deixou Matias e Duarte em situação muito delicada e no segundo momento com a publicação do livro. Vimos nesses capítulos como Matias de Albuquerque brigou como se diz popularmente com deus e o mundo, nesse caso eram os Albuquerques Coelho contra os Olivares e Diogo Soares. Ao que tudo indica não foi apenas Matias que tinha fama de polêmico e arrumador de brigas. Domingos Ortiz, um historiador tão clássico como Elliot para o tema em questão colocou o valido de Filipe IV como um Conde-Duque que suscitava guerras podendo evitá-las e mais interessado na política externa que interna.[743] As brigas e disputas políticas faziam parte da corte que Duarte buscou integrar.

Podemos concluir nossa tese dizendo que a vida dura Duarte nos trouxe alguns ensinamentos. O primeiro deles é que na guerra a verdade era a primeira a morrer. O Atlântico contribuía para que as informações fossem manipuladas, assim como os interesses políticos e comerciais. Havia muita coisa envolvida em todas essas disputas. A distância entre Pernambuco e Madrid dificulta a corte enxergar a real situação dos acontecimentos ocorridos no Estado do Brasil. As complexas relações de poder contribuíam para essa situação, embora como vimos, muitos dos problemas levados as juntas e conselhos ajudavam a vê que existiam problemas, sejam eles administrativos, econômicos ou políticos. Vimos que um deles era a presença constante dos governadores gerais em Pernambuco e os desvios de recursos e as venalidades, que eram um dos maiores medos dos reis. Matias de Albuquerque sabia disso e sempre colocava que suas atitudes deveriam ser apoiadas pelo reino caso que não perdessem o controle. Nessa situação a coroa aproveitou para usar Matias e acabar com o problema dos governadores gerais ficarem se debandando para Pernambuco em detrimento da Bahia.

Mas se a impressão que fica é que na guerra a verdade era a primeira a morrer Duarte também nos deixou a lição das incertezas da guerra, na travessia do oceano e da violência dos conflitos. Mesmo que o livro de Duarte seja escrito como uma relação sucessiva de acontecimento, livro de uma escrita seca, mas mesmo assim o Conde de Pernambuco refletiu sobre as situações da guerra de Pernambuco em que viveu. Em uma de suas análises ele fala

[743] DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *Politica y hacienda de Felipe IV*. Madrid: Editorial de Derecho Financiero, 1960. p 39, 110.

das incertezas da guerra dizendo que elas eram "tão inconstantes e vários são os acidentes no coração humano!"[744] Aqui Duarte não fala dos mosquetaços que atigiram vários soldados fazendo com que eles perdessem pernas, braços e vida como muitas vezes aparece em sue livro, mas da forma como a guerra machucava também aqueles que a ela sobreviviam. Nesse caso Duarte demonstra sensibilidade ao apresentar que a incertezas atingiam a parte psicológica da gente de guerra. A incerteza da guerra contribuía para ocultação dos fatos ocorridos e sabemos quanto a escrita da história das guerras na maioria das vezes é baseada nas informações dos vencedores. Sabemos que Duarte queria escrever seu livro para que essa história tivesse sua versão dos fatos. O Marques de Basto lutou por isso e conseguiu mesmo em um momento de censura em que passava a Espanha, pois a censura foi uma tônica na Espanha do século XVII como vimos no terceiro capítulo.

Ao longo do trabalho uma preocupação foi norteadora, que foi pensar como a história de uma família esteve relacionada com a jurisdição, a política e a guerra. As relações matrimonias dos Albuquerques Coelho foram uma das saídas para praticar a chamada mobilidade social. Por outro lado, viver ou morrer em guerras foi uma presença cotidiana na vida dos capitães donatários de Pernambuco e de sua família. O Marques de Basto perdeu seu tio Duarte Coelho de Albuquerque (2º donatário) e depois seu pai Jorge de Albuquerque (3º donatário), que morreram em virtude da batalha de Alcácer Quibir, depois seu irmão Matias de Albuquerque e seu filho Jorge de Albuquerque. Dos quatro donatários da família dois morreram em guerras.

A chegada dos holandeses a capitania trouxe novos desafios aos Albuquerques Coelho. Talvez tenha sido a derrota para os holandeses que fez com que Duarte de Albuquerque Coelho buscasse se tornar um cortesão. Não tinha mais as rendas da capitania e precisava conseguir obtendo novas fontes financeiras. A chegada dos holandeses também trouxe Duarte de Albuquerque Coelho para a realidade que ocorria em suas terras para defender seu patrimônio. Mas se tornar um homem de corte não era algo fácil e simples de se conquistar, porém Duarte conseguiu chegar a ser um importante homem de corte como tentamos demonstrar no último capítulo.

Esperamos que esse trabalho tenha ajudado a pontuar e deixar mais claro a cronologia dos Albuquerques Coelho, a distinção entre os Duartes parece até confudir historiadores espertos na área com pequenos erros. Na edição de Frei Vicente do Salvador por exemplo,

[744] COELHO, 1981. Op. Cit. p 192.

quando ele trata no capítulo *Das guerras que houve em Pernmabuco* o livro da edição de 1965 erra no início do capítulo trocando o nome de Duarte Coelho de Albuquerque por Duarte de Albuquerque Coelho,[745] ou seja troca o segundo donatário pelo quarto. Essa dificuldade não cabe apenas aos leigos e curiosos, mas aos especialistas, espertos e historiadores.

No final da vida, o Marques de Basto sofreu diversas perdas familiares, brigou contra membros próximo ao rei, mas mesmo assim publicou o livro em um momento, que como já dissemos era de censura do reinado de Filipe IV para conter qualquer informação escrita que maculasse a imagem da coroa. Por fim cabe dizer também, que Duarte mesmo com a perda da capitania e da restauração portuguesa manteve-se buscando ser uma peça chave nos assuntos de Portugal e obter reconhecimento de Madrid para quem sabe um dia conseguir reaver sua capitania. A história da Capitania de Pernambuco durante os 60 anos da Monarquia Hispânica ainda tem muito a se descobrir. Joaquim Veríssimo Serrão chegou a escrever que "o período filipino é fundamental para o assentamento das raízes portuguesas do Brasil".[746] Deste historiador para a historiografia atual muita coisa se avançou, mesmo que as raízes e as origens já não sejam mais o que movam os novos trabalhos, mas o intercâmbio dessas trocas de experiências. Somado a isso, podemos verificar que muitos personagens ainda precisam ganhar voz e aparecer. A pesquisa terminou enveredando mais para a história dos Albuquerques Coelho do que a própria história da capitania, mesmo que tenhamos utilizado a família para estabelecer essa conexão. Sabíamos que ao tratar de um período tão longo e tão caro da história nos relacionariamos com historiadores competentes e conceituados, assim como uma historiografia consagrada. O desafio foi enorme! Esperamos que o amigo leitor possa ter desfrutado desta história e que nosso trabalho possa motivar outras investigações, assim como estabelecer novos diálogos e servir para pensar o atual estado que encontramos em Pernambuco, que já não é mais uma Capitania Hereditária, mas que ainda tem muito a aprender com sua herança política, social e cultural.

[745] SALVADOR, 1965. Op. cit.

[746] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa: doutrina e Crítica*. Lisboa: Editorial Verbo, 1974. p 334.

Arquivos e Fontes

AGS – Archivo General de Simancas;

AGS, Contaduría de Mercedes, Legajo 876, fl 40. Consta no documento que Duarte foi pago em Vellon. E que parte do pagamento deveria ser realizado em forma parcelada a partir de 1647.

AGS, EMR (Escribania Mayor de Rentas), QUI (Quitacion Consejo de Portugal), 33, 1120-1123.

AGS, Estado, Legajo 3851, *Buelve a las Rs manos de V. Mgd. una consulta sobre el memorial que dio el Conde de Pernambuco en lo tocante a la Historia del Brasil*. Madrid, 4 de junio de 1646. Fls 14.

AGS, Estado, Legajo 3851, Fls 14. Madrid, 4 de Junho de 1646. Ofício do Conselho de Estado.

AGS, Estado, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. Fls 15. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.*

AGS, Estado, Legajo 3851, Fls 16. Madrid, 12 de setembro de 1645. *Sobre el memorial que há dado el Conde de Pernambuco, en lo tocante a la Historia del Brasil que há compuesto.* Fls 15 e 16.

AGS, Guerra y Marina, Legajo 1325, *Junta de Pernambuco aprova a ida de uma pessoa pratica com novo soldo para a guerra de Pernambuco.* Oficio de 24 de julho de 1631.

AGS, Guerra y Marina, Legajo 1071, Carta de Pernambuco do Conde de Bagnuolo, datada de 29 de janeiro de 1632.

AGS, Secretarías Provinciales 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

AGS, Secretarías Provinciales 1465, Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608. Fls 175 à 176v. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608.

AGS, Secretarías Provinciales 1465, *Sobre Joachin de Villas Boas.* Madrid, 8 de mayo de 1608, fls 173.

AGS, Secretarías Provinciales 1468, *Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil, e de outras pessoas que tem promessas de comendas*. Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade el año 1626. Fls 124 a 129.

AGS, Secretarías Provinciales 1468, *Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil,* fsl 124 a 129. Libro de Consultas respondidas por Su Majestade el año de 1626.

AGS, Secretarías Provinciales 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove*. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620.

AGS, Secretarías Provinciales 1473, *Mathias de Albuquerque Capptam e Governador da Capitania de Pernambuco do Estado do Brasil em carta sua de 25 de setembro deste anno diz que lhe pareceo avisar a V. Mgd. de Algumas coisas q achou naquela capitania favorecidas do costume sem ley nem ordem de V. Mgd. que as aprove. Documento escrito em Lisboa, 15 de dezembro de 1620*. fls 521 a 522v.

AGS, Secretarías Provinciales 1510, Escrita em Madrid, datada de 3 de julho de 1614. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

AGS, Secretarías Provinciales 1510, Escrita em Madrid, datada de 4 de junho de 1614. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

AGS, Secretarías Provinciales 1510, *Para os governadores de Portugal*. Escrita em Madrid no dia 6 de junho de 1626. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

AGS, Secretarías Provinciales 1510, *Para os governadores de Portugal*. Escrita em San Lorenço a 16 de Julho de 1614. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

AGS, Secretarías Provinciales 1510, *Sobre os donatários da coroa e as minas do Brasil*. fls 48. O título do documento faz parecer ser um documento importante, mas apenas dá ciência e aceite da coroa da renúncia de Ambrósio Abreu, fala em reconhecer, outra sobre a confirmação das mercês que foram feitas em outro documento para alguns donatário que o documento não explicita e fala do interesse da mina da pescaria de busio que se encontrou no Brasil.

AGS, Secretarías Provinciales 1510, *Sobre os Reales serceados que há Brasil de que avisou o governador do Brasil.* fls 4**.** Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1614.

AGS, Secretarías Provinciales 1511, *Para o Bispo Vise Rey de Portugal*, fls 23. Documento datado de 19 de março 1614.

AGS, Secretarías Provinciales 1511, *Para o governador do Porto em 18 de junho de 614. Sobre os corsários da mamora,* Registro de cartas sobre negocios de Estado de 1614 y 1615. Fls 81.

AGS, Secretarías Provinciales 1511, *Para o governador do Porto*, fls 81.

AGS, Secretarías Provinciales 1516, *Sobre cousas tocantes ao Maranhão, e Rio Para*. Escrita em Madrid, 1 de fevereiro de 1608.

AGS, Secretarías Provinciales 1517, *Consulta de Dona Guimar de Castro viúva de Dom Manuel Coutinho*. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1620. Fls 33.

AGS, Secretarías Provinciales 1517, *Duarte dalbuquerque Coelho*. Libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1620. Carta escrita em São Lourenço Escorial, datada de 26 de agosto de 620.

AGS, Secretarías Provinciales 1520, *Para os governadores de Portugal*. Fls 53v. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

AGS, Secretarías Provinciales 1520, *Para os governadores de Portugal*. fls 81v.

AGS, Secretarías Provinciales 1520, *Para os governadores de Portugal. Notícias de minas de salitre no Brasil.* fls 98.

AGS, Secretarías Provinciales 1520, *Para os governadores de Portugal. Sobre o contrato do pau brasil assente com Fernão Lopes*. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Madrid a 11 de setembro de 1626. fls 110.

AGS, Secretarías Provinciales 1520, *Para os governadores de Portugal. Sobre pau Brasil na casa da Índia para que se venda*. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Madrid 8 de outubro de 1626. Fls 117v.

AGS, Secretarías Provinciales 1520, *Para os governadores de Portugal. Sobre se reunir uma Junta para estudar o problema da fortificação de Luanda e se informar das decisões tomadas nesta matéria*. Madrid 6 de junho de 1626. Fls 80v. AGS, SP 1478, *Sobre la fortificacion d' Angola.* Madrid a 21 de julio de 1635. Fls 81 e 85.

AGS, Secretarías Provinciales 1520. *Para os governadores de Portugal. Remeter a quantidade de pau Brasil que tem na casa da índia para a fazenda do rei*.. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Escrita em Madrid a 27 de agosto de 1626. Fls 99.

AGS, Secretarías Provinciales 1520. *Para os governadores de Portugal. Sobre a arrematação de pau-brasil*. Escrita em Madrid a 10 de agosto de 1626. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

AGS, Secretarías Provinciales 1520. *Para os governadores de Portugal. Sobre o contrato do pau brasil para Miguel Soares dos negócios em Roma.* Escrita em Madrid em 11 de setembro de 1626. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626. Fls 108v.

AGS, Secretarías Provinciales 1524, Para Dom Álvaro Coutinho servir com a gente que tem feito e a que se fez em Lamego. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil. Lisboa 16 de janeiro de 1631.

AGS, Secretarías Provinciales 1524, *Para Dom Álvaro Coutinho. Para se apresentar, com maior brevidade, em Lisboa com a gente que tiver recrutado*. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil. Fls 15v-16.

AGS, Secretarías Provinciales 1524, *Para o executor da Câmara de Pinhel dar o dinheiro das tenças do ano de Pinhel o quanto for necessário para vir Dom Álvaro Coutinho com a gente que tiver feito*. Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil. *Lisboa 16 de janeiro de 1631*

AGS, Secretarías Provinciales 1524, *Para o provedor da Comarca de Lamego dar do dinheiro das tenças do ano de Pinhel o quanto for necessário para vir Dom Álvaro Coutinho com a gente que tiver feito. Lisboa 16 de janeiro de 1631.* Livro em que se lanção as cartas que o Senhor Dom Diogo de Castro escreve a várias pessoas e despachos que dá sobre o socorro ao Brasil.

AGS, Secretarías Provinciales lib 1465, fls 175 à 176v. Carta escrita em Madrid, datada no dia 11 de maio de 1608.

AGS, Secretarías Provinciales, 1471, fls 15 v- 17, documento intitulado *Sobre huma carta do Conde de Castelo Novo acerca de humas declarações que pede para milhor poder obrar no apresto da Armada e Junta da fazenda, que remete aos documentos.*

AGS, Secretarías Provinciales, legajo 1325, fls 98. *Cartas de Matias de Albuquerque y de la Camara de Pernambuco y provedor de la azienda q se recibieron forma del governador de o porto.*

AGS, SP 1520. *Para os governadores de Portugal.* Que Fernão Lopez melhorasse oo lance do pau Brasil. Escrita em Madrid a 6 de Junho de 1626. fls 104. Livro registro de cartas régias tocantes à repetição da Fazenda do ano de 1626.

Archivo Histórico Nacional da Espanha (Madrid)

AHNM, *Universidades y Colegios*, Libro 1190 – Fol. 143.

AHNM, *Universidades y Colegios*, Libro 1190 – fol. 155.

AHNM, *Universidades y Colegios*, Libro 1190 – fol. 155. Carta de Duarte de Albuquerque Coelho ao Rei de Espanha em Madrid, 16 de fevereiro de 1650.

AHNM, *Universidades y Colegios, Libro 1190, fol 146-147v. Deposito del cuerpo del senhor Don Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basto conde de Pernambuco*.

AHNM, *Consejos suprimidos,* legajo 7157. Agradeço a Fernando Bouza Álvares por compartilhar essa informação.

AHNM, Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fols. 143-143v. *Copia autentica da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor Mucio Orilia*. Madrid, 29 de Novembro de 1641. Embora datado em 1641 o documento está com um selo de 1642.

AHNM, Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fols. 143-143v. *Copia autentica da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor Mucio Orilia*. Madrid, 29 de Novembro de 1641. Embora datado em 1641 o documento está com um selo de 1642.

AHNM, Diversos Coleciones, 27, N 26. *Sobre regalos de Chocolates y oro al conde de Fernanbuco*. Este documento está disponível no PARES (Portal de Arquivos Espanhóis).

AHNM, *Universidades y Colegios, Libro 1190, fol 146-147v. Deposito del cuerpo del senhor Don Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basto conde de Pernambuco*.

AHNM, Universidades y Colegios, Livro 1190, fol 155. *El Marques del Basto Conde de Pernambuco Supplica postrado a los Reales pies de V. Mgd. le haga merced de las tres encomendas de la orden de christo que vacaron por muerte de Matias de Albuquerque el qual no tiene otro herdeiro sino yo y todas tres no lleganavan a mil y quinientos ducados, y recusa en ello de V. Mgd. particularmente Merced.*

AHNM, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fol 155, fls. 143-143v. *Copia autenticada da sentença de justaficasão dos filhos do sargento mayor mucio Orilia*, Carta escrita em Madrid no dia 8 de fevereiro de 1642 e assinada pelo secretário Antonio de Almeida; e Archivo Histórico de Protocolos (AHP), Madrid, Legajo (Tomo) 7847, fls 591. Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.

AHNM, *Universidades y Colegios, Libro 1190*, fls 143-143v. *Empréstimo de mil cruzados em março de 1633 em Pernambuco de Mucio Orilia Sargento Maior do terço Napolitano a Duarte de Albuquerque Coelho*. Carta datada de 29 de novembro de 1641 com selo de 1642.

Arquivo das Índias

AGI, Contaduría – Legajo 1121, Cajas de la Habana y cuentas de la Real Hacienda desde el 16 de mayo de 1637 hasta el 4 de marzo de 1638, entre otras cuestiones, incluye listas de la guarnicipon de la Habana y de la que vino de Pernambuco. *Lista donde esta cargado el socorro que le dio a la gente que vino de Pernambuco em 15 de agosto de 1637.*

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 27. CARTA RÉGIA (Capítulo) do Rei [Filipe II] ao Conselho da Fazenda, ordenando as normas para a comercialização das fazendas e açúcar na costa do Brasil na tentativa de se evitar contrabando.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 127. Datada de 9 de junho de 1634. Carta régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas [Espanha e Portugal], com homens, armas e munições, para socorrer a capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 127. Datada de 9 de junho de 1634. Carta régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas [Espanha e Portugal], com homens, armas e munições, para socorrer a capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará.

Archivo Histórico de Protocolos - Madrid

AHP, Tomo 7847, fls 591. Testamento Cerrado de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto.

AHP, Tomo 20731 fls 91. Carta de pago outorgada por Don Thomas Fernandes Argan de 500 reis em favor de la Pia memoria que fundo el Exmo. Señor Don Duarte de Albuquerque, Documento datado de 2 de Junio de 1776

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa);

ANTT, Chancelaria de D. João III, L 7º, fls 83.

ANTT, PT/TT/CC/1/111/112, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 111, n.º 112. *Carta de Jorge de Albuquerque Coelho solicitando a sua alteza munições de guerra para mandar à capitania de Pernambuco e uma provisão para cobrar as rendas que se deviam nesta capitania*. Disponível no Digitarq da Torre do Tombo, data do último acesso foi em 01/12/2019, IN: IN: https://digitarq.arquivos.pt/

ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 3, Doc. 112. C. R. Boxer Jorge de Albuquerque Coelho, págs 142-144.

ANTT, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria (D. Afonso VI, liv.2, f.334v-341v, código de referência PT/TT/RGM/A/002/0002/337663, Carta de Doação. Direitos reais e foros da vila de Basto e ANTT, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria (D. Afonso VI, liv.2, f.334v-341v.

ARCV - Archivo de la Real Chancillería de Valladolid;

ARCV, Real Audiencia y Chancillería de Valladolid, *Sala de Hijosdalgo, caja 1561, 1*.

BNM - Biblioteca Nacional da Espanha (Madrid);

BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611).

BNM, Mss 18719[43], *Lo que a Martín de Aróstegui se le ofrece acerca de hazer las instrucciones y títulos de las personas que han de llevar y executar el socorro de Pernambuco.*

BIRB – Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand;

BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P1008. Carta escrita na Inglaterra, datada de 13 de novembro de 1966.

BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0648. Carta escrita em Londres, 22 de março de 1952. Charles Boxer assina como Francisco de Brito Freyre.

BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0507. Datado de 1970.04.09.

BIRB, Correspodência sobre referência na biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0608. Datado de 1959.03.16.

BIRB, Correspodência sobre referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: JGM-COR P0193. Datada de 1970.01.27.

BIRB, Correspodência sobre referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand com a seguinte referência: DOC-COR P t.000239

Fontes impressas

Avisos de Henrique Sinel sobre intentos de holandeses. Cata datada de 2 e de 29 de setembro de 1624. *Informações sobre intentos holandeses quanto ao Brasil.* Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 514.

Carta de Gaspar de Sousa para el rei-, acerca do Brasil, suas possibilidades de defesa e estado em que se encontram as suas capitanias. p 289. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 289.

Carta de Matias de Albuquerque sobre obras militares que vinha realizando em Pernambuco. Carta escrita em Olinda, 7 de Junho de 1620. IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958.

Carta de Matias de Albuquerque sobre obras militares que vinha realizando em Pernambuco. Olinda, 7 de Junho de 1620. IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 304-305.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

Colleção Chronologica da Legislação Portugueza Compilada e Annotada por José Justino de Andrada e Silva. Bacharel Formado em Direito. Lisboa. Imprensa de J.J.A Silva. 1855.

Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 524.

Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 523 – 534.

Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 523 – 534

Consultas dos Conselheiros de Estado e Portugal sobre as forças que convirá preparar para expulsar os holandeses do Brasil. Madrid, agosto de 1624. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 524.

Copia de hua carta que o senhor Dom Fernando Mascarenhaz escreveo a Sua Magestade em 17 de Maio de 638 e Copia de hua carta que o senhor conde da Torre escreveo a Sua Magestade pelo governo e Conselho de Portugal em resposta do escrito atrás do secretario Miguel de Vasconcelos. IN: *Cartas do 1º Conde da Torre*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática/MRE. 2001, pgs 53 e 83.

[1]*En la consulta del Consejo de Portugal de 23 de Junio sobre el estado en que estan las cosas del Brasil*. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 496.

Informações sobre intentos holandeses quanto ao Brasil. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 465.

Informações sobre projetos de ataques inimigos. Escrita em Madrid, 23 de Junho de 1623. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 497 e 498.

Informações sobre projetos de ataques inimigos. Escrita em Madrid, 23 de Junho de 1623. Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 497 e 498.

Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958.

Museu Britânico, referência Mss. 1131, Colecção Egerton Papeles Vários de Portugal. *Relacion sumaria de los avisos que há avido em razon de las pretenciones que se hacian em Olanda para el Brasil*. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Volume 2. p 287.

Ordenados e Emolumentos dos ofícios e cargos do Estado do Brasil. IN: *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958. p 57.

Papéis sobre questão eclesiástica, do vigário provincial da Ordem do Carmo com oficiais da Câmara, com petição, despachos de Matias de Albuquerque, pareceres dos jesuítas, beneditinos e capuchos etc. *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil: 1607-1633*. Prefácio de J.C. de Macedo SOARES. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministéria das Relações Exteriores, 1958.

Prosopopeia, Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque vindo do Brasil para este reyno no anno de 1565 e Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Cronica dos Frades Menores da Provincia

do Brasil. Todos esses livros estão disponíveis na Biblioteca Brasiliana da USP Guita e José Midlin. IN: https://www.bbm.usp.br/pt-br/. 20 de dezembro de 2019 data do ultimo acesso

Roteiro de Pernambuco ao Maranhão. Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 1). Volume I. págs 171 a 176.

Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988.

Referências bibliográficas

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII*. Apresentação de Denis Bernardes; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Ed. da UFPE, 1997.

AGUILAR, Joselia. *Brasil à Francesa*. https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/09/104-107-168.pdf, data do último acesso jan 2020.

ALBERTO VIEIRA (coord.). *O AÇÚCAR e o quotidiano*. Apresentação de José Pereira da Costa. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Funchal [Portugal]: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004;

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul, século XVI e XVII*. Companhia das Letras; 2000.

ALVES, Pe. Francisco Manuel. *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade; 1933;

ANDRADE, Manuel Correia de. *Comércio Internacional e Distribuição Espacial da Produção de Açúcar no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia 51: 15-30, 1976; ARNO WEHLING (org.). *Documentos históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999;

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de**.** *PALAVRA DE REI ...Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese de Doutorado em História UFPE-CFCH. Recife, 2001.

BAERS, João. *Olinda Restaurada.* Recife: Departamento de Cultura, 1997. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase)

BARLAEUS, Gaspar. *Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: Universidade dos Açores, CHAM, cap. 2, 2008, p.83 – 128.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. *O ídolo das origens*. p 56.

BNM, Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la lengua castellana o española* (Madrid, 1611).

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *D. Filipe I*. Impresso e encadernado em janeiro de 2008 por Primer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda. Casais Mem Martins, Rio de Mouro.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes*: política, cultura e representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOXER, Charles Ralph. *Jorge de Albuquerque Coelho: Duas Cartas inéditas e uma rectificação À História Trágico-Marítima*. Academia Portuguesa da História. Separata dos Anais, 11 Série, Volume 15. Lisboa. MXMLXV.

BOXER, Charles Ralph. *O império ultramarino português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles Ralph. *Os Holandeses no Brasil*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*: 1602-1686. Tradução de Oliveira Pinto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2.ed Recife: Imprensa Universitária, 1966;

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. v.1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BURKE, Peter. *História como memória social*. IN: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: CEPE, 2004.

CAMARINHAS, Nuno. *O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800)*. Almanack Braziliense. N. 09, maio, 2009, p 86-102.
CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

CARDIM, Fernão. *Narrativa Epistolar de uma Viagem Jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo)*, etc. In:

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (original: 1585);

CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocábulo do Antigo Regime*. p 52. BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CARDIM, Pedro. *La jurisdición real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVII): reflexiones sobre a la historiografía*. p 13. IN: PÉREZ, Francisco José Aranda (coord.) e RODRIGUES, José Damião (coord.). *De Re Publica en los reinos ibéricos em la primera modernidade*. Espanha: Editora Silex, 2008.

CARDIM, Pedro. *Portugal y la monarquia hispânica*. Madrid, Marcial Pons Ediciones de Historia, 2017. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes*. Edições 70, 2010. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das índias de Castela (1580-1655).* Salamenca: Tese de Doutoramento, 2012.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Amérique aux XVIe. et XVIIe. siècles*. Paris: Flammarion, 1977.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981

CORTESÃO, Jaime. *A colonização do Brasil***.** Lisboa: Portugália, 1969.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e. *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino. Aspectos Fiscais da Administração Colonial*. Recife, UFPE, 1985.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos 1493-1590. Primeiro Volume*. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1983.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Revisão de Francisco Paiva Boléo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002;

COUTO, Domingos Loreto, Dom. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Edição de Leonardo Dantas Silva. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. fac-similada Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981;

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011

CUNHA, Mafalda Soares da. & NUNES, Antônio Castro. *Territorialização e Poder na América Portuguesa. A criação de comarcas*. Séculos XVI-XVIII. In.: Tempo. Niterói, online, vol. 22, n. 39, p. 01-30, jan-abr, 2016.

CUNHA, Mafalda Soares da. *Governo e governantes do Império português do Atlântico* (século XVII). IN: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005

CUNHA, Mafalda Soares da. *Los Albuquerques Coelho, siglos XVI-AVII. Prácticas Sociales Y Retórica Nobiliaria*. Artículo traducido del original por Antonio Terrasa Lozano.

DAVIES, K. G. *The North Atlantic world in the seventeenth century*. Minneapolis [EUA]: University of Minnesota Press, 1974.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *Politica y hacienda de Felipe IV*. Madrid: Editorial de Derecho Financiero, 1960.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *La censura de obras históricas en el siglo XVII español*. Choronica Nova, 19 (1991). Pgs 113-121. Disponível em https://revistaseug.ugr.es/index.php/cnova/article/view/2759, último acesso 05/01/2020.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. *The golden age of Spain: 1516-1659*. Tradução de James Casey. New York: Basic, 1971.

DUQUE DE ALBA, Diretor de la Real Academia de la Historia. *Contribuición de España a la Defensa de la Civilización Portuguesa en América durante las Guerras Holandesas*. Campaña de Don Fradique de Toledo, Marques de Villanueva de Valdueza, em 1625. Conferencia en Río de Janeiro.

DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório Sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil Pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947;

DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório Sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil Pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1947.

DUTRA, Francis A. *Centralizion vs. donatorial privilege: Pernambuco, 1602-1630*. In: *COLONIAL Roots of Modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Edição de Dauril Alden. Texto de Francis A. Dutra. Berkeley [EUA]: University of California Press, 1973.

DUTRA, Francis A. *COLONIAL Roots of Modern Brazil: papers of the Newberry Library Conference*. Edição de Dauril Alden. Texto de Francis A. Dutra. Berkeley [EUA]: University of California Press, 1973. 19-60;

DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque: Capitão-mor de Pernambuco e Governador-geral do Brasil*. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 48, 1976.

DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*, IN Studia, vol. XXXVII (Diciembre 1973), pp. 261-286.

DUTRA, Francis A. *Duarte Coelho Pereira, first Lord-proprietor of Pernambuco: the beginning of a dinasty. Washington, D.C.*: Academy of American Franciscan History, 1973.

DUTRA, Francis *A. Duarte Coelho Pereira, first lord-proprietor of Pernambuco:* the beginning of a dinasty. Washington, D.C.: [s.n.], 1973. 415-441, Separata.
DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque and the defense of Northeastern Brazil, 1620-1626***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

DUTRA, Francis A. *Matias de Albuquerque and the defense of Northeastern Brazil, 1620-1626***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973. 117-166;
DUTRA, Francis. *A África do Norte e o Mediterrâneo*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral.

DUTRA, Francis. *A primeira missão de Matias de Albuquerque no Brasil: uma apreciação*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863.

DUTRA, Francis. *O capitão-mor de Pernambuco*. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife: Imprensa Industrial, 1863. Trimestral.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1994

ELIOTT, John H.; PEÑA, F. de la, José. *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares***.** Madrid: Alfaguara, 1978.

ELLIOT, J. H. *The revolt of the catalans: a study in the decline of Spain (1598-1640).* Cambridge University Press, 1963.

ELLIOT, John. Reseñas. CARDIM, Pedro. *Portugal y la monarquia hispânica*. Madrid, Marcial Pons Ediciones de Historia, 2017. Cuad. Hist. Mod. 43(2), 2018: 573-577.

ELLIOTT, John H.; F.DE LA PEÑA, José. *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares.* Madrid: Alfaguara, 1978.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII).* São Paulo: Brasiliense, 1984;
FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização.* São Paulo: Alameda, 2010;

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Nietzche, a genealogia e a história.* In: *Micro-física do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P.15.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber***.** Tradução de Luiz Felipe Baêta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRAGOSO, João. *A américa portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna*. João Fragoso, Roberto Guedes, Thiago Krause. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p 20.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, V.2 (ca. 1580-ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. *Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica.* Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural. UFPE. Recife, 2005;

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. 2 v. p 185.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da Guerra Brasílica. Estudo por José Antônio Gonsalves de Mello*. 2. ed. fac-símile de 1675 Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, c1959.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra e História do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995. p 50.

GARCIA, Pablo Cañón. *Las redes atlânticas de comercio com Brasil y su circulación durante el período de la Unión de Coronas (1580-1640)*. Universida de Salamanca. Facultad de Geografía e Historia. Máster Universitario em Estudios Avanzados e Investigación em Historia (Sociedades, Poderes, Identidades). 2018.

GARCIA, Rodolfo (org.). *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.* 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953. Volume 1.

GASPAR, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello*: cronologia e bibliografia. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. 1995.

Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações. Roberto Motta e Marcionilla Fernandes, Rio de Janeiro, 2013.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. Annales, Economies, Sociétes, Civilizations. (janeiro-março de 1951);

GONTIJO, Rebeca. *José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição*. IN: NEVES, Lucia Maria. B. P, GUIMARÃES, Lucia Maria P. & outras (org). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001. p 280.

GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, V.2 (ca. 1580-ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Conexões imperiais régios no Brasil e Angola* (c. 1680-1730). IN: BICALHO e FERLINI. *Modos de governar: ideias e práticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005.

GRUZINSKI, Serge. *A águia e o Dragão.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GUIMARÃES, Manoel L. S. A cultura histórica oitocentista. IN: PESAVENTO, Sandra (org), História cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

HESPANHA, A. Manuel. *Direito Luso-brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HESPANHA, António Manuel. *A "restauração" portuguesa nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641*. In: *Revista Penélope*. 1993, nº 9/10 p. 30

HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social no Antigo Regime*. In: http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09

HESPANHA, Antônio Manuel. *Depois do Leviathan.* Almanack Braziliense, N 05, maio 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Hugo%20Vieira/Downloads/11658-Texto%20do%20artigo-14534-1-10-20120513.pdf, último acesso maio 2019.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites.* IN: Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX/ organizadoras Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005. p 41.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: institutições e poder político Portugal séc. XVII.* Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos Conceitos. Problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos. RJ, vol 5, n. 10, 1992.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

LAET, Joannes de. *Iaerlyck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie.* S'-Gravenhage (Holanda): Martinus Nijhoff, 1937. *De Laet, Iaerlyck Verhael* III, 92. P 23

LAGO, Bia Corrêa do (Org.). *Frans Post e o Brasil holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand:* catálogo da exposição permanente. Apresentação de Ricardo Coimbra de Almeida Brennand; Tradução de Julio Bandeira, Beatriz Caldas; Introdução de Pedro Corrêa do Lago. 2. ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2010. 137 p., il., color. ISBN 978-85-89063-32-6.

LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post (1612-1680): obra completa*. Apresentação de Fernando Xavier Ferreira. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 444 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85-89063-17-8;

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa; Rio de Janeiro: Portugália: Civilização Brasleira, 1938-1950.

LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e Obra de Varnhagen*. IN: RIHB vol. 225 (Rio, 1955) pp.123/124.
LIMA, Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Leipzig [Alemanha]: F.A.Brockhaus, 1895.

MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MAGALHÃES, Basílio de. *O açúcar nos primórdios do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1953;

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. Equus Rusus. *A igreja católica e as guerras Neerlandesa na Bahia (1624-1654)*. Tese de Doutoramento da Universidade Federal da Bahia, 2010.

MAGALHÃES, Vitorino Godinho, *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro.* Disponível em: file:///C:/Users/Hugo%20Vieira/Downloads/35730-Texto%20do%20artigo-42074-1-10-20120802%20(1).pdf

MALAFAIA, Eurico de Ataíde. *Duarte Coelho e Beatriz de Albuquerque, Raízes de Pernambuco*. Academia Portuguesa de História. A intervenção do Acadêmico foi realizada em Lisboa, no dia 02 de Julho de 2003.

MARQUES, Guida. *L'Invention du Bresil entre deux monarchies. Governement et pratiques politiques de L'Amerique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. Paris, Tese de Doutoramento EHESC, 2009.

MARTINEZ, Elda E. Gonzáles. *Guia de Fontes Manuscritas para a história do Brasil conservadas em Espanha*. Fundación Mapfre Tavera, Ministério da Cultura, Projeto Resgate. 2002.

MEGIANI, Ana Paula Torres, PEREZ, José Manuel Santos, SILVA, Kalina Vanderlei. *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1640): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2014.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1640*. São Paulo: Ed 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil:* Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1668. São Paulo: Topbooks, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Forense Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*, 2ª ed, rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998;

MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes Para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira*, 2ª ed. Recife: CEPE, 2004;

MELLO, José Antonio Gonsalves de Mello e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (Org.). *CARTAS de Duarte Coelho a El Rei.* Recife: UFPE: Imprensa Universitária, 1967.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Pesquisa Histórica e a Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1950.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos*. Universidade do Recife, Recife, 1960.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: MEC: SPHAN: Fundação Pró-Memória, 1985;

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1989. 552 p. Il.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*: mestre de campo, terço e infantaria. Recife: Fundaj – Editora Massangana, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco.*

MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda e Recife antes de 1630. In: Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007.

MENEZES, Mozart Verghetti de. *Jurisdição e Poder nas Capitanias do Norte (1654-1755*). Saeculum, Revista de História, João Pessoa, jan-jun, 2006.

MIRANDA, Bruno R. F. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa - O caso da capitania de Pernambuco (1654-1701).* Dissertação de Mestrado. Recife, 2006.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).* Recife: Do autor, 2011.

MOERBEECK, Jan Andries. *Os holandeses no Brasil.* Tradução de Frei Agostinho Keijzers. Prefácio de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

MÚGICA, María Inés Olaran. *Los Brasileños en las órdenes militares españolas: caballeros de Pernambuco*. Texto disponível em file:///C:/Users/Hugo%20Vieira/Downloads/Dialnet-LosBrasilenosEnLasOrdenesMilitaresEspanolas-3927517%20(2).pdf, último acesso 10 de janeiro de 2020. Agradeço ao historiador José Manuel Santos Pérez por disponibilizar esse texto.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *Brasil holandês: uma história do Atlântico*. In: *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644).* Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento da Universidade Federal Fluminense, 2008.

NETCHER, Pieter Marinus. *Les hollandais au Brésil: notice historique sur lês Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle.* Haia: Belifante Frères, 1853. 210p.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, n. 10. São Paulo: Educ, 1993

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*. Reis de Portugal. Temas e debates, 2008.

PIMENTA, Belisário. *O "Memorial" de Matias de Albuquerque*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1944.

PORTO, Costa. *Duarte Coelho, o homem e a obra*. IN: Revista do Arquivo Público, Anos XVI-XVII, 1979-1980 – N 35-36. ISSN-0100-2961.

PORTO, Costa. *Duarte Coelho, o homem e a obra*. IN: Revista do Arquivo Público, Anos XVI-XVII, 1979-1980 – N 35-36. ISSN-0100-2961. Referência na Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, PER P9, t.192. p 30.

PORTO, Costa. *Duarte Coelho*. Ministério da Educação e Cultura. Departamento da Imprensa Nacional, Brasil, 1961.

PORTO, Costa. *O açúcar Num Documento Colonial.* Recife: Centro de Estudo de História Municipal/FIAM, 1984;

PORTO, Costa. *O açúcar Num Documento Colonial*. Recife: Centro de Estudo de História Municipal/FIAM, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PUNTONI, Pedro. *A provedoria-mor: fiscalidade e poder no Brasil colonial.* IN: *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*; Ana Paula Megiani, José Manuel Santos Pérez, Kalina Vanderlei Silva. São Paulo: Humanitas, 2014.

QUINTAS, Fátima. *Cana, Engenho e Açúcar*. In: QUINTAS, Fátima (org.). *A Civilização do Açúcar*. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007;

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial.* São Paulo: Alameda, 2009.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio Holandês no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RUBIÉS, Joan-Pau. *Mythologies of Duth Brazil*. IN: GROESEN, Michel Van. *The Legacy of Dutch Brasil*. Cambridge University Press, 2014.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de J. Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia; Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil: 1500-1627*, 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975 (1627);

SANTOS PÉREZ, José Manuel e George F. Cabral de Souza. *El Desafio Holadés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006.

SANTOS PÉREZ, José Manuel, *Práticas Ilícitas, Corruptelas e Venalidade no Estado do Brasil. A inícios do século XVII. O fracasso das tentativas de reforma de Filipe III para o Brasil*, CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 37, p. 155-177, Jan-Jun, 2019.

SCHWART, Stuart B. *Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva*. Economia e Sociedade, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/497/06-Schwartz.pdf, último acesso janeiro 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. *O Brasil Colonial*, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América: América latina colonial*, V. II. São Paulo: Edusp, 2012;

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2011;

SCHWARTZ, Stuart. *O Nordeste açucareiro no Brasil colonial*. In: FRAGOSO, João;

SENNELART, Michel. *Les arts de gouverner*. Du regimen medieval au cconcept de gouvernment. Paris: Seuil, 1995. p 111.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa: doutrina e Crítica*. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. Companhia Editora Nacional: 1968. (Coleção Brasiliana, Volume 336.)

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1978

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. *Cristãos-novos nos negócios da capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas das redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Tese de Doutorado, UFPE, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O retrato do Conde de Alegrete: Matias de Albuquerque, general do Estado do Brasil e cortesão da Espanha seiscentista*. Domínios da Imagem, Londrina, v. 9, n. 7, p 86-100, jan/jun, 2015.

SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2000.

SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos & Mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial (c.1654-c.1759)*. Prefácio de Maria Fernanda Bicalho. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p 38.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 27-77.

STELLA, Roseli Santaella**.** *Brasil durante el gobierno español*: 1580-1640**.** Madrid: Fundación Hernando de Larramendi: 2000.

STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2012. Em termos de fontes destacaríamos

TEIXEIRA, A. Teixeria, MAURO, Frédéric e MACEDO, Jorge Borges de. *Les routes portugaises de l'Atlantique*. IN: PADRON, Francico Morales. *LES ROUTES de l'Atlantique:* travaux du neuvièmne Colloque International d'Histoire Maritime (Séville 24-30 Septiembre 1967). Sevilla: S.E.V.P.E.N., 1969.

TEIXEIRA, Luis. *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Tagol, Lisboa. 1988.

TORGAL, Luis dos Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982. 2vols.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808*). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VALLADARES, Rafael. *A Conquista de Lisboa – Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583*. Lisboa, fevereiro. 2010.

VALLADARES, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto* (Portugal 1637-1638). Colección historia. Diputación de Badajoz. Departamento de publicaciones. 1998.

VALLADARES, Rafael. *Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispânico (1638-1641)*. IN: *El Desafio Holandés al Domínio Ibérico em Brasil en el Siglo XVII*.

José Manuel Santos Pérez e George F. Cabral de Souza. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores, 2006.

VALLADARES, Rafael. *Portugal Y La Monarquía Hispânica, 1580-1668*. Madrid: Arco/Libros, S.L. 2000. VILADARGA, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil.* 1ª edição, 2 volumes (Madrid). 1854-1857). *p 433 e 445 Volume I.*

VELLOSO, J. M. de Queiroz. *Arquivo Geral de Simancas: sua importancia capital para a historia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.

VIANNA, Helio. *Matias de Albuquerque*. Biografia. Edição do Departamento de Imprensa e Propaganda. Diretor-geral: Amilcar Dutra de Menezes, Diretor da Divisão e Divulgação: Heitor Moniz. Rio de Janeiro, 1944.

VIEIRA, Hugo Coelho. *O teatro da guerra e a invenção do Brasil holandês: o esforço das duas coroas na retomada pela capitania de Pernambuco, de 1630 à 1635*. Dissertação de Mestrado, Recife. 2011.

VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: Tese de Doutoramento, 2010.

WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938 Coleção Brasiliana (v.123).

Anexos

Anexo I - Relação dos donatários e governadores de Pernambuco durante o período colonial

Donatários:

1535 – Duarte Coelho Pereira

1537 – Duarte Coelho de Albuquerque

1572 – Jorge Coelho de Albuquerque

1597 – Duarte de Albuquerque Coelho

1658 – D. Maria Margarida de Castro de Albuquerque

1689 – D. Francisco Paulo de Portugal e Castro.

Governadores:

1540 – D. Brites de Albuquerque

1576 – Jeronymo de Albuquerque

1577 – D. Christóvão de Mello

1580 – Simão Rodrigues Cardoso

1583 – D. Filipe de Moura

1588 – Pedro Homem de Castro

1596 - Manuel Mascarenhas Homem

1597 – D. Fr. Antonio Barreiros e Duarte de Sá

1601 – Salvador Correia de Sá

1603 – Alexandre de Moura

1615 – Vasco de Sousa Pacheco

1617 – D. Luis de Sousa Henriques

1617 – João Paes Barreto.

1620 – Mathias de Albuquerque Coelho

1626 – André Dias da Franca

1629 – Mathias de Albuquerque Coelho

1635- D. Luis de Roxas e Borja

1635 – Conde de Bagnuolo

Governo Holandês

23-01-1637 – João Maurício – Conde de Nassau.

Governadores
16-04-1648 – Francisco Barreto de Menezes
26-03-1657 - André Vidal de Negreiros
26-01-1661 – Francisco de Brito Freire
05-03-1664 - Jeronymo de Mendonça Furtado
24-01-1667 – André Vidal de Negreiros
13-06-1667 – Bernardo de Miranda Henriques
28-10-1670 – Fernão de Sousa Coutinho
06-02-1674 – D. Pedro de Almeida
14-04-1678 – Aires de Sousa Castro
11-01-1682 – D. João de Sousa
13-05-1685 – João da Cunha Souto Maior
29-06-1688 – Fernão Cabral
18-09-1688 – D. Mathias de Figueiredo e Mello
25-03-1689 – Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho
05-06-1690 – Antonio F. Machado de S. e Castro

Junta Governativa
27-06-1711
Luis de Valensuela Ortis
Cristóvão de Mendonça Arraes
Domingos Bezerra Monteiro
Antonio Bezerra Cavalcanti
Estevão Soares de Aragão

15-10-1711 – Félix José M. de Mendonça E. C. e Vasconcelos
01-06-1715 – D. Lourenço de Almeida
23-07-1718 – Manuel de Sousa Tavares
11-01-1721 – D. Francisco de Sousa
11-01-1722 - Manuel Rolim de Moura
06-11-1727 – Duarte Sodré Pereira
24-08-1737 – Henrique L. Pereira Freire
25-01-1746 – Marcos de Noronha e Brito

05-05-1749 – Luis José Correia de Sá

16-02-1758 – Luis Diogo Lobo da Silva

08-09-1763 – Antonio de Sousa Manuel de Menezes

14-04-1768 – José da Cunha Grã Athayde e Mello

27-07-1774 – José César de Menezes

13-12-1797 – Thomas José de Mello

24-05-1804 - Caetano Pinto de Miranda Montenegro

Anexo II - Testamento Duarte de Albuquerque Coelho - Archivo Histórico de Protocolos[747]

Testamento del Marques de Basto

Day Bernardo de Jesus Maria de la horden de nra señora de la mrd descalça desta villa secretario del Padre Vicário General de la otra horden = digo que el señor Duarte de albuquerque coello marques de basto conde de pernanbuq Gentil hombre de la camara de su magestade Y del su consejo de estado estando bueno y sano y en su buen juicio y entendimiento natural en diez y nuebe de febrero del año pasado de mil y seyssos y cinquenta y cinco ante Francisco de Moscoso s^{no} de su magestade otorga su testamento Çerrado que es el que presento con el juramento neçessario y hordeno que al tpo de su fallecimento y no antes se abriese y publicas e con la soleminidad del derecho y se executase Y cumpliese lo que en el dejava hordenado y mandado y oy otro dia el dicho señor marques a muerto y pasado desta Presente Vida devato de otra dispusicion del otro testamento sin haver hecho, otra alguna y tiene entendido que en el le deja nombrado por su testamentario y para executar y cumplir la otra dispusiçion = suplico a V. Mgd. se xxeçiva ynformacion del otorgamiento del otro testamento y muerte del otro señor marques y echa seabra y publiquei y del el se den los traslados que se pidieren signados y enforma Ynterponiendo Vm a su validaçion su autoridad y derecho Judiçial Pido Justiçia Xa = en m^{d} am:

Fr. Bernado de Jesus Maria (rubrica)

Auto – Recivase la informacion que se ofreçe por esta peticion y los tengos se trayan antes su mrd el senor theniente Don Alonso Gonsales cardena. Lo mando en Madrid a veynte y quatro de septiembre año de mil y seissos y cinquenta y ocho =

SSdo cardena

Assinatura não identificada

Ynformacion En la villa de Madrid A veynte y quatro dias del mes de Septiembre ano de mill y seiscientos y Cinquenta y ocho el Señor theniente Don Alonso Gonçales cardena estando en las casas de la morada del señor marques de basto son junto al combento de santa Barbara desta cortte para la ynformacion que se ofrece por el pedimiento desta otra parte recivio juramento en forma de derecho de S françisco de Urbiola secretario del otro señor marques el qual lo hiço prometio decir verdad y siendo preguntado por el otro pedimiento = Dijo que este testigo conozia al otro señor marques de basto de alguns anos desta parte por averle servido de su secretario el qual estando bueno y san y en su buen juicio y entendimiento natural en diez y nueve de febrero del año pasado de mil y seisçientos y cinquenta y cinc ante françisco de moscoso escribano de su magestad otorgo el testamento Cerrado que a este testigo le a sido mostrado y mando que después de su fallecimiento se abriesi y publicase con la solenidad del derecho y se executase que en el dejava ordenado y mandado como su ultima voluntad Y este testigo lo fue ynstrumental del otorgamiento de otro testamento y en el firmo la firma de su nombres y bio firmar al otro señor marques y a los de mas testigos del otro, otorgamiento y abiendo visto las firmas del la reconoce la de este testigo por aver la hecho Y firmamado y las de mas por las aver visto firmar = Y oy otro dia el otro señor marques a muerto y pasado desta presente vida y le avisto en las casas de su morada

[747] AHP, Archivo Histórico de Protocolos de Madrid, Legajo Tomo 7847 – fls 591 – fecha 11 de febrero de 1655

debajo de la dispusiçion del otro testamento sin que este testigo aya a savido ni entendido aya hecho otra alguna Y tiene otro franciso de moscoso por ss^{rio} fiel y legal Y de confiança Y a las escrip^{as} Y autos que ante el an pasado Y pasar se les a dado Y da intero crédito y esto dejo ser la verdad so cargo del otro Juramento y es de hedad de treinta años Y lo firmo Y el otro señor thenientte = SSdo cardena Francisco de Urbiola

En la villa de Madrid en este otro dia mes y ano otros de presentación del otro Padre fray Bernando de Jesus Maria el otro señor theniente recivio juramento en forma de derecho de um hombre que se dejo llamar Luis machado criado del sr marques de basto que bive en sus casas a santa barvara Y lo hiço y promotio deçir verdad Y Siendo preguntado po el pedimiento y abiendol sido mostrado el testamento Çerrado que en el se haçe mençion = Dijo que este testigo conozio al otro señor marques de basto Por aver sido su criado algunos años el qual estando bueno Y sano y en su buen Juiçio y entendimento natural ante francisco de moscosos ss^{ro} Real en diez y nuebe de febrero del ano de mil y seiscentos y cinquenta y cinco, otorgo el testamento Cerrado que a este testigo le a sido mostradoy ordeno y mando que después de su fallecimiento se abriese y publicarse con la solenmnidade el der^{o}, y se executase y cumpliese lo que en el dejava hordenado y mandado como su ultima voluntad Y este testigo lo fue yntrumental de lo otorgamento del dicho testamento y en el firmo y vio firmar al otro marques Y a los mas que supieron y lo fueron del Y rreconoce la firma de este testigo por la aver escripto Y firmado Y las demás por las aver visto escribir Y firmar y vio signar y firmar al dicho Francisco de Moscoso a el qual tiene por ss^{no} fiel legal Y de confinança Y a las escripturas Y autos que ante el an pasado Y pasan se les a dado y da entera fe Y crédito = Y oy otro dia el otro señor marques de basto a muerto y le avisto en las casas de su morada debajo de la dispusicion del otro testamento sin que este testigo Ya savido ni entendido a Yo hecho otro alguno Y esto dijo ser la verdade Para el Juramento que tiene fecho y es de hedad de quarenta y ocho anos poco mas o menos Y lo firmo y el dicho señor Thenientte = SS^{do} Cardena

Luis Machado Roane Bquerdo

En la villa de Madrid en este otro dia mes Y ano de la otra Presentaçion el otro señor theniente recivio juramento en forma de derecho de un hombre que se dijo llamar Joseph de Zevallos y ser criado del señor marques de basto que bive en las casas de su morada Junta a santa barbara desta corte el qual lo hiço Y prometio decir Verdad Y siendo preguntado por el otro Pedimiento = Dijo que este testigo conoçio al dicho marques de basto de algunos años a esta parte por haver le servido el qual estando bueno Y sano Y en su buen Juicio y entendimiento natural en diz y nuebe de febrero del ano pasado de mil Y Seisçientos Y Cinquenta Y Cinco ante françisco de moscoso escribano de su magestaad otorgo el testamento cerrado que a este testigo le a sido mostrado Y mando que después de su fallecimiento se abriese Y publicasse con la solemnidad de el derecho Y se executase lo que en el dejava ordenado Y mandado como su ultima voluntad Y este testigo lo fue Ynstrumental del otorgamiento del otro testamiento Y en el firmo la firma de su nombre y vio firmar al otro señor marques Y a los demás testigos del otro otorgamiento Y abiendo visto las firmar Ya Biendo Visto las firmas del las rreconoce las de este testigo por haver la hecho y firmado y la demás por las aver visto firmar = Y ey otro dia el otro señor marques a muerto y passado de esta presente vida y le ha visto en las casas de su morado debajo de la Dispusiccion del dicho testamento sin que este testigo aya savido ni entendido a Y hecho, otra alguna, y tiene al otro francisco de Moscoso por escrivano fiel llegal Y de confiança y a las escripturas Y autos que ante el an pasado y pasan se les a dado Y da entera fe y es de hedad de veynte y un anos poco

mas o menos y lo confirmo y el otro señor theniente = SSdo cardena Joseph Gttos de Zevallos

En la villa de Madrid en el dicho dia mes y ano otros de la presentación el otro señor theniente Reçibio juramento en forma de derecho de un hombre que se dijo llamar manuel de Careña Criado del señor marques de basto que bive en sus casas a santa barbara llo hiço Y Prometio deçir verdad Y siendo Preguntado por el pedimiento haviendo le sido mostrado este testamento çerrado que en el se hace menester = Dijo que este testigo conoçio a el otro señor marques de vasto por aver sido su criado algunos años el qual estando bueno Y sano en su buen Juiçio y entendimiento natural ante françisco de Moscoso escrivano Real en diez Y nueve de febrero del año de mil y seiscentos y cinquenta y cinco otorgo el testamento cerrado que a este testigo le a sido mostrado y ordenó y mandó que después desse fallecimiento se abriese Y publicase lo que en el dejava hordenado y mandado como su ultima voluntad Y este testigo lo fue instrumental del otorgamiento del dicho testamento y en el firmo y vio firmar al dicho señor marques Y a lo demás que supieron rreconocer la firma de este testigo por averla escripto y firmado y las demás por las aver visto escribir y firmar vio signar y firmar al el dicho francisco Moscoso a el qual tiene por escribano fiel legal y de confiança y a las escripturas y avitos que ante el an pasado y pasan se les a dado y da entera fee y crédito = Y oy dicho dia el dicho o s^{r}. marq^{s}. de basto a muerto lle ha visto en las casas de su morada devajo de la dispusicion del otro testamento sin que este testigo aya avido cosa encontrario ni aya hecho otro alguno y esto dijo ser la verdad para el juramento feito y es verdad de quarenta años poco mas o menos Y lo firmo Y el dicho señor theniente = SSdo cardena Manuel de Noronha

BoaneBquier

Auto – en la viilla de madrid a veynte y quatro días del mes de septiembre ano de mil y seiscentos y cinquenta y ocho el señor theniente Don Alonso Gonçales cardena haviendo visto el pedimiento sin formación desta otra parte tomo en sus manos el testamento Cerrado que en el se hacer mençion Y corto ¿los ylos con que estava cosido y abierto le entrego a mi escrivano para que le lea Y publique Y en presencia de los dichos testidos Y de otras personas se lego Y Publico que su tener es como se sigue =

- Aquí el testamento –

Y a si leydo Y publicado el dicho testamento visto por el dicho señor theniente Y que esta escripto en papel branco mando se saque un traslado del en el del sello quarto Y todo junto lo ponga en mi rregistro protocolo y del se den los traslados neçesarios que se pidieren que a la balidacçion de todo su mrd Ynterpone e Ynterpuesto su autoridad Y decreto judicial quanto alega de derecho Y lo firmo = SSdo cardeña ¿?BoaneBquier???

+

Alabado sea el santissimo sacramento

En nombre de la satissima Trinidad, Padre, Hijo, y spirito santo, tres personas, y un solo Dios verdadero, en cuja fé firmemente creo, fiado de la pretecsion y amparo de la siempre virgen Maria, Señora nuestra de la piedad, y del santo Angel de mi guarda, y de los bien aventurados Apostoles san Pedro, san Pablo, y de san Joseph, san Antonio, y santa Teresa de Ishs, los quales invoco humildemente por mis intercessores para que me alcancen la divina misericordia en la hora de maior necesidad –

Yo Duarte de Albuquerque Coello, Marques de Basto, Conde de Pernambuco, gentil hombre de la camara de su Mgestad y de su consejo de estado, allandome en esta villa de Madrid, corte suia; estando sano y en mi entendimiento, para descargo de mi consiencia y desposiccion de mis cosas, hago este testamento o codicilo, en la manera siguiente, que valdra en la forma que mejor queda valer –

Estando en la ciudad de Lisboa, en la ocasión que parti allí para la guerra de Pernambuco en el mes de Abril del año de mil y seiscentos y treinta y uno, tiempo que se allare ser verdad, hize mi testamento cerrado, y fue otorgado y aprobado por mi solemnemente, el qual es mi intensión y voluntad, que se guarde y cumpla, execpto en las cosas que yo mudare, añadiere o diminuyre en este codicelo y declaración de mi Ultima Voluntad, porque las mudanças del tiempo han obligado a alterar y disponer en la forma que ahora lo hago –

Siendo Dios servido que yo nueva mientras las cosas de Portugal estuvieren assi, como mis pecados merecen, mando que mi cuerpo vestido en el habito de San Francisco se deposite en Santa Barbara desta villa adonde está en el mi hijo, y el de mi hermano el señor conde de Basto, hasta que se puedan llevar el mio y el de mi hijo a mi capilla maior de la Iglesia y convento de la Santissima Trinidad de Lisboa; y el de mi hermano a la suia nuestra señora del espiñero de la Ciudad de Évora: y ordeno que assi el deposito de mi cuerpo que se hiziere aquí, como después el llevar os huessos a las dichas sepulturas, no solamente se haga sin pompa, si no con la maior humildad que ser pueda.

Aunque en mi vida he mandado dezir buena quantidad de missas por mi alma, mando que en moriendo yo se me digan con la brevedad possible mil missas, mas por mi alma, pagándose de lo que se allare mio, la lismona de toa a razon de dos Reales de vellon por cada una –

Las deudas que yo devia, y me devian en Portugal, antes que saliesse de allí para la guerra de Pernambuco, cconstarán de mi libro de memorias que dexé en Lisboa, escrito de mi letra, al qual mando se dé entero crédito; y lo mismo a otro libro de quarto en que se verán las demás devidas que he hecho con ocasión de la misma guerra, y con la de las faltas y miserias presentes; y este libro de quarto se allará junto con este testamento ocodicilo, que también está escrito de mi letra, a que mando se de entero crédito, en lo que en el se viere y constaré que devo: y en lo demás que en el se hallare escrito de mi letra, porque quiero que sea parte deste mi testamento ocodicilo: y de lo mejor parado de mi hazienda de juros; rais y muebles que tengo en Portugal, y de lo demás que aquí se allare se pagaran todas las dichas deudas, y assi lo encargo y suplico a mis testamentarios que tengo en aquel Reyno, y a los mas que ahora nombro de nuevo –

Nunca Don Diego de Castro mi señor, ni el señor Conde de Basto mi hermano, que Dios tendrá en el cielo, hizieron quentas comigo, de lo que se me debe de mi aste: y a Franscico Cordovil criado muy honrado de aquella casa me remito, en razon de las quentas que desto debe tener; y por lo que dellas, o por qualquier otra via constare, se averiguará la verdade de lo que se me debe, sin pleitos, porque ya que en vida nunca los he tenido con pariente ninguno, mas razon será que después de muerto no los tenga con nadie, ni otra persona por mi causa; quando mas personas me podrán ser mis pecados, si no fuera infinitamente maior la misericordia de Dios para perdonármelos.

De los juros que tengo en Portugal, mando se den luego a los religiosos del convento de la Santissima Trinidad de Lisboa, çien mil reis de renta de juro, para cumplimiento de la escritura que con ellos se hizo, para que luego se conviençen a dizir las missas, y si cumpla lo de mas que en ella está declarado, como mejor constará de la misma escritura, la qual ellos

deven tener y también yo la tenia y la he dexado en Lisboa entre los demás papeles de mi casa –

Y si mi capilla maior no estuviere aun acabada del todo, mando que de lo mejor parado de mi hazienda, después de pagadas todas mis deudas, se acabe de poner en toda la perfecion que se podiere y el tiempo diere lugar – Declaro por mi herdera a mi hija Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro, que esta en Portugal, y si necessario es, de nuevo la instituyo por tal herdera; y no trato de Dona Ana, Dona Catalina, y Dona Filipa también mis hijas, que estan religiosas prefessas en el convento del Santissimo Sacramento de Lisboa, porque han renunciado sus legitimas, y estan pagados sus dotes –

A la dicha Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro mi hija dexo todo el derecho y acsion para las merçedes que devo esperar de la grandesa de su Mg^{d}, por mis servicios para que pueda pedir y haver para si toda la satisfacion dellos –

Suplico también humildemente a Su Mgd no solo por mis servicios, sino, por su piedad se sirva de hazerme merçed de mandar se continue por mas dies años después de mi muerte assi la renta que fue servido señalar en razon de mi sustento y salario, como la que por su Real orden he gozado, por ser la mesada de mi hijo, (Dios le tenga en gloria) que murió por su servicio peleando en la guerra, prosiguiéndose en todo ello assi y de la manera que se haria si yo viniera todo el dicho tiempo, para ajuda de pagar mis deudas, de las quales he hecho mucha parte en las tres campañas, en que el dicho mi hijo servio a Su Mg^{d} hasta que le mataron con dos mosquetazos en la ocazion del socorro de Lerida el año de mil seiscentos y quarenta y seis –

+ Tambiem suplico a su Mg^{d} se sirva de mandar socorrer cada mes con tresentos Reales a Francisco de Urbiola y con duzientos a luis machado y con ciento y cincuenta a Andre Fernandez, y con ciento a Don Pedro de Çevallos, y con ciento a su hermano Joseph de Çevallos, y con ciento a manuel de Noroña, y con ciento a custodia de oliveira, y con ochenta a Domingo Martiniz, y con ochenta a Juan Lopez y con corenta a Juan y con sincoenta a oliveira que son los de mas criados que siempre me acompañaron en mis trabajos, y me servieron muchos años, para que con este socorro puedan passar en su Real obediencia y amparo, pues no he llegado a tiempo de poderles hacer este bien de mi hazienda –

+ Assi también suplico a Su Mgd me haga merced de dar el habito de Santiago a Juan Francisco de Urbiola mi secretario, por lo bien que me ha servido; y a los demás criados mios se pagará todo lo que se hallare les devo; y todos se dara su vacion por tiempo de dos meses que se contará del dia que yo muriere en adelante –

Siendo caso que yo muera estando las cosas de Portugal en el estado que hoi tiene, mi hija Dona Maria Margarida de Albuquerque de Castro entrara en la possession de quales quier bienes, derechos y acciones que yo tuviere en aquellos y en estos Reinos, y todo cobrara y abra a su poder libremente e insolidum, porque para este effecto le doi todo el poder necessario –

Dexo a la misma mi hija Dona Maria la cruz y cadena de oro que me ha dexado mi hermano el señor Conde de Basto, por aver sido de su padre Don Diego de Castro, mi señor: y también le dexo otra cruz de oro que traigo comigo, no solo por aver sida de mi padre y señor, y por aver nela dexado, sino por las cosas que della se escriven en la ocasión del naufragio que padecio, el qual anda impresso –

Declaro que el sargento mayor del tercio Napolitano del Conde de Bañolo Mucio Orilia me entregó en Pernambuco en el año de mil seiscentos y treinta y tres, quatrosentos mil reis, que

son diez mil Reales de plata para que yo se los mandasse dar en Lisboa, y haviendo el fallecido en el mismo año, me nombró por su testamentario, y ordeno que assi los dichos quatrosientos mil reis, como lo de mas que se hallase, se empleasse en renta, para que con lo procedido della se casasse en cada un año una huérfana Italiana; si se hallasse; y quando no se hallasse fuesse portuguesa, y que yo y mis successores fuessemos fuessemos (repetido no testamanto) los administradores y patronos desta obra pia: y por quanto desde el Brasil, y después, desta corte antes que Portugal estuviesse en el estado en que hos se halla yo ordenado a Manuel de miranda mi criado cumpliesse luego esta desposicion; pero por quanto no he sabido si lo ha hecho, es mi voluntad que al Padre Comendador del convento de santa Barbara de mercenarios descalços desta villa de Madrid que lo fuere al tiempo de mi fallecimiento o a quien su officio serviere se entregue un sentillo de diamantes que entre mis bienes queda, para que el dicho Padre Comendador con intervención de mis testamentarios le haga vender, y lo procedido de la venta se emplee en renta de buena qualidad a su satisfacion, y mando que la renta de cada un año se emplee en casar alguna huérfana de la nación Italiana, o en falta suia, alguna portuguesa que sean virtuosas y honradas,y la elecion y nombramiento ha de hazer el Padre Comendador que por el tiempo fuere del dicho Convento de Santa Barbara, y el ha de cobrar la renta referida, y darla de su mano al marido con quien la huérfana nombrada casare,

otorgano el carta de dote por escritura publica a favor de la dotada de la quantidad que se le entregare: y si en Portugal estuviere ya cumplida esta desposicion del sargento maior Mucio Orilia o pagada esta deuda a sus herederos, es mi voluntad que en tal caso se continue la dicha memoria de casamiento de una huérfana en cada un año por mi intervención, mientras la dicha mi hija Dona Maria, o los successores de mi casa y estado, no pudieren (por el en que de presente esta aquel Reino) gozar la dicha renta; peró luego y en qualquier caso que la pueda gozar, cesse la dicha memoria, y se agregue e incorpore la tal renta con los de mas bienes de mi casa y maiorasgo, y la gozen mis successores, y succedan en ella según y en la forma en que han de suceder, poseer y gozar los de mas bienes del dicho mi maiorasgo y casa y estado; quedando para el cumplimiento y satisfacion desta memoria lo que ordenó el dicho sargento maior Mucio Orilia en dicha disposiccion, y el empleo que en su conformidad se huviere hecho libre deste en cargo y memoria y aplicada a mi maiorasgo (como queda dicha) la renta que se comprare con el precio del dicho mi sentillo: pero si en Portugal no se huviere fundado la dicha memoria; quede para ella perpetuamente la dicha renta; y podiendo ser patrones della mi hija Doña Maria, y mis successores, es mi voluntad que ellos lo sean, y que como tales elijan y nombren las huérfanas, y enquanto no lo pudieren ser actualmente, por el estado de las cosas de Portugal, no dar lugar a ello, lo será el Padre Comendador del dicho convento, en la forma dicha, cada uno en el tiempo que lo fuere –

Nombro por mis testamentarios al dicho padre comendador de santa Barbara que agora lo es o a quien serviere su cargo, y al padre Provincial que agora es, o a quien serviere su cargo, y al padre Fray Bernardo de Jhesus Maria que oy es definidor; y en Portugal a la dicha mi hija Dona Maria Margarida de Albuquerque y Castro; y assi a los unos como los otros, dai y conçedo todo mi cumplido poder en la mas abundante y ampla forma que puedo, para que todos juntos, o qualquier dellos insolidum, no se podiendo juntar mas pueda y puedan cumplir y executar (como les suplico lo hagan) todo lo que en este mi testamento, o codicilo o ultima voluntad se contiene, el qual poder les conçedo sin limitación de tiempo alguno, para que siempre puedan executar, y executen estas mis disposiciones aunque sea passado el año, y muchos mas –

En esta forma doi por acabado este mi testamento, o codicilo, o ultima voluntad, que quiero valga, juntamente con el otro testamento ya referido, que tengo hecho y otorgado en Lisboa,

por la via, forma y modo que mejor pueda vale, sin que sea impedimiento el no pareser en el lugar donde yo moriere el dicho mi testamento, hecho y otorgado en Lisboa, porque aun que no paresca este se ha de cumplir y executar enteramente, y quando el otro pareciere se cumplirá en lo que faltare –

A las mandas forcozas dexo veinte Reales, y con esso las aparto de mis bienes. En Madri oy Jueves onze de Febrero del año de mil y seiscientos y cincuenta y cinco.

SSdo cardeña

Marques de Basto

Conde de Pernambuco

En la villa de Madrid a diez y nuebe dias del mês de Febrero del año de mil y seiscentos y cinquenta y cinco, ante mil el ess^{no}. oy testigos dei uso escritos, pareció presente el Señor Duarte de Albuquerque Cuello Marques de Basti Conde y Señor de Pernambuco, Gentil hombre de la Camara de su Mag. de su consejo de estado en el de Portugal, y estando bueno de salud y en su juicio y entendimiento natural, me entregó este papel cerrado y sellado, el qual dixo, lo que en la ha escrito es su testamento, ultima y postrimera voluntad, y por tal, le otorgava y otorgó, y en el dixo herdero, sepoltura y testamentarios, el qualquiere no sea avierto ni publicado hasta que aya fallecido, y entonces, se abra con la solemnidad del derecho, y por el presente, revoca y anula y da por ninguno otro qualquier testamento, o testamentos, cobdecilio, o, cobdicilios, poderes para testar, o en otra qualquiere que qntes deste aya echo manera que quiere que no balgan en Juicio ni fuera del salvo este qr al prito base, qr quiere que valga por su testamento, o cobdicilio, o en otra qualquier manera, en aquella via y forma que mejor aya lugar de derecho en cuio testimonio, lo otorgó ante mi el presente ess^{no} siendo testigos, D. Franco de Urbiola, D. Po de Cevallos, Luis Machado, Joseph de ¿Levenos?, Manuel Noroña, D. Juan de Belasco, y Andres Fernandez, todos criados del s^{r}. otorgante, vezos y estantes en Madrid y el otro s^{r}. otorgante lo firmó juntamente con los testigos a quien i o el es^{no}. doy fee conozco entre renglones = que antes deste aya echo =

Assinam

Marques de Basto Conde de pnambuco D

D. Francisco de Urbiola

D. Juan de Velasco

D Pedro de Zevallos

Joseph de zevallos

Manoel de noroña

Andres Fernandes

Yo Juan de nuestro señor siguen

En nombre de la santísima trinidad Padre Hijo y espíritu santo tres personas y un solo Dios Verdadero en cuya fui firmemente Creo fiado de la protescion Ya amparo de la siempre virgen maria señora nra de la Piedad y del santo anjel de mi guarda Y de los bien aventurados apóstoles San Pedro y san pablo Y desan Joseph San Antonio y santa theresa de Jesus los quales Ymboco humildemente por mis Ynterçesores para que me alcancen a divina

misericorida en la hora de mayor necesidad ----------

- Yo duarte de albuquerque coello marques de basto conde de Pernambuco Gentil hombre de la camara de su magestade Y de su consejo de estado hallándome en esta villa de madrid corte suya estando sano y en mi entendimiento para descargo de mi consciencia Y desposiçion de mis cosas hago este testamento o cobdiçilo en la manera siguiente que baldra en la forma que mejor Pueda valer ----------

- hestando en la Çuidad de Lisboa en la ocasión que parti di allí para la Guerra de Pernambuco en el mes de abril del año de mil y seisçientos Y seisçientos Y Treynta Uno tiempo que se allara ser verdad hiçe mi testamento cerrado y fue otorgado Y aprobado por mi solemnemente el qual es mi intencçion Y voluntad que guarda y cumpla excepto en lass cosas que yo mudare añadiere o diminuyere en este cobdiçilio Y declaración de mi Ultima Voluntad por que las mudanças del tiempo ban obligado a alterar Y disponer en la forma que ahora lo hago ----------

- siendo Rios servido que yo muera mientras las cosas de Portugal este vieren asi como mis pecados mereçen mando que mi Cuerpo Vestido en la avito de san françisco se deposite en santa barbara desta villa adonde hesta el de mi hijo y el de mi hermano el señor conde de basto que se puedan llevar el mio y el de mi hijo a capilla mayor de la Yglesia y combento de la santísima trinidad de Lisboa y el de mi hermano a la suya de nra señora del espinero de la Çiudad de e'bora y ordeno que asi el deposito de mi Cuerpo que se hiçiere aquí como después el levarlos huesos a las otras sepolturas no solamente le aga sin ponga sino con la mayor humildad que ser pueda ----------

- Aunque en mi vida he mandado deçir buena cantidad de misas por mi alma mando que mmuriendo yo se me digan con la brevedad posible mil misas mas por mi alma pagándose de lo que se allare mio la lismona de todas a rraçon de dos Reales de Vellon por cada una ----------

- Las deudas que yo devia y me devian en portugal antes que saliese de allí para la Guerra de Pernambuco constaran de mi libro de memorias que deste que deje en Lisboa escripto de mi letra, al qual mando se de entero crédito.

- Y lo mismo a otro libro que guardo en quarto en que se verann las demás debe deudas que he hecho Conde con de la misma Guerra y con la de las faltas y miserias presentes, y este libro de quarto se allara Junto con este testamento o cobdiçillo que también esta escripto de mi letra, a que mando se de entero crédito en lo que en ele se virey constare que devo Y e lo demás que en este hallare escrpto de mi letra porque quiero que sea parte deste mi testamento, o cobdiçilo Y de lo mejor parado de mi haçienda de Juros rais y muebles que tengo en portugal Y de lo demás que aquí se allare se pagaran todas las otras deudas Y asi lo en cargo Y suplico a mi testamentarios que tengo en aquel Reyno y a los mas que ahora nombro de nuevo ----------

- Nunca Don Diego de Castro mi señor ni el Señor Conde de Basto mi hermano que Dios tendrá en el Çielo hiçieron quentas conmigo de lo que se me dice de mi dote: Ya françisco cordovil Criado muy honrado de aquella Cassa me rremito en rraçon de las quentas que de esto debe tener Y por lo que de ellas o por qualquiere otra via contare sea averiguara la verdad del que se me debe sin pleitear porque ya que en vida nunca los he tenido con pariente ninguno, mas rraçon será que después de muerto no las tenga con nadie ni otra persona por mi causa quando mas personas mi podrán ser mis pecados sino fueran infinitamente mayor la misericordia de Dios para perdonármelos -------

- De los Juros que tendo en portugal mando se den luego a los Religioso del combento de la santísima trinidad de Lisboa cien mil reis de rrenta de Juro para cumplimiento de la Scriptura que con ellos se hiço para que luego se comiencen a decir las misas Y se cumpla lo demás que en ella esta declarado como mejor constara de la otra Scriptura la qual hellos deven tener Y también y la tenia Y la he dejado en Lisboa entre los demás papeles de mi casa ----------

- Y si mi Capilla mayor no estuviere aun acabada del todo mando que de lo major parado de mi hacienda después de pagadas todas mis deudas se acave de poner en toda la perfecçion que se pudiere Y el tiempo diere lugar

- Declaro por mi herdera, a mi hija Dona Maria Margarida de albuquerque de casto que este en portugal y si necesario es de neubo la Yntitulo por tal herdera y no trato de Doña Ana Doña Catalina y Doña Phelipa también mis hijas que estan religiosas profesas en el combento del santísimo sacramento de Lisboa porque an renunçiado sus lexitimas Y estan pagados sus dotes ----------

- A la dicha Dona Maria margarida de albuquerque de castro mi hija dejo todo el derecho Y acción para las merçedes que devo esperar de la Grandeça de su magestad por mis servicios para que pueda Pedir Y haver para si toda la satisfaçion dellos ----------

- Suplio también humilmente a su magestad no sol por mis servicios sino por su piedad se sirva de hacerme merçed de mandar se continue por mas diez años después de mi muerte asi la rrenta que fueren servido señalar en raçon de mi sustento Y salario como lo que por su Real orden he goçado por ser la mesada de mi hijo / Dios le tenga gloria que murió por su serbiçio peleando en la Guerra mis deudas de las quales he hecho mucha parte en las tres campañas en que el otro mi hijo sirbio a su magestad hasta que le mataron con dos mosquetaços en la ocasión del socorro de lerida el año de mil U seisçentos y qta y seis =

- también cada mes con treçientos Reales a françisco de Urbiola y Con duzientos a Luis Machado y Con ciento y cinquenta a Andres Fernandes Y con Çiento a Don Pedro de Zevallos Y Con çiento a su hermano Joseph de Çevallos Y con çiento a manuel de Noroña y con ciento a custo dia de oliveira y con ochenta a Domingos martinez, y con ochenta a Juan Lopez y con quarenta a Juan. Y con cinquenta a Vicira que son los demás Criados que siempre me acompañaron en mis travajos y me sirvieron muchos años para que con este socorro puedan pasar en su Real obediencia Y amparo pues no he llegado a tiempo de poderles haçer este bien de mi açienda

- a si también suplico a su magestade me haga merçed de dar el habito de Santiago a Juan Francisco de Urbiola mi secretario por lo bien que me ha servido Y a los demás criados mios se pagara todo lo que se allare les devo Y a todos se dara su rraçion por tiempo de dos meses, que se contarán del dio que yo muriere en adelante ----------

- siendo caso que yo muria estando las cosas de portugal en el estado que oy tiene mi hija Doña Maria margarita de albuquerque de castro entrara en la posesión de qualesquiera vienes derechos Y acciones que yo tuviere en aquellos y en estos Reynos y todo cobrara Y abra a su poder libremente e Ynssolidum porque para este efecto le doy todo el poder necesario ----------

- Dexo a la misma mi hija Doña Maria la Cruz y cadena de oro que me ha dejado mi hermano el señor Conde de Basto por haver sido de su Padre Don Diego de castro mi señor Y también

le Dejo, otra Cruz de oro que traigo comigo no solo por haver sido de mi Padre y Señor Y por aver me la dejado se no por las cosas que de ella se escriven en la ocasión del naufragio que padeçio el qual anda Ympresso =

- Declaro que el sargento mayor del tercio napolitano del conde de Bañolo Mucio Orilia me entrego em pernanbuco en el año de mil y seiscentos Y treynta y tres quatrocientos mil reis que son Diez mil Reales de plata para que yo se los mandase daren Lisboa y haviendo el fallecido en el mismo año membro por su testamentario y ordeno que asi los dichos quatrocientos mil Reis commo lo demás que se allase se emplease en rrenta para que con lo procedido de ella se casase en cada un año una huérfana ytaliana si se allase Y quando nos callar fuese portuguesa y que yo y mis subcesores fuésemos los administradores y patronos desta obra pia Y por quanto desde el brasil y después desta corte antes que portugal estuviere en el estado en que oy le alla havia y ordenado a manuel de miranda mi Criado Cumpliesse luego esta dispusiçion Pero por quanto no hes avido se lo a echo es mi voluntad d que el Padre Comendador del combento de santa barbara de merçenarios descalços de esta villa de madrid que lo fuere al tiempo de mi falleçimineto, o aquien su ofiçio sirbien se entregue un çitillo de diamante que entre mis vienes queda para el otro Padre comendador con Yntervençion de mi testamentarios le aga vender y lo proçedido de la venta se emplee en rrenta de buena calidad a su satisfacçion y mando que la rrenta de cada un año se emplee en casar alguna huérfana de la naçion ytaliana o en faltas suya alguna portuguesa que se an virtuosas y honrrada y la delaçion y nombramiento ha de hacer el Padre Comendador que por el tiempo fuere de otro combento de santa barbara y el la de cobrar la rrenta referida y darla de su mano al marido con quien la huérfana nombrada casare otorgando el carta de dote por escriptura Publica a favor de la dotada de la cantidad que se le entregare Y Sien portugal estuviere Y acumplida esta dispusiçion del sargento mayor muçio orilia o pagada esta deuda a sus herderos es mi voluntad que en tal caso se continue la otra memoria de casamiento de una huérfana en cada un año por mi Yntençion mientras la otra mi hija Doña Maria o los subcesores de mi casa y estado no pudieren por el en que de presente esta aquel Reyno Goçar la otra Renta pero luego Y en qualquier caso que la pueda Goçar Cese la otra memoria Y se agregue E Yncorpore la tal rrenta con los demás vienes de mi casa y mayorazgo y la gozen mis subçesores Y subçedan en ella según y en la forma en que an desçobceder poseer Y Goçar los demás vienes del otro mi mayorasgo Y cassa y estado quedando para el cumplimiento Y satisfaçion desta memoria lo que hordeno el otro sargento mayor muçio orilia en otra desposiçion Y el empleo que en su conformidad se hubiere hecho libre deste encargo Y memoria Y aplicado a mi mayorazgo como queda dicha la rrenta que se comprare con el precio del otro mi çentillo pero si en portugal no se hubiere fundado la otra memoria que de para ella perpetuamente la otra rrenta Y pudiendo ser patrones de ella mi hija Dona Maria y mis subçesores es mi Voluntad que ellos lo sean Y que como tales dejan Y nombren las huérfanas y enquanto no lo Pudieren ser actualmente por el estado de las cosas de portugal no dar lugar a ello lo será el Padre Comendador de otro convento en la forma otra cada uno en el tiempo que lo fuere ----------

- Nombro por mis testamentarios a el dicho Pedro comendador de santa barbara que ahora lo es o aquí en sirviere su cargo y al Padre provincial que ahora es o aquien sirviere su cargo Y a el Padre fray Bernardo de Jesus Maria que oy es definidor = Y en portugal a la otra mi hija Doña Maria margarida de albuquerque y castro Y asi a los Unos como los otros doy y conçeo todo mi cumplido Poder en la mas abundante Y amplia forma que puedo para que todos juntos o qualquiera de ellos Ynsolidum no se pudiendo Juntar mas pueda Y puedan cumplir Y executar como les suplico lo hagan todo lo que en este mi testamento, ocobdiçilio o ultima voluntad se contiene el qual poder les conçedo sin limitaçion de tiempo alguno para que

siempre quedan executar Y executen estas mis dipusiçiones aunque sea pasado el año Y muhcho mas ----------

En esta forma diz Por acavado este testamento, o cobdiçilo o ultima voluntad o que quiero valga Juntamente con el otro testamento y arreferido que tengo hecho y otorgado en Lisboa por la via forma y modo que mejor queda valer sin que sea ympedimiento alguno el no pareçez en el lugar adonde yo muriere el otro mi testamento hecho y otorgado en Lisboa porque aunque no parezea este sea de Cumplir y executar enteramente Y quando el otro pareçiere se cumplirá en lo que faltare -----

- A las mandas forçosas dexo veynte Reales y con eso las parto de mis vienes en madrid oy Juebes a onçe de febrero del año de mil y seisçientos Y Cinquenta y Cinco = Marques de basto Conde de pernanbuco = El lizenziado Cardeña----------

Otorgam^{to} – en la villa de madrid a diez Y nuebe días del mes de febrero del año de mill Y Seisçientos Y Cinquenta Y Cinco antemi el escrivano y testigos dey uso escriptos pareçio presente el señor Duarte de albuquerque Cuello marques de Basto conde Y señor de Pernanbuco Gentil hombre de la Camara de su magestade de su consejo de estado en el de portugal y estando bueno de salud Y en su Terçio y entendimiento natural, me entrego este papel Çerrado y sellado el qual dijo lo que en el ha escripto es su testamento ultima y postrimera voluntad y portal le otorgava Y otorgo Y en el deja herdero sepoltura Y testamentarios el qualquiere no sea abierto ni publicado hasta que aya fallecido Y entonces se abra con la solemnidad del derecho Y por el presente Pleito aya nula Yda por ninguno otro qualquiera testamento o testamentos cobdiçilio o cobdiçilios poderes para tentar o en otra qualquier manera que antes de este aya hecho que quiero que no balgan en Juiçio ni fuera del salvo este que al presente haçe que quiere manera en aquella via y Forma que mejor aya lugar de derecho en cuyo testimonio lo otorgo ante mi presente scrivano siendo testigos Don francisco de Urbiola Don Pedro de çevalloss Luis Machado Joseph de Çevallos Manuel de Noroña Don Juan de Velasco y Andres fernandez todos criados del señor otorgante Veçinos y estantes en madrid Y el dicho Señor Otorgante lo firmo juntamente con los testigos a quien Yo el escriviano Doy fee Conozco = Marques de Basto Conde de pernanbucoo = Don françisco de Urbiola = Don Pedro de Çevallos = Luis Machado = Don Juan de Velasco = Joseph de çevallos = Manul de Noroña – Andres fernandes = Yo francisco de moscosso scriviano del Reyno Señor y veçino de madrid presente fuy Y lo firmey signe = en testimonio de verdad françisco de Moscoso =

Concuerda con ¿el onze? Que ha principio deste Testamento Joan ebquierda

Anexo III - Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado

Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestade de que se haze mencion en compendio em este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado.[748]

1º a) Que el que impreme los sucesos desta guerra fue el mismo que la governo con su hermano Mathias d'Albuquerque general que hoy es de las armas del tirano de Bergança; b) y como la historia sea juez y testigo de los tiempos; c) e seria contra todo derecho que los Albuquerques lo sean en causa propia y de acciones suyas, estando por essas mesmas indiciados de gravissimos delictos.

1º a) Que ellos gobernaron las armas en Pernambuco, y que de prezente gobierna Mathias d'Albuquerque las del tyrano en Portugal es notorio en todo Hispaña, notorietate facti.

b) Historia est iudez temporum et testis veritatis, Tullius.

c) Iudex (Historiographus iudicium agit) non potest esse testis in his quae ipse fecit, ex quibus laus vel opprobrium potest resultare Alex. Cons. 70 nº 1. Cum. Cons. 134. Tusc. Concl. 203. De testibus. Apont de las Monarchias dize = no sean los historiadores chronistas de si mismos, pues la obra, y no quien la haze ade alabar el autor: Nemo est indoneus testis in causa propia 1. Ómnibus (de testibus, Fulgos. Cons. 161)

2º Que a este respetto se hizieron por orden de Su Magestad diversas pesquisas em Madrid y Portugal contra ellos, y en todas se hallan graves culpas de entre ambos, siendo la mas constante, que por intereses proprios dilataron aquella guerra, sacando della gossissimos [95v] caudales, y en effettto vino prezo esto de la Bahia Matihiaz de Albuquerque sugetto principal desta historia hermano de su autor, y de fato se iba procediendo contra los dos quando se rebelo Portugal.

2º Consta de las mismas pesquisas de que se hallara noticia en la Secretaria d'Estado de Portugal; y de diferentes relaciones que se presentaron a Su Magestad acerca desto, y mejor de la que proximamente le offrecio en este ano em Caragoça Domingos Cabral Bacelar[749] soldado muy pratico, que se hallo prezente a todos los accidentes de aquella guerra y por orden de Su Magestad hizo particular tratado d'ella y de las culpas que allí se comietieron, que le prezento. [95v]

---

[748] Documento pertence ao Museu Britânico Add. 28461. Papeis tocantes a Portugal. IN: *Documentação Ultramarina Portuguesa***.** Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 5 v., il. (Gulbenkiana, 2). Volume I. págs 11 a 19.

[749] JGM coloca ao lado um asterisco informando que Sobre Domingos Cabral Bacelar existe informação em Simancas, no Secretarias de Estado (Flandes, Holanda y Bruselas), Legajos 2064 e 2065.

3º Que en estos términos de estar pedientes en juizio los delictos destos Albuquerques, y siendo sus errores tan graves que las fatigas presentes que padece la monarchia, y su Indias se originaron de ellos pues todo se cimento en la perdida de Pernambuco, no se deve imprimir historia que tiene por fin alsover se estos reos asy mismos en la opinion del vulgo con lo que escriben en ella sin ser oyda la justicia, ni haver se juzgado lo que contra ellos resulta en las pesquizas refiridas, que estan suspendidas por se haver remittido a Portugal antes de su rebelión.

3º Ne inquisitio principis obliquis probationibus causa intercipiatur, et iustitiae viros obrepticijs medijs infringantur; Monticel, de probat lite pendente mihil innovetur ibi comuniter D. D.

4º Que tocando al historiador repartir los premios con rectitud que se debe a cada uno dellos que se hallaron en los trances, no dando a este la alabança que no merece, ni quitando al otro la que le toca (agravio mas sensitibo de los que militan) es grave inconvenientes y en prejuicio de muchos que el autor desta historia a titulo de historiador [96] aga esta repartición, visto ser imposible executar la justamente; porque[…]

4º Historici munus est laudes, et vituperia aequa lance dispensare, ne virtutem unius fraudulenter deprimat, aut alterius favore extollat Front. Lib. 4. C. 7. Nam. Ut psalmus docet, rectos decet dollaudatio et bonis fit iniuria quando immerentes laudantur et quoties quispiam eorum similem improbat aut probat dissimilem, Thomas Acc. De Ludo sch. nº 54.

5º Estando culpado por testimonio de hombres de mejor opinion que militaron ally, y que por orden de Su Magestad tienen depuesto lo que passo en aquella guerra y que en las ocasiones condenavan la flaqueça, o condicia con que se obrava, a estos esfuerça que para quitar les el crédito, los desluzga y por lo contrario acredite a los de su seguito que defendian los yerros afectados que hizieron perder aquella parte tan fecunda de la America, y vendrá a ser que las acciones de mayor valor ha de callar y deslucir a sus dueños y acreditar las contrarias. Los sentimentos y otros peores effetos que disto pueden resultar, no caben en la brevedad deste papel.

5º [96] Haviendo estos testificado en juicio contra los Albuquerques, no debe admitir se historia hecha por los mismos acusados en la propia causa de su accusacion; porque por este camino se hazem acusantes de sus acusadores, y testigos juntamente en la materia en que son partes, et non potest accusatus accusare suum accusatorem, juxta regulam generalem; Tul. Clar. q. 15. No 12. Tusc. Cons. 164. De accusat; et on potest ullam autoritatem habere sententiam ubi, qui dammatus est, damnat, Senec. De remed. Furt.

6º Que conforme o derecho las historias hazen fe, y crédito en lo futuro, para prueba de verdades importantes, y es agravio que offende a la posteridad dexar imprimir la que es cierto que no ha de refirir llanamente lo que fue, pues siendo tan culpados estos hermanos como caudillos que eran de aquella milicia, y que uno d'ello estava ya puesto [96v] en prisión por esto; es fuerça que farian la historia mas ajustada a fines particulares de sus dos cargos que a la realidad de los successos.

6º Annales, seu historiae faciunt findem Tusc. Concl. 240. De probat. Aufr. De test. Cap. et quos ibi citat. Glos. In cap, inter dilectos in verbo, magis de fide instrumentorum. Glos in cap.

venerabile verbo, transtuli de ellectione Bart. In. L. 1. Ff. Si certum petatur. Mascard. De probat. Concl. 287. Tom. 1. Alfanus ad dictam L. 1. Am ff. Si certum petatur no 132.

7º Que a este respetto viene a ser notable prejuizio de la corona imprimir-se esta historia; y para que mejor se entienda por donde viene este daño se advierte que las tierras de aquel dilatadissimo estado del Brazil, después de descubiertas, las repartieron los reyes de Portugal por diversas personas con titulo de capitanías, para la cultura y población, y defensa; estos se llamavan donatarios de la corona. Passados anos naciones de Europa navegando a aquellas partes, ocuparon con armas algunas destas capitanías echando fuera los portugueses; acudieron a estos reyes de Portugal con sus armadas, y volviendo a cobrar las plaças desalojaron al enemigo; mas no quisieron bolver a darlas a los primeros donatarios en castigo de no haverlos defendido, y assy las restauradas anexaron a su corona.

7º Barruis en su America, Andrada in Vita Regis Joannis tertij, lusitani 4ª parte cap 32. Capral in tract. Del Brazil.

8º Suppesto esto, como los Albuquerques eran donatarios de Pernambuco, [97] y lo perdieron tan culpablemente como consta de las pesquizas, y de la publicidad del facto, temen que si el rey recuperare con sus armas el Estado, executte ahora lo que executo entonces avinculando aquellos bienes a su corona; ellos pues para prevenir este daño que los toca, quieren por medio desta historia fundar derecho para adelante, refiriendo en ella, como, sin culpa suya, y con mucha de las armas del rey, y su gobierno, se perdió; pera que desde ahora con esto quede insinuada la justicia para sy, hijos, o niettos, de se les restituir aquel Estado si llegare el caso de recuperarse. b) Y como las historias acquieren autoridad con los anos, y hazen prueba en derecho, como se advirtió arriba, de aquy a no muchos, y muertos los testigos que hoy biven de la verdad, estos Albuquerques, o successores, se han de valer, como de texto desta historia. c) y de otras que en caveças agenas hazen se impriman sobre la misma materia, para con tales documentos tener regresso a las plaças que dexaron perder con tanto daño de Hispaña.

8º a) Quia ablata ab indigno potest prínceps retinere, immo debet utsecuriora reddantur [97] illa loca viribus regijs ab hostium, et preadorum incursu. Amb. Lib. 3. Cap 1.

b) Authoritas venit na annis, et historiae antiquiores fidem adstruunt. Antiquitas in historijs commendatur. Mendoça Lib. 5. De floribus varijs problema 48. Antiquis historijs mayor fides habentur, sinquidem multorum saeculorum diuturnitate conflatam gratiam, et authoritatem conservant, recentiores vero no [?] satis suam fidem omnibus commendant. Cic. In Orat. Habet, ut in aetatibus authoritas senectus, sic et in exemplis antiquitas; Idem in partetium quo notiora sunt, aut veterum quo plus authoritatis habeant copiam.

c) Fray Alonso Venero en su Enchiriclion ano 1630. A instancia deste interesado per los mismos finos haze relación del caso encaminando lo al intento que queda apuntado.

9º Que es infatible que defenderan el crédito de la dicha Historia, y de las demás relaciones que en estos anos por su inteligencia se imprimen, con alegar que el [97v] tiempo, y lugar de la impression qualifica su verdad, visto que el tiempo fue estando vivos los que sabían d'ella a ojos y presencia de los quales no se prezume mentirse. El lugar, la corte del rey adonde no se pirmitiera salir a lux historia de tal materia no estando justificada por cierta, de que viesse a resultar que dexarla imprimir en tales circunstancias, es dar armas a la injusticia, y quitar las

al derecho que toca al príncipe de retener aquellas plaças, lo que cede en gran prejuicio de su corona.

9º Quo enim geritur in ore ómnium sine ullius contracdictione, probatum dignoscitar Bonin. De probat 352.

10º Que espunto tan essencial que por la parte que esta historia se puede considerer como probança para lo de Adelante contra regalia de Su Mgestad en caso que fuera muy preciso el imprimirse, lo que no es, devia primero remitirse al fiscal de la corona a que tocasse, advirtiendole de los fines de su autor, y del derecho del rey,para que examinasse con particular attencion la verdad con que refiere la perdida de aquella importante plaça.

10º Historia cum sit tesis quídam, et ista de qua agitur sit in prejudicium fisci, no debet produci sine citatione partis, ut doctores communiter, ubi agunt de qualitate testium.

11º a) que aun sin las razones referidas se debe prezumir contra el autor, que su historia camina a respettos e intereses [98] particulares, visto que ya otra ves estos Albuquerques por medios deste genero adelantaron sus augmentos con prejuicio de los que pos sus meritos son los verdaderos acreedores de las mercedes de los reys, fu el caso –

11º a) Qui semel est malus Semper praesumitur, praecipue in eodem genere mali [98].

b) Tum dantur praemia et honores qui mérito virtutis debentur, si quis solicitudine potius quam vero labore assequatur. Front. Lib. 3. Cap. 8.

12º Que por parte d'ellos se divulgo que Jorge de Albuquerque[750] padre del autor, em la batalla d"Africa, viendola ya perdida, diera su cavalo al rey Don Sebastian para escaparse della y el se quedara herido entre los moros, desestimando la vida para salvarse la del Princepe. a) Accion que oyda con aplauso, esto le sirvió de prueba con el vulgo, que como poco especulativo, fácilmente cree haçañas aunque mal justificadas, por lo que siste el facto y los chronistas de aquella batalla. b) El facto porque es indebitable que el rey Don Sebastian en ella peleo hasta el ultimo aliento, sin pretender nunqua escaparse, ni pedir, ni aceptar partido, o medio para conservar la vida. c) Los chronistas, porque con ser muchos, assy castellanos, como portugueses y d'otras nationes, los que escribieron los sucesos indiviuos de aquel trance, y alguno que se hallo siempre al lado deste príncipe [98v] y fue testigo de su muerte, y que pocos anos después della, salieron con sus obras, tiempo en que estay [¿] antecientes las noticias singulares de como havia passado el caso, ninguno refirió esta acción, siendo tan esencial a la intregridad de la Historia.

12º a) Vulgi proprium est magis credere quam iudicare, et illa plaudere quae plus habent novitatis quam veritatis. Senec. De Vita Beatta..

b) El facto porque ali murio y de los infracitados que llegan a individuar el caso, consta que no quizo nunqua rendirse ni entregar las armas, para conservar la vida por mucho que le instaron los suyos.

c) Llescas [¿] Hist. Pontif. Lib. 6, cap 22. Fray Antonio de S. Roman en su lib. de la Jornada y muerte del rey Don Sebastian. Herrera Lib. 10. Cap 7. Joan. Ant. Viper. De Obtenta

[750] JGM coloca ao lado um asterisco informando que Sobre Jorge de Albuquerque vê Simancas SP 1456, fls 50/50v, ib ii 1583.

Pertugalia. Mendonça en el libro de la jornada d'Africa, autor que dize se hallo prezente en la batalla y vio la muerte del rey. Faria en su Epitome; Augustin Manuel en [98v] La Succession de la Corona de Portugal. Laurencio Bier. Fls. 18. Oper Chronico p2. Franqui Lib. de la unión de Portugal. Trusilnio Venero en sus Epitamos de los Tiempos ano 75 y 78.

13º Que sin embargo d'esto, la industria de los mismos Albuquerques hiza pintar quadros del sucesso que representavan a Jorge Coelho dando el caballo al rey, y que puesto en el caminava a librarse del peligro; a) Esta pintura, sobre el rumor antecedente, sirvieron de nuevas lenguas y testigos mudos que sin tener vox ni crédito, hizieron que este figmiento lo tuviesse en el pueblo, y fue uno de los motivos, que ayudo a introduzir aquel yerro vulgar de que el rey Sebastian vivía por haberse espacado en el caballo referido; b) De que resultaron lo daños e inquietudes que todos saben con duración de quasi un siglo; en que hombres viles se atrevieron a titularse por reyes , afirmando cada uno, que era o que escapara de los campos africanos.

13º a) Vanis rumoribus magis quam veris factis multi invalvere. Pictura multa falsa proveris obtrusit est enim magistral nodium. D. Th. 3. Sent, desta. q.q. [?] ar. 2. Et can. 100. In Trullo; illis legunt qui literas nesciunt; gentibus pro lectione picture est. Preg. Papa. Lib. 9. Epistularum; e habetur in cap. Prolatum de consecrata. Dest. 3 –

b) Como fue el Pastelero de Madrigal que se fingio rey ano de 94; consta del processo em que se averiguo su delito. Outro de nacion veneciano hizo la misma ficcion; y um Hermitaño que por esto fue ahorcado en Lisboa, y otros embusteros que posieron alguna vez la Republica en riesgo apoyados con la fama de haverse escapado a caballo el rey Sebastian.

14º Que mucho despues para grangear crédito a la fabula obraron concierto a) hombre de poca attencion en sus acciones que imprimiendo algunos pliegos de materias fútiles sin catenacion ni orden a que llamo – Miscelanea – posiesse a buelta de lo demás, el sucesso del caballo, que tenia ya por fiadores la pintura, y la platica del vulgo, con que quedo la haçaña supuesta con brios de defenderse por verdadera,visto que ya tenia letra de molde en su fabor; b) a quien seguio outro autor que escrivio ha muy poco., que por ser de apellido – Coelho – que es el que por baronia toca los Albuquerques; y a instancia d'ellos se conformo con aquella Miscelanea c) en que se echa de ver la fe que merecen estos escriptos, visto que, de todos los que escribieron mas próximos al sucesso, personas tantas en numero, gravissimas en qualidade y letras, nadie tomo en la boca aquella acción de fineza, y ahora sesenta anos despues del caso, no las cuentan con todas sus [99v] circunstancias, siendo los relatores d'ellas incapaces por su edad, o talento de saberlas. Demonstracion de que todo viene a ser inteligencias de los interessados.

14º [99] a) Miguel Leiton hombre de talento embaraçado, imprimio este quadernillo de Miscelaneas, muy familiar de los Albuquerques interessados. b) Luiz Coelho que dio a la estampa de su libro de empresas militares lusitanas quasi cinquenta anos despues de aquel sucesso, como deudo por baronia destos Coelhos Albuquerques, siguió el quadrenillo de Miscelaneas, aunque mas enunciado que fundando el caso. c) Suspecionem faciut mendatij scripta recentiora, dum referunt quod ab antiquioribus omnino pretermisum.

15º Que por serlo, y coger el frutto lembrado tanto de atraz, de sus negociaciones, en el ano de 640 vino este mismo Duarte d"Albuquerque a la corte[751], y prezento memorial de servicios, y entre ellos alego aquella acción de su padre, para que se le remuerasse, probándola con los documentos referidos que previnio la industria para ahora cimentar en ellos sus augmentos, y en effetto por estos y otros servicios, mas inventados que hechos, gano titulo de conde, que estas desdichas padecen las mercedes reales por lo turbio de los tiempos, que no da lugar a atenciones individuas, y perque a los que faltan meritos sobram la inteligencias, y como supo entonces disponer aquellos a sus fines que se lograron, per la mims traça quiere introducir agora con lo desta [100] historia, derecho para acciones que se logren de futuro.

15º Consta del mismo memorial de la parte en que con palabras encarece la grandeza deste servicio, y lo equipara a otro deste genero que hizo un vasallo de Castilla a su rey, insinuando que se le debe igual premio por esto.

16º Que siendo la materia desta historia, las perdidas de aquel opulentissimo estado que gano el holandez y perdieron estos Albuquerques, y enseñadose agora ally la doctrina impia de Calvino en lugar del Evangelio que de antes se predicava, es assumpto indigno de tratarse en tales tiempos, mayormente, siendo los autores desta historia los mismo que lo fueron destos daños mas para llorar que para escrivir.

16º Tristia, et indecora reipublicae potius oblivione delenda, quam literis commendanda. Flavius Vop. Reipublicae vulnera sunt tegenda.

17º Que ultra de todos los achaques referidos, tiene outro esta historia que bastava solo a reprobar su impression. Porque el subjecto principal d'ella es Mathias de Albuquerque como general que governo aquella guerra que agora escribe su Hermano; y seria mucho contra la decência d"Estado que de um hombre traydor y que exerce actualmente la traycion, governando las armas del tirano de Bragança [100v] quarenta léguas desta corte, se imprimiessn acciones valerosas en Madrid. Em la Estremadura anda abrazando a fuego y sangre los lugares del rey de Hispaña, y en su corte, per el mismo tiempo, se imprimiran luzimentos del rebelde, que mas afectuosamente sirve el tirano de Portugal? Quien no ve la disformidad deste intento? Al mas fiel hara tibio, y al traydor animoso, viéndose estampar memorias honorificas deste, como si fuera al mas leal; y se se permite ser autor de ellas su hermano que lo es legitimo en la sangre, en los affetos y complicidad en los yerros o malicias que huvo en dilatar la guerra de Pernambuco, y en la perdición de aquel estado.

17º Crimen lesae magistatis reddit infamem, ab honoribus privat; nec sunt celebranda nomina eorum qui factis reipublicae perniciem moliuntur, rebeles faciemus si rebellis facta decoramus.

18º Que por Su Magestad como rey de Portugal haver entendido los designios con que algunos de aquel reyno escribian historias, annales, o epitomes, ordeno por el Consejo Supremo de aquella [101] corona que nadie imprimiesse las tales historias, o epitomes, sin primero prezentarles em el dicho Consejo, o Junta, para los ministros de ella que tienen noticias individuas de los sugettos portugueses, y los fines com que talvez se introduzen em

[751] JGM coloca ao lado um asterisco informando que Sobre Duarte de Albuquerque que em Simancas no SP 1536, fls 235/239.

chronistas voluntários, reconocer el assumpto, y los intentos de su autor; y porque el de esta de Pernambuco vio que si la prezentasse ally, le podrían argüir los achaquez apuntados, y otros quiça mayores se hurto a esta orden, y sin hazer mención de ella acudió a pedir licencia a los señores del Consejo de Castilla que como ocupados con negocios superiores, y a quien no pueden ser presentes las noticias de todo lo referido, la concidieron, como cosa ordinaria.

18º Consta de la misma orden dada en 31 de mayo de 632 en que con palabras muy ponderadas, y alto sentimiento en la materia, manda que ninguna historia, o epitome de sucesos del tiempo se pueda dar a la estampa sin preceder dársele quenta por consulta. Y para que mejor se vea se pone aquí la copia de la orden.

[101] por algunos libros que de pocos anos a esta parte salieron impressos en esse reyno en cuya impression se diviera reparar; se ha visto quanto en estas cosas se han facilitado las licencias en my Dezembargo de o Paço adonde esta toca; y porque la materia es de mucha consideración y pide toda reformación, os encomiendo mucho y encargo que lo advirtays a aquella meza pesoa que este en esto con el cuidado debido, y que particurlamente no concedan licencia alguna para se imprimir ningun libro que toque a historias, o materias de gobierno, o sucesos destos tiempos sin primero se me consultar; y hareys executar con todo cuidado la ley que esta passada que prohíbe imprimirse ningun libro ni papel sin esta licencia; y vereys si convendra acrescentarse la misma ley, y penas d'ella y me avisareys co el parecer del Dezembargo de o Paço y vuestro. Escrita en Madrid a 31 de Mayo de 1632

19º Que debe revocarse esta licencia, como subrepticia impetrada sin la información necessaria de los fines del autor, y de la indignidade de la materia en las circunstancias del tiempo, y per los demás motibos [101v] que en compedio se tiene refirido, y que el revogarse es muy conforme a la voluntad de los mismos señores que la concedieron, que siempre es condicional, sino huviere incoveniente que prejudique a la republica.

20º Que no obsta poderse dezir que para que se concediesse a esta historia la licencia de imprimirse, se cometio primero la censura d"ella a alguna persona de partes y suficiencia que la approbo; a) porque la dicha persona, o personas a que comúnmente se remitem estas censuras, aunque sean doctissimas, no los toca conocer (mayormente si es de otro reyno) el humor, y fines del chronista; ni esta informado del assunto y de la verdad con que se escriben los sucesos, o si es interesado el autor con callar lo que fue y dezir lo que no huve, qualidades todas que en subjecta materia son de particular consideración, por las razones mensionadas, b) ultra de que la inteligencia de los que escriben assumptos como este, no da lugar a que se de la censura libremente que como saben quien es el censor acudiendo a el [102] por sy, o con autoridad de terceros, consiguem fácilmente el negocio, porque nadie quiere incurrir en odio de otro por lo que le importa poco.

20º a) no viene a ser esto de los que censuran que siempre son personas eruditas, mas como no les pueden ser presentes los intentos ocultos del autor y motibos que llevan a introducirse chronista solo juzgan de lo superficial de la historia estilo y desposicion de ella. b) soepe precibus extorquetur quod minus congruit; autoritati petentium tribuetur quod commune damnum convertitur.

Anexo IV – Documento sobre a tutoria que deu a Lourenço de Sousa - Archivo General de Simancas - Secretarias Provinciales – Códice 1465 – libro encuadernado en pergamino de Registro de cartas de S. M el año 1608. Fls 175

Escrito ao lado do documento o seguinte:

Desse esta tutoria a Lor^{o} de Soussa

Transcrição:

+

Señor

Jorge de Albuquerque, que foi capitão e governador de Pernambuco, no estado do Brasil, dexou, por seu falecimento dous filhos e por tutor deles a Mathias de Albuquerque seu primo, que foi Viso Rey da India, falleçendo, o ditto Mathias de Albuquerque seu primo, instituyo por seu erdeiro ao menos destes seus sobrinhos, e pidio em seu testamento, a dona Philippa de Vilhena sua mulher que se emcarregue de o ter consigo, e a seus testamentarios que pedissem a V. Mgd. que mandasse dar ao mayor (cuja fazenda he de importância) tal tutor que o criasse como convinha, elle acreçentesse sua fazenda.

Sendo falecido Mathias de Albuquerque, e entrando pouco depois sua mulher em Religião, se tratou, de dar tutor a ambos estos menores, cuja tutoria pidio (logo que falleceo Mathias de Albuquerque) dom luis Coutinho dizendo que a elle só pertençia por ser seut tyo Irmão de sua may e não haver outro parente mais chegado, e ffeitas na matéria as diligencias que se tiverão por necessárias, e considerado, que pelo ditto dom luis ser vivo, e ter hua filha em cassa, com pouca fazenda, para adotar, poderia da conversação domestica, e da obediência resultar do casamento, que não fosse em utilidade do mais velho, e que dos mais parentes alguns não acceitarão a tutoria, e outros não convinhão para ella se assentou aos mais votos, que le dessea, Lourenço de Sousa cinhado do dito Mathias de Albuquerque, em cuja cassa estavão os ditos menores assi pela afeição com que os tratava, como, porque dona Philippa sua irmã, viúva d', Mathias d'Albuquerque, que o criou, receberá disso consolação, e que a administração da fazenda, se encarregasse a outra pessoa, buscandose para isso de confiança, com obrigação de dar cada anno conta e com ordem para que tirandose dos rendimentos desta fazenda,, a parte que se taxasse para alimentar estes menores, se depositasse, o mais no cofre dos órfãos, por ordem do juiz a que tocasse.

Havendosse assi executado, se queixou a V. Mgd. o ditto dom Luis Coutinho, de se lho haver tirado esta tutoria, e sobre, o mesmo, escreveu a V. Mgd. o Marques de Castelo Ro. Seu cunhado (antes de ser viso rey) justificando esta sua quexa, e para V. Mgd. se resolver nella, mandou que se remetesse ao Dezembargo do Paço, para ally se lhe consultar com parecer do Viso Rey, o que se devia prover nisto, sendo ouvido o ditto Lourenço de Soussa.

Virão se no dito Desembargo as razois de Dom Luis e a resposta de Loureço de Soussa, (que diz tem esta tutoria 50 mse por V. Mgd. lha mandar encarregar, e que não tem duvida a se dar a Dom Luis) e hua petição de Dona Philippa viúva, de Mathias de Albuquerque, freira professa, em que pede, que se não tire esta tutoria a Lorenço de Soussa seu irmão, pelas razois que ouve para se lhes dar e pelo bem que elle procede, e visto tudo he o ditto Desembargo de parecer, que Lourenço de Soussa deve continuar com a ditta tutoria, atento ao pouco tempo que há que se lhe emcarregou, precedendo toda a informação necessária e a ser assi em

proveito dos menores, pelo amor com que em sua casa os cria sem nenhum interesse, pois não corre com os rendimentos e administração da fazenda, se não só com seu insino e creação.

O Marques Viso Rey em carta para V. Mgd. de 26 do mês passado (com que enviou esta consulta) Diz que o que os dezembargadores appontão, pareçe que se funda mais em razão, de estado, e de governo, que no que dispõem as leys e ordenações do Reyno, a que dereitamente ouverão responder, as quais ordenão que as tutorias e curadorias dos órfãos, se dem, a seus parentes, e que em falta deles se escolhão outras pessoas, e que se isto se negasse ao ditto dom Luis seria materria de que lhe se poderia sentir, por se poder cuidaro que por alguma falta sua, se avia V. Mgd. servido, de dispensar com os termos ordinários do direito, E que a isto se acrescenta o que dom Luis declara, nos seus apontamentos, para cuidar, que não falta fundamento, (os quais vão aqui juntamse com a resposta de Loureço de Soussa)

E que ainda que elle Marques e dom Luis são cunhados poem a Deus por testemunha, que nunqua teve particulares respeitos, no serviço de V. Mgd. nenhum no del Rey que Deus tem,

Havendosse visto em Consejo Pareçe a Françisco Nogueira que esta tuttoria se deve a dom luis, conforme a ley do Reyno, e que assi se lhe deve dar; porém na forma que a tem Lourenço de Soussa, que há somente no que toca a creação e pessoas dos menores, mas não na administração da fazenda, porque essa lhe pareçe que se deve continuar na forma que esta ordenado, por ser a que mais convem.

Diego da Fonseca se conforma com este parecer, e adverte que não faz ao casso, o que na consulta do Desembargo do Paço se apponta, de que Mathias de Albuquerque teve esta mesma tuttoria, sendo seu parente, em grão mais remoto, que o ditto dom luis, porque isto se fez por o deixar assi ordenado Jorge d'Albuquerque, em seu testamento, e o poder fazer conforme a dereito, ainda que não tivera nenhum parentesco, com seus filhos porem que sendo moito Mathias d'Albuquerque, conforme a ordenação; se não pode sem dispensação particular della, tirar esta tutoria ao ditto Dom Luis, E assi lhe pareçe que se lhe deve dar na forma que esta ditto.

Affonso furtado de mendonça he de parecer, que estas razoes de direito puderão ter lugar quando a princípio se tratou deste negocio porem que agora estando tanto adiante, e procedendo Lco de Soussa na creação destes menores com satisfação lhe pareçe que se lhe não deve tirar.

Com este parecer se conformão Henrique de Sousa, e os Condes de Ficalho, e de Salinas, e acrescentão que não havendo Lco de Soussa procurada esta tuttoria antes sendolhe encarregada por ordem de V. Mgd. por se haver entendido as conveniências que para isso havia, e que de a ter dom luis Coutinho sendo viúvo e tendo uma filha em casa se poderão seguir os inconvenientes que se tem apontado, lhes Pareçe que posto que Lourenço de Soussa não repara em se dar a dom luis. Todavia se deve considerar que por a mesma razão, que da de a não haver pretendido receberia agravo em se lhe tirar, V. Mgd. mandara, o que for servido. Em Madrid a 11 de mayo 1608.

Anexo V – Archivo General de Simancas - Secretarias Provinciales – Códice 1468 – Livro de Consultas respondidas por Sua Majestade el año 1626. Fls 124 a 129

Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil, e de outras pessoas que tem promessas de comendas.

Documento cita:

Transcrição:

+ Señor

Na orden de nosso señor Jesu Christo estão de presente vagas as comendas seguintes:

A de sanct Martinho de frazão do Bispado do Porto que vagou por dom Francisco de Noronha, e diz o contador do mestrado na sua informação que vaga cada anno cento e cinquoenta mil rs./.

A de santo Salvador das várzeas do Bispado de Lamego que vagou por Francisco daguiar Coutinho, rende cada anno duzentos mil rs ./.

A de sanct Po de caude do Arcebispado de Braga vagou por dom Manuel d' Attaide, e val cada anno trezentos e cinquenta cruzados pouco mais ou menos ./.

A de sanct Po. Fino de calnelas do Bispado de Miranda, vagou por Manuel cercera Pereira val ate cento e vinte mil rs ./.

Para a provisão destas quatro comendas se virão as petições das pessoas que as pretendem: e das suas promessas se envião a V. Mgd. as Relações inclusas: E pareceo ao Consejo nomear a V. Mgd. para cada hua de las pessoas seguintes ./.

Dom Manuel de meneses que tem promessa de comenda de quatrocentos mil rs, e foi por general da Armada da Coroa de Portugal, que V. Mgd. mandou de socorro a Bahia de todos os santos, havendo exercitado o mesmo cargo nas armadas que os annos de 623 e 624 sahirão em guarda costa, e he fidalgo de merecimento que no serviço de V. Mgd. tem procedido com muita satisfação ./.

Mathias d' Albuquerque: o qual tem tres promessas de comendas as duas dellas de quatrocentos mil rs cada hua que lhe forão feitas pelos serviços e ?aveões? de seu Pay Jorge de Albuquerque Coelho, que se achou na batalha d' Alcacere em que foi capitão despois de haver recebido muitas feridas: e pelos de Mathias d'Albuquerque seu tio que foi viso Rey da India, e pessoa de grandes merecimentos: e a outra serviu por carta na cidade de Cepta tres annos a sua custa com oito cavalos, e muitos criados, e agora esta servindo por ordem de V. Mgd. de governador do Brasil, e neste cargo e no de capitão do mar de Pernambuco que de antes tinha exercitado procedeo com satisfação.

Dom Rodrigo Lobo que foi por capitão de hum galeão da Armada do socorro da bahia, assistido no sitio daquela cidade, e nas mais occassiões que ouve ate a entrega della: E pretendendo mercê por este servicio e pelos que fez oito Armadas, lha fez V. Mgd. agora de promessa de comenda duzentos mil rs ./.

Gonçalo de Sousa: que serviu hua comenda por carta na cidade de Tangere tres annos com cinquo cavalo e hum criado depe e tudo a sua custa, e despois desembarcou em duas armadas com dois criados em cada hum, e foi na jornada da Bahia por capitão de hum companhia de Infanteria, e com ella vio no cerco, e restauração daquela cidade ./.

Ruy Correa Lucas que se embarcou em nove Armadas, nas tres dellas por capitão de navio: e Jornada do Brasil, e assi no cerco, e restauração da cidade como nas mais ocasiões que ouve ate tornara Reino com satisfação: e por estes serviços lhe dou V. Mgd. agora responder, com promessa de Hum comenda de duzentos mil rs. Largando trinta que de tença com o habito de christo ./.

Ruy barreto: que foi por capitão de hum navio da Armada de Restauração da Bahia, e de hum companhia de mosqueteiros, procedendo na ocasião como delle esperava, e fazendolhe V. Mgd. mercê de huma das comendas

vagas, Largara o de Santa Maria de cristo leboreiro da ordem de Christo de que se pedo, e diz rende Cem mil rs para V. Mgd. a Prov quem for servido ./.

Dom Affonso de Meneses: que tem duzentos de tença da fazenda de V. Mgd. em que sucedeu assim Dom Fadrique de meneses que Deos perdoa, em que tonão for provido de huma comenda de quatrocentos mil rs, e se embarcou em quatro Armadas hua das quais foi a que V. Mgd. mandou a restauração da Bahia ./.

Dom João Fernandes de Lima, ao qual fez V. Mgd. mercê de haver por servida huma comenda por ter serviso em cinquo Armadas desde o anno de seiscentos e Vinte quatro foi na jornada da Bahia ./.

O filho segundo de Martim Antonio d'Oliveira de Miranda que foi morto de hua bombardada no cerco da cidade do Salvador bahia de todos os Santos que os inimigos tinhão tomada: E requerendo doma Llena de Lencastre algumas mercês pelos serviços e morte de Martim Affonso do oliveira seu marido, a fez V. Mgd. a seu Fo. De promessa de hua comenda de duzentos mil rs ate trezentos de Renda, com obrigação de servir em duas Armadas, declarandosse lhe que quando ouvesse vaga desta quantia posto que não tivesse cumprido com esta obrigação, teria V. Mgd. lembraça de mandar prover ./.

Aires de Miranda Henriquez: a quem se fez mercê amostra de hua comenda de duzentos te duzentos e cinquenta mil rs, com declaração que sendo provido della largara duzentos mil rs de tença: E pretendendo agora mercê de sev Fo Rodrigo de miranda henriquez, pelo serviço que fez da jornada da Bahia lha fez V. Mag. que sendo o ditto Aires de Miranda henriquez seu Pay provido desta comenda de duzentos e cinquenta mil rs, lhe viesse ella por sua morte, e q não se lhe dando em sua vida, lhe sucedesse na promessa della ./.

Jundão de freitas da Silva: a quem V. Mgd. tem feito mercê de lhe haver por servida hua comenda de cento e cinquenta mil rs para ser provido della na primeira ocasião que puder ser: havendo respeito a se lhe ter passado carta para servir hua comenda em cinquo Armadas, e elle o haver feito em seus desdo a mode 617 te ode seiscentos e vinta tres em Praça de soldado aventureiro, e com criados a sua custa, e ir o anno de seiscentos e dezoito a Ilha da Madeira na companhia de Po da Silva governador della: e o de seiscentos e vinta hum a cidade do Porto fazer gente de Mar e guerra para a Armada daquele anno: Respeitando também a ?aveado? que lhe pertence de duas Viagens de ?Maluco? com que Gonçalo de freitas da Silva seu Pay foi despachado o anno de mil e quinhentos e oitenta e cinquo, e as não servio ./.

Dom Antonio Pereira nomea mais a Dom ?Aronimo? d'Almeida: por quanto lhe está feita promessa de hua comenda de duzentos e duzentos e cinquenta mil rs a quatorze annos ./.

E assi Parece ao Consejo que as pessoas em que V. Mgd. prover estas comendas as devem ter ate serem providas de outras das quantuas das suas promessas, em ca? que ellas não cheguem aos seus lotes: e depois a V. Mgd. as prover se fora liquidação do que ao ?cen?val? cada hua de renda cada anno, para conforme assi se proceder na matteria ./.

E por quanto V. Mag. tem feito mercê ao Duque de Villa Hermosa prendente deste Consejo, e a dom Affonso de Lencastre filho do duque de ?Aveiro? por decretos seus das primeiras comendas que vagan para se cumprirem nellas as promessas que lhe estão feitas de comendas: posto que eles não pretendem n?? nhuma destas que se consultão a V. Mgd. agora, nem fizerão petições sobre isso: Se envia a V. Mgd. apresentação que tem em outras comendas, para que visto tomando V. Mgd. o que ouver por mais seu serviço em Madrid a 21 de Julho de 1626

Relação das pessoas que forão servir na Jornada da Bahia de todos os sanctos da costa do Brasil, e de outras pessoas que tem promessas de comendas ./.

Dom Manuel de Meneses

Havendo sua Madg. Que sancta gloria aja respeito aos serviços de Dom Francisco de Moura, que foi mortona batalha d' Alcacere, e a elle ser casado com hua filha sua a que não foi feito nenhuma mercê pelos ditos serviços e morte, fazendosse a suas yrmãs: Lhe fez mercê por consulta de dous de Abril de anno de 605 de promessa de hua comenda de quatrocentos mil rs. Largando a que hora tem: desposo disso servio de capitão de hum galeão da

Armada com que dom Luis Fajando sahio de Lisboa o anno de 606: e se embarcou no anno de 608 na Armada que foi sobre La noche ./.

E desde o anno de 623 tem exercitado o cargo de general da Armada de Portugal, e o foi servindo na Jornada da Bahia procedendo com muita satisfação no sitio daquela cidade e entrega della assi no mar como na terra, e hora vindo a este corte, e pretende se lhe cumpra a sua promessa de conenda de quatrocentos mil rs: Os Governadores em carta sua de dous de maio passado deste anno de 1626, escrevem a V. Mgd. que Dom Manuel de meneses tem servido a V. Mgd. em todas as cousas de que foi encarregado com muita satisfação, cuidado e limpeza, e com muita facilidade e também termo que só elle bastara para obrigar muito, e ultimamente se embarcou na jornada da Bahia por capitão geral, e em todo o discurso della procede como o havia feito ate então, e com demonstrações de particular valor emquanto aquele lugar se não entregou, achandosse nas partes em que o perigo era maior sem mostrar o que tenia; e he sujeito digno de V. Mgd. o ter ocupado em seu serviço, e de lhe fazer todo o favor e mercê que elle merece pelo que tem trabalhado e merecido e por cima de tudo tam falto de fazenda a respeito de sua qualidade que estando em sua casa vinie com estreitesa, de que se deixa Ver a descomodidade com que assistirá na corta os dias que se tiver nella, lhe pareceo por todo estes Respeitos que tinhão obrigação de o lembrar a V. Mgd. como o fazem, para que V. Mgd. seja servido de mandar que se lhe responda brevemente, e também o merece, e espera grandesa de V. Mgd., tendosse também para isso consideração, que o principal intento para que elle pretende os acrescenta=mentos que tiver, se deve ter por certo que se funda em os que ser para com eles poder servir milhor a V. Mgd.

Mathias d'Albuquerque

Hanvendo V. Mag. Respeito aos serviços que Jorge d'Albuquerque Coellho fez aos Reis passados, e ser captivo na batalha d'Alcacere onde recebeo muitas feridas, e lhe mandar Responder o anno de 600 que o mandaria prover hua comenda de quatrocentos mil rs a qual poderia logo em seu fº. Mathias d'Albuquerque, e que na haveria os duzentos mil rs de tença com que foi respondido o anno de oitenta e três, que não accitou, nem os redittos della; e ao ditto Jorge d'Albuquerque falecer sem ser provido da ditta comenda, e deixar nomeado na promessa della ao ditto se fo., lhe fez V. Mgd. mercê da comenda de sanct Po das Varzeas de Soure do Bispado de Coimbra de ordem de christo que vagou por Francisco Suares o qual comenda se lhe tirou por setenta que contra ello ouve Bernardin de Tavora a quem ella pertencia: Tem mais outra promessa de comnda de quatrocentos mil rs de que se lhe fez mercê o anno de 606, pelos serviços de seu tio Mathias de Albuquerque que foi VisoRey da India. No anno de 616 se lhe passou carta para servir comenda em Cepta: e consta por certidão do capitão e officiaes da que la cidade, que servio nella comenda tres annos a sua custa que comecarão o primeiro dia de Março do anno de 616 e acabarão por outro tal dia de 619 com oito cavalos dous acubertado, e seis agineta com sette criados, e quatro homens de pee: esta agora Mathias de Albuquerque servindo de governador do Brasil, e assi neste cargo como no de capitão mor de Pernambuco que de antes tinha exercitado, há informação que tem procedido com satisfação no serviço de V. Mgd.

Dom Rodrigo Lobo

Pelos serviços que fez em oito Armadas em que se embarcou no três dellas por capitão e cabo de navios, e nas outras como criados a sua custa, e por outros Respeitos lhe mandou V. Mgd. Responder o anno de seiscentos e vinta e tres com promessa de hua comenda de cento e cinquenta mil rs de Renda de que não tirou portaria. Depois desto serviço este fidalgo na jornada da Bahia de todos os santos, aonde foi por capitão de hum galeão da Armada de Portugal, e assistio no cerco, daquela cidade e nas mais ocasiões que ouve ate a entrega della, cumprindo em tudo inteiramente com sua obrigação, e da mesma maneira o fez na briga que teve na costa com seis navios de ynimigos vindo para o Reino de volta da Bahia pelejando com os Rebeldes valorosamente ./.

E Requerendo agora mercê por todos os ditos serviços lhe fez V. Mgd. mercê por consulta de 5 de julho deste ano de 626 que a promessa de comenda de cento e cinquoenta mil rs com que estava respondido fosse duzentos mil rs./.

Gonçalo de Sousa

Servio por conta hua comenda na cidade de Tangere tres annos inteiros que começarão a 20 de março de 1616 e acabarão por outro tal dia do anno de 619 com hum cavalo acubertado de sua pessoa e quatro a gineta, e hum criado de pee tudo a sua custa e o ultimo anno servio mais com outro cavalo./.

Com sua petição apresentou os papeis de seus serviços e consta que serviu em duas armadas da costa dos annos de 619 e 620 com dous criados em cada hua: e passou ao Brasil na Armada que foi de socorro a Bahia; por capitão de hua companhia e com ella servio no citio e restauração daquela cidade./.

Ruy Correa Lucas

Tense embarcado em nove Armadas: nas tres dellas por capitão de navio; e foi na jornada do Brasil, e assi no cerco e restauração da cidade do Salvador, como nas mais ocasiões que ouve até tornar ao Reino procedeo com satisfação: E pretendendo alle agora mercê por estes serviços lhe fez V. Mgd. mercê por consulta de 10 de Junho deste anno de 626. (Conformandosse com o parecer dos Governadores) de promessa de hua comenda de 200 U rs Largando trinta que tem de tença com o habito de Christo ./.

Ruy Barreto

Foi por capitão de hum navio da Armada da Restauração da Bahia; e de huma companhia de Infanteria de Mosqueteiros, procedendo na ocasião com o della se esperava: e tem a comenda de sancta Maria de Castro le borcero da ordem de Christo que diz Rende cem mil rs somente e se lhe deu em cumprimento de hua promessa de comenda de duzentos mil rs de que se lhe fez mercê, por servir há 25 annos em Tangere com cinquo criados, e outros tantos cavalos a sua custa, e pelos serviços de seu Pay e Avõ: e pede a comenda de sanct Salvador das Varzeas que está vaga ./.

Dom Affonso de meneses

Em Respecto dos serviços e merecimentos de Dom Fadrique de meneses seu Pay, e dos de Dom Po de meneses seu avô, se fez mercê ao ditto Dom Fadrique, que não sendo elle provido em sua vida da comenda de quatrocentos mil rs de que tinha promessa, ficassem por seu falecimento ao seu filho mais velho os duzentos mil rs de tença que elle tinha, para que seu filho os ouvesse com o habito da ordem de christo, emquanto não fosse provido na mesma ordem de Comenda da ditta quantia de quatrocentos mil rs, E por elle ser fallecidd̃o, e Dom Affonso de meneses ser o Fo. Mais velho que lhe ficouse lhe passou padrão dos duzentos mil rs Referidos para os ter haver com o habito em quanto não for provido de comenda de quatrocentos mil rs ./. tem Dom Affonso de meneses servido em quatro armadas, hua das quaes foi da Jornada da Bahia, e em duas das outras servio por aventureiro a sua custa e sem soldo ./.

Dom João Fernandes de Lima Fº do Vinsconde

de Villa nova de Cerqueira

Por ter servido em cinquo Armadas effevtivas da Coroa de Portugal desdo anno de 618 te o de 622 e terlhe V. Mgd. concedido em fevereiro de 621 Carta para servir comenda em cinquo Armada a qual se lhe passou despois, em Abril do ditto anno de 622: lhe fez V. Mgd. mercê de lhe haver por servida a ditta comenda pelas cinquo Armadas Referidas em que se embarcou, de que lhe foi passado alvará a dous de Janeiro deste anno de 626: Servio mais Dom João fernandez de Lima na Jornada da Bahia; e se embarcou na Armada do anno de seiscentos e vinte quatro que andou em guarda da costa, no galeão Sanct Joseph./.

o filho segundo de Martin Affonso d'Oliveira de Miranda

Requerendo donna Helenda de Lencastre algumas mercês pelos serviços e morte de Martin Aº. De Oliveira de Miranda seu marido, que os inimigos matarão de hua bombardada no cerco da cidade do Salvador bahia de todos

os Sanctos: fez V. Mgd. mercê a seu filho segundo de promessa de hua comenda de duzentos e trezentos mil rs de Renda, com obrigação de servir em duas Armadas, declarandosselhe que quando a ouvesse Vaga desta quantia posto que não tivesse cumprido com esta obrigação teria V. Mgd. lembrança de o mandar prover.

Aires de Miranda Henriquez

Hua das mercês de El Rey ?Avõ? de V. Mgd. lhe fez no anno de noventa e hum quando casou com a fª de Casco fernandez homem que tinha alvará de lembrança de ayuda e favor para seu casamento foi acrescentar-lhe a promessa que tinha de comenda de cento e cinquenta mil rs a huma comenda de duzentos, e que fosse logo provido della, e tanto que o fosse largasse a tença que tinha com essa condição; e elle dez que he de 150 Uso, e apresenta disso huma certidão do secretario Diogo Velho feita a dous de dezembro do anno de 1592: e Requerendo elle o anno de 603 o cumprimento desta promessa, lhe fez sua Mgd. que deos tem mercê por consulta de 20 de abril do mesmo anno de cinquenta mil rs de tença ate ser provido de Comenda de duzentos, e duzentos e cinquoenta mil rs e que sendo provido largara estes cinquoenta mil rs de tença, e os cento e cinquoenta referidos: e por consulta de 23 de agosto do anno de 619 mandou Sua Mag. que Deos tem que se lhe cumprisse a ditta promessa de Comenda ./.

Jurdão de freitas da Silva

V. Mag. lhe mandou Responder em Julho do anno passado de 624 que lhe fazia mercê de lhe haver por servida hua Comenda de cento e cinquenta mil rs de que será provido na primeira ocasião que puder ser, havendo respeito a se lhe ter passado carta para servir huma comenda em cinquo Armadas e effectivas e de consideração da Coroa de Portugal, e elle servir em seus desdo anno de 617 até o de 623 em praça de soldado aventureiro e com criados a sua custa: e yr o anno de 618 a Ilha da Madeira na companhia de Po da Silva governador della: e o de 621 a cidade do Porto por mandado de V. Mgd. fazer gente de Mar e guerra para a armada do mesmo anno, e tendosse também respeito a ?avião? que lhe pertence de duas viagens de Maluco com que Gonçalo de freitas da silva seu pay foi despachado o anno de mil e quinhentos, oitenta e cinquo, e as não servio, e disto lhe passou Certidão o Secretario Ruy Dpaiz de mnz em vinta e quatro de octubro do anno de 624 em que diz não tirou portaria deste despacho ./.

Dom Sancho de faro

Servio em quatro Armadas dos anos de 617, 618, 621 e 622 com criados a sua custa, e foi na Jornada da Bahia por capitão de hua companhia: e em respeito destes serviços lhe fez V. Mgd. agora mercê por consulta de 16 de junho deste anno de 626 de lhe haver por servida hua comenda de até trezentos mil rs de Renda para ser provido della na primeira ocasião que ouver lugar ./.

Dom Hieronimo d'Almeida

Tendo El Reyque sancta gloria aya Avo de V. Mgd. Respeito a seus serviços feitos na India na conquista de Monomopata, e por eles lhe ter feito mercê no anno de 92 indo elle servir ao Reino de Angola em companhia de Dom Francisco de Almeida seu yrmão que foi governador delle, que o tempo que dom Hieronimo nel le servisse lhe fosse levado em conta como se servisse em Africa para effecto de ser provido de hua comenda: e estando servindo haver sua Mag. por seu serviço que se Viesse para Portugal tendo servido dous annos e nove meses somente no ditto Reyno de Angola, e sair por sentença Livre Sucesso que la ouve, lhe fez Sua Mag. que aja gloria mercê de lhe haver por servida hua comenda de quantia de duzentos até duzentos e cinquenta mil rs

Copia de duas ordens de Sua Magd. Sobre

dom Affonso de Lencastre

Don Alonso de Lencastre hijo del Duque de Habero ha ido a servirme em la armada sin esperar a recibir las mercedes que podia esperar por su calidad y servicios y en consideracion desto y del buen exemplo que ha dado a otros la hago mrds en las primeras encomiendas que vacaren de mil y quininetos hasta dos mil cruzados de renta durante le por el consejo los despachos necesarios deste mrd. = En Madrid a 22 de noviembre 1623

Pues Don Alonso de Lencastre ha dado tan buen exemplo con hir a servirme en mis armadas sin esperar a que se le haga mrd será bien cumplille la que tiene de promessa de seis mil desea dos de renta en encomiendas vacas de qualquiera de las tres ordenes militares de Portugal, en la forma que lo tengo mandado = Hareis que por el consejo de Portugal se le de satisfacion con brevedad = en Malaga a 31 de Março 1626